



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1246

Sexta-feira - 24 de Maio de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	1
Antônio Carlos .....	6
Arroio Trinta .....	7
Atalanta .....	8
Biguaçu .....	8
Bom Retiro .....	13
Braço do Trombudo .....	16
Caçador .....	40
Camboriú .....	45
Campo Alegre .....	58
Campos Novos .....	60
Canoinhas .....	68
Capinzal .....	96
Catanduvas .....	103
Chapadão do Lageado .....	114
Concórdia .....	115
Corupá .....	115
Curitibanos .....	121
Ermo .....	158
Ervai Velho .....	158
Faxinal dos Guedes .....	159
Forquilha .....	164
Fraiburgo .....	165
Garopaba .....	167
Garuva .....	168
Gaspar .....	168
Guaramirim .....	170
Herval d'Oeste .....	170
Ibiam .....	172
Imbituba .....	177
Iomerê .....	186
Ipumirim .....	189
Irineópolis .....	192
Itaiópolis .....	192
Itapiranga .....	192
Itapoá .....	193
Joaçaba .....	195
Lages .....	197
Lauro Muller .....	204
Lebon Regis .....	209
Leoberto Leal .....	240
Lindóia do Sul .....	251
Luzerna .....	251
Marema .....	257
Meleiro .....	274
Navegantes .....	274
Nova Trento .....	275
Orleans .....	277
Paial .....	278

Palhoça .....	284
Papanduva .....	331
Paulo Lopes .....	332
Pinheiro Preto .....	332
Porto União .....	335
Rio do Sul .....	335
Salto Veloso .....	337
Santa Rosa do Sul .....	342
São Bento do Sul .....	343
São João do Sul .....	356
São Lourenço do Oeste .....	357
São Pedro de Alcântara .....	388
Schroeder .....	391
Siderópolis .....	404
Timbé do Sul .....	411
Timbó .....	412
Tunápolis .....	443
Vargem Bonita .....	444
Videira .....	474
Xavantina .....	480

### Associações

AMREC .....	492
-------------	-----

### Consórcios

CIS/AMURES .....	492
------------------	-----

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Decreto N° 034/2013

DECRETO N° 034/2013 - DE 22 DE MAIO DE 2013

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais em virtude do feriado de Corpus Christi, no dia 31 de maio de 2013 - Sexta-feira, durante o qual não haverá expediente

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

nos órgãos públicos municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de maio de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

#### **Portaria 133/2013**

PORTARIA Nº 133/2013 de 09 de maio de 2013

"EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE PROFESSORA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Exonerar a pedido do cargo efetivo de Professora 6ª a 9ª série, a servidora, MARIELA APARECIDA TRENTA MARTENDAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 986.787.109-00, e RG 2.147.763, a partir de 09/05/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de maio de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

#### **Portaria 134/2013**

PORTARIA Nº 134/2013 de 13 de Maio de 2013;

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Karin Ane Corso, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir de 13/05/2013 ate 11/06/2013, periodo 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de Maio de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

#### **Portaria 135/2013**

PORTARIA Nº 135/2013 de 14 de Maio de 2013;

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Ivonete Cardozo Moreira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Defesa Civil, a partir de 15/05/2013 ate 14/06/2013, periodo 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de Maio de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

#### **Portaria 136/2013**

PORTARIA Nº 136 /2013 - DE 17 DE MAIO DE 2013

"CEDE PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### **RESOLVE:**

ART. 1º: Determinar que os veículos, microônibus - placa MIS 1247, microônibus placa MLF 3047, microônibus placa MKV 7606, ônibus placa MIU 8581 e Kombi MEP 2843 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão a disposição do Fundo Municipal de Assistência Social, no dia 18 de maio de 2013 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior e centro do Município para a comunidade de Paiol de Telhas - Água Doce - SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de maio de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

#### **Portaria 137/2013**

PORTARIA Nº 137/2013 de 20 de Maio de 2013;

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Camila Raquel Macagnan, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 13/05/2013 ate 22/05/2013, periodo 12/13, restando 13 dias a serem usufruídos em data posterior, vez que 7 dias já foram usufruídos em data anterior conforme documento protocolado nº 071/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 13/05/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de Maio de 2013  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 138/2013**

PORTARIA Nº 138/2013 20 de maio de 2013  
"NOMEIA PRESIDENTE DO SIMA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Nomear ELIAS VIECELLI, brasileiro, solteira, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, matrícula nº 786 como Presidente do Fundo Municipal de Assistência, e a servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, matrícula nº 100, para representá-la junto as instituições financeiras, com poderes específicos de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento

Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02/01/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de maio de 2013  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 139/2013**

PORTARIA Nº 139/2013 21 de Maio de 2013  
"NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETORA DO PRODERAD O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Diretora do Proderad, a servidora, Flávia Aparecida Zanini, brasileira, inscrita sob CPF o nº 027.495.629.29 a partir de 01/05/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/05/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 21 de Maio de 2013  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 140/2013**

PORTARIA Nº 140/2013 21 de Maio de 2013  
"NOMEAR PARA O DO CARGO DE ASSESSORA DE DIREÇÃO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Assessora de Direção, a servidora, Salete Zarpelon Parenti, brasileira, inscrito sob CPF o nº 824.989.209.78, a partir de 01/05/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/05/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 21 de Maio de 2013  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO  
Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 141/2013**

PORTARIA Nº 141/2013 de 22 de Maio de 2013;  
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Silvia Mônica Bortolini, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, a partir de 20/05/2013 até 18/06/2013, período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 20/05/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 22 de Maio de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro Fevereiro 2013**  
BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO 2013**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	39.587,70
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	39.587,70
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.159,12
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.428,58
Receita Extra - Orçamentária	87.598,14	Despesa Extra - Orçamentária	33.389,65
DEPOSITOS	3.143,44	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	33.389,65
CONSIGNACOES	3.143,44	OBRIGACOES A PAGAR	33.389,65
PREVIDENCIA SOCIAL	2.760,15	FORNECEDORES	5.217,38
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	383,29	PESSOAL A PAGAR	28.056,78
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	39.587,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	115,49
OBRIGACOES A PAGAR	39.587,70		
FORNECEDORES	5.428,58		
PESSOAL A PAGAR	28.056,78		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.102,34		
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.867,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.867,00		
REPASSE RECEBIDO	44.867,00		
Saldos anteriores	6.514,93	Saldos atuais	21.135,72
BANCO C/ MOVIMENTO	8.556,93	BANCO C/ MOVIMENTO	21.135,72
BANCOS C/ VINCULADAS	-2.042,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
<b>Total</b>	<b>94.113,07</b>	<b>Total</b>	<b>94.113,07</b>

AGUA DOCE, 28/02/2013

 \_\_\_\_\_  
 HELIOBERTO MARCEL RAMOS  
 PRESIDENTE CPF Nº 560.163.879-91

 \_\_\_\_\_  
 NILZA APARECIDA MENDES  
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Decreto Nº 051/2013

DECRETO Nº 051/2013.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.404/2012 - LDO,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 173.520,00 (cento setenta e três mil e quinhentos e vinte reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 2º bimestre de 2013 em anexo a este Decreto:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

#### FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 38.380,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.26.782.0008.1032	Construção de Bueiros	38.380,00
4.4.90.00	Investimentos	38.380,00

#### FONTE 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos p/MDEB – R\$ 23.780,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.301.0002.2010	Manutenção do Transporte Escolar	23.780,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	23.780,00

#### FONTE 0.1.16.000000 – Infra-Estrutura em Transporte – R\$ 11.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.26.782.0008.2038	Manutenção das Estradas Vicinais	11.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	11.900,00

#### FONTE 0.1.24.000006 – Manutenção Transp. Escolar – Ensino Médio – R\$ 32.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.362.0002.2011	Manutenção Transp. Escolar – Segundo Grau	32.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	32.000,00

#### FONTE 0.1.47.000000 – Atendimento a Pessoa Idosa – R\$ 2.990,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.241.0006.2028	Atenção a População da 3ª Idade	2.990,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.990,00

#### FONTE 0.1.89.000013 – Alienação de Veículos – R\$ 360,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0007.1033	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	360,00
4.4.90.00	Investimentos	360,00

#### FONTE 0.1.60.000000 – Merenda Escolar – R\$ 690,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.10.306.0002.2007	Oferta de Merenda Escolar	690,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	690,00

#### FONTE 0.1.61.000000 – Manutenção do Transporte Escolar – R\$ 9.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.301.0002.2010	Manutenção do Transporte Escolar	9.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.400,00

#### FONTE 0.1.54.000000 – Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar – R\$ 540,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0007.2031	Manutenção dos Serviços de Trânsito	540,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	540,00

#### FONTE 0.1.55.000000 – Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil – R\$ 540,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0007.2031	Manutenção dos Serviços de Trânsito	540,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	540,00

#### FONTE 0.1.56.000000 – Melhoria do Trânsito – Parte PMAC – R\$ 410,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0007.2031	Manutenção dos Serviços de Trânsito	410,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	410,00

#### UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### FONTE 0.2.64.000032 – ASPS/PAB – R\$ 7.810,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2021	Ações de Atenção Básica	7.810,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.810,00

#### FONTE 0.2.64.000037 – ASPS/PSF – R\$ 3.620,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2022	Ações de Saúde da Família - PSF	3.620,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.620,00

**FONTE 0.2.64.000038 – ASPS/Saúde Bucal – R\$ 2.400,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2025	Saúde Bucal	2.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.400,00

**FONTE 0.2.67.000034 – ASPS/ Farmácia Básica – R\$ 2.890,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2024	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	2.890,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.890,00

**FONTE 0.2.67.000040 – ASPS/ Farmácia Básica Estadual – R\$ 280,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2024	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	280,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	280,00

**FONTE 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos p/ASPS – R\$ 35.530,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2021	Ações de Atenção Básica	35.530,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	35.530,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 23 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Nº 063/2013****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 063/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 046/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Sistema: Registro de Preço; Objeto: Aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade. Entrega dos envelopes: 08:00 (oito) horas do dia 11/06/2013. Lances: 08:00 (oito) horas do dia 12/06/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br), ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br), ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 22 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Nº 065/2013**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 065/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 048/2013; Tipo: Menor Preço Global; Sistema: Registro de Preço; Objeto: Contratação de empresa e/ou Entidade especializada para prestação de serviço de arbitragem e comissão julgadora de infrações disciplinares, para Campeonatos de Futebol de Campo, Futsal, Voleibol e Handebol, bem como Jogos Amistosos e Torneios Comemorativos ao 50º (cinquentenário) do Município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 07/06/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br), ou [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br), ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 22 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Arroio Trinta****PREFEITURA****Edital de Pregão - Implantação, Capacitação e Fornecimento de Licença de Uso Temporário de Sistemas de Gestão Pública**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2013

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0010/2013.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, DESCRITOS NO ANEXO I E II DESTE EDITAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR 123/2006, LEI Nº 10.520/02, LEI Nº 8.666 DE 21/06/93, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 07/06/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 10:00h do dia 07/06/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 22 de maio de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### Lei N.º 1316/2013

LEI N.º 1316/2013

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Provisões."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

- 02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
- 04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
20.606.0025.2.010 - Manutenção das Atividades Produtoras  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
- 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
13.392.0055.2.025 - Promoção da Cultura e Tradições Locais  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
- 06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
- 07.00 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA  
07.01 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA  
08.244.0073.2.031 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
08.244.0076.2.032 - Assistência a Família  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serv. de Prot. e Atend. Integral a Família - PAIF  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
- 08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0082.2.034 - Promoção do Turismo  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

- 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
10.304.0097.2.040 - Manutenção da Vigilância Sanitária  
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo

1º desta LEI.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

- 02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE  
04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
- 04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
- 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
- 06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0115 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
- 08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE  
23.695.0034.2.013 - Realização de Promoções e Eventos  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
- 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0102 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA (SC) 22 de maio de 2013.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1724/2013

PORTARIA Nº 1724/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária(o), IVONETE JURACI MARTINS DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 4885/2013 período de 05/05/2013 a 31/10/2013.



Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1725/2013**

PORTARIA Nº 1725/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CHARLES MIRANDA DA SILVA, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5012/2013 em anexo no período de 20/05/2013 a 02/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1726/2013**

PORTARIA Nº 1726/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PRISCILA MARTINS DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4884/2013 em anexo no período de 11/05/2013 a 09/07/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1727/2013**

PORTARIA Nº 1727/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGIANE MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5041/2013 em anexo no período de 17/05/2013 a 15/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1728/2013**

PORTARIA Nº 1728/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NATALI RAMOS DEPIERI, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5064/2013 em anexo no período de 17/05/2013 a 21/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1729/2013**

PORTARIA Nº 1729/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MÁRCIA PATRÍCIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4941/2013 em anexo no período de 15/05/2013 a 13/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1730/2013**

PORTARIA Nº 1730/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSIANE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4567/2013 em anexo no período de 02/05/2013 a 01/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1731/2013**

PORTARIA Nº 1731/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSENI MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,

o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4842/2013 em anexo no período de 13/05/2013 a 12/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1732/2013**

PORTARIA Nº 1732/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISA GASPERI, ocupante do Cargo comissionado de GERENTE DE ATENDIMENTO AO SUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4733/2013 em anexo no período de 06/05/2013 a 10/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1733/2013**

PORTARIA Nº 1733/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), CELIA REGINA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4978/2013 em anexo no período de 13/05/2013 a 16/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1734/2013**

PORTARIA Nº 1734/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), CATIA SILVA ZIMMERMANN, ocupante do Cargo efetivo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4772/2013 em anexo no período de 07/05/2013 a 16/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1735/2013**

PORTARIA Nº 1735/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELA LIRA REIS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4994/2013 em anexo no período de 13/05/2013 a 19/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1736/2013**

PORTARIA Nº 1736/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA APARECIDA DE PAULO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4981/2013 em anexo no período de 15/05/2013 a 13/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1737/2013**

PORTARIA Nº 1737/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA TEREZINHA SOARES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4980/2013 em anexo no período de 17/05/2013 a 15/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1738/2013**

PORTARIA Nº 1738/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIO FREIBERGER, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4840/2013 em anexo no período de 11/05/2013 a 09/06/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1739/2013**  
PORTARIA Nº 1739/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA TATIANE NASCIMENTO ALMEIDA ABREU, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4621/2013 em anexo no período de 03/05/2013 a 17/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1740/2013**  
PORTARIA Nº 1740/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), RITA MARITE MORAIS MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4621/2013 em anexo no período de 13/05/2013 a 20/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1741/2013**  
PORTARIA Nº 1741/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILENE COSTA DE MIRANDA, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4945/2013 em anexo no período de 14/05/2013 a 28/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1742/2013**  
PORTARIA Nº 1742/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIANA ROSA CARDOSO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4806/2013 em anexo no período de 06/05/2013 a 04/07/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1743/2013**  
PORTARIA Nº 1743/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:  
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SHIRLENE ELINARA SILVANO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 4648/2013 em anexo no período de 06/05/2013 a 04/07/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1745 de 22 de Maio de 2013**  
PORTARIA nº 1745 de 22 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LAUDICEIA DA SILVA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:  
Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAUDICEIA DA SILVA RIBEIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/04/2013 a 17/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/04/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1746 de 22 de Maio de 2013**

PORTARIA nº 1746 de 22 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/04/2013 a 17/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1747 de 22 de Maio de 2013**

PORTARIA nº 1747 de 22 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CHRISTIANI ARANTES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/05/2013 a 08/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 1748 de 22 de Maio de 2013**

PORTARIA nº 1748 de 22 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MÁRCIA MARINA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MÁRCIA MARINA VIDAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de

29/04/2013 a 28/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**Contrato Número 10.089 /2013 - PP 45/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.089 /2013

PROCESSO: PP 45/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: PREMIER INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Valor: R\$ 2.590,00 (DOIS MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAL)

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.090/2013 - PP 45/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.090/2013

PROCESSO: PP 45/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA.

Valor: R\$ 4.638,00 (QUATRO MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**Contrato Número 10.091/2013 - PP 45/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.091/2013

PROCESSO: PP 45/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratado: WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA.



Valor: R\$ 6.395,00 (SEIS MIL TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**Errata Nº. 01 ao Extrato de Publicação do Contrato Número 10.093/2013 - Processo: PP 61/2013 - FMS**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NÚMERO 10.093/2013  
PROCESSO: PP 61/2013 - FMS

Considera-se no Extrato de publicação do contrato divulgado no dia 14/05/2013:

Onde se lê "Contratado: SOLYVAN DENONI ME".

LEIA-SE: Contratado: ACT. IMP. EXP. DIST. E COMÉRCIO DE PROD. LTDA.

As demais informações constantes no extrato mencionado permanecem inalteradas.

Biguaçu, 22 de janeiro de 2013.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde

## Bom Retiro

### PREFEITURA

**528.05.13.P.Lic. Trat. Saúde Iara Deucher**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 528/13 de 17.05.13  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 16 e 17 de maio de 2013, a funcionária Iara Deucher, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**529.05.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Arnaldo J. Nascimento**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 529/13 de 17.05.13  
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 01 de setembro de 2013, ao funcionário Arnaldo Gean do Nascimento, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**530.05.13 - P. Férias Jair P. Lima**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 530/13 de 20.05.13  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Jair Prudente de Lima, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 20 de maio com término no dia 18 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**531.05.13 - P. Lic. Trat. Saude Ivanir B. Neckel**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 531/13 de 20.05.13  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde a partir do dia 17 de maio com término no dia 31 de maio de 2013, a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**532.05.13 - P. Lic. Trat. Saude Maria N. B. Schlemper**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 532/13 de 20.05.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 16 de maio de 2013, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**533.05.13 - P. Exon. Ederson Barbosa**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 533/13 de 20.05.13

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

**Resolve:**

Conceder Exoneração a Ederson Barbosa, do Cargo de Trabalhador Braçal - Nível - 01, conforme pedido de exoneração datado de 20.05.2013, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria 079/07 de 12.02.07, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir do dia 20 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**534.05.13 - P. Nomeação Ederson Barbosa**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 534/13 de 20.05.13

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro e dos art. 9º e 10º da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Nomear por concurso Éderson Barbosa, em virtude de sua classificação 3º lugar no Concurso Público n.º 002/2012, para exercer o cargo de Motorista - Padrão I - Nível - 04, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir do dia 21 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**535.05.13 - P. Lic. Luto Terezinha C. Alves**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 535/13 de 20.05.13

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 076/2013 de 20 de maio de 2013 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu irmão Nilvaldo Claudio da Silva, a contar do dia 17 de maio de 2013 com término no dia 24 de maio de 2013 a funcionária Terezinha Claudio Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**536.05.13 - P. Lic. Luto Fabiana C. S. Ribeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 536/13 de 20.05.13

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 077/2013 de 20 de maio de 2013 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento de seu irmão Nilvaldo Claudio da Silva, a contar do dia 17 de maio de 2013 com término no dia 24 de maio de 2013 a funcionária Fabiana Claudio da Silva Ribeiro, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**537.05.13 - P. Lic. Trat. Saude Ivonete H. Garcia**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 537/13 de 20.05.13  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:  
Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2013, a funcionária Ivonete Hinckel Garcia, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**538.05.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Gleber M. Althoff**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 538/13 de 20.05.13  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:  
Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 06 (seis) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, a partir do dia 14 de maio com término no dia 19 de maio de 2013, ao funcionário Gleber Manoel Althoff, Ocupante do cargo de Professor de Informática - Nível 06, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Telecentro Comunitário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**539.05.13 - P. Férias Fernanda B. o. Nunes**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 539/13 de 20.05.13  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:  
Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2011 (Dois Mil e Onze) a 2012 (Dois Mil e Doze) a funcionária Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes, Ocupante do cargo de Psicóloga - Padrão I - Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 073/2013 de 20 de maio de 2013, para gozá-las a contar de 20 de maio com término no dia 18 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 20 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**540.05.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Neide M. Silveira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 540/13 de 21.05.13  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:  
Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 20 de maio de 2013, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 21 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**541.05.13 - P. Lic. Luto Cleia Moretti Neckel**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 541/13 de 21.05.13  
Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 078/2013 de 21 de maio de 2013 - 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento sua mãe, a contar do dia 15 de maio de 2013 com término no dia 22 de maio de 2013 a funcionária Cleia Moretti Neckel, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 21 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**542.05.13 - P. Trat. Saude. Aline Pranger**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 542/13 de 21.05.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

**Resolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 21 de maio de 2013 a Estagiária Aline Pranger da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**543.05.13 - P. Lic. Trat. Saude Terezinha Ap. P. Goedert**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 543/13 de 21.05.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**Resolve:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 20 de maio de 2013, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 21 de maio de 2013.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**Lei Complementar 114/2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 114/2013

Altera dispositivos na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, Anexo II - Habilitação Profissional, Grupo III e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado dispositivo no Anexo II - Habilitação Profissional, Grupo III - Transportes, Obras e Serviços Auxiliares - TSA na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.1999, que passa a ter a seguinte redação:

"Grupo III/A - A habilitação profissional dos cargos de operador de estação de tratamento de água-ETA e inseminador será de conclusão de Ensino Fundamental Completo, com comprovada experiência na área, conforme edital.

Grupo III/B - A habilitação profissional dos cargos de auxiliar de serviços gerais-merendeira/servente, Auxiliar de Serviços Gerais - trabalhador braçal, encanador/eletricista, pedreiro, carpinteiro, vigia noturno, mecânico, motorista, operador de máquinas e operador de trator agrícola será conclusão do ensino fundamental séries iniciais de 1ª a 4ª série, com a carteira nacional de habilitação de acordo com o edital e experiência na área."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 22 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

**Edital de Pregão 23/2013**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 25/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 23/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 11.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Contratação de serviços de veículo de comunicação na modalidade de Televisão Aberta, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 21 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

**Edital de Pregão Nº 2/2013 FMS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 4/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2/2013

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que as 16h00min horas do dia 10.06.2013, estará selecionando a



melhor proposta para contratação de empresa para assessoria e prestação de serviço na Secretaria Municipal de Saúde, para realizar treinamento a equipe responsável para atualização de banco de dados, confecção de relatórios mensal e anual para o Ministério da Saúde, sendo no SIA, CNES, SIAB, BPA/MAC, AIH, APAC, bem como, capacitação para agentes de saúde, orientação sobre a legislação do SUS e do Decreto 7508, Plano Municipal de Saúde, entre outros serviços, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 21 de maio de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.

**Edital de Pregão N° 22/2013**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 24/2013  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 22/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 10.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de material hidráulico e ferramentas para estação de tratamento de água (ETA), na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 21 de maio de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Pregão N° 3/2013 FMS**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 5/2013  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 3/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que as 15h00min horas do dia 11.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de gêneros de panificação para o grupo de Assistência Social/Psicóloga, grupo de gestantes, grupo de hipertensos e diabéticos e reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 21 de maio de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 22/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO 22/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Delane Comércio de Peças para Tratores e Caminhões. CNPJ: 09.237.887/00001-00, sito a Rodovia BR 470, 1200 Centro, Cidade de Blumenau/SC.

Objeto: Aquisição de peças e contratação de serviço/mão de obra para conserto/manutenção da máquina motoniveladora Dresser ZB 140 da Secretaria Municipal de Obras.

Vigência: 30.06.2013

Data da assinatura: 22.05.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 23/2013**  
EXTRATO DE CONTRATO 23/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Mecânica Voss ME  
CNPJ: 07.894.195/0001-00, sito a Rodovia BR 470, 11505 Centro, Cidade de Rio do Sul/SC.

Objeto: Aquisição de peças, serviços de mão de obra e retifica do motor caminhão caçamba 2418 placa MAB 9016 da Secretaria de Obras.

Vigência: 30.06.2013

Data da assinatura: 22.05.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 24/2014**  
EXTRATO DE CONTRATO 24/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Liga Regional de Futsal de Salão Alto Vale do Itajaí  
CNPJ: 83.780.916/0001-39, sito a Rua Largo Montesi, 68 Centro, Cidade de Rio do Sul/SC.

Objeto: Contratação de árbitros para jogos municipais envolvendo Campeonatos de Futsal adulto, veterano, juvenil e feminino.

Vigência: 31.12.2013

Data da assinatura: 23.05.2013  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal

Programa de  
Gestão Tributária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preço 11/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**

**Número do Registro de Preços: 11/2013      Data do Registro: 22/05/2013      Válido até: 22/05/2014**

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de transportes de atletas e outros.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de transporte eventual, sendo eles (Comemoração Dia da criança, 7 de Setembro e outros eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, tipo do veículo ônibus com capacidade mínima de 42 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido pelo órgão competente. (9183)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	marcopolo	0	3,2000	1
2	Serviços de transporte eventual festividades realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, tipo do veículo ônibus com capacidade mínima de 42 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (9185)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	marcopolo	0	3,0000	1
3	Serviços de transportes para deslocamento de atletas do Departamento de Esportes, quando da participação em competições esportivas, tipo do veículo micro ônibus com capacidade mínima de 42 passageiros, bagageiro, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (10510)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	marcopolo	0	3,0500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013****Número do Registro de Preços: 11/2013      Data do Registro: 22/05/2013      Válido até: 22/05/2014****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de transportes de atletas e outros.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Serviço de transporte eventual para agricultores, piscicultores e outros para realização de reuniões e palestras sobre a agricultura, tipo do veículo micro ônibus com capacidade mínima de 25 passageiros, ótimo estado de conservação comprovado por laudo de inspeção de segurança veicular expedido por órgão competente. (8120)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)	marcopolo	0	2,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013****Número do Registro de Preços: 11/2013      Data do Registro: 22/05/2013      Válido até: 22/05/2014****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em serviços de transportes de atletas e outros.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2013****PROCESSO Nº 22/2013**

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 22 de Maio de 2013.



**Ata de Registro de Preço 17/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	OLEO 90 (369)	LTS	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Lubrax	0	16,2000	1
2	GRAXA (1871)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	0	18,0000	1
3	ANEL TRAVA (1883)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,9000	1
4	MATERIAL DE LIMPEZA (2943)	01	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Fransul	0	6,0000	1
5	Arruela 1/2 (5555)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2800	1
6	Parafuso 3/8x3 (5557)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0800	1
7	Tinta e Solvente (5565)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Anjo	0	26,5000	1
8	Arruela 7/8 (5566)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
9	Porca M8 (5568)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1500	1
10	Arruela 5/8 (5572)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
11	Arruela 3/4 (5573)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
12	Arruela 1" (5574)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
13	Ferro redondo (5579)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,1500	1
14	Oxigênio (5583)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	AGA	0	130,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Retentor 00266 (5587)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	9,1000	1
16	Retentor 00262 (5588)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,8000	1
17	Aço 1045 (5590)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	9,5500	1
18	Bronze (5591)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metalpim	0	66,0000	1
19	Arruela 5/16 (5596)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
20	Ferro chato (5598)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	0	6,5000	1
21	Flange (5600)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	0	5,1500	1
22	Solda Mig (5605)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	48,0000	1
23	Ferro cantoneira (5606)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	5,9500	1
24	Parafuso 7/8x4 (5611)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,3000	1
25	Porca 7/8 (5612)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8000	1
26	Parafuso 1/4x1 (5618)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
27	Porca 1/4 (5619)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
28	Braçadeira Plástica (língua sapo) (6085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,4200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Nylon (6086)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	48,2500	1
30	Unhas p/ Subsolador (6102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	44,0000	1
31	Viga "U" (6103)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,0000	1
32	Parafuso 5/16"x3" (6108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7500	1
33	Parafuso 1"x3" (6122)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	10,1500	1
34	Serviço especializado em mão-de-obra (homem) (6978)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	30,0000	1
35	Serviço especializado em torno (6979)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	45,0000	1
36	Aço 1045 trefilado (6980)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	13,0000	1
37	Aço 1045 quadrado trefilado (6981)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	18,0000	1
38	Anel O'ring (6982)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	2,6000	1
39	Arruela 1/4 (6983)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
40	Arruela 3/8 (6984)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
41	Arruela 7/16 (6985)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
42	Cano (6986)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	0	6,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Chapa preta (6987)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamproгна	0	6,9300	1
44	Cola silicone (6988)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tec Bond	0	6,6000	1
45	Cola tipo 3M (6989)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	3M	0	5,7500	1
46	Cupilha 4,5x50mm (6990)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,9000	1
47	Cupilha 6,5x60mm (6991)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	1,0000	1
48	Disco de corte 7" (6992)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Kronenflex	0	9,6500	1
49	Eletrodo OK 48 3,25mm (6993)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,1500	1
50	Eletrodo OK 46 2,5mm (6994)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,1500	1
51	Eletrodo OK 61.30 2,5mm Inox (6995)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	2,0000	1
52	Eletrodo OK Cutmat 21.03 CORTE (6996)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,8500	1
53	Eletrodo OK 68.81 2,5mm Cromo-níquel (6997)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	3,1500	1
54	Engraxadeira reta 1/4 (6998)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
55	Engraxadeira reta 3/8 (6999)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
56	Engraxadeira 45° 5/16 (7000)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Engraxadeira 45° 3/8 (7001)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
58	Parafuso 1/4x2 (7002)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
59	Parafuso 1/4x3 1/2 (7003)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
60	Parafuso 5/16x1 aço (7004)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
61	Parafuso 5/16x1 1/2 aço (7005)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
62	Parafuso 5/16x2 aço (7006)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
63	Parafuso 5/16x3 1/2 (7009)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7500	1
64	Parafuso 3/8x1 aço (7010)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
65	Parafuso 3/8x1 1/2 (7011)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7000	1
66	Parafuso 3/8x2 aço (7012)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
67	Parafuso 3/8x3 1/2 (7014)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1200	1
68	Parafuso 7/16x1 1/2 aço (7015)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1000	1
69	Parafuso 7/16x3 aço (7016)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4500	1
70	Parafuso 1/2x1 aço (7017)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Parafuso 1/2x1 1/2 aço (7018)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1
72	Parafuso 1/2x2 aço (7019)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
73	Parafuso 1/2x2 1/2 aço (7020)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
74	Parafuso 1/2x3 aço (7021)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
75	Parafuso 1/2x3 1/2 aço (7022)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
76	Parafuso 1/2X4 aço (7023)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1
77	Parafuso 9/16x2 (7024)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5000	1
78	Parafuso 9/16x3 (7025)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,7000	1
79	Parafuso 5/8x2. (7026)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9500	1
80	Parafuso 5/8x2 1/2 aço (7027)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
81	Parafuso 5/8x3 aço (7028)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,4500	1
82	Parafuso 5/8x3 1/2 aço (7029)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8500	1
83	Parafuso 5/8x4 aço (7030)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0500	1
84	Parafuso 5/8x4 1/2 aço (7031)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Parafuso 3/4x2 aço (7032)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,5000	1
86	Parafuso 3/4x2 1/2 aço (7033)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8000	1
87	Parafuso 3/4x3 aço (7034)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4000	1
88	Parafuso 3/4x3 1/2 aço (7035)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,2000	1
89	Parafuso 3/4x4 aço (7036)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,3000	1
90	Parafuso 3/4x4 1/2 aço (7037)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,7800	1
91	Parafuso 3/4x5 aço (7038)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,0300	1
92	Parafuso 3/4x6 1/2 aço (7039)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,7500	1
93	Parafuso 3/4x8 aço (7040)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,9500	1
94	Parafuso 7/8x3 (7041)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,0000	1
95	Parafuso 7/8x4 1/2 (7042)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,7000	1
96	Parafuso 7/8x5 (7043)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	7,0000	1
97	Parafuso 1x6 1/2 (7045)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	20,0000	1
98	Parafuso M6x50 8.8 (7046)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Parafuso M8x50 8.8 (7047)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
100	Parafuso M8x100 8.8 (7048)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
101	Parafuso M10x50 8.8 (7049)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
102	Parafuso M10x80 8.8 (7050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5300	1
103	Parafuso M10x100 8.8 (7051)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
104	Parafuso M12x50 8.8 (7052)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4000	1
105	Parafuso M12x80 8.8 (7053)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
106	Parafuso M12x100 8.8 (7054)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,2600	1
107	Parafuso M14x100 8.8 (7056)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,7500	1
108	Parafuso M16x80 8.8 (7057)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
109	Parafuso M16x120 8.8 (7058)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,0000	1
110	Parafuso M18x80 8.8 (7059)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
111	Parafuso M18x100 8.8 (7060)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,5500	1
112	Parafuso M20x130 8.8 (7061)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	12,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	Pino elástico 6x70mm (7062)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,0000	1
114	Pino elástico 8x70mm (7063)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,5000	1
115	Pino elástico 10x70mm (7064)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,5000	1
116	Pino trava "R" (7065)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	3,5000	1
117	Porca 5/16. (7066)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3500	1
118	Porca 3/8. (7067)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3800	1
119	Porca 7/16 (7068)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
120	Porca 1/2. (7069)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
121	Porca 9/16 (7070)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
122	Porca 5/8. (7071)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
123	Porca 3/4. (7072)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
124	Porca 1 (7073)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,6000	1
125	Porca M6 (7074)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1200	1
126	Porca M10 (7075)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Porca M12 (7076)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
128	Porca M14 (7077)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
129	Porca M16 (7078)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
130	Porca M18 (7079)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
131	Porca M20 (7080)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1
132	Retentor 00524 (7081)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,0000	1
133	Retentor 00009 (7082)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	13,5000	1
134	Retentor 00161 (7083)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	10,6500	1
135	Retentor 00188 (7084)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,5000	1
136	Retentor 00459 (7085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	11,0000	1
137	Retentor 00485 (7086)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	13,1000	1
138	Retentor 00517 (7087)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	11,0000	1
139	Retentor 00810 (7088)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	12,6000	1
140	Retentor 01180 (7089)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	15,9500	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	Retentor 02005 (7090)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	9,9000	1
142	Retentor 40000 (7091)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	15,0500	1
143	Rolamento 32205 (7092)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,0000	1
144	Rolamento 32206 (7093)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,6000	1
145	Rolamento 32207 (7094)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	39,5000	1
146	Rolamento 32208 (7095)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	61,2000	1
147	Rolamento 32209 (7096)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	52,3800	1
148	Rolamento 32210 (7097)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	108,0000	1
149	Rolamento 6201 ZZ (7098)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	11,0000	1
150	Rolamento 6202 ZZ (7099)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	15,0000	1
151	Rolamento 6203 ZZ (7100)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	17,0000	1
152	Rolamento 6204 ZZ (7101)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	23,9000	1
153	Rolamento 6205 ZZ (7102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	18,6000	1
154	Rolamento 6206 ZZ (7103)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	28,9500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	Rolamento 6207 ZZ (7104)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	40,5000	1
156	Rolamento 6208 ZZ (7105)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	45,0000	1
157	Rolamento 6209 ZZ (7106)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	56,0000	1
158	Rolamento 6012 ZZ (7107)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	90,0000	1
159	Rolamento 6304 ZZ (7108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	19,0000	1
160	Rolamento 6305 ZZ (7109)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	32,2000	1
161	Rolamento 6306 ZZ (7110)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	35,0000	1
162	Rolamento 6307 ZZ (7111)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	44,0000	1
163	Rolamento 6308 ZZ (7112)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	71,5000	1
164	Sextavado (7115)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,9000	1
165	Trava quebra dedo (7117)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	3,5000	1
166	Tubo SKF (7118)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Cornafal	0	15,5500	1
167	Óleo hidráulico. (7119)	L	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Lubrax	0	16,5000	1
168	Parafuso M14x70 8.8 (8050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 13/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012      Data do Registro: 24/05/2012      Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	Parafuso 5/16x21/2 (9181)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 14/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
170	Parafuso 3/8x2 1/2 aço (9182)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 15/15

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2012****Número do Registro de Preços: 17/2012****Data do Registro: 24/05/2012****Válido até: 24/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material, serviços de mão de obra (homem) e serviços de torno para implementos agrícolas, tratores e máquinas de grande porte da Secretaria de Estr. Obras, Serv. Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2012****PROCESSO Nº 30/2012**

(6077) - TORMAQ DE WALTER F. WILDE

Braço do Trombudo, 24 de Maio de 2012.



## Ata de Registro de Preço 2/2013 FMAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 1/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013****Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 23/05/2013****Válido até: 23/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios de panificação para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (361)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,2000	1
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sendo macio e fresco. (362)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,7300	1
3	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor chocolate, sendo macio e fresco. (363)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,7300	1
4	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100 a 120 gramas, macio, feito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidades. (364)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,0800	1
5	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio, com queijo, presunto e maionese, sem presença de sujidades. (366)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	17,3300	1
6	Pão tipo pullmann, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com picles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidades. (408)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	19,0000	1
7	Sanduíche de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, alface e tomate, feitos no dia da entrega. Embalados individualmente. (369)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,2300	1
8	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (409)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,5000	1
9	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (410)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,5000	1
10	Pastel frito, grande, sem acúmulo de gordura, recheio de frango. Sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (411)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,5600	1
11	Pastel frito, grande, sem acúmulo de gordura, recheio de carne. Sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (412)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,5600	1
12	Cuca caseira de farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1kg. (413)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	10,3300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013****Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 23/05/2013****Válido até: 23/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios de panificação para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Cuca caseira de banana com nata, macia, fresca, sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (375)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	11,0000	1
14	Cuca caseira de coco com nata, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (377)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	11,8300	1
15	Cuca caseira de amendoim, macia, fresca, sem sujidades. Peso aproximado de 1 Kg. (376)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	11,8300	1
16	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (378)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	14,0000	1
17	Bolacha tipo caseira, no sabor de côco e polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (414)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	14,8300	1
18	Bolacha de natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal. Utilizando produtos naturais, sem conservantes, cobertas com glacê de ovos e açúcar confeito. (415)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	18,0000	1
19	Risoles de massa caseira, tamanho médio, recheio de frango, sem sujidade. (416)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	2,0000	1
20	Orelha de gato. Tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (383)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	13,0000	1
21	Rosca de polvilho, tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (417)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	3,4800	1
22	Bolo de cenoura, fresco, com cobertura de chocolate, sem presença de sujidade. (418)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	12,5000	1
23	Mini pão francês, recheado com molho e salsicha, fresco, sem presença de sujidade. (419)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	1,4000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013****Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 23/05/2013****Válido até: 23/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios de panificação para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Bolo recheado com frutas frescas, cremes de recheio e cobertura com nata, frescos e sem presença de sujidades. (420)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	KI SABOR	0	19,6600	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/4

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013****Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 23/05/2013****Válido até: 23/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios de panificação para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2013****PROCESSO Nº 2/2013**

(6003) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 23 de Maio de 2013.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 264

LEI COMPLEMENTAR Nº 264, de 22 de maio de 2013.  
Acrescenta o art. 24-B na Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983 - Código Tributário Municipal, para tornar obrigatória a retenção do ISSQN nos serviços tomados pelo Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O art. 24 da Lei 54, de 15 de dezembro de 1983 que institui o Código Tributário do Município de Caçador, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 24-B. Haverá retenção obrigatória do ISSQN na fonte sempre que o tomador dos serviços for o Município de Caçador.

Parágrafo único. O órgão do Município de Caçador responsável pela retenção do imposto dará ao prestador o comprovante de retenção, que servirá de comprovante do pagamento do tributo.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Complementar Nº 265

LEI COMPLEMENTAR Nº 265, de 22 de maio de 2013.  
Dá nova redação ao inciso II do § 2º do art. 71 da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983 - que institui o Código Tributário Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O inciso II do § 2º do art. 71 da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71

§ 2º

II - em até 15 (quinze) parcelas iguais e mensais, iniciando-se a primeira 30 (trinta) dias após a publicação do edital, sendo as parcelas depositadas em nome da Prefeitura Municipal de Caçador, em conta especial remunerada, ou mediante emissão do documento de arrecadação municipal - DAM pelo setor competente da Prefeitura Municipal. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 2.993

L E I Nº 2.993, de 22 de maio de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 2.328.460,00 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta reais), conforme segue:

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.023 - Construção, Ampliação e Reformas de Postos Saúde

4.4.90.00.00.00.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 2.328.460,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no art. 1º, os recursos advirão do Governo Federal para a construção de Unidade de Pronto Atendimento UPA, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais); para a Construção de Pólo da Academia da Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); para a ampliação de sete Unidades Básicas de Saúde (UBS), no valor de R\$ 628.460,00 (seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta reais); e, para a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 2.994

L E I Nº 2.994, de 22 de maio de 2013.

Altera anexo da Lei nº 2.914, de 28 de junho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os projetos e atividades constantes dos anexos da Lei nº 2.914, de 28 de junho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento para o exercício financeiro de 2013, e dá outras providências, na forma especificada no anexo que fica fazendo parte integrante da presente LEI.



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 2.995

L E I Nº 2.995, de 22 de maio de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.774.643/0001-43, com sede a Rua João Remílio Rigo, nº 296, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais, sendo todas no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a serem pagas a contar de 1º de maio de 2013.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atenção a criança e ao adolescente, através da casa lar II, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta LEI.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013:

02.05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 160.000,00

Art. 3º A ACEIAS prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR E A ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador, pessoa jurídica de direito interno, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta Cidade de Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Beatriz Ribeiro dos Santos e do outro lado a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, 296, nesta Cidade de Caçador - SC, representada neste ato por sua Presidente MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI, com CPF nº 728.182.809-82, acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atenção a criança e ao adolescente, através Casa Lar II, oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto pela ACEIAS de Caçador e aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social integrante do presente convênio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEGUNDA - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à ACEIAS o valor total de R\$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais, sendo todas as parcelas no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a serem pagas a contar de 02 de Maio de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

I - Os recursos serão aplicados nos programas mantidos pela conveniada, conforme Plano de Trabalho em anexo;  
II - Os saldos de recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança no Banco do Brasil, se a previsão de uso for superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no "caput" desta cláusula serão computadas a crédito do convênio e aplicadas obrigatoriamente em seu objeto, estando sujeitas às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A ACEIAS obriga-se a:

I - cumprir Plano de Trabalho e demais documentos;  
II - possuir conta específica, preferencialmente na Caixa Econômica Federal, para movimentar os recursos financeiros oriundo deste Convênio, conforme Cláusula Terceira deste Termo;  
III - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários à consecução do objeto de que trata este convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;  
IV - aplicar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto pactuado, ainda que em caráter de emergência;  
V - não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;  
VI - não firmar convênios ou contratos com empresas ou entidades

em situação de débito, mora, inadimplência ou irregular para com o Estado ou Município;

VII - promover as aquisições e/ou contratações através de ampla consulta de preços e condições mais vantajosas, aplicando, quando for o caso, o procedimento análogo previsto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações;

VIII - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste convênio;

IX - restituir ao Governo do Município de Caçador o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive, dos rendimentos da aplicação financeira, na conta nº 2-7, agência nº 0572, Caixa Econômica Federal, na data da conclusão ou rescisão do Convênio;

X - solicitar, quando necessária, a prorrogação de vigência do convênio original no mínimo 30 (trinta) dias antes do término com a devida justificativa;

XI - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do convênio, ficando a disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;

#### CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - providenciar a publicação deste convênio, em extrato, no Diário Oficial do Município como condição de eficácia;

II - transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

III - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

IV - analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando não for executado o objeto da avença, inclusive o Plano de Metas;

b) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

c) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

Parágrafo único. Nos casos elencados no caput e alíneas, o conveniente deverá restituir ao MUNICÍPIO o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94.

Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

#### CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município.

#### CLAUSULA NONA DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas.

Parágrafo único - É vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

As questões decorrentes da execução deste convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caçador.

E, por estarem de acordo, assinam o presente convênio em duas vias de igual teor.

Caçador, em 22 de maio de 2013.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS,

GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARIA LÚCIA MACEDO BERTOLINI,  
PRESIDENTE DA ACEIAS.

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

CPF nº : \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

CPF nº : \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 2.996

L E I Nº 2.996, de 22 de maio de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Secretaria de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 619.770,00 (seiscentos e dezenove mil, setecentos e setenta reais):

#### 02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 219.770,00

15.452.0020.2.072 - Manutenção das Vias Urbanas

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Total R\$ 619.770,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente, no valor de R\$ 619.770,00 (seiscentos e dezenove mil, setecentos e setenta reais):

02.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002.2.157 - Manutenção da Intendência da Taquara Verde

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 219.770,00

04.122.0002.2.162 - Contribuição Financeira a Centros Comunitários  
3.3.50.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
04.122.0002.2.013 - Contribuição Financeira a Entidades  
3.3.50.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
Total R\$ 619.770,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 2.997

L E I Nº 2.997, de 22 de maio de 2013.

Denomina via pública - RUA SULEMAR SILVEIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA SULEMAR SILVEIRA, a atual Rua "B" localizada no Loteamento Dona Inês, no Bairro dos Municípios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 2.998

L E I Nº 2.998, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

#### CAPÍTULO I

#### DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL

Art. 1º A preservação do patrimônio cultural do Município de Caçador é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio cultural do Município, segundo os preceitos desta lei e de regulamentos para tal fim.

Art. 2º Constitui o patrimônio cultural municipal o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Município, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou documental.

§ 1º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger

pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

§ 2º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio cultural Municipal depois de inscritos no Livro do Tombo, de que trata o art. 5º desta Lei e segundo os procedimentos e regulamentos desta LEI.

Art. 3º A presente Lei se aplica aos bens pertencentes às pessoas físicas, bem como às pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Art. 4º Consonante com a legislação federal, excluem-se do patrimônio histórico e artístico Municipal as obras de origem estrangeira que estejam previstas no art. 3º do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

#### CAPÍTULO II

#### DO TOMBAMENTO

Art. 5º Fica instituído o Livro do Tombo Municipal, destinado à inscrição dos bens descritos no art. 2º.

Parágrafo único. O Livro do Tombo poderá ter vários volumes.

Art. 6º O processo de tombamento pode ser iniciado por qualquer cidadão de Caçador, que encaminhará requerimento fundamentado e instruído, com documentação e descrição, ao Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador.

Art. 7º O processo de tombamento de qualquer bem será finalizado através de despacho oficial emitido pelo Prefeito Municipal, que o fará somente após ter sido discutido, analisado e aprovado pelo Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver o bem tombado, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 8º O tombamento de bem pertencente à pessoa física ou à pessoa jurídica de direito público ou privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 9º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e o bem se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio cultural Municipal a juízo do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição do bem no Livro do Tombo.

Art. 10. Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição do bem e se fará de acordo com o seguinte processo:

I - após a proposição, da deliberação e da análise, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

II - no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinalado, que é improrrogável, o presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador mandará que se proceda à inscrição do bem no Livro do Tombo;

III - se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinalado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias improrrogáveis, ao órgão, entidade ou cidadão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, será o processo remetido ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de trinta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não

caberá recurso.

Art. 11. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta Lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no Livro do Tombo.

Art. 12. Da decisão do Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador a respeito do tombamento, bem como do próprio Livro do Tombo, deverão constar:

I - a descrição do bem;

II - fundamentação das características pelas quais o bem está sendo incluído no Livro do Tombo;

III - definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações;

IV - as limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário;

V - no caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do Município;

VI - no caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

### CAPÍTULO III DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 13. A alienabilidade dos bens tombados, de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, sofrerá as restrições constantes da presente LEI.

Art. 14. O tombamento definitivo dos bens imóveis de propriedade particular será transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente ao Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 15. Os bens móveis tombados não poderão sair do Município, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador.

Art. 16. Tentada, a não ser no caso previsto no art. 15, a retirada do bem dos limites do Município, será este sequestrado pelo Município.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta à multa de 5 (cinco) VRM do valor do bem, que permanecerá sequestrado em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

Art. 17. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de 01 (um) VRM sobre o valor do bem.

Art. 18. Os bens tombados não poderão, em caso nenhum, serem destruídos, demolidos ou mutilados, nem, sem prévia autorização especial do Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador, ser reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes ao Município, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 19. Sem prévia autorização do Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador, não se poderá, na vizinhança do bem tombado, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandadas destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de 01 (um) VRM do valor do mesmo objeto.

Art. 20. O Município poderá determinar ao proprietário a execução de obras ou serviços imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término, sempre de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador.

§ 1º Este ato será determinado por decreto oficial emitido pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Se o proprietário do bem tombado não cumprir o determinado no prazo fixado, o Município executará as obras ou os serviços, lançando em dívida ativa o montante expendido.

§ 3º As obras e os serviços de que trata este artigo poderão ser realizadas diretamente pelo Município, às suas expensas, se o proprietário não dispuser de condições para fazê-lo e o interesse público dessa interferência for relevante, mediante prévio parecer favorável do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador.

Art. 21. Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente do Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de um VRM, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 22. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 2º desta Lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio Municipal.

### CAPÍTULO IV DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 23. Consonante com a legislação federal, o direito de preferência à aquisição de bens tombados pelo Município será exercido de acordo com o art. 22 do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. O Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições de ensino, científicas, históricas ou artísticas e pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico Municipal.

Art. 25. Os negociantes de antiguidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador, cumprindo-lhes, outrossim, apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas



e artísticas que possuïrem.

Art. 26. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica a dos mencionados no art. 25, deverão apresentar a respectiva relação ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador, sob pena de incidirem na multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 27. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 24 desta Lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Caçador, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atribuído ao objeto.

§ 1º A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem.

§ 2º A taxa de peritagem não será inferior a um VRM.

Art. 28. O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente LEI.

Parágrafo único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento do bem pelo Conselho de Patrimônio Cultural de Caçador.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº 2.020, de 22 de dezembro de 2003.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Lei Nº 2.999

L E I Nº 2.999, de 22 de maio de 2013.

Declara de Utilidade Pública o Diretório Central dos Estudantes Oswaldo Rodrigues Cabral.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Diretório Central dos Estudantes Oswaldo Rodrigues Cabral, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.501.848/0001-91, com sede na Rua Victor Baptista Adami, nº 800, Centro, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas ao Diretório, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Aviso de Licitação - PR 41 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A MANUTENÇÃO, REFORMA DE CASA DO HORTO FLORESTAL ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 12/06/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 12/06/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de Maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

## Camboriú

### PREFEITURA

### Lei N.º 2.540/2013

LEI N.º 2.540/2013

Altera a Lei Municipal n.º 2.523 de 26 de março de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica acrescido o artigo 1º-A na Lei Municipal n.º 2.523/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º-A O percentual de atualização previsto no caput do artigo 1º desta Lei também será aplicado ao vencimento dos Profissionais do Magistério Público Municipal que recebem acima do piso salarial inicial previsto na Lei Municipal n.º 2.332/2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 22 de maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

### DI 11/13 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 011/2013 - FMS

Data: 22/05/2013

Objeto: REFERENTE À ATENDIMENTO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA MENTAL APAE, PRESTADORA CONTRATUALIZADA DA SES - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CONFORME O QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 15/2008, CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ASSINOU PACTO DE GESTÃO,



DELIBERAÇÃO DA CIB Nº 100/2009, PUBLICADO NA PORTARIA GM/MS Nº 2725.

Valor total: R\$ 16.816,52 (Dezesseis Mil Oitocentos e Dezesseis Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS CAMBORIÚ - APAE

Embasamento legal: artigo 24, inciso "XX" e "XXIV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 22 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

#### DI 4/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 004/2013 - FUNDESB

Data: 22/05/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE TUBOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CARATER EMERGENCIAL CONFORME DECRETO 1620/2013.

Valor total: R\$: 109.194,58 (Cento e Nove Mil Cento e Noventa e Quatro Reais e Cinquenta e Oito Centavos)

Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

Contratada: SANECOM SERVIÇOS INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA - ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 22 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 592 - 595 - 598/2009 - 602 - 604 - 606 - 608 - 610/2010**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 592/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMB9253	55959565B	5010/0	08/10/2009	162 * I
AMB9253	55959566B	6726/1	08/10/2009	230 * XVIII
BMV6403	55957648B	6599/2	23/09/2009	230 * V
KLX8329	55959467B	6920/0	30/09/2009	233
LAG5818	54119622B	5568/0	28/02/2005	181 * XIX
LXM4952	55959717B	6599/2	05/10/2009	230 * V
LYU9166	55958507B	6599/2	05/10/2009	230 * V
MAI9224	55958874B	6599/2	06/10/2009	230 * V
MAU6069	54119621B	5525/0	28/02/2005	181 * XV
MAX2500	55959413B	5207/0	12/09/2009	169
MCB6324	54119481B	5819/0	25/02/2005	193
MCB6324	54119482B	5720/0	25/02/2005	186 * I
MDI3383	55959667B	5819/2	07/10/2009	193
MEX6525	55959425B	5010/0	02/10/2009	162 * I
MEX6525	55959426B	5061/0	02/10/2009	163 c/c 162 * I
MEX6525	55959427B	6599/2	02/10/2009	230 * V
MFA1776	55959491B	5193/0	07/10/2009	168
MFO1318	55956842B	5010/0	05/10/2009	162 * I
MGC8679	55959311B	5045/0	06/10/2009	162 * V
MGD4920	55957644B	6637/2	22/09/2009	230 * IX
MGE7790	55957485B	5452/1	06/10/2009	181 * VIII
MHE5223	55959710B	5010/0	05/10/2009	162 * I
MHE5223	55959711B	5061/0	05/10/2009	163 c/c 162 * I
MHE5223	55959713B	6610/2	05/10/2009	230 * VII
MKP8540	55959563B	6653/1	04/10/2009	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 595/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDP5191	55958855B	6920/0	08/09/2009	233
LZA5342	55959455B	6599/2	17/09/2009	230 * V
LZA5342	55959456B	5010/0	17/09/2009	162 * I
MCH5575	55958822B	5061/0	20/09/2009	163 c/c 162 * I
MCH5575	55958823B	5010/0	20/09/2009	162 * I
MDG5442	55959664B	6599/2	07/10/2009	230 * V
MDG5442	55959665B	6912/0	07/10/2009	232
MDG5442	55959666B	5045/0	07/10/2009	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 598/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACS9006	55959324B	5614/1	22/11/2009	182 * V
AKD5578	55369816C	6599/2	08/11/2009	230 * V
BYE1890	55369468C	6920/0	27/10/2009	233
CAR1707	55369474C	6920/0	27/10/2009	233
CGR9830	55959433B	6050/2	06/10/2009	208
CKB1565	55369813C	6599/2	06/11/2009	230 * V
CKB1565	55369814C	6912/0	06/11/2009	232
CKB1565	55369815C	5045/0	06/11/2009	162 * V
HSE0599	55369478C	5541/1	04/11/2009	181 * XVII
IEP8424	55369810C	5274/2	06/11/2009	175
IEP8424	55369811C	5169/1	06/11/2009	165
IEP8424	55369812C	6556/1	06/11/2009	230 * I
LWS0061	55958840B	5428/1	08/10/2009	181 * V
LWZ2078	55369465C	6920/0	27/10/2009	233
LYH9057	55959622B	6599/2	10/11/2009	230 * V
LYH9057	55959623B	5037/1	10/11/2009	162 * III
LZG0288	55958528B	5010/0	10/11/2009	162 * I
LZG0288	55958529B	5061/0	10/11/2009	163 c/c 162 * I
LZI6450	55958527B	7048/1	06/11/2009	244 * II
LZL0241	55959804B	5738/0	26/10/2009	186 * II
MBF4374	55959050B	6599/2	03/11/2009	230 * V
MBF4374	55959696B	6610/2	03/11/2009	230 * VII
MBF4374	55959697B	6912/0	03/11/2009	232
MBK2273	55959690B	6599/2	31/10/2009	230 * V
MBW0171	55959044B	5819/1	26/10/2009	193
MBY7153	55369555C	6610/2	07/11/2009	230 * VII

MCD7986	55369603C	6599/2	11/11/2009	230 * V
MCD7986	55369604C	5010/0	11/11/2009	162 * I
MCF2655	55369801C	6599/2	04/11/2009	230 * V
MCF2655	55369802C	5037/1	04/11/2009	162 * III
MCG7301	55369503C	6599/2	01/11/2009	230 * V
MCO8862	55369558C	6599/2	12/11/2009	230 * V
MCY0637	55959148B	7064/0	29/10/2009	244 * IV
MCY0637	55959149B	6610/2	29/10/2009	230 * VII
MCY5069	55959477B	6920/0	30/09/2009	233
MDK6265	55369653C	6556/1	11/11/2009	230 * I
MDK6265	55369654C	6637/1	11/11/2009	230 * IX
MDK6265	55369655C	6637/2	11/11/2009	230 * IX
MDK6265	55369817C	6556/1	12/11/2009	230 * I
MDS8734	55958838B	6599/2	06/10/2009	230 * V
MDS8734	55958839B	5010/0	06/10/2009	162 * I
MDZ9515	55959922B	6599/2	05/11/2009	230 * V
MDZ9515	55959923B	5045/0	05/11/2009	162 * V
MDZ9515	55959924B	6653/1	05/11/2009	230 * XI
MED0110	55956988B	5720/0	22/11/2009	186 * I
MED4243	55959802B	5010/0	26/10/2009	162 * I
MED4243	55959803B	6599/2	26/10/2009	230 * V
MEE4440	55958883B	5010/0	16/11/2009	162 * I
MEE4440	55958884B	5061/0	16/11/2009	163 c/c 162 * I
MEH1484	55959913B	6726/1	30/10/2009	230 * XVIII
MEK8877	55959685B	6599/2	27/10/2009	230 * V
MET6646	55958833B	6050/1	29/09/2009	208
MEX5928	55959901B	5010/0	27/10/2009	162 * I
MEX7522	55959239B	5835/0	31/10/2009	195
MFC4745	55959490B	5010/0	07/10/2009	162 * I
MFP0316	55959967B	6599/2	02/11/2009	230 * V
MFP1210	55959801B	6599/2	26/10/2009	230 * V
MGI2741	55959668B	5819/2	07/10/2009	193
MGM1216	55959806B	5010/0	07/11/2009	162 * I
MHE2672	55959699B	6599/2	04/11/2009	230 * V
MHF4280	55959747B	5720/0	25/10/2009	186 * I
MKP8540	55959916B	7056/1	31/10/2009	244 * III
MXE7890	55369804C	5819/2	04/11/2009	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 602/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABZ1443	55369492C	6920/0	13/11/2009	233
BRD2562	55370054C	6599/2	09/12/2009	230 * V
ILL6406	55959694B	6599/2	02/11/2009	230 * V
ILL6406	55959695B	6912/0	02/11/2009	232
LYO7599	55369463C	6920/0	27/10/2009	233
MAC0595	55956388B	6599/2	11/11/2009	230 * V
MBB7643	55369901C	5738/0	30/11/2009	186 * II
MBY8657	55955242B	6599/2	29/11/2009	230 * V
MBY8657	55955243B	5010/0	29/11/2009	162 * I
MBZ4972	55959867B	6599/2	06/12/2009	230 * V
MCZ4868	55959984B	6599/2	04/12/2009	230 * V
MCZ4868	55959987B	5010/0	04/12/2009	162 * I
MCZ4868	55959988B	6912/0	04/12/2009	232
MEE6646	55369704C	6947/1	21/11/2009	235
MEE6646	55369705C	5010/0	21/11/2009	162 * I
MFS2731	55955246B	6602/0	05/12/2009	230 * VI
MGV8651	55959594B	6726/1	28/10/2009	230 * XVIII
MHO2472	55959986B	6912/0	04/12/2009	232
MIO0010	55959948B	6556/1	02/12/2009	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 604/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXI4032	55955244B	6599/2	29/11/2009	230 * V
MAQ5995	55369709C	6599/2	02/12/2009	230 * V
MAQ5995	55369710C	5010/0	02/12/2009	162 * I
MCJ4323	55956993B	5045/0	23/11/2009	162 * V
MCW9558	55960006B	5835/0	10/12/2009	195
MEF6094	55959636B	5045/0	02/12/2009	162 * V
MEW0113	55369820C	5460/0	13/11/2009	181 * IX
MEZ0606	55960010B	7366/2	13/12/2009	252 * VI
MFH3030	55369471C	6920/0	27/10/2009	233
MFJ6761	55369502C	6599/2	01/11/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET**  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 606/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAZ7671	55956985B	6599/2	19/11/2009	230 * V
LAS1707	55541245B	6920/0	27/11/2009	233
LCZ4930	55369489C	6920/0	13/11/2009	233
LXL3522	55956996B	6599/2	24/11/2009	230 * V
LXL3522	55956997B	5045/0	24/11/2009	162 * V
LYN4009	55370303C	6920/0	16/12/2009	233
MAC0444	55959863B	5550/0	27/11/2009	181 * XVIII
MBQ2039	55956294B	5878/0	31/08/2009	199
MBU4601	55955247B	5010/0	08/12/2009	162 * I
MDH9909	55369657C	7366/2	13/11/2009	252 * VI
MDI3416	55958887B	5720/0	22/11/2009	186 * I
MDU8798	55369500C	6920/0	16/12/2009	233
MFE2335	55369821C	6769/3	13/11/2009	230 * XXII
MFM1623	55959754B	5010/0	29/11/2009	162 * I
MHB8145	55960008B	7366/2	10/12/2009	252 * VI
MHH4234	55959449B	5614/4	22/11/2009	182 * V
MIG1280	55958895B	5720/0	22/11/2009	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 608/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFN8233	55370002C	6122/0	14/12/2009	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 610/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MET2319	55958523B	5819/2	03/11/2009	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 15 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLÍCIA

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.970 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.970 DE 22 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A ADQUIRIR IMÓVEL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir o imóvel matriculado no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC sob nº. 18.110, livro 02, ficha 1 pertencente ao Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS pelo valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais).

Parágrafo único: O valor será pago em 216 (duzentas e dezesseis) parcelas mensais no valor de R\$ 20.833,24 (vinte mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos) a serem reajustadas pelo indicador de custos da construção civil-CUB, sem juros.

Art.2º. O imóvel adquirido fica afetado, desde logo, ao uso especial como unidade de serviços de saúde pública municipal.

Art.3º. O Município de Campo Alegre/sc. fica autorizado a contratar eventual Operação de Crédito, na modalidade de aquisição financiada de bens consoante o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº. 43/2001.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.971 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.971 DE 22 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 15.412,32 (quinze mil, quatrocentos e doze reais, trinta e dois centavos) à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, inscrita no CNPJ/MF sob nº

01.498.979/0001-32, com sede a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 07 (zero sete) parcelas mensais no valor de R\$ 2.201,76 (dois mil, duzentos e um reais, setenta e seis centavos), sendo a primeira a 1ª no mês de junho de 2013, as demais parcelas nos meses subsequentes.

Parágrafo 2º Os recursos constantes deste Artigo deverão ser aplicados conforme plano de trabalho, do Projeto ESPORTE COMUNITÁRIO.

Art.2º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva Prestação de Contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a Prestação de Contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.6º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade;
- f) Relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos no Projeto;
- g) Relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único: A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir da data de aprovação da presente LEI.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 93.01.08.243.0067.2.122 - Manutenção e Coordenação das Atividades - do Fundo da Infância e Adolescência, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 22 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Ratificação Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 62/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS  
JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 62/2013  
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal 8.666/93, Art. 25, Inciso I.

OBJETO: Fornecimento de peças e mão de obra para conserto de máquina Motoniveladora, Volvo 6710, nº da frota 67, ano de fabricação 2005, conforme Requisições nº 0721 e 0722.

Há a necessidade da contratação direta para o fornecimento de peças e mão de obra especializada para conserto da máquina Motoniveladora, marca Volvo, modelo G710, nº da frota 67, ano de fabricação 2005, uma vez que a aquisição através de outros detentores de compatibilidade torna-se impossível devido a sua representatividade ser exclusiva e de nada adiantaria a utilização de peças ou acessórios que não seja do fabricante, para que se possa garantir vida útil da máquina sem que venha acarretar prejuízos ao erário Municipal (o que já ocorreu). Fundamenta-se a contratação no inciso I, Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93, que, prevê o caso de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, senão vejamos:

“Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial vedado a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda pelas entidades equivalentes.

Na oportunidade, valemo-nos da inteligência do conceituado Mestre Marçal Justen Filho, que assevera em sua obra: (COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 9ª edição, editora dialética, pág.283), in verbis:

“Se a contratação pode fazer-se sem licitação, é evidente que isso não significa autorizar escolhas desarrazoadas ou incompatíveis com o interesse a ser satisfeito. O limite da liberdade da administração é determinado pelas peculiaridades do interesse que se busca satisfazer”.

Destarte, procedemos com a análise criteriosa (com a documentação que nos foi encaminhada, e que segue anexo a esta justificativa), quando podemos concluir que:

A empresa LINCK MÁQUINAS S/A é a única detentora de exclusividade para a região, conforme DECLARAÇÃO/ATESTADO em anexo, entendemos ser perfeitamente possível a contratação direta, mediante Inexigibilidade de licitação com a empresa acima referida, para o fornecimento de peças e serviços especializados mencionados com base nos termos do Inciso I do art.25 da Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

O preço apresentado nos orçamentos, sendo R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para o serviço de mão de obra (CNPJ 92.747.492/0003-63) e de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) para as peças (CNPJ 92.747.492/0010-92) são os praticados no mercado, de acordo com pesquisas realizadas por esta Secretaria.

Atente-se a Comissão de Licitações, a adoção das medidas descritas no caput artigo 26 da Lei 8.666/93, como condição para eficácia do ato da contratação dos serviços e a consulta da regularidade da empresa contratada (filiais) perante a previdência social (CND INSS) e o fundo de garantia do tempo de serviço (CRF FGTS).

É o que justifica a contratação.

Campo Alegre, 17 de maio de 2013.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

Campo Alegre, 23 de maio de 2013.

À Ilustríssima Senhora Secretária,  
Maria Eliane Friedrich,

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 62/2013, tendo a escolha recaído sobre a empresa LINCK MÁQUINAS S/A, sendo para o serviço de mão de obra, CNPJ 92.747.492/0003-63, da filial Joinville-SC e para as peças, CNPJ 92.747.492/0010-92, da filial de Palhoça-SC, com o valor total de R\$ 19.900,00 (sendo R\$ 12.400 para peças e R\$ 7.500,00 para serviço), considerando a justificativa do Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, vossa autorização e ainda, parecer jurídico favorável, às fls. 12. Solicitamos a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Comissão Permanente de Licitações

### **RATIFICAÇÃO**

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Municipal nº 7.688 de 22 de março de 2013, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 62/2013, tendo a escolha recaído sobre a empresa LINCK MÁQUINAS S/A (CNPJ 92.747.492/0003-63 e CNPJ 92.747.492/0010-92), com o valor total de R\$ 19.900,00.

Publique-se,

Campo Alegre, 23 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

### **Resultado Pregão 56/2013**

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 56/2013)

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às quatorze horas, em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 56/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a aquisição de 01 (uma) motocicleta, nova, para a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerra-se a sessão com a lavratura desta ata,



que vai assinada:

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Pregoeira Municipal

IRINEU WOITSKOVSKI JUNIOR  
Membro Equipe Apoio

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

DECISÃO  
(Processo Licitatório nº 56/2013)

Considerando que o processo licitatório em epígrafe foi DESERTO, conforme ata de julgamento à fl. 38, archive-se este, e inicie-se, na oportunidade, novo processo licitatório para a contratação do objeto.

Campo Alegre, 17 de maio de 2013.  
MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração interina

Visto e de acordo:  
NAYRA RAMOS  
OAB/SC 34.257

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 3862/13 - Autoriza Desenvolver Ações Para Implementar o Plano de Habitação de Interesse Social Criado Pela Lei Complementar Nº04/2011.**

LEI Nº 3.862/2013 DE 20/05/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESENVOLVER AÇÕES PARA IMPLEMENTAR O PLANO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 04 DE 03/03/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a não cobrar o valor da contrapartida do município de R\$ 846.663,52, referente ao Convênio nº 324.887-45/2010 firmado com o Ministério das Cidades para a construção de 30 (trinta) Unidades Habitacionais no Loteamento Faedo, como desenvolvimento e implementação da política habitacional do município, que tem como objetivo a promoção do acesso à moradia digna, especialmente aos estratos de mais baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município.

Art. 2º. As unidades habitacionais mencionadas no artigo anterior, destinam-se às famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que foram atingidas por catástrofes naturais, como vendavais ou que estão em locais de risco ou em desacordo com a lei ambiental, completamente vulneráveis e que passaram por Estudo Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho e aprovação pelo Conselho Municipal da Habitação de Campos Novos.

Art. 3º. O proprietário da unidade habitacional terá que utilizar o imóvel exclusivamente para a moradia, estando impedido de realizar a venda ou comodato dos referido imóvel pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 4º. Fica o município autorizado a pagar as despesas referentes à emissão e registro das escrituras públicas aos beneficiários ao final da obra.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de maio de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 3866/2013 - Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro À Entidade Que Menciona e Dá Outras Providências.**

LEI Nº 3.866/13 DE 20/05/2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,  
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E EU SANCIONO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro ao Lar dos meninos João Di Domenico, CNPJ 82.802.885/0001-07, no valor de R\$ 71.819,96 (setenta e um mil oitocentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) para realização de obras de melhoria da infraestrutura da instituição.

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: Reequipamento do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência  
ELEM. DE DESPESA: 10 - 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0167.000 000  
VALOR: R\$ 67.627,63

ÓRGÃO: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência  
ELEM. DE DESPESA: 09 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0167.000 000  
VALOR: R\$ 4.192,33

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de maio de 2013.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Republicado - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa Badesc Cidades II e Dá Outras Providências.**

REPUBLICADO

LEI Nº 3856/2013 DE 02/05/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades II, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência do BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC Cidades II propiciará o aporte de recursos ao Município do financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e caminhões.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa BADESC Cidades II, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos no montante de R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais).

Parágrafo Único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º. Para dar ao BADESC Cidades II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Parágrafo único. O valor do encargo mencionado neste artigo somente será devido pelo Município no caso de inadimplência das parcelas do financiamento.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 02 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 6736/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Município de Campos Novos SC**

DECRETO Nº 6736/13, de 20/05/2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS SC.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 3860, de 20/05/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Campos Novos

SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
UNIDADE: 23 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA PROJETO/  
ATIVIDADE: 1011 - Reequipamento da Secretaria de Transp. Obras e Urbanismo  
Elementos de despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01 .0083.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.300.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 3.856 de 02/05/2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos SC, em 20 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Moção 28/2013**

MOÇÃO Nº 28/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a Pedido do Vereador Dirceu José Kaiper (Pé), manifesta integral e irrestrita parabenização aos responsáveis e colaboradores do

"PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência".

É com grande satisfação que queremos parabenizar o grupo de Instrutores CABO Gilmar Marco Pereira, SOLDADOS Dalmir Moce-lin e Katia Kunen e o CABO Vilmar Paviani Menegas, pelo brilhante trabalho que vem realizando junto aos nossos jovens camponenses.

Outrossim, parabenizamos o PROERD pela passagem dos seus 15 Anos no Estado de Santa Catarina, desde março de 1998, iniciado na cidade de Lages, e em especial pelos 12 anos de existência em nosso Município, desde agosto de 2001.

Considerando ainda que este programa já atendeu até hoje mais de 12.000 alunos nos anos iniciais 3ºs, 5ºs e 7ºs anos do ensino fundamental. Sem contar o Curso Proerd para Pais.

Somos reconhecedores de que programas como este podem influenciar e até mesmo salvar vidas!

Sala das Sessões, em 07/05/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

NELSON CARAFA  
1º Secretário

ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

GILSON CESAR LOPES  
Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR  
Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vereador

RICARDO DAMÁSIO  
Vereador

RUI JORGE TOMAZONI  
Vereador

**Moção Nº 11/2013**  
MOÇÃO Nº 11/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a seguinte

**“MOÇÃO DE AGRADECIMENTO”**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento ao

**“PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - NELSON CRUZ”**

A pedido do vereador Antônio Rosa, vimos através desta, agradecer-lo por atender os alunos que estudam fora do nosso município, onde a Prefeitura Municipal estará contribuindo com o transporte coletivo.

Estamos muito satisfeitos com a iniciativa do Prefeito em ajudar os alunos, pois a atual ação promove o bem estar, oportunidades e melhoria de qualidade de vida de dezenas de estudantes. Outrossim desejamos pleno sucesso ao trabalho que vem sendo desenvolvido em nosso município.

Sala das Sessões, em 14/03/2013.  
ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

**Moção Nº 12/2013**  
MOÇÃO Nº 12/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas

legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a seguinte

**“MOÇÃO DE AGRADECIMENTO”**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento a

**“SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CAMPOS NOVOS - ROSANGELA SCHUSTER LUFT”**

A pedido do vereador Antônio Rosa, vimos através desta, agradecer-la pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo frente à Secretaria Municipal de Educação, onde juntamente com o Prefeito Municipal Nelson Cruz, atenderam de forma maravilhosa o pedido dos alunos que estudam fora do nosso município, por estarem contribuindo com o transporte coletivo.

Outrossim, desejamos pleno sucesso ao trabalho que vem sendo realizado na educação do nosso município.

Sala das Sessões, em 14/03/2013.

ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

**Moção Nº 13/2013**  
MOÇÃO Nº 13/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a seguinte

**“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento a

**“COMISSÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO: JOÃO MARCELO VARGAS, VINICIUS SERENA, SARA NOHATO, JEFERSON AROMI E SABRINA”**

A pedido do vereador Antônio Rosa, vimos através desta, parabenizá-los pela organização e desempenho da comissão do transporte universitário e pela conquista que tiveram, onde a Prefeitura Municipal estará contribuindo com o transporte coletivo.

Outrossim, desejamos pleno sucesso aos alunos que através de uma ação conjunta chegaram a esta conquista, que ira auxiliar para a formação profissional.

Parabéns a todos!

Sala das Sessões, em 14/03/2013.  
ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

**Moção Nº 24/2013**  
MOÇÃO Nº 24/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Márcio Miranda Vieira da Rosa, responsável pela Agência Regional dos Correios de Santa Catarina para que este determine, junto ao setor competente a seguinte

#### MOÇÃO DE APELO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais, a pedido do vereador Maurílio Castro Campagnoni, manifestam seu apelo a

#### "DIRETORIA REGIONAL DOS CORREIOS DE SANTA CATARINA"

Onde solicitam a Empresa de Correios e Telégrafos de Santa Catarina para que juntamente com a Agência dos Correios de Campos Novos, realizem um estudo que viabilize com urgência a entrega de correspondências no Loteamento "Colina das Flores" localizado no Bairro Jardim Bela Vista em nosso Município.

Considerando que o referido Loteamento já existe há aproximadamente seis anos em nosso Município e que este pedido, solicitado pelos moradores, já foi realizado através de proposição encaminhada à Agência local por este Poder, o qual obteve como resposta, que a maior dificuldade está na falta de efetivo para atender essa nova demanda.

Tendo em vista que o problema já foi detectado, solicitamos que o presente apelo possa ser atendido o mais breve possível, a fim de que a Agência dos Correios de Campos Novos continue desempenhando um bom trabalho, atendendo às demandas da comunidade.

Sala das Sessões, em 16/04/2013.  
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI  
Presidente da Mesa

NELSON CARAFA  
1º Secretário

ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR  
Vereador

IVONETE SERNAJOTO TROMBETA  
Vereadora

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vereador

RICARDO DAMÁSIO  
Vereador

RUI JORGE TOMAZONI  
Vereador

#### Moção Nº 25/2013 MOÇÃO Nº 25/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### "MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Ricardo Damasio manifesta integral e irrestrita parabenização ao

#### "NÚCLEO DE JOVENS EMPREENDEDORES DE CAMPOS NOVOS - ACIRCAN JOVEM"

Pelo seu trabalho realizado junto a comunidade camponovense, em especial, pelo brilhante evento realizado no dia 17 de abril, show com "Biribinha", o qual reuniu aproximadamente 800 pessoas, atração está presente em nosso município pela segunda vez, sendo promovida pelo seus núcleo em parceria com a ACIRCAN, Prefeitura Municipal e demais empresas patrocinadoras. É com grande satisfação que os parabenizamos, e temos orgulho de ter em nosso município um Núcleo de Jovens Empreendedores ativo, que realmente se preocupam também com o lazer de nossa população. Onde estão presentes e com muito esforço proporcionando grandes momentos aos nossos munícipes.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os integrantes do Núcleo de Jovens Empreendedores, organizadores do evento e desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos e nos futuros eventos.

Sala das Sessões, em 18/04/2013.  
MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI  
Presidente da Mesa

NELSON CARAFA  
1º Secretário

ANTÔNIO ROSA  
2º Secretário

ADAVILSON TELLES  
Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR  
Vereador

IVONETE SERNAJOTO TROMBETA  
Vereadora

JOSÉ TADEU GUZATTI  
Vereador

RICARDO DAMÁSIO  
Vereador

RUI JORGE TOMAZONI  
Vereador



**Moção Nº 26/2013**  
**MOÇÃO Nº 26/2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a AMPLASC, a AMURC, ao Ministério dos Transportes, a VALEC, ao DENIT e ao Deputado Federal Pedro Uczai a seguinte

**MOÇÃO DE APOIO:**

“A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS, ATRAVÉS DE SEUS MEMBROS APOIA A MANUTENÇÃO DO TRAÇADO ORIGINAL DA FERROVIA LESTE-OESTE DE SANTA CATARINA, COM PASSAGEM DA LINHA FÉRREA PELAS REGIÕES DE ITAJAÍ, BLUMENAU, RIO DO SUL, CURITIBANOS, CAMPOS NOVOS, HERVAL D’ OESTE, JOAÇABA E CHAPECÓ, AMPLIANDO O TRAÇADO NO OESTE PARA AS REGIÕES DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DIONÍSIO CERQUEIRA, BEM COMO A ESCOLHA DESTA COMO PRIORIDADE NO PROJETO FERROVIÁRIO NACIONAL”.

**JUSTIFICATIVA:**

A AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado realizou Audiência Pública Regional em 04 de abril de 2013, onde os Municípios da região e demais entidades de representação regional elaboraram um documento assinado por diversas entidades onde apresentaram a necessidade do fomento e aceleração do projeto ferroviário nacional e a defesa do traçado original como estratégico da ferrovia Leste-Oeste em Santa Catarina, com implantação de traçado integrador e fomentador econômico para o estado catarinense, portanto, com passagem da linha férrea pelas regiões de Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Curitiba, Campos Novos, Herval d’ Oeste, Joaçaba e Chapecó além de ampliar para as regiões de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira.

O desenvolvimento de Santa Catarina precisa assegurar um traçado ferroviário estratégico, que integre o Estado, contemple uma visão capaz de fomentar a economia e a interligação regional, assegurando o desenvolvimento social, planejamento eficaz e projetos de integração logística que atendam ao conjunto da população catarinense.

Nessa visão e, em defesa do futuro comum das regiões e municípios. é imperioso assegurar o traçado originariamente estabelecido à construção da Ferrovia Leste-Oeste de Santa Catarina, assegurando sua passagem pelas regiões dos Municípios de Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Curitiba, Campos Novos, Herval d’ Oeste, Joaçaba, Chapecó e estendendo esta para as regiões de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Esse traçado assegurará a construção da vértice ferroviária “leste-oeste” passando pelo centro geodésico do Estado, integrando a diversidade econômica e fazendo justiça aos municípios do Vale do Itajaí, Alto Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Planalto Central, Meio Oeste e Oeste Catarinense.

Assim esta Câmara de Vereadores vem pela presente manifestar-se em apoio e defesa do traçado original para a construção de Ferrovia Leste-Oeste, em articulação com as demais entidades empresariais e de representação regional e com amplo apoio da sociedade civil regional, requerendo aos órgãos governamentais responsáveis pela coordenação do projeto ferroviário catarinense a manutenção do referido traçado original, passando pelos municípios supra elencados, de modo especial, a REGIÃO DE CAMPOS NOVOS.

Outrossim queremos expressar apoio ao governador Federal em

sua disposição política de fomentar a aceleração o novo “modelo ferroviário nacional”, assegurando celeridade na condução de estudos técnicos, realização das licitação e início das obras, assegurando integração da economia e qualificação da infra-estrutura de escoamento em Santa Catarina e do Brasil, e que neste projeto seja considerada a referida ferrovia LESTE-OESTE em nosso Estado como PRIORIDADE!

A interligação ferroviária das referidas regiões é projeto fundamental de fomento a produção industrial, do escoamento da proteína animal, da produção de frangos e suínos e permitirá ao Estado potencializar a comercialização de seus produtos, como os derivados da madeira, alho, soja, maçã, roupas, máquinas, dentre outros. Trata-se além de assegurar celeridade e integração logística, permitir a disposição de condições estratégicas que permitam a agregação de valor aos produtos, gerando desenvolvimento, empregos e renda, integrando-se definitivamente à cadeia produtiva catarinense. Por estas razões técnicas, econômicas, de amplo desenvolvimento e políticas, que defendemos pela presente o traçado da Ferrovia Leste-Oeste assegurando sua passagem pelas regiões dos Municípios de Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Curitiba, Campos Novos, Herval d’ Oeste, Joaçaba, Chapecó e estendendo esta para as regiões de São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, contemplando dezenas de municípios, alcançando milhares de pessoas, integrando sistemas produtivos, assegurando uma matriz ferroviária estratégica, integradora e fomentadora da economia, de regiões econômicas, em benefício a toda SANTA CATARINA.

Assim sendo os vereadores subscrevem a presente moção, esperando o pronto acolhimento do pleito nela contido.

Sala das Sessões, em 02/05/2013.

**DIRCEU JOSÉ KAIPER**

Presidente da Mesa

**NELSON CARAFA**

1º Secretário

Continuação Moção nº 26/2013

**ANTÔNIO ROSA**

2º Secretário

**Moção Nº 27****MOÇÃO Nº 27/2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

**MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

A pedido do vereador Gilson Cesar Lopes, o Poder Legislativo de Campos Novos / SC, vem por meio de seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a

“APIOSC - Associação dos Pilotos do Oeste de Santa Catarina e aos Pilotos Camponovenses Sr. Márcio Luiz Giacomelli, Sr. Gustavo Machado, Sr. Marco Aurélio Becher e Sr. Anderson Boing”.

Pelo belíssimo evento, e exemplar organização da 1ª Etapa do “Campeonato Scherer de Gaiolas” ocorrido em Campos Novos neste último final de semana, dias 04 e 05 de maio, no Parque Ernesto Zortea.

Parabenizamos ainda o ótimo desempenho destes pilotos nas modalidades em que participaram e por estarem sempre levando o nome de nosso município e todos os lugares em que participam.

Para nós é de grande valia tão grandioso evento, pois somos sabedores do empenho e comprometimento de todos que colaboraram pelo sucesso obtido.

Outrossim, desejamos pleno sucesso aos futuros eventos que virão, que agradam e trabalham em prol da população, e nos colocamos a disposição para futuras parcerias.

Sala das Sessões, em 07/05/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

GILSON CESAR LOPES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

### **Moção Nº 29/2013**

MOÇÃO Nº 29/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Gilson Cesar Lopes, manifesta integral e irrestrita parabenização a

“3ª COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAMPOS NOVOS”

Em nome do “Comandante da 3ª Companhia da Polícia Militar de Campos Novos Major Tércio Valdir dos Santos, e ao Sub-Comandante da 3ª Companhia da Polícia Militar de Campos Novos Tenente Rodrigo Pedrosa”, vimos por meio deste, parabenizar o trabalho desenvolvido junto à comunidade camponovense, e pela exemplar organização nos serviços realizados com preocupação, desempenho, e dedicação garantindo melhorias em prol da segurança do Município, e a todos os demais soldados, que cooperam

no sucesso obtido nos trabalhos desta equipe que é de grande valia e importância para a Cidade de Campos Novos.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e sorte no decorrer da caminhada de cada um, que podemos firmar que será de um talento e brilho eterno na jornada que virão á trilhar. Sem mais para o momento colocamos-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 09/05/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

GILSON CESAR LOPES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

Ricardo Damásio

VEREADOR

Rui Jorge Tomazoni

VEREADOR

### **Moção Nº 30/2013**

MOÇÃO Nº 30/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO**

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Gilson Cesar Lopes, manifesta integral e irrestrita parabenização aos

“DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL, E Á TODA A SUA EQUIPE DE INVESTIGAÇÃO”

Pelo trabalho desenvolvido junto à comunidade camponovense, e pela exemplar organização nos serviços realizados com preocupação, desempenho, e dedicação, e em especial às últimas providências tomadas contra o tráfico, e pessoas de má índole garantindo melhorias em prol da segurança do Município, e a todos os demais funcionários que cooperam no sucesso obtido nos trabalhos desta equipe que é de grande valia e importância para a Cidade de Campos Novos.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e sorte no decorrer

da caminhada de cada um, que podemos firmar que será de um talento e brilho eterno na jornada que virão à trilhar.  
Sem mais para o momento colocamos-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 09/05/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

GILSON CESAR LOPES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

### **Moção Nº 31/2013**

MOÇÃO Nº 31/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento ao

#### **"JORNAL PLANALTO"**

A pedido do vereador Antônio Rosa, viemos por meio deste, parabenizar a equipe do Jornal Planalto pela iniciativa em divulgar matéria sobre o lixo no Parque Ernesto Zortéa. É um exemplo de cidadania, aonde vem a contribuir com a melhoria do meio ambiente.

Desta forma, não poderíamos deixar de parabenizá-los, pelo seu empenho e dedicação em busca de levar o melhor conteúdo aos leitores.

Outrossim, desejamos pleno sucesso a toda a equipe do Jornal Planalto.

Era o que havia para o momento.

Sala das Sessões, em 14/05/2013.

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

### **Moção Nº 32/2013**

MOÇÃO Nº 32/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **"MOÇÃO DE AGRADECIMENTO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento a "SADY JACOMEL"

A pedido do vereador Antônio Rosa, viemos por meio deste, agradecer e parabenizar o Senhor Dr. Sady Jacomel por ter contribuído no entendimento e melhoria do Projeto de Lei Complementar nº05/2013 que trata sobre a regularização de construções clandestinas e/ou irregulares. Pois somos sabedores da sua preocupação com o crescimento e desenvolvimento de nosso Município. Outrossim, desejamos sucesso ao decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 14/05/2013.

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

### **Moção Nº 33/2013**

MOÇÃO Nº 33/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

#### **"MOÇÃO DE AGRADECIMENTO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento a

#### **"EDGAR CARVALHO"**

A pedido do vereador Antônio Rosa, viemos por meio deste, agradecer e parabenizar o Senhor Dr. Edgar Carvalho por ter contribuído no entendimento e melhoria do Projeto de Lei Complementar nº05/2013 que trata sobre a regularização de construções clandestinas e/ou irregulares. Pois somos sabedores da sua preocupação com o crescimento e desenvolvimento de nosso Município. Outrossim, desejamos sucesso ao decorrer de sua carreira.

Sala das Sessões, em 14/05/2013.

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário



**Moção Nº23/2013**  
**MOÇÃO Nº 23/2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Deputado Federal João Alberto Pizzolatti Junior a seguinte

**"MOÇÃO DE APELO"**

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Ricardo Damasio manifestam seu apelo

**"PARA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE CRIMINAL DE 18 PARA 16 ANOS"**

Considerando que o aumento da criminalidade por menores de idade nos dias atuais, está em proporções verdadeiramente alarmantes, urgem providências enérgicas para colocar um fim nessa violência que atinge a população. E cabe ao Parlamento Nacional tomar a dianteira, numa luta sem tréguas, porque representa por excelência o povo brasileiro.

Assim, levando-lhe ao conhecimento a presente Moção, onde a sociedade brasileira apela providências contra o estado de violência gratuita que acomete a população. Pedimos que seja feito algo contra os infratores, mediante leis mais rigorosas, e a Modificação da Lei de Execução Criminal para a "Redução da Maioridade Criminal de 18 para 16 anos."

Tendo em vista que com 16 anos o cidadão tem vários direitos, entre eles o direito ao voto, portanto deve também ser responsabilizado pelos seus atos cometidos. Sendo que hoje cometem crimes e não são punidos pelo fato de serem menores. Um adolescente com 16 anos já sabe distinguir o certo do errado, e assim com é capaz de cometer crimes, deveria ser responsabilizado por eles.

Acreditamos que com a diminuição da maioridade criminal, possamos produzir em um curto espaço de tempo uma melhora no combate a violência de nossas ruas. Seja como for, a sociedade organizada não deve silenciar quanto aos acontecimentos que dia a dia são estampados nos meios de comunicação, numa afronta ao cidadão de bem e ao próprio Estado brasileiro.

Sala das Sessões, em 16/04/2013.

**MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI**  
Presidente da Mesa

**NELSON CARAFA**  
1º Secretário

**ANTÔNIO ROSA**  
2º Secretário

**ADAVILSON TELLES**  
Vereador

**IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR**  
Vereador

**IVONETE SERNAJOTO TROMBETA**  
Vereador

**JOSÉ TADEU GUZATTI**  
Vereador

**RICARDO DAMÁSIO**  
Vereador

**RUI JORGE TOMAZONI**  
Vereador

---

**SAMAE**

---

**Portaria 026/2013**

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834  
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento  
PORTARIA SAMAE CNO 026/2013, DE 08 DE MAIO DE 2013

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE**

Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base no Artigo 92, Seção V, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo período de 15 (quinze) dias, ao servidor ADEMIR FAPPI, Operador de ETA/ETE, Padrão 7.3.L.

O período da licença será de 08/05/2013 a 22/05/2013, prorrogáveis por 15 (quinze) dias.

**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

**JOEL FRANCISCO FAGUNDES**  
Diretor do SAMAE

**PEGAS**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Relatório da Gestão Fiscal - RGF - 1º Quadrimestre de 2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.360.517,81	70.254,51
Pessoal Ativo	39.252.812,43	70.254,51
Pessoal Inativo e Pensionista	2.107.705,38	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	605.154,69	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	461.142,75	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	144.011,94	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>40.755.363,12</b>	<b>70.254,51</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>40.825.617,63</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>86.176.630,07</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>47,37</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>46.535.380,24</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>44.208.611,23</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>41.881.842,21</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>9.021.754,50</b>	<b>8.022.681,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	6.075.660,96	5.076.587,76	0,00	0,00
Interna	6.075.660,96	5.076.587,76	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.946.093,54	2.946.093,54	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>9.518.780,23</b>	<b>13.234.110,91</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.248.002,92	14.673.079,39	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	762.110,18	1.471.855,97	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-497.025,73</b>	<b>-5.211.429,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>84.778.845,45</b>	<b>86.176.630,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>10,64%</b>	<b>9,31%</b>		
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-0,59%</b>	<b>-6,05%</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>101.734.614,54</b>	<b>103.411.956,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>91.561.153,09</b>	<b>93.070.760,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	6.075.660,96	5.076.587,76	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	454.564,68	421.355,08	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	454.564,68	421.355,08	0,00	0,00
Previdenciárias	454.564,68	421.355,08	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	5.621.096,28	4.655.232,68	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	437.456,46	704.851,39	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.208.367,93	28.339.618,66	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013

Continuação 2/2

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b><u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2013**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>84.778.845,45</b>	<b>86.176.630,07</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>18.651.346,00</b>	<b>18.958.858,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>16.786.211,40</b>	<b>17.062.972,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>195.832,99</b>	<b>195.832,99</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	195.832,99	195.832,99
Interna	195.832,99	195.832,99
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	195.832,99	195.832,99
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>86.176.630,07</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>195.832,99</b>	<b>0,23</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>13.788.260,81</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>12.409.434,73</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>6.032.364,10</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>195.832,99</b>	<b>0,23</b>

FONTE:



**MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 1º Quadrimestre de 2013**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	43.061.599,50	49,97
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	51.705.978,04	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	49.120.679,14	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-5.211.429,61	-6,05
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	103.411.956,08	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.958.858,62	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	195.832,99	0,23
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	13.788.260,81	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	6.032.364,10	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	15.549.358,36	9.003.441,30

FONTE:

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - 2º Bimestre de 2013

Município de CANOINHAS - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>15.852.876,12</b>	<b>14,33</b>	<b>30.154.405,89</b>	<b>27,26</b>	<b>80.466.109,11</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>96.610.515,00</b>	<b>96.610.515,00</b>	<b>15.380.197,92</b>	<b>15,92</b>	<b>29.277.348,42</b>	<b>30,30</b>	<b>67.333.166,58</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.982.605,00	11.982.605,00	3.730.366,20	31,13	5.050.667,48	42,15	6.931.937,52
IMPOSTOS	9.733.900,00	9.733.900,00	2.804.755,63	28,81	3.943.165,76	40,51	5.790.734,24
TAXAS	2.123.705,00	2.123.705,00	922.878,47	43,46	1.102.258,87	51,90	1.021.446,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	125.000,00	125.000,00	2.732,10	2,19	5.242,85	4,19	119.757,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.411.000,00	3.411.000,00	123.998,08	3,64	281.370,53	8,25	3.129.629,47
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	851.000,00	851.000,00	7.338,15	0,86	50.194,39	5,90	800.805,61
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.560.000,00	2.560.000,00	116.659,93	4,56	231.176,14	9,03	2.328.823,86
RECEITA PATRIMONIAL	822.460,00	822.460,00	78.452,40	9,54	153.412,93	18,65	669.047,07
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	809.660,00	809.660,00	78.452,40	9,69	153.412,93	18,95	656.247,07
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.800,00	12.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.351.345,00	71.351.345,00	11.226.503,70	15,73	23.269.493,52	32,61	48.081.851,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	70.729.345,00	70.729.345,00	11.174.213,20	15,80	23.123.319,19	32,69	47.606.025,81
Transf. de Conv.	622.000,00	622.000,00	52.290,50	8,41	146.174,33	23,50	475.825,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.043.105,00	2.043.105,00	220.877,54	10,81	522.403,96	25,57	1.520.701,04
Multas e Juros de Mora	294.150,00	294.150,00	58.456,03	19,87	109.918,01	37,37	184.231,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.050,00	15.050,00	1.209,00	8,03	91.053,46	605,01	-76.003,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.084.950,00	1.084.950,00	138.474,01	12,76	270.120,20	24,90	814.829,80
RECEITAS DIVERSAS	648.955,00	648.955,00	22.738,50	3,50	51.312,29	7,91	597.642,71
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>14.010.000,00</b>	<b>14.010.000,00</b>	<b>472.678,20</b>	<b>3,37</b>	<b>877.057,47</b>	<b>6,26</b>	<b>13.132.942,53</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	195.832,99	3,92	4.804.167,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	195.832,99	3,92	4.804.167,01
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.940.000,00	8.940.000,00	472.678,20	5,29	681.224,48	7,62	8.258.775,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	400.000,00	400.000,00	173.333,33	43,33	223.333,33	55,83	176.666,67
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.540.000,00	8.540.000,00	299.344,87	3,51	457.891,15	5,36	8.082.108,85
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>15.852.876,12</b>	<b>14,33</b>	<b>30.154.405,89</b>	<b>27,26</b>	<b>80.466.109,11</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>15.852.876,12</b>	<b>14,33</b>	<b>30.154.405,89</b>	<b>27,26</b>	<b>80.466.109,11</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	110.620.515,00	110.620.515,00	15.852.876,12	14,33	30.154.405,89	27,26	80.466.109,11
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	21.290,92	—	—	21.290,92	—	—
Superávit Financeiro	—	21.290,92	—	—	21.290,92	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>2.863.206,86</b>	<b>113.483.721,86</b>	<b>15.347.858,76</b>	<b>50.777.375,43</b>	<b>15.083.528,73</b>	<b>24.457.057,61</b>	<b>21,55</b>	<b>89.026.664,25</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>87.288.622,00</b>	<b>902.290,92</b>	<b>88.190.912,92</b>	<b>13.407.163,91</b>	<b>40.047.480,99</b>	<b>13.935.298,39</b>	<b>22.317.003,46</b>	<b>25,31</b>	<b>65.873.909,46</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.770.245,00	271.290,92	43.041.535,92	7.719.754,98	14.477.760,94	8.504.986,92	14.610.448,38	33,94	28.431.087,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	82.302,54	402.972,79	120.749,31	206.859,54	14,78	1.193.140,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.118.377,00	631.000,00	43.749.377,00	5.605.106,39	25.166.747,26	5.309.562,16	7.499.695,54	17,14	36.249.681,46
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>23.276.893,00</b>	<b>1.960.915,94</b>	<b>25.237.808,94</b>	<b>1.940.694,85</b>	<b>10.729.894,44</b>	<b>1.148.230,34</b>	<b>2.140.054,15</b>	<b>8,48</b>	<b>23.097.754,79</b>
INVESTIMENTOS	20.656.893,00	1.960.915,94	22.617.808,94	1.486.152,85	8.942.195,05	550.648,40	945.147,96	4,18	21.672.660,98
INVERSOES FINANCEIRAS	220.000,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00	454.542,00	1.787.699,39	597.581,94	1.194.906,19	49,79	1.205.093,81
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>2.863.206,86</b>	<b>113.483.721,86</b>	<b>15.347.858,76</b>	<b>50.777.375,43</b>	<b>15.083.528,73</b>	<b>24.457.057,61</b>	<b>21,55</b>	<b>89.026.664,25</b>

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>2.863.206,86</b>	<b>113.483.721,86</b>	<b>15.347.858,76</b>	<b>50.777.375,43</b>	<b>15.083.528,73</b>	<b>24.457.057,61</b>	<b>21,55</b>	<b>89.026.664,25</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.697.348,28	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>110.620.515,00</b>	<b>2.863.206,86</b>	<b>113.483.721,86</b>	<b>15.347.858,76</b>	<b>50.777.375,43</b>	<b>15.083.528,73</b>	<b>30.154.405,89</b>	<b>21,55</b>	<b>89.026.664,25</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	110.620.515,00	113.483.721,86	15.347.858,76	50.777.375,43	15.083.528,73	24.457.057,61	100,00	21,55	89.026.664,25
Legislativa	3.220.000,00	3.220.000,00	380.759,27	796.403,25	383.311,20	771.176,45	3,15	23,95	2.448.823,55
Ação Legislativa	3.220.000,00	3.220.000,00	380.759,27	796.403,25	383.311,20	771.176,45	3,15	23,95	2.448.823,55
Administração	6.811.238,00	6.811.238,00	1.097.327,38	3.021.893,41	1.248.068,22	2.113.361,75	8,64	31,03	4.697.876,25
Planejamento e Orçamento	950.000,00	950.000,00	148.488,35	494.778,48	156.564,18	277.922,90	1,14	29,26	672.077,10
Administração Geral	5.861.238,00	5.861.238,00	948.839,03	2.527.114,93	1.091.504,04	1.835.438,85	7,50	31,31	4.025.799,15
Segurança Pública	462.025,00	462.025,00	22.500,20	50.173,27	25.872,71	31.622,93	0,13	6,84	430.402,07
Administração Geral	412.025,00	412.025,00	22.500,20	50.173,27	25.872,71	31.622,93	0,13	7,68	380.402,07
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Assistência Social	4.704.230,00	4.764.230,00	456.065,84	1.236.930,26	470.186,52	791.010,27	3,23	16,60	3.973.219,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	160.655,00	160.655,00	21.667,82	57.846,17	23.442,31	40.775,38	0,17	25,38	119.879,62
Assistência Comunitária	4.343.575,00	4.403.575,00	434.398,02	1.179.084,09	446.744,21	750.234,89	3,07	17,04	3.653.340,11
Custódia e Reintegração Social	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Saúde	19.672.781,00	21.791.996,27	3.429.676,70	12.939.630,17	4.060.363,18	6.939.544,81	28,37	31,84	14.852.451,46
Atenção Básica	6.262.495,00	6.733.710,27	1.067.908,16	3.051.154,98	1.298.663,24	2.072.885,15	8,48	30,78	4.660.825,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.598.726,00	12.279.726,00	1.894.078,03	8.656.041,29	2.327.695,75	4.292.882,15	17,55	34,96	7.986.843,85
Suporte Profilático e Terapêutico	2.021.395,00	2.021.395,00	326.907,58	914.204,48	311.038,12	345.782,14	1,41	17,11	1.675.612,86
Vigilância Sanitária	254.865,00	254.865,00	45.822,98	114.512,36	46.437,59	91.800,94	0,38	36,02	163.064,06
Vigilância Epidemiológica	535.300,00	502.300,00	94.959,95	203.717,06	76.528,48	136.194,43	0,56	27,11	366.105,57
Trabalho	1.402.000,00	1.402.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.402.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.402.000,00	1.402.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.402.000,00
Educação	34.072.091,00	34.505.264,41	4.816.422,86	14.417.272,07	5.804.315,22	8.643.287,78	35,34	25,05	25.861.976,63
Ensino Fundamental	25.869.067,00	25.992.272,90	3.572.737,12	10.929.363,27	4.376.121,56	6.370.796,94	26,05	24,51	19.621.475,96
Ensino Profissional	634.000,00	634.000,00	59,52	518.093,14	0,00	0,00	0,00	0,00	634.000,00
Ensino Superior	160.000,00	160.000,00	24.464,71	61.486,99	25.933,92	45.756,08	0,19	28,60	114.243,92
Educação Infantil	7.289.024,00	7.598.991,51	1.219.161,51	2.908.328,67	1.402.259,74	2.226.734,76	9,10	29,30	5.372.256,75
Educação de Jovens e Adultos	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Cultura	439.405,00	439.405,00	62.964,71	233.871,42	73.600,31	93.050,86	0,38	21,18	346.354,14
Difusão Cultural	439.405,00	439.405,00	62.964,71	233.871,42	73.600,31	93.050,86	0,38	21,18	346.354,14
Urbanismo	17.033.208,00	16.896.208,00	1.853.488,60	10.473.344,77	1.136.464,10	2.071.889,69	8,47	12,26	14.824.318,31
Administração Geral	3.100.000,00	3.100.000,00	575.289,22	1.397.409,15	701.137,96	1.154.247,36	4,72	37,23	1.945.752,64

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	110.620.515,00	113.483.721,86	15.347.858,76	50.777.375,43	15.083.528,73	24.457.057,61	100,00	21,55	89.026.664,25
Urbanismo	17.033.208,00	16.896.208,00	1.853.488,60	10.473.344,77	1.136.464,10	2.071.889,69	8,47	12,26	14.824.318,31
Infra-estrutura Urbana	11.533.208,00	11.396.208,00	1.278.199,38	6.675.959,99	22.562,40	305.445,26	1,25	2,68	11.090.762,74
Serviços Urbanos	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	2.399.975,63	412.763,74	612.197,07	2,50	25,51	1.787.802,93
Habitação	596.000,00	996.000,00	22.499,00	38.565,66	20.310,32	31.663,38	0,13	3,18	964.336,62
Habitação Urbana	596.000,00	996.000,00	22.499,00	38.565,66	20.310,32	31.663,38	0,13	3,18	964.336,62
Saneamento	7.060.000,00	7.407.818,18	0,00	125.754,32	1.443,18	1.443,18	0,01	0,02	7.406.375,00
Saneamento Básico Urbano	7.060.000,00	7.407.818,18	0,00	125.754,32	1.443,18	1.443,18	0,01	0,02	7.406.375,00
Gestão Ambiental	350.500,00	390.500,00	71.346,15	168.385,04	50.756,30	78.345,43	0,32	20,06	312.154,57
Preservação e Conservação Ambiental	350.500,00	390.500,00	71.346,15	168.385,04	50.756,30	78.345,43	0,32	20,06	312.154,57
Agricultura	2.227.105,00	2.227.105,00	225.532,38	514.808,39	107.885,07	174.491,48	0,71	7,83	2.052.613,52
Extensão Rural	2.227.105,00	2.227.105,00	225.532,38	514.808,39	107.885,07	174.491,48	0,71	7,83	2.052.613,52
Indústria	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
Produção Industrial	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00
Comércio e Serviços	976.000,00	976.000,00	208.416,98	398.099,94	120.711,78	182.071,93	0,74	18,65	793.928,07
Difusão Cultural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promoção Comercial	611.000,00	611.000,00	182.024,20	369.755,06	119.759,68	181.119,83	0,74	29,64	429.880,17
Turismo	315.000,00	315.000,00	26.392,78	28.344,88	952,10	952,10	0,00	0,30	314.047,90
Energia	2.562.550,00	2.562.550,00	1.131.577,89	1.358.051,02	154.750,30	185.265,25	0,76	7,23	2.377.284,75
Energia Elétrica	2.562.550,00	2.562.550,00	1.131.577,89	1.358.051,02	154.750,30	185.265,25	0,76	7,23	2.377.284,75
Transportes	3.531.227,00	3.131.227,00	837.907,51	1.712.295,32	486.330,76	588.363,36	2,41	18,79	2.542.863,64
Policimento	462.300,00	462.300,00	40.732,78	134.992,38	36.069,75	46.841,37	0,19	10,13	415.458,63
Transporte Rodoviário	3.068.927,00	2.668.927,00	797.174,73	1.577.302,94	450.261,01	541.521,99	2,21	20,29	2.127.405,01
Desporto e Lazer	415.155,00	415.155,00	170.227,50	254.384,24	73.996,58	99.924,05	0,41	24,07	315.230,95
Desporto Comunitário	415.155,00	415.155,00	170.227,50	254.384,24	73.996,58	99.924,05	0,41	24,07	315.230,95
Encargos Especiais	4.810.000,00	4.810.000,00	561.145,79	3.037.512,88	865.162,98	1.660.545,01	6,79	34,52	3.149.454,99
Serviço da Dívida Interna	3.800.000,00	3.800.000,00	536.844,54	2.190.672,18	718.331,25	1.401.765,73	5,73	36,89	2.398.234,27
Outras Transferências	790.000,00	790.000,00	0,00	790.000,00	122.530,48	201.938,58	0,83	25,56	588.061,42
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	24.301,25	56.840,70	24.301,25	56.840,70	0,23	25,84	163.159,30

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	110.620.515,00	113.483.721,86	15.347.858,76	50.777.375,43	15.083.528,73	24.457.057,61	100,00	21,55	89.026.664,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	110.620.515,00	113.483.721,86	15.347.858,76	50.777.375,43	15.083.528,73	24.457.057,61	100,00	21,55	89.026.664,25

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Maio/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.903.719,91</b>	<b>7.144.385,75</b>	<b>6.744.862,72</b>	<b>7.218.819,33</b>	<b>7.313.086,11</b>	<b>7.444.282,09</b>	<b>9.303.658,67</b>	<b>9.249.156,99</b>	<b>7.453.661,88</b>	<b>7.992.859,22</b>	<b>8.712.446,64</b>	<b>8.033.829,72</b>	<b>94.514.769,03</b>	<b>105.295.315,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	866.115,28	759.734,65	784.334,00	910.735,82	733.546,25	761.793,10	817.410,16	1.216.038,93	581.542,30	738.758,98	2.573.636,34	1.156.729,86	11.900.375,67	11.790.605,00
I.P.T.U.	184.636,62	126.254,46	119.519,82	129.359,40	117.622,51	117.310,49	119.763,07	128.959,48	10.210,67	125.064,93	1.453.755,32	331.075,43	2.963.532,20	3.500.000,00
I.R.R.F.	83.009,77	78.628,60	82.372,58	63.423,37	94.965,42	77.062,91	83.317,73	412.420,56	119.198,42	71.616,33	110.540,40	78.945,10	1.355.501,19	933.900,00
I.S.S.	362.589,58	361.312,07	375.237,99	389.863,83	363.972,02	389.617,65	410.554,17	423.635,83	340.423,64	377.222,84	350.175,03	346.642,49	4.491.247,14	4.100.000,00
I.T.B.I.	76.369,21	70.807,61	92.390,44	207.017,66	57.528,50	65.345,72	114.562,94	104.926,72	61.203,99	33.469,31	66.094,47	67.527,39	1.017.243,96	1.200.000,00
Outras Receitas Tributárias	159.510,10	122.731,91	114.813,17	121.071,56	99.457,80	112.456,33	89.212,25	146.096,34	50.505,58	131.385,57	593.071,12	332.539,45	2.072.851,18	2.056.705,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.665,66	59.759,14	56.328,84	69.445,81	60.503,09	56.522,87	886.809,75	161.016,44	99.953,63	57.418,82	59.426,07	64.572,01	1.695.422,13	3.411.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	62.339,39	51.475,76	51.325,54	45.202,32	45.341,43	41.659,31	41.951,65	52.485,91	32.304,90	42.655,63	32.916,96	45.535,44	545.194,24	820.460,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	-4.391,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.391,60	7.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.653.982,67	6.147.676,38	5.756.136,25	6.076.143,05	6.380.713,20	6.469.391,89	7.448.400,79	7.630.649,74	6.626.788,68	6.965.571,74	5.933.248,15	6.659.333,99	78.748.036,53	80.230.145,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.830.032,30	1.561.656,11	1.166.192,58	1.286.869,03	1.125.991,51	1.195.290,81	1.615.631,86	2.626.397,76	1.683.754,45	2.265.311,53	1.304.651,19	1.399.861,32	19.061.640,45	21.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.423.612,12	1.471.132,32	1.438.944,27	1.440.414,02	1.670.243,44	1.574.196,34	1.693.499,61	1.711.850,64	1.717.498,63	1.533.844,90	1.594.220,01	1.746.042,59	19.015.498,89	18.600.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	398.600,52	336.369,25	409.621,39	376.691,59	375.441,84	416.167,69	259.923,20	168.432,54	225.665,30	263.587,50	337.832,53	376.042,89	3.944.376,24	3.700.000,00
Cota-Parte do ITR	459,90	3.020,05	840,34	502,48	8.872,68	37.086,42	3.689,77	4.490,48	3.426,36	363,31	531,90	190,35	63.474,04	86.000,00
Outras Transferências Correntes	1.433.826,51	1.241.207,13	1.321.369,89	1.497.918,97	1.556.161,05	1.692.747,06	2.225.607,17	1.481.238,41	1.331.720,80	1.299.688,92	1.285.507,52	1.465.430,89	17.832.424,32	14.336.145,00
Transferências da LC 61/1989	28.115,62	25.117,36	23.422,92	25.889,66	26.182,35	25.305,55	25.618,83	29.416,80	30.208,29	23.194,85	20.476,09	18.775,39	301.723,71	400.000,00
Transferências da LC 87/1996	7.884,57	7.884,57	7.884,57	7.884,57	0,00	15.769,14	7.884,57	7.884,57	0,00	0,00	0,00	31.770,16	94.846,72	108.000,00
Transferências do FUNDEB	1.531.451,13	1.501.289,59	1.387.860,29	1.439.972,73	1.617.820,33	1.512.828,88	1.616.545,78	1.600.938,54	1.634.514,85	1.579.580,73	1.390.028,91	1.621.220,40	18.434.052,16	21.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	257.616,91	130.131,42	96.738,09	117.292,33	92.982,14	114.914,92	109.086,32	188.965,97	113.072,37	188.454,05	113.219,12	107.658,42	1.630.132,06	2.043.105,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>737.740,81</b>	<b>681.035,72</b>	<b>609.381,01</b>	<b>627.650,05</b>	<b>641.346,19</b>	<b>654.639,52</b>	<b>721.249,37</b>	<b>749.647,25</b>	<b>732.110,36</b>	<b>817.260,24</b>	<b>651.542,15</b>	<b>714.536,29</b>	<b>8.338.138,96</b>	<b>8.878.800,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	737.740,81	681.035,72	609.381,01	627.650,05	641.346,19	654.639,52	721.249,37	749.647,25	732.110,36	817.260,24	651.542,15	714.536,29	8.338.138,96	8.878.800,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>7.165.979,10</b>	<b>6.463.350,03</b>	<b>6.135.481,71</b>	<b>6.591.169,28</b>	<b>6.671.739,92</b>	<b>6.789.642,57</b>	<b>8.582.409,30</b>	<b>8.499.509,74</b>	<b>6.721.551,52</b>	<b>7.175.598,98</b>	<b>8.060.904,49</b>	<b>7.319.293,43</b>	<b>86.176.630,07</b>	<b>96.416.515,00</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Fev 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.021.754,50	8.620.263,24	8.022.681,30
DEDUÇÕES (II)	9.518.780,23	12.865.488,48	13.234.110,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.248.002,92	13.088.184,78	14.673.079,39
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	762.110,18	255.583,79	1.471.855,97
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-497.025,73	-4.245.225,24	-5.211.429,61
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-497.025,73</b>	<b>-4.245.225,24</b>	<b>-5.211.429,61</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-966.204,37</b>	<b>-4.714.403,88</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.400.000,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Fev 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>95.800.855,00</b>	<b>15.301.745,52</b>	<b>29.123.935,49</b>	<b>27.601.524,83</b>
Receita Tributária	11.982.605,00	3.730.366,20	5.050.667,48	4.530.082,61
I.P.T.U.	3.500.000,00	1.784.830,75	1.920.106,35	1.698.949,30
I.S.S.	4.100.000,00	696.817,52	1.414.464,00	1.350.948,78
I.T.B.I.	1.200.000,00	133.621,86	228.295,16	241.276,55
I.R.R.F.	933.900,00	189.485,50	380.300,25	319.723,87
Outras Receitas Tributárias	2.248.705,00	925.610,57	1.107.501,72	919.184,11
Receita de Contribuição	3.411.000,00	123.998,08	281.370,53	257.764,75
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	3.411.000,00	123.998,08	281.370,53	257.764,75
Receita Patrimonial Líquida	12.800,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	822.460,00	78.452,40	153.412,93	278.038,97
(-) Aplicações Financeiras	809.660,00	78.452,40	153.412,93	278.038,97
Transferências Correntes	71.351.345,00	11.226.503,70	23.269.493,52	21.894.005,98
F.P.M.	17.200.000,00	2.163.610,04	5.322.862,88	5.141.118,62
I.C.M.S.	14.880.000,00	2.672.210,30	5.273.285,32	4.875.694,03
Convênios	622.000,00	52.290,50	146.174,33	135.059,75
Outras Transferências Correntes	38.649.345,00	6.338.392,86	12.527.170,99	11.742.133,58
Demais Receitas Correntes	9.043.105,00	220.877,54	522.403,96	919.671,49
Dívida Ativa	1.084.950,00	138.474,01	270.120,20	568.700,24
Diversas Receitas Correntes	7.958.155,00	82.403,53	252.283,76	350.971,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>14.010.000,00</b>	<b>472.678,20</b>	<b>877.057,47</b>	<b>2.855.333,52</b>
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	0,00	195.832,99	2.081.410,53
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.940.000,00	472.678,20	681.224,48	773.922,99
Convênios	8.540.000,00	299.344,87	457.891,15	757.922,99
Outras Transferências de Capital	400.000,00	173.333,33	223.333,33	16.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>8.940.000,00</b>	<b>472.678,20</b>	<b>681.224,48</b>	<b>773.922,99</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>104.740.855,00</b>	<b>15.774.423,72</b>	<b>29.805.159,97</b>	<b>28.375.447,82</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>88.190.912,92</b>	<b>13.935.298,39</b>	<b>22.317.003,46</b>	<b>20.569.178,22</b>
Pessoal e Encargos Sociais	43.041.535,92	8.504.986,92	14.610.448,38	12.219.114,54
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.400.000,00	120.749,31	206.859,54	173.465,23
Outras Despesas Correntes	43.749.377,00	5.309.562,16	7.499.695,54	8.176.598,45
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>86.790.912,92</b>	<b>13.814.549,08</b>	<b>22.110.143,92</b>	<b>20.395.712,99</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>25.237.808,94</b>	<b>1.148.230,34</b>	<b>2.140.054,15</b>	<b>4.746.784,76</b>
Investimentos	22.617.808,94	550.648,40	945.147,96	3.892.569,45
Inversões Financeiras	220.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	220.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.400.000,00	597.581,94	1.194.906,19	854.215,31
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>22.837.808,94</b>	<b>550.648,40</b>	<b>945.147,96</b>	<b>3.892.569,45</b>

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>55.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>109.683.721,86</b>	<b>14.365.197,48</b>	<b>23.055.291,88</b>	<b>24.288.282,44</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.942.866,86</b>	<b>1.409.226,24</b>	<b>6.749.868,09</b>	<b>4.087.165,38</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	21.290,92	0,00
Superávit Financeiro	-	-	21.290,92	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-2.079.660,00</b>

FONTE:

CANOINHAS, 22/05/2013

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	16.584,40	745.525,78	543.795,38	-	218.314,80	392.675,70	3.811.700,18	2.182.271,68	2.144.924,97	2.803,36	2.056.647,55
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.744,97	508.679,90	426.584,36	0,00	93.840,51	272.479,80	1.800.706,99	1.181.415,12	1.147.718,72	1.941,58	923.526,49
FUNDO DE ASSIST À SAÚDE DO SERVIDOR PUB. I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.467,47	423,78	423,78	0,00	9.043,69
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	25.442,39	20.091,14	20.091,14	569,00	14.782,25
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	2.218,00	96.329,17	30.628,85	0,00	67.918,32	30.120,62	746.804,05	378.121,69	378.121,69	1.372,58	397.430,40
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	4.715,25	25.069,00	25.069,00	0,00	4.715,25	91.535,43	29.547,21	96.375,89	96.375,89	0,00	24.706,75
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.108,90	1.822,29	1.822,29	0,00	20.286,61
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	3.864,39	3.864,39	0,00	0,00	148,36	17.904,98	3.741,99	3.741,99	0,00	14.311,35
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,03	24.402,91	24.402,91	0,00	0,03	47.826,67	195.084,74	155.504,13	128.981,33	0,00	113.930,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	80,00	22.130,04	22.082,17	0,00	127,87	9.669,77	82.788,09	55.278,12	55.278,12	0,00	37.179,74
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.613,99	336.884,39	320.537,04	0,00	20.961,34	47.844,76	671.159,16	470.056,09	462.882,49	0,00	256.121,43
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.334,19	0,00	0,00	0,00	0,00	35.334,19
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,22	11.983,67	7.506,67	7.506,67	0,00	5.443,22
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	966,22	11.983,67	7.506,67	7.506,67	0,00	5.443,22
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,49	10.838,81	5.155,57	5.155,57	0,00	5.763,73
FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,49	10.838,81	5.155,57	5.155,57	0,00	5.763,73
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	1.317,69	4.623,27	1.328,27	1.328,27	0,00	4.612,69
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	2.250,00	2.250,00	0,00	0,00	1.317,69	4.623,27	1.328,27	1.328,27	0,00	4.612,69
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	1.524,60	912,85	900,51	0,00	1.536,94	32.199,19	116.574,48	58.353,07	58.353,07	861,78	89.558,82
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.524,60	912,85	900,51	0,00	1.536,94	32.199,19	116.574,48	58.353,07	58.353,07	861,78	89.558,82
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.058,28	78,00	78,00	0,00	2.990,28
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.058,28	78,00	78,00	0,00	2.990,28
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595,08	0,00	0,00	0,00	595,08
FUNDO MUN.INFANCIA E ADOLESC.DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595,08	0,00	0,00	0,00	595,08
FUNDO MUN.DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.072,53	47.734,15	11.970,00	11.970,00	0,00	39.836,68
FUNDO MUN SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.072,53	47.734,15	11.970,00	11.970,00	0,00	39.836,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	3.314,83	233.683,03	114.060,51	0,00	122.937,35	81.559,78	1.815.575,45	916.464,98	912.814,67	0,00	984.320,56
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.314,83	233.683,03	114.060,51	0,00	122.937,35	81.559,78	1.815.575,45	916.464,98	912.814,67	0,00	984.320,56
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>16.584,40</b>	<b>745.525,78</b>	<b>543.795,38</b>	<b>0,00</b>	<b>218.314,80</b>	<b>392.675,70</b>	<b>3.811.700,18</b>	<b>2.182.271,68</b>	<b>2.144.924,97</b>	<b>2.803,36</b>	<b>2.056.647,55</b>

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	11.071.700,00	11.071.700,00	2.992.404,74	4.303.566,77	38,87
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.591.000,00	4.591.000,00	1.952.955,32	2.244.172,95	48,88
1.1.1- IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	1.785.592,57	1.920.868,17	54,88
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	11.000,00	11.000,00	331,49	1.310,47	11,91
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	900.000,00	900.000,00	122.260,28	239.080,68	26,56
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	180.000,00	180.000,00	45.532,80	83.675,45	46,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(761,82)	(761,82)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.100,00	1.201.100,00	133.621,86	228.295,16	19,01
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	133.901,86	228.575,16	19,05
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(280,00)	(280,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.345.700,00	4.345.700,00	716.342,06	1.450.798,41	33,38
1.3.1- ISS	4.100.000,00	4.100.000,00	696.817,52	1.414.464,00	34,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	32.500,00	32.500,00	6.360,71	13.313,78	40,97
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	170.000,00	170.000,00	10.417,05	17.810,91	10,48
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	43.200,00	43.200,00	2.746,78	5.209,72	12,06
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	933.900,00	933.900,00	189.485,50	380.300,25	40,72
1.4.1- IRRF	933.900,00	933.900,00	189.485,50	380.300,25	40,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	44.394.000,00	44.394.000,00	6.830.394,42	14.577.249,54	32,84
2.1- Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	2.704.512,51	6.653.578,49	30,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.500.000,00	21.500.000,00	2.704.512,51	6.653.578,49	30,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	18.600.000,00	18.600.000,00	3.340.262,60	6.591.606,13	35,44
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	108.000,00	108.000,00	31.770,16	31.770,16	29,42
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	39.251,48	92.654,62	23,16
2.5- Cota-Parte ITR	86.000,00	86.000,00	722,25	4.511,92	5,25
2.6- Cota-Parte IPVA	3.700.000,00	3.700.000,00	713.875,42	1.203.128,22	32,52
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>55.465.700,00</b>	<b>55.465.700,00</b>	<b>9.822.799,16</b>	<b>18.880.816,31</b>	<b>34,04</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.683.800,00	1.683.800,00	295.542,84	686.754,06	40,79
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	1.600.000,00	1.600.000,00	292.554,27	682.473,59	42,65
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	83.800,00	83.800,00	2.988,57	4.280,47	5,11
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.370.155,00	1.370.155,00	251.962,85	252.983,31	18,46
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>3.653.955,00</b>	<b>3.653.955,00</b>	<b>547.505,69</b>	<b>939.737,37</b>	<b>25,72</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	8.878.800,00	8.878.800,00	1.366.078,44	2.915.449,04	32,84
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.300.000,00	4.300.000,00	540.902,47	1.330.715,61	30,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	3.720.000,00	3.720.000,00	668.052,30	1.318.320,81	35,44
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	21.600,00	21.600,00	6.354,03	6.354,03	29,42
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	80.000,00	80.000,00	7.850,30	18.530,94	23,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	17.200,00	17.200,00	144,43	902,34	5,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	740.000,00	740.000,00	142.774,91	240.625,31	32,52
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	21.586.000,00	21.586.000,00	3.016.213,33	6.235.385,89	28,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.011.249,31	6.225.344,89	28,96
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	86.000,00	86.000,00	4.964,02	10.041,00	11,68
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>12.621.200,00</b>	<b>12.621.200,00</b>	<b>1.645.170,87</b>	<b>3.309.895,85</b>	<b>26,22</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	18.060.000,00	18.073.574,89	3.722.154,90	6.182.665,18	34,21
13.1- Com Educação Infantil	3.924.000,00	3.924.000,00	588.453,97	1.385.195,71	35,30
13.2- Com Ensino Fundamental	14.136.000,00	14.149.574,89	3.133.700,93	4.797.469,47	33,91
14- OUTRAS DESPESAS	3.440.000,00	3.440.000,00	475.934,85	477.869,85	13,89
14.1- Com Educação Infantil	436.000,00	436.000,00	34.328,71	34.328,71	7,87
14.2- Com Ensino Fundamental	3.004.000,00	3.004.000,00	441.606,14	443.541,14	14,77
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.500.000,00	21.513.574,89	4.198.089,75	6.660.535,03	30,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.574,89
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					13.574,89
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					98,94
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					13.574,89
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*					13.574,89

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	13.866.425,00	13.866.425,00	2.455.699,79	4.720.204,08	34,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.637.924,00	6.637.924,00	1.241.728,65	2.057.124,52	30,99
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.360.000,00	4.360.000,00	622.782,68	1.419.524,42	32,56
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.277.924,00	2.277.924,00	618.945,97	637.600,10	27,99
24- ENSINO FUNDAMENTAL	20.068.412,00	20.081.986,89	4.192.193,09	6.186.868,47	30,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	17.140.000,00	17.153.574,89	3.575.307,07	5.241.010,61	30,55
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.928.412,00	2.928.412,00	616.886,02	945.857,86	32,30
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.706.336,00	26.719.910,89	5.433.921,74	8.243.992,99	30,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.309.895,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					10.041,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.574,89
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.333.511,74
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.910.481,25
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,01

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.600.000,00	1.600.000,00	58.035,12	58.035,12	3,63
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.199.955,00	1.611.837,49	195.170,47	204.249,62	12,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.799.955,00	3.211.837,49	253.205,59	262.284,74	8,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	29.506.291,00	29.931.748,38	5.687.127,33	8.506.277,73	28,42
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2013 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00	0,00	



MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	403.642,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.225.344,89	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.201.705,84	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.041,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	437.322,93	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.574,89, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>195.832,99</b>		<b>4.804.167,01</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	25.237.808,94	2.140.054,15	0,00	23.097.754,79
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>25.237.808,94</b>	<b>2.140.054,15</b>	<b>0,00</b>	<b>23.097.754,79</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-20.237.808,94</b>	<b>-1.944.221,16</b>		<b>-18.293.587,78</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	70.000,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	0,00	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>70.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.000,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
Investimentos	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>70.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.000,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	24.229,42	0,00	24.229,42

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	11.071.700,00	11.071.700,00	4.304.608,59	38,88
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	1.920.868,17	54,88
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	228.575,16	19,05
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.100.000,00	4.100.000,00	1.414.464,00	34,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	933.900,00	933.900,00	380.300,25	40,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	44.600,00	44.600,00	14.624,25	32,79
Dívida Ativa dos Impostos	1.070.000,00	1.070.000,00	256.891,59	24,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	223.200,00	223.200,00	88.885,17	39,82
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	44.394.000,00	44.394.000,00	14.577.249,54	32,84
Cota-Parte FPM	21.500.000,00	21.500.000,00	6.653.578,49	30,95
Cota-Parte ITR	86.000,00	86.000,00	4.511,92	5,25
Cota-Parte IPVA	3.700.000,00	3.700.000,00	1.203.128,22	32,52
Cota-Parte ICMS	18.600.000,00	18.600.000,00	6.591.606,13	35,44
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	92.654,62	23,16
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	108.000,00	108.000,00	31.770,16	29,42
Desoneração ICMS (LC 87/96)	108.000,00	108.000,00	31.770,16	29,42
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>55.465.700,00</b>	<b>55.465.700,00</b>	<b>18.881.858,13</b>	<b>34,04</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	18.724.781,00	19.758.781,00	12.039.726,10	60,93	6.559.197,79	33,20
Pessoal e Encargos Sociais	8.883.565,00	8.883.565,00	2.865.814,02	32,26	2.736.317,81	30,80
Outras Despesas Correntes	9.841.216,00	10.875.216,00	9.173.912,08	84,36	3.822.879,98	35,15
DESPESAS DE CAPITAL	948.000,00	2.033.215,27	899.904,07	44,26	380.347,02	18,71
Investimentos	948.000,00	2.033.215,27	899.904,07	44,26	380.347,02	18,71

Continua 1/4

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/4

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	948.000,00	2.033.215,27	899.904,07	44,26	380.347,02	18,71
Investimentos	948.000,00	2.033.215,27	899.904,07	44,26	380.347,02	18,71
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>19.672.781,00</b>	<b>21.791.996,27</b>	<b>12.939.630,17</b>	<b>59,38</b>	<b>6.939.544,81</b>	<b>31,84</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	9.355.675,00	11.437.890,27	8.237.301,91	63,66	3.612.647,28	52,06
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	8.955.675,00	10.195.675,00	7.530.558,78	58,20	3.346.882,70	48,23
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	400.000,00	1.242.215,27	706.743,13	5,46	265.764,58	3,83
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>9.355.675,00</b>	<b>11.437.890,27</b>	<b>8.237.301,91</b>	<b>63,66</b>	<b>3.612.647,28</b>	<b>52,06</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>10.317.106,00</b>	<b>10.354.106,00</b>	<b>4.702.328,26</b>	<b>-4,28</b>	<b>3.326.897,53</b>	<b>-20,21</b>
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIf x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,90
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIf]						1.869.303,95

Continua 2/4

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	536.900,91	-536.900,91	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>536.900,91</b>	<b>-536.900,91</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.262.495,00	6.733.710,27	3.051.154,98	23,58	2.072.885,15	29,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.598.726,00	12.279.726,00	8.656.041,29	66,90	4.292.882,15	61,86
Suporte Profilático e Terapêutico	2.021.395,00	2.021.395,00	914.204,48	7,07	345.782,14	4,98
Vigilância Sanitária	254.865,00	254.865,00	114.512,36	0,88	91.800,94	1,32
Vigilância Epidemiológica	535.300,00	502.300,00	203.717,06	1,57	136.194,43	1,96
<b>TOTAL</b>	<b>19.672.781,00</b>	<b>21.791.996,27</b>	<b>12.939.630,17</b>	<b>100,00</b>	<b>6.939.544,81</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Continua 3/4



Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

~ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

## Município de CANOINHAS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	91.934.440,00	
Previsão Atualizada		—	91.934.440,00	
Receitas Realizadas		13.356.303,07	25.359.863,55	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	21.290,92	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	76.859.114,00	
Créditos Adicionais		—	743.991,59	
Dotação Atualizada		—	77.603.105,59	
Despesas Empenhadas		11.046.098,90	35.939.004,73	
Despesas Liquidadas		10.353.746,81	16.384.540,88	
Superavit Orçamentário		—	8.975.322,67	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.046.098,90	35.939.004,73	
Despesas Liquidadas		10.353.746,81	16.384.540,88	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			86.176.630,07	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-4.238.026,53	0,00
Resultado Primário		-2.079.660,00	10.091.955,05	-485,27
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	520.424,87	0,00	426.584,36	93.840,51
EXECUTIVO	520.424,87	0,00	426.584,36	93.840,51
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.073.186,79	1.941,58	1.147.718,72	923.526,49
EXECUTIVO	2.073.186,79	1.941,58	1.147.718,72	923.526,49
TOTAL:	2.593.611,66	1.941,58	1.574.303,08	1.017.367,00
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.910.481,25	25%	26,01
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.169.090,29	60%	98,94
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		195.832,99	4.804.167,01	
Despesa de Capital Líquida		1.730.734,91	20.412.693,76	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Entidade: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	40.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	40.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

# Capinzal

## PREFEITURA

### Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 16 DE MAIO DE 2013  
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratado Carlos Eduardo Martins, brasileiro, convivente, nascido em 05 de setembro de 1971, inscrito no CPF sob o nº 770.855.079-34, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º O servidor exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito de Capinzal  
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 16 DE MAIO DE 2013  
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Cleoci Salete Maria Rosa, brasileira, solteira, nascida em 04 de março de 1983, inscrita no CPF sob o nº 006.676.930-25, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito de Capinzal  
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 16 DE MAIO DE 2013  
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Daiani Paula Cardoso, brasileira, solteira, nascida em 01 de setembro de 1988, inscrita no CPF sob o nº 062.408.349-71, para exercer as funções do cargo de Psicólogo no

Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito de Capinzal  
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 16 DE MAIO DE 2013  
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Leocádia Aparecida Dorigon Ramos, brasileira, casada, nascida em 11 de outubro de 1977, inscrita no CPF sob o nº 007.418.659-04, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito de Capinzal  
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 16 DE MAIO DE 2013  
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Luane Carine Cordeiro, brasileira, solteira, nascida em 15 de julho de 1994, inscrita no CPF sob o nº 094.821.859-27, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito de Capinzal  
Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 16 DE MAIO DE 2013  
Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade

com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Luciana Cristina Bussacro, brasileira, solteira, nascida em 14 de março de 1987, inscrita no CPF sob o nº 056.503.089-26, para exercer as funções do cargo de Assistente Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Luciana Dambrós Moreira, brasileira, casada, nascida em 26 de junho de 1985, inscrita no CPF sob o nº 047.290.909-69, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 10, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Luane Carine Cordeiro, brasileira, solteira, nascida em 15 de julho de 1994, inscrita no CPF sob o nº 094.821.859-27, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Luciana Dambrós Moreira, brasileira, casada, nascida em 26 de junho de 1985, inscrita no CPF sob o nº 047.290.909-69, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 13, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Mayra Fuá de Lima Penso, brasileira, convivente, nascida em 13 de setembro de 1990, inscrita no CPF sob o nº 023.889.270-05, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 14, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Mônica Fátima da Luz Beaze, brasileira, casada, nascida em 14 de julho de 1990, inscrita no CPF sob o nº 072.156.569-77, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Neuza Terezinha Stefaniak Machado, brasileira, casada, nascida em 28 de março de 1968, inscrita no CPF sob o nº 568.264.439-53, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 16, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Roseli Alves Tonini, brasileira, casada, nascida em 19 de janeiro de 1976, inscrita no CPF sob o nº 795.922.369-68, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 17, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Ruth Vilma Flaron Toniello, brasileira, casada, nascida em 31 de agosto de 1980, inscrita no CPF sob o nº 006.492.979-54, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em

regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 18, DE 16 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Suleima Cristina Ferreira, brasileira, solteira, nascida em 02 de janeiro de 1983, inscrita no CPF sob o nº 040.572.809-36, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 16 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**RESOLUÇÃO Nº 19, DE 24 DE MAIO DE 2013**

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada Maristela de Assis, brasileira, convivente, nascida em 07 de abril de 1989, inscrita no CPF sob o nº 071.011.029-48, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 24 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

**Portarias**

PORTARIA Nº. 618, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999,



resolve:

Art. 1.º Fica contratado pelo período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2013, Henrique Ventura Olmos, para exercer as funções do cargo de Médico - ESF, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar no Estratégia Saúde da Família - ESF do Loteamento São Cristóvão da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 21 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

**PMC = Processo Nº 86/2013 - Dispensa de Licitação Nº 16/2013**

PROCESSO Nº 86/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2013

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como o disposto no artigo 14 parágrafo 1º da Lei 11.947/2009, torna público o Processo de Dispensa de licitação conforme segue:

**OBJETO**

O objeto trata de Contratação da empresa Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial de Jaborá - COPERJABORA, via dispensa de Licitação, nos termos da chamada pública nº 001/2013, de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar nos termos da Lei nº 11.947/2009 a serem adquiridos da Agricultura Familiar, destinados a elaboração da alimentação escolar. Convênio nº 4.087/94-FNDE (PNAE/PNAC).

**FORNECEDOR(ES)**

**39483.1 - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL JABORA**

Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00001	Suco de uva natural, extraído de frutas selecionadas, embalado em embalagens de vidro de 1,5l. Registrado e fiscalizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. Ingrediente: suco de uva, não alcoólico.	1.000,000	UN	12,00	12.000,00
00002	Pernil Suíno de 1ª qualidade, cortadas em cubos de aproximadamente 30g; congelado, com cor, cheiro e sabor próprio; isenta de ossos e cartilagens; acondicionada em embalagens primárias de plástico atóxico, próprias para alimentos, e devidamente seladas, identificadas com data de manipulação e validade; pesando 1 kg.	800,000	KG	11,50	9.200,00
				<b>VALOR TOTAL</b>	<b>21.200,00</b>

## PREVISÃO LEGAL

Lei 11.947/2009.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1o A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Aquisição de produtos da agricultura familiar para o ano de 2013, por intermédio do Edital de Chamada Pública Nº 001/2013.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
358	REDUZIDO
5	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
1	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
10	SAUDE
306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
90	ALIMENTACAO ESCOLAR
2068	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3390300700	GENEROS DE ALIMENTACAO
1605100	Programa Nac. de Aliment. Escolar - PNAE

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 23 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PMC = Processo Nº 87/2013 - Dispensa de Licitação Nº 17/2013.**

PROCESSO Nº 87/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2013

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como o disposto no artigo 14 parágrafo 1º da Lei 11.947/2009, torna público o Processo de Dispensa de licitação conforme segue:

## OBJETO

O objeto trata de Contratação da empresa Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal, Ouro e Zortéa - COPERNOSTRA, via dispensa de Licitação, nos termos da chamada pública nº 001/2013, de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar nos termos da Lei nº 11.947/2009 a serem adquiridos da Agricultura Familiar, destinados a elaboração da alimentação escolar. Convênio nº 4.087/94-FNDE (PNAE/PNAC).

## FORNECEDOR(ES)

**14631.5 - COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, OURO E ZORTÉA**

Item/Sub	Descrição	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
00001	Aipim descascado congelado, limpos, sem sujidades, embalados em sacos plásticos de 1kg, validade mínima de três meses e registro no órgão competente.	500,000	KG	2,60	1.300,00
00002	Alface de 1ª qualidade colhida recentemente, folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa, sem manchas de insetos e isenta de folhas murchas, danificadas ou amarelas.	5.000,000	UN	1,00	5.000,00
00003	Beterraba lavada lisa de primeira, colhida recentemente, compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme devendo ser graúda	400,000	KG	2,25	900,00
00004	Bolacha caseira com glacê, rosca de fubá e coco, champanhe. O produto deve apresentar-se íntegro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 450g e 375g. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	2.000,000	KG	12,70	25.400,00

00005	Brócolis de primeira qualidade, colhido recentemente, cor e aparência característica. Sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme.	300,000	UN	2,50	750,00
00006	Cebolinha comum, primeira qualidade embalado em maços com aproximadamente 100g, sem indícios de germinação, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano.	300,000	maço	1,03	309,00
00007	Cenoura especial de primeira, sem rama, fresca compacta e firme sem lesões de origem física ou mecânica sem rachaduras e cortes com tamanho e coloração uniforme, devendo ser graúda.	500,000	KG	2,60	1.300,00
00008	Cuca caseira fresca sem recheio, embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente	600,000	KG	7,23	4.338,00

00009	Doce de frutas em pasta vários sabores, embalagem com 750g, acondicionados em potes plásticos ou em vidros com tampa. Data de fabricação recente	500,000	KG	10,45	5.225,00
00010	Farinha de milho, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricada à partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 1 kg.	800,000	KG	2,63	2.104,00
00011	Iogurte sabor morango, acondicionado em sacos de 1 litro. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de Informações Nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 45 dias. Produto deverá estar resfriado.	4.000,000	L	2,72	10.880,00
00012	Leite integral pasteurizado tipo C, embalagem de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 4 dias a contar da data da entrega.	8.000,000	L	1,73	13.840,00

00013	Macarrão caseiro, tipo espaguete, embalados em sacos plásticos que apresentem identificação do produto, data de fabricação e validade. Embalagens com até 1kg.	1.200,000	KG	6,38	7.656,00
00014	Morango de primeira; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido; com polpa firme e intacta; produto sujeito a verificação no ato da entrega. Embalado em embalagens plásticas.	400,000	KG	7,25	2.900,00
00015	Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	1.300,000	DZ	3,10	4.030,00
00016	Pão de trigo Caseiro embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	600,000	KG	6,00	3.600,00

00017	Queijo Colonial, peças com até 01 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	500,000	KG	12,50	6.250,00
00018	Repolho verde, de primeira qualidade, colhido recentemente; firme e sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	800,000	UN	2,63	2.104,00
00019	Salsa, 1ª qualidade, embalagem com aproximadamente 100g, sem indícios de germinação, isenta de sujidades e objetos estranhos, in natura, produto próprio para consumo humano.	300,000	maço	1,03	309,00
00020	Tangerina poncan, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	500,000	KG	1,03	515,00
				VALOR TOTAL	98.710,00

## PREVISÃO LEGAL

Lei 11.947/2009.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de

suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Aquisição de produtos da agricultura familiar para o ano de 2013, por intermédio do Edital de Chamada Pública Nº 001/2013.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
358	REDUZIDO
5	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
1	SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
10	SAUDE
306	ALIMENTACAO E NUTRICAO
90	ALIMENTACAO ESCOLAR
2068	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR
3390300700	GENEROS DE ALIMENTACAO
1605100	Programa Nac. de Aliment. Escolar - PNAE

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 23 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### FMS Contrato 0059/2013

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 0059/2013  
Pregão Presencial Nº 0004/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal  
CONTRATADA: MAZIERO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS E BIOMÉDICA

OBJETO: Contratação de profissionais para prestação de serviços nas áreas Médica e Odontológica, nas unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospitais, durante o ano de 2013, recursos próprios e da Atenção Básica.

VALOR R\$: 14.980,00

VIGÊNCIA: 17/05/2013 ate 31/12/2013

#### SIMAE

#### Extrato de Contrato Nº Cao/15/2013

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº CAO/15/2013  
CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONTRATADO: FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA  
CNPJ DO CONTRATADO: 78.354.636/0001-29

OBJETO: TERMO DO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/09/2010, PARA ATUALIZAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DO VALE-ALIMENTAÇÃO.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 14,64 (QUATORZE REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS)

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 9.516,00 (NOVE MIL QUINHENTOS E DEZESSEIS REAIS)

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 0,00% (ZERO POR CENTO)

DATA DA ASSINATURA: 23/05/2013

VIGÊNCIA: 01/05/2013 A 28/02/2014

## Catanduvás

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2.399 de 21 de Maio de 2013

LEI Nº 2.399, de 21 de maio de 2013.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC) no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o legislativo municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual de sete vírgula dezesseis por cento (7,16%) na remuneração de servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas do Município e da Câmara de Vereadores de Catanduvás.

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013.

§ 2º Estende-se a presente revisão geral anual de que trata esta Lei à remuneração dos Conselheiros tutelares, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.384, de 5 de dezembro de 2.012.

§ 3º Ao Prefeito, Vice-prefeito e Secretários Municipais a revisão geral anual de que trata esta Lei aplica-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado 1º de janeiro a 30 de abril de 2013 no percentual de dois vírgula sessenta e seis por cento (2,66%).

§ 4º Após a concessão da revisão geral anual, a remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Catanduvás(SC) não poderá exceder o subsídio da Prefeita, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 21 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria em 21 de maio de 2013.

### **Decreto Nº 1.898 de 21 de Maio de 2013**

DECRETO Nº 1.898, de 21 de maio de 2013.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 30 de maio de 2013, é dia Corpus Christi, festa cristã realizada na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade;

CONSIDERANDO, que segundo o Decreto nº 1.332, de 7 de janeiro de 2013, do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, restou estabelecido como ponto facultativo em todas os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, o dia 30 de maio de 2013, de Corpus Christi;

CONSIDERANDO, que já é tradicional em outros anos o estabelecimento de Ponto Facultativo quando o dia de Corpus Christi estiver separado do final de semana por um único dia, em virtude da paralisação das atividades também em outros órgãos, mesma situação deste ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal da Prefeitura,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal os dias 30 e 31 de maio de 2013, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 3 de junho, segunda-feira.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários da manutenção especial das suas atividades neste período. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, manterá o seu calendário escolar em vigência.

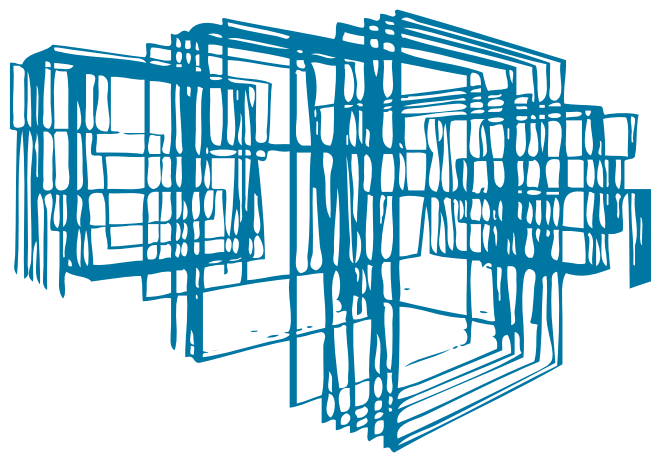
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 21 de maio de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**CÂMARA MUNICIPAL****Relatórios de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre/2013**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de CATANDUVAS |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MAIO/2012 A ABRIL/2013 |

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>		
<b>Últimos 12 Meses</b>		
<b>Despesa com Pessoal</b>	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	472.840,70	0,00
Pessoal Ativo	472.840,70	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
<b>TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)</b>	<b>472.840,70</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>20.403.455,02</b>
<b>% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100</b>		<b>2,32%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>6,00%</b>	<b>1.224.207,30</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>5,70%</b>	<b>1.162.996,94</b>

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI





+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de CATANDUVAS

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2013/1º Quadrimestre

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

Especificação	PREFEITURA / FUNDOS			
	Saldo do Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Financeiro (II)	0,00	116.768,63	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	116.768,63	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III=I-II)	0,00	-116.768,63	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	19.956.925,33	20.403.455,02	0,00	0,00
Relação DC/RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Relação DCL/RCL (III/RCL)	0,00	-0,57	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	23.948.310,40	24.484.146,02	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 | Município de CATANDUVAS |  
 | Relatório de Gestão Fiscal |  
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2013/1º Quadrimestre |  
 +-----+  
 LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS (II)				
Beneficiários	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.956.925,33	20.403.455,02	0,00	
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.390.523,57	4.488.760,10	0,00	

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005		
	ANTERIOR	1ºQuadrimestre	2ºQuadrimestre	3ºQuadrimestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA  
 ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
 SIMONE V. S. DE MARTINI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
| Município de CATANDUVAS |  
| Relatório de Gestão Fiscal |  
| Demonstrativo das Operações de Crédito |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A ABRIL 2013/1º Quadrimestre |  
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Operações Realizadas Até o 1º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.403.455,02
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	3.264.552,80
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	1.428.241,85

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CATANDUVAS  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2013/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	116.768,63	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	2.593,99
Disponibilidade Financeira	116.768,63	Depósitos de Diversas Origens	2.593,99
Caixa	0,00	PSSS - VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00
CAIXA	0,00	INSS	0,00
Banco	116.768,63	OUTRAS ENTIDADES	0,00
Contas Movimento	116.768,63	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
BB - PROVISÃO DÉCIMO TERCEIRO/FÉRIAS	10.145,50	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRR CNPJ,	0,00
CEF CONTA MOVIMENTO	0,00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00
CEF - PROVISÃO OBRA	0,00	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS	0,00
CEF/CTVAS CONTA MOVIMENTO	42.986,22	OUTROS TRIBUTOS DO TESOURO NACIONAL CNPJ, CPF, UG	0,00
CEF/CTVAS - PROVISÃO OBRA	63.636,91	ICMS	0,00
BB - BESC S/A CAMARA DE VEREADORES	0,00	ISS	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	FUNDO DE SAUDE - CBMDF/PMDF	0,00
RECURSOS APLICADOS	0,00	IRRF/GDF	0,00
RECURSOS RESGATADOS	0,00	PSSS/GDF	0,00
OUTRAS APLICACOES	0,00	OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS CNPJ, CPF,	0,00
		PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA CNPJ,	0,00
		ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES CNPJ, CPF, U	0,00
		PLANOS DE SEGUROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF, UG, IG OU	2.485,58
		ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		COOPERATIVAS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		RETENCAO A LOCADORES DE IMOVEIS CNPJ, CPF, UG, IG	0,00
		SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		ASSISTENCIA A SAUDE CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS JUDICIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS PARA RECURSOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS ESPECIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNPJ, CPF, U	0,00
		DEPOSITOS DE CONVENIOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS DE ALIENAVEIS	0,00
		INSS	0,00
		RETENÇÃO ASSISTENCIA UNIMED	0,00
		ASSERV	0,00
		EMPRESTIMO CEF	0,00
		EMPRESTIMO BESC	0,00
		PENSAO ALIMENTICIA	0,00
		IRRF	0,00
		DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	0,00
		DEPOSITOS DE TERCEIROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS DE RENDIMENTOS DO PIS/PASEP	0,00
		DEPOSITO DO ITR E CONTRIBUICOES RURAIS	0,00
		CONTRIBUICOES RURAIS A DISTRIBUIR	0,00
		DEPOSITOS A DISTRIBUIR CODIGO DE TRIBUTOS	0,00
		DEPOSITOS A DISTRIBUIR - SALARIO EDUCACAO CODIGO	0,00
		DEPOSITOS DE ENTIDADES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		FAT - PMC CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		FAT PRO-INOVACAO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
		DEPOSITOS PARA IMPORTACOES - PESQ. CIENTIFI CNPJ,	0,00
		DEPOSITOS ISS A DISTRIBUIR - DAR SUBSTITUICAO	0,00
		DEPOSITOS DAS RETENCOES PELOS ORGAOS PUBLICOS	0,00
		DEPOSITO DO IMPOSTO SIMPLES	0,00
		PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL - REFIS	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de CATANDUVAS  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2013/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR PASSIVO	VALOR
	CONTR.INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO - CIDE	0,00
	DEPOSITO RETENCOES DE CONTRIB.S/PAGTO A PJ CODIGO	0,00
	DEPOSITO REGIME ESPECIAL TRIBU DO PATRIMONI CODIG	0,00
	DEP.RET.DE CONTRIB.S/PAGTO ESTAD/MUNIC. A P CODIG	0,00
	PARCELAMENTO ESPECIAL PAES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	PARCELAMENTO MP Nº 303/06 - PAEX CODIGO DE TRIBUT	0,00
	PARCELAMENTO P/INGRESSO NO SIMPLES NACIONAL CODIG	0,00
	DEPOSITOS DE ICMS A DISTRIBUIR	0,00
	DEPOSITOS DE ISS A DISTRIBUIR	0,00
	DEPOSITO DO IMPOSTO SIMPLES - INSS	0,00
	DEPOSITOS REFIS INSS	0,00
	DEPOSITOS PAES INSS SIMPLES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS PAES ISS SIMPLES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS PAES ICMS SIMPLES CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS INSS SIMPLES NACIONAL CODIGO DE TRIBUT	0,00
	DEPOSITOS PAES PARCELAMENTO DE ARREMATACAO CODIGO	0,00
	DEPOSITOS DE TRIBUTOS A CLASSIFICAR CODIGO DE TRI	0,00
	DEPOSITOS DE TERCEIROS - BACEN	0,00
	DEPOSITOS NA CONTA ESPECIAL - EMPR. EXTERNO NUMER	0,00
	REMUNERACAO DEPOSITOS CTA ESPECIAL-EMPR.EXT NUMER	0,00
	OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	108,41
	Restos a Pagar Processados	0,00
	Do Exercicio	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARCELA	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARCELA	0,00
	DO EXERCICIO	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DO EXERCICIO CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	De Exercicios Anteriores	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	0,00
	DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
	INSS - CONTRIBUICAO S/SERVICOS DE TERCEIROS	0,00
	Outras Obrigações Financeiras	0,00
	DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DEPOSITOS JUDICIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	DEPOSITOS JUDICIAIS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
	OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>116.768,63 SUBTOTAL</b>	<b>2.593,99</b>
<b>INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	<b>SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO</b>	
<b>EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)</b>	<b>0,00 EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)</b>	<b>114.174,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>116.768,63 TOTAL</b>	<b>116.768,63</b>
<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)</b>		<b>0,00</b>
<b>SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)</b>		<b>114.174,64</b>

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

Município de CATANDUVAS  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2013/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	114.174,64

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de CATANDUVAS  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo dos Restos a Pagar  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2013/2º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S   A   P A G A R   I N S C R I T O S				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
LEGISLATIVO						
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.768,63
TOTAL	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	116.768.63

F O N T E   D E   R E C U R S O S	R E S T O S   A   P A G A R   I N S C R I T O S				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual		
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de CATANDUVAS  
Relatório de Gestão Fiscal  
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Até o 1º Quadrimestre de 2013

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	472.840,70	2,32
Limite Maximo	1.224.207,30	6,00
Limite Prudencial	1.162.996,94	5,70

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-116.768,63	-0,57
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	24.484.146,02	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	4.488.760,10	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Creditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito Internas e Externas	3.264.552,80	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antec. de Receita	1.428.241,85	7,00

	SUF. ANTES DA INSCRIÇÃO EM	INSCRIÇÃO EM
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR
	NÃO PROCES.	NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	116.768,63

PRESIDENTE DA CAMARA  
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0  
SIMONE V. S. DE MARTINI

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Decreto Nº 025/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 025/2013  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, V, Lei Nº 0563 de 19.12.2012,  
DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 - Divisão do D.M.E.R.  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1051 - Abertura e Pavimentação de Serras R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 - Divisão de Serviços Urbanos  
15 - Urbanismo  
33 - Pavimentação Asfáltica  
451 - Infra-Estrutura Urbana  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1060 - Pavimentação Asfáltica de Ruas e Serras R\$ 2.500,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do Artigo 1º, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 - Divisão do D.M.E.R.  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1051 - Abertura e Pavimentação de Serras R\$ 5.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
01 - Divisão de Serviços Urbanos  
15 - Urbanismo  
33 - Pavimentação Asfáltica  
451 - Infra-Estrutura Urbana  
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1060 - Pavimentação Asfáltica de Ruas e Serras R\$ 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de maio de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 024 /2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 024 /2013  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.7º, I, da Lei Nº 0563 de 19.12.2012,  
DECRETA:

Art. 1º - Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 116 (transferência de convênios - outros) no valor de R\$ 67.000,00(sessenta e sete mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
02 - Divisão do D.M.E.R.  
15 - Urbanismo  
29 - Estradas Vicinais  
452 - Serviços Urbanos  
116 - Transferência de convênios - Outros  
44.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
1051 - Abertura e Pavimentação de Serras R\$ 67.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de maio de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 023/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 023/2013  
"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC ."

- Considerando o feriado nacional de "Corpus Christi" próximo vindouro;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no dia 31 de maio de 2013.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 3/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2013- PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e/ou construção civil para execução de obra comum, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para ampliação do estacionamento no Centro Municipal de Educação Infantil Sonhos de Criança, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 11/06/2013.  
Abertura: dia 12/06/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 23 de maio de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 6/2013- FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013- FMAS

Objeto: Locação de software e serviços de manutenção, suporte técnico, conversão de dados, migração, implantação e treinamento para sistema Web de Gestão Social, com recursos do Fundo a Fundo IGD/SUAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/06/2013.  
Abertura: dia 14/06/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 23 de maio de 2013.  
CRISTIANE FERNANDA WERLANG  
Gestora do FMAS

## Corupá

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 594/13

DECRETO Nº. 594/13  
REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Corupá, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e deste Decreto.

Parágrafo Único - Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Corupá, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º Este Decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§1º Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, O conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas;

§ 2º Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

- I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
- IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à

produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal será coordenado pela Controladoria Geral do Município, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º Compete à Controladoria Geral do Município também, divulgar orientação ao cidadão quanto a forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I - O Diário Oficial do Município;

II - A página do Município de Corupá na internet.

§ 2º Todos os órgãos da Administração municipal elencados no Parágrafo único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Controladoria Geral do Município no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pela Controladoria Geral do Município para designar servidor titular com um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 1º Na página oficial na internet cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

§ 2º O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 3º Os servidores designados para este trabalho bem como todos os que a Administração entender necessário serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 6º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 7º O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

- a) O nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;
- b) O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;
- c) A descrição clara e completa da informação ou do documento

desejado.

Parágrafo Único - A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 8º No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor do município.

§ 5º A Controladoria Geral do Município estabelecerá, por Portaria, tabela de preço por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município. Havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual a do menor custo.

§ 6º A Controladoria Geral do Município, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, estabelecerá o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 9º Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da internet.

Parágrafo Único - Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual do Município, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 10º A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 24 horas da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da



possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 11º O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido à autoridade máxima do órgão responsável pela resposta, que deverá se manifestar no prazo de 05(cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão a Controladoria Geral do Município que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 12º O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa fica sujeito a penas previstas em LEI.

**DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Art. 13º É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único - As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial do município na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela atualização diária desta página, bem como pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 14º A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda manterá o "Portal da Internet do Município" como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas.

Art. 15º Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Controladoria Geral do Município dos serviços de acesso à informação relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 16º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 21 de maio de 2013.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março

### **Pregão Presencial 035/13 - Registro de Preço**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 035/13

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de gasolina de forma parcelada para veículos da frota Municipal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 24/05/2013, às 09h00min do dia 06/06/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 06/06/13

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: [compras@corupa.sc.gov.br](mailto:compras@corupa.sc.gov.br).

Corupá, 24 de Maio de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

### **Extrato do Contrato Nº 002/11 - Terceiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/11

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 069/10

Pregão Presencial 037/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841, Bairro Atiradores - Joinville (SC).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, LEGALMENTE ESTABELECIDADA COM CONHECIMENTO COMPROVADO, PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COMPOSTO NESTA DATA DE 2.000 PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA APROXIMADAMENTE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ROTINEIRA E DE EMERGÊNCIA, AMPLIAÇÃO DE REDES INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E A DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SERÁ DE FORMA CONTINUADA PELO PERÍODO ESTABELECIDO EM CONTRATO E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES AMPARADAS NA LEGISLAÇÃO.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO**

Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato original, alterasse o valor do contrato 002/11 com base no Índice Geral de Mercado (IGPM) referente ao período de janeiro a dezembro de 2012, com reajuste de 7,8119300%, ficando o valor total do contrato em R\$ 142.390,45 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 28/03/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 002/2011 - Segundo Termo Aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AV: GETÚLIO VARGAS, 443  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500  
89278-000 - CORUPÁ - SC  
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2011  
SEGUNDO TERMO ADITIVO**

Processo de licitação nº 097/10  
Pregão Presencial 037/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841, Bairro Atiradores - Joinville (SC).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, LEGALMENTE ESTABELECIDADA COM CONHECIMENTO COMPROVADO, PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SOB A RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COMPOSTO NESTA DATA DE 2.000 PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA APROXIMADAMENTE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ROTINEIRA E DE EMERGÊNCIA, AMPLIAÇÃO DE REDES INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E A DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SERÁ DE FORMA CONTINUADA PELO PERÍODO ESTABELECIDO EM CONTRATO E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES AMPARADAS NA LEGISLAÇÃO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 004/2012 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2012  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 008/12  
Dispensa de Licitação nº 007/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Objeto: FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTÂNEO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA PARA LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA E PLANEJAMENTO, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL, CONFORME FUNCIONALIDADE DESCRITAS NO ANEXO I.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2013 até 30 de Maio de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 30/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 016/2011 - Decimo Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2011  
DECIMO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 007/11  
Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPA FORMULADO POR COMPANHIA DE SEGURO HABILITADA JUNTO A SUSEP.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

Conforme disposto na Cláusula Segunda do Contrato firmado, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Março de 2013 até o dia 31 de Março de 2013.

Data da Assinatura: 28/02/2013  
Data da Vigência: 31/03/2013

LORIANO ROGÉRIO COSTA  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

**Extrato do Contrato Nº 026/2012 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2012  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 018/12  
Carta Convite nº 003/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: TIRONI CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.654.705/0001-34, estabelecida na Rua Padre Francken, 174-Sala 02 - Centro, CEP 89.251-040, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA FLORESTAL E AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E ANÁLISE, E ELABORAÇÃO DE LAUDO AMBIENTAL DAS ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de janeiro de 2013 até o dia 02 de Março de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013

Data da Vigência: 02/03/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 028/2011 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2011

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 027/11

Dispensa de Licitação nº 011/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Betha Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134.

Objeto: Licenças de uso com acesso simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do sistema de Te-souraria, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

Conforme prevê o inciso IV, do art. 57 da Lei 8.666/93, o contrato de locação de programas de computador pode estender-se pelo prazo de 48 meses (quarenta e oito), desta forma, prorroga-se a vigência do contrato em 04 (QUATRO) meses, iniciando a contagem em 01/05/2013 até 30/09/2013.

Data da Assinatura: 01/05/2013

Data da Vigência: 30/09/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 034/2009 - Quarto Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2009

QUARTO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 037/09

Carta Convite nº 012/09

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: VIVO S/A, com sede na Av. Osmar Cunha nº 436, registrada no CNPJ sob o nº 02.449.992/0003-26 neste ato representada por seu representante legal, Sr. MARCOS F BERNARDINO.

Objeto: Contratação de serviços de telefonia móvel com fornecimento de 40 (quarenta) linhas e respectivos aparelhos celulares novos, através de comodato (minuta Anexo VI), plano pós-pago.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato Original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2013 até o dia 31 de Dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conforme disposto na Clausula Sétima do Contrato Original, acrescenta-se ao contrato mais 5 (cinco) linhas telefônicas.

Data da Assinatura: 01/01/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 035/2012 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 020/12

Pregão Presencial nº 001/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, com sede na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, Bairro Corticeira, Cidade de Guaramirim - Estado de Santa Catarina CEP 89270-000.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA para eventuais aquisições de ÓLEO DIESEL PARA USO NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item constantes no Anexo I que acompanha este edital.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do item 01- OLEO DIESEL B S500, do presente Processo Licitatório, para o valor de R\$ 2,070 por litro.

Data da Assinatura: 04/03/2013

Data da Vigência: 04/03/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 037/2013 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 028/13

Pregão Presencial 012/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.



Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.180.605/0001-02, com sede em sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA O FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ FORMULADO POR COMPANHIA DE SEGURO HABILITADA JUNTO A SUSEP.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 890,78 (oitocentos e noventa reais e setenta e oito centavos), referentes ao endosso de inclusão do veículo Renault Sandero Expression Hi-Flex 1.6 8V 5 portas, placa MKJ 0273.

Data da Assinatura: 14/05/2013

Data da Vigência: 27/03/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 039A/2010 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039A/2010  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 041/10  
Edital de Credenciamento nº 004/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: CLÍNICA MÉDICA BEM VIVER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.872.608/0001-55, estabelecida na Rua Intendente Ernesto Blunk, 44 - Centro, Município de Corupá, CEP 89.278-000, Estado de Santa Catarina.

Objeto: REFERENTE CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS NAS ÁREAS DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, PEDIATRIA, CARDIOLOGISTA e PSIQUIATRIA, para o atendimento das necessidades das pessoas do Município, cujo objeto é atender aos munícipes na área médica, através de consultas, em função da inexistência de profissionais no Município para atenderem estas especialidades e a demanda existente, em conformidade com o Anexo VI do Edital (Tabela de Preços para as Consultas), nos prazos, tipos e quantidades solicitadas em ato formal do MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Sexta do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2011 até o dia 31 de Dezembro de 2011.

Data da Assinatura: 01/01/2011  
Data da Vigência: 31/12/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 067/10 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/10  
TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 069/10  
Tomada de Preços nº 007/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134.

Objeto: LICENÇA DO DIREITO DE USO DE SOFTWARES E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORUPÁ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme prevê o inciso IV, do art. 57 da Lei 8.666/93, o contrato de locação de programas de computador pode estender-se pelo prazo de 48 meses (quarenta e oito), desta forma, prorroga-se a vigência do contrato em 03 (TRES) meses, iniciando a contagem em 23/03/2013 até 23/06/2013.

Data da Assinatura: 23/03/2013  
Data da Vigência: 23/06/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº 100/2011 - Primeiro Termo Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2011  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 051/11  
Carta Convite no 004/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: REPOGRAFIA DAUFENBACH LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba, 3449-Sala 01 - Vila Lalau, CEP 89.256-501 Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS DIGITAL LASER, DESTINADAS AO USO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2012 até o dia 31 de Dezembro de 2012.

Data da Assinatura: 01/01/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 100/2011 - Segundo Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2011  
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 051/11  
Carta Convite no 004/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: REPOGRAFIA DAUFENBACH LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.398.513/0001-53, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba, 3449-Sala 01 - Vila Lalau, CEP 89.256-501 Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS COPIADORAS DIGITAL LASER, DESTINADAS AO USO NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2013 até o dia 31 de Maio de 2013.

Data da Assinatura: 01/01/2013  
Data da Vigência: 31/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 113/2011 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2011  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 055/11  
Carta Convite nº 005/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: CLÍNICA MÉDICA BEM VIVER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.872.608/0001-55, estabelecida na Rua Intendente Ernesto Blunk, 44 - Centro, Município de Corupá, CEP 89.278-000, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS RELACIONADOS A ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO, PARA CONFECCÃO DO LTCAT(Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho), e, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na cláusula décima primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 01 de Janeiro de 2012 até o dia 31 de Dezembro de 2012.

Data da Assinatura: 01/01/2012  
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 127/11 - Primeiro Termo Aditivo**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/11  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 097/11  
Pregão Presencial 029/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.800.536/0001-54 e inscrição Estadual nº 42202301901, estabelecida na Rua Serv. S 245 - Lat. Carlos Oeschler, 95 - Ilha da Figueira - CEP 89.258-820, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE TUBOS E CARNEIRAS EM CONCRETO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 24 de Agosto de 2012 até 30 de Março de 2013, pelo motivo de ainda existir saldo remanescente dos itens abaixo relacionados:

Item 1 - 18 Un. - Tubos de concreto prensados com 1,00m de comprimento por 1,00m de diâmetro, no mínimo 10cm de espessura e com armação tipo CA1. Marca: TSH. No valor de R\$ 146,00 cada, valor total de R\$ 2.628,00.

Item 2 - 62 Un. - Tubos de concreto prensados com 1,00m de comprimento por 1,00m de diâmetro, no mínimo 10cm de espessura e com armação tipo CA2. Marca: TSH. No valor de R\$ 177,00 cada, valor total de R\$ 10.974,00.

Item 4 - 05 Un. - Tubos de concreto prensados com 1,00m de comprimento por 1,50m de diâmetro, no mínimo 15cm de espessura e com armação tipo CA2. Marca: TSH. No valor de R\$ 398,00 cada, valor total de R\$ 1.990,00.

Item 5 - 06 Un. - Tubos de concreto prensados com 1,00m de comprimento por 2,00m de diâmetro, no mínimo 20cm de espessura e com armação tipo CA2. Marca: TSH. No valor de R\$ 925,00 cada, valor total de R\$ 5.550,00.

Item 11 - 500 Un. - Meio Fio com as medidas (10X25X80). Marca: TSH. No valor de R\$ 10,40 cada, valor total de R\$ 5.200,00.

Data da Assinatura: 24/08/2012  
Data da Vigência: 30/03/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

**Lei Nº 4.987/2013**

LEI Nº 4.987/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL TÂNIA MARIA GAVA GABOARDI - ATG.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, através do Fundo Municipal de Assistência Social, firmar convênio de cooperação financeira com a Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATG, CNPJ nº 07.383.696/0001-21 estabelecida neste município e que mantém serviços culturais e assistenciais a crianças.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 1.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

Art. 3º - A Associação beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE Curitibanos, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ASSOCIAÇÃO CULTURAL TÂNIA MARIA GAVA GABOARDI - ATG

O MUNICÍPIO DE Curitibanos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATG, CNPJ nº 07.383.696/0001-21, estabelecida à av. Salomão Carneiro de Almeida, 388 salas 66/67, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO para atender aos programas aprovados pelo CMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 1.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser

utilizados para pagamento de despesas de pessoal.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.987/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Presidente ATG

#### Lei Nº 4.971/2013

LEI Nº 4.971/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e tres reais) a saber :

#### ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMIN E FINAN.

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 MANUT. DO CONV. DE RADIO PATRULHA

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 22.543,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13.392.0017.2074 MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS

3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 13.310,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

15.541.0022.2082 MANUT. DAS ATIV. AMB. E POL. DE PRESERVAÇÃO

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

18.541.0019.1025 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO

**MUNICIPAL**

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

**02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

18.541.0019.1026 PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.500,00

**02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍC. E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

**02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENÇÃO RURAL

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 51.620,00

**02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

23.695.0026.1039 CONSTRUÇÃO DE PORTAIS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 219.973,00**

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais) a saber :

**SUPLEMENTAÇÃO:****02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

**02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.833,00

**02.00 CHEFIA EXECUTIVO**

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

22.661.0025.1037 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUSTRIAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.140,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 219.973,00**

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais).

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Lei Nº 4.972/2013**

LEI Nº 4.972/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 464.900,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais), a saber:

**ANULAÇÃO:**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2054 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%

3190000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 384.900,00

3350000000.00.0019 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 80.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 464.900,00**

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 464.900,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais), a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO:**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1012 EQUIP. MATERIAL PERMANENTE - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 464.900,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 464.900,00**

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

**ANULAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2048 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

3390000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 250.000,00**

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



12.361.0010.1012 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE-ENSINO FUND.

4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 172.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1011 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00 .001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 78.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 5º - Para cobertura das suplementações mencionadas ficam utilizados os recursos das dotações anuladas.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Secretário de Educação e Cultura

### **Lei Nº 4.973/2013**

LEI Nº 4.973/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento municipal do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012

#### **INCLUI FONTE DE RECURSO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

33900000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.444 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.445 APLICAÇÕES DIRETAS

33900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS

44900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS

44900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 39.253,59 (trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais, cinquenta e nove centavos) a saber:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

33900000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 39.253,59

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 39.253,59

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PPMC II ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 29.503,29 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais, vinte e nove centavos) a saber:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

33900000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 29.503,29

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 29.503,29

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBV II ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 6º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 2.744,15 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos) a saber:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

33900000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 2.744,15

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.744,15

Art. 7º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PAC I ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 8º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 118.899,99 (cento e dezoito mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) a saber:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

33900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 43.899,99

44900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 118.899,99

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso IGDPBF/IGDSU-AS ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 10. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 6.587,84 (seis

mil, quinhentos e oitenta e sete reais, oitenta e quatro centavos):

#### SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 6.587,84  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 6.587,84

Art. 11. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PTMC ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 12. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 3.482,88 (três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, oitenta e oito centavos) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.444 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.482,88  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 3.482,88

Art. 13. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PVMC ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 14. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 44.466,08 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais oito centavos), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.445 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 44.466,08  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 44.466,08

Art. 15. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBF ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 16. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 88.154,35 (oitenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais trinta e cinco centavos), a saber:  
SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.083,65  
44900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 29.070,70

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 88.154,35

Art. 17. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o

valor do superávit financeiro por fonte do recurso ESTADUAL ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 18 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### Lei Nº 4.974/2013

LEI Nº 4.974/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012:

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
10.306.0009.2067 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES  
33900000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 37.055,13 (trinta e sete mil, cinquenta e cinco reais, treze centavos) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
10.306.0009.2067 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES  
33900000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 37.055,13

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 37.055,13

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNAC ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012:

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL

- PRÓPRIOS

339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS

339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 147.061,18 (cento e quarenta e sete mil, sessenta e um reais, dezoito centavos), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS

339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 65.087,26

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS

339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 81.973,92

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 147.061,18

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE MANUTENÇÃO ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 6º - Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

KLEBERSON LUCIANO LIMA

Secretário de Educação e Cultura

#### Lei Nº 4.976/2013

LEI Nº 4.976/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a saber:

#### ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

18.541.0022.1032 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE PRES. PERMANENTE

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍC. E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 115.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL

20.606.0024.2085 MANUT. DA SECRET. DA AGRICULTURA

3350000000.00.0123 TRANSF.A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 22.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS

15.452.0018.1021 CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DE PRAÇAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS

15.452.0018.1024 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 43.923,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

22.661.0025.1038 INFRA ESTRUTURA P/ IMPL. DE INDÚSTRIAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0029.1016 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS

3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 44.077,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 400.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE na forma autorizada pela Lei n. 4.919/2012 no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

3390000000.00.221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 400.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 400.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º. ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

CARINE TATSCH

Secretário Municipal de Saúde





**Lei Nº 4.977/2013**

LEI Nº 4.977/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.919/2012:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET. DE TRANSP

4490000000.00.0311 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 4.919/2012, no montante de R\$ 52.063,84 ( cinquenta e dois mil, sessenta e três reais, oitenta e quatro centavos):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET. DE TRANSP

4490000000.00.0311 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 52.063,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 52.063,84

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ALIENAÇÃO DE BENS ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Lei Nº 4.978/2013**

LEI Nº 4.978/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LIONS CLUBE DE CURITIBANOS CENTRO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com LIONS CLUBE DE CURITIBANOS CENTRO, associação civil, inscrita no CNPJ n, 83.699.744/0001-73 estabelecida neste município para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser pago em uma única vez no mês de maio de 2013, para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 21/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E LIONS CLUBE DE CURITIBANOS CENTRO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e de outro lado LIONS CLUBE DE CURITIBANOS CENTRO, associação civil, inscrita no CNPJ n, 83.699.744/0001-73 estabelecida neste município, neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à AMAAS em atendimento aos programas aprovados pelo CMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser pago em uma única vez no mês de maio de 2013, para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA : A Sociedade civil obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da assinatura do presente com término em



10 dezembro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA :** Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.978/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal LIONS CLUBE CENTRO

### **Lei Nº 4.979/2013**

LEI Nº 4.979/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMOS JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de equipamentos, imóveis, obras de infraestrutura, pavimentação, saneamento, recuperação de estradas.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação e quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos de empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará, em caso de impontualidade, encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

AMAURY SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

MINUTA

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC / MUNICÍPIO DE CURITIBANOS**

Contrato de Empréstimo que entre si fazem a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, e o MUNICÍPIO de Curitiba, com a interveniência do Banco Do Brasil S.A., na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, o programa denominado BADESC CIDADES- II (JURO ZERO), a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, com sede e foto em Florianópolis (SC), à Rua R. Almirante Alvim, 491, inscrita no CNPJ sob o número 82.937.293/001-00, doravante denominada BADESC; e o MUNICÍPIO de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531.619, inscrito no CPF sob n. 352.219.259-15, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência do Banco do Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, doravante denominado BANCO DO BRASIL, todos por seus representantes legais infrafirmados, ajustam o presente contrato de mútuo para financiamento através do Programa Operacional BADESC CIDADES II, mediante as cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1ª - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Regem o presente Contrato de Empréstimo e dele fazem parte integrante, como se transcritas estivesse, executando-se naquilo que colidir com o que neste instrumento for expressamente convencionado ou com a legislação específica e bancária, as condições gerais à que se subordinam as operações financeiras realizadas pelo BADESC, registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Florianópolis (SC) sob o n. 62.563.

Aplicam-se, igualmente, para todos os efeitos, o contido nas Normas Operacionais específicas ao BADESC CIDADES II (juro Zero), aprovadas pelo BADESC através de Resoluções, de pleno conhecimento dos contratantes e com os quais concordam.

#### **Cláusula 2ª - DO VALOR E DO OBJETO**

O BADESC, na qualidade de prestador de serviços e Agente Financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, concede ao MUNICÍPIO de Curitiba devidamente autorizado a contratar pela Lei Municipal nº 4.979/2013 de 15/05/2013 o empréstimo no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com recursos próprios originários do Programa Operacional BADESC CIDADES II (Juro Zero), cujos recursos se destinam à aquisição de equipamentos, de imóveis, obras de infra estrutura, pavimentação, saneamento, recuperação de estradas.

#### **Cláusula 3ª - DOS ENCARGOS FINANCEIROS DA ADIMPLÊNCIA**

Por conta dos financiamentos estabelecidos na Lei Estadual nº \_\_\_, o Município remunerará principal mutuado, sendo a atualização monetária pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e a remuneração do capital mutuado (Juros remuneratórios de 5% ao ano) por força da lei instituidora do Programa Badesco Cidades Juros Zero, advir de compensação econômica do Estado de Santa Catarina por operação societária, consistente em não repasse dos juros sobre o capital próprio.

#### **Cláusula 4ª - DOS ENCARGOS FINANCEIROS DA INADIMPLÊNCIA**



Com a impontualidade dos pagamentos o Município perderá a subvenção econômica societária do Programa Badesc Cidades II (Juro Zero), passando a arcar com os seguintes encargos:

I - principal mutuado;

II- juros remuneratórios do importe de 5% ao ano;

III - juros moratórios no importe de 1% ao mês;

IV - os juros sofrerão capitalização mensal;

V - pena convencional no importe de 2% (dois por cento) sobre o Total da dívida;

VI - os presentes encargos sofrerão atualização monetária da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

#### Cláusula 5ª - PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo Badesc, com antecedência, pelo qual o Badesc informará ao MUNICÍPIO o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento. O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o MUNICÍPIO da obrigação de pagar as prestações de valor principal e encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados pelo BADESC, originários do Programa Operacional BADESC CIDADES II (Juro Zero), aprovado pela Resolução BADESC, a remuneração prevista na Cláusula Terceira e Cláusula Quarta, passará a ser efetuada mediante utilização do novo critério, que além de preservar o valor real da operação, a remunerar, dos mesmos níveis anteriores. Nesse caso o BADESC comunicará por escrito, ao MUNICÍPIO, o novo critério a ser adotado.

#### Cláusula 6ª - DA FORMA DE PAGAMENTO

São devidas pelo MUNICÍPIO a título de cumprimento das obrigações contratuais, as seguintes parcelas:

**CARÊNCIA:** Ao mutuário é concedido um período de carência de XX meses, sendo devidos juros em 4(quatro) parcelas trimestrais, contados a partir do dia 10(dez) subsequente à data da formalização deste contrato, vencendo-se a primeira em XX/XX/XXXX e a última em XX/XX/XXXX.

**AMORTIZAÇÃO:** Em XX prestações, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia XX/XX/XXXX e a última no dia XX/XX/XXXX, devidamente atualizadas com base nos ENCARGOS FINANCEIROS de que trata a Cláusula Terceira e a Cláusula Quarta, devendo os referidos ENCARGOS FINANCEIROS serem contados a partir da data do último pagamento da Carência.

**Parágrafo primeiro:** Para cumprimento integral das obrigações assumidas no presente Contrato, o Município, desde já de forma irrevogável e irretratável, independentemente de qualquer outra formalidade, autoriza o BANCO DO BRASIL a efetuar o pagamento das parcelas constantes da Cláusula supra, debitando os valores da conta de centralização de receitas do ICMS do município, até o limite das obrigações principais e acessórias, no montante necessário e informado pelo BADESC, cujo produto se destina ao pagamento das obrigações assumidas.

**Parágrafo segundo:** O BANCO DO BRASIL se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a repassar ao BADESC o valor das importâncias debitadas nos vencimentos de que trata o parágrafo anterior, observando o montante que lhe for informado mensalmente por esta Agência de Fomento.

**Parágrafo terceiro:** o MUNICÍPIO se compromete a manter, junto ao BANCO DO BRASIL, a conta de centralização de receitas do ICMS do município, referida no parágrafo acima, e somente substituir as instituições depositárias após a comunicação ao BADESC, com a ciência do BANCO DO BRASIL, desde que a nova instituição depositária se manifeste formalmente de acordo com os termos do presente Contrato, no que se refere às suas obrigações.

**Parágrafo Quarto:** o MUNICÍPIO constitui o BADESC seu procurador neste ato e em documento à parte para receber e dar quitação das importâncias de que se trata esta Cláusula e respectivos

parágrafos.

**Parágrafo quinto:** Se o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicações - ICMS ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM tiver sua denominação alterada ou for substituído por outro imposto ou por qualquer outra espécie de arrecadação, a vinculação ora constituída permanecerá na íntegra, ajustada automaticamente à nova situação sem necessidade de qualquer formalização.

#### Cláusula 7ª - DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

O MUNICÍPIO poderá liquidar a dívida antecipadamente, ou fazer amortizações extraordinárias da mesma, no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor do seu saldo devedor, devidamente atualizado, ocasião em que os encargos financeiros serão cobrados, proporcionalmente até a data do efetivo pagamento.

#### Cláusula 8ª - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Obriga-se o MUNICÍPIO a aplicar os recursos recebidos, exclusivamente em projetos ou subprojetos no âmbito do BADESC CIDADES II (Juro Zero). O descumprimento, desta obrigação, implicará na suspensão das liberações, vencimento antecipado do Contrato e impedimento do MUNICÍPIO de se utilizar de novos recursos do BADESC CIDADES.

**Parágrafo Único:** Nas mesmas penalidades, incorrerá o MUNICÍPIO que não atender os procedimentos e formalidades administrativas, estabelecidas nas normas operacionais aplicáveis ao BADESC CIDADES II (Juro Zero).

#### Cláusula 9ª - DOS REPASSES AO MUNICÍPIO

O valor do empréstimo de que trata o Contrato, será repassado pelo BADESC ao MUNICÍPIO, mediante apresentação de faturas referentes à execução dos serviços e/ou aquisições, devidamente vistoriadas pelo Setor de Fiscalização do BADESC.

**Parágrafo Único:** Os recursos financeiros repassados pelo BADESC serão depositados por este, em conta específica do MUNICÍPIO junto ao BANCO DO BRASIL.

#### Cláusula 10ª - DA CERTEZA DA LIQUIDEZ DA DÍVIDA

O MUNICÍPIO reconhece a qualquer tempo, como prova de seu débito, os cheques, recibos, requisições, ordens que emitir ou assinar, e quaisquer lançamentos que o BADESC, sob este aviso, efetuar em sua conta, de acordo com as condições deste Contrato.

**Parágrafo Primeiro:** O BADESC reconhecerá, por sua vez, os recibos e comunicações que assinar ou expedir pelos recebimentos em dinheiro a crédito do MUNICÍPIO.

**Parágrafo Segundo:** Deste modo, fica expressa e assegurada, a qualquer tempo, a certeza e liquidez da dívida do Município, compreendendo os cálculos de juros, encargos financeiros, comissões, taxas, juros moratórios, juros remuneratórios, correção monetária, capitalização, multas, despesas e seguros, impostos, despesas com a conservação de bens onerados e outras que, com o principal, formarão o débito, não podendo o MUNICÍPIO exigir processo especial de verificação, nem por qualquer forma ou sob qualquer pretexto retardar o pagamento ou a cobrança do saldo devedor demonstrado pelo BADESC, ficando ressalvado, entretanto, o uso posterior da ação de repetição em caso de erro.

#### Cláusula 11ª - DO INADIMPLENTO

No caso de impontualidade nos pagamentos devidos a qualquer título, sem prejuízo de vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e das demais cominações legais e convencionais, sobre os débitos vencidos, incidirão os encargos financeiros previstos na Cláusula Quarta deste Contrato, calculados dia a dia sobre saldo devedor, até o efetivo pagamento deste débitos, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia em regime de juros compostos, de acordo com as normas emanadas do Banco Central do Brasil, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), sobre os débitos devidamente atualizados.

**Parágrafo Primeiro:** Se o BADESC tiver que recorrer à via judicial, ainda que em concurso de credores para obter o pagamento do seu crédito, terá direito a cobrança de todos os encargos financeiros previstos na cláusula quarta além de honorários advocatícios



fixados pelo juízo.

Parágrafo Segundo: a impontualidade de qualquer das prestações facultará ao BADESC dar por vencida antecipadamente a totalidade da dívida.

**Cláusula 12ª - CONDICIONANTES PARA LIBERAÇÃO**

I. Abrir conta específica para depósito e movimentação dos recursos oriundos do presente contrato ao BANCO DO BRASIL;

II. Comprovação de Contrapartida se houver;

III. Apresentação de Certidão Negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS;

IV. Pagamento de taxa de ressarcimento de despesas no valor de R\$ XXXX;

V. Informar conta corrente e agência no Banco do Brasil, para o BADESC depositar as parcelas do financiamento.

Parágrafo Primeiro: Após a ultima liberação, o MUNICIPIO terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar os comprovantes dos pagamentos aos prestadores de serviços ou fornecedores, relativos a referida liberação.

Parágrafo Segundo: Os recursos do presente Contrato deverão ser utilizados pelo MUNICIPIO até XX/XX/XXXX.

**Cláusula 13ª - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO**

Compete à MUNICIPIO executar os projetos de investimentos que se constituem em um ou mais subprojetos aprovados, devendo para tanto, adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I. Executar o Projeto com diligência e eficiência e de conformidade com as praticas adequadas de administração financeira, técnica e de engenharia;

II. Executar as obras, serviços e aquisições, obedecendo aos procedimentos e formalidades administrativas cabíveis, especialmente àqueles previstos nos Manuais do BADESC CIDADES quanto à licitação pública e aos projetos de engenharia.

III. Utilizar os bens e serviços obtidos com recursos do empréstimo, exclusivamente para subprojetos constantes do BADESC CIDADES II (Juro Zero);

IV. Manter controles contábeis, financeiros e de execução física dos projetos em separado da operação normal do MUNICIPIO, de forma a facilitar a supervisão, o controle e auditoria do BADESC;

V. Permitir a fiscalização e auditoria do BADESC, ou de entidades devidamente credenciadas e vinculadas à implantação do BADESC CIDADES II (Juros Zero).

Parágrafo Único: Toda e qualquer despesa necessária e relativa à formalização deste Contrato, inclusive as de registro, caso necessário, correrão por conta do MUNICIPIO.

**Cláusula 14ª - GARANTIA DE PAGAMENTO**

Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pelo MUNICIPIO, em caso de inexistência de recursos que satisfaçam a totalidade dos valores devidos, correspondente às obrigações de principal e acessórias pactuadas no presente instrumento, o MUNICIPIO autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o BANCO DO BRASIL a efetuar os débito de valores da conta de centralização de receitas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no montante necessário para o cumprimento das parcelas inadimplentes, e observando o disposto na Cláusula Oitava.

Parágrafo Único: O MUNICIPIO se compromete a manter, junto ao BANCO DO BRASIL, a conta de centralização de receitas do fundo de Participação dos Municípios - FPM do município, referida na Cláusula acima, e somente substituir instituições depositárias após a comunicação ao BADESC, com a ciência do BANCO DO BRASIL, desde que a nova instituição depositária se manifesta formalmente de acordo com os termos do presente contrato, no que se refere às suas obrigações.

**Cláusula 15ª - TARIFAS BANCARIAS**

O MUNICIPIO autoriza o BANCO DO BRASIL, a debitar da conta de centralização de receitas do ICMS ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, conforme o caso, os valores das tarifas bancárias, se houver, para pagamento dos juros e amortização junto ao BADESC.

**Cláusula 16ª - DOS ADITIVOS**

O MUNICIPIO autoriza o BADESC, desde logo e antes do exaurimento dos prazos, a emitir aditivo relativo ao prazo de utilização dos recursos.

**Cláusula 17ª - FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis (SC), podendo o BADESC optar por qualquer outro permitido em lei, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, XX de XXXXX de XXX.

CREDOR:

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC

Sede: Florianópolis -SC CNPJ: 82.937.293/0001-00

XXXXXXXXXXXXXX

PRESIDENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

PROCURADOR

EMITENTE:

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

Sede:Curitibanos SC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

JOSÉ ANTONIO GUIDI

CPF: 352.219.259-13

Prefeito Municipal

INTERVENIENTE:

BANCO DO BRASIL S.A

Sede: Florianópolis -SC CNPJ: 00.000.000/000191

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF

**Lei Nº 4.980/2013**

LEI Nº 4.980/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO HERDEIROS DO FUTURO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em três parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 11/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal de Assistência Social e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, neste ato representado por sua coordenadora, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em três parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.980/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba

para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Coordenadora Ass. Herdeiros do Futuro

### Lei Nº 4.981/2013

LEI Nº 4.981/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio com a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02.011.065/0002-49 objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para a atendimento dos projetos aprovados pelo CMAS.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à CRAVI a importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) em sete parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as demais de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 com término previsto para 10 de dezembro de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO N. 09/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI - ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido

à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02.011.065/0002-49, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à CRAVI para atendimento dos programas aprovados pelo CMAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à CRAVI, através do Fundo Municipal de Assistência Social, a importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) em sete parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as demais de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 com término previsto para 10 de dezembro de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A CRAVI obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único:** A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.981/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antonio Guidi                      CRAVI  
Prefeito Municipal

#### **Lei Nº 4.982/2013**

LEI Nº 4.982/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio com

a ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA - Casa de Misericórdia Santa Rita de Cássia, inscrita no CNPJ sob nº 03.896.697/0001-19 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento de programas aprovados pelo CMAS.

**Art. 2.º -** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) em sete parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as demais no valor de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**Art. 3º -** A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

**Art. 4.º -** Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

**Art. 5º -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 20/2013**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, inscrita no CNPJ sob nº 03.896.697/0001-19 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA atendimento dos projetos aprovados pelo CMAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 16.000,00 (doze mil reais) em sete parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 1.000,00 e as demais no valor de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único :** A prestação de contas dos recursos deverá ser



feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.982/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA:** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Ass. Imaculado Coração de Maria

#### **Lei Nº 4.983/2013**

LEI Nº 4.983/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a firmar convênio com a PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 04.821.073/0001-03 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento de projetos aprovados pelo CMAS.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivos de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 19/2013**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 04.821.073/0001-03 neste ato representada por sua coordenadora, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à PASTORAL DA CRIANÇA IMACULADA CONCEIÇÃO, através do Fundo Municipal de Assistência Social para atendimento dos projetos aprovados pelo CMAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Associação o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivos de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A PASTORAL obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único :** A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.983/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Coordenadora Pastoral da Criança



**Lei Nº 4.984/2013**

LEI Nº 4.984/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO À ÁREA SOCIAL - AMAAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO À ÁREA SOCIAL - AMAAS estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às mulheres curitibanenses.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a ser pago em tres parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 3.000,00 e duas parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 18/2013**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO À ÁREA SOCIAL - AMAAS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e de outro lado a ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO À ÁREA SOCIAL - AMAAS, neste ato representada por sua, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à AMAAS em atendimento aos programas aprovados pelo CMAS.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a ser pago em tres parcelas mensais,

sendo a primeira no valor de R\$ 3.000,00 e duas parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA : A AMAAS obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da assinatura do presente com término em 10 dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.984/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal AMAAS

**Lei Nº 4.985/2013**

LEI Nº 4.985/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para atendimento dos projetos aprovados pelo CMAS autorizado a firmar convênio com a BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento dos projetos aprovados pelo CMAS.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Beneficência o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em uma única vez no mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob

pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e de outro lado BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Beneficência o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em uma única vez no mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A Beneficência obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único :** A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.985/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Beneficência Casa dos Humildes

#### Lei Nº 4.986/2013

LEI Nº 4.986/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS EM CURITIBANOS - APADAC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APADAC - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pagos em três parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 3.000,00 e as demais no valor de R\$ 2.000,00 mensais, iguais e consecutivas para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**Parágrafo Único:** Os valores constantes deste artigo serão considerados para todos os efeitos como auxílio à educação especial.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### TERMO DE CONVÊNIO No 04/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS

**DEFICIENTES AUDITIVOS DE CURITIBANOS - APADAC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APADAC - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba estabelecida neste município à rua Heraclides Vieira Borges, inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APADAC para atendimento dos projetos aprovados pelo CMAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pagos em três parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 3.000,00 e as demais no valor de R\$ 2.000,00 mensais, iguais e consecutivas para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**Parágrafo Único :** Os valores constantes deste artigo serão considerados para todos os efeitos como auxílio à educação especial.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A APADAC obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único :** A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 com término previsto para 10 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA :** Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.998/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Presidente APADAC

**Lei Nº 4.988/2013**

LEI Nº 4.988/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, através do Fundo Municipal de Assistência Social, firmar convênio com a CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 01.989.335/0001-47 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Art. 2.º -** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à entidade o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em três parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**Art. 3º -** A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

**Art. 4.º -** Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

**Art. 5º -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 16/2013**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE Curitiba, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 01.989.335/0001-47 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à CARITAS PAROQUIAL IMACULADA CONCEIÇÃO para auxílio à manutenção da entidade

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à entidade o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em três parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A ENTIDADE obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.



Parágrafo Único : A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.988/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Caritas Paroquial Imaculada Conceição

#### **Lei Nº 4.989/2013**

LEI Nº 4.989/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LAR NOVA ALVORADA.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, estabelecido neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

**Art. 2º -** Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) em sete parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 2.000,00 e as demais no valor de R\$ 2.500,00 iguais e consecutivas, a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**Art. 3º -** A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

**Art. 4º -** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 5º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação  
TERMO DE CONVÊNIO N. 15/2013

#### **TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E LAR NOVA ALVORADA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecida à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Fundo Municipal de Assistência Social ao LAR NOVA ALVORADA, para atendimento dos programas de atenção às crianças e adolescentes conforme o que consta da Ata nº 069/2013 da reunião dos membros do CMAS.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) em sete parcelas mensais, sendo a primeira no valor de R\$ 2.000,00 e as demais no valor de R\$ 2.500,00 iguais e consecutivas, a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal de assistência Social através da Ata n. 069/CMAS/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A entidade beneficiária compromete-se a apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

**CLÁUSULA QUINTA:** O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA:** Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.989/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Lar Nova Alvorada

**Lei Nº 4.990/2013**

LEI Nº 4.990/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO HERDEIROS DO FUTURO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA através da Ata de 16/04/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2013**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA e de outro lado ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS HERDEIROS DO FUTURO, inscrita no CNPJ sob nº 06.345.463/0001-71, neste ato representado por sua coordenadora, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência à ASSOCIAÇÃO, para atendimento dos programas de atenção às crianças e adolescentes aprovado pelo CMDCA

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo convênio, o Poder Executivo repassará

à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.000,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA através da Ata de 16/04/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco em investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.990/2013, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Coordenadora Ass. Herdeiros do Futuro

**Lei Nº 4.991/2013**

LEI Nº 4.991/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, autorizado a firmar convênio com a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02011065/0001-68 objetivando o repasse mensal de recursos financeiros para o atendimento de programas aprovados pelo CMDCA.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à CRAVI a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 com término previsto para 10 de dezembro de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Ata n. 16/04/2013.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual

de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4.º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO N. 08/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A CASA DE RECUPERAÇÃO AGUA DA VIDA - CRAVI

O MUNICÍPIO DE Curitibanos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - CRAVI, inscrita no CNPJ sob nº 02011065/0001-68, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à CRAVI para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA.

CLÁUSULA SEGUNDA : Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à CRAVI a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 com término previsto para 10 de dezembro de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente através da Ata n. 16/04/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA : A CRAVI obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

Parágrafo Único: A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.991/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por

ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SEXTA : Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi                      CRAVI  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 4.992/2013

LEI Nº 4.992/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO CULTURAL TÂNIA MARIA GAVA GABOARDI - ATG.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATG, inscrita no CNPJ nº 07.383.696/0001-21 estabelecida neste município e que mantém serviços culturais e assistenciais a crianças.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata n. 024/2013/CMDCA.

Art. 3º - A Associação beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO CULTURAL TÂNIA MARIA GAVA GABOARDI - ATG

O MUNICÍPIO DE Curitibanos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu



titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Infância e Adolescência, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATG, CNPJ nº 07.383.696/0001-21, estabelecida à Rua Lages, 71, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO para atendimento dos projetos aprovados pelo CMDCA.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.500,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescência através da Ata de 16/04/2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal nem tampouco investimentos e material permanente.

**CLÁUSULA QUINTA:** O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA:** Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.992/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SETIMA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba,  
José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Presidente ATG

### **Lei Nº 4.993/2013**

LEI Nº 4.993/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES.**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, autorizado a firmar convênio com a BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 objetivando o repasse de recursos financeiros para o atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA.

**Art. 2.º -** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Beneficência o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 a partir do mês

de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata de 16/04/2013

**Art. 3º -** A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

**Art. 4.º -** Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas com a execução da presente lei.

**Art. 5º -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2013**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES,**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, inscrita no CNPJ sob nº 83.699.751/0001-75 neste ato representada por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à BENEFICENCIA CASA DOS HUMILDES, para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Pelo convênio, o Poder Executivo repassará à Beneficência o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em quatro parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata de 16/04/2013

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A Beneficência obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único :** A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.993/2013 terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 e término em 10 de dezembro de 2013 e poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui

previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SEXTA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Beneficência Casa dos Humildes

### **Lei Nº 4.994/2013**

LEI Nº 4.994/2013

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS EM CURITIBANOS - APADAC, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA**

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APADAC - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de deficiência.

**Art. 2º -** Por este convênio fica o Poder Executivo através do FIA, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pagos em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata do CMDCA de 16/04/2013.

**Parágrafo Único:** Os valores constantes deste artigo serão considerados para todos os efeitos como auxílio à educação especial.

**Art. 3º -** A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

**Art. 4º -** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 5º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **TERMO DE CONVÊNIO No 05/2013**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE CURITIBANOS - APADAC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.**

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, e de outro lado a APADAC - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Curitiba estabelecida neste município à rua Heraclides Vieira Borges, inscrita no CNPJ sob nº 78.497.989/0001-88, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA à APADAC para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, conforme Ata de 16/04/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Por este convênio fica o Poder Executivo através do FIA, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pagos em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata do CMDCA de 16/04/2013.  
**CLÁUSULA TERCEIRA :** A APADAC obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

**Parágrafo Único :** A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se em maio de 2013 com término previsto para 10 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA SEXTA :** Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.994/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA :** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Presidente APADAC

**Lei Nº 4.995/2013**

LEI Nº 4.995/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA CURITIBANENSE - AACCR

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a Associação dos Amigos da Criança Curitibaense - AACCR inscrita no CNPJ nº 05.791.242/0001-64 estabelecida neste município e que mantém serviços culturais e assistenciais a crianças.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo, através do Fundo da Infância e Adolescência, autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata de 16/04/2013 do CMDCA

Art. 3º - A Associação beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 17/2013**

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA CURITIBANENSE - AACCR

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Associação dos Amigos da Criança Curitibaense inscrita no CNPJ nº 05.791.242/0001-64 estabelecida neste município, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO para atendimento dos programas aprovados pelo CMDCA

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo,

através do Fundo da Infância e Adolescência, autorizado a repassar à entidade cultural, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em cinco parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.000,00 a partir do mês de maio de 2013 para atendimento dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência através da Ata de 16/04/2013 do CMDCA.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem em investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.995/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos participantes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo. Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Presidente Associação

**Lei Nº 4.996/2013**

LEI Nº 4.996/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O LAR NOVA ALVORADA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo da Infância e Adolescência- FIA, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, estabelecido neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em sete parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 2.000,00 e as demais no valor de R\$ 3.000,00 mensais, iguais e consecutivas e que serão destinados atendimento de programas sociais autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata de 16/04/2013 do CMDCA

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo decreto 3.067/2003, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.



Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### TERMO DE CONVÊNIO N. 014/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS ATRAVÉS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E LAR NOVA ALVORADA.

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e de outro lado LAR NOVA ALVORADA, inscrito no CNPJ sob nº 03.036.536/0001-55, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência ao LAR NOVA ALVORADA, para atendimento dos programas de atenção às crianças e adolescentes conforme o que consta da Ata de 16/04/2013 da reunião dos membros do CMDCA

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade assistencial, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em sete parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 2.000,00 e as demais no valor de R\$ 3.000,00 mensais, iguais e consecutivas e que serão destinados atendimento de programas sociais autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente através da Ata de 16/04/2013 do CMDCA.

CLÁUSULA TERCEIRA : A entidade beneficiária compromete-se a apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal nem em investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.996/2013 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai

devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.  
Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Lar Nova Alvorada

#### Decreto Nº 4.287/2013

DECRETO Nº 4.287/2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba.

#### DECRETA

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitiba, no dia 30 de maio de 2013 - sexta feira, em virtude do feriado de Corpus Christi.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 4.288/2013

DECRETO Nº 4.288/2013

REVOGA DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO QUE ESPECIFICA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e considerando que os bens imóveis de propriedade de Pedro Moacir Gobbi de que trata o Decreto n. 4.031/2011 de 11/05/2011 foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou Judicial ,  
CONSIDERANDO a não consumação dos efeitos Decorrentes do Decreto n. 4.032/2011, não havendo sequer a imissão na posse:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal n.º 4.031/2011 de 11/05/2011, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 25/05/2011.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini  
Secretária de Planejamento

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 4.289/2013**

DECRETO Nº 4.289/2013

REVOGA DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO QUE ESPECIFICA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e considerando que o bem imóvel de propriedade de Roberto Baruffi Filho de que trata o Decreto n. 4.032/2011 de 11/05/2011 foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou Judicial e,

CONSIDERANDO a não consumação dos efeitos Decorrentes do Decreto n. 4.032/2011, não havendo sequer a imissão na posse:

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal n.º 4.032/2011 de 11/05/2011, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 25/05/2011.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini  
Secretária de Planejamento

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 4.292/2013**

DECRETO Nº 4.292/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AUTORIZADAS PELA LEI Nº 4.972/2013

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Fica anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.972/2013 no montante de R\$ 464.900,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais), a saber:

ANULAÇÃO:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2054 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%  
3190000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 384.900,00  
3350000000.00.0019 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 80.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 464.900,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.972/2013 no montante de R\$ 464.900,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e novecentos reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.1012 EQUIP. MATERIAL PERMANENTE - ENSINO FUNDAMENTAL  
4490000000.00.0019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 464.900,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 464.900,00

Art. 3º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.972/2013 no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2048 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
3390000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO na forma autorizada pela Lei n. 4.972/2013 no montante de R\$ R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.1012 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE-ENSINO FUND.  
4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 172.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.1011 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL  
4490000000.00.001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 78.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 250.000,00

Art. 5º - Para cobertura das suplementações mencionadas ficam utilizados os recursos das dotações anuladas.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**Decreto Nº 4.293/2013**

DECRETO Nº 4.293/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AUTORIZADAS PELA LEI Nº 4.973/2013

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**DECRETA**

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Assistência Social as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei nº 4.973/2013,

**INCLUI FONTE DE RECURSO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.444 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.445 APLICAÇÕES DIRETAS  
33900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS  
44900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS  
44900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 39.253,59 (trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais, cinquenta e nove centavos) a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 39.253,59  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 39.253,59

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PFMCI ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 29.503,29 (vinte e nove mil, quinhentos e três reais, vinte e nove centavos) a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 29.503,29  
  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 29.503,29

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBV II ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e

Decreto 4.260/2013.

Art. 6º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 2.744,15 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos) a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 2.744,15  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.744,15

Art. 7º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PAC I ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 8º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 118.899,99 (cento e dezoito mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 43.899,99  
44900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 118.899,99

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso IGDPBF/IGDSU-AS ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 10. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 6.587,84 (seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais, oitenta e quatro centavos):

**SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 6.587,84  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 6.587,84

Art. 11. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PTMC ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 12. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 3.482,88 (três mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, oitenta e oito centavos) a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.444 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.482,88  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 3.482,88

Art. 13. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PVMC ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 14. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 44.466,08 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais oito centavos), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.445 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 44.466,08  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 44.466,08

Art. 15. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBF ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 16. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.973/2013, no montante de R\$ 88.154,35 (oitenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais trinta e cinco centavos), a saber:  
SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS  
33900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 59.083,65  
44900000000.00.446 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 29.070,70

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 88.154,35

Art. 17. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso ESTADUAL ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 18 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### Decreto Nº 4.294/2013 DECRETO Nº 4.294/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSANTNE DA LEI Nº 4.974/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma autorizada pela Lei n. 4.974/2013,  
DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.974/2013,

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
10.306.0009.2067 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES  
33900000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 4.974/2013, no montante de R\$ 37.055,13 (trinta sete mil, cinquenta e cinco reais, treze centavos) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
10.306.0009.2067 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAC CRECHES  
33900000000.00.298 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 37.055,13

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 37.055,13

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNAC ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.974/2013, na forma autorizada pela Lei n. 4.974/2013:

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
33900000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
33900000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 4.974/2013, no montante de R\$ 147.061,18 (cento e quarenta e sete mil, sessenta e um reais, dezoito centavos), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 65.087,26

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2055 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 81.973,92

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 147.061,18

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE MANUTENÇÃO ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 6º - Este decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

#### **Decreto Nº 4.295/2013**

DECRETO Nº 4.295/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL CONSTANTES DA LEI Nº 4.975/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma autorizada pela Lei n. 4.975/2013,  
DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.975/2013,

INCLUI FONTE DE RECURSO

03.00 FUNREBOM  
03.01 FUNREBOM  
06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM  
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS.

03.00 FUNREBOM  
03.01 FUNREBOM  
06.181.0004.1006 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM  
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 4.975/2013, no montante de R\$ 143.408,51 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e oito reais, cinquenta e um centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

03.00 FUNREBOM  
03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM  
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

03.00 FUNREBOM  
03.01 FUNREBOM  
06.181.0004.1006 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM  
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 63.408,51

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 143.408,51

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIOS ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Este decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº 4.296/2013**

DECRETO Nº 4.296/2013

ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DA PREFEITURA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI N. 4.976/2013,

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba na forma autorizada pela Lei n. 4.976/2013 :

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 4.976/2013 no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a saber:

ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
18.541.0022.1032 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE PRES. PERMANENTE  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍC. E IMPL. AGRÍCOLAS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 115.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
20.606.0024.2085 MANUT. DA SECRET. DA AGRICULTURA  
3350000000.00.0123 TRANSF.A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 22.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS  
15.452.0018.1021 CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA DE PRAÇAS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS  
15.452.0018.1024 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 43.923,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO  
22.661.0025.1038 INFRA ESTRUTURA P/ IMPL. DE INDÚSTRIAS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER  
27.812.0029.1016 OBRAS PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER  
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS  
3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 44.077,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 400.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias no orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE na forma autorizada pela Lei n. 4.976/2013 no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2034 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE SAÚDE  
3390000000.00.221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 400.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 400.000,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º. ficam utilizados os recursos das dotações anuladas pelo art. 1º.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Carine Tatsch  
Secretário Municipal de Saúde

**Decreto Nº 4.970/2013**  
DECRETO Nº 4.970/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS CONSTANTES DA LEI Nº 4.970/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei nº 4.970/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
08.243.0005.2011 MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
335000000000.00.169 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente na forma autorizada pela Lei n. 4.970/2013, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

05.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
05.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
08.243.0005.2011 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
335000000000.00.169 TRANSFERENCIA A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS R\$ 40.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2012, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**Decreto Nº 4.971/2013**

DECRETO Nº 4.971/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 4.971/2013

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.971/2013 no montante de R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMIN E FINAN.  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
06.181.0004.2010 MANUT. DO CONV. DE RADIO PATRULHA  
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 22.543,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.03 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
13.392.0017.2074 MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS  
3350000000.00.0123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 13.310,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
15.541.0022.2082 MANUT. DAS ATIV. AMB. E POL. DE PRESER-  
VAÇÃO  
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
18.541.0019.1025 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO  
MUNICIPAL  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
18.541.0019.1026 PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO FRAN-  
CISCO  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.500,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍC. E IMPL.  
AGRÍCOLAS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMB. E DESEN. RURAL  
20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E EXTENÇÃO RURAL  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 51.620,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO  
23.695.0026.1039 CONSTRUÇÃO DE PORTAIS  
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 219.973,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do or-  
çamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma  
autorizada pela Lei n. 4.971/2013 no montante de R\$ 219.973,00  
(duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e três reais) a  
saber :

SUPLEMENTAÇÃO:  
02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS  
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS  
3390000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.833,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO  
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO  
22.661.0025.1037 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ IMPL. DE INDUS-  
TRIAS

4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.140,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 219.973,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art.  
2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de  
R\$ 219.973,00 (duzentos e dezenove mil, novecentos e setenta e  
três reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do  
ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº 4.977/2013**

DECRETO Nº 4.977/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇA-  
MENTARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº  
4.977/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei  
n. 4.977/2013

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento  
da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma pre-  
vista pela Lei n. 4.977/2013

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET.  
DE TRANSP

4490000000.00.0311 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do or-  
çamento específico da Prefeitura Municipal na forma prevista pela  
Lei n. 4.977/2013, no montante de R\$ 52.063,84 ( cinquenta e  
dois mil, sessenta e três reais, oitenta e quatro centavos):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQ. E VEÍCULOS - SECRET.  
DE TRANSP

4490000000.00.0311 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 52.063,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 52.063,84

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado par-  
te do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ALIENAÇÃO  
DE BENS ocorrido no exercício de 2012, conforme balanço patri-  
monial anexo 14 e Decreto 4.260/2013.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de maio de 2013.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal



Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP  
CNPJ: 08.273.827/0001-80  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 32/2013 Número do Processo: 32/2013  
Número do Contrato ou aditivo: 265/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REPARO NA PONTE HORIZOLANDIA, PONTE DA LOMBA, REDE DE ESGOTO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 16/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 16/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.027,50  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINAMICA COM. DE SUP/INFORMATICA ESCR.LTDA ME  
CNPJ: 07.072.908/0001-50  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 44/2012 Número do Processo: 44/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 266/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 16/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 16/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 633,40  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN  
CNPJ: 00.748.569/0001-30  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 44/2013 Número do Processo: 44/2013  
Número do Contrato ou aditivo: 267/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 16/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 16/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.264,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP  
CNPJ: 04.586.694/0001-41  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 44/2012 Número do Processo: 44/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 268/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 16/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 16/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 10.507,71  
Forma de Pagamento: Á VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: KLEBER MACHADO  
CNPJ: 11.118.645/0001-40  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 44/2012 Numero do Processo: 44/2012  
Numero do Contrato ou aditivo: 269/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 16/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 16/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 86,90  
Forma de Pagamento: Á VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-ME  
CNPJ: 85.248.680/0001-10  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 44/2012 Numero do Processo: 44/2012  
Numero do Contrato ou aditivo: 270/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, JUNTA MILITAR, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 16/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 16/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 834,95  
Forma de Pagamento: Á VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: AUTO MECANICA LTDA  
CNPJ: 83.750.703/0001-64  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 57/2013 Numero do Processo: 57/2013  
Numero do Contrato ou aditivo: 271/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO 1722, PLACAS MBU-9826, DA SECRETARIA DE OBRAS; AQUISIÇÃO DE ÓLEO; E, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA FUNCIONAMENTO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC150 SE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/04/2013  
Vigência: 18/04/2013 A 18/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 7.100,00  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: LUBRILAX COM. DE LUBRIFICANTES LTDA  
CNPJ: 83.946.244/0001-99  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 57/2013 Numero do Processo: 57/2013  
Numero do Contrato ou aditivo: 266/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO 1722, PLACAS MBU-9826, DA SECRETARIA DE OBRAS; AQUISIÇÃO DE ÓLEO; E, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA FUNCIONAMENTO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC150 SE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/04/2013  
Vigência: 18/04/2013 A 18/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:



Numero do Empenho:  
Valor: 775,00  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: DELANE COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PEÇAS E EQUIPAMEN

CNPJ: 09.237.887/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 57/2013 Numero do Processo: 57/2013  
Numero do Contrato ou aditivo: 273/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO 1722, PLACAS MBU-9826, DA SECRETARIA DE OBRAS; AQUISIÇÃO DE ÓLEO; E, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA FUNCIONAMENTO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC150 SE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/04/2013  
Vigência: 18/04/2013 A 18/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 4.990,35  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: AUTO MECANICA LTDA  
CNPJ: 83.750.703/0001-64  
Modalidade: CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS  
Numero da Licitação: 77/2013 Numero do Processo: 77/2013  
Numero do Contrato ou aditivo: 274/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 55 DA SECRETARIA DE OBRAS E ROLO CH 44 DA ESTRADA VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E PARECER JURIDICO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/04/2013  
Vigência: 18/04/2013 A 18/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:

Valor: 3.345,50  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 79.879.318/0002-25  
Modalidade: CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS  
Numero da Licitação: 77/2012 Numero do Processo: 77/2012  
Numero do Contrato ou aditivo: 266/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555 DA SECRETARIA DE OBRAS E ROLO CH 44 DA ESTRADA VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E PARECER JURIDICO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 23/04/2013  
Vigência: 18/04/2013 A 18/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 4.164,00  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: JACY PEDRO PICOLLI-ME  
CNPJ: 79.891.438/0001-67  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Numero da Licitação: 218//2012 Numero do Processo: 218/2012  
Numero do Contrato ou aditivo: 276/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS, DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, ESTRADAS VICINAIS, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, GABINETE, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES E ADMINISTRAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência:  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS / NR: 1  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:

Valor: 170,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA  
CNPJ: 83.039.115/0001-17  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 229/2012 Número do Processo: 229/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 277/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 18/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 3.218,80  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME  
CNPJ: 10.314.036/0001-01  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 217/2012 Número do Processo: 217/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 279/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL EM BOTTIÕES DE 20 LITROS E AGUA EM GARRAFAS DE 510 ML, COM GÁS E SEM GÁS, PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

Data da Assinatura: 18/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 18/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 20,55  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: CONBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
CNPJ: 06.099.082/0001-50  
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS P/OBRA E SERV. ENGENHARIA  
Número da Licitação: 158/2011 Número do Processo: 158/2011  
Número do Contrato ou aditivo: 280/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 19/07/2013 REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO RECAPEAMENTO DA RUA GAL.ILYDIO RÔMULO COLÔNIA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA AV.FIORAVANTE ORTIGARI, E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA-COBNETRO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA RUA OLIVEIRA PIRES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº762974/2011 FIRMADO ENTRE A MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL.

Data da Assinatura: 19/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/04/2013  
Vigência: 19/04/2013 A 12/07/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 0,00  
Forma de Pagamento:

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
CNPJ: 61.198.164/0001-60  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 65/2012 Número do Processo: 65/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 281/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DO PRÉDIO DA PREFEITURA E DE SEGURO DE PESSOAL, PARA OS ESTÁGIARIOS, ATÉ 04/03/2014, COM FRANQUIA NORMAL, COBERTURAS BÁSICAS MÍNIMAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/04/2013  
Vigência: 19/04/2013 A 04/03/2014  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.681,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA-CURITIBANOS  
CNPJ: 05.937.763/0004-20  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS  
Número da Licitação: 87/2013 Número do Processo: 87/2013  
Número do Contrato ou aditivo: 282/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO DE 10.000 KM DO VEICULO FIESTA PLACA MKK 2813, NA FORMA DO ART.24 INCISO XVII DA LEI Nº8.666/93

Data da Assinatura: 22/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 22/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 280,00  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: S B-TRANSPORTES TERRAPLANAGEM E COMERCIO EIRELI  
CNPJ: 15.644.209/0001-65  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 58/2011 Número do Processo: 58/2011  
Número do Contrato ou aditivo: 283/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE Curitiba, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/04/2013  
Vigência: 22/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 5.460,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: S B-TRANSPORTES TERRAPLANAGEM E COMERCIO EIRELI  
CNPJ: 15.644.209/0001-65  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 58/2011 Número do Processo: 58/2011  
Número do Contrato ou aditivo: 284/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÁQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE Curitiba, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/04/2013  
Vigência: 22/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 30.940,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME  
CNPJ: 10.314.036/0001-01  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 224/2012 Número do Processo: 224/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 285/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: ADJUDICAÇÃO 10 - AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS PARA CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, TRANSPORTES E OBRAS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PROCON, PARA SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 22/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 25/04/2013  
Vigência: 22/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 13,76  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 72.332.778/0001-09

Modalidade: CONCORRÊNCIA P/COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 129/2011 Número do Processo: 129/2011

Número do Contrato ou aditivo: 286/2013

Fundamento Legal:

Objeto: EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS E GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO PERÍMETRO URBANOS DE Curitiba, BEM COMO SEU DEPÓSITO NO ATERRO SANITÁRIO DESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 23/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/04/2013

Vigência: 23/04/2013 A 31/10/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 342.269,25

Forma de Pagamento: CFE TONELADAS E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: TUBOS E PRE MOLDADOS APIUNA LTDA-ME

CNPJ: 08.670.096/0001-07

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 11/2013 Número do Processo: 11/2013

Número do Contrato ou aditivo: 287/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ADJUDICAÇÃO 4-AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE Curitiba, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/04/2013

Vigência: 24/04/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 9.750,00

Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME

CNPJ: 08.016.943/0002-03

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 64/2013 Número do Processo: 64/2013

Número do Contrato ou aditivo: 288/2013

Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE 5 MULTIFUNCIONAL PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL, CONTABILIDADE, SECRETARIA DE ESPORTES E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME DESCRIÇÃO MÍNIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 24/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/04/2013

Vigência: 24/04/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.000,00

Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: POSTO BERLANDA LTDA

CNPJ: 04.913.137/0001-98

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 216/2012 Número do Processo: 216/2012

Número do Contrato ou aditivo: 289/2013

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE MAIS R\$ 6937,89(NOVECIENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS), TENDO EM VISTA REAJUSTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL REFERENTE AQUISIÇÃO GASOLINA COMUM. TENDO EM VISTA REAJUSTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL REFERENTE DE ÓLEO DIESEL COMUM.

Data da Assinatura: 24/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/04/2013

Vigência: 24/04/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 937,89

Forma de Pagamento:



**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: POSTO BERLANDA LTDA  
CNPJ: 04.913.137/0001-98  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 216/2012 Número do Processo: 216/2012  
Número do Contrato ou aditivo: 290/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE MAIS R\$ 6.988,49 (SEIS MIL NOVE-CENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS) TENDO EM VISTA REAJUSTE REALIZADO PELO GOVERNO FEDERAL REFERENTE DE OLEO DIESEL COMUM.

Data da Assinatura: 24/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/04/2013  
Vigência: 24/04/2013 A 31/12/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL CURITIBANOS  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 6.988,49  
Forma de Pagamento:

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Março/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA  
CNPJ: 83.039.115/0001-17  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 68/2013 Número do Processo: 68/2013  
Número do Contrato ou aditivo: 292/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO TRATOR VALMET 68, DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/04/2013  
Vigência: 26/04/2013 A 26/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 5.690,00  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: DELANE COMÉRCIO E IMPORTADORA DE PEÇAS E EQUIPAMEN  
CNPJ: 09.237.887/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 57/2013 Número do Processo: 57/2013  
Número do Contrato ou aditivo: 294/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.232,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC150 SE, CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E PARECER JURIDICO EM, ANEXO.

Data da Assinatura: 29/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 29/04/2013 A 18/06/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.232,00  
Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: ELETRO MOTORES RIO BONITO LTDA ME  
CNPJ: 80.738.990/0001-07  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS  
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo:  
Número do Contrato ou aditivo: 301/2013  
Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DE 02 TRANSFORMADORES SENDO 01 TRANSFORMADOR COM 225 KVA E 01 TRANSFORMADOR COM 150 KVA PARA USO NO PARQUE POUCO DO TROPEIRO PARA REALIZAÇÃO DA 12ª EXPOCENTRO, QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013.

Data da Assinatura: 30/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 30/04/2013 A 31/07/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Número:  
Gestão/Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.800,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 08.273.827/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 62/2013 Numero do Processo: 62/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 295/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS NO DEPÓSITO DO ESTADIO WILMAR ORTIGARI E NO SETOR DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA DA SECRETARIA DE OBRAS; MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO E CONSERVAÇÃO DA REDE DE ESGOTO DA CIDADE. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 29/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 29/04/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 6.000,77

Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

CNPJ: 79.808.754/0001-22

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 230/2012 Numero do Processo: 296/2012

Numero do Contrato ou aditivo: 296/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES E INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, ESPORTES, E LAZER, IND. E COMERCIO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, PROCURADORIA, GABINETE, PROCON, POLICIA MILITAR E CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 29/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 29/04/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 576,00

Forma de Pagamento: À VISTA

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 54/2013 Numero do Processo: 54/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 297/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ADJUDICAÇÃO 1-CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA PARTE ELÉTRICA, MECÂNICA E TORNO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA CORPO DE BOMBEIROS DE Curitiba, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 29/04/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/05/2013

Vigência: 29/04/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 6.750,00

Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato e Termos Aditivos**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato e termos aditivos

Contratado: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

CNPJ: 93.988.921/0001-95

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 15/2013 Numero do Processo: 15/2013

Numero do Contrato ou aditivo: 291/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS E POLICIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/03/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/04/2013

Vigência: 25/04/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 640,00

Forma de Pagamento: À VISTA



## Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato e Termos Aditivos

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Abril/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato e termos aditivos

Contratado: CASA DA SEGURANÇA CURITIBANOS LTDA ME  
CNPJ: 80.477.839/0001-54  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRAS E SERVIÇOS  
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: 15/2013  
Número do Contrato ou aditivo: 293/2013  
Fundamento Legal:  
Objeto: LOCAÇÃO DE EXTINTORES PARA USO NO PARQUE POU-  
SO DO TROPEIRO, PARA REALIZAÇÃO DA 23ª EXPOCENTRO, QUE  
SERÁ REALIZADA NOS DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013.

Data da Assinatura: 26/04/2013  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 26/04/2013 A 31/07/2013  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.740,00  
Forma de Pagamento: À VISTA

**Ermo**

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 020, de 22 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 020, de 22 de maio de 2013.  
Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – COMAE do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei municipal nº 046 de 15 de Dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 097, de 28 de agosto de 2000 e Lei 283/2010;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE:

I – 01 (um) representante do Poder Executivo:

Titular	Suplente
Edna Maria dos Reis Simão	Maria Doralice Leonardo

II - 02 (dois) representantes de trabalhadores da educação e de discentes;

Titular	Suplente
Cristiane Possamai Furlaneto	Varcileni Zanatta
Maristela Possamai Leonardo	Leda Tramontin Zanatta

III - 02 (dois) representantes dos pais de alunos;

Titular	Suplentes
Ivonele Domingos Gabriel	Josiane Vicente Pereira
Giane Pires Leonardo	Renata da Silva Souza

IV - 02 (dois) representantes de outro segmento da sociedade civil.

Titular	Suplentes
João Borges	Dílson de Oliveira da Silva
Renato Serafim	Roque Fabiano Bristot

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo – SC, em 22 de maio de 2013.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA  
Secretário de Administração e Finanças

#### Portaria Nº 084, de 13 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 084, de 13 de maio de 2013.  
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 312, de 24 de abril de 2013 e Art. 2º, V da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a assinatura de Convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc de Criciúma em Conjunto com o Criciúma Esporte Clube para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol com o fim de proporcionar formação/educação de atletas do Município voltados ao desenvolvimento do esporte amador;

#### RESOLVE:

Art. 1º Admitir MAICON SIMÃO EMERIM, em Caráter Temporário, para ocupar a função de MONITOR, para fins de estruturar e organizar escolinha de futebol voltada ao desenvolvimento do esporte amador, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 07 de maio de 2013 e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de maio de 2013.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA  
Secretário de Administração e Finanças

**Erval Velho**

### PREFEITURA

#### Resultado Final Processo Seletivo

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE INGLÊS EDITAL 004/2013

PROFESSOR HABILITADO:  
NÃO HOUVE INSCRITOS

PROFESSOR NÃO HABILITADO  
1º - BRUNA PRIMO  
2º - DANIELY DOS SANTOS  
3º - MARTA RECALCATTI

ERVAL VELHO, 22 DE MAIO DE 2013.  
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR  
Prefeito Municipal

ALDUIR MOCELIN  
Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 294 de 21 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 294 DE 21 DE MAIO DE 2013.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/20 13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital nº. 001/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados.

### DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital nº 001/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS						
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000						
CARGO : OPERADOR DE MOTONIVELADORA						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.	TOTAL
111775	1º ARRY MIGUEL PAVI	2,25	4,50	6,75	9,65	8,20
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001						
CARGO : OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS						
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000						
CARGO : OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.	TOTAL
111709	1º CLAUDIOMIR MULLER	2,50	4,75	7,25	9,60	8,43
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001						
CARGO : OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.P.	TOTAL
111808	1º EVANDRO LUIZ DE JESUS	2,25	5,50	7,75	9,55	8,65
111822	2º IVO PEDROSO	1,75	4,75	6,50	9,17	7,84
111805	3º JOÃO ADAIR KOSAKOSKI	2,25	4,00	6,25	8,92	7,59
111708	4º ALESSANDRO ZAPE	1,75	4,75	6,50	8,40	7,45
111721	5º GENTIL GILBERTO SCHVIRK	1,50	4,00	5,50	8,85	7,18
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 005						
CARGO : TÉCNICO EM ENFERMAGEM						
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL		
111620	1º JULIANA MARIA CONCI	1,75	5,00	6,75		
111720	2º LEIZA FRANCIELE FERNANDES	2,25	4,25	6,50		
111647	3º ROSELI FARIAS ALBINO	2,25	4,00	6,25		
111631	4º ROME SALETE BORELLA	1,75	4,25	6,00		
111693	5º GENECI SOARES DE JESUS DALMAS	1,75	4,25	6,00		
111618	6º LUCIA APARECIDA ABREU	1,50	4,00	5,50		
111687	7º MARLENE LANGE BERGAMASCHI	1,75	3,50	5,25		
111634	8º ELOISA DA COSTA ALVES DOS SANTOS	2,00	3,25	5,25		
111748	9º VANDA VASEAK MACHADO	2,00	3,25	5,25		
111652	10º DANIELA LOVATO	1,75	3,25	5,00		
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 010						
CARGO : AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO						



Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111686	1º ELAINE CRISTINA ANTUNES KLAUS	2,25	5,75	8,00
111761	2º SALETE RODRIGUES PINTO RIBEIRO	2,25	5,50	7,75
111710	3º MARIVETE BATISTA DOS SANTOS	1,50	5,75	7,25
111815	4º FRANCIELI CRISTINA LAMB	1,25	5,75	7,00
111766	5º KADIA BRITO DA SILVA	1,50	5,00	6,50
111765	6º NEIDE EBERTS	1,50	5,00	6,50
111759	7º TAIS CRISTINA SPEROTTO CONCI	1,50	4,75	6,25
111636	8º SIMONE ANDRETTA MARSANGO	1,75	4,50	6,25

TOTAL DE CLASSIFICADOS: 008

**CARGO : MÉDICO CIRURGIÃO**

Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111704	1º CLEVERSON LARA MARTINS	2,75	3,50	6,25

TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001

**CARGO : INSTRUTOR SOCIAL**

Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111846	1º ELIS MARA CONCI	2,50	6,00	8,50
111707	2º MARLENE SASSI	2,25	5,50	7,75
111812	3º ILISÂNGELA SBRUZZI RODRIGUES	2,50	5,25	7,75
111841	4º TAINARA MOREIRA	2,00	5,50	7,50
111714	5º SUELI RODRIGUES FERRO	2,75	4,75	7,50
111725	6º CRISTIANE DAGA BORTOLI	2,00	5,25	7,25
111863	7º LUCIMAR LUIZA SILVEIRA	1,50	5,50	7,00
111806	8º RODRIGO JOÃO FRANCHINI	2,50	4,50	7,00
111727	9º LETICIA CANTON MOSELE	1,50	5,25	6,75
111624	10º JULIANA LOPES	2,00	4,75	6,75
111776	11º NEIVA MARIA MIGLIORANZA	2,50	4,25	6,75
111682	12º BIANCA CAROLINE DE LIMA	2,75	4,00	6,75
111825	13º DELCI EDI BRUCHEZ	1,75	4,75	6,50
111674	14º ROSELI COUSSEAU MAURER	1,75	4,50	6,25
111719	15º ADRIANA APARECIDA TEIXEIRA	1,75	4,50	6,25
111726	16º EDUANE TOMAZI	2,25	4,00	6,25
111847	17º JANAINA MEIRELES COSTA	2,75	3,50	6,25
111747	18º GRACIELA SPEROTTO	1,75	4,25	6,00
111762	19º CLARINEIDE TEIXEIRA ROBERTO DE CARVALHO	1,75	4,25	6,00
111829	20º IVAN PEDROSO	1,75	4,25	6,00
111668	21º LÉO CARLOS TOMAZI	1,75	4,25	6,00
111855	22º LUCÉLIA MARCHIORO GIROLOMETTO	1,75	4,00	5,75
111807	23º ELIANE DE RAMOS	1,75	4,00	5,75
111803	24º EUGÊNIA DA SILVA CÔFF	2,00	3,75	5,75
111782	25º CLEIVER MUCZINSKI	2,00	3,75	5,75
111724	26º EDILSE MARIA REBELATO BAZI	2,00	3,75	5,75
111787	27º STEPHANI PERUZZO GONÇALVES	2,00	3,75	5,75
111836	28º ROSICLER PERISSINOTTO	2,25	3,50	5,75
111859	29º ELIZANGELA SANTIN BERTÉ	1,25	4,25	5,50
111830	30º MARY KATHLEEN ALVES NEVES	1,25	4,25	5,50
111814	31º ANDRÉIA PADILHA DA SILVA	1,25	4,25	5,50
111868	32º YASMIN BRAATZ	1,25	4,25	5,50
111848	33º GLEICY POTULSKI PAZ	1,50	4,00	5,50
111856	34º MARCELE CRISTIANE HARRES	1,75	3,75	5,50
111669	35º LURDES PEDROSO PACHECO	1,75	3,75	5,50
111738	36º TATIANE FRACARO	1,75	3,75	5,50
111857	37º SABRINA UGOLINI VIEIRA	2,00	3,50	5,50
111795	38º MARLI DE OLIVEIRA QUILANTE	1,00	4,25	5,25
111696	39º VITOR RICARDO ROSSI DAMO	1,75	3,50	5,25
111845	40º ELISANGELA DA ROZA	1,25	3,75	5,00

111774	41°DIVANIA BACCHI	1,25	3,75	5,00
111823	42°DIOVANIA APARECIDA DA SILVA PEDROSO	1,50	3,50	5,00
111764	43°CRISTIANE CORRÊIA BARELLA	1,75	3,25	5,00
111791	44°JUCELIA CARNEIRO ALVES DE SOUSA	1,75	3,25	5,00
111768	45°MARCIA DE RAMOS	1,75	3,25	5,00
111798	46°VANESSA BORBA VERGENTINO	2,00	3,00	5,00

**TOTAL DE CLASSIFICADOS: 046****CARGO : PROFESSOR DE ARTES**

Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
111860	1°SIRLEI BAPTISTA FALCK	1,60	2,60	4,20	1,00	5,20
111667	2°ADILSON DE SOUZA BORGES	0,80	3,20	4,00	1,10	5,10

**TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002****CARGO : PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	Total	N.T.	TOTAL
111839	1°JÉSSICA TAIZE SPRICIGO	1,40	3,40	4,80	0,00	4,80

**TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001**

**Art. 2º.** – A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Faxinal dos Guedes (SC), 21 de maio de 2013.

**EDEGAR GIORDANI**  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 295 de 21 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº. 295 DE 21 DE MAIO DE 2013.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital nº. 001/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica homologado o Resultado Final dos Portadores de Deficiências do Concurso Público

Edital nº 001/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : INSTRUTOR SOCIAL				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111806	1º RODRIGO JOÃO FRANCHINI	2,50	4,50	7,00
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001				

Art. 2º. - A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. - A contratação se dará em concordância com o Edital de abertura do certame, conforme o item

3.13 e seus subitens.

Faxinal dos Guedes (SC), 21 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 296 de 21 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº. 296 DE 21 DE MAIO DE 2013.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 002/20 13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

Considerando a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Concurso Público Edital nº. 002/2013 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital nº 002/2013, com a respectiva classificação dos candidatos:

CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 04				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111835	1º PATRÍCIA ALVEZ DOS SANTOS	2,00	5,50	7,50
111792	2º ALINE FERNANDA BAUER ALVES DE SOUZA	1,75	4,00	5,75

111811	3º ROSELI ROBERTO LINO DE CARVALHO	1,50	4, 00	5,50
111816	4º LUCIMAR ANTUNES	1,75	3,75	5,50
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 004				
CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 07				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111665	1º ALINY APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA	2,7 5	4,75	7,50
111744	2º MARCIANA JANICE BALDISSERA BASTIANELL	1,7 5	4,50	6,25
111664	3º MARLENE TAPPARELLO	2,75	3,25	6,00
111771	4º MARIA DE LURDES BORELLA	2,25	3,50	5,75
111715	5º GÉSSICA GRASELLI DE OLIVEIRA	1,25	4,25	5,50
111864	6º DAIANE LUCIA GAZZOLA VERDI	2,00	3,50	5,50
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 006				
CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 13				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111777	1º ANDRESA VICCARI	2,25	4,50	6,75
111718	2º GABRIELA TRINDADE	2,25	4,25	6,50
111828	3º ELENICE ALVES DOS SANTOS	1,75	4,00	5,75
111784	4º CLAUDIANA RAHMEIER	1,50	3,50	5,00
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 004				
CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 10				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111797	1º ROSIMÉRI DASUK	2,50	4,50	7,00
111854	2º MAURÍCIO LUIZ CASAGRAN-DA GARBIN	1,75	3, 25	5,00
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002				
CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 15				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
NÃO HOUVE CLASSIFICADOS				
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 000				
CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 17				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111810	1º ROSANA DA APARECIDA ALVES DE PAULA	1,75	4,25	6,00
111705	2º JUCIELE FÁTIMA DE OLIVEIRA	2,00	3,50	5,50
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 002				



CARGO : AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 23				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Ger	C. Esp	TOTAL
111770	1º CAMILA BONATTO	1,25	3,75	5,00
TOTAL DE CLASSIFICADOS: 001				

Art. 2º. - A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Faxinal dos Guedes (SC), 21 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Contrato Nº 0089/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº 0089/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Cooperativa de Produção Industrialização e Comercialização Edson Adão Lins - COOPEAL Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural objetivando a composição da merenda escolar. Valor: R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0042/2013, na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0007/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0033/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0033/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 2.257,20 (dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0034/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0034/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Harmonize ind. E com. Têxtil Ltda Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos Valor: R\$ 438,00 (quatrocentos e trinta e oito reais) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0035/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0035/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Infantis brinquedos e presentes Ltda Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 3.490,37 (três mil quatrocentos e noventa reais e trinta e sete centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0036/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0036/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos Valor: R\$ 42.806,75 (quarenta e dois mil oitocentos e seis reais e setenta e cinco centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0039/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0039/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Mega escola de informática Ltda. Objeto: Contratação de empresa para prestar cursos para alunos do crescer e ser do município de Faxinal dos Guedes. Valor: R\$ 18.290,00 (dezoito mil duzentos e noventa reais) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0011/2013, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2013.  
EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Edital de Convocação 018/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018/2013. O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais; RESOLVE: Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2013. Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário: Das 8h as 12h e das 13h e 30min as 17h e 30min. Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse: Certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso; Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet); Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino); Comprovante de



escolaridade em conformidade com a habilitação exigida; Registro no órgão competente (depende do cargo); Cédula de Identidade; CPF; Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado. 01 foto 3x4 recente; Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP; Comprovante de conta corrente em Banco; Comprovante de residência -atualizado; Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir Carteira de motorista; (depende do cargo). Carteira de vacinação; Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II. Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas: Contra Hepatite B, Contra Tétano, Contra Febre Amarela VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas: Contra tétano, VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola). Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero. Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocados o próximo candidato da relação de classificação. Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação. Faxinal dos Guedes, SC, 22 de Maio de 2013. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal. REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ANEXO I. TÉCNICO EM ENFERMAGEM. CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO: JULIANA MARIA CONCI 1º; LEIZA FRANCIELE FERNANDES 2º; ROSELI FARIAS ALBINO 3º; ROME SALETE BORELA 4º; GENECI SOARES DE JESUS DALMAS 5º; LUCIA APARECIDA ABREU 6º; MARLENE LANGE BERGAMASCHI 7º; ELOISA DA COSTA ALVES DOS SANTOS 8º. MÉDICO CIRURGIÃO. CANDIDATO CLASSIFICAÇÃO: CLÉVERSON LARA MARTINS 1º.

ANEXO II DECLARAÇÃO: NOME, ESTADO CIVIL, ENDEREÇO RUA, BAIRRO, CIDADE, TELEFONE, CPF, CÉDULA DE IDENTIDADE, EMPREGO, HORAS SEMANAIS, LOCAL DE TRABALHO, DATA DESTA DECLARAÇÃO, DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal. Assinatura do Declarante.

## Forquilha

**PREFEITURA**

### Extrato de Contrato FMS Nº. 50/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 50/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANDREIA LORENZI ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme

Proposta nº. 81531.16200/1120-20 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 6.274,00 (seis mil duzentos e setenta e quatro reais). VIGÊNCIA - 31/12/2013.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 10/2013.

DATA DA ASSINATURA - 07 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 100/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 100/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - ALVIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.

DO OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de fraldas descartáveis geriátricas, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de FORQUILHINHA/SC. VALOR - R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DO PRAZO - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 1301.2023.3390 (167).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº 8.666/93 e Pregão Presencial nº 32/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02/05/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 101/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 101/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - GENETICORP DO BRASIL COM. DE PROD. HOD-PITALARES.

DO OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de fraldas descartáveis geriátricas, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de FORQUILHINHA/SC. VALOR - R\$ 2.268,00 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais).

DO PRAZO - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 1301.2023.3390 (167).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº 8.666/93 e Pregão Presencial nº 32/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02/05/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato Nº. 109/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 109/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços na implantação de 450 mts de rede para Iluminação Pública para a ligação entre a Ponte do Centenário e a Rodovia Municipal Linha Eyng, Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 38.492,28 (trinta e oito mil quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0701.2033.4490 (91).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 64/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 13 de maio de 2013  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 0177/2013

DECRETO Nº 0177, DE 22 DE MAIO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Nº 2164, de 06 de dezembro de 2012 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
07.02 - Cultura  
13.392.0014.1.019 - Construção de Espaços Culturais  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.9244 (264)  
R\$ 450.000,00

Total R\$ 450.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão respectivamente à conta do Convênio Nº 744.630/2010 da União, por intermédio do Ministério da Cultura celebrado com o Município de Fraiburgo para implementação do projeto de construir e equipar o espaço mais cultura.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 22 DE MAIO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0178/2013

DECRETO Nº 0178, DE 22 DE MAIO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.890,00 (trinta e nove mil, oitocentos e noventa reais) nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
07.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (87) R\$ 39.890,00

TotalR\$ 39.890,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes  
07.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (90) R\$ 39.890,00

Total R\$ 39.890,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 22 DE MAIO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0179/2013

DECRETO Nº 0179, DE 23 DE MAIO DE 2013.  
ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 083/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB os seguintes representantes:

[            ]

III - Representantes dos pais de alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Terezinha Claudete dos Santos

Suplente: Rejane Werner da Silva

Titular: Oksley Debiasi Paim

Suplente: Jucione Belusso

[            ]

Art. 2º. Os membros do Conselho possuem um mandato de 2 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 23 DE MAIO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1547/2013**

PORTARIA N.º 1.547, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0768/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 20 horas semanais a professora efetiva MARCIA ROSELI BARBOSA, que se encontra em férias no mês de maio de 2013;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAÍNA VILMARA ORTIZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 012.398.370-38, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 30 de maio de 2013 até 30 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1548/2013**

PORTARIA N.º 1.548, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme comunicação interna n.º 0771/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Reduzir de 25 (vinte e cinco) para 21 (vinte e uma) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária da servidora SULLIAN PATRICIA STANIASKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.084.169-50, contratada em caráter temporário de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, no período de 28 de maio de 2013 até 18 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1549/2013**

PORTARIA N.º 1.549, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0770/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 19 (dezenove) para 22 (vinte e duas) horas semanais a carga horária do servidor DEJANDIR OLIVIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 636.886.709-49, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, pelo período de 28 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1550/2013**

PORTARIA N.º 1.550, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de JANDIRA GOMES DAS ALMAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.443.949-91, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 23 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0009/2013-PMF**

Aviso da Dispensa de Licitação nº 0009/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0117/2013 - PMF

O Município de Fraiburgo (SC) torna público a Dispensa de Licitação nº 0009/2013, cujo objeto é à contratação do SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - FILIAL, CNPJ: 03.774.688/0008-21, para a realização de Cursos "Manipulador de Produtos Vegetais" e "Manipulador de Alimentos de Origem Animal" direcionado as comunidade em geral, preferencialmente para Grupos de Convivência das comunidades do interior a ser realizado entre os dias 28 de maio a 31 de julho de 2013, no valor total de R\$ 15.010,00 (quinze mil e dez reais) nos termos do artigo 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 23 de maio de 2013.



IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0021/2013**

Aviso da Inexigibilidade de Licitação Nº 0021/2013 - PMF  
Processo Administrativo Licitatório Nº 0115/2013  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

OBJETO: Apresentação de show artístico com a Dupla "ZÉ DA SERRA & SERRANINHO" no dia 07 de junho de 2013 às 21:30 horas na Praça "Maria Frey", nesta cidade, durante as festividades alusivas a Festa Junina Municipal. CONTRATADOS: JOSIVALDO ARANA NEPOMUCENO CPF de nº 082.972.599-78 (Zé da Serra) e ANILDO RIBEIRO DE MORAIS CPF de nº 636.481.649-53 (Serraninho), VALOR E PAGAMENTO R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), e será pago integralmente no dia 07/06/2013. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 22 de maio de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0081/2013-PMF Rp 0048**

Aviso do Pregão Presencial nº 0081/2013 - PMF  
Registro de Preços Nº 0048/2013  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de café, açúcar e água mineral, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante o período junho a outubro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: junho a outubro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 12.06.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de maio de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Extrato do Edital de Seleção de Act Nº 0027/2013**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0027 DE 23 DE MAIO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Bairro São José, Bairro Jardim América, Bairro Liberata/São Luiz, Localidade Faxinal dos Carvalhos, Assentamento Rio Mansinho, Localidade Rio Mansinho/ Fischer, Bairro Roland Mayer, Localidade Campina do Cerro/ Assentamento do Contestado, Bairro Macieira, Bairro Santa Monica, Localidade Faxinal dos Domingues, Localidade Butiá Verde Setor II, Localidade Linha Baia/Linha Baia I, Localidade Faxinal dos Domingues, Bairro São Cristóvão, Localidade Dez de Novembro, Vila Salete, Localidade Barro Preto/ Dandara e Localidade Butiá Verde Setor I/ Vila Reflor. O preenchimento de vagas será para o

ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de maio de 2013 a 21 de junho de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 23 de maio de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI  
Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA

**Aviso de Dispensa de Licitação DI20/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 113/2013; DL nº. 20/2013; Contratada: Euclides as Silva; CPF: 289.134.189-91; Objeto: Locação de um imóvel com comercial situado na Rua Professor Antonio José Botelho, nº 27, centro, Garopaba SC, para uso do poder público municipal em virtude do funcionamento do almoxarifado, o estar dos médicos e a sala de marcação de exames com convenio, devido a Reforma da Policlínica Central; Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Data da Assinatura: 17/05/2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em Exercício

**Aviso de Licitação Pe040/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 040/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de blocos de concreto para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 07/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 07/06/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 20 de maio de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em exercício

#### **Aviso de Licitação Pe041/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, de brita, areia, pedrisco e bica corrida para manutenção de vias não pavimentadas do município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 10/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 10/06/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 20 de maio de 2013.  
PAULO SERGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em exercício

#### **Aviso de Licitação Pe042/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução indireta, por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais para passageiros, para veículos da frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 16h00min do dia 10/06/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 10/06/2013, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 20 de maio de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO  
Prefeito Municipal em exercício

## Garuva

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação- PMG 017/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial PMG nº 017/2013  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Contratação de empresa especializada em Análises Microbiológicas de água para os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e empresa especializada em Análises Laboratoriais de água, para efetuar o monitoramento das águas do lençol freático do CENTRAG, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental, conforme memoriais descritivos.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 10/06/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 23 de maio de 2013.

## Gaspar

### PREFEITURA

#### **Extrato da Dispensa Nº 39/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Extrato da Dispensa nº 39/2013

Objeto: contratação de empresa que presta informações cadastrais de Pessoas Físicas e Jurídicas, auxiliando os serviços de cobrança e execução de dívidas ativas do município, atualizando dados e localizando contribuintes inadimplentes. Contratado: PROCOB S.A. (06.116.543/0001-55). Valor Total Julgado: R\$ 2.296,00 (dois mil, duzentos e noventa e seis reais). Base legal: artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 1 de Março de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### **Extrato da Inexigibilidade Nº 45/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Extrato da Inexigibilidade nº 45/2013

Objeto: contratação de profissionais do meio artístico, de diversas áreas de atuação, para apresentações em comemoração à Semana do Município. Contratado: CARONA TEATRO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. (00.851.167/0001-66), Valor Julgado: R\$ 1.840,00 (um mil e oitocentos reais); ISABEL DOS SANTOS CIDRAL (639.087.009-49), Valor Julgado: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais); ESTER SIMON ALANO (048.488.269-42), Valor Julgado: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais); Associação dos

Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE - Mônica e Germano (07.453.253/0001-60), Valor Julgado: R\$ 800,00 (oitocentos reais); Elimar Russi Filho (936.343.159-20), Valor Julgado: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Valor total: R\$ 4.520,00 (quatro mil, quinhentos e vinte reais). Base legal: artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de Março de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### Extrato da Inexigibilidade Nº 48/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 48/2013

Objeto: contratação de empresa, representante exclusiva no Brasil, para o fornecimento de material didático e capacitação no Projeto Mente Inovadora. Contratado: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. (10.391.836/0001-18). Valor Total Julgado: R\$ 10.309,00 (dez mil, trezentos e nove reais). Base legal: artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 21 de Março de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### 5ª Conferência Municipal da Cidade

"A Prefeitura Municipal de Gaspar por intermédio de sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento vem através deste publicar o resultado da 5ª conferência Municipal da Cidade contendo a Lista de Delegados bem como da Lista de Prioridades/Propostas levantadas pelos presentes, de acordo com o que se segue:"

Delegados Eleitos:

Titular: Sr. Luiz Carlos Rodrigues dos Santos (Movimentos Sociais e Populares);

Suplente: Sr. Carlos José Junkes (Movimentos Sociais e Populares);

Titular: Sr. Dionísio da Silva (Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa);

Suplente: Sr. Ricardo Karstedt (Entidades Empresariais e de Classe);

Titular: Srta. Solange Tomio, (Poder Executivo Municipal);

Suplente: Sr. José Carlos Mitterstein, (Poder Executivo Municipal);

Titular: Srta. Patrícia Sheidt, (Poder Executivo Municipal);

Suplente: Sr. Daniel Fernando Cardoso, (Poder Executivo Municipal);

Propostas aprovadas na 5ª Conferência.

1º. Texto Base Nacional.

Promoção da Função Social da Propriedade:

1. Elaborar uma moção para a Assembléia Estadual para acelerar aprovação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU.

2. Efetuar alteração na lei nacional de parcelamento e uso do solo com o intuito de desburocratizar e viabilizar o processo de regularização fundiária.

3. Instituir uma normativa específica para regularização de parcelamentos de solo consolidados, com índices urbanísticos e compensações para as áreas comunitárias diferenciados.

4. Possibilitar a regularização fundiária de imóveis em área urbana comprovadamente consolidada que estejam situados em áreas de preservação ambiental permanente e sem risco geológico.

5. Promover uma formação específica aos técnicos municipais para atuarem nos processos de regularização fundiária.

6. Abrir linhas de crédito através do governo federal para contratação de empresas especializadas em regularização fundiária para assessorar os municípios.

7. Fornecer subsídio às famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos para que tenham acesso a linhas de financiamento para habitação.

8. Conceder poder de polícia ao ente federativo para demolição de imóveis em situação irregular e de risco.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano:

9. Acrescentar que seja direcionado à receita do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano um percentual das multas advindas de apuração de crimes ambientais.

Participação e Controle Social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano:

10. Alterar a periodicidade da realização da Conferência das Cidades para quatro anos e que a mesma ocorra no período anterior ao envio dos planos plurianuais pelos municípios.

11. Promover uma etapa preparatória municipal da Conferência das Cidades, com disponibilização de material e capacitação dos integrantes das comissões organizadoras.

Instrumentos e Políticas de Integração Intersetorial e Territorial:

12. Programar as regiões metropolitanas e condicionar a liberação de recursos financeiros para investimentos aos municípios que estejam organizados nessas regiões.

13. Garantir que projetos de impacto regional sejam discutidos entre todos os municípios envolvidos.

2º. Prioridades do Ministério das Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016.

Habitação:

1. Produção de unidades habitacionais ampliando o teto do limite de renda para R\$ 2.100,00, e condomínios de até 100 unidades habitacionais;

2. Promover a regularização fundiária plena;

3. Criar programas para subsidiar a produção de lotes urbanizados;

Saneamento:

4. Criar linhas de financiamento para implantação de sistemas de tratamento de esgoto sanitário e drenagem pluvial urbana;

Planejamento Urbano:

5. Promover e ampliar a urbanização de assentamentos precários,

6. Criar programas de subsídios para mapear áreas sujeitas a desastres naturais.

Mobilidade Urbana:

7. Ampliar programas de pavimentação e qualificação de vias;

8. Criar programas específicos para a abertura de novas vias;

9. Promover a melhoria no transporte coletivo urbano com a criação de terminais integrados;

10. Criar mecanismos para promover a discussão e participação de cidades vizinhas em obras de grande vulto relacionadas à



mobilidade urbana.

3º. Prioridades Municipais e Estaduais para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. (Texto único).

#### Mobilidade Urbana:

Dentro do Eixo Mobilidade Urbana as propostas levantadas pelos participantes da 5ª Conferência Municipal da Cidade, para nosso município foram: a adequação do transporte público, onde se ressaltou a questão de construção e padronização dos pontos de ônibus, e suas respectivas baias de acesso.

A criação de um terminal rodoviário urbano integrado com a rodoviária, possibilitando assim uma maior e melhor interação entre os transportes coletivos urbanos, Municipais e Intermunicipais.

A construção de novas pontes, visando melhorar o fluxo de veículos entre as margens do Rio Itajaí Açu, bem como das Rodovias que cortam nosso município tanto na esfera Federal quanto Estadual.

A reurbanização, qualificação e padronização das principais vias e corredores de serviço de nosso município, implantado nelas, cicloviás, passarelas e calçadas com acessibilidade adequadas, além de duplicação das mesmas onde houver necessidade e compatibilidade urbanística.

#### Habitação:

Dentro do Eixo Habitação, o principal aspecto analisado, foi a Regularização Fundiária Plena, que deve ser revista e trabalhada de acordo com os índices urbanísticos estipulados pelo Plano Diretor Municipal. Para isso se faz necessária a criação de novas ZEIS, em áreas adequadas e devidamente planejadas, ou seja, fora de cotas de cheias e encostas de morros, áreas determinadas impróprias para moradia de acordo com a Defesa Civil.

Outro ponto questionado foi a ampliação do valor estabelecido pelo Programa Minha Casa Minha Vida, para critérios de avaliação de financiamentos, que hoje é de R\$ 1.600,00 para aproximadamente R\$ 2.100,00, em torno de 3(três) Salários Mínimos, abrangendo assim uma maior fatia da população de baixa renda.

Outro apontamento seria uma melhor utilização dos vazios urbanos, com a criação de novos espaços públicos destinados ao esporte e lazer, bem como parques urbanos e praças de lazer com academias ao ar livre.

#### Saneamento:

Dentro do Eixo Saneamento, os principais aspectos analisados para nosso município para o período de 2014/2016, foram: as melhorias no sistema de drenagem pluvial por bacias e sub-bacias, bem como a implantação do sistema de tratamento do esgoto sanitário, desde o projeto de concepção até a execução final da obra, gerando assim uma melhor qualidade de vida para os municípios.

#### Planejamento Urbano:

Para o Planejamento Urbano, foram levantados os seguintes pontos: O fortalecimento de uma legislação específica para a padronização e obrigatoriedade dos passeios respeitando as normas de acessibilidade exigidas na lei, tanto no âmbito federal, estadual, como municipal.

A criação de um instrumento dentro do Plano Diretor, que permita a regularização de parcelamentos irregulares e informais já consolidados, bem como um melhor aparelhamento e aumento do número de efetivo no departamento de fiscalização municipal, para um acompanhamento mais eficaz por parte da Prefeitura, inibindo assim a criação de loteamentos irregulares, e invasões que acabam por fim gerando os assentamentos precários.

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato 10/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 10/2012-PMG

Processo de Licitação: 42/2012 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de imóvel para as instalações da Junta Militar situado na Rua Henrique Noernberg, nº 10, sala comercial 03 - Centro/Guaramirim

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Sra. Miriam Elisabeth Forbici, residente na Rua Iri-neu Vilela Veiga, fundos, nº 52, Centro, portadora do CPF nº 818.101.729-34.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato em seis meses;
- b) reajustar o valor do contrato para R\$ 649,33 (Seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos).

Data da Assinatura: 28/02/2013 Vigência 28/08/2013.

GUARAMIRIM (SC), 28/02/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 402/2013

PORTARIA Nº 402/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora CLAUDIA MARA GHISLENI BELOTTO (Matr. 3683), (conforme liminar conferida ao Processo nº 235.13.000141-7, que tramitou na Vara Única da Comarca de Herval d'Oeste - SC), a partir de 22 de maio de 2013, para exercer as funções de Monitor Social, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro Específico de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei Complementar Nº. 292/2011, para atuar no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, aprovada e classificada em 47º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 22 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 403/2013**

PORTARIA Nº 403/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 1059/2012, a qual designava a Servidora ADRIANE BERNARDO (Matr. 597), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/C, Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, sem ônus para o erário público.

E, DESIGNAR a Servidora supracitada, para responder pela função de Gerente de Apoio Operacional - Nível - DAS-2, sem ônus para o erário público, a partir de 22 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 22 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 404/2013**

PORTARIA Nº 404/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 11 (onze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 095/2013, à Servidora ADRIANE BERNARDO (Matr. 597), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20 de março de 2011 e 19 de março de 2012, para serem gozadas a contar de 23 de maio de 2013 a 02 de junho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 405/2013**

PORTARIA Nº 405/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a Servidora LÚCIA FÁTIMA KANGERSKI (Matr. 3659), a partir de 23 de maio de 2013, a qual exercia a função de Monitor Social - ABRIGO, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### **Contrato Nº 012/2013**

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 025/2013

Convite nº 0002/2013

EXTRATO CONTRATO Nº 012/2013 DE 15/05/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: Locomaq Com.e locação de Maq. e Equip. Ltda.

OBJETO: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para uso nos veículos, máquinas e caminhões da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, durante o exercício de 2013.

VALOR R\$ 75.248,84

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2013, conforme Lei Orçamentária nº 2975/2012 de 27/12/2012.

Herval d'Oeste, em 15 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ALVARO JOSÉ GONÇALVES

Contratada

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **Decreto Legislativo Nº CM 051/2013**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 051/2013

"Modifica o Art.98, I, Art. 100, Art. 106, Art. 111, Art. 121, Art. 270, III e Art. 272 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - Decreto Legislativo nº CM 002/92 de 05/10/1992."

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC

Faz saber que os Vereadores aprovaram e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - O Art.98, I; Art. 100; Art. 106; Art. 111 e Art. 121, Art. 270, III e Art. 272 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 98 - As reuniões da Câmara serão:

I - ordinárias, realizadas nas segundas-feiras da 1ª a 4ª semanas do mês, com duração máxima de 3 (três) horas, com início a partir das 19h:15min (dezenove horas e quinze minutos);

Art. 100 - O grande expediente terá duração de 90 (noventa) minutos, improrrogáveis, e será dividido em duas partes:

Art. 106 - Terminado o tempo dos oradores, inicia-se o momento da presidência, com o tempo de 25 (vinte e cinco) minutos para comunicações, homenagens, instruções e esclarecimentos constitucionais, legais e regimentais.

Art. 111 - Explicação Pessoal é o tempo de 25 (vinte e cinco) minutos finais da reunião, divididos pelo número de vereadores previamente inscritos, destinados à manifestação dos vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a reunião ou no exercício do mandato, ou ainda no exercício da liderança.

Art. 121 - As reuniões da Câmara, salvo deliberação em contrário, e nos casos previstos neste Regimento, serão sempre públicas, com duração máxima de 3 (três) horas.

Art. 270 - O vereador pode licenciar-se:

I -

II -

III - para ser investido no cargo de secretário municipal, Diretor de Autarquia ou Fundação, Procurador-Geral do Município, bem como em cargos equivalentes em âmbito estadual ou federal, observada a legislação federal e estadual, sendo nestes casos automaticamente licenciado,

Art. 272 - Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de secretário municipal, Diretor de Autarquia ou Fundação, Procurador-Geral do Município, bem como em cargos equivalentes em âmbito estadual ou federal, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente."

Art. 2º - Os demais incisos, alíneas e parágrafos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Emenda ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste - Decreto Legislativo nº CM 002/92 de 05 de outubro de 1992 entra em vigor a partir da sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 23 de maio de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI  
Presidente

LEONARDO MASCARELLO  
1º Secretário

JEAN PATRICK GIUSTI  
2º Secretário

## Decreto Legislativo Nº CM 052/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 052/2013

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DO CORPUS CHRISTI DE 2013"

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), o dia 31 (Trinta e um) de maio de 2013, Sexta-feira no período integral, por ocasião do Corpus Christi (dia 30 de maio) do Ano de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 23 de maio de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI

Presidente

**Ibiam**

**PREFEITURA**

## Lei Nº 521/2013

LEI N.º 521 DE 20 DE MAIO DE 2013.

"CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 88, inciso III da Lei Orgânica do Município. Faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1.º Fica criado o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar destinado a promover ações de apoio e incentivo a atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques/açudes), visando agregar renda às famílias rurais.

Art. 2.º Cada produtor terá direito a horas máquinas que forem necessárias para desenvolver o Programa, conforme Projeto específico elaborado pelos técnicos do Município.

Art. 3.º Os recursos públicos utilizados para desenvolver o Programa, serão ressarcidos pelos produtores em óleo diesel a razão de 10(dez) litros por hora máquina trabalhada.

Art. 4.º Os beneficiários do Programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, localizados no Município de Ibiam.

Art. 5.º Os agricultores que desejarem participar do Programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 6.º O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, através de um Comitê Gestor Municipal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Comitê Gestor será constituído por três membros, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os Produtores inscritos no Programa passarão por uma seleção onde o Comitê Gestor Municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Art. 7.º Além dos benefícios instituídos por esta Lei, o Município poderá oferecer cursos profissionalizantes e treinamentos.

Art. 8.º Os encargos decorrentes desta Lei serão suportados por dotações orçamentárias, consignadas sob a rubrica:

Unidade Orçamentária: Sec. da Agricultura e Meio Ambiente.

Função: Agricultura.

Sub Função: Agricultura.

Programa: Assistência ao Produtor Rural.

Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades da Agricultura.

Aplicações Diretas: 0204.20.606-2001-2044-33900000-0100

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 20 DE MAIO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### **Decreto Nº 2500/2013**

DECRETO Nº 2500, DE 20 DE MAIO DE 2013.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário - Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2013, conforme EDITAL nº 002, de 30 de abril de 2013, para os seguintes cargos:

Agente de Serviços Gerais	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
002/2013	Claudete Miorelli Falchetti Carlet
005/2013	Ana Cleia Costa de Oliveira
Motoristas	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
003/2013	Ilido Trevisol
Operador de Máquinas Agrícolas	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001/2013	Antonio Osmar Oliveira
004/2013	Roberto Danielewcz

Art. 2º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 24 de maio de 2013, conforme item 4.2 do Edital nº 002/2013.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 188/2013**

PORTARIA Nº 188, DE 20 DE MAIO DE 2013

"DESCONTO DO VENCIMENTO DE SERVIDOR, O VALOR E FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a certidão de dívida ativa, expedida pelo Setor de Tributação e Arrecadação;

Com amparo na Lei Municipal nº 520, de 15 de abril de 2013, c/c. art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiã,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Descontar dos vencimentos do servidor SELMO LUIZ LAIDNES, o valor de R\$ 245,27 (duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), em quatro parcelas iguais.

Parágrafo único. As parcelas previstas no artigo 1º serão descontadas a partir do pagamento relativo ao mês de maio/2013.

Art. 2º. Encaminhar ao Setor de Fiscalização Tributária cópia desta Portaria, para efeito de controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Portaria Nº 189/2013**

PORTARIA Nº 189, DE 20 DE MAIO DE 2013

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo Detran/Deinfra de Joaçaba, no veículo com código no RENAVAM 118739654;



Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MGL 7489, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo Detran/Deinfra de Joaçaba, sob Nº 1265526, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, em uma única parcela, no mês de maio/2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

#### Portaria Nº 190/13

PORTARIA Nº 190, DE 20 DE MAIO DE 2013

"COLOCA À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando os termos do Convênio nº 76, de 04 de abril de 2011;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XIII, da lei Orgânica, c/c. Lei Municipal nº 455, de 24 de janeiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Colocar à disposição do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, para atuar na FORUM da Comarca de Tangará, a servidora do quadro efetivo do Município de Ibiã, ADILCE RINALDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo - Nível 5 - Referência D, com ônus para o Município.

Art. 2º. A servidora cumprirá o horário e atribuições, conforme determinações da Secretaria do FORUM.

Art. 3º. O disposto no artigo 1º terá validade para o ano civil de 2013.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

#### Edital de Pregão Nº 027/2013

MUNICIPIO DE IBIAM

Fundo Municipal de Saúde - CNPJ:11.250761/0001-18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2013

SRP 010/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços visando futuras possíveis aquisições de Medicamentos para distribuição gratuita pela Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã, com aquisições parceladas, pelo período de doze meses de medicamentos de Farmácia Básica, Medicamentos Diversos e Medicamentos que necessitam de receita médica (psicotrópicos e antibióticos), compreendendo os itens constantes na tabela Brasileira e Atualizações. Tipo de Avaliação: maior desconto sobre a tabela Brasileira.

Entrega dos envelopes: 06/06/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 06/06/2013 às 08:15 horas

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiã, 22 de Maio de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiã



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Edital de Notas da Prova Edital Nº 01/2013****EDITAL DE NOTAS DA PROVA OBJETIVA POR CARGO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM (SC)**

**CLÓVIS JOSÉ BUSATTO**, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão designada pela Administração Municipal, DIVULGA através do presente instrumento de Edital de Notas da Prova Objetiva por cargo do Concurso Público Edital nº 001/2013.

**Art. 1º.** – Edital de Notas da Prova Objetiva por cargo do Concurso Público Edital nº 001/2013:

CARGO : MÉDICO				
Inscrição	Nome do candidato(a)	C.Gerais	C. Específicos	TOTAL
111937	HERMÍNIO ALVIM MATIAS NETO	2,10	5,95	8,05
111723	DÉBORA CAROLINE SALOMON	1,50	3,50	5,00
111953	MAURICIO GUSBERTI	1,20	3,15	4,35
111876	GLADSTONE RICARDO LENZI	2,10	2,10	4,20
111914	ISABEL CENCI	1,20	2,80	4,00
111655	CEZAR ANTONIO SANTIN	0,90	2,45	3,35
111946	DAIANA FORESTI	0,90	2,45	3,35
111591	LEONARDO COMETTI DE SOUZA			AUSENTE
111950	RODNEI BERTAZZI SAMPIETRO			AUSENTE

**Art. 2º. – DOS RECURSOS**

Os candidatos que se sentirem prejudicados com a sua nota na prova objetiva, terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para interpor recurso, ou seja, dias **22 e 23 de maio/2013**, a contar da data de publicação deste Edital no Órgão Oficial de Publicação do Município de Ibiã.

O recurso deverá ser feito conforme item 7.1 do edital de abertura, seguindo os passos abaixo:

**a)** acessar o endereço eletrônico da empresa responsável pelo certame <http://www.incapel.com.br>, clicar no link CONCURSOS PÚBLICOS e na sequência em REQUERIMENTO;

**b)** preencher on-line atentamente, nome completo, nº de inscrição, cargo, R.G, CPF, e-mail, informar o certame a que será dirigido o formulário de recurso e enviá-lo via Internet, seguindo as instruções nele contidas.

Ibiã (SC), 17 de maio de 2013.

**CLÓVIS JOSÉ BUSATTO**  
Prefeito Municipal



**Gabarito Definitivo Cp Edital Nº 01/2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM****GABARITO DEFINITIVO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2013**

**CLÓVIS JOSÉ BUSATTO**, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** através do presente instrumento o Gabarito Definitivo do Concurso Público Edital nº 001/2013.

**Art. 1º.** – Segue o Gabarito Definitivo referente ao Concurso Público Edital nº 001/2013.

**\* Questão Anulada**

MÉDICO									
Conhecimentos Gerais									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	D	C	B	E	B	A	D	A	E
Conhecimentos Específicos									
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	E	D	E	A	C	E	B	*
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	*	C	*	A	C	D	D	E	A

Ibiam/SC, 17 de maio de 2013.

**CLÓVIS JOSÉ BUSATTO**  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo 006/13**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2013.

(APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM)

CLODOMIR DOMINGOS PARISE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o REGIMENTO INTERNO e a Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 2011, da Prefeitura Municipal de Ibiã-SC, conforme ata em anexo, pois como determina a Lei Orgânica em seu artigo 51, inciso VIII, alínea "a" e artigo 176, parágrafo 6º, inciso I. do Regimento Interno, o parecer prévio do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da Câmara, portanto o projeto pela rejeição das contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Ibiã está prejudicado por não obter a maioria qualificada como preconiza os artigos supra citados.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,

Ibiã(SC), 20 de maio de 2013.

CLODOMIR DOMINGOS PARISE  
PRESIDENTE

Registrado e publicado o presente decreto legislativo nesta secretaria aos vinte dias do mês de maio de dois mil e treze.

ELISA MARIA GHENO TREVISOL  
SECRETARIA DA CÂMARA**Imbituba****PREFEITURA****Decreto PMI Nº 054.2013**

DECRETO PMI Nº 054, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.206, de 22 de maio de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 1.239.243,16 (um milhão e duzentos e trinta e nove mil e duzentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) para novos itens orçamentários, como segue:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA****38 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE****38.01 - Manutenção da SDR/OESTE**

Manutenção da SDR/OESTE

04.122.0007-2.131

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 180.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 100.000,00

SOMA 310.000,00

**39 - SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO SUSTENTÁVEL****- SEDES****39.01 - Manutenção da SEDES**

Manutenção da SEDES

04.122.0007-2.132

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 165.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 2.000,00

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.045

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 100.000,00

Aquisição de Veículo

04.122.0007-1.046

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 45.000,00

Fiscalização Ambiental

15.451.0007-2.133

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 20.000,00

SOMA 367.000,00

**40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE****40.01 - Manutenção da SESPORTE**

Manutenção da SESPORTE

27.122.0007-2.134

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 28.265,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

Espaço Esportivo nas Praças

27.813.0010-1.047

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 20.000,00

Destaques no Esporte

27.812.0010-2.135

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.500,00

Esporte Cidadão

27.812.0010-2.136

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 30.000,00

Participa Imbituba

27.812.0010-2.137

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 50.000,00

Festivais e Campeonatos Esportivos

27.812.0010-2.138

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 17.900,00

SOMA 256.665,00

**41-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA****41.01 - MANUTENÇÃO DA SECULT**

Manutenção da SECULT

13.122.0011-2.139

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 2.215,16

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

Resgate da Cultura Imbitubense

13.392.0011-2.140

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

Reequipamento da Biblioteca Municipal

13.392.0011-2.141

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 3.403,00

Cultura Itinerante

13.392.0011-2.142

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

Eventos Culturais

13.392.0011-2.143

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

Vivendo a Melhor Idade

13.392.0011-2.144

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 74.960,00

SOMA 305.578,16

TOTAL 1.239.243,16

Art. 2º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 3º correrão por conta da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias bem como do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2013:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**  
**DEPARTAMENTO DE ESPORTES**  
 Espaço Esportivo nas Praças  
 27.813.0010-1.032  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0064) Aplicações Diretas 20.000,00  
 Manutenção do Departamento de Esportes  
 27.122.0010-2.088  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0057) Aplicações Diretas 2.634,46  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0058) Aplicações Diretas 26.710,10  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0059) Aplicações Diretas 5.000,00  
 Destaques no Esporte  
 27.812.0010-2.089  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0060) Aplicações Diretas 5.500,00  
 Esporte Cidadão  
 27.812.0010-2.090  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0061) Aplicações Diretas 30.000,00  
 Participa Imbituba  
 27.812.0010-2.091  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0062) Aplicações Diretas 50.000,00  
 Festivais e Campeonatos Esportivos  
 27.812.0010-2.092  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0063) Aplicações Diretas 17.900,00  
**SOMA 157.744,56**

**DEPARTAMENTO DE CULTURA**  
 Resgate da Cultura Imbitubense  
 13.392.0011-2.093  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0068) Aplicações Diretas 5.000,00  
 Reequipamento da Biblioteca Municipal  
 13.392.0011-2.094  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0069) Aplicações Diretas 5.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0070) Aplicações Diretas 3.403,00  
 Cultura Itinerante  
 13.392.0011-2.095  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0071) Aplicações Diretas 5.000,00  
 Eventos Culturais  
 13.392.0011-2.096  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0072) Aplicações Diretas 5.000,00  
**SOMA 23.403,00**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONOMICO**  
 Manutenção da SEDTUR  
 23.122.0008-2.026  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0104) Aplicações Diretas 50.000,00  
 Campeonatos Esportivos  
 23.695.0008-2.024  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0112) Aplicações Diretas 30.000,00

Condomínio Industrial  
 22.661.0008-1.018  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0101) Aplicações Diretas 50.000,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0102) Aplicações Diretas 100.000,00  
 Construção de Pórticos  
 23.695.0008-1.019  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0108) Aplicações Diretas 40.000,00  
**SOMA 270.000,00**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL**

Manutenção da SEDURB

15.122.0007-2.031  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115) Aplicações Diretas 20.000,00  
 Fiscalização Urbana e Ambiental  
 15.451.0007-2.029  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0117) Aplicações Diretas 50.000,00  
**SOMA 70.000,00**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**  
 Manutenção da SEINFRA  
 04.122.0007-2.017  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0074) Aplicações Diretas 200.000,00  
**SOMA 200.000,00**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
 Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais  
 02.062.0005-2.038  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0121) Aplicações Diretas 100.000,00  
**SOMA 100.000,00**

**TOTAL 821.147,56**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA**  
 Vivendo a Melhor Idade  
 08.241.0013-2.081  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 74.960,00  
**SOMA 74.960,00**

**TOTAL GERAL 896.107,56**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.  
**JAISON CARDOSO DE SOUZA**  
 Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**ZELI PIRES**  
 Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
 &#8195;

### **Portaria PMI/DGP Nº 328/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 328, de 17 de maio de 2013.  
 Dispõe sobre a nomeação de Supervisora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JOELMA DA SILVA GABRIEL, brasileira, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 749.724.219-91, para exercer o cargo de Supervisora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, I da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 329/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 329, de 17 de maio de 2013.  
Dispõe sobre a nomeação de Supervisora de Controle Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear LEDA BORGES MARTINS, brasileira, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 454.764.039-49, para exercer o cargo de Supervisora de Controle Administrativo junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, I da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 330/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 330, de 17 de maio de 2013.  
Dispõe sobre a nomeação de Supervisora de Transferência e Complementação de Renda, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ALINE CARDOSO PACHECO, brasileira, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 754.550.999-49, para exercer o cargo de Supervisora de Transferência e Complementação de Renda junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 25% (vinte e cinco

por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, I da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 331/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 331, de 17 de maio de 2013.  
Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Gestão Pública, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ANA PAULA BARCELOS, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 753.129.649-72, para exercer o cargo de Gerente de Gestão Pública junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 332/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 332, de 17 de maio de 2013.  
Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Desenvolvimento Habitacional, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ROSINETE DELFINO LAURINDO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 888.539.509-00, para exercer o cargo de Gerente de Desenvolvimento Habitacional junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 333/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 333, de 17 de maio de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Proteção Básica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VIVIANE MARQUES BEZERRA, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 008.589.659-41, para exercer o cargo de Gerente de Proteção Básica junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 334/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 334, de 17 de maio de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Supervisora do CRAS/SUL, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARIVONE MENDONÇA DAMAZIO, brasileira, Assistente Social, inscrita no CPF sob o n.º 781.479.999-68, para exercer o cargo de Supervisora do CRAS/SUL junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, I da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI/DGP Nº 335/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 335, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora IARA PITTIGLIANI JORGE, Técnica em Segurança e Medicina do Trabalho, inscrita no CPF sob o n.º 065.902.629-50, admitida em 12 de maio de 2008, contrato nº 4410, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Períodos de Fruição

2008 a 2013      02.09.2013 a 30.11.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**Portaria PMI/DGP Nº 336/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 336, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor NILSON DA SILVA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 591.454.719-91, admitido em 01 de abril de 2003, contrato nº 2007, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.07.2013 a 28.09.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 337/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 337, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear SELMA MARTINS DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 455.230.459-34, para exercer o cargo de Assessora III junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 338/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 338, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MOISÉS FREITAS DA ROSA, Professor, inscrito no CPF sob o n.º 432.435.929-68, admitido em 02 de março de 1998, contrato nº 401, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	03.06.2013 a 29.11.2013
2008 a 2013	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 339/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 339, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor VALDEMIR MANOEL TOMAZ, Operador de Máquinas, inscrito no CPF sob o n.º 144.804.509-63, admitido em 14 de maio de 1970, contrato nº 550, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
1995 a 2000	03.06.2013 a 31.08.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.



ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 340/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 340, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora RITA DE CASSIA DA SILVA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 888.444.639-20, admitida em 17 de fevereiro de 1994, contrato nº 472, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2005 a 2010	15.05.2013 a 12.08.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 22 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicação de Extrato de Dispensa Nº 02/2013 (Saneamento)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SANEAMENTO  
PROCESSO Nº 01/2013  
DISPENSA Nº 01/2013

Objeto: Contratação de empresa para implantação da drenagem com tubos de concreto - da Rua Adriano Izidoro Pacheco, situada no Alto Arroio.

Empresa: Imbimolde pré-moldados e construções Ltda - EPP.

Valor Total: R\$ 14.895,68.

Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 15/2013 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SAÚDE  
PROCESSO Nº 19/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 13:30 horas do dia 07 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço

por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de material instrumental odontológico para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de maio de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 38/2013 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 50/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:30 horas do dia 07 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de 01 (um) veículo do tipo furgão para uso da diretoria de suprimentos da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de maio de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 39/2013 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 51/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 07 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de 01 (um) veículo do tipo caminhonete para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de maio de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

**Extrato: FMS 2013/28 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/28 A00

Contratada: BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

C.N.P.J: 13.365.644/0001-25

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 1.127,18 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 16/2013 Pregão 12/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

BIOMEDI MATERIAL MEDICOS HOSPITALAR LTDA

Representante Legal

Contratada

**Extrato: FMS 2013/29 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/29 A00

Contratada: CENTERLABSC COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS

C.N.P.J: 08.010.504/0001-02

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 9.211,92 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 16/2013 Pregão 12/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

CENTERLABSC COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS

Representante Legal

Contratada

**Extrato: FMS 2013/30 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/30 A00

Contratada: CRIVITTA DIAGNOSTICO LTDA

C.N.P.J: 03.241.947/0001-82

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 32.965,20 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 16/2013 Pregão 12/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Crivitta Diagnostico Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: FMS 2013/31 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/31 A00

Contratada: TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

C.N.P.J: 06.55.143/0001-46

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 22.662,30 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 16/2013 Pregão 12/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Trade Medical Comercio de Material Hospitalares Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: FMS 2013/32 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/32 A00

Contratada: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

C.N.P.J: 04.989.294/0001-87

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 94.590,75 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 16/2013 Pregão 12/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda Me

Representante Legal

Contratada

**Extrato: FMS 2013/33 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/33 A00

Contratada: TRADE MEDICAL COMERCIO MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

C.N.P.J: 06.55.143/0001-46

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 136.592,15 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 16/2013 Pregão 12/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Trade Medical Comercio Materiais Hospitalares Ltda

Representante Legal

Contratada

**Extrato: SEDESTH 2010/09 A03 Errata**

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 2010/09 A03

Contratada: ARLEI LONDERO

C.P.F: 080.025.840-15

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E O REAJUSTE PELA VARIAÇÃO DO IPGM

Valor: R\$ 28.236,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 06/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 31 de dezembro de 2012.

ONDE SE LÊ:

Contratada: ARLEI LONDERO

C.P.F: 080.025.840-15

DEVE-SE LER:

Contratada: JAIME PACHECO ALVES

C.P.F: 289.142.879-04

### **Edital SEAGP Nº 034/2013**

EDITAL SEAGP Nº 034/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Maio a 21 de Junho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 034/2013

Servente Merendeira

DILCÉIA JOÃO GONÇALVES MIGUEL

ZELIA MARIA MILITÃO DA SILVA

### **Edital SEAGP Nº 035/2013**

EDITAL SEAGP Nº 035/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Maio a 21 de Junho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública  
&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 035/2013

Motorista

ELISANDRO DE CARVALHO FELIPE

### **Edital Audiência Pública Nº 001.2013 Sefaz**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2013

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais municípios, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 28 de

maio de 2013, as 19 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de apresentar as metas fiscais do Terceiro Quadrimestre 2012.

Imbituba - SC, 22 de maio de 2013.  
JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito

Av. Dr. João Rimsa, 601 - Centro - Fone/Fax: 0 \*\* 48 3558100 - Cx. Postal D-71  
CNPJ 82.909.409/0001-90 - CEP 88780-000 - Imbituba SC

### **Editais de Convocação Conselho Direito da Mulher** EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Prefeito Municipal de Imbituba, no uso da competência privativa no art. 2º §1º, da Lei 4.163/13, de 05/03/13, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) do município de Imbituba e a Secretária Municipal de Assistência Social - SEASH, CONVOCA as entidades não governamentais vinculadas à área de assistência social, grupos ou movimentos com abrangência municipal, para participarem do Fórum Próprio para a formação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com o objetivo de realizar a escolha de instituições representantes da sociedade civil (titulares e suplentes) junto a este Conselho, de conformidade com o art. 2º, inciso 2º, da referida Lei, a realizar-se em 27/06/13, a partir das 18:00 hrs, na Câmara de Vereadores - Município de Imbituba, Rua Ernani Cotrin, nº 555, centro, Imbituba/ SC, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM/ Biênio 2013 - 2015, conforme normas previstas neste Edital:

1. A partir da data de publicação do presente Edital, a entidade não governamental que comprove a sua atuação em âmbito municipal, e ou possua registro no Conselho Municipal de Assistência Social (entidade de Assistência Social), posterior a dezembro de 2010, poderá requerer ao referido Conselho sua participação no Fórum Próprio, até às 17:00 horas do dia 05 de junho de 2013, na Secretaria de Assistência Social e Habitação - SEASH, com direito de votar e ser votada, mediante apresentação de cópia dos seguintes documentos:

#### 1.1- Entidade de Assistência Social:

- Estatuto devidamente registrado;
- Atestado de funcionamento da entidade emitido pelo CMAS;
- Cópia da Ata da eleição da diretoria vigente;
- Relatório de atividades do último ano;
- Ofício do presidente da entidade solicitando a participação no Fórum e indicando o representante da mesma que terá direito à votar e ser votado(indicação do representante da Entidade: Titular e Suplente que terão assentos no COMDIM);
- Declaração do registro no CMAS (anterior a dezembro 2007).

#### 1.2 - Associações ou Movimentos institucionalizados

- Documentos pessoais: RG, CPF. Título de Eleitor.
- Comprovante de residência;
- CNPJ atualizado da Associação e sem restrições.

2. O mandato será de 02 (dois anos) e o número de vagas: governamentais 04 e não governamentais 04, com seus respectivos suplentes.

3. O Conselho Municipal de Assistência Social elegerá dentre seus membros, uma Comissão Especial, composta por quatro integrantes, respeitando a paridade, a qual analisará as inscrições até o dia 10 de junho de 2013. As entidades que tiverem seus pedidos deferidos, serão informadas através de ofícios, pela Comissão Especial. A referida Comissão, providenciará também a publicação nos meios de comunicação impresso do município e no mural

informativo da Secretaria de Assistência Social - SEASH.

4. A entidade, grupo ou movimento que tiver seu requerimento indeferido poderá interpor um único recurso para o Fórum Próprio, na Secretaria de Assistência Social e Habitação - SEASH, em dois dias úteis a partir da publicação do resultado. O recurso será analisado e divulgado seu resultado em até dois dias úteis, no endereço acima mencionado.

5. A Secretaria de Assistência Social e Habitação- SEASH irá eleger uma comissão na função de Presidente, 1º e 2º coordenadores do Fórum , para dirigir os trabalhos .

6. O presidente receberá a nominata das entidades ou Associações qualificadas para concorrerem a uma vaga de representante da sociedade civil, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que tiveram seu pedido de inscrição deferida pela Comissão Especial.

6.1 - Caso haja mais de um candidato habilitado em seus respectivos setores, será feita votação na plenária do respectivo setor, registrando-se em ata o resultado.

6.2 - O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

6.3 - Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

6.4 - Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos.

6.5 - As entidades não governamentais devidamente credenciadas e aprovadas estarão aptas a votar e receberem votos.

6.6 - Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

6.7 - Serão considerados eleitos os 08 (oito) candidatos com maior votação, sendo os 04 primeiros titulares e os 04 últimos suplentes.

6.8 - Em caso de empate, o titular e/ou suplente será definido pelo critério de idade, sendo considerado eleito o candidato mais idoso.

7. O Fórum Próprio é soberano na eleição das ONG 's e para dirimir casos omissos.

8. A Secretária da SEASH, informará ao Ministério Público Municipal, a realização da eleição em Fórum Próprio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

09. Após a realização do Fórum Próprio, será afixada em locais públicos os nomes das entidades eleitas titulares e suplentes.

Imbituba, 13 de maio de 2013.

Jaison Cardoso de Souza Selma Elias Westphal  
Prefeito Municipal Secretária M. de Assistência Social e Habitação- SEASH

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM

#### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO:

Eu \_\_\_\_\_,  
representante legal da Entidade \_\_\_\_\_,  
portador(a) do CPF n.º \_\_\_\_\_, venho  
REQUERER a habilitação para concorrer à vaga junto ao Conselho  
Municipal dos Direitos da Mulher -  
COMDIM - IMBITUBA - SC  
Cópias da documentação apresentada:  
( ) Requerimento de Inscrição;  
( ) Estatuto da entidade e alterações;  
( ) Ata de Fundação da Entidade;  
( ) CNPJ atualizado;  
( ) Ata da reunião que elegeu a atual representação legal da entidade;



( ) Documentos pessoais do Representante legal;

Declaro estar ciente das normas e exigências fixadas por este Conselho, em relação ao pedido acima formulado.

Imbituba/SC, Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Ass \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO PARA HABILITAÇÃO  
ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

A Comissão Eleitoral

A \_\_\_\_\_  
requer junto a essa Comissão sua habilitação e para tal anexa os documentos exigidos em conformidade com o Edital de Convocação aprovado pelo , bem como indica o titular e suplente que exercerão o direito ao voto.

N. Termos  
P. Deferimento

Assinatura

Nome e Função do representante legal

Imbituba/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Denominação \_\_\_\_\_ Sig \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Fax ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Cel. do Presidente \_\_\_\_\_

Titular: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Cel. ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Suplente: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Cel. ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Imbituba/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

\*Torna-se sem efeito o Edital de Convocação Criação do Conselho Direito da Mulher, publicado no DOM, Edição nº 1239, do dia 15/05/13, p.155/156.

## Iomerê

### PREFEITURA

#### Lei 725/2013

LEI Nº. 725, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito especial alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 36.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2043 Captação, Preservação e Armazenamento de Água  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 1.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2046 Programa Atividade Leiteira  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 25.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
1051 Construção e Recuperação de Pontes e Pontilhões  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 22 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 1413/2013**

DECRETO Nº 1413 DE 21 DE MAIO DE 2013

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo em todas as repartições da Administração Pública Municipal do Município de Iomerê no dia 31 de maio de 2013.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 21 de maio de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário De Administração E Finanças

**Decreto 1414/2013**

DECRETO Nº. 1414 DE 22 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito especial alterando a lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 725/2013 de 22 de maio de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 36.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2043 Captação, Preservação e Armazenamento de Água  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 1.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2046 Programa Atividade Leiteira  
33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 25.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
1051 Construção e Recuperação de Pontes e Pontilhões  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 22 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 2165/2013**

PORTARIA Nº 2165 DE 10 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art 11 da Lei nº 370 de 14 de junho de 2006,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear os seguintes membros para constituírem a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI:

I - Representantes do órgão executivo de trânsito e rodoviário do município de Iomerê - IOMETRAN:

- Jurandir Crestani Nunes  
- Josnei Bavaresco

II - Representantes da sociedade, com ligações à área de trânsito:

- André Pasqual  
- Zelir Faccin

III - Representantes com conhecimento na área de trânsito

- Marcelino Rech  
- Claudemir Agostini

Art. 2º Dos representantes relacionados no artigo anterior, o titular com conhecimento na área de trânsito fica nomeado Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

Art 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 10 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 10 de maio de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças



**Portaria 2166/2013**

PORTARIA Nº 2166 DE 10 DE MAIO DE 2013

Nomeia Autoridade Municipal de Trânsito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear Marcelino Rech, responsável pelo IOMETRAN. Como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 10 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 10 de maio de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 2167/2013**

PORTARIA Nº 2167 DE 13 DE MAIO DE 2013

Concede Função Gratificada a Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 4 - Atividades de Administração Geral I, à CARLA CANDIAGO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para exercer atividades de coordenação e manutenção de informações de sistemas governamentais.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 4 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 13 de maio de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 2168/2013**

PORTARIA Nº 2168 DE 13 DE MAIO DE 2013

Concede Função Gratificada a Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 4 - Atividades de Administração Geral I, à IRIBERTO ANTONIO VOLPATO, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Ambulância, para exercer coordenação de itinerários e viagens para transporte de pacientes da Unidade Sanitária para fora do Município.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o servidor perceberá o valor fixado para o Nível 4 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 13 de maio de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 2169/2013**

PORTARIA Nº 2169 DE 23 DE MAIO DE 2013.

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 24 de maio de 2013, a servidora KARINE ANDREA ALBIERO, inscrita no CPF nº 039.225.799-81, do cargo efetivo de Nutricionista, nomeada através da Portaria nº 1132 de 30 de janeiro de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 23 de maio de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 23 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Processo de Licitação N. 30/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 10/06/2013, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 10/06/2013. Objeto da licitação: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 23/05/2013

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

### Retificação do Edital de Chamamento Público 02/2013

Considerando a inclusão de novos itens, a retificação das quantidades, descrição e valores devido a alteração dos preços dos produtos relacionados à Agricultura Familiar, referente a tabela da CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento e pesquisa de preços realizada no mercado local, procede-se a retificação do edital supra, a saber:

1 – O Anexo II passa a vigorar com a seguinte redação:

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Valor unitário	Valor total
01	200	Und	Alface verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente.	1,30	260,00
02	300	Pcts	Macarrão tipo caseiro integral, pacotes de 1kg.	6,00	1.800,00
03	150	Und	Pão Caseiro- aproximadamente 700g	5,00	750,00
04	100	Und	Bolacha Caseira- bandeja de 400g	4,50	450,00
05	100	Kg	Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2 g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, transparente, com peso líquido de 1 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).Fubá	1,80	180,00
06	500	Kg	Caqui de chocolate, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem ou caixa plástica.	2,00	1.000,00
07	50	Kg	Couve-Flor- de boa qualidade	1,60	80,00
08	1500	Kg	Laranja Valencia, in natura, nova, de 1ª qualidade, grau de amadurecimento completo, com casca sã, sem rupturas, acondicionada em caixa plástica.	1,00	1.500,00
09	50	kg	Brocolis- de boa qualidade.	2,00	100,00
10	200	Kg	Queijo colonial tipo mussarela, tendo como ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho, sal e condimentos. O produto deverá ser acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 1kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, isento do registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	13,50	2.700,00

11	400	Dz	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	2,50	1.000,00
12	400	Kg	Mandioca, de tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, com 1 kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificação do produto. O produto poderá ser isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	2,30	920,00
13	50	Kg	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente.	2,30	115,00
14	100	Kg	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente.	2,30	230,00
15	100	Kg	Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica.	1,50	150,00
16	50	maço	Tempero verde, maço de 250 gramas.	1,25	62,50
17	100	kg	Pêssego- de 1ª qualidade (que não esteja murcho e estragado).	2,50	250,00
18	100	kg	Chuchu- de 1ª qualidade, com casca sã.	2,40	240,00
19	100	kg	MORANGA CABUTIÁ- de boa qualidade (que não esteja murcha, estragada e batida).	1,00	100,00
20	100	kg	Melado de Cana- Melado, obtido do caldo da cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	6,00	600,00
21	4000	Litro	Leite Pasteurizado Integral tipo C, homogeneizado, ingredientes: leite padronizado 3% de gordura Láctea tratado termicamente, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 10g de carboidrato, 7g de proteína e 6g de gorduras totais, preparado com de matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o rótulo deve estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 1L, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	1,50	6.000,00
22	250	KG	FEIJÃO PRETO Grupo comum, embalagem plástica de polietileno atóxico de 01 kg a unidade. Prazo de validade para consumo de no mínimo 03 meses a contar da data de entrega.	4,50	1.125,00
23	100	UN	Doce de fruta, sabores diversos, acondicionados em vidros de 700grs. Registro no SIM, SIE ou SIF.	9,50	950,00
24	200	KG	BATATA DOCE Tubérculo de elevada qualidade, selecionados e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade com uniformidade no tamanho e cor. Não são permitidas rachaduras, perfurações, cortes e lesões mecânicas ou provocadas por insetos ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra ou resíduo de fertilizante aderente à casca. Ausência de odor e sabor estranho, assim como parasitas e larvas.	1,98	396,00
25	300	KG	MORGOTA Pokan fruto maduro, fresco de aspecto saudável.	1,80	540,00
26	250	KG	CEBOLA Sem defeito, suficientemente desenvolvida, com aspecto e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e cor. Não serão permitidos rachaduras, perfurações e cortes. Características gerais: deverá estar livre de enfermidades, de umidade externa anormal, de resíduos de fertilizantes.	2,98	745,00
27	250	KG	BATATA INGLESA: Tamanho uniforme Tubérculo de qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos. Sua polpa deverá estar intacta e na cor característica.	3,50	875,00
28	150	KG	PEPINO de qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos. Sua polpa deverá estar intacta e na cor característica.	2,10	315,00
29	300	KG	TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	3,71	1.113,00

30	50	KG	MANTEIGA sem sal feita a partir do creme de leite pasteurizado, acondicionada em embalagem plástica com rotulagem com Registro no SIM, SIE ou SIF..	10,00	500,00
31	80	KG	VAGEM qualidade e sem defeitos, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos.	4,10	328,00
32	700	KG	MELANCIA de 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	0,70	490,00
33	50	UN	MEL Produto obtido a partir do néctar elaborado por abelhas, a partir do néctar de flores e/ou exsudatos sacarínicos de plantas, isento de substâncias estranhas, sujidades parasitas e de corretivos de acidez; acondicionado em frascos plásticos de 700grs validade mínima na data da entrega de 1 ano. Registro no SIM, SIE ou SIF.	8,90	445,00
34	50	PCT	Açúcar mascavo, 1º qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, livre de umidade, em embalagem plástica transparente de 1 kg. Registro no SIM, SIE ou SIF.	5,50	275,00
35	150	PCT	Arroz parboilizado longo fino, polido, tipo 1, sem glúten, contendo grãos inteiros, isento de mofo, safra corrente e procedência nacional, com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após cozimento. Embalado em saco plástico, atóxico e transparente, apresentar prazo de validade mínima de seis meses do momento da entrega. Pacote 5 kg. Registro no SIM, SIE ou SIF.	9,80	1.470,00
36	30	KG	PIMENTÃO qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos. Sua polpa deverá estar intacta e na cor característica.	4,46	133,80
37	60	KG	ABOBRINHA VERDE qualidade e sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade, beneficiada e classificada com uniformidade no tamanho e cor, ser de colheita recente. Isentas de rachaduras, perfurações, cortes ou lesões mecânicas ou provocadas por pragas ou doenças. Deve estar livre de sujidades, terra e resíduos de fertilizantes aderentes à casca, não podendo apresentar odores e sabores estranhos. Sua polpa deverá estar intacta e na cor característica.	1,85	111,00
38	15	KG	Alho de 1º qualidade, firme, graúdo - cabeças intactas com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	12,00	180,00
39	250	KG	Pernil suíno, congelado, cortado em cubos, de primeira qualidade, com inspeção e registro impresso no rótulo. Alimento com aspecto próprio, sem cartilagens e ossos, não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades e parasitas. Embalagem de um quilo, embalado a vácuo. Na entrega o produto não poderá ter validade inferior a quatro meses e data de fabricação máxima de 30 dias antes da entrega. Transporte refrigerado. Registro no SIM, SIE ou SIF.	9,10	2.275,00
40	350	UN	Pão caseiro integral, conforme as seguintes descrições: produto resultante da cocção da massa preparada com farinha de integral enriquecida com ferro, fermento, ovos, sal, açúcar e água, utilizando somente ingredientes permitidos pela legislação vigente. Não deverá apresentar odores fermentados e fumaça, nem fragmentos de insetos, roedores ou bolores. Estar acondicionada em embalagem plástica resistente com o nome da empresa, com rotulagem apresentando o nome do produto, com o número do registro no ministério da saúde, tabela com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade conforme legislação vigente. Registro no SIM, SIE ou SIF.	5,00	1.750,00
41	100	UN	Suco de uva natural, integral, 100% natural, mantendo todas as vitaminas e elementos naturais da uva. Contém hidratos de carbono, proteínas, sais minerais, vitaminas e outros elementos importantes para o organismo. Produto nutritivo sem adição de outros produtos. Garrafas de 1,5LT. Registro no SIM, SIE ou SIF.	10,80	1.080,00
42	400	LT	Bebida láctea pasteurizada com polpa de fruta, sabor coco e morango. Ingredientes leite pasteurizado, soro de leite, açúcar, estabilizante, espessante e polpa de fruta. Informações quanto ao armazenamento, data de fabricação e validade. Embalagens íntegras, transporte sob refrigeração ou em caixas térmicas. Registro no SIM, SIE ou SIF.	2,85	1.140,00
TOTAL				R\$	34.724,30

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Ipumirim, SC, 23 de maio de 2013  
 VALDIR ZANELLA  
 Prefeito de Ipumirim

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2422/2013

Decreto nº 2422/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13, DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 - Manutenção do SAMU

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0252.0 (46) Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

-----  
T O T A L R\$ 4.500,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 - Manutenção do SAMU

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0252.0 (48) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0252.0 (50) Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

-----  
T O T A L R\$ 4.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de Maio de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### Homologação Processo N.º 05/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Auto Posto Planalto Norte Ltda.

Irineópolis, 23 de maio de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 28/2013 - Pregão Presencial nº 19/2013 - Objeto: registro de preços para de óleos lubrificantes, graxas, filtros, materiais de borracharia e lavação, para diversos Departamentos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 07 de junho de 2013, até as 09 hs15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 07 de junho de 2013, as 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br).

Itaiópolis, 22 de maio de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAIÓPOLIS

Processo Licitatório nº 3/2013 - Dispensa de Licitação nº 2/2013 - Objeto: locação de imóvel para realização do curso de auxiliar de padaria e confeitaria - SENAI. Contrato nº 63/2013. Contratada: Grupo Mão Amiga. Valor total: R\$ 2.373,00. Prazo: 3,5 (três meses e meio).

Itaiópolis, 08 de maio de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 101/2013, cujo objeto é aquisição de 01 (uma) concha nova para escavadeira hidráulica Doosan Dx 140, da Secretaria de Transportes desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 06 de junho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 23 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

#### Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se



aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 102/2013, cujo objeto é aquisição de materiais diversos destinados para manutenção das atividades do setor de urbanismo desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 07 de junho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 23 de maio de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 97/2013, cujo objeto é aquisição, de forma parcelada, de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 07 de junho de 2013. Maiores informações podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 13 de maio de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA**

#### Errata a Dispensa Nº07/2013 Chamada Pública Nº03/2013 Processo Nº 31/2013

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
ERRATA A DISPENSA Nº07/2013  
CHAMADA PÚBLICA Nº03/2013  
PROCESSO Nº31/2013

OBJETO: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na nas escolas da Rede Municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, ano letivo de 2013.

O Município de Itapoá torna público que da licitação em epígrafe:

AONDE LÊ-SE

DO DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de credenciamento:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	183.357.309-97	SDW0183357309971902111002	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	75	R\$ 4,25	R\$ 318,75
Valor Total							R\$ 19.868,05

DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º34/2013:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ R\$ 19.868,05 (dezenove mil oitocentos e sessenta e oito e cinco centavos), conforme listagem anexa a seguir:



1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	183.357.309-97	SDW0183357309971902111002	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	75	R\$ 4,25	R\$ 318,75
Valor Total							R\$ 19.868,05

DO DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de credenciamento:

1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
VIVIAN DOS SAN- TOS PINHEIRO	047.028.579-69	SDW00470285796701021203-20	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	75	R\$ 4,25	R\$ 318,75
Total							R\$19.868,05

DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º37/2013:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.868,05 (dezenove mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinco centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
VIVIAN DOS SAN- TOS PINHEIRO	047.028.579-69	SDW00470285796701021203-20	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	75	R\$ 4,25	R\$ 318,75
Total							R\$19.868,05

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

DO DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de credenciamento:

1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	183.357.309-97	SDW0183357309971902111002	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	65	R\$ 4,25	R\$ 276,25
Valor Total							R\$19.825,55

DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º34/2013:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.825,55 (dezenove mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	183.357.309-97	SDW0183357309971902111002	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	65	R\$ 4,25	R\$ 276,25
Valor Total							R\$ 19.825,55

DO DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO de credenciamento:

1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
-------------------------------------	--------	--------	------------	--------	--------	----------------------	----------------

ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	183.357.309-97	SDW0183357309971902111002	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	65	R\$ 4,25	R\$ 276,25
Valor Total							R\$ 19.825,55

**DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º37/2013:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.825,55 (dezenove mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agri- cultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Un.	6. Qtd	7. Preço Proposto	8. Valor Total
ANTONIO DOS SANTOS PINHEIRO	183.357.309-97	SDW0183357309971902111002	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	65	R\$ 4,25	R\$ 276,25
Valor Total							R\$ 19.825,55

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Contrato administrativo nº34/2013 e Contrato administrativo nº37/2013.

Itapoá, 22 de maio de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA  
Secretária de Educação

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

**Extrato PL 8/2013/FMAS - PP 6/2013/FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2013/FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2013/FMAS

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de software de Gestão da Assistência Social, que atenda as especificações técnicas e serviços descritos no Anexo I deste Edital. Também faz parte do objeto a realização dos seguintes serviços: a. Conversão dos dados existentes para funcionamento no novo sistema a ser implantado. b. Configuração e parametrização conforme procedimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social. c. Acompanhamento dos usuários pelo período de 30 (trinta) dias, após implantação do sistema. Data da abertura: Dia 10/06/2013, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 10/06/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)

Joaçaba, 22 de maio de 2013.

RAFAEL LASKE  
Prefeito  
Gestor do FMAS

**Retificação Edital de Chamada Publica Secretaria de Saúde**

PREFEITURA DE JOAÇABA  
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013/SMS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, retifica item 1.1 e insere anexos III e IV, Edital 001/2013/SMS, para os cargos de Médico Clínico Geral, Nutricionista e Técnico de Enfermagem para o SAMU:

Leia-se:

**1. DA INSCRIÇÃO**

[ ]

1.1 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de regularidade no CPF;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- Curriculum vitae com todas as folhas rubricadas;
- Cópia do Certificado do Título descrito na relação de Títulos;
- Formulário de inscrição (Anexo III)
- Formulário de relação de títulos (Anexo IV)

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 22 de Maio de 2013.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ANEXO III

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

PREFEITURA DE JOAÇABA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPO-  
RÁRIO  
EDITAL 01/2013/SMS

Cargo: .  
Nome: .  
Endereço: .  
.  
Telefone para contato: .  
RG: .CPF: .

Joaçaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

\*\*\*\*\*

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO - VIA DO CANDIDATO**

PREFEITURA DE JOAÇABA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPO-  
RÁRIO  
EDITAL 01/2013/SMS

Cargo: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável p/ recebimento

**ANEXO IV****FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS**

Cargo: \_\_\_\_\_  
Nome do candidato: \_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES**

Campos preenchidos pelo candidato (Não Preencher)  
Nº de horas      Histórico / Resumo      Pontuação

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que pos-  
suo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição  
a graduação: \_\_\_\_\_ (concluído ou em anda-  
mento), cujo comprovante estou anexando à presente relação,  
estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação  
na prova de títulos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

**PLASS****Errata: Aviso de Homologação Inexigibilidade Nº 01/2013/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS  
ERRATA ao extrato de AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2013/PLASS  
publicado no DOM em 18/04/2013.

- 1) Onde se lê:  
"Processo de Licitação Nº 01/2013/PLASS"  
2) LEIA-SE:  
"Processo de Licitação Nº 02/2013/PLASS"

Joaçaba, SC, 23/05/2013.

**Errata: Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2013/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS  
ERRATA ao TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2013/PLASS  
publicado no DOM em 18/04/2013.

- 1) Onde se lê:  
"PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2013/PLASS  
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2013/PLASS"  
2) LEIA-SE:  
"PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2013/PLASS  
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2013/PLASS"

Joaçaba, SC, 23/05/2013.

**Errata: Extrato Termo de Adesão 01/2013/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS  
ERRATA ao extrato do TERMO DE ADESÃO Nº 01/2013  
publicado no DOM em 18/04/2013.

- 1) Onde se lê:  
"Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 01/2013"  
2) LEIA-SE:  
"Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 06/2013"

Joaçaba, SC, 23/05/2013.

**SIMAE****Pregão JHL 0024/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0024/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2013

PROTOCOLO JHL 1189/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0020/2013 - Licitação 0024/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA ÁREA TÉCNICA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 10/06/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/06/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 24/05/2013 a 10/06/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 24 de Maio de 2013.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE

# Lages

## PREFEITURA

### Dispensa D Elicitação 73/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 73/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 73/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do DANIEL RODRIGUES para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de Maio de 2013, às 17.00 hs, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

### Dispensa de Licitação 100/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 100/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 100/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de BANDA TIME para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 29 de maio de 2013, às 01.30 hs, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez

que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

### Dispensa de Licitação 71/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 71/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do LEO MORAIS & GRUPO GAUCHO para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 29 de Maio de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

### Dispensa de Licitação 72/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 72/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 72/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do JONES ANDREI VIEIRA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 29 de Maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade

com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 74/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 74/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MUSICAL BANDANEIRA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de Maio de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 75/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 75/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA ANJOS DE PLANTAO para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de Maio de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus,

Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 76/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 76/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 76/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da PATRIA SULINA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de Maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 77/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 77/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 77/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da IGUARIA CAMPEIRA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 11.00 hs, no valor de R\$ 1.900,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE



Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 78/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 78/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 78/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GRUPO DE CANTO E ALMA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 14.00 hs, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 79/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 79/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 79/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da NAYARA VENTURA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 17.00 hs, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 80/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 81/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do PEDRO VALDERAS E GRUPO CHIMANGO para apresentação artística no PALCO NATIVISTA, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de maio de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 81/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 81/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do PEDRO VALDERAS E GRUPO CHIMANGO para apresentação artística no PALCO NATIVISTA, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de maio de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 82/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 82/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do PEDRO FREITAS para apresentação artística no PALCO NATIVISTA, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de maio de 2013, às 20.30 hs, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 83/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 83/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da ACADEMIA MAGISTRAL para apresentação artística no PALCO NATIVISTA, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 1.200,00 (hum Mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 84/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 84/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BRAZIL HI FI para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de maio de 2013, às 01.30 hs, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 85/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 85/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA DOCTOR HOMES para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 02.00 hs, no valor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 86/2013 - FCL**  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 86/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da NOSSA QUALIDADE para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 87/2013 - FCL**  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 87/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da MPB SAMBA para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 88/2013 - FCL**  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 88/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação Do PRODUTO NACIONAL para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 01 de junho de 2013, às 20.30 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 89/2013 - FCL**  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 89/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da BANDA EPHATA para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 02 de junho de 2013, às 16.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 90/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 90/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da CHAGAS ABERTAS para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 02 de junho de 2013, às 17.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 92/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 92/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da TORRE DO SOL para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 02 de junho de 2013, às 20.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 93/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 93/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da OLHO DA LUA para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de maio de 2013, às 23.30 hs, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 94/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 94/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de MARCUS LIMA para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 95/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 95/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 80/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação dos CACOFONICOS para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de maio de 2013, às 20.00 hs, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 96/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 96/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 96/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação da KAMUFLAGEM para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 31 de maio de 2013, às 21.00 hs, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 97/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 97/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 97/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do JULIO CRUZ para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de maio de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 98/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 98/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 98/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de NAYARA VENTURA para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE



Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **Dispensa de Licitação 99/2013 - FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 99/2013  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE  
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 99/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação de FLY BACK para apresentação artística no PALCO PINHÃO, durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 30 de maio de 2013, às 23.00 hs, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.  
MAURICIO NEVES DE JESUS  
Fundação Cultural de Lages

#### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito do Município de Lages

#### **PP 36 e 39-2013 PML e PP 25-2013 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Diretoria de Licitações e Contratos  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 36-2013 PML

Objeto: Aquisição de Lubrificantes  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 27/06/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 99.604,77

Modalidade: PP 39-2013 PML

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 26/06/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 18.368,68

Modalidade: PP 25-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Equipamentos Informática, Móveis e

Armarinhos  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 01/07/2013 às 13:30  
Valor Estimado: R\$ 325.396,08

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de maio de 2013.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

## Lauro Muller

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 206/2013**

P O R T A R I A Nº 206/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, RODRIGO CORREA MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Clínico do Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE MARÇO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

#### **Portaria Nº 207/2013**

PORTARIA Nº 207/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, FRANCINI HOFFMAN, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

**DÍLSON TARTARI FELISBINO**  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 208/2013**  
P O R T A R I A Nº 208/ 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº 1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JANAINA VIEIRA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

**DÍLSON TARTARI FELISBINO**  
Auxiliar de Escritório

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 04 do mês de março do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora JANAINA VIEIRA, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor I - Educação Infantil, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 208/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de março de 2013.  
JANAINA VIEIRA  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

**DÍLSON TARTARI FELISBINO**  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 209/2013**  
PORTARIA Nº 209/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SAMANTA DE SOUZA TAVARES, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Rosane Bus.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

**DÍLSON TARTARI FELISBINO**  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 210/2013**  
PORTARIA Nº 210/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, TAMIRIS LEAL, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição à funcionária Rosane Bus.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

**DÍLSON TARTARI FELISBINO**  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 211/2013**

PORTARIA Nº 211/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARINA MEIS, para a função de Professora I, referência - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Junior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 212/2013**

PORTARIA Nº 212/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROBERTA MARI NUNES, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em substituição à Professora Larissa Fernandes Dias, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 213/2013**

P O R T A R I A Nº 213/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, KARLA PICKLER CUNHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 214/2013**

P O R T A R I A Nº 214/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010, nº 1.631/2010 e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, LUCIANA PINHEIRO DA SILVA PEREIRA, aprovada em 22º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 04 do mês de Março do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora LUCIANA PINHEIRO DA SILVA PEREIRA, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de

Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Servente, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 214/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Março de 2013.  
LUCIANA PINHEIRO DA SILVA PEREIRA  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 215/2013**  
P O R T A R I A Nº 215/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010, nº 1.631/2010 e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA DE LOURDES BERNARDO, aprovada em 24º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 04 do mês de Março do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora MARIA DE LOURDES BERNARDO, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Servente, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 215/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Março de 2013.  
MARIA DE LOURDES BERNARDO  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 216/2013**  
P O R T A R I A Nº 216/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010, nº 1.631/2010 e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA MENDES PACHECO, aprovada em 27º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 04 do mês de Março do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora MARIA MENDES PACHECO, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Servente, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 216/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Março de 2013.  
MARIA MENDES PACHECO  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos



**Portaria Nº 217/2013**  
P O R T A R I A Nº 217/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.628/2010, nº 1.631/2010 e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, VERA LUCIA BRAZ FURTADO, aprovada em 28º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 04 do mês de Março do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora VERA LUCIA BRAZ FURTADO, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Servente, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 217/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Março de 2013.  
VERA LUCIA BRAZ FURTADO  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 218/2013**  
P O R T A R I A Nº 218/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.491/2008 e 1.496/2008, e Edital de Concurso Público nº 001/2012, concurso passível de revogação

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, GILVANIA ACORDI IGNÁCIO, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer na localidade de Rio da Vaca/Rio Apertado/Rio Oratório o Cargo de Agente Comunitário de Saúde do PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, tendo contrato por tempo indeterminado adstrito ao período da existência do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS e regido pela CLT sob a forma de regime geral (INSS).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 04 do mês de Março do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora GILVÂNIA ACORDI IGNÁCIO, aprovada no Concurso Público nº 001/2012, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 218/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 04 de Março de 2013.  
GILVÂNIA ACORDI IGNÁCIO  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 219/2013**  
PORTARIA Nº 219/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARILÉIA MACHADO DE SOUZA, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.



Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 220/2013**  
PORTARIA Nº 220/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, RENATA DOS SANTOS, para a função de Professora I, referência - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 10 (dez) horas semanais em vaga excedente, na Escola E. I. Emilia Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 221/2013**  
PORTARIA Nº 221/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CLAUDIA ANTUNES CARDOSO, para a função de Professora II, referência - MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de março de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em substituição a Professora Bruna Ramos Gazola, na Escola E. I. Emilia Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE MARÇO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO  
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

## Lebon Régis

### PREFEITURA

**Portaria Nº 378/2013**  
PORTARIA Nº 378 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR SABRINA VESARO, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Jake-line Ribeiro Mello.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 21 de maio de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 379/2013**  
PORTARIA Nº 379 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR JEFERSON DOS SANTOS, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Elizete dos Santos Rodrigues de Moraes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 21 de maio de 2013.  
LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 380/2013**

PORTARIA Nº 380 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR JUCILEI MALLMANN DOS SANTOS, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Sirlei Pires de Moraes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 21 de maio de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 381/2013**

PORTARIA Nº 381 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR CAMILA RENATA BISKOWSKI, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Ivani Terezinha Mello Xavier.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 21 de maio de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 382/2013**

PORTARIA Nº 382 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR FABIO JUNIOR SPATOSKI, para exercer o cargo de PROFESSOR COM FACULDADE, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Talita Cirene de Moraes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 21 de maio de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 384/2013**

PORTARIA Nº 384 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR JACKSON FERNANDO FERREIRA DE ARAUJO, para exercer o cargo de PROFESSOR COM FACULDADE, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Keli Cristina Dalpiaz.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Lebon Régis, 21 de maio de 2013.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

#### **Portaria Nº 385/2013**

PORTARIA Nº 385 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei

Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR ANZERO GIOVANI DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de PROFESSOR COM FACULDADE, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Nilceia do Vale Rocha Hanna.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 386/2013**

PORTARIA Nº 386 DE 22 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CAMILA GUEDES DE MELO, Agente de Saúde, lotada no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA (SEM REMUNERAÇÃO) em razão de seu Estágio Obrigatório no Curso de Enfermagem, de 29/05/2013 á 26/06/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 22 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 22 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Portaria Nº 387/2013**

PORTARIA Nº 387 DE 23 DE MAIO DE 2013  
REVOGA LICENÇA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR EXPRESSAMENTE A LICENÇA concedida EM 01/09/2011 a Funcionária MARIA VATRIN DOS SANTOS, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de maio de 2013 nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 388/2013**

PORTARIA Nº 388 DE 23 DE MAIO DE 2013  
REVOGA LICENÇA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR EXPRESSAMENTE A LICENÇA concedida EM 01/02/2013 a Funcionária LUCELIA APARECIDA NOVASKI, através da Portaria 197/2013 de 01/02/2013, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de maio de 2013 nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº 389/2013**

PORTARIA Nº 389 DE 23 DE MAIO DE 2013  
REVOGA LICENÇA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR EXPRESSAMENTE A LICENÇA concedida EM 01/02/2013 a Funcionária JANE DE FATIMA FURTADO CORDOVA, através da Portaria 231/2013 de 18/02/2013, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de maio de 2013 nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**Portaria Nº383/2013**

PORTARIA Nº 383 DE 21 DE MAIO DE 2013  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, para exercer o cargo de PROFESSOR COM FACULDADE, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Veraluci de Oliveira Ramos de Lima.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**Pregão Presencial Nº 17/2013 - Processo Licitatório Nº 32/2013**

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por LOTE. Objeto: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Lebon Régis, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 13h30min do dia 07/06/2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 13h40min do dia 07/06/2013. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis 23 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**1º Quadrimestre 2013**

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.132.016,02	0,00
Pessoal Ativo	8.905.528,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	226.487,83	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>9.132.016,02</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>9.132.016,02</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>18.846.559,52</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>48,45</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>10.177.142,14</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>9.668.285,03</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINA

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.246.758,04</b>	<b>2.109.686,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.560.619,11	1.432.051,73	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	537.796,35	537.796,35	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos com a União	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias (INSS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	148.342,58	139.838,58	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)<sup>1</sup></b>	<b>2.504.394,03</b>	<b>3.264.565,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ativo Disponível	2.776.905,01	3.469.267,55	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	-50,93	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	272.510,98	204.651,02	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)</b>	<b>-257.635,99</b>	<b>-1.154.878,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>18.416.933,21</b>	<b>18.846.559,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL</b>	<b>12,20</b>	<b>11,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	<b>-1,40</b>	<b>-6,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: &lt;%&gt;</b>	<b>22.100.319,85</b>	<b>22.615.871,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)</b>	<b>1.560.619,11</b>	<b>1.432.051,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Parcelamento de Dívidas (VI)</b>	<b>201.773,02</b>	<b>133.202,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De Tributos	50.257,27	34.793,67	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	151.515,75	98.408,73	0,00	0,00
Previdenciárias (INSS)	151.515,75	98.408,73	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida com Instituição Financeira (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Demais Dívidas Contratuais</b>	<b>1.358.846,09</b>	<b>1.298.849,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	228.152,75	287.476,65	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	702.335,90	1.750.770,52	0,00	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

MUNICIPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>2.246.757,93</b>	<b>2.109.687,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.560.619,00	1.432.051,73	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	537.796,35	537.797,35	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos com a União	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias (INSS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	148.342,58	139.838,58	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)<sup>1</sup></b>	<b>2.504.394,03</b>	<b>3.264.565,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ativo Disponível	2.776.905,01	3.469.267,55	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	-50,93	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	272.510,98	204.651,02	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)</b>	<b>-257.636,10</b>	<b>-1.154.877,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>18.416.933,21</b>	<b>18.846.559,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL</b>	<b>12,20</b>	<b>11,19</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	<b>-1,40</b>	<b>-6,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: &lt;=&gt;</b>	<b>22.100.319,85</b>	<b>22.615.871,42</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

**TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO**

Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente <sup>2</sup>	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	-1,77	0,00	0,00	-1,35	-2,10	-3,03	6,22	2,23	1,94	4,06	4,84	8,51
<b>% Limite de Endividamento</b>			120,00			120,00			120,00			120,00

Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	3,78	3,00	0,96	0,89	-0,05	2,29	-1,84	-3,07	0,17	-3,83	-4,87	-1,51
<b>% Limite de Endividamento</b>			120,00			120,00			12,00			120,00

Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	-1,55	-0,48	-0,90	-0,16	-3,69	-1,05	-7,83	-14,71	-6,65	-11,17	-6,94	-1,40
<b>% Limite de Endividamento</b>			120,00			120,00			120,00			120,00

Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
<b>% da DCL sobre a RCL</b>	-6,13											
<b>% Limite de Endividamento</b>			120,00									

<sup>2</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avo) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avo) do excedente é apresentado na coluna Redutor.

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2013

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>18.416.933,21</b>	<b>18.846.559,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>4.051.725,31</b>	<b>4.146.243,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>18.846.559,52</b>	<b>—</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.015.449,52</b>	<b>16,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.319.259,17</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL**

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Apoio a Pessoa Idosa - API	8.575,65	0,00	8.575,65
Assistência Farmacêutica Básica	33.801,29	94,48	33.706,81
Atenção Básica	706.049,70	94.053,05	611.996,65
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	14.950,00	0,00	14.950,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	163.153,18	594,54	162.558,64
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	751.059,19	33,45	751.025,74
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	65.609,71	0,00	65.609,71
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	15.039,35	17.868,31	(2.828,96)
Programa de Atenção à Criança - PAC	8.549,18	0,00	8.549,18
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	41.682,42	0,00	41.682,42
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	65,40	0,00	65,40
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	9.312,00	0,00	9.312,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	37.853,90	5.099,18	32.754,72
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	18.144,09	0,00	18.144,09
Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	14.055,89	29.016,79	(14.960,90)
Recursos Ordinários	0,00	30,08	(30,08)
Salário Educação	139.443,72	290,39	139.153,33
Transferências de Convênios - Assistência Social	6.611,41	0,00	6.611,41
Transferências de Convênios - Educação	189.682,31	6.671,78	183.010,53
Transferências de Convênios - Outros	180.013,63	171.262,37	8.751,26
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde)	1,93	0,00	1,93
Transferências de Convênios - Saúde	121.118,27	600,00	120.518,27
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	181.921,64	40.842,11	141.079,53
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Mag	317.523,81	113.806,24	203.717,57
Vigilância em Saúde	75.057,51	0,00	75.057,51
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>3.099.275,18</b>	<b>480.262,77</b>	<b>2.619.012,41</b>
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.292,61	0,00	1.292,61
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	27.018,48	0,00	27.018,48
Convênio Trânsito - Civil	3.983,67	97,90	3.885,77
Convênio Trânsito - Militar	1.353,93	0,00	1.353,93
Convênio Trânsito - Prefeitura	9.086,73	316,15	8.770,58
Entidade 2 - Conta 33341: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	214,75	(214,75)
Entidade 6 - Conta 12641: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	32.636,83	(32.636,83)
Entidade 6 - Conta 18455: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.808,91	(2.808,91)
Entidade 6 - Conta 33062: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	180,00	(180,00)
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	6.855,08	1.736,41	5.118,67
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	8.919,83	106.106,20	(97.186,37)
Recursos Ordinários	0,00	46.306,34	(46.306,34)
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>14.149,36</b>	<b>(14.149,36)</b>
Recursos Ordinários	257.127,92	44.798,36	212.329,56
Recursos Ordinários	3.411,19	0,00	3.411,19
Royalties de Petróleo	44.382,38	0,00	44.382,38
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>363.431,82</b>	<b>249.351,21</b>	<b>114.080,61</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>3.462.707,00</b>	<b>729.613,98</b>	<b>2.733.093,02</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

LEBON REGIS, 22/05/2013

---

LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

---

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

---

ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

---

SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	1,66	0,00	92,82	355,10	33.706,81	0,00
Atenção Básica	0,00	13.511,13	39.957,89	34.717,54	611.996,65	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de	0,00	0,00	0,00	32.139,89	162.558,64	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvi	0,00	0,00	33,45	475.560,00	751.025,74	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saude	485,10	14.374,36	0,00	616,55	62.780,75	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC	0,00	0,00	0,00	3.317,68	8.549,18	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - I	0,00	0,00	0,00	17.247,15	41.682,42	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PN	0,00	0,00	5.099,18	47.323,19	32.754,72	0,00
Recursos de Impostos e Transf. de Impostos - S	5.932,60	21.676,12	168,10	37.549,61	(14.960,90)	0,00
Salário Educação	0,00	210,00	0,79	75.914,17	139.153,33	0,00
Transferencias de Convenios - Educação	0,00	0,00	6.671,78	0,00	183.010,53	0,00
Transferências de Convênios - Outros	701,27	0,00	170.561,10	0,00	8.751,26	0,00
Transferencias de Convenios - Saude	30,00	0,00	570,00	12.490,73	120.518,27	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras di	60,89	10.314,31	11.808,78	51.299,84	141.079,53	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuner	347,69	43.667,14	0,00	0,00	203.717,57	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	1.402,00	75.057,51	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	<b>7.559,21</b>	<b>103.753,06</b>	<b>234.963,89</b>	<b>789.933,45</b>	<b>2.561.382,01</b>	<b>0,00</b>
Convenio Transito - Civil	0,00	0,00	97,90	0,00	3.885,77	0,00
Convenio Transito - Prefeitura	0,00	0,00	316,15	0,00	8.770,58	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imp	0,00	2.929,21	50,00	104.198,42	5.118,67	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Imp	680,86	43.485,32	824,76	126.447,41	(97.186,37)	0,00
Recursos Ordinarios	0,00	44.798,36	14.149,36	473.607,05	155.285,05	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS M	0,00	1.445,00	0,00	0,00	5.115,55	0,00
Royalties de Petroleo	0,00	0,00	0,00	3.080,81	44.382,38	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	<b>680,86</b>	<b>92.657,89</b>	<b>15.438,17</b>	<b>707.333,69</b>	<b>125.371,63</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>8.240,07</b>	<b>196.410,95</b>	<b>250.402,06</b>	<b>1.497.267,14</b>	<b>2.686.753,64</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013

LRF, art. 54 - Anexo VIII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	9.132.016,02	48,45
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.177.142,14	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.668.285,03	51,30
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.154.877,94	-6,13
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.615.871,42	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.146.243,09	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.015.449,52	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.319.259,17	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	1.497.267,14	2.681.638,09

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

LEBON REGIS, 22/05/2013

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretaria Adm. e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS  
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHAIA  
Controlador Interno

**Rreo \_2º \_bimestre \_2013**

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ANEXO IX - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ANEXO X - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ANEXO XI - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ANEXO XIV - DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ANEXO XVI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ANEXO XVIII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de LEBON REGIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>3.482.417,48</b>	<b>19,24</b>	<b>6.166.214,51</b>	<b>34,07</b>	<b>11.933.785,49</b>
	<b>18.068.950,00</b>	<b>18.068.950,00</b>	<b>3.482.417,48</b>	<b>19,27</b>	<b>6.166.214,51</b>	<b>34,13</b>	<b>11.902.735,49</b>
RECEITA TRIBUTARIA	691.264,30	691.264,30	119.115,93	17,23	169.137,54	24,47	522.126,76
IMPOSTOS	497.748,40	497.748,40	66.719,55	13,40	95.555,10	19,20	402.193,30
TAXAS	123.400,00	123.400,00	52.396,38	42,46	73.582,44	59,63	49.817,56
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	70.115,90	70.115,90	0,00	0,00	0,00	0,00	70.115,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	180.000,00	4.638,83	2,58	7.416,42	4,12	172.583,58
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	180.000,00	180.000,00	4.638,83	2,58	7.416,42	4,12	172.583,58
RECEITA PATRIMONIAL	12.160,70	12.160,70	12.082,82	99,36	18.751,97	154,20	-6.591,27
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	2.393,49	0,00	4.964,16	0,00	-4.964,16
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	12.160,70	12.160,70	12.082,82	99,36	18.751,97	154,20	-6.591,27
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	2.393,49	0,00	4.964,16	0,00	-4.964,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.944.525,00	16.944.525,00	3.307.517,51	19,52	5.905.125,43	34,85	11.039.399,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.932.320,00	16.932.320,00	3.269.455,51	19,31	5.867.063,43	34,65	11.065.256,57
Transf. de Conv.	12.205,00	12.205,00	38.062,00	311,86	38.062,00	311,86	-25.857,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241.000,00	241.000,00	36.668,90	15,22	60.818,99	25,24	180.181,01
Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	10.119,31	40,48	15.858,50	63,43	9.141,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	61.000,00	61.000,00	18.479,20	30,29	31.436,70	51,54	29.563,30
RECEITAS DIVERSAS	149.000,00	149.000,00	8.070,39	5,42	13.523,79	9,08	135.476,21
	<b>31.050,00</b>	<b>31.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.050,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.550,00	30.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.550,00	30.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.550,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	420,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	420,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>3.482.417,48</b>	<b>19,24</b>	<b>6.166.214,51</b>	<b>34,07</b>	<b>11.933.785,49</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de LEBON REGIS - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>3.482.417,48</b>	<b>19,24</b>	<b>6.166.214,51</b>	<b>34,07</b>	<b>11.933.785,49</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.100.000,00	18.100.000,00	3.482.417,48	19,24	6.166.214,51	34,07	11.933.785,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	116.554,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	116.554,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>1.006.185,86</b>	<b>19.106.185,86</b>	<b>3.757.604,35</b>	<b>6.513.903,27</b>	<b>2.698.272,54</b>	<b>5.013.534,81</b>	<b>26,24</b>	<b>14.092.651,05</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.888.188,40</b>	<b>128.066,00</b>	<b>17.016.254,40</b>	<b>3.066.368,80</b>	<b>5.730.281,45</b>	<b>2.616.442,23</b>	<b>4.862.742,12</b>	<b>28,58</b>	<b>12.153.512,28</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.216.360,00	0,00	9.216.360,00	1.467.206,37	3.068.329,80	1.471.738,37	3.047.705,37	33,07	6.168.654,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	351.000,00	0,00	351.000,00	37.588,93	172.791,78	53.374,38	165.000,19	47,01	185.999,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.320.828,40	128.066,00	7.448.894,40	1.561.573,50	2.489.159,87	1.091.329,48	1.650.036,56	22,15	5.798.857,84
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.201.811,60</b>	<b>878.119,86</b>	<b>2.079.931,46</b>	<b>691.235,55</b>	<b>783.621,82</b>	<b>81.830,31</b>	<b>150.792,69</b>	<b>7,25</b>	<b>1.929.138,77</b>
INVESTIMENTOS	690.811,60	878.119,86	1.568.931,46	623.310,15	633.252,05	12.204,11	15.422,11	0,98	1.553.509,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	511.000,00	0,00	511.000,00	67.925,40	150.369,77	69.626,20	135.370,58	26,49	375.629,42
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>1.006.185,86</b>	<b>19.106.185,86</b>	<b>3.757.604,35</b>	<b>6.513.903,27</b>	<b>2.698.272,54</b>	<b>5.013.534,81</b>	<b>26,24</b>	<b>14.092.651,05</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>1.006.185,86</b>	<b>19.106.185,86</b>	<b>3.757.604,35</b>	<b>6.513.903,27</b>	<b>2.698.272,54</b>	<b>5.013.534,81</b>	<b>26,24</b>	<b>14.092.651,05</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.152.679,70	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>1.006.185,86</b>	<b>19.106.185,86</b>	<b>3.757.604,35</b>	<b>6.513.903,27</b>	<b>2.698.272,54</b>	<b>6.166.214,51</b>	<b>26,24</b>	<b>14.092.651,05</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.100.000,00	19.106.185,86	3.757.604,35	6.513.903,27	2.698.272,54	5.013.534,81	100,00	26,24	14.092.651,05
Legislativa	854.020,00	854.020,00	123.709,01	252.967,28	123.709,01	252.967,28	5,05	29,62	601.052,72
Ação Legislativa	854.020,00	854.020,00	123.709,01	252.967,28	123.709,01	252.967,28	5,05	29,62	601.052,72
Administração	1.463.220,00	1.526.748,00	331.521,21	668.203,59	297.677,16	596.674,67	11,90	39,08	930.073,33
Planejamento e Orçamento	43.320,00	43.320,00	8.046,69	13.825,78	7.973,86	13.752,95	0,27	31,75	29.567,05
Administração Geral	1.419.900,00	1.483.428,00	323.474,52	654.377,81	289.703,30	582.921,72	11,63	39,30	900.506,28
Segurança Pública	41.000,00	44.000,00	7.693,00	10.304,64	7.693,00	10.304,64	0,21	23,42	33.695,36
Policiamento	41.000,00	44.000,00	7.693,00	10.304,64	7.693,00	10.304,64	0,21	23,42	33.695,36
Assistência Social	866.500,00	983.054,00	163.022,93	274.400,37	122.391,53	196.996,09	3,93	20,04	786.057,91
Assistência ao Idoso	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	20.000,00	20.000,00	5.740,68	5.740,68	5.740,68	5.740,68	0,11	28,70	14.259,32
Assistência à Criança e ao Adolescente	212.020,00	212.020,00	35.172,52	66.861,08	28.464,27	46.296,25	0,92	21,84	165.723,75
Assistência Comunitária	611.480,00	728.034,00	122.109,73	201.798,61	88.186,58	144.959,16	2,89	19,91	583.074,84
Saúde	3.600.088,40	3.847.632,26	800.402,07	1.477.075,20	708.090,23	1.261.641,77	25,16	32,79	2.585.990,49
Atenção Básica	2.600.088,40	2.847.632,26	561.684,46	972.389,42	472.225,22	795.122,15	15,86	27,92	2.052.510,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	1.000.000,00	238.717,61	504.685,78	235.865,01	466.519,62	9,31	46,65	533.480,38
Educação	7.752.000,00	8.227.560,00	1.652.678,44	2.612.979,25	1.040.312,28	1.853.436,92	36,97	22,53	6.374.123,08
Alimentação e Nutrição	240.000,00	240.000,00	7.241,11	14.740,85	9.494,14	9.494,14	0,19	3,96	230.505,86
Ensino Fundamental	7.097.960,00	7.573.520,00	1.553.194,32	2.473.818,91	977.516,82	1.776.608,54	35,44	23,46	5.796.911,46
Ensino Superior	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00
Educação Infantil	331.010,00	331.010,00	92.243,01	124.419,49	53.301,32	67.334,24	1,34	20,34	263.675,76
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
Educação Especial	1.010,00	1.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,00
Difusão Cultural	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00
Cultura	5.220,00	5.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.220,00
Difusão Cultural	5.220,00	5.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.220,00
Urbanismo	1.171.241,60	1.271.241,60	352.247,86	447.038,68	149.696,41	220.528,20	4,40	17,35	1.050.713,40
Infra-Estrutura Urbana	349.721,60	449.721,60	182.999,83	190.729,27	19.749,01	23.268,46	0,46	5,17	426.453,14
Serviços Urbanos	821.520,00	821.520,00	169.248,03	256.309,41	129.947,40	197.259,74	3,93	24,01	624.260,26
Habitação	11.050,00	11.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.050,00
Habitação Urbana	11.050,00	11.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.050,00

Continua 1/2

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.100.000,00	19.106.185,86	3.757.604,35	6.513.903,27	2.698.272,54	5.013.534,81	100,00	26,24	14.092.651,05
Gestão Ambiental	68.020,00	68.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.020,00
Preservação e Conservação Ambiental	68.020,00	68.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.020,00
Agricultura	399.720,00	399.720,00	66.249,61	123.144,53	26.594,38	72.174,78	1,44	18,06	327.545,22
Extensão Rural	399.720,00	399.720,00	66.249,61	123.144,53	26.594,38	72.174,78	1,44	18,06	327.545,22
Indústria	91.050,00	91.050,00	97,69	97,69	97,69	97,69	0,00	0,11	90.952,31
Controle Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	81.050,00	81.050,00	97,69	97,69	97,69	97,69	0,00	0,12	80.952,31
Comércio e Serviços	14.020,00	14.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.020,00
Turismo	14.020,00	14.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.020,00
Transporte	575.060,00	575.060,00	134.594,80	298.514,57	91.741,39	235.706,23	4,70	40,99	339.353,77
Serviços Urbanos	1.020,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00
Transporte Rodoviário	574.040,00	574.040,00	134.594,80	298.514,57	91.741,39	235.706,23	4,70	41,06	338.333,77
Desporto e Lazer	152.070,00	152.070,00	19.873,40	25.988,97	7.268,88	12.608,82	0,25	8,29	139.461,18
Desporto Comunitário	102.060,00	102.060,00	14.468,00	20.583,57	7.268,88	12.608,82	0,25	12,35	89.451,18
Lazer	50.010,00	50.010,00	5.405,40	5.405,40	0,00	0,00	0,00	0,00	50.010,00
Encargos Especiais	1.025.720,00	1.025.720,00	105.514,33	323.188,50	123.000,58	300.397,72	5,99	29,29	725.322,28
Outros Encargos Especiais	1.025.720,00	1.025.720,00	105.514,33	323.188,50	123.000,58	300.397,72	5,99	29,29	725.322,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>19.106.185,86</b>	<b>3.757.604,35</b>	<b>6.513.903,27</b>	<b>2.698.272,54</b>	<b>5.013.534,81</b>	<b>100,00</b>	<b>26,24</b>	<b>14.092.651,05</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

LUDOVINO LABAS	CLEUZA MARIA REDOLFI TOMAC	ADAIR DA SILVA MATTOS	SERGIO INHAIA
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTABILISTA - CRC/SC 016.115	CONTROLADOR INTERNO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LEBON RÉGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO / 2013 A ABRIL / 2013

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.892.661,49</b>	<b>1.660.427,86</b>	<b>1.494.045,27</b>	<b>1.530.875,48</b>	<b>1.494.343,57</b>	<b>1.607.905,13</b>	<b>1.781.638,20</b>	<b>2.677.830,09</b>	<b>1.237.374,75</b>	<b>1.811.327,30</b>	<b>1.963.494,78</b>	<b>1.857.018,90</b>	<b>21.008.942,82</b>	<b>19.041.950,00</b>
Receita Tributária	100.168,98	38.519,85	25.663,17	37.577,69	24.943,66	115.161,15	79.753,30	65.911,04	21.244,77	28.776,84	60.084,67	59.031,26	656.836,38	691.264,30
IPTU	80.856,51	6.903,12	7.324,58	6.428,41	5.470,44	5.604,94	1.115,54	1.063,18	140,99	0,00	0,00	0,00	31.823,88	100.000,00
ISS	9.657,63	23.343,43	8.492,28	12.548,92	11.167,95	15.997,17	9.163,13	32.676,63	9.170,36	6.496,00	9.390,97	7.820,09	155.924,56	200.000,00
ITBI	4.022,57	377,46	2.186,19	6.056,01	3.698,49	12.691,80	3.529,29	13.266,22	3.694,06	1.494,70	1.700,40	7.024,42	59.741,61	80.000,00
IRRF	28,00	106,08	119,65	179,16	54,65	36.650,00	61.443,77	16.566,84	4.775,84	59,10	2.929,01	1.745,51	124.657,61	117.748,40
Outras Receitas Tributárias	5.604,27	7.789,76	7.540,47	12.365,19	4.552,13	44.217,24	4.501,57	2.338,17	3.463,52	20.727,04	46.064,29	10.617,36	169.781,01	193.515,90
Receita de Contribuições	16.032,69	19.195,92	0,00	488,67	1.861,00	0,00	16.592,46	30.680,32	736,71	2.040,88	1.342,74	3.296,09	92.267,48	180.000,00
Receita Patrimonial	11.339,37	11.727,54	11.857,07	9.620,33	7.142,97	6.208,86	5.263,65	5.860,85	4.649,22	4.590,60	5.739,98	8.736,33	92.736,77	12.160,70
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.754.500,78	1.582.745,37	1.447.279,26	1.469.301,92	1.449.067,75	1.478.875,80	1.672.316,84	2.562.690,81	1.202.256,10	1.760.256,84	1.879.148,18	1.766.465,53	20.024.905,18	17.917.525,00
Cota - Parte do FPM	665.466,28	567.874,94	424.070,02	467.952,38	409.451,46	434.651,21	587.502,49	1.238.337,96	328.990,13	823.749,65	474.418,61	509.040,49	6.931.505,62	6.372.000,00
Cota - Parte do ICMS	269.233,59	278.265,33	272.127,90	272.395,62	316.127,23	297.836,94	320.533,26	324.016,20	160.955,64	144.496,98	272.831,29	328.974,52	3.257.794,50	3.872.000,00
Cota - Parte do IPVA	46.003,06	43.272,72	51.332,70	39.300,66	37.322,81	38.115,43	28.829,04	30.146,72	22.931,37	24.061,54	35.882,90	49.875,26	447.074,21	270.000,00
Cota - Parte do ITR	43,39	14,73	110,98	8.949,44	9.016,57	50.413,07	3.905,43	3.496,14	3.715,93	112,15	3.268,04	76,22	83.122,09	50.000,00
Transferencia da LC 87/1996	1.500,69	1.500,69	1.500,69	1.500,69	0,00	3.001,38	1.500,69	1.500,69	0,00	0,00	0,00	5.985,85	17.991,37	25.000,00
Transferencia da LC 61/1989	5.351,33	4.780,66	4.458,13	4.927,66	4.983,35	4.816,46	4.876,10	5.598,98	5.691,58	4.370,16	6.592,58	3.537,48	59.984,47	170.000,00
Transferencia do FUNDEB	494.575,74	391.115,32	361.564,79	375.141,09	421.473,89	394.121,51	421.141,84	394.976,74	445.322,49	431.268,23	379.515,71	442.636,99	4.952.854,34	4.469.400,00
Outras Transferencia Correntes	272.326,70	295.920,98	332.114,05	299.134,38	250.692,44	255.919,80	304.027,99	564.617,38	234.648,96	332.198,13	706.639,05	426.338,72	4.274.578,58	2.689.125,00
Outras Receitas Correntes	10.619,67	8.239,18	9.245,77	13.886,87	11.328,19	7.659,32	7.711,95	12.687,07	8.487,95	15.662,14	17.179,21	19.489,69	142.197,01	241.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>197.519,47</b>	<b>179.141,61</b>	<b>150.719,83</b>	<b>159.005,08</b>	<b>155.380,12</b>	<b>165.766,64</b>	<b>189.429,19</b>	<b>262.420,14</b>	<b>136.647,79</b>	<b>228.257,23</b>	<b>158.598,50</b>	<b>179.497,70</b>	<b>2.162.383,30</b>	<b>973.000,00</b>
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	197.519,47	179.141,61	150.719,83	159.005,08	155.380,12	165.766,64	189.429,19	262.420,14	136.647,79	228.257,23	158.598,50	179.497,70	2.162.383,30	973.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.695.142,02</b>	<b>1.481.286,25</b>	<b>1.343.325,44</b>	<b>1.371.870,40</b>	<b>1.338.963,45</b>	<b>1.442.138,49</b>	<b>1.592.209,01</b>	<b>2.415.409,95</b>	<b>1.100.726,96</b>	<b>1.583.070,07</b>	<b>1.804.896,28</b>	<b>1.677.521,20</b>	<b>18.846.559,52</b>	<b>18.068.950,00</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

LUDUVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPALCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	272.510,98	264.172,63	98,28	8.240,07	-	702.335,90	451.930,34	451.930,34	3,50	250.402,06
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	137.828,05	136.718,20	0,00	1.109,85	0,00	443.312,77	234.524,28	234.524,28	0,00	208.788,49
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	137.828,05	136.718,20	0,00	1.109,85	0,00	443.312,77	234.524,28	234.524,28	0,00	208.788,49
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANC E ADOLESC DE LEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.376,57	1.376,57	1.376,57	0,00	0,00
FUNDO MUN. CRIANÇA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.376,57	1.376,57	1.376,57	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.367,06	18.367,06	18.367,06	0,00	0,00
FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.367,06	18.367,06	18.367,06	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS	0,00	20.048,25	19.335,73	0,00	712,52	0,00	220.400,53	178.955,06	178.955,06	0,00	41.445,47
FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	0,00	20.048,25	19.335,73	0,00	712,52	0,00	220.400,53	178.955,06	178.955,06	0,00	41.445,47
HOSPITAL MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO - LEBON F	0,00	114.634,68	108.118,70	98,28	6.417,70	0,00	18.878,97	18.707,37	18.707,37	3,50	168,10
HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO	0,00	114.634,68	108.118,70	98,28	6.417,70	0,00	18.878,97	18.707,37	18.707,37	3,50	168,10
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>272.510,98</b>	<b>264.172,63</b>	<b>98,28</b>	<b>8.240,07</b>	<b>0,00</b>	<b>702.335,90</b>	<b>451.930,34</b>	<b>451.930,34</b>	<b>3,50</b>	<b>250.402,06</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

LUDOVINO LABAS	CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHI	ADAIR DA SILVA MATTOS	SERGIO INHAIA
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-	CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Fev 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.246.758,04	2.179.312,86	2.109.896,27
DEDUÇÕES (II)	2.504.394,03	2.473.761,53	3.264.565,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.776.905,01	2.662.581,01	3.469.267,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-50,93
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	272.510,98	188.819,48	204.651,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-257.635,99	-294.448,67	-1.154.669,33
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-257.635,99</b>	<b>-294.448,67</b>	<b>-1.154.669,33</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-860.220,66</b>	<b>-897.033,34</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>877.637,74</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Fev 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>18.056.789,30</b>	<b>3.467.941,17</b>	<b>6.142.498,38</b>	<b>5.693.376,06</b>
Receita Tributária	691.264,30	119.115,93	169.137,54	155.271,23
I.P.T.U.	100.000,00	31.823,88	31.964,87	17.878,52
I.S.S.	200.000,00	17.211,06	32.877,42	37.264,86
I.T.B.I.	80.000,00	8.724,82	13.913,58	18.005,86
I.R.R.F.	117.748,40	4.674,52	9.509,46	19.790,53
Outras Receitas Tributárias	193.515,90	56.681,65	80.872,21	62.331,46
Receita de Contribuição	180.000,00	4.638,83	7.416,42	77.315,58
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	180.000,00	4.638,83	7.416,42	77.315,58
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	12.160,70	14.476,31	23.716,13	43.212,14
(-) Aplicações Financeiras	12.160,70	14.476,31	23.716,13	43.212,14
Transferências Correntes	16.944.525,00	3.307.517,51	5.905.125,43	5.404.398,18
F.P.M.	5.742.000,00	786.767,34	1.708.959,20	1.869.497,77
I.C.M.S.	3.572.000,00	481.444,82	970.168,65	924.434,47
Convênios	12.205,00	38.062,00	38.062,00	0,00
Outras Transferências Correntes	7.618.320,00	2.001.243,35	3.187.935,58	2.610.465,94
Demais Receitas Correntes	241.000,00	36.668,90	60.818,99	56.391,07
Dívida Ativa	61.000,00	18.479,20	31.436,70	16.488,30
Diversas Receitas Correntes	180.000,00	18.189,70	29.382,29	39.902,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>31.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)	80,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	30.550,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	420,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	420,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>18.057.209,30</b>	<b>3.467.941,17</b>	<b>6.142.498,38</b>	<b>5.693.376,06</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>17.016.254,40</b>	<b>2.616.442,23</b>	<b>4.862.742,12</b>	<b>4.604.168,07</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.216.360,00	1.471.738,37	3.047.705,37	3.138.348,47
Juros e Encargos da Dívida (IX)	351.000,00	53.374,38	165.000,19	98.588,45
Outras Despesas Correntes	7.448.894,40	1.091.329,48	1.650.036,56	1.367.231,15
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>16.665.254,40</b>	<b>2.563.067,85</b>	<b>4.697.741,93</b>	<b>4.505.579,62</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>2.079.931,46</b>	<b>81.830,31</b>	<b>150.792,69</b>	<b>245.256,03</b>
Investimentos	1.568.931,46	12.204,11	15.422,11	190.156,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	511.000,00	69.626,20	135.370,58	55.099,74
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.568.931,46</b>	<b>12.204,11</b>	<b>15.422,11</b>	<b>190.156,29</b>

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>10.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>18.244.185,86</b>	<b>2.575.271,96</b>	<b>4.713.164,04</b>	<b>4.695.735,91</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-186.976,56</b>	<b>892.669,21</b>	<b>1.429.334,34</b>	<b>997.640,15</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>819.209,30</b>

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>577.478,40</b>	<b>577.478,40</b>	<b>95.459,05</b>	<b>142.850,30</b>	<b>24,74</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	155.000,00	155.000,00	60.563,38	79.260,07	51,14
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	100.000,00	100.000,00	31.964,87	31.964,87	31,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	1.456,05	1.758,52	7,03
Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	18.479,20	31.436,70	104,79
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	8.663,26	14.099,98	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	80.000,00	80.000,00	8.724,82	13.913,58	17,39
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	80.000,00	80.000,00	8.724,82	13.913,58	17,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	225.000,00	225.000,00	21.496,33	40.167,19	17,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	200.000,00	200.000,00	21.496,33	40.167,19	20,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	117.478,40	117.478,40	4.674,52	9.509,46	8,09
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	117.478,40	117.478,40	4.674,52	9.509,46	8,09
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>10.769.000,00</b>	<b>10.769.000,00</b>	<b>1.690.483,24</b>	<b>3.515.010,33</b>	<b>32,64</b>
2.1- Cota-Parte FPM	6.372.000,00	6.372.000,00	983.459,10	2.136.198,88	33,52
2.2- Cota-Parte ICMS	3.872.000,00	3.872.000,00	601.805,81	1.212.710,39	31,32
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	5.985,85	5.985,85	23,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	170.000,00	170.000,00	10.130,06	20.191,80	11,88
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	3.344,26	7.172,34	14,34
2.6- Cota-Parte IPVA	270.000,00	270.000,00	85.758,16	132.751,07	49,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8- Cota-Parte IPI - Exportação União	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.346.478,40</b>	<b>11.346.478,40</b>	<b>1.785.942,29</b>	<b>3.657.860,63</b>	<b>32,24</b>
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>600.010,00</b>	<b>600.010,00</b>	<b>755.468,23</b>	<b>867.864,24</b>	<b>144,64</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	360.000,00	360.000,00	85.404,34	197.800,35	54,94
5.2- Outras Transferências do FNDE	240.010,00	240.010,00	670.063,89	670.063,89	279,18
5.3- Aplicações Financeiras dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO</b>	<b>45,00</b>	<b>45,00</b>	<b>38.062,00</b>	<b>38.062,00</b>	<b>84582,22</b>
6.1- Transferências de Convênios	45,00	45,00	38.062,00	38.062,00	84582,22
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>42.015,00</b>	<b>42.015,00</b>	<b>37.745,78</b>	<b>59.460,33</b>	<b>141,52</b>
<b>9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>642.070,00</b>	<b>642.070,00</b>	<b>831.276,01</b>	<b>965.386,57</b>	<b>150,36</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>973.000,00</b>	<b>973.000,00</b>	<b>338.096,20</b>	<b>703.001,22</b>	<b>72,25</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.1)	630.000,00	630.000,00	196.691,76	427.239,68	67,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.2)	300.000,00	300.000,00	120.360,99	242.541,74	80,85
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	1.197,17	1.197,17	23,94
10.6- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.5)	10.000,00	10.000,00	668,83	1.434,43	14,34
10.7- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.6)	26.000,00	26.000,00	17.151,46	26.549,88	102,11
10.7- Cota-Parte IPI - Exportação União Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.8)	2.000,00	2.000,00	2.025,99	4.038,32	201,92
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>4.475.400,00</b>	<b>4.475.400,00</b>	<b>824.740,58</b>	<b>1.703.434,97</b>	<b>38,06</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.469.400,00	4.469.400,00	822.152,70	1.698.743,42	38,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	2.587,88	4.691,55	0,13
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>3.496.400,00</b>	<b>3.496.400,00</b>	<b>484.056,50</b>	<b>995.742,20</b>	<b>28,48</b>
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
<b>13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>3.400.000,00</b>	<b>3.400.000,00</b>	<b>506.097,73</b>	<b>1.113.588,63</b>	<b>32,75</b>
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	506.097,73	1.113.588,63	32,75
<b>14- OUTRAS DESPESAS</b>	<b>1.075.400,00</b>	<b>1.075.000,00</b>	<b>162.837,81</b>	<b>308.920,49</b>	<b>0,00</b>
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	7.866,62	16.941,86	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	975.400,00	975.000,00	154.971,19	291.978,63	0,00
<b>15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)</b>	<b>4.475.400,00</b>	<b>4.475.000,00</b>	<b>668.935,54</b>	<b>1.422.509,12</b>	<b>31,79</b>
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					<b>VALOR</b>
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13 - 18 / 11) x 100					<b>65,37</b>
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					<b>VALOR</b>
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					225.009,30
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012					66.722,21

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100



22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>1</sup>	2.576.500,00	2.576.500,00	353.705,33	725.068,61	28,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	366.020,00	366.020,00	38.706,36	52.739,28	14,41
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	7.866,62	16.941,86	16,94
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	266.020,00	266.020,00	30.839,74	35.797,42	13,46
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.680.900,00	6.680.900,00	831.019,41	1.625.726,11	24,33
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.375.400,00	4.375.400,00	661.068,92	1.405.567,26	32,12
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.305.500,00	2.305.500,00	169.950,49	220.158,85	9,55
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.127.920,00	7.127.920,00	869.725,77	1.678.465,39	23,55
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				995.742,20	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50)				4.691,55	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB				0,00	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				0,00	
36- CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO				0,00	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				1.000.433,75	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)				678.031,64	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO <sup>3</sup> [(38) / (3)] x 100%				18,54	

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	360.000,00	360.000,00	81.155,79	85.540,81	23,76
42- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	269.280,00	744.840,00	89.430,72	89.430,72	12,01
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (40 + 41 + 42 + 43)	629.280,00	1.104.840,00	170.586,51	174.971,53	15,84
45- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (29 + 44)	7.757.200,00	8.232.760,00	1.040.312,28	1.853.436,92	22,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	225.009,30
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.698.743,42
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.428.998,82
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	4.691,55
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	499.445,45

FONTE:

<sup>1</sup> Caput do artigo 212 da CF/1988<sup>2</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>3</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

LEBON RÉGIS, 22/05/2013

LUDOVINO LABAS  
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretaria de Adm. e FinançasSERGIO INHAIA  
Controlador InternoADAIR DA SILVA MATTOS  
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	80,00	0,00		80,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.079.931,46	150.792,69	0,00	1.929.138,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.079.931,46	150.792,69	0,00	1.929.138,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.079.851,46	-150.792,69		-1.929.058,77

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINAN

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.550,00	0,00	30.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.550,00	0,00	30.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>30.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.550,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	13.550,00	0,00	0,00	13.550,00
Investimentos	13.550,00	0,00	0,00	13.550,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.550,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.346.748,40	11.346.748,40	3.657.860,63	32,24
Impostos	497.748,40	497.748,40	95.555,10	19,20
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	100.000,00	100.000,00	31.964,87	31,96
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	80.000,00	80.000,00	13.913,58	17,39
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	200.000,00	200.000,00	32.877,42	16,44
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	117.748,40	117.748,40	9.509,46	8,08
Outros Impostos	0,00	0,00	7.289,77	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	80.000,00	80.000,00	47.295,20	59,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	25.000,00	25.000,00	1.758,52	7,03
Dívida Ativa dos Impostos	55.000,00	55.000,00	31.436,70	57,16
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	0,00	0,00	14.099,98	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.769.000,00	10.769.000,00	3.515.010,33	32,64
Da União	6.457.000,00	6.457.000,00	2.149.357,07	33,29
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	6.372.000,00	6.372.000,00	2.136.198,88	33,52
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	50.000,00	50.000,00	7.172,34	14,34
Transf. Finan. ICMS - Desoneração LC 87/96	25.000,00	25.000,00	5.985,85	23,94
Outras Transferências da União	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Do Estado	4.312.000,00	4.312.000,00	1.365.653,26	31,67
Cota-Parte do ICMS	3.872.000,00	3.872.000,00	1.212.710,39	31,32
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	170.000,00	170.000,00	20.191,80	11,88
Cota-Parte do IPVA	270.000,00	270.000,00	132.751,07	49,17
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.706.570,00	1.706.570,00	376.606,52	22,07
Da União para o Município	1.706.570,00	1.706.570,00	376.606,52	22,07
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.046.681,60	5.046.681,60	2.131.747,36	42,24
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>18.100.000,00</b>	<b>6.166.214,51</b>	<b>34,07</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.429.778,40	3.429.778,40	1.259.204,77	36,71
Pessoal e Encargos Sociais	1.734.000,00	1.734.000,00	748.419,42	43,16
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.694.778,40	1.694.778,40	510.785,35	30,14
DESPESAS DE CAPITAL	169.310,00	416.853,86	2.437,00	0,58
Investimentos	169.310,00	416.853,86	2.437,00	0,58

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	169.310,00	416.853,86	2.437,00	0,58
Investimentos	169.310,00	416.853,86	2.437,00	0,58
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>3.599.088,40</b>	<b>3.846.632,26</b>	<b>1.261.641,77</b>	<b>32,80</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.599.088,40	3.846.632,26	1.261.641,77	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.706.570,00	1.706.570,00	384.859,49	30,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.706.570,00	1.706.570,00	384.859,49	30,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>1.892.518,40</b>	<b>2.140.062,26</b>	<b>876.782,28</b>	<b>69,50</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	163.623,46	101,78

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;<sup>2</sup> [(V - VI) / I]</b>	<b>23,97</b>
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.600.088,40	2.847.632,26	795.122,15	63,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	1.000.000,00	466.519,62	36,98
<b>TOTAL</b>	<b>3.600.088,40</b>	<b>3.847.632,26</b>	<b>1.261.641,77</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINA

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LEBON REGIS, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
ADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

\_\_\_\_\_  
SERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

Município de LEBON REGIS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO / 2013 A FEVEREIRO / 2013

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)		R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	-	-	18.100.000,00
Previsão Atualizada da Receita	-	-	18.100.000,00
Receitas Realizadas	3.482.417,48	-	6.166.214,51
Déficit Orçamentário	-	-	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	0,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	-	-	18.100.000,00
Creditos Adicionais	-	-	1.006.185,86
Dotação Atualizada	-	-	19.106.185,86
Despesas Empenhadas	3.757.604,35	-	6.513.903,27
Despesas Executadas	2.698.272,54	-	5.013.534,81
Despesas Liquidadas	2.698.273,54	-	5.013.534,81
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-	-	1.500.368,46
Superávit Orçamentário	-	-	1.152.679,70
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.757.604,35	-	6.513.903,27
Despesas Executadas	2.698.272,54	-	5.013.534,81
Despesas Liquidadas	2.698.273,54	-	5.013.534,81
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-	-	1.500.368,46
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		18.846.559,52	
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias (I)	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00		0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00		0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00		0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)
		% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	877.637,74	-1.093.444,29	-124,59%
Resultado Primário	819.209,30	1.429.334,34	174,48%
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre
			Pagamento Até o Bimestre
			Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	272.510,98	98,28	264.172,63
Poder Executivo	272.510,98	98,28	264.172,63
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	702.335,90	3,50	451.930,34
Poder Executivo	702.335,90	3,50	451.930,34
TOTAL	974.846,88	101,78	716.102,97
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	678.031,64	25%	18,54%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração dos Professores do Ensino Fundamental	1.113.588,63	60%	65,37%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00		80,00
Despesa de Capital Líquida	150.792,69		1.929.138,77
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício
			20º Exercício
			35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias (I)			
Despesas Previdenciárias (II)			
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias (IV)			
Despesas Previdenciárias (V)			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		30.550,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		13.550,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	876.680,50	15%	23,97%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP'S CONTRATADAS		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE	
Total das Despesas / RCL (%)		0,00	
FONTE:			

LEBON REGIS, 22/05/2013

LUDUVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPALADAIR DA SILVA MATTOS  
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASSERGIO INHAIA  
CONTROLADOR INTERNO

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Lei N.º 970/2013

LEI Nº 970, DE 22 DE MAIO 2013

"ESTABELECE AOS BENEFICIÁRIOS OS PERCENTUAIS E AS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO DO PMAQ-AB, CONCEDIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NA FORMA DA PORTARIA Nº 1654/2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ela, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Esta lei estabelece ao Poder Executivo e aos beneficiários, os percentuais e as condições de aplicação do INCENTIVO FINANCEIRO do PMAQ-AB, recebido de forma variável pelo Município do Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, instituído pela Portaria do Ministro de Estado da Saúde nº. 1.654, de 19 de julho de 2011, segundo a classificação de desempenho preconizada pelo art. 16 da referida Portaria.

Art. 2º O Poder Executivo aplicará o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB efetivamente recebido do Ministério da Saúde:

I - sob a forma de GRATIFICAÇÃO PMAQ-AB, concedido aos profissionais da saúde, integrantes da equipe certificada pelo Ministério da Saúde e inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) de forma proporcional à classificação de desempenho; e

II - em ações e aquisições destinadas à Atenção Básica.

Art. 3º Do total do valor efetivamente recebido do Ministério da Saúde a título de INCENTIVO FINANCEIRO:

I - 85% (oitenta e cinco por cento) serão divididos entre os profissionais de cada equipe de saúde da família cadastrada; e

II - 15% (quinze por cento) destinados a ações e aquisições destinadas à Atenção Básica.

Art. 4º Os profissionais beneficiários do INCENTIVO FINANCEIRO - PMAQ-AB e os percentuais de cada grupo de profissionais são:

I - Médicos - 20%. (vinte por cento);

II - Dentistas - 15% (quinze por cento);

III - Enfermeiros - 25% (vinte e cinco por cento);

IV - Técnicos de Enfermagem - 25% (vinte e cinco por cento); e

V - Para atender à Atenção Básica - 15% (quinze por cento).

Art. 5º O Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, concedido às equipes premiadas sob forma de gratificação não autoriza a incorporação ao vencimento, e depende dos recursos financeiros do Ministério da Saúde e desempenho da equipe da Atenção Básica ou Saúde Bucal, segundo a avaliação oficial.

Art. 6º O valor do Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado como Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável (PAB variável), segue as diretrizes fixadas pelo Ministério da Saúde na portaria 2.396, de 13 de outubro de 2011.

Art. 7º Para os Médicos e Enfermeiros da ESF que já recebem gratificação baseadas em leis anteriores (Lei nº 781/2010 e 815/2011), o valor será somado à gratificação PMAQ-AB, porém não incorporado a qualquer outra forma de reajuste salarial, gratificação ou vantagens, bem como, não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor, exceto tributação legal.

Art. 8º O valor a que cada profissional da ESF e Saúde Bucal receberá dependerá do valor repassado pelo Ministério da Saúde no exercício ou mês ficando condicionado às metas que deverão ser atingidas por cada equipe, ou seja, o valor poderá variar mensalmente.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 10º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Lei N.º 971/2013

LEI Nº 971, DE 22 DE MAIO DE 2013.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Função	27	Desporto e lazer	56.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	56.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Lazer	56.000,00
Projeto	1.041	Construção de Campo de Futebol - Centro	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	56.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			56.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com as seguintes classificações e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.000,00
Função	10	Saúde	56.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	56.000,00
Programa	0006	Saúde Com Excelência	56.000,00
Projeto	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	56.000,00



Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	56.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			56.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Lei N.º 972/2013

LEI Nº 972, DE 22 DE MAIO DE 2013.  
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	59.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	59.000,00
Função	12	Educação	29.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	29.000,00
Programa	0004	Educação É Tudo	29.000,00
Projeto/Atividade	1.005	Construção de Creche	29.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	29.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	29.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	29.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e Transferência de Impostos Educação	29.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	30.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	30.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Lazer	30.000,00
Projeto/Atividade	1.041	Construção de Campo de Futebol – Ribeirão dos Ovos	30.000,00

Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	30.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	1.0.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			59.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Função	12	Educação	30.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	30.000,00
Programa	0004	Educação É Tudo	30.000,00
Projeto/Atividades	2.004	Transporte Escolar - Ensino Infantil	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Imposto e Transferência de Impostos Educação	30.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	29.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	29.000,00
Função	20	Agricultura	29.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	29.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	29.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	29.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	29.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	29.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	29.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	29.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			59.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Lei N.º 973/2013

LEI Nº 973, DE 22 DE MAIO DE 2013.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação até o limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	12	Educação	25.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.000,00
Programa	0004	Educação É Tudo	25.000,00
Projeto/Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportiva Coberta	25.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	25.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	25.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			25.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	25.000,00
Função	12	Educação	25.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.000,00
Programa	0004	Educação É Tudo	25.000,00

Projeto/Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto	3.997,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.457,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.457,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.457,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	2.457,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.540,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	1.540,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.540,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	1.540,00
Projeto/Atividade	2.008	Transporte Escolar – Ensino Fundamental	21.003,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	21.003,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	21.003,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	21.003,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	21.003,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### Lei N.º 974/2013

LEI Nº 974, DE 22 DE MAIO DE 2013.

“INSERE MODIFICAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 269/2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica reduzida de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas a carga horária semanal do cargo de Assistente Social, constante no Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com a Lei Federal 12.317 de 26 de Agosto de 2010.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no “caput” deste artigo, ficam mantidos os vencimentos atribuídos ao referido cargo.  
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 22 de maio de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

**Contrato Nº 031/2013 - PMLL**  
**CONTRATO Nº 031/2013 - PMLL**

Contratação de empresa para prestação de serviço e aquisição de material, visando à recuperação das calhas e cobertura e a reforma do assoalho do Ginásio de Esportes do Núcleo Escolar Rio das Pedras, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 027/2013.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa MUNIZ DUARTE ENGENHARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Vinte e Quatro de Abril, nº 3002, Centro, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 13.512.119/0001-95, neste ato representada pelo Senhor Marciano Muniz, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 027/2013 - Processo de Licitação nº 035/2013, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Objetiva-se a contratação de empresa para prestação de serviço e aquisição de material, visando à recuperação das calhas e cobertura e a reforma do assoalho do Ginásio de Esportes do Núcleo Escolar Rio das Pedras, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 027/2013.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Materiais ou serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/07/2013, no Ginásio de Esportes do Núcleo Escolar Rio das Pedras.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, em até 30 (trinta) dias após prestação dos serviços/entrega dos materiais, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços e entregar os materiais ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços e a entrega dos materiais;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII, item I do Edital de Pregão Presencial nº 027/2013 - Processo de Licitação nº 035/2013.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços e Aquisição de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de maio de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Contratante

MARCIANO MUNIZ  
MUNIZ DUARTE ENGENHARIA LTDA ME  
Contratada

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

**RREO Anexo I - Balanço Orçamentário**  
 RREO Anexo I - Balanço Orçamentário

 Município de LEOBERTO LEAL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>15.357.150,00</b>	<b>15.356.717,00</b>	<b>1.495.078,99</b>	<b>9,74</b>	<b>3.128.818,07</b>	<b>20,37</b>	<b>12.227.898,93</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.177.150,00</b>	<b>11.176.717,00</b>	<b>1.495.078,99</b>	<b>13,38</b>	<b>3.128.818,07</b>	<b>27,99</b>	<b>8.047.898,93</b>
RECEITA TRIBUTARIA	352.700,00	352.700,00	79.772,79	22,62	143.480,81	40,68	209.219,19
IMPOSTOS	289.000,00	289.000,00	58.107,22	20,11	110.004,89	38,06	178.995,11
TAXAS	63.700,00	63.700,00	21.665,57	34,01	33.475,92	52,55	30.224,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	335.000,00	335.000,00	54.327,30	16,22	84.485,89	25,22	250.514,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	287.000,00	287.000,00	46.673,66	16,26	69.421,33	24,19	217.578,67
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação	48.000,00	48.000,00	7.653,64	15,95	15.064,56	31,38	32.935,44
RECEITA PATRIMONIAL	740.050,00	739.617,00	45.828,61	6,20	41.628,71	5,63	697.988,29
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	740.050,00	739.617,00	45.828,61	6,20	41.628,71	5,63	697.988,29
RECEITA DE SERVIÇOS	6.500,00	6.500,00	295,20	4,54	495,20	7,62	6.004,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.719.800,00	9.719.800,00	1.308.497,03	13,46	2.848.659,42	29,31	6.871.140,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.311.200,00	9.311.200,00	1.308.479,43	14,05	2.848.537,52	30,59	6.462.662,48
Transf. de Conv.	408.600,00	408.600,00	17,60	0,00	121,90	0,03	408.478,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.100,00	23.100,00	6.358,06	27,52	10.068,04	43,58	13.031,96
Multas e Juros de Mora	11.000,00	11.000,00	1.169,25	10,63	1.857,32	16,88	9.142,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	30,64	0,00	76,04	0,00	-76,04
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.100,00	12.100,00	206,57	1,71	784,99	6,49	11.315,01
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	4.951,60	0,00	7.349,69	0,00	-7.349,69
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>4.180.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.180.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.180.000,00	4.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.180.000,00	4.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180.000,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>94.440,84</b>	<b>17,17</b>	<b>139.935,56</b>	<b>25,44</b>	<b>410.064,44</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>550.000,00</b>	<b>550.000,00</b>	<b>94.440,84</b>	<b>17,17</b>	<b>139.935,56</b>	<b>25,44</b>	<b>410.064,44</b>
Receita de Contribuições	550.000,00	550.000,00	94.440,84	17,17	139.935,56	25,44	410.064,44
Contribuições Sociais	550.000,00	550.000,00	94.440,84	17,17	139.935,56	25,44	410.064,44
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>15.906.717,00</b>	<b>1.589.519,83</b>	<b>9,99</b>	<b>3.268.753,63</b>	<b>20,55</b>	<b>12.637.963,37</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>15.906.717,00</b>	<b>1.589.519,83</b>	<b>9,99</b>	<b>3.268.753,63</b>	<b>20,55</b>	<b>12.637.963,37</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.907.150,00	15.906.717,00	1.589.519,83	9,99	3.268.753,63	20,55	12.637.963,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	344.338,75	—	—	111.601,92	—	—
Superávit Financeiro	—	344.338,75	—	—	111.601,92	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>15.401.150,00</b>	<b>844.338,75</b>	<b>16.245.488,75</b>	<b>1.716.050,02</b>	<b>3.994.278,83</b>	<b>1.557.989,16</b>	<b>2.821.980,42</b>	<b>17,37</b>	<b>13.423.508,33</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.711.090,00</b>	<b>291.469,70</b>	<b>10.002.559,70</b>	<b>1.702.081,10</b>	<b>3.970.361,03</b>	<b>1.545.985,81</b>	<b>2.800.957,01</b>	<b>28,00</b>	<b>7.201.602,69</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.057.225,00	356.153,84	5.413.378,84	940.029,61	1.956.683,53	886.794,44	1.701.891,81	31,44	3.711.487,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.653.865,00	-64.684,14	4.589.180,86	762.051,49	2.013.677,50	659.191,37	1.099.065,20	23,95	3.490.115,66
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.535.060,00</b>	<b>552.869,05</b>	<b>5.087.929,05</b>	<b>13.968,92</b>	<b>23.917,80</b>	<b>12.003,35</b>	<b>21.023,41</b>	<b>0,41</b>	<b>5.066.905,64</b>
INVESTIMENTOS	4.535.060,00	552.869,05	5.087.929,05	13.968,92	23.917,80	12.003,35	21.023,41	0,41	5.066.905,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.148.000,00	0,00	1.148.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>506.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>506.000,00</b>	<b>92.484,64</b>	<b>182.593,21</b>	<b>92.484,64</b>	<b>182.593,21</b>	<b>36,09</b>	<b>323.406,79</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	506.000,00	0,00	506.000,00	92.484,64	182.593,21	92.484,64	182.593,21	36,09	323.406,79
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>844.338,75</b>	<b>16.751.488,75</b>	<b>1.808.534,66</b>	<b>4.176.872,04</b>	<b>1.650.473,80</b>	<b>3.004.573,63</b>	<b>17,94</b>	<b>13.746.915,12</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>844.338,75</b>	<b>16.751.488,75</b>	<b>1.808.534,66</b>	<b>4.176.872,04</b>	<b>1.650.473,80</b>	<b>3.004.573,63</b>	<b>17,94</b>	<b>13.746.915,12</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	264.180,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.907.150,00	844.338,75	16.751.488,75	1.808.534,66	4.176.872,04	1.650.473,80	3.268.753,63	17,94	13.746.915,12

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 279.746,81

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 20/05/2013

\_\_\_\_\_  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
WORLI JOSÉ KREUSCH  
Contador CRC-SC nº 14.520

\_\_\_\_\_  
DÉBORA VENTURIN  
Auditor de Controle Interno



**RREO Anexo II - Despesas por Função e Subfunção**

RREO Anexo II - Despesas por Função e Subfunção

Município de LEOBERTO LEAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	15.401.150,00	16.245.488,75	1.716.050,02	3.994.278,83	1.557.989,16	2.821.980,42	93,92	17,37	13.423.508,33
Legislativa	580.000,00	580.000,00	138.918,53	427.205,89	82.745,81	157.923,39	5,26	27,23	422.076,61
Ação Legislativa	580.000,00	580.000,00	138.918,53	427.205,89	82.745,81	157.923,39	5,26	27,23	422.076,61
Administração	1.395.500,00	1.387.668,62	180.733,96	599.528,70	199.347,28	373.104,26	12,42	26,89	1.014.564,36
Administração Geral	1.395.500,00	1.387.668,62	180.733,96	599.528,70	199.347,28	373.104,26	12,42	26,89	1.014.564,36
Assistência Social	523.600,00	566.070,26	85.680,59	194.539,44	88.825,05	149.966,09	4,99	26,49	416.104,17
Assistência ao Idoso	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	32.000,00	32.000,00	1.398,40	28.505,92	4.797,60	9.315,52	0,31	29,11	22.684,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	36.000,00	36.000,00	8.292,64	20.723,69	8.926,77	17.365,89	0,58	48,24	18.634,11
Assistência Comunitária	437.600,00	480.070,26	75.989,55	145.309,83	75.100,68	123.284,68	4,10	25,68	356.785,58
Previdência Social	572.000,00	572.000,00	105.663,40	182.521,27	104.363,40	181.221,27	6,03	31,68	390.778,73
Administração Geral	70.000,00	70.000,00	12.803,74	21.087,42	11.503,74	19.787,42	0,66	28,27	50.212,58
Previdência do Regime Estatutário	502.000,00	502.000,00	92.859,66	161.433,85	92.859,66	161.433,85	5,37	32,16	340.566,15
Saúde	2.583.110,00	2.750.951,65	401.700,85	908.009,25	322.916,68	647.091,01	21,54	23,52	2.103.860,64
Atenção Básica	2.523.760,00	2.691.538,28	401.700,85	907.137,92	322.916,68	646.219,68	21,51	24,01	2.045.318,60
Vigilância Sanitária	25.050,00	25.113,37	0,00	235,23	0,00	235,23	0,01	0,94	24.878,14
Vigilância Epidemiológica	34.300,00	34.300,00	0,00	636,10	0,00	636,10	0,02	1,85	33.663,90
Educação	3.275.377,00	3.871.268,82	339.340,28	789.575,41	345.395,66	643.776,49	21,43	16,63	3.227.492,33
Alimentação e Nutrição	30.200,00	30.200,00	13.306,00	17.192,11	5.867,71	5.867,71	0,20	19,43	24.332,29
Ensino Fundamental	2.649.157,00	3.207.102,61	285.412,75	667.419,16	289.456,17	550.403,81	18,32	17,16	2.656.698,80
Ensino Médio	70.700,00	72.771,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.771,19
Ensino Superior	22.000,00	22.000,00	6.199,09	6.689,09	6.199,09	6.689,09	0,22	30,40	15.310,91
Educação Infantil	503.320,00	539.195,02	34.422,44	98.275,05	43.872,69	80.815,88	2,69	14,99	458.379,14
Cultura	80.000,00	80.000,00	1.056,30	2.069,79	1.356,78	2.069,79	0,07	2,59	77.930,21
Difusão Cultural	80.000,00	80.000,00	1.056,30	2.069,79	1.356,78	2.069,79	0,07	2,59	77.930,21
Urbanismo	846.060,00	854.896,37	29.835,02	50.400,64	23.864,60	38.638,68	1,29	4,52	816.257,69
Infra-Estrutura Urbana	675.000,00	675.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675.000,00
Serviços Urbanos	171.060,00	179.896,37	29.835,02	50.400,64	23.864,60	38.638,68	1,29	21,48	141.257,69
Agricultura	1.067.580,00	1.025.580,00	90.707,11	203.984,60	93.464,79	149.109,03	4,96	14,54	876.470,97
Extensão Rural	1.067.580,00	1.025.580,00	90.707,11	203.984,60	93.464,79	149.109,03	4,96	14,54	876.470,97

Continua 1/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	15.401.150,00	16.245.488,75	1.716.050,02	3.994.278,83	1.557.989,16	2.821.980,42	93,92	17,37	13.423.508,33
Transporte	2.104.923,00	2.169.053,03	323.997,59	536.116,83	267.212,55	428.903,96	14,28	19,77	1.740.149,07
Transporte Rodoviário	2.104.923,00	2.169.053,03	323.997,59	536.116,83	267.212,55	428.903,96	14,28	19,77	1.740.149,07
Desporto e Lazer	1.087.000,00	1.102.000,00	10.064,38	29.589,78	12.601,35	17.488,89	0,58	1,59	1.084.511,11
Desporto Comunitário	1.087.000,00	1.102.000,00	10.064,38	29.589,78	12.601,35	17.488,89	0,58	1,59	1.084.511,11
Encargos Especiais	131.000,00	131.000,00	8.352,01	70.737,23	15.895,21	32.687,56	1,09	24,95	98.312,44
Outras Transferências	131.000,00	131.000,00	8.352,01	70.737,23	15.895,21	32.687,56	1,09	24,95	98.312,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
RESERVA DO RPPS	1.148.000,00	1.148.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	506.000,00	506.000,00	92.484,64	182.593,21	92.484,64	182.593,21	6,08	36,09	323.406,79
Legislativa	38.000,00	38.000,00	6.900,68	9.265,63	6.900,68	9.265,63	0,31	24,38	28.734,37
Ação Legislativa	38.000,00	38.000,00	6.900,68	9.265,63	6.900,68	9.265,63	0,31	24,38	28.734,37
Administração	33.000,00	33.000,00	10.271,58	20.829,07	10.271,58	20.829,07	0,69	63,12	12.170,93
Administração Geral	33.000,00	33.000,00	10.271,58	20.829,07	10.271,58	20.829,07	0,69	63,12	12.170,93
Assistência Social	6.000,00	6.000,00	1.124,40	2.170,22	1.124,40	2.170,22	0,07	36,17	3.829,78
Assistência Comunitária	6.000,00	6.000,00	1.124,40	2.170,22	1.124,40	2.170,22	0,07	36,17	3.829,78
Saúde	110.000,00	110.000,00	27.552,04	54.455,40	27.552,04	54.455,40	1,81	49,50	55.544,60
Atenção Básica	110.000,00	110.000,00	27.552,04	54.455,40	27.552,04	54.455,40	1,81	49,50	55.544,60
Educação	205.000,00	205.000,00	30.944,81	65.311,31	30.944,81	65.311,31	2,17	31,86	139.688,69
Ensino Fundamental	172.000,00	172.000,00	28.441,63	59.660,29	28.441,63	59.660,29	1,99	34,69	112.339,71
Educação Infantil	33.000,00	33.000,00	2.503,18	5.651,02	2.503,18	5.651,02	0,19	17,12	27.348,98
Urbanismo	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Serviços Urbanos	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Agricultura	18.000,00	18.000,00	2.617,58	5.255,52	2.617,58	5.255,52	0,17	29,20	12.744,48
Extensão Rural	18.000,00	18.000,00	2.617,58	5.255,52	2.617,58	5.255,52	0,17	29,20	12.744,48

Continua 2/3

Município de LEOBERTO LEAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	506.000,00	506.000,00	92.484,64	182.593,21	92.484,64	182.593,21	6,08	36,09	323.406,79
Transporte	90.000,00	90.000,00	13.073,55	25.306,06	13.073,55	25.306,06	0,84	28,12	64.693,94
Transporte Rodoviário	90.000,00	90.000,00	13.073,55	25.306,06	13.073,55	25.306,06	0,84	28,12	64.693,94
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>15.907.150,00</b>	<b>16.751.488,75</b>	<b>1.808.534,66</b>	<b>4.176.872,04</b>	<b>1.650.473,80</b>	<b>3.004.573,63</b>	<b>100,00</b>	<b>17,94</b>	<b>13.746.915,12</b>

FONTE:

LEOBERTO LEAL, 20/05/2013

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

WORLI JOSÉ KREUSCH  
Contador CRC-SC nº 14.520

DÉBORA VENTURIN  
Auditor de Controle Interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RREO Anexo X - Dem. das Receitas e Despesas com MDE**

RREO Anexo X - Dem. das Receitas e Despesas com MDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

**CONTROLE DA ORIGEM DOS RECURSOS E DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO  
JANEIRO A ABRIL DE 2013****Aplicação em Educação de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de  
impostos (artigo 212 da CF)**

Componentes	Valor (R\$)	%
<b>1. RECEITAS</b>		
Receitas de Impostos e Transferências	2.848.838,71	
<b>2. DESPESAS</b>		
(+) Total de despesas liquidada com Educação Infantil - 365	86.466,90	
(+) Total de despesas liquidada com Ensino Fundamental - 361	610.064,10	
<b>( - ) Total das deduções com E. F. e E. I.</b>	<b>128.803,82</b>	
Despesas Empenhadas fonte: 00 - Ordinário	1.056,68	
Despesas Empenhadas fonte: 22 - Convênios	2.026,00	
Despesas Empenhadas fonte: 22 - Superavit Convênios	14.836,07	
Despesas Empenhadas fonte: 58 - Salário Educação	35.456,43	
Despesas Empenhadas fonte: 58 - Superavit Salário Educação	8.393,62	
Despesas Empenhadas fonte: 59 - PDDE	-	
Despesas Empenhadas fonte: 59 - Superavit PDDE	-	
Despesas Empenhadas fonte: 60 - PNAE	1.082,40	
Despesas Empenhadas fonte: 60 - Superavit PNAE	2.451,75	
Despesas Empenhadas fonte: 61 - PNATE	9.301,62	
Despesas Empenhadas fonte: 61 - Superavit PNATE	-	
Despesas Empenhadas fonte: 19 - Superavit FUNDEB	29.199,25	
Despesas Empenhadas fonte: 01 - Superavit R. Próprio	-	
Despesas passíveis de gloza para efeito de índice	25.000,00	
(+) Perdas com o FUNDEB	189.270,28	
( - ) Rendimentos de aplicações de recursos do FUNDEB	811,56	
Total de Despesas para efeito de cálculo	756.185,90	<b>26,54</b>
Valor mínimo de 25% das Receitas de Impostos	712.209,68	25,00%
<b>Valor acima do Limite (25%).....</b>	<b>43.976,22</b>	

**% das Receitas do FUNDEB com pagamento de Profissionais do Magistério.**

<b>1. RECEITAS</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB - Fonte 18 e 19	359.311,96	100,00
<b>2. DESPESA</b>		
Pago de Prof. do Magistério em efetivo Exercício - Fonte 18	256.566,36	<b>71,40</b>

Leoberto Leal, 30 de abril de 2013.

**TATIANE D. A. DA CUNHA**

Prefeita Municipal

**WORLI J. KREUSCH**

Contador

**CILENI R. G. DA CUNHA**

Sec. Munic. de Educação

**DÉBORA VENTURIN**

Auditor de Controle Interno

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Público 02/2013

EDITAL PARA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2013.

PÚBLICA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2013.

O Prefeito Municipal, Senhor PEDRO ARI PARIZOTTO juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 02/2013, do município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes foram conferidas, torna Público para o conhecimento dos interessados, o resultado final do Processo em epígrafe, conforme segue:

#### I – Agente de Serviços Gerais

Classificação	N.º Inscrição	Identificação do candidato	Nota
1º	08	Susana Veloso da Silva	10,0
2º	06	Silvana de Quadra	10,0
3º	09	Dirlei Maria Nicolao Pelisser	10,0
4º	01	Fabiane Dalla Costa	9,0
5º	10	Saionara de Fátima Campagna	9,0
6º	03	Luana Petroski	9,0
7º	12	Angélica Von Dents	9,0
8º	05	Loreni Lodi Zuanazzi	8,0
9º	02	Cleusa Maria Von Dentz	4,0
10º	13	Elenir Von Dentz Deresz	1,0

Lindóia do Sul (SC), 23 de maio de 2013.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

ELISANGELA BALBINOTO VICENTE JOANA CAROLINE SPRICIGO  
Presidente Membro

MARCIANE AGUSTINI  
Membro

Registra-se e Publica-se em data supra.

# Luzerna

## PREFEITURA

### Lei Complementar - 115 - Alteração do Quadro - Republicado por Incorreção

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO  
LEI COMPLEMENTAR Nº 115 de 07 de maio de 2013.

"EXTINGUE E CRIA EMPREGO PÚBLICO, CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E QUE ESPECIFICA NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica extinto assim que vagar o emprego público efetivo de Operador de Máquinas I, Nível 05 do GRUPO II - Atividade de Nível Operacional - ANO, do Anexo I - Tabela de Empregos de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.2º- Fica criado o emprego público efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas, Nível 05 no GRUPO II - Atividade de Nível Operacional - ANO, do Anexo I - Tabela de Empregos de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, passando o Anexo I, a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único - Fica inserida a descrição de atividades do emprego público de Operador de Máquinas Agrícolas no item 2.0. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO II - ATIVIDADE DE NÍVEL OPERACIONAL (ANO) - 2.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES NO ANEXO V - ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E EMPREGOS DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, conforme abaixo:

EMPREGO: Operador de Máquinas Agrícolas
GRUPO PROFISSIONAL: Atividade de Nível Operacional - ANO
ATRIBUIÇÕES: Operar máquinas agrícolas motorizadas para desenvolver atividades agrícolas utilizando implementos diversos, arados, grades, roçadeiras, pulverizadores, enxadas rotativas, sulcadoras plantadeiras, adubadoras, carretas e outros equipamentos similares. Operar máquinas agrícolas automotrizes. Executar pequenos serviços de mecânica e manutenção e reparos de emergência em máquinas agrícolas motorizadas. Zelar pela conservação e manutenção de máquinas agrícolas em geral. Anotar em mapa próprio os serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária - a hora de partida, percurso ou trabalho realizado e hora de chegada do trator. Verificar diariamente as condições de óleo, água, combustível, lubrificação, bateria, lanternas, faróis e rodas do trator. Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; executar outras tarefas afins.
REGIME DE TRABALHO: celetista
CARGA HORÁRIA: 44 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: séries iniciais do ensino fundamental e CNH de categoria compatível.

Art.3º - Fica ampliada em mais 01 (uma) vaga o emprego público de Contador, Nível 04, constante do GRUPO IV - Atividades de Nível Superior/ANS, do ANEXO I, do Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC), criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004.

Art.4º - Altera o Nível do emprego público de Motorista I de 04 para 06 e de Engenheiro Civil de 03 para 04.

Art.5º - Em decorrência da ampliação da vaga do emprego público de Contador, de que trata o art. 3º e da alteração de Nível do emprego público de Motorista I e de Engenheiro Civil, de que trata o art. 4º, o GRUPO II - Atividade de Nível Operacional - ANO e GRUPO IV - Atividades de Nível Superior - ANS do ANEXO I da Lei Complementar nº 035, de 18 de março de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO II			
Atividade de Nível Operacional - ANO			
01 - Agente Administrativo	07	A.B.C.D.	02
02 - Motorista I	06	A.B.C.D.	06
03 - Motorista II	07	A.B.C.D.	06
04 - Operador de Máquinas Agrícolas	03	A.B.C.D.	05
05 - Operador de Máquinas II	07	A.B.C.D.	07
06 - Auxiliar de Enfermagem	04	A.B.C.D.	03
07 - Auxiliar de Odontologia	02	A.B.C.D.	01
08 - Agente de Serviços Gerais	01	A.B.C.D.	06

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
GRUPO IV			
Atividade de Nível Superior - ANS			
01 - Assistente Social	02	A.B.C.D.	02
02 - Assessor Administrativo	01	A.B.C.D.	01
03 - Assessor Jurídico	01	A.B.C.D.	05
04 - Contador	02	A.B.C.D.	04
05 - Enfermeiro	02	A.B.C.D.	02
06 - Engenheiro Agrônomo	01	A.B.C.D.	02
07 - Engenheiro Civil	01	A.B.C.D.	04
08 - Fiscal de Tributos, Obras e Posturas	01	A.B.C.D.	01
09 - Médico Veterinário	01	A.B.C.D.	02
10 - Psicólogo	01	A.B.C.D.	02

Art.6º - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, Nível CC-1, Assessor de Indústria e Comércio, Nível CC-2, Diretor do Departamento de Fazenda, Nível CC-2, Diretor do Departamento de Administração, Nível CC-2, Chefe do

Departamento de Controle Interno, Nível CC-2, Chefe do Setor de Fiscalização e Tributação, Nível CC-1, Coordenador do Setor de Pessoal, Nível CC-0, Chefe do Setor de Saúde, Nível CC-1, Chefe do Setor de Bem Estar Social, Nível CC-1, Diretor do Departamento de Manutenção, Nível CC-2, Chefe do Setor de Ensino, Nível CC-1 e Chefe do Setor de Apoio e Controle Patrimonial, Nível CC-1, no Anexo III - Tabela de Cargos de Provimento em Comissão, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.7º - Ficam alterados os níveis dos cargos de provimento em comissão invertendo para ordem decrescente, passando o CC-1 a ser o mais elevado e cria os cargos de provimento em comissão de Assessor do Prefeito, Nível CC-2, Assessor Jurídico Sênior, Nível CC-1, Coordenador de Controle Interno, Nível CC-2, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Nível CC-1, Coordenador do Setor de Saúde, Nível CC-4, Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais - Nível CC-3, Coordenador do Setor de Manutenção, Nível CC-4, Coordenador do Centro de Eventos, Nível CC-4 e Chefe do Setor de Agricultura, Nível CC-3, passando o Anexo III - Tabela de Cargos de Provimento em Comissão, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO III TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor do Prefeito	01	CC-2	R\$ 2.860,41
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO			
Assessor de Planejamento	01	CC-2	R\$ 2.860,41
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico Sênior	01	CC-1	R\$ 4.828,62
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
Secretário da Fazenda e Administração	01	CC-1	R\$ 4.828,62
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC-1	R\$ 4.828,62
Gestor da Incubadora Tecnológica	01	CC-3	R\$ 2.218,35
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
Coordenador de Controle Interno	01	CC-2	R\$ 2.860,41
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL			
Secretário de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-1	R\$ 4.828,62



Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-2	R\$ 2.860,41
Coordenador do Setor de Saúde	01	CC-4	R\$ 1.686,69
Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais	01	CC-3	R\$ 2.218,35
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS			
Secretário de Obras e Serviços	01	CC-1	R\$ 4.828,62
Diretor do Departamento de Obras e Serviços	01	CC-2	R\$ 2.860,41
Coordenador do Setor de Manutenção	01	CC-4	R\$ 1.686,69
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 4.828,62
Diretor do Departamento de Educação	01	CC-2	R\$ 2.860,41
Chefe do Setor de Cultura	01	CC-3	R\$ 2.218,35
Chefe do Setor de Esportes	01	CC-3	R\$ 2.218,35
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-4	R\$ 1.686,69
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01	CC-1	R\$ 4.828,62
Chefe do Setor de Agricultura	01	CC-3	R\$ 2.218,35

Art.8º- Ficam inseridas as descrições de atividades dos cargos de provimento em comissão de Assessor do Prefeito, Assessor Jurídico Sênior, Coordenador de Controle Interno, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Coordenador do Setor de Saúde, Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais, Coordenador do Setor de Manutenção, Coordenador do Centro de Eventos e Chefe do Setor de Agricultura, no ANEXO VI - ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, conforme abaixo:

CARGO: Assessor do Prefeito

**ATRIBUIÇÕES:** assistir diretamente ao Prefeito no desempenho de suas atribuições, realizando a integração política e administrativa dos representantes das diversas unidades e órgãos da Administração; assistir ao Prefeito em suas relações político-administrativas com a população, órgãos e entidades públicas e privadas; assessorar o Prefeito em suas relações com a Câmara Municipal; realizar a coordenação da representação política e social do Prefeito e da política governamental do Município; coordenar, supervisionar e assegurar a execução do expediente e das atividades do Prefeito; transmitir e controlar o cumprimento das orientações, instruções e tarefas emanadas do Prefeito Municipal; dar apoio técnico e administrativo direto às unidades e órgãos vinculados ao Gabinete; zelar, em conjunto com a Assessoria Jurídica e a Coordenadoria de Controle Interno pela legalidade e legitimidade dos atos do Governo; resolver, quando autorizado pelo Prefeito, questões institucionais, com vistas a desonerar sua agenda; administrar as dependências do Gabinete; proceder à expedição e à publicação dos atos editados pelo Prefeito Municipal; realizar outras atividades diretamente delegadas ou determinadas pelo Prefeito Municipal e exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas em leis e regulamentos.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Assessor Jurídico Sênior

**ATRIBUIÇÕES:** chefiar a Assessoria Jurídica; sugerir ao Prefeito a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal que atente contra os ditames da Constituição Estadual e Federal; sugerir ao Prefeito, aos Secretários Municipais e Diretores de órgãos diretamente subordinados ao Chefe do Executivo e de entidades da administração descentralizada, se houver, providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público ou por necessidade da boa aplicação das leis vigentes; estabelecer, exercer e manter o relacionamento interinstitucional com órgão e entidades que atuam direta ou indiretamente na área de competência da Assessoria Jurídica; desistir, transigir, acordar, firmar compromissos, confessar, receber e dar quitação e exercer os demais poderes especiais nas ações em que o Município figurar, quando expressamente autorizado, por escrito, pelo Prefeito, ou por delegação de competência; representar o Município junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, requerendo a inscrição, transição ou averbação de título relativo ao imóvel do Patrimônio do Município; examinar as ordens e sentença judiciais cujo cumprimento envolva matéria de competência do Prefeito ou de outra autoridade do Município; prestar assessoria direta ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários; receber citações, intimações e notificações nas ações em que o Município for parte; despachar o expediente da Assessoria Jurídica com o Prefeito e entender-se com os demais Secretários Municipais sobre assuntos das respectivas pastas e relacionados com as atribuições da Assessoria Jurídica; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos desenvolvidos pela Assessoria Jurídica; autorizar, por delegação do Prefeito, a celebração de acordos em Processos Fiscais, mediante transação e compensação; opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos pelo Prefeito e pelos Secretários Municipais em Processos, expedientes ou papéis; exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas em leis e regulamentos.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Secretário de Desenvolvimento Econômico

**ATRIBUIÇÕES:** estabelecer e coordenar a execução das diretrizes básicas do desenvolvimento municipal nas áreas da indústria e do comércio; atuar no planejamento e desenvolvimento de projetos e programas de apoio e incentivo que estimulem a expansão da atividade econômica; executar projetos de incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial, de inovação e de prestação de serviços; implantar e desenvolver áreas industriais e de inovação; atuar junto ao Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico na definição de políticas públicas prioritárias e ações de desenvolvimento, expansão e crescimento do Município; implantar a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, mediante a concessão de incentivos econômicos para implantação, expansão e reativação de empreendimentos industriais em Luzerna, visando o desenvolvimento econômico-social; desenvolver e executar a política e o planejamento municipal de turismo; promover ações voltadas para o desenvolvimento turístico do Município; promover a divulgação dos potenciais turísticos do Município; incentivar a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento turístico do Município; promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social; incluir o Município no roteiro turístico do Estado; representar o Município nas promoções e atividades turísticas; identificar e viabilizar, em conjunto com outras Secretarias e unidades municipais, a infraestrutura básica necessária à prática do turismo; participar e promover feiras, congressos e outros eventos visando o desenvolvimento turístico e econômico do Município; implantar medidas facilitadoras do crescimento do turismo; fomentar as atividades referentes à inovação; promover ações e parcerias a fim de incentivar e promover projetos voltados relativos à área de inovação; gerenciar a Incubadora Tecnológica de Luzerna e exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Coordenador de Controle Interno

**ATRIBUIÇÕES:** Exercer no âmbito da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos a verificação dos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal, além de dar suporte técnico aos órgãos de execução da Prefeitura; elaborar as normas de Controle Interno para os atos da Administração a serem aprovadas por Decreto; propor ao Chefe do Poder Executivo, quando necessário, atualização e adequação das normas de Controle Interno para os atos da administração; programar e organizar auditorias na Prefeitura e em suas Unidades Administrativas; propor, quando necessário, auditorias nas entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos; emitir relatórios e pareceres sobre auditorias realizadas; elaborar e executar roteiros e programas de auditoria; avaliar o controle interno dos setores da Prefeitura Municipal; emitir parecer em relatórios elaborados por outras áreas, sempre que a Lei determinar; analisar e emitir relatório de processos/procedimentos encaminhados por Secretarias e Fundos da Prefeitura Municipal; realizar perícias e cálculos em processos encaminhados pela administração; realizar trabalho de análise na prestação de contas, sempre que solicitado; normatizar o acompanhamento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria; acompanhar, a implementação das recomendações do Controle Interno; solicitar, quando necessário, parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado sobre questões que exijam conhecimento específico, para fundamentar seu parecer; examinar a observância das normas ditadas pela legislação federal aplicável, da legislação estadual específica e das normas correlatas; manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais do Prefeito, com atestado do Chefe do Poder Executivo Municipal que tomou conhecimento das conclusões nela contidas; encaminhar ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Prefeito, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário ou evitar a ocorrência de falhas semelhantes; sugerir ao Chefe do Poder Executivo instauração de Tomada de Contas Especial, nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário; sugerir ao Chefe do Poder Executivo que solicite ao Tribunal de Contas a realização de auditorias especiais, quando necessário; sugerir ao Chefe do Poder Executivo a instauração de Processo Administrativo, nos casos de descumprimento de norma de controle interno caracterizada como grave infração à norma constitucional ou legal; dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Contas Especial realizadas, com indicação das providências adotadas ou a adotar para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas; programar e sugerir ao Chefe do Poder Executivo a participação de servidores em cursos de capacitação voltados para melhoria do controle interno; assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000; disciplinar, acompanhar e controlar as contratações de obras e serviços, observadas as normas pertinentes às licitações, previstas na legislação específica e exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Coordenador do Setor de Saúde

**ATRIBUIÇÕES:** Coordenar todos os trabalhos relacionados ao atendimento à saúde no Município, especialmente junto a Unidade de Saúde; orientar na execução das atividades e das metas relacionadas às políticas de atendimento à saúde; administrar, coordenar e fiscalizar todos os serviços relacionados com a prestação dos serviços de saúde no Município, inclusive administrar toda a parte de pessoal, horários de atendimento, materiais; atender e/ou encaminhar aos Órgãos competentes, de acordo com os assuntos agendados, todas as pessoas que solicitarem informações ou serviços; organizar as audiências com o Secretário, selecionando os pedidos, compilando e pesquisando dados dos assuntos relacionados com o setor; Promover e praticar todos os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saúde e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, pertinentes a orçamento, finanças, serviços gerais e pessoal; dirigir, orientar e supervisionar os serviços do Setor; coordenar a expedição e arquivos de ofícios, convites, solenidades e outros; coordenar e analisar a execução orçamentária; executar outras tarefas correlatas.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais

**ATRIBUIÇÕES:** atendimento e orientação às famílias beneficiárias de Programas Habitacionais; visitas domiciliares, reuniões; responsável pelos programas habitacionais, pela regularização fundiária, pelo cadastramento e monitoramento da demanda das moradias; gerenciamento da política habitacional do município, com a elaboração e o acompanhamento de projetos; coordenação e o acompanhamento do trabalho social, o apoio à consolidação dos projetos e o desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais construídos no processo de preparação das famílias habilitadas para ocupação e uso regular da moradia; promover estudos para melhorar as condições habitacionais da população de baixa renda; decidir de acordo com os critérios estabelecidos, a sistemática de cadastros da demanda potencial a ser beneficiada nos projetos de habitação popular; promover estudos voltados para os aspectos jurídicos dos programas habitacionais, visando o estabelecimento de programas

municipais direcionados à população de baixa renda; formular e discutir esquemas de organização capazes de viabilizar social e financeiramente os programas de habitação popular do município; coordenar e supervisionar as atividades de preparação e execução dos programas municipais de habitação voltados para o atendimento à população de baixa renda; coordenar o estudo e a experimentação de tecnologias alternativas que se adequem às condições do município e propiciem o barateamento do custo de construção; manter contatos e negociações com entidades que possam contribuir para viabilizar soluções alternativas de construção; promover por meio de publicação de manuais, cartilhas e outros veículos, a divulgação de conhecimentos sobre a construção popular; acompanhar a execução das obras e os serviços relativos à construção de casas populares; viabilizar o estabelecimento de parcerias técnicas nos assuntos específicos de cunho jurídico, engenharia e áreas afins, subsidiando técnica e legalmente as propostas de ação; criar uma estrutura de respaldo legal com conselho e fundo municipal

de habitação; programar, executar, avaliar os resultados dos projetos, programas e atividades da área social; propor medidas que objetivem melhorar a qualidade de vida da população necessitada, em condições de vulnerabilidade ou que integrem os grupos de terceira idade e outros grupos de trabalho criados pela Secretaria; ouvir e receber queixas, sugestões, proposições para a melhora dos programas ou a criação de outros; acompanhar, por solicitação do Prefeito Municipal, o atendimento de serviços prestados aos munícipes, dos seus cadastros e demais informações atinentes; receber, registrar e encaminhar internamente para os setores respectivos a solicitação dos cidadãos; supervisionar tecnicamente as atividades e projetos desenvolvidos pelos servidores subordinados a sua área; expedir instruções normativas de caráter técnico e administrativo no âmbito de sua área de atuação; conduzir as atividades operacionais e burocráticas; exercer encargos especiais que lhe forem cometidos pelo Secretário; propor ao Secretário as medidas que julgar convenientes para maior eficiência e aperfeiçoamento dos programas sociais; promover a integração e o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos materiais e financeiros necessários ao bom andamento dos trabalhos; reunir-se periodicamente com os subordinados, para avaliação dos trabalhos; organizar e coordenar a realização de seminários, fóruns e conferências, visando formular e avaliar os projetos sociais; orientar, acompanhar, e coordenar a execução dos programas sociais aprovados no Plano Plurianual pelo Conselho Municipal de Assistência Social; articular o entrosamento da rede de proteção e inclusão social do Município; desempenhar outras atividades afins.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Coordenador do Setor de Manutenção

**ATRIBUIÇÕES:** executar, coordenar e controlar as atividades de transporte da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos; manter registros que permitam o controle individual das despesas com veículos, produzindo relatórios periódicos; fiscalizar a execução de serviços de manutenção corretiva de veículos nas oficinas, elaborando demonstrativos das despesas correspondentes; estabelecer programas de manutenção preventiva, evitando a paralisação de veículos, máquinas e equipamentos e prevenindo custos excessivos; providenciar a regularização dos veículos, máquinas e equipamentos de acordo com a legislação em vigor; propor à Secretaria de Fazenda e Administração a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos; coordenar e controlar os trabalhos dos motoristas; estudar possibilidades e propor melhor alocação dos veículos por remanejamento e escalas de atividades; autorizar o abastecimento de combustível e lubrificantes dos veículos, máquinas e equipamentos, controlando e registrando o seu consumo; supervisionar e fiscalizar a aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle de veículos bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito; manter atualizado o cadastro de veículos e exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Coordenador do Centro de Eventos

**ATRIBUIÇÕES:** acompanhar e supervisionar o desenvolvimento de atividades culturais, artísticas, folclóricas, e eventos diversos realizados no Centro de Eventos São João Batista; valorizar e difundir as manifestações culturais da comunidade local; preservar e proteger o patrimônio artístico, arquitetônico, documental, ecológico e histórico do Centro de Eventos São João Batista; garantir o acesso da população aos diversos bens e manifestações culturais realizados no Centro de Eventos São João Batista, zelando, entretanto pela segurança e limpeza do local; proteger o patrimônio do Centro de Eventos São João Batista por meio de repressão aos danos e às ameaças ao patrimônio; exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

CARGO: Chefe do Setor de Agricultura

ATRIBUIÇÕES: estudar, coordenar e executar projetos e programas que visem o desenvolvimento racional das atividades ligadas à agricultura, pecuária, pesca, colocando-se como intermediário entre órgãos de esfera superior, objetivando viabilizar atividades de interesse coletivo, apoiar e colaborar, no escoamento, armazenamento e comercialização dos produtos; assessorar o Secretário na definição dos planos, programas e projetos setoriais da Secretaria; dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência do respectivo Departamento; opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências; colaborar com o Secretário na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho da Secretaria.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

Art.9º - Ficam alterados os níveis das funções gratificadas invertendo para ordem decrescente, passando o FG-1 a ser o mais elevado, extingue as funções gratificadas de Coordenador do Setor de Serviços Gerais, FG-1, Coordenador da Merenda Escolar, FG-2, Coordenador de Tecnologia de Informação, FG-2 e Coordenador do Setor de Licitação, FG-4, cria as funções gratificadas de Chefe do Setor de Tesouraria, Assistente de Controle e Distribuição de Merenda Escolar, Chefe do Setor de Contabilidade, Chefe do Setor de Compras, Chefe do Setor de Licitação, Chefe do Setor de Comunicação, Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano, Chefe do Setor de Tributação, Chefe do Setor de Tecnologia da Informação, Chefe do Setor de Vigilância Sanitária, Assistente dos Serviços de Jardinagem, Secretário da Junta do Serviço Militar, Assistente dos Serviços de Jardinagem, Assistente dos Serviços de Sinalização Viária, passando o Anexo IV - Funções Gratificadas, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO IV FUNÇÕES GRATIFICADAS

Funções Gratificadas	Título	Valor
FG1	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 505,44
FG1	Coordenador dos ESF	R\$ 505,44
FG2	Coordenador do CRAS	R\$ 392,00
FG2	Assistente de Controle e Distribuição de Merenda Escolar	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Contabilidade	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Compras	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Licitação	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Comunicação	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 392,00
FG2	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 392,00
FG3	Secretário da Junta do Serviço Militar	R\$ 230,00
FG3	Assistente dos Serviços de Jardinagem	R\$ 230,00
FG3	Assistente dos Serviços de Sinalização Viária	R\$ 230,00

Art.10- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2013.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### PML.56 13 - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso - Roça Grande

Contrato pml.056.13

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA ROÇA GRANDE

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, neste Município de Luzerna(SC), autorizado pela Lei nº 935 de 09 de novembro de 2010, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA ROÇA GRANDE, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.874.997/0001-24, com sede neste Município de Luzerna(SC), representada por seu Presidente, RICARDO DILDEY, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o nº 448.260.289-20 e portador da Cédula de Identidade nº 1.709.863, residente e domiciliado na Linha Roça Grande, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CONCESSIONÁRIA, com fundamento na Lei nº 1.102 de 16/04/2013, têm entre si justo e acertado o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:  
CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a outorga à CONCESSIONÁRIA do uso gratuito de um terreno rural situado na Estrada Estadual Joaçaba-Água Doce, na localidade de Roça Grande, no Município de Luzerna(SC), com área de 2.481,37cm² (dois mil, quatrocentos e oitenta e um metros e trinta e sete centímetros quadrados), confrontando: FRENTE na extensão de 40 ms com a Estrada Joaçaba-Água Doce; FUNDOS na extensão de 40 ms com terras de Ricardo Iagher, LADO DIREITO na extensão de 93 ms com terras de Domingos Turra e LADO ESQUERDO na extensão de 50 ms com uma estrada carroçável; e prédio de alvenaria medindo 83,20cm² (oitenta e três metros e vinte centímetros quadrados), constituído de uma sala de aula, cozinha e instalações sanitárias, nas condições em que se encontra, devidamente registrado sob nº AV.3-1.649 no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

O CONCEDENTE entrega neste ato o imóvel descrito na Cláusula Primeira, mediante a assinatura do presente Contrato.

Parágrafo Único - A CONCESSIONÁRIA administrará, usará e fruirá o bem ora transferido, como seu fosse, enquanto perdurar o presente Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com a finalidade exclusiva de utilização como Centro de Atividades da Associação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado se do interesse de ambas as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Constituem obrigações da CONCESSIONÁRIA:



- a) Utilizar o imóvel cedido única e exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do bem, mediante aluguel, sub-contrato, arrendamento ou qualquer outra forma, durante a vigência deste Contrato;
- b) Realizar as benfeitorias necessárias à destinação do imóvel, durante a vigência deste Contrato;
- c) Respeitar as normas referentes à higiene, segurança, ordem e costumes públicos.

**II - São obrigações do CONCEDENTE:**

- a) Não interferir na utilização do imóvel, durante a vigência deste Contrato, desde que, atendidas as disposições nele constantes.

**CLÁUSULA QUINTA  
DAS BENFEITORIAS**

As benfeitorias necessárias e permanentes realizadas no imóvel, objeto do presente Contrato, incorporar-se-ão ao imóvel, ficando a ele pertencente, e no caso de rescisão não podendo ser retiradas, não darão motivos à indenização.

**CLÁUSULA SEXTA  
DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES**

O presente instrumento poderá ser alterado, através de Termos Aditivos, bem como rescindido de comum acordo entre as partes, a qualquer tempo, pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pela alteração da destinação prevista e pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne materialmente inexequível, mediante notificação por escrito à parte inadimplente, com prova de recebimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA  
DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba(SC), com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste Contrato e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 22 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONCEDENTE

RICARDO DILDEY  
Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA ROÇA GRANDE  
CONCESSIONÁRIA

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Ana Caroline Diesel Deitos  
CPF: 045.550.639-61

2. \_\_\_\_\_  
Vali Carolina Spier  
CPF: 052.471.169-09

# Marema

**PREFEITURA****Contrato 0019/2013**

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA

Contrato nº: 019-2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: KNAPP e CIA LTDA

CNPJ/MF n. 76.376.375/0001-12

Finalidade: Serviços Especializados para perfuração e detonação de rocha - Incluindo fornecimento de mão-de-obra e material necessário para a execução dos serviços.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema(SC), Pessoa Jurídica de Direito Público, com inscrição no CNPJ/MF n. 78.509.072/0001-56, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Marema, Santa Catarina, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado KNAPP E CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua Osvaldo Cruz, 91, centro, Palmitos - Santa Catarina, devidamente inscrita no CNPJ/MF n. 76.376.375/0001-12, neste ato representado por seu representante abaixo assinado, ADELMIR HOLDEFER - CPF n. 783.103.509-53 e RG n. 5.528.410-5 brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado no endereço constante da empresa, abaixo assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Serviços especializados para perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de mão-de-obra e material necessário para a execução dos serviços, incluindo mão-de-obra e material especializado, com execução conforme solicitação e locais previamente definidos pela administração, num total de 600 metros lineares.

Parágrafo único - Os serviços serão executados conforme solicitação, em locais determinados pela Administração Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA - DO INICIO E PRAZO DE EXECUÇÃO.**

O prazo de inicio em até dez dias da autorização de fornecimento e termino de duração até 30 de dezembro de 2013 ou quando atingir as quantidades licitadas, independente de qualquer aviso ou notificação.

§ 1º - Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, desde que:

I - Houver alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, no caso o CONTRATANTE.

§ 3º - Em caso de não cumprimento do prazo estipulado, fora dos casos previstos o parágrafo primeiro desta cláusula, fica automaticamente rescindido o presente contrato, ficando o CONTRATADO, obrigado ao pagamento de multa estipulada neste contrato.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

Pagará a CONTRATANTE ao CONTRATADO, a quantia certa e total de R\$ 47,80 (reais) por metro linear, totalizando o presente contrato R\$ 28.680,00 (reais).

#### PARÁGRAFO UNICO - DO REAJUSTE DE PREÇOS

O preço contratado não sofrerá reajuste, salvo prévia concordância do CONTRATANTE, para que se mantenha o equilíbrio contratual.

#### CLAUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O pagamento será feito parcelado, de acordo com a execução dos serviços, mediante autorização do CONTRATANTE, bem como a apresentação do documento fiscal.

#### CLAUSULA QUINTA - DA REGULAMENTAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações

#### CLAUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Adjética Civil.

#### CLAUSULA SETIMA - DA RESCISAO

Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

V - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VI - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VII - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VIII - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

IX - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

X - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

§ 1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, recebendo o CONTRATADO somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a

qualquer título.

III - judicial, nos termos da legislação;

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### CLAUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

§ 1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 2º - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

§ 4º - O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

§ 5º - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.

#### CLAUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§ 1º O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º - A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 3º - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 4º - O CONTRATATO exige o CONTRANTE de qualquer responsabilidade, civil, moral, administrativa ou criminal pela execução do contrato.

#### CLAUSULA DECIMA - DA RETENCAO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

#### CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA DOTACAO ORÇAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária vigente, conforme segue:

- 08.0801.2.047.33903905000000

#### CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes da obra ou serviço.



**CLÁUSULA DÉC. TERCEIRA - DAS SANÇÕES**

O atraso injustificado na execução do contrato, inexecução total ou parcial da obra, sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, no percentual de 10% (Dez por Cento) do valor total Contratado.

§ 1º - A multa a que alude este artigo não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

I - A multa, aplicada será descontada da garantia do respectivo contrato;

II - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 2º - Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

§ 3º - A culpa é presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

**CLAUSULA DEC. QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL.**

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

Parágrafo único Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos deste contrato ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

**CLAUSULA DEC. QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - A sanção estabelecida nesta clausula é de competência exclusiva do CONTRATANTE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLAUSULA DEC. SEXTA - OBRIGACAO DO CONTRATADO.**

I - Iniciar os serviços na data da emissão da ordem de serviço, fornecida pelo CONTRATANTE, após a assinatura do contrato.

II - Permitir que os prepostos do CONTRATANTE inspecionem a

qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

III - Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitado qualquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais encargos e cominações legais, bem como apresentar as guias de pagamento de INSS e FGTS dos funcionários utilizado na execução da obra, para liberação final do pagamento, responsabilizando-se pelo recolhimento de todos os tributos.

VI - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que o CONTRATADO colocar a serviços, bem como com o próprio CONTRATADO.

XII - Iniciar e executar a obra no prazo previsto neste contrato, salvo prorrogações legalmente prevista;

XIII - Realizar a execução dos serviços mediante requisição.

Parágrafo Único - É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLAUSULA DEC. SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

a) Acompanhar os serviços realizados pelo CONTRATADO;

b) Efetuar o pagamento conforme condições na cláusula oitava;

c) Fornecer ordem de serviço para início dos trabalhos.

d) Fornecer o material utilizado na execução dos serviços.

**CLÁUSULA DEC. OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

I - Qualquer dúvida quanto ao caráter técnico ou legal na interpretação do presente Contrato serão atendido no endereço do CONTRATANTE.

II - A legislação aplicável à execução deste contrato e especialmente os casos omissos é a Lei 8.666/93 e suas alterações bem como a Legislação Adjetiva Civil.

III - O CONTRATADO deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de que é vinculado o presente contrato.

Parágrafo Único - A contratação é vinculada no Processo Administrativo Licitatório n. 0012/2013, na Modalidade de Pregão Presencial n. 0006/2013.

**CLAUSULA DEC. NONA - DAS DISPOSICOES FINAIS**

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.

VI - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do Edital, das sanções administrativas.

**CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E, por estarem as partes em plenos acordos, justos e contratados em tudo que se encontra lavrado neste instrumento particular, assinam o presente perante duas testemunhas, elaborado em três vias de igual forma e teor, destinando-se uma via para o CONTRATADO e as demais para o CONTRATANTE.

Marema, 08 de abril de 2013.

CONTRATANTE	CONTRATADO
Pref. Mun. De Marema	KNAPP E CIA LTDA
VALDOMIRO BEVILAQUA	CNPJ/MF n. 76.376.375/0001-12
Prefeito Municipal	Representante
	ADELMIR HOLDEFER

Testemunhas -

Assessoria Jurídica

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDEMIR TOMÉ

OAB/SC 8422

MINUTA

CONTRATO n. 019/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - KNAPP E CIA LTDA

CNPJ/MF n. 76.376.375/0001-12

OBJETO - Serviços especializado para perfuração e detonação de rocha.

VALOR TOTAL - R\$ 28.680,00 (reais)

PRAZO: até 30/12/2013

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 08 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

**Contrato 0020/2013**

SERVIÇO DE COBRANÇA VIA FICHA DE COMPENSAÇÃO

Contrato nº: 020-2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: Cooperativa de Crédito Maxi Alfa de Livre Admissão de Associados - SICOOB Maxicrédito/SC.

CNPJ/MF n. 78.825.270/0001-29

Finalidade: Serviços de Cobranças de Tributos, taxas, impostos municipais, receitas de serviços e pagamentos de fornecedores nos moldes de cobrança bancária, via ficha de compensação com códigos de barras, arquivos de retorno via transmissão de dados.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema(SC), Pessoa Jurídica de Direito Público, com inscrição no CNPJ/MF n. 78.509.072/0001-56, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Marema, Santa Catarina, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS - SICOOB MAXICRÉDITO/SC - CNPJ/MF n. 78.825.270/0001-29, com sede na sede matriz na rua Fernando Machado, 2608-D, por seu diretor administrativo ARI JOSÉ ROMAN - CPF n. 386.146.779-87, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e

aceitam a saber.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO a receber valores oriundos de contas, tributos, taxas e demais receitas devidas por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Contrato.

§ 1º: As agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência prevista no intróito, após a assinatura do presente Contrato, serão automaticamente incluídas no presente contrato de prestação de serviços.

§ 2º: Quando for utilizado sistema automatizado para captura de dados, o CONTRATADO fica autorizado a arrecadar em toda sua rede de agências.

§ 3º: Para os recebimentos realizados através de internet ou auto-atendimento, o CONTRATANTE aceita como comprovante de pagamento por parte dos contribuintes/consumidores/usuários, o lançamento de débito no extrato de conta corrente devidamente identificado ou recibo próprio.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O CONTRATANTE providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos contribuintes/consumidores/usuários, não podendo em hipótese alguma se utilizar dos serviços do CONTRATADO para tal finalidade.

§ 1º: Para emissão dos documentos de arrecadação, o CONTRATANTE deverá padronizar em um único formulário todas as suas contas, tributos e demais receitas, permitindo, assim, a automação dos serviços de arrecadação por parte do CONTRATADO e sensível redução dos custos ao CONTRATANTE.

§ 2º: Juntamente com o documento de arrecadação, deverá o CONTRATANTE incluir formulário a ser preenchido pelos contribuintes/consumidores/usuários, autorizando o débito automático em conta corrente da despesa apresentada para quitação, assim como das subseqüentes para fins de cadastramento tanto pelo CONTRATADO como pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O CONTRATADO não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

a) O documento de arrecadação for impróprio;

b) O documento de arrecadação conter emendas e/ou rasuras;

**CLÁUSULA QUARTA:** Os cheques apresentados para quitação dos documentos objeto deste Contrato, devem ser de emissão do próprio contribuinte/consumidor/usuário ou de terceiros, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

**Parágrafo Unico:** O CONTRATANTE, através deste Instrumento, outorga ao CONTRATADO poderes especiais para endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA:** O produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação" em nome do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEXTA:** O CONTRATADO repassará o produto da arrecadação conforme solicitado pelo CONTRATANTE.

§ 1º: O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do CONTRATANTE, mediante DOC (Documento de Crédito), ou TED (Transferência Eletrônica Disponível), a favor da conta nº 37-X da Agência 5423do Banco do Brasil, e 10709-3 da Agência 5423do Banco do Brasil de acordo com a solicitação estabelecido no caput desta Cláusula.

§ 2º: O produto da arrecadação diária não repassado no prazo determinado no caput desta Cláusula sujeitará o CONTRATADO a remunerar o CONTRATANTE do dia útil seguinte ao prazo previsto no caput desta Cláusula até o dia do efetivo repasse, com base na

variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil anterior ao do repasse, exceto quando da ocorrência de feriado, onde o CONTRATANTE mantém a centralização do repasse.

§ 3º: o caso de se constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento, o CONTRATADO comunicará o fato e solicitará reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência.

§ 4º: A restituição do valor repassado indevidamente será feita no prazo de dois dias úteis, contados da data da comunicação mencionada no Parágrafo Terceiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO tarifa de R\$ 1,70 (reais) por recebimento de documento com código de barras.

§ 1º: O CONTRATADO debitará em conta corrente, o valor correspondente às tarifas previstas no caput desta Cláusula.

§ 2º: O valor inicialmente contratado será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

§ 3º: Quando da prorrogação do contrato, serão adotados os mesmos procedimentos do Parágrafo Segundo para a atualização dos valores constantes da Cláusula Sétima.

**CLÁUSULA OITAVA:** O CONTRATANTE não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Bloqueto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.

**CLÁUSULA NONA:** Os documentos arrecadados ou o meio magnético serão colocados à disposição do CONTRATANTE no segundo dia útil após a arrecadação

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data da efetiva arrecadação, o CONTRATADO ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

**Parágrafo Único:** Na caracterização de diferenças caberá o CONTRATANTE o envio de cópia que originou a diferença, para verificação pelo CONTRATADO e regularização, se couber, no prazo previsto no caput desta Cláusula, contado a partir da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** O BANCO fica autorizado por este Instrumento a inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação, objeto deste Contrato, imediatamente após a validação do meio magnético pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** No caso de o CONTRATANTE ainda não ter adotado as sistemáticas constantes dos itens abaixo, a mesma compromete-se a:

- Adotar a sistemática de Débito Automático, através de troca de meio magnético;
- Adotar a sistemática de impressão do Código de Barras em todos os seus documentos de arrecadação;
- Estudar a possibilidade de emitir trimestral ou semestralmente, contas/faturas de valores mínimos;
- Distribuir o vencimento dos documentos de arrecadação, proporcionalmente ao longo do mês, por dia útil;
- Eliminar os centavos dos valores das contas, incluindo-os nas contas seguintes, quando atingirem valores inteiros.

**Parágrafo Único:** Na adoção da sistemática de Débito Automático por meio magnético pelo CONTRATANTE e CONTRATADO, serão

observados os procedimentos legais, conforme o caso, de comum acordo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimos aos contribuintes/consumidores/usuários, independentemente do vencimento, ficando sob a responsabilidade do CONTRATANTE a cobrança dos encargos devidos pelo cliente/usuário, com relação às faturas pagas com atraso, no mês subsequente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** O presente Contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2013, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

**Parágrafo Único:** O contrato poderá ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM da FGV dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** Quaisquer impostos ou taxas que venham a ser exigidos pelos Poderes Públicos, com base no presente contrato ou nos atos que forem praticados em virtude de seu cumprimento, serão suportados pelas partes conforme legislação em vigor.

**CLAUSULA DECIMA SETIMA:** O presente contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações

**CLAUSULA DECIMA OITAVA:** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Adjetiva Civil.

**CLAUSULA DECIMA NONA:**

Constituem motivo para rescisão do contrato:

- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;



XI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

§ 1º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, recebendo o CONTRATADO somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer título.

III - judicial, nos termos da legislação;

IV - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. CLAUSULA VIGÊZIMA: Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

§ 1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 2º - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

§ 4º - O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

§ 5º - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.

CLAUSULA VIG. PRIMEIRA: O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§ 1º O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º - A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 3º - O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 4º - O CONTRATADO exime o CONTRANTE de qualquer responsabilidade, civil, moral, administrativa ou criminal pela execução do contrato.

CLAUSULA VIG. SEGUNDA: Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária vigente, conforme segue: 03.01.2.004.3.3.90.39.99.00.00.00.

CLÁUSULA VIG. TERCEIRA: O atraso injustificado na execução do contrato, inexecução total ou parcial da obra, sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, no percentual de 10% (Dez por Cento) do

valor total Contratado.

§ 1º - A multa a que alude este artigo não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

I - A multa, aplicada será descontada da garantia do respectivo contrato;

II - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 2º - Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

§ 3º - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUSULA VIG. QUARTA: A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

Parágrafo único Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos deste contrato ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

CLAUSULA VIG. QUINTA: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - A sanção estabelecida nesta cláusula é de competência exclusiva do CONTRATANTE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLAUSULA VIG. SEXTA: São Obrigação do Contratado

I - Iniciar os serviços na data da emissão da ordem de serviço, fornecida pelo CONTRATANTE, após a assinatura do contrato.

II - Permitir que os prepostos do CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

III - Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitado qualquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais

encargos e cominações legais, bem como apresentar as guias de pagamento de INSS e FGTS dos funcionários utilizado na execução da obra, para liberação final do pagamento, responsabilizando-se pelo recolhimento de todos os tributos.

VI - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que o CONTRATADO colocar a serviços, bem como com o próprio CONTRATADO.

XII - Iniciar e executar a obra no prazo previsto neste contrato, salvo prorrogações legalmente prevista;

XIII - Realizar a execução dos serviços mediante requisição.

Parágrafo Único - É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLAUSULA VIG. SETIMA:** São obrigações do CONTRANTE

- a) Acompanhar os serviços realizados pelo CONTRATADO;
- b) Efetuar o pagamento conforme condições na cláusula setima;
- c) Fornecer ordem de serviço para início dos trabalhos.
- d) Fornecer o material utilizado na execução dos serviços.

**CLÁUSULA VIG. OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

Marema, 08 de abril de 2013.

<b>CONTRATANTE</b> Pref. Mun. De Marema <b>VALDOMIRO BEVILAQUA</b> Prefeito Municipal <b>ARI JOSÉ ROMAN</b>	<b>CONTRATADO</b> <b>SICOOB MAXICRÉDITO/SC</b> CNPJ/MF n. 78.825.270/0001-29 Representante
---	---

Testemunhas -

Assessoria Jurídica

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDEMIR TOMÉ

OAB/SC 8422

MINUTA

CONTRATO n. 020/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - SICOOB MAXICRÉDITO/SC

CNPJ/MF n. 78.825.270/0001-29

OBJETO - Serviços de cobrança de Tributos.

VALOR - R\$ 1,70 (reais) por boleto

PRAZO: até 30/12/2013

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 08 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

### Contrato 0021/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 021/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marema

CONTRATADA: VITTA TISSIANI MEDICINA LTDA

OBJETO: Elaboração e fornecimento PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do

Ambiente de Trabalho); e PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Vidal Ramos, 357 - Centro, inscrito no CNPJ nº 78.509.072/0001-56, representada nesse ato pelo Prefeito Municipal Sr. Valdomiro Bevilaqua, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Marema, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade.

**CONTRATADA:** VITTA TISSIANI MEDICINA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.673.293/0001-80, com sede na cidade de Xaxim, Estado do Santa Catarina, estabelecida na Avenida Plínio Arlindo de Nes, n. 1168, 2º andar, Centro, neste ato representada por seu sócio administrador abaixo assinado.

Têm entre si certa e ajustada a prestação dos serviços adiante especificados, com dispensa de licitação fundamentada no inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, pelo Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, mediante as seguintes condições.

### PRIMEIRA – DO OBJETO

Contração de empresa especializada em Medicina do Trabalho para prestação de serviço de orientação ao Município de Marema, com a elaboração e fornecimento (de forma impressa e digital) dos seguintes documentos: PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) com qualificação dos agentes insalubres; e PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

Item	Quant.	Descrição	R\$ Unitário	R\$ Total
01	01	PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) com qualificação dos agentes insalubres; e PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), SESMO WEB (Sistema Eletrônico de Segurança e Medicina Ocupacional).	R\$ 6,900,00	R\$6.900,00

O presente contrato tem por objeto a prestação do serviço de orientação e elaboração do CONTRATANTE da seguinte documentação:

I – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

II – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

III – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT;

IV – Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;

§ 1º Os documentos constantes dos itens I, II e III deverão ser elaborados em até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do presente contrato.

§ 2º Na hipótese de prorrogação deste ajuste, os documentos constantes dos itens I, II, III e IV deverão ser integralmente atualizados.

### SEGUNDA – DOS BENEFICIÁRIOS

Todos os servidores públicos municipais, individualmente, serão beneficiários do presente contrato.

### TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

I – A CONTRATADA obriga-se a fornecer, direta ou indiretamente, toda a mão-de-obra necessária ao fiel cumprimento do presente instrumento, respondendo por todas as obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias de seus funcionários, tais como salários, avisos prévios, licenças, férias, acidentes de trabalho, indenizações, décimo terceiro salário, contribuições previdenciárias (INSS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e demais contribuições incidentes sobre as relações de trabalho;

II – a CONTRATANTE não possui vínculo de qualquer natureza com os funcionários e/ou subordinados da CONTRATADA, que é única e exclusiva responsável pela remuneração dos mesmos;

III – a CONTRATADA fornecerá treinamento ao servidor municipal devidamente indicado pelo CONTRATANTE referente à Medicina e Segurança do Trabalho;

IV – Apresentar software integrado para gerenciar saúde e segurança ocupacional dos servidores do Município, que comporte capacidade para deter dados atinentes aos exames médicos, agendamento de consultas médicas, armazenar e gerar automaticamente o PPRA, PCMSO, PPP e LTCAT, com registros administrativos, ambientais e biológicos, geração de relatórios de exames complementares por função, de EPI, por setor, entre outros, responsabilizando-se pelo bom funcionamento do sistema, providenciando imediata assistência técnica que, por ventura, se fizer necessária.

#### QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – As medições sugeridas no PPRA, no PCMSO e no LTCAT serão efetuadas pelo CONTRATANTE, independentemente de qualquer ação da CONTRATADA;

II – Os equipamentos de proteção individual que forem sugeridos no PPRA deverão ser fornecidos pelo CONTRATANTE.

III – é obrigação do CONTRATANTE exigir o uso de equipamentos mencionados no item anterior.

IV – havendo necessidade, na elaboração do LTCAT, de análises laboratoriais para quantificar a concentração de agentes físicos, químicos, ergonômicos e/ou biológicos (poeiras, gases, metais, sílica, chumbo, arsênio, cobre, formol, etc.), o CONTRATANTE deverá arcar com as despesas que apenas poderão ser realizadas mediante autorização deste.

V – o CONTRATANTE fornecerá todas as informações necessárias para a execução dos Programas de Saúde e Segurança do Trabalho, tais como: relação de departamentos, setores, seções, descrições de funções detalhadas baseada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e composição de produtos químicos, quando houver.

#### QUINTA – DO PRAZO

O prazo de vigência deste contrato é de 60 dias, iniciando-se em 08 de abril de 2013 e terminando em 07 de junho de 2013, podendo ser prorrogado por igual período, mediante ajuste das partes contratantes.

#### SEXTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

O valor dos serviços contratados é de R\$ 6.900,00 (reais), a serem pagos em até 10 dias da apresentação da nota fiscal, mediante emissão de relatório de execução dos serviços emitido pela CONTRATADA.

#### SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato não haverá prorrogação.

#### OITAVA – DAS PENALIDADES

Na verificação de inexecução pela CONTRATADA, a Administração Municipal lhe imporá as penalidades previstas nos arts. 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se defesa a mesma.

#### NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
PROJ./ATIV.: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS  
ELEMENTO SINTÉTICO: 33900000

#### DÉCIMA – DO SESMO WEB

I – o SESMO WEB (Sistema Eletrônico de Segurança e Medicina Ocupacional) tem o fornecimento de sua licença condicionada a vigência do presente contrato.

II – Havendo rompimento deste contrato, o uso do SESMO WEB fica condicionado ao pagamento da manutenção, ficando isento do pagamento da licença ao fabricante;

III – Se o rompimento deste contrato for por iniciativa do CONTRATANTE, este deverá manifestar-se, no mesmo momento, seu interesse quanto à continuidade de uso do SESMO.

#### DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões referentes ao presente contrato, com expressa e forma renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem certos e ajustados, obrigando-se ao fiel e integral cumprimento deste contrato, firmam-se em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas infra-assinadas.

Marema, 08 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

VITTA TISSIANI MEDICINA LTDA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Visto em 08/04/2013  
Assessoria Jurídica

Minuta

CONTRATO nº 021/ 2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marema

CONTRATADA: Vitta Tissiani Medicina Ltda

OBJETO: Elaboração e fornecimento PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); e PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).

VALOR: R\$6.900,00

PRAZO: 08/04/2013 a 07/06/2013

Marema, 08 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

#### Contrato 0022/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº: 022/2013

Contratante: Município de Marema

CNPJ/MF n. 78.509.072/0001-56

Contratado: LENOIR TISSIANI JUNIOR

Finalidade: REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS, RETORNO AO TRABALHO, PERIODICOS DE MUDANÇA DE FUNÇÃO, AUDIOMETRIA OCUPACIONAL.

Que entre si fazem, de um lado O Município de Lajeado Marema(SC), Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrição no CNPJ/



MF n. 78.509.072/0001-56, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos, Marema (SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. José Antonio Marchetti, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa LEONIR TISSIANI JUNIOR, inscrita no CNPJ/MF n. 16.688.702/0001-40, com sede à Rua Gregório dos Santos, 600, centro, Abelardo Luz, doravante denominado de CONTRATADO, celebram o presente contrato de prestação de serviços, nos termos da Lei 8.666/93 atualizada, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente consiste em:

01. Realização de 158 consulta e exames admissional, demissional, retorno no trabalho, periódicos mudança de função.
02. Realização de 21 exame de audiometria ocupacional com inspeção técnicas relativas à Segurança no Trabalho e Indicação dos Equipamentos de Proteção Individual;

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRA

O presente contrato e firmado com suporte financeiro e orçamentário, com recursos próprios do Orçamento Municipal de 2013.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total dos serviços ora contratados será:

Realização de 158 consulta e exames admissional, demissional, retorno no trabalho, periódicos mudança de função será de R\$ 47,00 (reais) por consulta, totalizando R\$ 7.426,00 (reais)  
Realização de 21 exame de audiometria ocupacional com inspeção técnicas relativas à Segurança no Trabalho; Indicação dos Equipamentos de Proteção Individual, será de R\$ 20,00 (reais), totalizando R\$ 420,00

Total do Contrato é de R\$ 7.846,00 (reais)

#### CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

Os preços contratados não sofrerão reajustes

#### CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até dez dias da realização dos serviços, mediante Nota Fiscal e relatório.

#### CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

A vigência do presente contrato será da data de 08 de abril a 30 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

Em caso de prorrogação o reajuste será após 12 (doze) meses de vigência, pela variação acumulada pelos índices oficiais (IGPC ou outro de igual teor que venha substituí-lo).

#### CLAUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- I - Iniciar a prestação dos serviços quando da assinatura do contrato;
- II - Permitir que prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento do fornecimento da prestação dos serviços contratados;
- III - Fornecer ao Município sempre que solicitado, informações e/ou esclarecimentos sobre a prestação dos serviços contratados;
- IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários;
- V - Formar o quadro de pessoal necessário à execução do objeto contratado, pagando os salários às suas exclusivas expensas;
- VI - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço;
- VII - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera;

VIII - Cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas no presente contrato.

#### CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- I - Fiscalizar e controlar o início até a aceitação definitiva do objeto, exigindo uma perfeita adequação ao fornecimento dos serviços;
- II - Cumprir as obrigações Econômico-financeiras previstas na cláusula Segunda do presente contrato;
- III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas no presente contrato.

#### CLAUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei. A rescisão também poderá ocorrer por ato unilateral da CONTRATANTE, motivado e previsto em Lei, amigável, por acordo entre as partes, e judicial, nos termos da LEI.

#### PARAGRAFO UNICO - DA RESCISÃO.

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, sem a necessidade de qualquer justificativa ou prévio aviso.

#### CLAUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES:

A CONTRATADA estará sujeita as penalidades, por inadimplemento contratual, previstas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto contratado sem o consentimento prévio do CONTRATANTE, exceto mediante acordo escrito, obedecendo os limites legais permitidos;
- II - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito;
- III - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente à matéria à Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

#### CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal.

E por estarem justos e contratados, formam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marema/SC, 08 de abril de 2013.

Município de Marema  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
CONTRATANTE

Leonir Tissiani Junior  
CNPJ/MF n. 16.688.702/0001-40  
CONTRATADO

Testemunhas:

Ass. Jurídica  
Visto

Contrato n. 022/2013  
Contratante: Prefeitura Municipal de Marema  
Contratado: LEONIR TISSIANI JUNIOR

Objeto: Realização de Exames Admissionais  
Valor: R\$ 7.846,00 (reais)  
Prazo: até 30/12/2013

Marema, 08 de abril de 2013  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

**Contrato 0023/2013**

CONTRATO nº 023/2013

Contratante: O Município de Marema

Contratado: RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO REGIONAL LTDA

O Município de Marema (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.509.072/0001-56 com sede Administrativa na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Valdomiro Bevilaqua, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, residente e domiciliado em Marema, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO REGIONAL LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 12.665.060/0001-02, com sede na Av. São João Sul, 580, sala 2001, Faxinal dos Guedes, representada neste ato por seu sócio Administrador abaixo assinado, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato, é a contratação de empresa para prestação dos serviços de Consultoria à equipe Administrativa da Prefeitura Municipal, quando à apresentação de projetos, acompanhamento dos trâmites, entrega e protocolo de documentos, verificação da situação da documentação e solicitação de recursos, junto aos diferentes órgãos apoiadores e financiadores. Monitoramento dos repasses do Governo Federal ao Município, Acompanhamento das Emendas individuais e de bancada com apresentação de documentos e solicitações necessárias, com enfoque sobre as seguintes matérias:

- a) Levantamento das fontes de recursos e informações sobre os programas disponíveis. (Governo federal; Governo estadual; Autarquias; Empresas públicas; ONGs e demais organizações apoiadoras de projetos municipais, bem como para a realização de eventos de interesse municipal);
- b) Acompanhamento, orientação e assessoria na formulação das propostas de solicitação de recursos, na revisão e formatação de Planos de Trabalho, ofícios ou demais documentos necessários para o atendimento das finalidades da consultoria;
- c) Assessoria e suporte para o sistema de convênios do Governo Federal, disponibilizado via internet, denominado SICONV;
- d) Acompanhamento do andamento de todos os projetos apresentados, com envio de documentos quando necessário e solicitado;
- e) Articulação com gabinetes de parlamentares estaduais e federais para apoiar demandas apresentadas e protocoladas nos órgãos das diferentes esferas;
- f) Acompanhamento no andamento das Emendas individuais e de bancada, informando e orientando quando necessário a apresentação de documentos. Monitoramento e acompanhamento no empenho e no repasse financeiro correspondente.
- g) Monitoramento dos repasses do governo federal ao município, tais como: Transporte Escolar, Programa Saúde Família, Fundo Participação dos Municípios, Agentes Comunitários de Saúde, FUNDEB, CIDE, Bolsa Família, Salário Educação, dentre outros programas que o município recebe recursos das esferas Estaduais e Federais;
- h) Sistêmico controle da regularidade e situação da prefeitura municipal junto ao CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), CAUC (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios), e demais negativas e documentações necessárias para a regularização da prefeitura junto aos órgãos Federais e Estaduais para recebimento de recursos e manutenção da situação adimplente junto aos mesmos;
- i) Pesquisa via SIAF (Sistema integrado de Administração Financeira do Governo Federal) dos empenhos e pagamentos feitos pelo governo federal ao Município, com envio de respectivos relatórios;
- j) Interlocução com diferentes Agentes Financeiros para otimizar os prazos e agilizar o andamento dos procedimentos e a liberação

- de contratos de repasses e convênios do municípios;
- k) Articulação com os meios de comunicação social para publicação e divulgação das ações desenvolvidas pela administração municipal, valorizando as iniciativas do poder público;
  - l) Organização de visitas de autoridades do governo federal nos municípios, conforme necessidade e demanda;

**CLÁUSULA SEGUNDA - LOCAL FORMA E FORNECIMENTO**

Os serviços objeto da Cláusula primeira deste instrumento contratual serão prestados na sede do Contratante e/ou na sede do Contratado, conforme a conveniência da administração municipal.

- a) Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma;
- b) Disponibilizar uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria devida e nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.
- c) Fornecer equipamentos, dependências e serviços que se fizerem necessários para a execução dos serviços objetos deste contrato.
- d) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- e) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.
- f) Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto devendo ser entregue mensalmente para a CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1 - O presente contrato terá vigência de 09 meses, a inicia na assinatura do presente contrato até 15 de janeiro de 2014.

3.2 - O contrato poderá ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM da FGV dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL**

4.1. Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 40.500,00 (reais), em nove parcelas mensais e iguais de R\$ 4.500,00 (reais), sendo o pagamento efetuado até o 10º dia do mês subsequente a da prestação dos serviços.

4.2 Os valores contratados não sofreram reajustes.

4.3 O pagamento será efetuado mediante apresentação do respectivo documento fiscal.

4.4 Se o início ou o término deste contrato ocorrer em data que não coincida com o início ou o final do mês, o pagamento será efetuado de forma proporcional, descontando-se os dias que faltam para completar o mesmo.

4.5. As despesas decorrente do fornecimento do objeto deste contrato correrão à conta da Dotação - 03.0301.2004.33900000000000.33903501000000

4.6. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

4.7. Durante a vigência deste contrato a Contratada deverá apresentar as negativas de INSS e FGTS, assim como, outros documentos que forem solicitados para comprovarem o disposto no item anterior, sob pena de suspensão dos pagamentos.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mensal, mediante a apresentação do relatório das atividades efetuadas e da nota fiscal, cujo recebimento será atestado por servidor da Prefeitura e

o pagamento efetuado até o 10º dia do mês subsequente ao qual os serviços foram efetuados.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pela CONTRATANTE, através de agente por ela designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3 - O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pelo atraso injustificado na entrega do bem objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

8.1.1. multa de 0,1% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 05% (cinco por cento).

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato.

8.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em LEI.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

11.2. O presente contrato está vinculado no Processo Licitatório n. 0019/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0008/2013, em que a contratada foi vencedora.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim (SC) para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado

o presente termo em três vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Marema (SC), 15 de Abril de 2013.

Município de Marema

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

RI-SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO REGIONAL LTDA

CNPJ/MF n. 12.665.060/0001-02

Contratada

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_

Edemir Tomé

OAB/SC 8422

MINUTA

CONTRATO - n. 023/2012

CONTRATANTE - Município de Marema

CONTRATADO - RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO REGIONAL LTDA

OBJETO - Consultoria à Equipe Administrativa na Apresentação de Projetos

PRAZO - Até 15/01/2013

VALOR TOTAL - R\$ 40.500,00 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim.

Marema, 15 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

#### Contrato 0024/2013

SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS

Contrato: nº: 024/2013 de 15 de abril de 2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratado: RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

CNPJ/MF n. 08.593.009/0001-65

Vinculação: Licitação na Mod. de Carta Convite n. 0005/2013

Objeto: Serviços de Recapagens de Pneus

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78.509.075/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Vereador Eduardo Solivo, Nova Erechin, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.593.009/0001-65, representado neste ato, na pessoa do preposto abaixo assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Consiste o objeto do presente contrato a obrigação da CONTRATADA em promover a prestação de serviço de recapagens de pneus, referentes aos itens 01 a 07 do Processo Administrativo n. 0016/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0005/2013, nos termos especificados na autorização de fornecimento, parte integrante deste contrato, devendo o CONTRATADO arcar com todos os custos de transporte e pessoal



necessário para realizar o objeto contratado.

Parag. Único - O objeto está vinculado no Processo Administrativo n. 0016/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0005/2013, cujos itens constam da cláusula primeira, o CONTRATADO foi vencedor.

**CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:** O prazo de início dos trabalhos é imediato, com término de duração em 30 de dezembro de 2013 ou quando atingir a quantia descrita no respectivo processo licitatório, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:** Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 77.542,00 (reais).

**CLAUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será feito após a apresentação e entrega, mediante apresentação das notas fiscais, fixado um prazo de até 10 (dez) dias para tramitação e empenho da despesa.

**CLAUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO:** O presente contrato regula-se pela suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, em especial Processo Administrativo n. 0016/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0005/2013 em que foi vencedor.

**CLAUSULA SEXTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO:** Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

**CLAUSULA SETIMA - DA RESCISAO**

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mútuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo o CONTRATADO somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer título.

**CLAUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO:** Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

**CLAUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO:** O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

**CLAUSULA DECIMA - DA RESPONSABILIDADE:** O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

**CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS:** O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

**CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE:** O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

**CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária própria no orçamento municipal vigente, prevista na licitação em que o contrato é

vinculado, qual seja:

- 04.0301.2004.33903919000000
- 16.0501.2027.33903919000000
- 21.0501.2028.33903919000000
- 49.0501.2047.33903919000000

**CLAUS. DEC. QUARTA - DA MULTA:** Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

**CLAUSULA DEC. QUINTA - OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

I - Iniciar os serviços na data da emissão da ordem de serviço, fornecida pelo CONTRATANTE, imediatamente após a assinatura do contrato;

II - Permitir que os prepostos do CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

III - Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitado qualquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais encargos e cominações legais.

VI - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviços, bem como com a CONTRATADA.

**CLAUS. DEC. SETIMA - DA MULTA:** Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

**PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.**

**CLAUS. DEC. OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 15 de abril de 2013.

CONTRATANTE  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

CONTRATADO  
RWM COM. DE PNEUS E PEÇAS PAR VEIC. LTDA  
CNPJ/MF n. 08.593.009/0001-65

Testemunhas -

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDEMIR TOMÉ  
OAB/SC 8422  
MINUTA  
Contrato n. 024-2013

OBJETO - Recapagens de Pneus  
PRAZO - até 31/12/2013  
VALOR - R\$ 77.542,00 (reais).  
CONTRATANTE - O Município de Marema  
CONTRATADO - RWM COM. DE PNEUS E PEÇAS PAR VEIC. LTDA  
CNPJ/MF n. 08.593.009/0001-65  
VINCULO - Licitação CV n. 0005/2013  
FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 15/04/2013  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

### **Contrato 0025/2013**

AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE  
Contrato: nº: 025/2013 de 17 de abril de 2013  
Contratante: Município de Marema - SC.  
Contratado: LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA  
CNPJ/MF n. 85.240.620/0001-50  
Vinculação: Licitação na Mod. de Carta Convite n. 0007/2013

Objeto: Aquisição de Oleo Lubrificante, liquido de frei e graxa

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78.509.075/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua São Pedro, n. 401-E, Chapeco - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 85.240.620/0001-50, representado neste ato, na pessoa do preposto abaixo assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Consiste o objeto do presente contrato a obrigação da CONTRATADA em promover a prestação de entrega de Oleo Lubrificante, liquido de freio e graxa, para manutenção dos veículos da municipalidade, referentes aos itens 01 a 07, 09 e 10 do Processo Administrativo n. 0018/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0007/2013, nos termos especificados na autorização de fornecimento, parte integrante deste contrato, devendo o CONTRATADO arcar com todos os custos de transporte e pessoal necessário para realizar o objeto contratado.

Parag. Único - O objeto está vinculado no Processo Administrativo

n. 0018/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0007/2013, cujos itens constam da clausula primeira, o CONTRATADO foi vencedor.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO: O prazo de inicio dos trabalhos e imediato, com termino de duração em 30 de dezembro de 2013 ou quando atingir a quantia descrita no respectivo processo licitatório, podendo ser prorrogado, por acordo entre as parte.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO: Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 70.939,00 (reais).

CLAUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será feito após a apresentação e entrega, mediante apresentação das notas fiscais, fixado um prazo de até 10 (dez) dias para tramitação e empenho da despesa.

CLAUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO: O presente contrato regula-se pela suas clausulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, em especial Processo Administrativo n. 0018/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0007/2013 em que foi vencedor.

CLAUSULA SEXTA - PRORROGACAO DE PRAZO: Toda prorrogação de prazo devera ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse publico.

### **CLAUSULA SETIMA - DA RESCISAO**

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo o CONTRATADO somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer titulo.

CLAUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO: Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO: O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA DECIMA - DA RESPONSABILIDADE: O CONTRATADO e responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA RETENCAO DE IMPOSTOS: O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE: O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA: Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária própria no orçamento municipal vigente, prevista na licitação em que o contrato é vinculado, qual seja:

- 04.0301.2004.33903919000000

- 16.0501.2027.33903919000000



- 21.0501.2028.33903919000000  
- 49.0501.2047.33903919000000

CLAUS. DEC. QUARTA - DA MULTA: Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

**CLAUSULA DEC. QUINTA - OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA**

I - Iniciar os serviços na data da emissão da ordem de serviço, fornecida pelo CONTRATANTE, imediatamente após a assinatura do contrato;

II - Permitir que os prepostos do CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

III - Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitado qualquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais encargos e cominações legais.

VI - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviços, bem como com a CONTRATADA.

CLAUS. DEC. SETIMA - DA MULTA: Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

**CLAUS. DEC. OITAVA - DAS DISPOSICOES FINAIS:**

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos.

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais duvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 17 de abril de 2013.

CONTRATANTE

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

**CONTRATADO**

LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA  
CNPJ/MF n. 85.240.620/0001-50

Testemunhas -

Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EDEMIR TOMÉ

OAB/SC 8422

MINUTA

Contrato n. 025-2013

OBJETO - Aquisição de Óleo Lubrificante

PRAZO - até 31/12/2013

VALOR - R\$ 70.939,00 (reais).

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - LUBRICHAP LUBRIFICANTES CHAPECO LTDA

CNPJ/MF n. 85.240.620/0001-50

VINCULO - Licitação CV n. 0007/2013

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 17/04/2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

**Contrato 0026/2013**

CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO DE REDE DE INTERNET

Contrato nº: 026/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: NHNET EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/MF n. 05.245.502/0001-04

Finalidade: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO DE REDE DE INTERNET

Ato Autorizador: PROCESSO LICITATÓRIO n. 0021/2013

Vinculo: LICITAÇÃO PP n. 0010/2013

Que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Marema, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, registrada do CNPJ sob o nº 78.509.072/0001-56 com sede na Rua Vidal Ramos, 357, na cidade de Marema - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Valdomiro Bevilaqua, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema - SC, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP - CNPJ/MF n. 05.245.502/0001-04, com endereço na Av. Anita Garibaldi, 340, Sala 04, Maravilha-SC, doravante denominado de CONTRATADO, tem justo contratado o que adiante segue, e que reger-se-á mediante as cláusulas e condições a seguir descritas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de serviço de Telecomunicação necessária a implantação, operação, manutenção e gerenciamento de rede intranet entre os setores da Prefeitura Municipal, com velocidade garantida de no mínimo 1024KBPD, com fornecimento de acessos concentrados para formação de uma rede privada (acessos Dedicados) com equipamento fornecidos no ponto concentrador da Rede da Prefeitura.

2. A prestação de serviço inclui o fornecimento de um circuito IP dedicado (conexão de Intranet) com velocidade de 3 MBPS junto ao Ponto Concentrador.

**1.1 DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - DETALHAMENTO DO OBJETO:**

Prestação de serviços de comunicação especializada para o fornecimento de serviço de Telecomunicação necessária a implantação, operação, manutenção e gerenciamento de rede intranet entre os setores da Prefeitura Municipal, com velocidade garantida de no mínimo 1024KBPD, com fornecimento de acessos concentrados para formação de uma rede privada (acessos Dedicados) com equipamento fornecidos no ponto concentrador da Rede da Prefeitura.

1.1.2. A empresa contratada deverá ser registrada na ANATEL com estação próximo para o fornecimento de um ponto a ponto até a cidade de Marema - SC

1.1.3. A Contratada deverá sob sua responsabilidade realizar a instalação e configuração dos equipamentos com tecnologias necessárias de transmissão e captação de sinal, e deverá entregar o link em cabo fast ethernet sem que a Contratante necessite de roteador ou outro equipamento para funcionamento do mesmo.

1.1.4. A Contratada deverá contar com um serviço de monitoramento dos links 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sendo que este serviço deverá avisar com mensagens sms quando um dos links cair, contendo um suporte técnico, com equipe técnica com conhecimentos sobre Mikrotik e autenticações de hotspot, para a Prefeitura Municipal de Marema.

1.1.5. A Contratada deverá fornecer um firewall para a proteção dos dados dos usuários e também um servidor cachê. Deverá também criar paginas em HTML para que os usuários tenham como pagina inicial informações básicas e também login e senha individual.

1.1.6. A Contratada deverá disponibilizar Software para administração do sistema WIFI com Certificado da Natel para o Programa Cidade Digital, sendo toda manutenção, troca, inclusão e demais custos correrão as expensas da Contratada, exceto materiais necessários para captação dos sinais pelos usuários em suas residências e/ou estabelecimentos.

1.3. Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do Edital, aos quais as partes acham-se vinculadas.

1.4. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias, durante sua vigência, decorrente das alterações permitidas em lei.

1.5. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do objeto deste Contrato, o preço proposto que é R\$ 15.588,00 (reais), para o objeto descrito, pagáveis em doze parcela de R\$ 1.299,00 (reais).

2.1 - Fica expressamente estabelecido que o preço constante na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3. O CONTRATANTE se compromete a efetuar o pagamento após a execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município.

a) A CONTRATADA apresentará nota fiscal para liquidação e o pagamento pelo CONTRATANTE se dará mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

b) O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento, se no ato da atestação do objeto não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

c) CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato;

d) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira;

e) Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA**

4. A entrega do objeto licitado deverá ser até três dias da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, junto ao passo Municipal, sendo que todas as despesas de frete e demais encargos decorrentes da entrega, correrão por conta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

5. A fiscalização será exercida pela Secretaria Municipal de Administração pelo titular da Pasta e pelo Diretor.

a) Durante a vigência deste contrato, a entrega do equipamento será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria requisitante, pelo titular da Pasta ou pelo Diretor, podendo ser designado outro servidor para tal, representando o CONTRATANTE;

b) o representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a Entrega dos objetos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

c) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante poderão ser solicitadas ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

d) além do acompanhamento e da fiscalização da entrega, a Secretaria Municipal poderá sustar qualquer defeito que esteja sendo observado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

e) não obstante, a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega e funcionamento do equipamento, a CONTRATANTE, reserva-se o direito de em quaisquer circunstâncias restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o equipamento, diretamente ou por prepostos designados.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 22 de abril de 2014.

6.1. O contrato poderá ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM da FGV dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7. As despesas decorrente do presente processo correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária: 04.0301.2004.33903958000000.

7.1. Não haverá reajuste, nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM**

8. O presente Contrato teve origem no Processo Licitatório n. 0021/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 0010/2013, com resultado homologado pelo Senhor Prefeito Municipal.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E DAS OBRIGAÇÕES**

9. Pela execução do contrato, a CONTRATADA assume as seguintes responsabilidades:

- a) pela perfeição do equipamento;
- b) pela solidez e segurança do equipamento, devendo entregá-los para uso imediato segundo a sua destinação em conformidade com o objeto deste;
- c) deverá ser registrada na ANATEL com estação próximo para o fornecimento de um ponto a ponto até a cidade de Marema - SC
- d) deverá sob sua responsabilidade realizar a instalação e configuração dos equipamentos com tecnologias necessárias de transmissão e captação de sinal, e deverá entregar o link em cabo fast ethernet sem que a Contratante necessite de roteador ou outro equipamento para funcionamento do mesmo.
- e) deverá contar com um serviço de monitoramento dos links 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sendo que este serviço deverá avisar com mensagens sms quando um dos links cair, contendo um suporte técnico, com equipe técnica com conhecimentos sobre Mikrotik e autenticações de hotspot, para a Prefeitura Municipal de Marema.
- f) deverá fornecer um firewall para a proteção dos dados dos usuários e também um servidor cachê. Deverá também criar paginas em HTML para que os usuários tenham como pagina inicial informações básicas e também login e senha individual.

9.1. Pela entrega do objeto deste contrato, caberá a CONTRATADA, descrito neste contrato e demais atividades correlatas, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) ser responsável, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes na entrega do objeto desta licitação;
- b) assumir responsabilidade técnico profissional, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, e contribuições, indenizações, vale refeições, vale transporte, outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- c) executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou de subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE;
- d) manter seus funcionários sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- e) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;
- f) ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quanto à entrega do equipamento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 70 da lei nº 8.666/93;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do equipamento;
- h) Responsabilizar pelos deslocamentos de seus técnicos às dependências do CONTRATANTE;
- i) Apresentar, sempre que houver solicitação, documentos que comprovem a procedência do equipamento;
- j) Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- k) Manter preposto, aceito pela Administração, no local da entrega do equipamento, para representá-lo na execução do contrato, art. 68 Lei nº 8.666/93;
- l) o CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do equipamento, art. 69 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) manter a guarda dos equipamentos até o seu final e definitivo recebimento;
- b) manter a disposição da fiscalização, o equipamento e, apresentar sempre que exigidos.

9.3. O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) fiscalizar a entrega do equipamento e dos serviços;
- b) determinar a interrupção dos serviços quando não confere com o objeto deste;
- c) determinar o cumprimento das normas legais e contratuais, quando as circunstâncias o exigirem;
- d) efetuar os pagamentos na forma avençada.

9.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

9.4.1. Deverá a CONTRATADA observar também o seguinte:

- a) é expressamente vedado a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a entrega do equipamento objeto deste contrato;
- b) é expressamente vedado a veiculação de publicidade a cerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante;
- c) é vedada a subcontratação de outra empresa para entrega do equipamento objeto deste contrato.

9.5. DAS OBRIGAÇÕES DOS DIREITOS

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Permitir o livre acesso do empregado da CONTRATADA nas dependências da Prefeitura Municipal de Marema para entrega do equipamento;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento na forma avençada, desde que cumpridas todas as exigências deste contrato;
- d) Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falha ocorrida, consideradas de natureza grave.
- e) Exigir que a CONTRATADA cumpra as disposições contratuais;
- f) Dar condições de desenvolvimento dos serviços a CONTRATADA no que tange a entrega, instalação e manutenção do equipamento.

9.6. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

9.6.1. A CONTRATADA caberá ainda:

- a) Assumir as responsabilidades por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, terminantemente os empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- b) Assumir também as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de trabalho, quando o equipamento ou conexão com eles, ainda que acontecidos em dependência do CONTRATANTE;
- c) Assumir as expensas de todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionadas a entrega dos equipamentos, originariamente ou vinculada pôr prevenção, conexão ou continência;
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais deste contrato.
- e) a inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente quaisquer vínculos de solidariedade ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

9.7. DOS DIREITOS

9.7.1. São direitos do CONTRATANTE;

- a) Recusar os recusar o equipamento, quando não obedecidos às cláusulas, condições ou critérios técnicos;
- b) Requisitar informações de cunho técnico, operacionais ou trabalhístico a CONTRATADA.
- c) impor as penalidades previstas, inclusive à rescisão;
- d) reter o pagamento da parcela ou parcialmente, correspondente a equipamento que por motivo injustificável e de total responsabilidade da CONTRATADA, ocasione mal funcionamento, ou a



paralisação do desempenho do equipamento, ou ainda quando não executado em conformidade com o ajustado condicionando o restabelecimento da situação de normalidade, para posterior pagamento;

e) rejeitar no todo ou em parte equipamento ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, conforme dispositivo previsto no art. 76 da Lei nº 8.666/93.

9.7.2. São direitos da CONTRATADA:

- a) executar os serviços em conformidade com o ajustado;
- b) ser previamente comunicado dos fatos que suspendam o objeto da contratação;
- c) receber o pagamento na forma avençada

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

10. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital.

10.1. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

10.1.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

10.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

11.1. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

11.2. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

11.3. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 11, alíneas "b" e "c", e, a penalidade de advertência, prevista no item 11, alínea "a", facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.4. As sanções previstas no item 11, alíneas "b" e "c", poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13. Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinada pela contratante, lavrando-se o respectivo termo, nos termos da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Xaxim/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Marema - SC, 22 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA      MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA  
Prefeito Municipal      CNPJ/MF n. 05.245.502/0001-04  
Contratado

Testemunhas \_\_\_\_\_

EDEMIR TOMÉ

Ass. Jurídico

MINUTA

Contrato n: 026/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marema

CONTRATADO: MHNET EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/MF n. 05.245.502/0001-04

OBJETO: Comunicação de Multimídia e Rede Intranet

PRAZO DE ENTREGA: 22/04/2014

VALOR: 15.588,00

VINCULAÇÃO: Proc. Licitatório n. 0021/2013

Pregão Presencial n.0010/2013

FORO: Comarca de Xaxim

Marema, 22 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 055/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 055/2013  
CREDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.  
ENDEREÇO: BR 101 km 412, S/N, CIDADE ALTA - ARARANGUA/SC.  
CNPJ: 83.052.191/0019-91.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL, CONFORME PLANO ANUAL DE TRABALHO (PAT) A SER EXECUTADO DE JUNHO DE 2013 A MAIO DE 2014.

VALOR: R\$ 31.512,00 (trinta e um mil quinhentos e doze reais).  
BASE LEGAL: Inciso VIII do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO PRESENTE OBJETO DESTE PROCESSO LICITATORIO JUSTIFICA-SE PELA NOTORIA ESPECIALIZAÇÃO, EXPERIÊNCIA E TRABALHO DE PESQUISA NO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO NA EXTENSÃO RURAL, ALÉM DE SE TRATAR DE UMA EMPRESA PÚBLICA QUE INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E QUE FOI CRIADA PARA PRESTAR ESTE TIPO DE SERVIÇOS ESPECIFICO, E TAMBEM SENDO QUE O PREÇO ESTA DE CONFORMIDADE COM O VALOR DE MERCADO DO FUNDAMENTO LEGAL ART. 24. INCISO VIII DA LEI 8.666/93 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Meleiro, 22 de maio de 2013.  
ANELISE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO  
Presidente da Comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório na data supra.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Concorrência N° 002/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CONCORRÊNCIA N° 002/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE-UBS, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PORTE I, VERDE MAR, MUNICÍPIO NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 25/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 25/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 23 de maio de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 70/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL N° 070/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS-DE-AR PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 10/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 10/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 23 de maio de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

#### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 42/2013

Modelo de extrato de Contrato  
Prefeitura de Navegantes  
Extrato do Contrato N°.: 42/2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada : BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRA-PLANAGEM LTDA  
Vigência : Início: 02/04/2013 Término: 30/09/2013  
Licitação : Concorrência N° 140/2012

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 163/2012, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA.

NAVEGANTES, 02 de abril de 2013

#### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 71/2013

Modelo de extrato de Contrato  
Prefeitura de Navegantes  
Extrato do Contrato N°.: 71/2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada : RAMSES ENGENHARIA LTDA EPP  
Vigência : Início: 30/01/2013 Término: 29/06/2013  
Licitação : Tomada de Preços N° 169/2011

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 05/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA RAMSES ENGENHARIA LTDA EPP

NAVEGANTES, 30 de JANEIRO de 2013

#### Extrato Termo Aditivo Contrato N° 72/2013 Fmc

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 072/2013.  
Contratante...: FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES  
Contratada : GILSON AVILA EPP  
Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 16/07/2013  
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 1/2012  
Recursos: 2.070.4.4.90.00.00.00.00.00



**Objeto :** TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 065/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA FMC 01/2012, REFERENTE À OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DE EVENTOS "MILTON SEARA MULLER" PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA DE NAVEGANTES, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA GILSON AVILA EPP.

Navegantes, 17 de Maio de 2013

### **Carta de Convocação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 14 de maio de 2013

Ilma Sra

LARISSA TARTAS CANELI ( CANDIDATO )

**Assunto:** CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 003/2009 -

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 003/2009, para o cargo de PSICOLOGO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

### **Homologação de Inscrição No Processo Seletivo**

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DE INSCRIÇÕES

A Secretaria Municipal de Saúde de Navegantes homologa em caráter preliminar, as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado - Médicos. Destinado a contratação temporária de profissionais médicos para o município de Navegantes. A lista de homologação preliminar de inscrição está disponível a seguir:

Eduardo Meissner Guedes Pinto - 802.628.569-72

Fagner Jorge Michelatto Natt - 925.618.881-34

Fernando Siqueira Kel - 028.537.949-62

Gustavo Soares Drumond - 001.953.657-71

Gilberto Silva - 166.943.339-00

Giovana Falcão Socolok - 008.315.970-38

Hugo Sergio Pretto - 003.920.479-00

Marcio Kanamaru - 219.070.128-77

Moises Moraes Lima - 002.500.453-03

Silvio Cleffi - 101.116.088-99

Conforme o subitem 3.4 e 3.4.2 do Edital, o candidato poderá interpor recurso, mediante exposição fundamentada e documentada,

referente à inscrição não-homologada, até o dia 29 de maio de 2013 no horário das 8h às 12h e 13h:30min às 17h:30min com a central de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde ou através do e-mail (romulo.pereira@navegantes.sc.gov.br) e telefone (47) 3348-1163.

Navegantes, 23 de Maio de 2013.

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

Secretario Municipal de Saúde

## **Nova Trento**

### **PREFEITURA**

### **Lei Nº 2.485/2013**

LEI Nº 2.485 / 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento exclusivo para a aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PEDRO PIVA NETO

Secretário M. Administração e Finanças

**Decreto Nº 045/2013**

DECRETO nº 45/2013

CONVOCA OS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 06/2013 QUE NOMINA PARA COMPARECIMENTO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 23 de maio de 2013, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 22 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

PEDRO PIVA NETO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 45/2013)

CARGO: ENFERMEIRO (ESF)

01 Eugenei Fundcheller

CARGO: FONOAUDIÓLOGA (NASF)

01 Valeria Ramos de Oliveira de Moura

**Processo Nº 065/2013 - Pregão Presencial Nº 043/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 065/2013 - Pregão Presencial nº 043/2013

- SRP 018

Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcelada de LÂMINAS, PARAFUSOS, PORCAS E DENTES para Motoniveladora, Pá Carregadeira e Retroescavadeira, da frota do Município de Nova Trento, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme especificações constantes deste edital e seus anexos.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 07/06/2013 até as 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - 48 3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br e site www.novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

**Processo Nº 066/2013 - Pregão Presencial Nº 044/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 066/2013 - Pregão Presencial nº 044/2013

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa residente para prestação de serviços de suporte técnico em tecnologia da informação nos sistemas administrativos da Prefeitura de Nova Trento. abrangendo os sistemas de Contabilidade, Orçamento, Tesouraria, Compras e Licitações, Folha de Pagamento e Recursos Humanos, Frotas, Almoxarifado, Patrimônio e Sistema E-SFINGE para prestação de contas junto ao TCE-SC.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 10/06/2013 às 14:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Processo Nº 068/2013 - Tomada de Preço Nº 007/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 068/2013 - Tomada de Preços nº 007/2013

Objeto: Execução de serviços para obras de Pavimentação, Drenagem, Sinalização das Ruas Joaquim Sgrott, Estrada Geral da Ponta Fina Sul e Rua Giacomio Polli (antiga Benjamim Constant), no município de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Menor Preço Global no regime de Empreitada por preço Unitário. Entrega dos envelopes: 12/06/2013 até as 14:00 horas. Abertura: 12/06/2013 - 14:05 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267 3211 - (48) 3267 3213; e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Edital de Processo Seletivo Nº 06/2013 - Classificação Final**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 06/2013

A Comissão de Processo Seletivo, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 539/2013, após o período de interposição de

recursos, torna pública a Classificação Final relativa ao Processo Seletivo nº 06/2013.

Art. 1º A Classificação Final do Processo Seletivo nº 06/2013 consta do Anexo Único do presente edital, no qual estão relacionados os nomes dos candidatos em ordem de classificação decrescente, já considerados os critérios de desempate.

Art. 2º A homologação da Classificação Final do Processo Seletivo nº 06/2013 deverá ser objeto de Decreto a ser editado pelo Prefeito Municipal de Nova Trento, o qual estabelecerá a datas e demais condições de contratação.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 17 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão

#### ANEXO ÚNICO

##### CARGO COORDENADOR ESCOLAR NIVEL III

Classificação	Nome completo
Desclassificada	Cristiane Costa

##### CARGO ENFERMEIRO - ESF

Classificação	Nome completo
01	Eugeani Fundcheller
02	Fernanda Wisintainer
03	Adenilda Kuhl
04	Rosângela Aparecida Martins
05	Elaine Pereira Roque
06	Daniela Vinotti Ferreira
07	Grazielle de Barros
08	Rodrigo Thallis Alves Pudell
09	Bruna da Silva Weber

##### CARGO FONOAUDIÓLOGA - NASF

Classificação	Nome completo
01	Valeria Ramos de Oliveira de Moura

##### CARGO MÉDICO

Classificação	Nome completo
---	NÃO HOUVE CLASSIFICADOS

##### CARGO ASSISTENTE TÉCNICO DESPORTIVO

Classificação	Nome completo
01	Naiara Grott Feller
02	Marcelo de Mello Garim

##### CARGO FONOAUDIÓLOGA - EDUCAÇÃO

Classificação	Nome completo
01	Valeria Ramos de Oliveira de Moura

##### CARGO PSICOPEDAGOGO

Classificação	Nome completo
---	NÃO HOUVE CLASSIFICADOS

##### CARGO ENFERMEIRO - HOSPITAL

Classificação	Nome completo
01	Rosângela Aparecida Martins

02	Ivana Daniela Haertel
03	Camila Croceta Bianquine
04	Grazielle de Barros
05	Bruna da Silva Weber

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

## Orleans

### PREFEITURA

#### Convite Audiencia Publica Primeiro Quadrimestre 2013.

Orleans/SC, 23 de maio de 2013.

#### C O N V I T E

Marco Antonio Bertoncini Cascaes Prefeito de Orleans, juntamente com o Vice-Prefeito José Carlos Librelato, convidam V. Sra. para participar da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2013, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Data: 28 de maio de 2013(terça-feira).

Horário: 15h

Local: Dependências da Câmara de Vereadores de Orleans, sito a Rua João Ramiro Machado, 321, 3º andar, Centro.

Contamos desde já com Vossa presença.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Paial

PREFEITURA

**Balanço Orçamentário**

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>1.443.067,17</b>	<b>14,85</b>	<b>3.048.682,93</b>	<b>31,37</b>	<b>6.671.317,07</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>1.394.317,17</b>	<b>14,34</b>	<b>2.916.877,13</b>	<b>30,01</b>	<b>6.803.122,87</b>
RECEITA TRIBUTARIA	388.730,00	388.730,00	58.685,30	15,10	83.640,20	21,52	305.089,80
IMPOSTOS	324.900,00	324.900,00	39.960,60	12,30	60.430,08	18,60	264.469,92
TAXAS	63.830,00	63.830,00	18.724,70	29,34	23.210,12	36,36	40.619,88
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	3.269,93	32,70	6.730,07
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	3.269,93	32,70	6.730,07
RECEITA PATRIMONIAL	217.100,00	217.100,00	2.503,24	1,15	3.566,26	1,64	213.533,74
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	217.100,00	217.100,00	2.503,24	1,15	3.566,26	1,64	213.533,74
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	21.528,62	30,76	35.149,41	50,21	34.850,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.843.175,00	8.843.175,00	1.300.048,86	14,70	2.772.514,56	31,35	6.070.660,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.743.375,00	8.743.375,00	1.281.513,09	14,66	2.753.978,79	31,50	5.989.396,21
Transf. de Conv.	99.800,00	99.800,00	18.535,77	18,57	18.535,77	18,57	81.264,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	190.995,00	190.995,00	11.551,15	6,05	18.736,77	9,81	172.258,23
Multas e Juros de Mora	20.700,00	20.700,00	4.030,56	19,47	6.341,33	30,63	14.358,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.300,00	14.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.300,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.465,00	12.465,00	7.470,59	59,93	11.845,44	95,03	619,56
RECEITAS DIVERSAS	143.530,00	143.530,00	50,00	0,03	550,00	0,38	142.980,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.805,80</b>	<b>0,00</b>	<b>-131.805,80</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	48.750,00	0,00	131.805,80	0,00	-131.805,80
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	48.750,00	0,00	131.805,80	0,00	-131.805,80
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>1.443.067,17</b>	<b>14,85</b>	<b>3.048.682,93</b>	<b>31,37</b>	<b>6.671.317,07</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>1.443.067,17</b>	<b>14,85</b>	<b>3.048.682,93</b>	<b>31,37</b>	<b>6.671.317,07</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.720.000,00	9.720.000,00	1.443.067,17	14,85	3.048.682,93	31,37	6.671.317,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>351.844,53</b>	<b>10.071.844,53</b>	<b>1.934.092,75</b>	<b>4.171.844,44</b>	<b>1.513.215,82</b>	<b>2.649.839,96</b>	<b>26,31</b>	<b>7.422.004,57</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.418.101,00</b>	<b>31.938,73</b>	<b>8.450.039,73</b>	<b>1.674.613,47</b>	<b>3.758.887,87</b>	<b>1.384.086,54</b>	<b>2.367.833,39</b>	<b>28,02</b>	<b>6.082.206,34</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.009.550,00	-25.000,00	3.984.550,00	593.630,80	1.136.840,66	587.178,08	1.124.940,79	28,23	2.859.609,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	125.000,00	0,00	125.000,00	16.968,79	35.110,55	16.968,79	35.110,55	28,09	89.889,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.283.551,00	56.938,73	4.340.489,73	1.064.013,88	2.586.936,66	779.939,67	1.207.782,05	27,83	3.132.707,68
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.276.899,00</b>	<b>319.905,80</b>	<b>1.596.804,80</b>	<b>259.479,28</b>	<b>412.956,57</b>	<b>129.129,28</b>	<b>282.006,57</b>	<b>17,66</b>	<b>1.314.798,23</b>
INVESTIMENTOS	938.949,00	349.905,80	1.288.854,80	241.029,28	376.056,57	110.679,28	245.106,57	19,02	1.043.748,23
INVERSOES FINANCEIRAS	42.950,00	-30.000,00	12.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.950,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	295.000,00	0,00	295.000,00	18.450,00	36.900,00	18.450,00	36.900,00	12,51	258.100,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>351.844,53</b>	<b>10.071.844,53</b>	<b>1.934.092,75</b>	<b>4.171.844,44</b>	<b>1.513.215,82</b>	<b>2.649.839,96</b>	<b>26,31</b>	<b>7.422.004,57</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>351.844,53</b>	<b>10.071.844,53</b>	<b>1.934.092,75</b>	<b>4.171.844,44</b>	<b>1.513.215,82</b>	<b>2.649.839,96</b>	<b>26,31</b>	<b>7.422.004,57</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	398.842,97	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.720.000,00</b>	<b>351.844,53</b>	<b>10.071.844,53</b>	<b>1.934.092,75</b>	<b>4.171.844,44</b>	<b>1.513.215,82</b>	<b>3.048.682,93</b>	<b>26,31</b>	<b>7.422.004,57</b>

FONTE:

PAIAL, 03/05/2013

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Técnico Contabil CRC/SC 021753/0-1

**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.720.000,00	10.071.844,53	1.934.092,75	4.171.844,44	1.513.215,82	2.649.839,96	100,00	26,31	7.422.004,57
Legislativa	560.000,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.000,00
Ação Legislativa	560.000,00	560.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.000,00
Administração	1.362.151,00	1.362.151,00	295.920,10	592.386,42	191.829,00	385.912,46	14,56	28,33	976.238,54
Administração Geral	1.342.751,00	1.342.751,00	285.009,10	573.771,93	183.968,00	370.347,97	13,98	27,58	972.403,03
Administração de Receitas	19.400,00	19.400,00	10.911,00	18.614,49	7.861,00	15.564,49	0,59	80,23	3.835,51
Segurança Pública	30.900,00	30.900,00	2.277,17	2.617,55	717,17	1.057,55	0,04	3,42	29.842,45
Policimento	25.900,00	25.900,00	2.277,17	2.617,55	717,17	1.057,55	0,04	4,08	24.842,45
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Social	556.950,00	571.888,73	77.275,60	154.664,03	85.884,86	141.606,72	5,34	24,76	430.282,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	266.950,00	266.950,00	46.850,24	90.425,04	50.750,24	90.425,04	3,41	33,87	176.524,96
Assistência Comunitária	290.000,00	304.938,73	30.425,36	64.238,99	35.134,62	51.181,68	1,93	16,78	253.757,05
Saúde	2.332.580,00	2.483.580,00	528.772,75	961.751,82	400.477,98	710.564,91	26,82	28,61	1.773.015,09
Atenção Básica	1.864.700,00	1.944.700,00	318.655,31	701.967,81	314.836,55	590.866,45	22,30	30,38	1.353.833,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	86.000,00	79.702,28	79.702,28	902,28	902,28	0,03	1,05	85.097,72
Suporte Profilático e Terapêutico	329.450,00	374.450,00	130.415,16	180.081,73	84.739,15	118.796,18	4,48	31,73	255.653,82
Vigilância Sanitária	54.430,00	54.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.430,00
Vigilância Epidemiológica	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
Educação	1.539.420,00	1.539.420,00	227.084,38	887.554,31	321.965,86	466.802,49	17,62	30,32	1.072.617,51
Alimentação e Nutrição	30.000,00	30.000,00	3.749,79	12.784,99	5.453,26	6.108,51	0,23	20,36	23.891,49
Ensino Fundamental	1.230.600,00	1.230.600,00	164.697,99	706.040,19	244.800,50	351.109,85	13,25	28,53	879.490,15
Ensino Médio	7.700,00	7.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.700,00
Ensino Superior	71.220,00	71.220,00	0,00	71.220,00	17.725,00	18.675,00	0,70	26,22	52.545,00
Educação Infantil	189.900,00	189.900,00	53.451,92	92.188,37	53.302,42	90.088,37	3,40	47,44	99.811,63
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	184,68	320,76	184,68	320,76	0,01	6,42	4.679,24
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	500,00	500,00	0,02	10,00	4.500,00
Cultura	71.500,00	36.500,00	3.566,00	12.391,08	5.966,00	12.391,08	0,47	33,95	24.108,92
Difusão Cultural	71.500,00	36.500,00	3.566,00	12.391,08	5.966,00	12.391,08	0,47	33,95	24.108,92
Urbanismo	55.899,00	289.804,80	10.672,00	99.684,58	10.672,00	99.684,58	3,76	34,40	190.120,22
Serviços Urbanos	25.899,00	281.804,80	10.672,00	99.684,58	10.672,00	99.684,58	3,76	35,37	182.120,22

Continua 1/3

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.720.000,00	10.071.844,53	1.934.092,75	4.171.844,44	1.513.215,82	2.649.839,96	100,00	26,31	7.422.004,57
Urbanismo	55.899,00	289.804,80	10.672,00	99.684,58	10.672,00	99.684,58	3,76	34,40	190.120,22
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Habitação	42.950,00	22.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.950,00
Habitação Rural	42.950,00	22.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.950,00
Saneamento	474.000,00	489.000,00	254.810,35	426.883,52	56.180,01	108.645,03	4,10	22,22	380.354,97
Saneamento Básico Rural	10.000,00	25.000,00	0,00	7.691,35	0,00	7.691,35	0,29	30,77	17.308,65
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transporte Rodoviário	444.000,00	444.000,00	254.810,35	419.192,17	56.180,01	100.953,68	3,81	22,74	343.046,32
Agricultura	905.000,00	900.000,00	255.521,00	472.127,30	183.025,26	282.107,00	10,65	31,35	617.893,00
Promoção da Produção Vegetal	20.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Extensão Rural	885.000,00	885.000,00	255.521,00	472.127,30	183.025,26	282.107,00	10,65	31,88	602.893,00
Indústria	85.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Produção Industrial	35.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção Comercial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Comércio e Serviços	68.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Comercialização	30.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Turismo	38.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Comunicações	26.475,00	16.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.475,00
Telecomunicações	26.475,00	16.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.475,00
Energia	51.475,00	51.475,00	0,00	9.900,00	0,00	9.900,00	0,37	19,23	41.575,00
Energia Elétrica	51.475,00	51.475,00	0,00	9.900,00	0,00	9.900,00	0,37	19,23	41.575,00
Transporte	887.700,00	974.700,00	228.453,80	353.727,46	193.581,28	302.705,33	11,42	31,06	671.994,67
Transporte Rodoviário	887.700,00	974.700,00	228.453,80	353.727,46	193.581,28	302.705,33	11,42	31,06	671.994,67
Desporto e Lazer	127.000,00	127.000,00	14.320,81	28.145,82	14.520,81	26.145,82	0,99	20,59	100.854,18
Desporto Comunitário	127.000,00	127.000,00	14.320,81	28.145,82	14.520,81	26.145,82	0,99	20,59	100.854,18
Encargos Especiais	518.000,00	518.000,00	35.418,79	170.010,55	48.395,59	102.316,99	3,86	19,75	415.683,01
Serviço da Dívida Interna	420.000,00	420.000,00	35.418,79	72.010,55	35.418,79	72.010,55	2,72	17,15	347.989,45
Outras Transferências	98.000,00	98.000,00	0,00	98.000,00	12.976,80	30.306,44	1,14	30,92	67.693,56

Continua 2/3

Município de PAIAL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.720.000,00	10.071.844,53	1.934.092,75	4.171.844,44	1.513.215,82	2.649.839,96	100,00	26,31	7.422.004,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	9.720.000,00	10.071.844,53	1.934.092,75	4.171.844,44	1.513.215,82	2.649.839,96	100,00	26,31	7.422.004,57

FONTE:

PAIAL, 03/05/2013

ALDAIR ANTONIO RIGO  
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI  
Técnico Contabil CRC/SC 021753/0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Palhoça

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.505, de 15 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 1.505, DE 15 DE MAIO DE 2013.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotações orçamentárias do orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundo Municipal de Saúde, Fun-do Municipal de Assistência Social e Faculdade Municipal de Palhoça na Or-dem de R\$ 22.141.000,00 para o exercício de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar as dotações abaixo discriminadas no valor de R\$ 16.348.000,00 (dezesesseis milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

#### Suplementação

04:00 Secretaria de Finanças e Orçamento

04:01 Secretaria de Finanças e Orçamento

Projeto/Atividade

2066 - Func. e Manut da Secretaria de Finanças e Orç

Elemento

Red. 60 33.90.00.00.00.00.00.01000 - Aplicações Diretas

R\$ 300.000,00

Red. 57 31.90.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 800.000,00

Red. 58 31.91.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 300.000,00

09:00 Secretaria Receita e Reg. Fundiária

09:01 Secretaria Receita e Reg. Fundiária

Projeto/Atividade

2064 - Func. E Manut. Da Secretaria da Receita

Elemento

Red. 43 33.90.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 300.000,00

Red. 41 31.90.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 400.000,00

13:00 Secretaria de Educação e Cultura

13:01 Secretaria de Educação e Cultura

Projeto/Atividade

2022 - Func. E Manutenção da Educação Infantil

Elemento

Red. 170 31.90.00.00.00.00.00.01001- Aplicações Diretas

R\$ 4.343.000,00

Red. 172 31.91.00.00.00.00.00.01001- Aplicações Diretas

R\$ 900.000,00

Red. 174 33.90.00.00.00.00.00.01001- Aplicações Diretas

R\$ 1.555.000,00

Projeto/Atividade

2021 - Func. E Manutenção Ensino Fundamental

Elemento

Red. 115 31.90.00.00.00.00.00.01001- Aplicações Diretas

R\$ 3.000.000,00

Red. 117 31.91.00.00.00.00.00.01001 R\$ 600.000,00

Red. 119 33.90.00.00.00.00.00.01001-- Aplicações Diretas

R\$ 1.800.000,00

06:00 Secretaria de Habitação

06:01 Secretaria de Habitação

#### Projeto/Atividade

2013 - Func. E Manut. Gabinete do Planejamento

Elemento

Red. 11 31.90.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 230.000,00

Red. 12 31.91.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

14:00 Secret. Infraest. Transito Defesa Civ. Em Transp

14:01 Secret. Infraest. Transito Defesa Civ. Em Transp

Projeto/Atividade

2026 - Func. E Manut. Secretaria de Obras

Elemento

Red. 194 31.90.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 1.600.000,00

Red. 195 31.91.00.00.00.00.00.01000- Aplicações Diretas

R\$ 200.000,00

Soma Suplementação R\$16.348.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por con-ta das anulações orçamentárias abaixo:

#### Anulação

04:00 Gabinete do Planej Habit e Proj

04:01 Gabinete do Planej Habit e Proj

Projeto/Atividade

1151 - PAC Programa de Aceleração do Crescimento

Elemento

Red. 24 - 44.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 400.000,00

Projeto/Atividade

2087 - Construção de Unidades Habitacionais

Elemento

Red. 22- 44.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 350.000,00

05:00 Procuradoria Geral do Município

05:00 Procuradoria Geral do Município

Projeto/Atividade

1152 - Aquisição e Desapropriação de Terrenos

Elemento

Red. 33 - 44.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 120.000,00

2067 - Enc. Com Exec. De Sentenças Judiciais

Elemento

Red. 31 - 33.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

09:00 Secretaria da Receita e Reg. Fundiária

09:01 Secretaria da Receita e Reg. Fundiária

Projeto/Atividade

1128 - Prog. Nac.de Apoio Gestão e Admnist. Fiscal

Elemento

Red. 51 - 44.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 420.000,00

Red. 49 - 33.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

1127 - Proj de Moderniz. Admnist. Tributária

Elemento

Red. 45 - 33.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

10:00 Secretaria de Finanças e Orçamento

10:01 Secretaria de Finanças e Orçamento

Projeto/Atividade

1148 - Construção da Sede da Prefeitura Municipal de Palhoça

Elemento

Red. 53 - 44.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 300.000,00

2015 - Serviços Públicos Concedidos

Elemento

Red. 54 - 33.90.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 300.000,00





2066- Func. E Manut. Da secret Admnist. E Finanças  
Elemento  
Red. 59 - 33.50.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.500.000,00  
12:00 Secretaria da Agricultura e da Pesca  
12:01 Secretaria da Agricultura e da Pesca  
Projeto/Atividade  
2089 - Construção e Manutenção do Centro do Maricultor e Pescador  
Elemento  
Red. 85 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 380.000,00  
2095 - Construção de Garagem p/ Frota Agrícola  
Elemento  
Red. 92 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00  
14:00 Secret. Da Inf. Estrut. Tran.Def Civil.E. Transp  
14:00 Secret. Da Inf. Estrut. Tran.Def Civil.E. Transp  
Projeto/Atividade  
2148 - Programa Municipal de Defesa Civil  
Elemento  
Red. 204- 33.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 300.000,00  
1014 - Aquisição de Terreno p/ Cemitério  
Elemento  
Red. 254 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00  
1016 - Construção de Pontes e Bueiro  
Elemento  
Red. 213 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 130.000,00  
1023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas  
Elemento  
Red. 215 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000.000,00  
1116 - Construção da Ponte da Guarda do Cubatão  
Elemento  
Red. 260 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00  
1143- Drenagem e Pavimentação Ruas do PAC II  
Elemento  
Red. 251 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 980.000,00  
2030- Manut. E Func. Dos Cemitérios  
Elemento  
Red. 256 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 200.000,00  
2140- troca Total do Toldo da Praça & de Setembro  
Elemento  
Red. 253 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 160.000,00  
7086- Drenagem e Pavimentação da Servidão Jorgino Espindola  
Elemento  
Red. 224 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
7087- Drenagem e Pav. Da Rua Atilio Francisco Martins  
Elemento  
Red. 225 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00  
7088- Drenagem e Pav. Da Trav. Menino Deus  
Elemento  
Red. 226 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
7094- Drenagem e Pav. Da Rua Porto União Vila Nova  
Elemento  
Red. 227 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00  
7095- Drenagem e Pav. Da Rua dos Morretes Vila Nova  
Elemento

Red. 228 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00  
7096- Drenagem e Pav. Da Rua Ezequias - Lot Sto Antônio  
Elemento  
Red. 229 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00  
7097- Drenagem e Pav. Da Rua Estrela de David  
Elemento  
Red. 230 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 55.000,00  
7098- Drenagem e Pav. Rua Emanuel Lot Sto Antonio  
Elemento  
Red. 231 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00  
7101- Revitalização e Humanização do Aterro Praia de Fora  
Elemento  
Red. 232 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 200.000,00  
7102- Paviment. Rua Catarina Claudina Espindola  
Elemento  
Red. 233 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00  
7103 Paviment. Rua Catarina Claudina Espindola  
Elemento  
Red. 234 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00  
7104 Paviment. Rua Maria Amélia Espíndola  
Elemento  
Red. 235 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00  
7105 Paviment. Rua José Serafin Espíndola  
Elemento  
Red. 236 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00  
7106 Paviment. Rua Fabio Sumar  
Elemento  
Red. 237 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00  
7107 Paviment. Rua Francisco Mello Aririú Formiga  
Elemento  
Red. 238 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00  
7108 Paviment. Rua Clotilde Frutuoso Lopes - Aririú  
Elemento  
Red. 239 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00  
7109Paviment. Rua Oracio de Sá - Aririú  
Elemento  
Red. 240 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00  
7110 Paviment. Rua Santa Terezinha de Jesus Aririú  
Elemento  
Red. 241 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00  
7111 Paviment. Rua Julio Ernesto de Mello Aririú da Formiga  
Elemento  
Red. 242 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 90.000,00  
7112 Paviment. Rua Generosa Genoveva de Jesus  
Elemento  
Red. 243 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00  
7113 Paviment. Rua Orlando C. Bruxado  
Elemento  
Red. 244 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00  
7118 Paviment. E Drenagem de Ruas Bairro Aririú  
Elemento  
Red. 245 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas

R\$ 900.000,00  
 7119 Ampliação do cemitério N. S. Navegantes  
 Elemento  
 Red. 257 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 300.000,00  
 7121 Revit. Da Area de Lazer Nossa S. Navegantes  
 Elemento  
 Red. 246 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 100.000,00  
 7122 Pavimentação de Ruas Diversass  
 Elemento  
 Red. 247 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 250.000,00  
 7131 Aquisição de Terreno de Cimetério  
 Elemento  
 Red. 248- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 150.000,00  
 7134 Pavimentação e Drenagem p/ o Sul do Município  
 Elemento  
 Red. 249- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 900.000,00  
 24:00 Secretaria de Planejamento Proj. Esporte Lazer  
 24:01 Secretaria de Planejamento Proj. Esporte Lazer  
 Projeto/Atividade  
 1136 Construção do Ginásio de Esporte da Barra  
 Elemento  
 Red. 320- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 200.000,00  
 1149 Construção do Ginásio de Esporte Eldorado  
 Elemento  
 Red. 324- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 300.000,00  
 1150 Construção do Ginásio de Esporte Arirui  
 Elemento  
 Red. 325- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 300.000,00  
 7116 Reconstrução do Campo de Futebol Bela Vista  
 Elemento  
 Red. 314- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 150.000,00  
 7124 Construção esporte jardim Eldorado  
 Elemento  
 Red. 316- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 500.000,00  
 1141 Academias Esportivas e Comunitárias  
 Elemento  
 Red. 293- 33.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 320.000,00  
 7114 Subvenção Social Guarani Futebol Clube  
 Elemento  
 Red. 313- 33.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 226.000,00  
 27:00 Secretaria de Administração e Previdência  
 27:01 Secretaria de Administração e Previdência  
 Projeto/Atividade  
 1144 Construção do Ginásio de Esporte da Barra  
 Elemento  
 Red. 339- 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 600.000,00  
 Projeto/Atividade  
 2010 Contribuições Tributárias e Contributivas  
 Elemento  
 Red. 280- 33.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 372.000,00  
 15:00 Secretaria de Assistência Social  
 15:01 Secretaria de Assistência Social  
 Projeto/Atividade  
 7115 Subvenção social Cons. Comunit. Jaqueira  
 Elemento

Red. 270- 33.50.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 300.000,00  
 7120 Transf. A Instituições Privadas  
 Elemento  
 Red. 276- 33.50.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 250.000,00  
 13:00 Secretaria de Educação e Cultura  
 13:01 Secretaria de Educação e Cultura  
 1170 Reforma e Ampliação Escola Adriana Weingartner  
 Elemento  
 Red. 113- 44.90.00.00.00.00.01.072 - Aplicações Diretas  
 R\$ 500.000,00  
 Soma Anulação R\$ 16.348.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 5.793.000,00 (cinco milhões, setecentos e noventa e três mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

Suplementação  
 22:00 Faculdade Municipal de Palhoça  
 22:01 Faculdade Municipal de Palhoça  
 2078 - Func e Manut. da Faculdade Municipal de Palhoça  
 Elemento  
 Red. 2 - 31.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 850.000,00  
 Soma R\$ 850.000,00  
 18:00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 18:00 Fundo Municipal de Assistência Social  
 2039- Func e Manut. do Fundo Munic. Assistência Social  
 Elemento  
 Red. 32- 31.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 600.000,00  
 Red. 34- 31.91.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 100.000,00  
 Red. 37- 33.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 350.000,00  
 17:00 Fundo Municipal de Saúde  
 17:01 Fundo Municipal de Saúde  
 2145- Gestão e Estruturação do SUS  
 Elemento  
 Red. 52- 31.90.00.00.00.00.01.002 - Aplicações Diretas  
 R\$ 3.100.000,00  
 Red. 54- 31.91.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 793.000,00  
 Soma Suplementação R\$ 4.943.000,00

Art. 4º A Suplementação a que se refere o artigo 1º. Correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária como segue:

Anulação  
 22:00 Faculdade Municipal de Palhoça  
 22:01 Faculdade Municipal de Palhoça  
 1103 - Construção da Faculdade Municipal de Palhoça  
 Elemento  
 Red. 1 - 44.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 850.000,00  
 Soma R\$ 850.000,00  
 16:00 Encargos Gerais Do Município  
 16:01 Encargos Gerais Do Município  
 Projeto/Atividade  
 0002 Amortização e Encargos da Dívida  
 Elemento  
 Red. 277- 32.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 1.000.000,00  
 Red. 278- 46.90.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas  
 R\$ 3.943.000,00  
 Soma Anulação R\$ 4.943.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 15 de maio de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato de Locação Nº 037/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 037/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total de 1280m2, com 360m2 de área construída, contendo: 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 02 (duas) salas, 04 (quatro) quartos, 05 (cinco) banheiros, 01 (um) lavabo, 01 (uma) lavanderia, 01 (um) quarto para depósito, 01 (uma) dispensa, garagem coberta para 03 (três) carros e pátio externo, localizado na Rua Capitão Augusto Vidal, s/n - Centro, neste Município, funcionamento da CASA LAR MASCULINA

VALOR: R\$ 1.816,90 (hum mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"9"16.01.08.244.0033.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.39.10.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social, designado

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Contrato de Locação Nº 041/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 041/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ODAIR JOÃO PEREIRA

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com dois pavimentos contendo área construída de 265m2, com três dormitórios, duas cozinhas, sala e cozinha conjugada, dois banheiros, varanda, garagem e uma área coberta, localizado na Rua Padre Aurélio Ganzi, s/n, Pinheira, neste Município, funcionamento do Centro Educação Infantil Pinheira.

VALOR: R\$ 2.831,93 (dois mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e três centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "174" - 13.01.12.365.0010.2022.3.3.90/3.3.90.36.15.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Contrato Locação 038/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 038/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: JOAQUIM DONIZETE DA SILVA

OBJETO: Locação de 01 imóvel em alvenaria, com área construída de 257m2, contendo dois pavimentos, 04 (quatro) dormitórios, 03 (três) banheiros, sala de estar, copa, cozinha e garagem, estacionamento, localizado na Rua Valdemar Vieira, nº 46 - Jardim Eldorado, neste Município, funcionamento da Escola Profissional Jardim Eldorado

VALOR: R\$ 1.373,58 (hum mil, trezentos e setenta e três reais e cin-quenta e oito centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"37" 13.13.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Contrato Locação Nº 036/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 036/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: HAROLDO KOCK

OBJETO: Locação de 01(um) galpão em alvenaria totalizando uma área de 450m2, contendo: 01 (um) escritório, 01 (um) banheiro e 02 (dois) depósitos de 5,00mx6,25m cada, localizado na Rua Osmar Sotero, nº 65 - Centro - Palhoça/SC, funcionamento Almo-xarifado da Secretaria de Assistência Social.

VALOR: R\$ 2.127,63 (dois mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e três centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"37" 13.13.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Contrato Locação Nº 039/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 039/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IVANILDE PADILHA RODRIGUES

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel comercial em alvenaria com área total de 184m2, contendo 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha,

02 (dois) banheiros, área de estacionamento, localizado na Rua 507 - Mar Aberto - km 6,50 - Balneário Pinheira, neste município, funcionamento da Escola Profissional.

VALOR: R\$ 1.126,54 (hum mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), mensais.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

"37" 13.13.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Contrato Locação Nº 042/2013**

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 042/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA EPP.

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada em 200m2, contendo sete cômodos, com área total de 290m2, localizada na Rua Antonio Muniz de Aragão, nº 40 - bairro Ponte do Imaruim, neste município, para funcionamento do Centro Educação Infantil Ponte do Imaruim.

VALOR: R\$ 2.123,95 (dois mil, cento e vinte e três reais e noventa e cinco centavos)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

"174" 13.01.2.022.3.3.90.00.00.00.00.01.0001/3.3.90.39.10.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Dispensa de Licitação Nº 084/2013**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total de 1280m2, com 360m2 de área construída, contendo: 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 02 (duas) salas, 04 (quatro) quartos, 05 (cinco) banheiros, 01 (um) lavabo, 01 (uma) lavanderia, 01 (um) quarto para depósito, 01 (uma) dispensa, garagem coberta para 03 (três) carros e pátio externo, localizado na Rua Capitão Augusto Vidal, s/n - Centro, neste Município, funcionamento da CASA LAR MASCULINA

VALOR: R\$ 1.816,90 (hum mil, oitocentos e dezesseis reais e noventa centavos), mensais.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

"9"16.01.08.244.0033.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social, designado

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Dispensa de Licitação Nº 085/2013**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: JOAQUIM DONIZETE DA SILVA

OBJETO: : Locação de 01 imóvel em alvenaria, com área construída de 257m2, contendo dois pavimentos, 04 (quatro) dormitórios, 03 (três) banheiros, sala de estar, copa, cozinha e garagem, estacionamento, localizado na Rua Valdemar Vieira, nº 46 - Jardim Eldorado, neste Município, funcionamento da Escola Profissional Jardim Eldorado

VALOR: R\$ 1.373,58 (hum mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), mensais.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

"37" 13.13.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

**Extrato Dispensa de Licitação Nº 086/2013**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 086/2013

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: HAROLDO KOCK

OBJETO: Locação de 01(um) galpão em alvenaria totalizando uma área de 450m2, contendo: 01 (um) escritório, 01 (um) banheiro e 02 (dois) depósitos de 5,00mx6,25m cada, localizado na Rua Osmar Sotero, nº 65 - Centro - Palhoça/SC, funcionamento Almo-xarifado da Secretaria de Assistência Social.

VALOR: R\$ 2.127,63 (dois mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e três centavos), mensais.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

"37" 13.13.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.



FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

#### **Extrato Dispensa de Licitação Nº 087/2013**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 087/2013  
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA  
LOCADOR: IVANILDE PADILHA RODRIGUES

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel comercial em alvenaria com área total de 184m2, contendo 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 02 (dois) banheiros, área de estacionamento, localizado na Rua 507 - Mar Aberto - km 6,50 - Balneário Pinheira, neste município, funcionamento da Escola Profissional.

VALOR: R\$ 1.126,54 (hum mil, cento e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
"37" 13.13.01.2.044.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretaria de Assistência Social

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

#### **Extrato Dispensa de Licitação Nº 088/2013**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 088/2013  
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA  
LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA EPP

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada em 200m2, contendo sete cômodos, com área total de 290m2, localizada na Rua Antonio Muniz de Aragão, nº 40 - bairro Ponte do Imaruim, neste município, para funcionamento do Centro Educação Infantil Ponte do Imaruim.

VALOR: R\$ 2.123,95 (dois mil, cento e vinte e três reais e noventa e cinco centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
"174" 13.01.2.022.3.3.90.00.00.00.00.01.0001/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

#### **Extrato Dispensa de Licitação Nº 089/2013**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 089/2013  
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA  
LOCADOR: ODAIR JOÃO PEREIRA

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com dois pavimentos contendo área construída de 265m2, com três dormitórios, duas cozinhas, sala e cozinha conjugada, dois banheiros, varanda, garagem e uma área coberta, localizado na Rua Padre Aurélio Ganzi, s/n, Pinheira, neste Município, funcionamento do Centro Educação Infantil Pinheira.

VALOR: R\$ 2.831,93 (dois mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e três centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "174" - 13.01.12.365.0010.2022.3.3.90/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 30/04/2013.

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal interino

#### **Extrato Termo Aditivo N. 035/2013**

TERMO ADITIVO Nº 035/2013 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 013/2013).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA (LOCATÁRIO) E o Sr. HAROLDO KOCK (LOCADOR).

OBJETO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Locação nº 013/2013.

DATA: 30/04/2013

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

#### **Extrato Termo Aditivo Nº 040/2013**

TERMO ADITIVO Nº 040/2013 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 017/2013).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA (LOCATÁRIO) E Sra. ELIEDITE MATTOS ÁVILA (LOCADOR).

OBJETO: Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Locação



nº 013/2013.

DATA: 30/04/2013

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação e Cultura

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

#### **Extrato Termo Aditivo Nº 050/2013**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 050/2013 - (OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 192/2009).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA EMPREI-TEIRA PAVICON LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 210 (duzentos e dez) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 192/2009.

Fica acrescido o valor de R\$ 6.265,09 (seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e nove centavos), sendo R\$ 4.903,94 (quatro mil, novecentos e três reais e noventa e quatro centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 1.361,15 (hum mil, trezentos e sessenta e um reais e quinze centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 0,35908 % do valor do contrato nº 192/2009, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia e d) Projeto, apensadas ao presente instrumento.

A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá por conta do orçamento do Gabinete do Planejamento, Habitação e Projetos, através do elemento: "23" - 060.01.2.087.4.4.90.51.91.

DATA: 04/04/2013

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

FÁBIO FLÁVIO MARTINS  
Secretário de Habitação

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847-2

#### **Extrato Termo Aditivo Nº 059/2013**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 059/2013 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 197/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA WA CO-MÉRCIO LTDA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 210 (duzentos e dez) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 197/2012.

Fica acrescido o valor de R\$ 124.634,16 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 87.243,92 (oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 37.390,24 (trinta e sete mil, trezentos e noventa reais e vinte quatro centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 22,9609% do valor do contrato nº 197/2012,

con-forme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças ana-líticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia e d) Projeto, apensadas ao presente instrumento.

A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá por conta do orçamento da Secretaria de Educação e Cultura, através do elemento: "153" - 13.01.1.007.4.4.90.51.91

DATA: 19/04/2013

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

SCHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

JOSÉ TADEU DA CUNHA  
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 5847-2

#### **Extrato Termo de Retificação a Dispensa de Licitação Nº 005/2013**

TERMO DE RETIFICAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2013.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede na Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal interino, senhor NIRDO ARTUR LUZ, e pelo Secretário de Infraestrutura, Sr.Reni Antônio Schweitzer, resolve celebrar o presente termo de retificação diante as considerações a seguir: Considerando a decisão da Autoridade Superior em efetuar o instrumento de contrato de locação com o prazo de vigência de 12 (doze) meses com início em 01/01/2013 e término em 31/12/2013, fica retificada a redação constante na dispensa de licitação n. 005/2013, da seguinte forma:

Redação Atual:

- VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2013 A 31/03/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

- VIGÊNCIA DO CONTRATO 01/01/2013 a 31/12/2013.

DATA: 03/03/2013.

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER  
Sec. de Infraestrutura

#### **Extrato Termo de Retificação a Dispensa de Licitação Nº 009/2013**

TERMO DE RETIFICAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2013.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede na Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, neste Município, neste ato representada por seu Prefeito Municipal interino, senhor NIRDO ARTUR LUZ, e o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, representado pela Secretária de Assistência Social, Sra. Deise Cristiane Schaimann de Campos, resolve celebrar o presente termo de retificação diante as considerações

a seguir:

Considerando a impossibilidade deste município em efetuar o reajuste de preços pleiteado pela LOCADORA;  
Considerando a impossibilidade da Superintendência Financeira efetuar o pagamento ao LOCADOR, através da conta bancária do seu procurador, ficam retificadas as redações constantes na dispensa de licitação n. 009/2013, da seguinte forma:

Redação Atual:

LOCADOR: CLARICE MARIA MARTINS.

VALOR LOCATÍCIO MENSAL: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Passa a ter a seguinte redação:

LOCADOR: CLARICE MARIA MARTINS, representado por sua Procuradora CONCEIÇÃO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

VALOR LOCATÍCIO MENSAL: R\$ 5.632,73 (cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos),

DATA: 03/03/2013.

NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

DEISE CRISTIANE SCHAIMANN DE CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

#### Extrato de Ata de Registro de Preços 054/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º054/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ASLI COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
112	7.000	UNI	Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e do farmacêutico responsável.	Nutri/Biobase	R\$ 0,6500	R\$ 4.480,00
170	4.000	UNI	Preservativo não lubrificado masculino 52mm .	Microtex/Hipermarca	R\$ 0,1700	R\$ 680,00
Valor Total: R\$ 5.160,00						

#### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º036/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º36/2012 – Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMÉRCIAL LTDA ME. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
2	500	lata	Leite Aptamil 1 em pó, fórmula infantil de partida, adicionada de prebióticos, com relação caseína / proteína do soro e exclusivo mix de 98% de gorduras de origem vegetal de ótima digestibilidade, lata c/ 400 gr.	Aptamil 1 Danone	R\$ 130,9500	R\$ 6.975,00
3	200	lata	Leite Aptamil 2 em pó, fórmula infantil de seguimento, enriquecida com ferro, adequadas para lactentes a partir do sexto mês de vida, carboidratos: lactose e maltodextrina, lata c/ 400 gr.	Aptamil 2 Danone	R\$ 13,1400	R\$ 2.628,00

4	200	lata	Leite Aptamil Pepti em pó, fórmula infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, (80 a 90% peptídeos e 10 a 20% de aminoácidos livres), com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LcPUFas ( DHA – docosahexaenóico e ARA – araquidônico) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten, recomendado para crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, não contém glúten, lata c/ 400 gr.	Apramil Pepti Danone	R\$ 45,0700	R\$ 9.014,00
5	400	lata	Leite Aptamil de Soja 1, fórmula infantil à base de proteína isolada de soja enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina, isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. Indicado para lactentes desde o nascimento até os 06 meses com intolerância à lactose ou indicado retirar o leite de vaca da dieta, lata com 400 gr.	Aptamil Soja Danone	R\$ 16,8900	R\$ 6.756,00
6	500	lata	Leite Aptamil de Soja 2, fórmula infantil à base de proteína isolada de soja enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. Indicado para lactentes a partir do 06 meses com intolerância à lactose ou em situações nas quais for indicado retirar o leite de vaca da dieta, lata com 400 gr.	Aptamil Soja Danone	R\$ 16,8900	R\$ 8.445,00
15	500	lata	Leite em pó Pregomin Pepti, é uma dieta (leite) semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite. Indicações: Alimentação de lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e / ou soja, distúrbios absorptivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Faixa etária: Desde o nascimento, lata com 400 gr.	Pregomin Pepti Danone	R\$ 111,0300	R\$ 55.515,00
18	50	lata	Fortini em pó, sabor baunilha, é um suplemento infantil hipercalórico. está indicado para prevenção da desnutrição e recuperação do estado nutricional, anorexia e situações onde há baixa ingestão de nutrientes. aumento das necessidades nutricionais como pré e pós operatório, oncologia, trauma, infecção e outros quadros hipermetabólicos. isento de lactose e glúten, possui sacarose. Faixa etária: a partir de 01 ano. Lata com 400gr.	Fortine Danone	R\$ 30,7400	R\$ 1.537,00
23	60	lata	Supra Soy sem Lactose, natural, é um alimento saudável, nutritivo e saboroso, preparado com proteína isolada de soja, sem lactose. Proporciona os benefícios nutricionais da proteína da soja, contém mais vitamina A, Fósforo e Zinco do que o leite integral e é fonte de Cálcio, Ferro e Iodo. Indicado a partir dos 12 meses de vida. Possui somente ingredientes de origem vegetal e é rico em vitaminas A, B12 e D, Fósforo e Zinco. Lata com 300gr.	Supra Soy Josapar	R\$ 14,7000	R\$ 882,00
24	30	lata	Supra Soy sem Lactose, sabor de banana, é um alimento saudável, nutritivo e saboroso, preparado com proteína isolada de soja, sem lactose. Proporciona os benefícios nutricionais da proteína da soja, contém mais vitamina A, Fósforo e Zinco do que o leite integral e é fonte de Cálcio, Ferro e Iodo. Indicado a partir dos 12 meses de vida. Possui somente ingredientes de origem vegetal e é rico em vitaminas A, B12 e D, Fósforo e Zinco. Lata com 300gr.	Supra Soy Josapar	R\$ 14,7000	R\$ 441,00
25	60	lata	Supra Soy sem Lactose, sabor iogurte, é um alimento saudável, nutritivo e saboroso, preparado com proteína isolada de soja, sem lactose. Proporciona os benefícios nutricionais da proteína da soja, contém mais vitamina A, Fósforo e Zinco do que o leite integral e é fonte de Cálcio, Ferro e Iodo. Indicado a partir dos 12 meses de vida. Possui somente ingredientes de origem vegetal e é rico em vitaminas A, B12 e D, Fósforo e Zinco. Lata com 300gr.	Supra Soy Josapar	R\$ 14,7000	R\$ 882,00
VALOR TOTAL R\$ 93.075,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º037/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º037/2012 – Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	60	lata	Fiber Mais, suplemento alimentar de fibra solúvel indicado para aumentar a ingestão rotineira de fibras dietéticas, ingredientes goma guar parcialmente hidrolisada e inulina, não contém glúten e sacarose, possui 60% Goma guar e 40% Inulina, lata com 260 gr.	Resourcen Nestlé	R\$ 73,000	R\$ 4.380,00
11	200	lata	Leite em pó Nutren Activa, sabor banana, é ideal para quem busca a reeducação alimentar mesmo sem tempo para se alimentar corretamente. Contém 25 vitaminas e minerais, além de ser uma importante fonte de proteínas. Ingredientes: leite em pó desnatado, maltodextrina, fruto oligossacarídeos, gordura láctea, inulina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja e aromatizante, contém glúten. Lata com 400 gr.	Nutren Nan Nestlé	R\$ 28,0500	R\$ 5.610,00
12	200	lata	Leite em pó Nutren Activa, sabor baunilha, é ideal para quem busca a reeducação alimentar mesmo sem tempo para se alimentar corretamente. Contém 25 vitaminas e minerais, além de ser uma importante fonte de proteínas. Ingredientes: leite em pó desnatado, maltodextrina, fruto oligossacarídeos, gordura láctea, inulina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja e aromatizante, contém glúten. Lata com 400 gr.	Nutren Nan Nestlé	R\$ 28,0500	R\$ 5.610,00
13	300	lata	Leite em pó Nutren Jr, é uma nutrição completa e balanceada especialmente desenvolvida para atender às necessidades de crianças de 01 a 10 anos. Contribui para recuperação nutricional de crianças debilitadas. Não Contém Glúten e Lactose, sabores variados, lata com 400 gr.	Nutren Nan Nestlé	R\$ 40,3500	R\$ 12.105,00
14	500	lata	Leite em pó Peptamen Junior, é uma nutrição à base de peptídeos para crianças de 01 a 10 anos. Isenta de glúten, colesterol e lactose. Indicada para problemas de má absorção, diarreia, desnutrição, sepse, câncer, doenças inflamatórias intestinais, lata com 400 gr.	Peptamen Jr Nestlé	R\$ 165,000	R\$ 82.500,00
19	30	lata	Mucilon de Arroz com Aveia, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 8º mês, ingredientes: Farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 246,00
20	30	lata	Mucilon de Arroz, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 6º mês, ingredientes: Farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 246,00
21	60	lata	Mucilon de Milho, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 6º mês, ingredientes: Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 492,00
22	60	lata	Mucilon Multicereais, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 6º mês, ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 492,00

VALOR TOTAL R\$ 111.681,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º038/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º38/2012 - Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
10	700	lata	Leite em pó Neocate, uma fórmula de aminoácidos elementar e não alergênica, nutricionalmente completa, em pó, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes que pode ser usada desde o nascimento. Isenta de proteína láctea, lactose, galactose, frutose, sacarose e glúten, lata com 400 gr.	Neocate Support	R\$ 152,0000	R\$ 106.400,00

VALOR TOTAL R\$ 106.400,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º039/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º39/2012 - Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
8	200	lata	Leite em pó Nan sem Lactose é uma fórmula infantil especial, isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos opção adequada na intolerância à lactose. Não contém glúten, lata com 400 gr.	Nan S/Lac Nestlé	R\$ 29,4000	R\$ 5.880,00
9	800	lata	Leite em pó Nan Soy, fórmula infantil de origem vegetal, à base de proteína isolada de soja, isenta de lactose e sacarose; é enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Não contém leite ou produtos lácteos, lata com 400 gr.	Nan Soy Nestlé	R\$ 24,1000	R\$ 19.280,00
16	600	lata	Leite Nan 1 Pro, é uma fórmula infantil de partida, favorecendo as defesas imunológicas nos primeiros meses de vida. Adição de LC-PUFAS para a modulação da resposta imunológica. carboidratos: 100% lactose. Não contém glúten, lata com 400gr.	Nan 1 Pro Nestlé	R\$ 18,6200	R\$ 11.172,00
17	300	lata	Leite Nan 2 Pro, é uma fórmula infantil de seguimento, favorecendo as defesas imunológicas no momento da introdução da alimentação complementar. carboidratos: 100% lactose, não contém glúten, lata com 400 gr.	Nan 2 Pro Nestlé	R\$ 15,9100	R\$ 4.773,00

VALOR TOTAL R\$ 41.105,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º040/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º040/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
30	10.000	Comp.	Levodopa benze-razida 100 25mg (HBS)	Prolopa Roche	R\$ 1,1700	R\$ 11.700,00
VALOR TOTAL R\$ 11.700,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º041/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º041/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
3	2.000	Amp.	Adrenalina injetável 01 ml (01-02-0413)	Hipolabor	R\$ 0,7590	R\$ 1.518,00
23	100	cx	Glimepirida 2 mg, caixa com 30 comprimidos	Torrent	R\$ 3,1800	R\$ 318,00
24	100	cx	Glimepirida 4 mg, caixa com 30 comprimidos	Cifarma	R\$ 2,7240	R\$ 272,40
36	170.000	Comp.	Nifedipino retard 20 mg	Laboris	R\$ 0,0573	R\$ 9.741,00
44	40.000	Comp.	Salbutamol 2 mg	Glaxosmithkline	R\$ 0,1930	R\$ 7.720,00
49	800	Amp.	Succinil colin 100mg injetável (01-02-1180)	Ariston	R\$ 19,1500	R\$ 15.320,00
VALOR TOTAL R\$ 34.889,40						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º042/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º042/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
7	800.000	Comp.	Amitriptilina 25 mg	Cristália	R\$ 0,1170	R\$ 93.600,00
VALOR TOTAL R\$ 93.600,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º043/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º043/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
35	12	cx	Mimpara 30mg c/30cp	Cinacalcete Patheon	R\$ 544,60	R\$ 425,50
VALOR TOTAL R\$ 5.093,16						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º044/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º044/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
14	60.000	Comp.	Carbonato de cálcio vitamina D 500mg 200UI	Natulab	R\$ 0,1480	R\$ 8.880,00
18	800.000	Comp.	Clonazepan 2 mg	Hypermarcas	R\$ 0,0750	R\$ 60.000,00
45	600.000	Comp.	Sinvastatina 10 mg	Sanval	R\$ 0,0390	R\$ 23.400,00
46	900.000	Comp.	Sinvastatina 20 mg	Laboris	R\$ 0,0590	R\$ 53.100,00
VALOR TOTAL R\$ 145.380,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º045/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º045/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MADICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
1	3	Frasco	Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa	Aclasta Novartis	R\$ 945,5600	R\$ 2.863,68
5	100	cx	Alenia 12/400mcg, caixa com 60 caps	Alenia Biosintetica	R\$ 40,4600	R\$ 4.046,00
8	50	cx	Anafranil SR 75mg, caixa caica com 20 comp.	Anafranil Novartis	R\$ 30,9900	R\$ 1.549,50
10	100	cx	Apresolina 25mg, caixa com 20 comp.	Apresolina Novartis	R\$ 2,6000	R\$ 260,00
11	80	cx	Apresolina 50mg, caixa com 20 comp.	Apresolina Novartis	R\$ 3,5000	R\$ 280,00
13	100	cx	Artrolive (cx c/90cp) (01-02-1327)	Artrovile Aché	R\$ 96,5100	R\$ 9.651,00
21	100	tb	Furoato de mome- tasona pomada 20g (01-02-1516)	Genérico Biosintética	R\$ 6,1100	R\$ 611,00
26	200.000	Comp.	Isossorbida, monitra- to 20 mg	Genérico Biosintética	R\$ 0,0830	R\$ 16.600,00
32	40	cx	Lotar 5/100mg c/30cp	Lotar Biosintética	R\$ 58,5700	R\$ 2.342,80
53	30	Frasco	Verotina gotas 20 mg/ mL (01-02-1330)	Verotina Libbs	R\$ 22,2700	R\$ 668,10
VALOR TOTAL R\$ 38.872,08						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º046/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º046/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
20	12	Un	Forteo 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa	Forteo/Lilly	R\$ 1.548,62	R\$ 18.583,44
VALOR TOTAL R\$ 18.583,44						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º047/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º047/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GENÉSIO A MENDES & CIA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
4	5.000	amp.	Água destilada 20 ml injetável (01-02-1102)	Isofarma	R\$ 0,1688	R\$ 844,00
16	130	cx	Cellcept 500 mg c/50 cp (01-02-0928)	Roche	R\$ 426,00	R\$ 55.380,00
Valor Total R\$ 56.224,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º048/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º048/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E O COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
15	500.000	Comp.	Carvedilol 6,25 mg	Baldacci	R\$ 0,0649	R\$ 32.450,00
27	150.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 40 mg	Baldacci	R\$ 0,1180	R\$ 17.700,00
37	30	Cx	Olanzapina 5 mg, caixa com 28 comprimidos	Sandoz	R\$ 35,8826	R\$ 1.076,48
39	30	cx	Pradaxa 150 mg c/60 cp.	Boehringer	R\$ 73,4422	R\$ 2.203,27
42	200.000	Comp.	Propatilnitrato 10 mg	Farmoquimica	R\$ 0,2011	R\$ 40.220,00
56	30.000	Comp.	Alopurinol 300mg	Baldacci	R\$ 0,0830	R\$ 2.490,00
Valor Total: R\$ 96.139,75						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º049/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º049/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
34	30	cx	Meloxicam 10mg/mL -1,5mL c/ 5 ampolas (01-02-1335)	Eurofarma	R\$ 10,7000	R\$ 321,00
55	60	CX	Zolpidem 10 mg	Sandoz	R\$ 1,1200	R\$ 67,20
VALOR TOTAL R\$ 328,20						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º050/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º050/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRATI DONADUZZI & CIA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
40	150.000	Comp.	Prednisona 5 mg	Prednisona 5/Prati	R\$ 0,0280	R\$ 4.200,00
41	200.000	Comp.	Prednisona 20 mg	Prednisona 20/Prati	R\$ 0,530	R\$ 10.600,00
Valor Total: R\$ 14.800,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º051/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º051/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 20/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
17	1.200.000	Comp.	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg	EMS	R\$ 0,1150	R\$ 138.000,00
Valor Total: R\$ 138.000,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º052/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º052/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
19	2.000	RL	Algodão Hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo- Aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca (mínimo 80% de brancura), rolo com 500g. (01.05.0741)	Farol	R\$ 7,3600	R\$ 14.720,00
94	400	CX	Fio de nylon 5-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades. (01-05-0592)	Procure	R\$ 13,8600	R\$ 5.544,00
100	500	CX	Fio de sutura nylon 4-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env. (01-05-0305)	Procure	R\$ 13,9800	R\$ 6.990,00
106	200	UNI	Fita métrica de 1,5m para avaliação de medidas. Em plástico, flexível e graduada nos dois lados. (01-05-0748)	Corrent	R\$ 1,9400	R\$ 388,00
161	1.000	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto. (01-05-0613)	Daru	R\$ 4,8700	R\$ 4.870,00
162	400	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho infantil. (01-05-0611)	Daru	R\$ 4,8700	R\$ 1.948,00
203	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 14 com balão 5cc (01-05-0622)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
204	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 16 com balão 5cc (01-05-0623)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
205	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 18 com balão 5cc (01-05-0624)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00

206	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 22 com balão 5cc (01-05-0625)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
208	200	UNI	Sonda gástrica levine n.º. 10 (01-05-0754)	Biosani	R\$ 0,4100	R\$ 82,00
Valor Total R\$ 38.102,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º053/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º053/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabri- cante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
23	200	FRS	Almotolia transparente, frasco com 100ml.	JProlab	R\$ 0,8700	R\$ 174,00
33	10.000	UNI	Avental descartável frontal manga longa, punho látex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.	Farmaclean	R\$ 0,8700	R\$ 8.700,00
34	300	EMB.	Barbeador descartável de 2 lâminas paralelas de aço inox, para tricotomia, embalagem com 2 unidades.	Bic	R\$ 0,3000	R\$ 90,00
35	50	UNI	Bateria de 9 V para detector fetal.	Vinnic	R\$ 19,7900	R\$ 989,50
41	5	unid.	Cabos para eletrodos para o aparelho eletrocardiógrafo da marca Cardio Touch.	Cardio Touch	R\$ 720,000	R\$ 3.600,00
43	50	CX	Caixa porta Lâminas em plástico resistente, branco, tampa é fixada na caixa através de 2 dobradiças, com capacidade p/ aprox. 50 lâminas.	JProlab	R\$ 6,8400	R\$ 342,00
66	15	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra pequeno.	Marimar	R\$ 14,8800	R\$ 223,20
67	20	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janelatraqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Grande.	Marimar	R\$ 14,8800	R\$ 297,60
68	1.000	PCT	Coletor de urina infantil (Unisex), estéril, pct com 10 unidades.			
Medsonda	R\$ 2,2100	R\$ 2.210,00				
81	10	unid.	Eletrodos de membro tipo cliques reutilizáveis, adulto, periférico, para o aparelho eletrocardiógrafo da marca Cardio Touch.	Cardio Touch	R\$ 78,0000	R\$ 780,00
87	700	PCT	Escova Cervical, pacote com 100 unidades.	Kolplast	R\$ 11,4700	R\$ 8.029,00
115	800	UNI	Garrote com tubo látex nº 200 em pequena base de PVC branco.	Lemgruber	R\$ 4,4000	R\$ 3.520,00
117	2.000	FRS	Gel para sonar frasco com 100 ml. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso do equipamento, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em frasco de 100ml.	Maxicor	R\$ 0,9900	R\$ 1.980,00
121	100	CX	Haste em polipropileno flexível, com algodão hidrófilo tratado com carboximetil celulose e bactericida em suas pontas, caixa com aprox. 75 unidades.	Higie Topp	R\$ 0,6500	R\$ 65,00
124	700	UNI	Intermediários para aspiração 204.	Auriflex	R\$ 2,2100	R\$ 1.547,00
134	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades.	Maxicor	R\$ 5,9000	R\$ 1.180,00
137	50	UNI	Lâmpada fria de 16 w, para foco clínico.	Philips	R\$ 64,9500	R\$ 3.247,50
141	100	UNI	Lanterna clínica de bolso, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.	Press Control	R\$ 14,6200	R\$ 1.462,00





&#8195;						
143	300	ROLO	Lençol descartável de papel para maca, com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx50cm.	Plumax	R\$ 10,9800	R\$ 3.294,00
148	6.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 7.	Embramac	R\$ 0,9400	R\$ 5.640,00
149	5.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,0.	Embramac	R\$ 0,9400	R\$ 4.700,00
156	7.000	PAR	Luva ginecológica estéril para toque .	Descarlucas	R\$ 0,0790	R\$ 553,00
163	400	UNI	Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, angulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.	3 M	R\$ 17,0000	R\$ 6.800,00
166	150	RL	Papel para eletrocardiograma 48mmx30mt. (rolo) .	Biomed	R\$ 1,8600	R\$ 279,00
168	1.000	RL	Papel para eletrocardiograma, rolo com 58mmx30m.	Biomed	R\$ 2,4400	R\$ 2.440,00
187	500	FRS	Solução spray para fixação de esfregaços vaginais (fixador citológico) frasco com 100 ml.	Adlin	R\$ 3,8900	R\$ 1.945,00
202	800	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 12 com balão 5cc.	Solidor	R\$ 0,9400	R\$ 752,00
225	1.500	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 16.	Medsonda	R\$ 0,6400	R\$ 960,00
244	30.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 250 ml.	Lbs	R\$ 0,9200	R\$ 27.600,00
246	20.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml.	Equiplex	R\$ 1,2400	R\$ 24.800,00
247	5.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 1000 ml.	Equiplex	R\$ 2,3700	R\$ 11.850,00
249	30.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 250 ml.	Equiplex	R\$ 1,2600	R\$ 37.800,00
250	20.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 500 ml.	Equiplex	R\$ 1,5500	R\$ 31.000,00
&#8195;						
251	500	FRS	Soro Glicofisiológico 1000ml - Solução de Glicose a 5% Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	Equiplex	R\$ 2,900	R\$ 1.450,00
252	500	FRS	Soro Glicofisiológico 500ml - Solução de Glicose a 5% Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	Equiplex	R\$ 1,7200	R\$ 860,00
253	10.000	FRS	Soro glicosado 5% 250 ml, sistema fechado.	Equiplex	R\$ 1,4300	R\$ 14.300,00
254	2.000	FRS	Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado.	Equiplex	R\$ 1,6500	R\$ 3.300,00
255	300	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho grande, medindo aproximadamente 60x10 cm.	Marimar	R\$ 23,6600	R\$ 7.098,00
256	800	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho médio, medindo aproximadamente 45x10 cm.	Marimar	R\$ 22,5000	R\$ 18.000,00
257	800	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho pequena, medindo aproximadamente 30x10 cm.	Marimar	R\$ 18,4000	R\$ 14.720,00
275	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 10,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3900	R\$ 417,00
277	100	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 2,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3000	R\$ 130,00
&#8195;						

278	1.950	UNI	Tubo endotraqueal sem balão 4,5mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,2800	R\$ 2.496,00
282	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3900	R\$ 417,00
Valor Total: R\$ 262.037,80						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º055/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabri- cante	Preço de Fá- brica	Preço com o CAP 24,38 %
1	1.000	PCT	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades.	Theoto	R\$ 1,8500	R\$ 1.850,00
39	1.100	PCT	Bolsa de colostomia de 30 mm descartável em PVC estéril com adesivo hipoalérgico, pacote com 10 unidades.	Mark Med	R\$ 2,5000	R\$ 2.750,00
40	600	PCT	Bolsa de colostomia de 50mm descartável em PVC estéril com adesivo hipoalérgico, pacote com 10 unidades.	Mark Med	R\$ 3,0000	R\$ 1.800,00
89	800	PCT	Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartável, utilizada para coleta de exames ginecológicos, embalagem contendo 100 unidades.	Theoto	R\$ 3,8900	R\$ 3.112,00
157	200	UNI	Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster, metalizada, com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 0,78 x 0,45cm. Neonatal.	Marimar	R\$ 10,0000	R\$ 2.000,00
199	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 14.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 640,00
240	80.000	UNI	Sonda uretral nº 12.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 23.200,00
241	30.000	UNI	Sonda uretral nº 14.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 9.600,00
242	1.000	UNI	Sonda uretral nº 16.	Mark Med	R\$ 0,3500	R\$ 350,00
Valor Total: R\$ 45.302,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º056/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º056/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabri- cante	Preço de Fá- brica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	-----------------------	-----------------------	----------------------------

11	3.000	CX	Agulha hipodérmica desc. 40x12, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med man	Gold-	R\$ 3,2900	R\$ 9.870,00
12	4.000	CX	Agulha hipodérmica desc. 13x4,5, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med man	Gold-	R\$ 2,8700	R\$ 11.480,00
60	1.200	FRS	Clorexidina gliconato, dosagem 0,5%, aplicação solução alcoólica	Rioquímica		R\$ 5,6900	R\$ 6.828,00
269	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 4,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traque-	al/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
270	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 5,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traque-	al/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
271	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traque-	al/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
272	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,5 mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traque-	al/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
273	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traque-	al/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00

274	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Med Traqueal/Med Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
280	200	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 8,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	R\$ 1,3700	R\$ 274,00
281	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 8,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	R\$ 1,3700	R\$ 411,00

Valor Total: R\$ 30.999,00

#### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º057/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º057/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COSMODERMA INDÚSTRIA E COMÉRCIL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
78	1.000	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 05 litros.	Cosmoderma	R\$ 50,0000	R\$ 50.000,00
79	1.500	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 1000 ml.	Cosmoderma	R\$ 10,8000	R\$ 16.200,00

Valor Total: R\$ 66.200,00

#### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º058/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º058/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	------------------	------------------	-------------------------



80	350.000	UNID.	Dispositivo perfuro cortante para punção de sangue (lanceta), mantido com a agulha protegida e estéril, acoplada a lancetador descartável, de uso único, agulha com profundidade de penetração de no mínimo dois tamanhos, retraindo automaticamente após o uso. O fornecedor das lancetas deverá disponibilizar 1.500 lancetadores, em regime de comodato.	G-Tech	R\$ 0,1300	R\$ 45.500,00
Valor Total: R\$ 45.500,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º059/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º059/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INDÚSTRIA FARMACEUTICA RIOQUÍMICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
15	500	FRS	Álcool 70% em gel, glicerinado. Gel anti-séptico a base de álcool etílico 70%, com agentes umectantes e emolientes; frs com 5000 ml.	Rioquímica	R\$ 24,9000	R\$ 12.450,00
16	1.200	FRS	Álcool Iodado 1%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 5,5000	R\$ 6.600,00
17	8.000	FRS	Álcool líquido 70%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 2,6000	R\$ 20.800,00
18	7.000	FRS	Álcool líquido 96%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 3,4500	R\$ 24.150,00
118	300	FRS	Glicerina líquida, PA, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 10,000	R\$ 3.000,00
122	10.000	FRS	Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.	Rioquímica	R\$ 1,8500	R\$18.500,00
125	800	FRS	Iodopovidona 10% (PVP-I Tópico), à base de iodopovidona em solução aquosa, anti-séptico hospitalar indicado para curativos em geral, queimaduras, traumatismos, ferimentos superficiais da pele e na anti-sepsia complementar do campo operatório, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 8,5000	R\$ 6.800,00
Valor Total: R\$ 92.300,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º060/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º060/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
25	500	PCT	Atadura de crepon com 13 fios, com 30cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 14,9100	R\$ 7.455,00



70	12.000	UNI	Coletor para perfurocortantes 13 litros, com alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853. Fácil montagem, possuir bocal aberto para facilitar o descarte dos materiais, sem necessidade de abrir e fechar tampa. Acompanhar saco plástico para o transporte do coletor antes da montagem e para revestimento interno do coletor. O saco plástico junto com o fundo rígido, a cinta e a bandeja, devem formar um espesso conjunto de revestimento interno, evitando perfurações e vazamentos. A trava e a contra-trava de segurança devem garantir que, após o fechamento do coletor, a tampa não se abra durante o transporte.	Cartoon Box	R\$ 2,0900	R\$ 25.080,00
131	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 594,00
132	300	CX	Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 1.782,00
133	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 594,00
135	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	1.188,00
136	30	UNI	Lâmpada de emissão de infra-vermelho de 150W/127V.	Phillipis	R\$ 99,0900	R\$ 2.972,70
138	30	UNI	Lâmpada halogênia 2,5v para laringoscópio.	Mikatos	R\$ 32,0000	R\$ 960,00
201	800	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 10 com balão 5cc.	Solidor	R\$ 1,5100	R\$ 1.208,00
&#8195;						
245	25.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 500 ml.	Arboreto	R\$ 1,1400	R\$ 28.500,00
276	100	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 2,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 0,9900	R\$ 99,00

Valor Total: R\$ 70.432,70

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º061/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º061/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	------------------	------------------	----------------------------



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

7	1.500	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Embramac	R\$ 2,8700	R\$ 4.305,00
9	1.200	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x8, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Embramac	R\$ 2,8700	R\$ 3.444,00
10	765	CX	Agulha hipodérmica desc. 30x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 2,8700	R\$ 2,195,55
26	7.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 10cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 4,9700	R\$ 34.790,00
27	7.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 12cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 5,9700	R\$ 41.790,00

32	7.600	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 8cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 3,9900	R\$ 30.324,00	
36	150	UNI	Bateria para termômetro digital .	Bells	R\$ 1,8500	R\$ 277,50	
44	400	UNI	Camisola/Avental em tergal para preventivo, cor branco, tamanho único.	LD	R\$ 16,0000	R\$ 6.400,00	
47	10	unid.	Cânula de Guedel calibre 00, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 1,9800	R\$ 19,80	

48	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 01, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 1,9800	R\$ 19,80	
----	----	-----	--	--------	------------	-----------	--

49	15	UNI	Cânula de Guedel calibre 02, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,4000	R\$ 36,00	
----	----	-----	--	--------	------------	-----------	--



50	15	UNI	Cânula de Guedel calibre 03, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 38,55	
----	----	-----	--	--------	------------	-----------	--

51	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 04, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 25,70	
----	----	-----	--	--------	------------	-----------	--

52	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 05, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 25,70	
62	20	UNI	Cobertor Microfibra, 100% poliéster, Medindo aproximadamente 150x220cm, cores claras.	Etruria	R\$ 22,0000	R\$ 440,00	
69	1.000	Unid.	Coletor de urina sistema aberto 1200ml, com as especificações mínimas: de forma cilíndrica, de polietileno de alta densidade, com 200mm de altura e 9 cm de diâmetro, escala de volume com marcações em traços horizontais. O tubo extensor com 1200mm de extensão.	Medsonda	R\$ 1,9700	R\$ 1.970,00	

73	15.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 11 fios/cm <sup>2</sup> (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	Medi House	R\$ 12,5600	R\$ 188.400,00	
83	50.000	UNID.	Equipo Macro-gotas, câmara flexível, estéril, com injetor lateral e válvula de ar.	Med Equipo	R\$ 0,4900	R\$ 24.500,00	
95	300	CX	Fio de nylon 6-0, com agulha monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 13,1000	R\$ 3.930,00	
108	8.000	PCT	Fralda descartável infantil tamanho "G", 10 a 14 kg. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes (para garantir maior absorção e retenção de líquidos) e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 10 unidades.	DRY	R\$ 3,2300	R\$ 25.840,00	

110	30.000	PCT	Fralda Geriatrica tamanho "M". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antia-zamento, formato anatômico, flocos de gel superab-sorventes, (que garantem maior absorção e reten-ção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas repo-sicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Medifral	R\$ 6,5400	R\$ 196,200,00	
111	10.000	PCT	Fralda Geriatrica tamanho "P". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antia-zamento, formato anatômico, flocos de gel superab-sorventes, que garantem maior absorção e reten-ção de líquidos, difusor de líquido e fitas adesivas repo-sicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Masterfral	R\$ 5,6600	R\$ 56.600,00	
113	100	UNI	Fronha hospitalar, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,50 x 0,70m, na cor branco.	LD	R\$ 7,8300	R\$ 783,000	
120	100	PCT	Gorro para cirurgia com elástico, descartável. Deve moldar-se con-fortavelmente à cabeça e cabelo. Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utili-zação. Cor branca. Pacote com 100 unidades.	Olimed	R\$ 4,7500	R\$ 475,00	
123	500	UNI	Intermediários de silicone 204 de 6 x 12mm.	H2M Rubber	R\$ 7,0100	R\$ 3.505,00	



127	60	kit	Kit Cateter venoso central Adulto mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 Cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado; 1 Dilatador; 1 Fio guia em J; 1 Agulha; 1 Seringa descartável; 1 Bisturi descartável; 1 Fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres Hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: Cateter em Poliuretano Hidrofílico Centimetrado, Dilatador, Fio Guia em "J" e Adiantador do Fio Guia, Agulha de Punção, Seringa descartável, Bisturi descartável com cabo, Fixador de Cateter tipo Borboleta com trava e Tampa protetora auto selante. Ponta Soft, flexível. Válvula Luer Lock com Câmara de Látex.	Biomedical	R\$32,0000	R\$ 1.920,00	
-----	----	-----	---	------------	------------	--------------	--

128	40	kit	Kit Cateter venoso central Infantil mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 Cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado; 1 Dilatador; 1 Fio guia em J; 1 Agulha; 1 Seringa descartável; 1 Bisturi descartável; 1 Fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres Hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: Cateter em Poliuretano Hidrofílico Centimetrado, Dilatador, Fio Guia em "J" e Adiantador do Fio Guia, Agulha de Punção, Seringa descartável, Bisturi descartável com cabo, Fixador de Cateter tipo Borboleta com trava e Tampa protetora auto selante. Ponta Soft, flexível. Válvula Luer Lock com Câmara de Látex.	Biomedical	R\$ 37,0000	R\$ 1.480,00	
140	100	UNI	Lâmpada para otoscópio.	Mikatos	R\$ 22,0000	R\$ 2.200,00	
142	10.000	PCT	Lençol com elástico descartável, fabricado em 100% polipropileno (TNT) em material 30grs/m², na cor branca, medidas aprox. 2,10 x 0,90 cm, pcte c/ 10 unid.	Anadona	R\$ 6,3500	R\$ 63.500,00	
145	220	UNI	Lençol para maca ou leito, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,90x2,00m, com elástico, na cor branco.	LD	R\$ 14,8500	R\$ 3.267,00	
152	1.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável, para uso hospitalar, tam. G, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 11.000,00	

153	3.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. M, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 33.000,00	
154	3.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. P, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 33.000,00	
155	1.500	CX	Luva de procedimento látex, descartável , para uso hospitalar, tam. PP, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 16.500,00	

160	1.000	CX	Máscara descartável simples confeccionada em TNT, tecido não-tecido 100% de polipropileno do tipo agulhado com 40 gr/m2. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Caixa com 50 unidades.	Olimed	R\$ 3,2000	R\$ 3.200,00	
164	400	CX	Papel crepado 30x30 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hiporrepelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	Polar Fix	R\$ 46,9000	R\$ 18.760,00	

165	600	CX	Papel crepado 50x50 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material, crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hiporrepelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	Polar Fix	R\$ 139,0000	R\$ 83.400,00	
179	300	CX	Seringa desc. 1 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 7,7000	R\$ 2.310,00	
180	1.100	CX	Seringa desc. 3 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 6,4200	R\$ 7.062,00	
181	1.200	CX	Seringa desc. 5 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 7,0500	R\$ 8.460,00	
182	1.300	CX	Seringa desc. 10 ml, sem agulha cx c/ 100 unid.	SR	R\$ 12,1100	R\$ 15.743,00	
186	1.000	CX	Seringa descartável 20ml sem agulha, caixa com 100 unidades.	SR	R\$ 18,2300	R\$ 18.230,00	
227	300	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 08	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 2.685,00	
228	300	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 10	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 2.685,00	
229	50	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 12	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 447,50	
258	150	UNI	Tecido em brim para campo cirúrgico tam. 50X50 cm, fechado, cor caqui.	LD	R\$ 4,4500	R\$ 667,50	



259	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 40x40, Fenestrado, cor caqui.	LD	R\$ 4,7500	R\$ 712,50	
260	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 60x60, fechado, cor caqui	LD	R\$ 5,8500	R\$ 877,50	
261	50	UNI	Tecido em brim para campo cirúrgico, tam. 50X50 cm, fenestrado, com diâmetro de 8 cm, cor caqui.	LD	R\$ 5,8500	R\$ 292,50	
262	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico, tamanho aprox. 40x40 cm, fechado, cor caqui.	LD	R\$ 3,8500	R\$ 577,50	
266	40	CJ	Travesseiros 100% fibra siliconizada, revestido em tecido 100% algodão, percal com aprox. 235 fios, deve acompanhar capa impermeável, confeccionada em plástico com reforço em malha de poliéster, é totalmente impermeável, lavável e antialérgica, podendo ser utilizado produtos de limpeza inclusive álcool, com zíper para fácil colocação. Medindo aprox. 50 x 70 cm.	Altemburg	R\$ 27,5000	R\$ 1.100,00	

267	300	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 3,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 2,0100	R\$ 603,00	
268	300	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 3,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 2,0100	R\$ 603,00	

279	1.950	UNI	Tubo endotraqueal sem balão 5,0mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3000	R\$ 2.535,00	
Valor Total: R\$ 963.152,60							

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º062/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º062/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
2	200	FRS	Ácido acético solução a 3%, frs. c/ 1000 ml .	Myako	R\$ 8,0000	R\$ 1.600,00
3	2.500	FRS	Ácidos Graxos Essenciais, tratamento oleoso para curativo, para uso em pele lesionada, restaurador do epitélio, composto de óleos vegetais polisaturados, ácido linoleico, ácidos cáprico, caprílico, láurico, lecitina de soja, vitamina A, vitamina E, para uso em qualquer tipo de ferida limpa, embalagem com identificação do produto, marca, lote de fabricação, procedência e registro no MS, conteúdo 200ml.	Agederm	R\$ 6,1000	R\$ 15.250,00
5	4.000	FRS	Água Oxigenada Volume 10, frasco com 100 ml.	Rioquímica	R\$ 0,9000	R\$ 3.600,00
6	3000	unid.	Agulha estéril 30 x 0,7 mm, para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança em plástico, esterilização por radiação gama.	BD	R\$ 0,6300	R\$ 1.890,00
20	500	PCT	Algodão multiuso retangular, medindo aproximadamente 60x40mm. Macio e absorvente, confeccionados em fibras de 100% algodão alveadas. Pacote com aproximadamente 100 gr.	Cremer	R\$ 2,2800	R\$ 1.140,00



28	10.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 15cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 7,4400	R\$ 74.400,00
31	2.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 6cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 2,9760	R\$ 5.952,00
37	150	FRS	Benzina retificada, frs c/1000 ml.	Ricie	R\$ 10,2000	R\$ 1.530,00
46	800	CX	Campo operatório, compressa de gases hidrófila 100% algodão medindo 45 x 50cm, com cadarço, tecido alvejados (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido), com 4 camadas de gaze tipo tela, fixadas entre si, com as bordas embainhadas tipo "overlock", com dispositivo para fixação, na forma de alça, firmemente unido ao seu corpo, pacote com 50 unidades.	Polar Fix	R\$ 38,5000	R\$ 30.800,00
53	5.000	UNI	Cateter intravenoso nº 14 G.	Solidor	R\$ 0,3600	R\$ 1.800,00
55	12.000	UNI	Cateter intravenoso nº 18 G.	Solidor	R\$ 0,3400	R\$ 4.080,00
58	15.000	UNI	Cateter intravenoso nº 24 G.	Solidor	R\$ 0,3600	R\$ 5.400,00
61	1.200	FRS	Clorexidina gliconato, dosagem 2%, aplicação degermante.	Vic Pharma	R\$ 7,9000	R\$ 9.480,00
74	15.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm <sup>2</sup> (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	Medi House	R\$ 14,6000	R\$ 219.000,00
76	1.000	UNI	Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, de dextrina, de alvejante óptico, de impurezas e possuir PH de 5,0 a 8,0, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade.	MDA	R\$ 29,0000	R\$ 29.000,00

85	8.000	UNID.	Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Compojet	R\$ 0,7800	R\$ 6.420,00
86	500	PCT	Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Pacote estéril (embalado individualmente) com 100 unidades.	Kolplast	R\$ 16,0000	R\$ 8.000,00
90	5.000	UNI	Especulo descartável, tam. G, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,9900	R\$ 4.950,00
91	15.000	UNI	Especulo descartável, tam. M, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,7600	R\$ 11.400,00
92	12.000	UNI	Especulo descartável, tam. P, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,6600	R\$ 7.920,00
96	20	CX	Fio de Sutura Catgut modelo 2.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 912,00
97	15	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 684,00
98	15	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 1.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 684,00
102	10.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 2,5x 4,50 cm. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	Missner	R\$ 1,1500	R\$ 11.500,00
105	5.000	RL	Fita hipoalergenica corte reto transparente 100 mm x 4,5 m.	Riasa	R\$ 7,5900	R\$ 37.950,00
109	30.000	PCT	Fralda Geriátrica tamanho "G". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Med Fral	R\$ 7,0000	R\$ 210.000,00
119	3.000	FRS	Glutaraldeido 2%, com duração de 14 dias, esterilizante e desinfetante, frs. c/ 1000 ml.	Rioquimica	R\$ 4,5000	R\$ 13.500,00
126	300	FRS	Iodopovidona degermante antisepsia da pele, mãos e ante-braços, solução degermante contendo 1% de iodo ativo, frasco com 1.000 ml.	Rioquimica	R\$ 9,1900	R\$ 2.757,00
130	400	CX	Lâmina fosca para coleta de preventivo 26x76cm, cx c/50 unid.	Med Glass	R\$ 1,5000	R\$ 600,00
147	3.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 6,5	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 2.850,00
150	7.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,5	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 6.650,00
151	5.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril, nº 7,5.	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 4.750,00

167	2.500	RL	Papel para eletrocardiograma compatível com modelo Cardiotouch 3.000, tamanho A4.. 210 mm ou 8,5 polegadas, comprimento 300 mm ou 11 polegadas, largura de 204 mm, resolução de 8./mm, horizontal de 16./mm, papel térmico, rolo de papel com capacidade mínima de 100 exames.	Tecnoprint	R\$ 25,0000	R\$ 62.500,00
171	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 100 litros, nas medidas aproximadas 75 x 105 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 28,0000	R\$ 11.200,00
172	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 30 litros, nas medidas aproximadas 59 x 62 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 16,0000	R\$ 6.400,00
173	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 50 litros, nas medidas aproximadas 63 x 80 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 19,0000	R\$ 7.600,00
184	100.000	UNI	Seringas descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças, adolescentes e adultos magros.	Injex	R\$ 0,3200	R\$ 32.000,00



185	30.000	UNI	Seringas descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 12,7mm de comprimento e 0,33mm de calibre. Para adultos obesos.	Injex	R\$ 0,3000	R\$ 9.000,00
243	14.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 100 ml.	Arboreto	R\$ 0,7300	R\$ 10.220,00
263	1.000	UNI	Termômetro digital clínico, ponta flexível emborrachada, resistente a água, indicador de bateria, bateria de longa duração, com alarme sonoro.	Incoterm	R\$ 7,9000	R\$ 7.900,00
285	100	FRS	Vaselina líquida, uso hospitalar, frs c/ 1000 ml.	Ricie	R\$ 9,9000	R\$ 990,00
Valor Total: R\$ 884.079,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º063/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º063/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPT. LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 22/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
8	800	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x6, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 2,800	R\$ 2.240,00
13	1.000	CX	Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 3,2900	R\$ 3.290,00
14	50	cx	Agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo para análise clínica, canhão de cor preta com bisel trifacetado, siliconizado, esterilizada a óxido de etileno. Embalagem unitária em plástico com lacre de segurança em papel, contendo o calibre de agulha. Medidas 25x7mm. Caixa 100 unidades, com validade acima de 3 anos.	Med Multipla	R\$ 15,0000	R\$ 750,00
21	210	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 100ml.	J. Prolab	R\$ 0,8800	R\$ 184,80
22	200	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 250ml.	J. Prolab	R\$ 1,2400	R\$ 248,00
24	200	FRS	Almotolia transparente, frasco com 250ml.	J. Prolab	R\$ 1,2200	R\$ 244,00
29	5.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 20cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	MB Textil	R\$ 9,9400	R\$ 49.700,00

30	3.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 4cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	MB Textil	R\$ 2,2000	R\$ 6.600,00
38	3.000	UNI	Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.	Med Urine	R\$ 1,8600	R\$ 5.580,00
54	5.000	UNI	Cateter intravenoso nº 16 G.	Med Cateter	R\$ 0,3500	R\$ 1.750,00
56	15.000	UNI	Cateter intravenoso nº 20 G.	Med Cateter	R\$0,3200	R\$ 4.800,00
57	40.000	UNI	Cateter intravenoso nº 22 G.	Med Cateter	R\$ 0,3300	R\$ 13.200,00
59	30.000	UNI	Cateter para oxigênio nasal tipo óculos	Biosani	R\$ 0,5800	R\$ 17.400,00
63	10	UNI	Colar cervical específico para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra Grande.	Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 149,00
64	20	UNI	Colar cervical específico para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Médio.	Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 298,00
65	15	UNI	Colar cervical específico para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Pequeno.	Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 223,50
71	1.000	PCT	Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, com pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.	J. Prolab	R\$ 13,5000	R\$ 13.500,00

72	2.000	PCT	Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, graduado, sem pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.	J. Prolab	R\$ 13,5000	R\$ 27.000,00
75	1.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm <sup>2</sup> (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15 cm quando aberta, estéril, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 10 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	MB Textil	R\$ 0,3800	R\$ 380,00
84	20.000	UNID.	Equipo para soro 2 vias.	Biosani	R\$ 0,4200	R\$ 8.400,00
88	8.000	RL	Esparadrapo comum 10x4,5 cm, com alta aderência, de boa qualidade.	Missner	R\$ 3,5900	R\$ 28.720,00
99	600	CX	Fio de sutura nylon 3-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env.	Procure	R\$ 14,0000	R\$ 8.400,00
103	7.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 5,0x 4,50 cm. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	Missner	R\$ 1,9900	R\$ 13.930,00
104	1.000	RL	Fita crepe hospitalar 19x50cm. Deve ser confeccionada com dorso de papel crepado tratado. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural e resina e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resinas acrílicas que proporcionam uma excelente adesividade. Deve aceitar bem, sem borrar, a escrita com lápis ou tinta, o que deve lhe conferir inúmeras utilidades de uso.	Masterfix	R\$ 1,6200	R\$ 1.620,00
107	5.000	UNI	Fita para autoclave 19mm x 30metros em papel crepe a base de fibras e celulose e tinta termotativa externa, resinas acrílicas e adesivas a base de borracha natural.	Masterfix	R\$ 1,9500	R\$ 9.750,00
116	200	GL	Gel condutor para uso em ultra-sonografia, eletrocardiograma, entre outros procedimentos que necessitam de gel como meio de contato. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso dos equipamentos, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em galão de 05 litros.	Gelitec	R\$ 11,5000	R\$ 2.300,00

129	15	Kit	Kit de parto de emergência, maleta com no mínimo: - 01 absorvente hospitalar; - 01 bisturi descartável n.º 21; - 01 campo cirúrgico, tam. aprox. 45x50cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 10x15cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 30x15cm; - 01 luva cirúrgica n.º 7,5; - 01 luva cirúrgica n.º 8,5; - 02 prendedores umbilicais; - 02 pulseiras identificadoras; - 01 saco de expurgo hospitalar; - 02 compressas estéril 7,5x7,5cm, pcte c/ 05 unid.; - 01 avental descartável de TNT; - 01 fralda descartável infantil, tam. P; - 01 álcool gel, frs. c/ 100 ml; - 01 máscara cirúrgica.	Resgate	R\$ 45,0000	R\$ 675,00
158	200	UNI	Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster, metalizada, com aprox. 23 a 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 2,10x1,40cm. Adulto.	Marimar	R\$ 7,5000	R\$ 1.500,00
174	10.000	UNI	Scalp n° 19.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 900,00
175	10.000	UNI	Scalp n° 21.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 900,00
176	2.000	UNI	Scalp n° 27.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 180,00
177	15.000	UNI	Scalp n° 23.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 1.350,00
178	15.000	UNI	Scalp n° 25.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 1.350,00
183	30.000	UNI	Seringas descartáveis de 0,5ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 50 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças e adolescentes.	Med Inject	R\$ 0,2300	R\$ 6.900,00
188	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 04.	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 56,00
189	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 06	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 60,00
190	300	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 08	Biosani	R\$ 0,3100	R\$ 93,00
191	300	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 10	Biosani	R\$ 0,3100	R\$ 93,00
192	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 12	Biosani	R\$ 0,3400	R\$ 68,00
193	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 14	Biosani	R\$ 0,3800	R\$ 76,00
194	200	UNI	Sonda de Aspiração traqueal n°. 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 54,00
195	200	UNI	Sonda de Aspiração traqueal n°. 06.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 58,00
196	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 08	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 560,00
197	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 10	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 600,00
198	3.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 12	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 900,00
200	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 16	Biosani	R\$ 0,3400	R\$ 680,00
207	300	UNI	Sonda gástrica levine n°. 08	Biosani	R\$ 0,4300	R\$ 129,00
209	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 12	Biosani	R\$ 0,4700	R\$ 235,00
210	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 14	Biosani	R\$ 0,5500	R\$ 275,00
211	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 16	Biosani	R\$ 0,6500	R\$ 325,00
212	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 18	Biosani	R\$ 0,7000	R\$ 350,00
213	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 20	Biosani	R\$ 0,7800	R\$ 390,00
214	200	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 04	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 54,00
215	200	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 06	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 56,00
216	250	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 08	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 72,50
217	250	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 10	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 75,00
218	200	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 12	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 64,00
219	200	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 14	Biosani	R\$ 0,3600	R\$ 72,00
220	300	UNI	Sonda nasogastrica longa n° 06	Biosani	R\$ 0,3800	R\$ 114,00
221	200	UNI	Sonda nasogastrica longa n° 08	Biosani	R\$ 0,4300	R\$ 86,00
222	200	UNI	Sonda nasogastrica longa n° 10	Biosani	R\$ 0,4500	R\$ 90,00
223	1.200	UNI	Sonda nasogastrica longa n° 12	Biosani	R\$ 0,4700	R\$ 564,00
224	1.300	UNI	Sonda nasogastrica longa n° 14	Biosani	R\$ 0,5500	R\$ 715,00

226	1.500	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 18	Biosani	R\$ 0,7000	R\$ 1.050,00
230	50	UNI	Sonda retal nº 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 13,50
231	50	UNI	Sonda retal nº 08.	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 15,00
232	50	UNI	Sonda retal nº 12.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 16,00
236	50	UNI	Sonda uretral nº 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 13,50
237	200	UNI	Sonda Uretral nº 06.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 58,00
238	7.000	UNI	Sonda uretral nº 08.	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 1.960,00
239	50.000	UNI	Sonda uretral nº 10.	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 15.000,00
284	100	CX	Tubo para coleta de sangue a vácuo em plástico, transparente, incolor, siliconizado, estéril, com gel, separador inerte, para soro ativador de coágulo, volume de aspiração de 5ml com tampa plástica protetora hemogard. Medindo aprox. 13 x 100mm. Caixa com 100 unidades. Com validade acima de 3 anos.	Vacuplast	R\$ 36,5000	R\$ 3.650,00

Valor Total: R\$ 263.152,80

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º064/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º064/2012 – Pregão Presencial 028/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPT. LTDA. OBJETO: Confeccção e instalação de móveis sob medidas para as unidades de saúde e demais setores da Secretaria de saúde. DATA: 25/05/2012 a 24/05/2013.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor total
01	20	m2	Armário arquivo para fichário (ficha pequena) fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com corredeiras telescópicas. Divisão nas gavetas em acrílico 04 mm de espessura. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.	Akon	R\$ 609,7335	R\$ 12.194,67
02	22	m2	Armário arquivo para pasta suspensa em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.	Akon	R\$ 601,3817	R\$ 13.230,40
03	27	m2	Armário fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Prateleiras, Portas com dobradiça modelo caneco. Acabamentos pos forming. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 13.531,09
04	7	m2	Armário guarda volume fabricado em MDF de 18mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Portas com chaves individuais com aproximadamente 35x40. Acabamento pos forming. Profundidade 40 cm.	Akon	R\$ 584,6767	R\$ 4.092,74
05	10	m2	Armário tipo gaveteiro fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Fundo em MDF de 15mm Manta térmica para isolamento contra umidade no fundo. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. medida das gavetas: 6cm, largura 45cm, Profundidade 55 cm.	Akon	R\$ 576,3242	R\$ 5.763,24
06	16,00	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 8.018,42

07	45	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito, cinza andorinha com uma cuba. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 22.551,82
08	20	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha com duas cubas. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 10.023,03
09	13,50	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$501,1515	R\$ 6.765,55
10	10	m2	Bancada em MDF 18 m, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm interno e externamente, na cor branca texturizada. Acabamento pos forming.	Akon	R\$ 250,5757	R\$ 2.505,76
11	29	m2	Estante sob medido para farmácia, em MDF, revestido interno e externamente em laminado melamínico de alta pressão de 18 mm, na cor branca texturizada. Com estantes na parte superior e prateleiras e portas na parte inferior.	Akon	R\$ 459,3888	R\$ 13.322,28
VALOR TOTAL R\$ 111.999,00						

## CÂMARA MUNICIPAL

### Errata CC Nº 02/2013

ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO

CARTA CONVITE Nº002/2013.

A Câmara Municipal de Palhoça através da Comissão de Licitação Permanente comunica que foi alterado o dia do Processo, conforme nova especificação do Anexo I. De acordo com artigo 21, parágrafo 4º da lei 8666/93 e suas alterações, ficando mantida a abertura dos envelopes para:

Onde se lia:

Anexo I:

1.200 fardos de água mineral sem gás com 12 unidades.

Abertura do Processo de Licitação de Gêneros Alimentícios e Água Mineral dia 23 de maio de 2013 às 14:00h.

Agora se lê:

120 fardos com de água mineral sem gás com 12 unidades.

Abertura do Processo de Licitação de Gêneros Alimentícios e Água Mineral dia 04 de junho de 2013 às 14:00h.

Palhoça, 22 de maio de 2013.

KATIANE V. GOLIN

Presidente da C.P.L

## Papanduva

### PREFEITURA

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº 091/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2013. Objeto: Contratação de Serviços de Engenheiro de Minas para ser o responsável técnico perante o CREA/SC, das cascalheiras do município registradas junto ao DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 07 de junho de 2013 às 10:40hs; Início da Sessão Pública: 07/06/2013 - 10:55hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0\*\*47) 3653-2166.

Papanduva, 23 de maio de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### Decreto 12/2013

DECRETO 12/2013

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evandro João dos Santos, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

#### ITEM CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)

1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.

1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa Janeiro 2014

1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa Janeiro 2014

2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.

2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência Junho 2014

2.2 - Divulgação de cada classe de provisão. Junho 2014

3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.

3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP. Março 2014

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis. Março 2014

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos. Março 2014

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão. Março 2014

5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;

5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura. Junho 2014

5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura Junho 2014

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura Junho 2014

5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura Junho 2014

6 - Implementação de Sistema de Custos

6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados. Março 2014

6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos. Março 2014

6.3 - Implementação do sistema de custos. Março 2014

7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para

a consolidação das contas nacionais

7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP. Janeiro 2014

7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente. Janeiro 2014

8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial. Março 2014

8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado. Março 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 23 de maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 24 de maio de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Secretaria Municipal de Administração

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.681 de 21 de Maio de 2013

LEI Nº 1.681 DE 21 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Pinheiro Preto, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 231.441,49 (Duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos), para a suplementação dos seguintes programas:

02.0206.15.452.1501.3023 - Obras de Infraestrutura Urbana - 449000  
fonte'0183' Aplicações Diretas.

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata a presente Lei, a serem operadas mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.491 de 05 de abril de 2011.



§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de maio de 2013.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### **Decreto N.º 3.833, de 23 de Maio de 2013**

DECRETO N.º 3.833, DE 23 DE MAIO DE 2013  
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 31 DE MAIO DE 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado nacional de 30 de maio - Corpus Christi;

CONSIDERANDO que referida data será na quinta-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 31 de maio de 2013.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 23 de maio de 2013.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **Decreto N.º 3.831, de 21/05/2013**

DECRETO N.º 3.831, DE 21/05/2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito Municipal em exercício de PINHEIRO PRETO, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 1.681 de 14 de maio de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Pinheiro Preto, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 231.441,49 (Duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos), para a suplementação do seguinte programa:

02.0206.15.452.1501.3023 - Obras de Infraestrutura Urbana - 449000

fonte'0183' Aplicações Diretas.

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.491, de 05 de abril de 2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de maio de 2013.

PEDRO RABUSKE  
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

### **Portaria 175, de 23/05/2013**

PORTARIA Nº 175, DE 23 DE MAIO DE 2013  
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO E O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Homologar o resultado do processo seletivo para provimento em caráter temporário sob regime especial, edital de processo seletivo n.º 002/2013, na forma do quadro abaixo:

#### **I – OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA**

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Dirceu Rabuske	1º	APROVADO
Marcos Cordeiro Moraes	2º	APROVADO
Marcelo Luiz Pagno	3º	APROVADO
Ailsso Zucco	4º	APROVADO
Marcelo Bressan	5º	APROVADO
Claudinei Antonio Batista de Almeida	6º	APROVADO
Waldemar Seibel	7º	APROVADO

#### **II – OPERARIO BRAÇAL**

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Claudir Demori	1º	APROVADO
Ademir Vargas Zuconelli	2º	APROVADO
Vagner Dias das Neves	3º	APROVADO

#### **III – AGENTE DE SAÚDE**

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Michelle Tonetta	1º	APROVADO
Siliane Aparecida Denardi	2º	APROVADO
Ieda Salete Grof Piccoli	3º	APROVADO
Marinês Olivo Baggio	4º	APROVADO
Antoniela Sofia Chelest	5º	APROVADO

Hellen Cristina Mânica	6º	APROVADO
Fátima Rabuske	7º	APROVADO
Ligiane Schlosser	8º	APROVADO
Ivanete Machado Cavagnoli	9º	APROVADO
Elis Regina Dellani	10º	APROVADO

## IV – ATENDENTE DE CRECHE I E II

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Alessandra GERALDA DA SILVA MUGNOL	1º	APROVADO
Silvana Bidini	2º	APROVADO
Helena Zago Neis	3º	APROVADO
Marlene da Silva Bottega	4º	APROVADO
Aline Cristina Muller	5º	APROVADO
Scheila Belo	6º	APROVADO
Loreci Niendicher	7º	APROVADO
Roseli da Silva	8º	APROVADO

## V - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (20hs)

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Bruna Zanella	1º	APROVADO
Evandro Rabuske	2º	APROVADO
Daniela Formaió de Oliveira	3º	APROVADO
Josiane Bisol	4º	APROVADO

## VI – PROFISSIONAL DE APOIO I E II

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Hellen Piva Zancanelli	1º	APROVADO
Sabrina Albuquerque de Freitas	2º	APROVADO

## VII - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (20hs)

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Marcelina Falchetti Peretti	1º	APROVADO
Carmen Regina O. Dalmolin	2º	APROVADO
Sirlei Aparecida Denardi	3º	APROVADO
Luciana Fátima dos Santos	4º	APROVADO
Veroni Borsoi Martelli	5º	APROVADO
Vanessa Aparecida Melo de Godói	6º	APROVADO
Idimara Samistraro	7º	APROVADO

## VIII – NUTRICIONISTA

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Emanuele Battisti	1º	APROVADO

Giana Paula Moresco	2º	APROVADO
Vanessa Barbieri	3º	APROVADO
Valéria Aguiar de Moraes	4º	APROVADO
Thais Mariani Bee	5º	APROVADO
Jane Taimara Marchetti	6º	APROVADO
Greice Moresco	7º	APROVADO

## IX – FISIOTERAPEUTA

Nome do Candidato	CLASSIF.	
Fabiano Bazen Coser	1º	APROVADO
Luana Dal'Acqua	2º	APROVADO
Ana Claudia Cavichon Lascoski	3º	APROVADO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,  
23 DE MAIO DE 2013  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 173, de 21 de Maio de 2013**

PORTARIA Nº 173, DE 21 DE MAIO DE 2013  
APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO O disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

## RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia para reforma telhado da prefeitura e câmara de vereadores de Pinheiro Preto, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO I: Projeto: planta baixa superior- Prancha 2;

II - ANEXO II: Memorial Descritivo;

III - ANEXO III: Planilha de Orçamento Global;

IV - ANEXO IV: Cronograma físico- financeiro;

V- ANEXO V: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

Art. 2º. Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de maio de 2013  
PEDRO RABUSKE  
Vice- Prefeito em exercício

**Portaria Nº 174, de 21 de Maio de 2013**

PORTARIA Nº 174, DE 21 DE MAIO DE 2013  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 022/2013 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 022/2013, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de 300 horas/máquina tipo escavadeira hidráulica, e adjudica o objeto licitado à empresa TERRAPLENAGEM CHICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.316.804/0001-55, pelo preço de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), por hora/máquina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 21 DE MAIO DE 2013  
PEDRO RABUSKE  
Vice- Prefeito em exercício

#### **Portaria Nº.167 de 14 de Maio de 2013.**

PORTARIA Nº.167 DE 14 DE MAIO DE 2013.  
CONTRATA NELIZE SCHLOSSER PARA EXERCER A FUNÇÃO PÚBLICA DE TELEFONISTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE Vice-Prefeito em exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR NELIZE SCHLOSSER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 091.776.879-57, para exercer a função em caráter temporário de TELEFONISTA, Lotada na Secretaria de Administração e Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei, com efeitos a partir 01 de maio de 2013 e término em 31 de maio de 2013, em substituição a titular do cargo que se encontra em Férias.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2013.

PEDRO RABUSKE  
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

## Porto União

### PREFEITURA

#### **Extrato de Contrato 092/2013**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 092/2013  
Partes: Município de Porto União e empresa 14 Brasil Telecom Celular S/A.

Objeto: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço de Telefonia Móvel Corporativa, no Estado do Paraná, para ligações locais (VC1), ligações interurbanas dentro do Estado VC2, Ligações Interurbanas fora do Estado (VC3) e Ligações de móvel para fixo, sistema digital pós-pago, com fornecimento em regime de comodato de 20 (vinte) aparelhos telefônicos celulares com as linhas habilitadas para a Prefeitura Municipal de Porto União.

Valor total: 39.213,60 (Trinta e nove mil e duzentos e treze reais e sessenta centavos).

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 21/05/2014, podendo ser prorrogado a interesse da Contratante.

Base legal: Pregão Presencial 039/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 21 de Maio de 2013.  
ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A.  
Contratada.

#### **Termo de Homologação do Pregão Presencial 039/2013**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 055/2013  
Pregão Presencial 039/2013  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa 14 Brasil Telecom Celular S/A.

Porto União SC, 21 de Maio de 2013.  
ANÍZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### **Decreto 3402**

DECRETO Nº 3402, de 20 de maio de 2013.  
"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Municipal Nº 2.947/94, alterada pelas Leis nºs 3.204/97, 3.278/98, 4.356/06 e 4.743/08,

DECRETA:

Art.1º- Ficam nomeados os seguintes membros do CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO DO SUL, em vigência a gestão de: 30.10.2012 a 30.10.14, devidamente indicado por sua entidade:

1- Representantes de Entidade Governamental:

a) Secretaria Municipal de Educação  
Titular: Josela Estoele  
Suplente: Marli Kanitz Muzsfeld

b) Secretaria Municipal de Saúde:  
Titular: Caroline Drehmer Pilatti  
Suplente: Marcia Passos de Andrade

c) Secretaria Municipal da Fazenda  
Titular: Bruna Livramento  
Suplente: Myrthes Minioroze Christen

d) Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação:  
Titular: Claudia Mara Fronza Silva  
Suplente: Karina Mendes

2 - Representantes de Entidades Não Governamentais:



a) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Recanto Alegre - APAE:

Titular: Danielle Zanella Radke

Suplente: Josiane Koth

b) Clube das Mães - Lar da Menina

Titular: Silvania Floriano Muller

Suplente: Ieda Martins Lemos dos Santos

c) Representantes do Colégio Dom Bosco:

Titular: Irene Larsen Ern

Suplente: Wiviane Ramos Wöjck

d) Representantes do Colégio Sinodal Ruy Barbosa:

Titular: Susana Hoffmann

Suplente: Bolco Hoppe

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 3189, de 18.02.13.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

#### Portaria N. 0661/RH

PORTARIA N. 0661/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Cargo	Protocolo
Diovana May Machado	2827401	Agente Administrativo	123566/2010
Liliana Regina May Ayroso	2979301	Agente Administrativo	123078/2010

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de maio de 2013, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

#### Pregão Presencial 037/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender pessoal do corpo de bombeiros de Rio do Sul/Funrebom.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/06/2013, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 07/06/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 22 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução Nº 692

RESOLUÇÃO No 692, DE 23 DE MAIO DE 2013

Autoriza pagamento de ½ (meia) diária e indenização de transporte a vereadoras.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária às Vereadoras Maria Helena Zimmermann, Janara Mafra e Zeli da Silva, no valor de R\$ 137,88 (cento e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), cada, para viagem a Cidade de Mirim Doce, com a finalidade de tomar depoimento de pacientes da cidade de Mirim Doce, que receberam atendimento no Sistema Único de Saúde, pelo Município de Rio do Sul, no período compreendido entre 2008-2012, inerentes ao trabalho da Comissão Especial de Inquérito, instituída pela Resolução nº 666/13.

Art. 2º O deslocamento até a cidade de Mirim Doce será realizado no dia 24 de maio do corrente ano, sendo que as vereadoras farão jus a meia diária e respectiva indenização de transporte.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Mirim Doce, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL

Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

**Resolução Nº 693**

RESOLUÇÃO No 693, DE 23 DE MAIO DE 2013

Autoriza pagamento antecipado da Gratificação de Natal

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc

Art. 1º Fica autorizado o pagamento, no dia 3 de junho, de 50 % (cinquenta por cento) da Gratificação Natalina aos funcionários estatutários, efetivos e comissionados, ativos e inativos, da Câmara Municipal de Rio do Sul, com base no § 5º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Parágrafo único. O percentual restante de 50% (cinquenta por cento) será pago até o dia vinte do mês de dezembro do corrente ano.

Art. 2º Havendo reajuste salarial no período de julho a dezembro do corrente ano, o pagamento da diferença remuneratória deverá ser efetuado juntamente com o percentual restante de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 23 de maio de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

MÁRIO MIGUEL

Vice Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

1º Secretário

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

**Salto Veloso****PREFEITURA****Audiência Pública do 1º Quadrimestre de 2013**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º QUADRIMESTRE DE 2013 PARA ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da legislação vigente, CONVOCA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, para participar da Audiência Pública relativa ao Primeiro Quadrimestre de 2013, destinada ao acompanhamento e avaliação de metas fiscais de acordo com o que estabelece o artigo 9º parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, a ser realizada nas dependências da Câmara de Vereadores, sita a Rua Pe. Rombaldi, s/nº, Centro, no Município de Salto Veloso, com início às 14h do dia 28 de maio de 2013.

Salto Veloso, 23 de maio de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Lei Complementar**

Município de Salto Veloso

Poder Legislativo – Câmara de Vereadores

ATO DE PROMULGAÇÃO

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 08.607.626/0001-72, com fundamento na Lei Orgânica do Município, artigo 66, inciso VI e artigo 72, inciso II, declara aos cidadãos deste município e destinatários da norma que fica PROMULGADA a Lei Complementar nº 01/2013 de 22 de maio de 2013 que estabelece os cargos da Câmara Municipal de Vereadores, de provimento efetivo e de confiança, quadro de atribuições e vencimentos e outras disposições pertinentes aos serviços internos do Poder Legislativo.

A íntegra do texto neste ato promulgado segue em anexo, determinando-se ampla publicação para o conhecimento de todos.

Salto Veloso, Sala das Sessões, 22 de maio de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente Mesa Diretora

CLAUDEMIR SARTOREL

Vice-Presidente

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Secretário

SANTO CIVIERO

Secretário Adjunto

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2013, DE 22 DE MAIO DE 2013. DISPÕE NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS, FIXA SUAS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES, ESTABELECE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO no cumprimento suas atribuições consignadas nos artigos 51 inciso III e 72 inciso II e tendo em vista o disposto no artigo 70 inciso VI, todos da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Lei Complementar.

**TÍTULO I****DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º - Fica criado o novo Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, denominado Quadro Permanente de Pessoal da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso, classificados os cargos de provimento efetivo e organizadas as respectivas carreiras de acordo com o disposto nesta Lei Complementar.

Artigo 2º - O Regime Jurídico aplicado é o Estatutário, na forma estabelecida em lei própria e o Regime Previdenciário é o adotado pelo Município.

Artigo 3º - Os cargos e funções do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo de Salto Veloso são classificados como de provimento efetivo, cargos comissionados e funções gratificadas. Parágrafo único – Os cargos de provimento efetivo são os que constam no Anexo I distribuídos em dois GRUPOS OCUPACIONAIS.



I – Grupo Ocupacional: Serviços Administrativos;

II – Grupo Ocupacional: Serviços Operacionais.

III – Grupo Ocupacional: Serviços de Assessoramento

Artigo 4º - Para os efeitos desta lei considera-se:

**QUADRO DE PESSOAL** - conjunto de cargos de provimento efetivo, comissionados e de funções gratificadas por exercício de função, integrantes da estrutura organizacional da Câmara, observada a natureza e complexidade das atribuições de acordo com a habilitação profissional, organizado de acordo com a natureza funcional e grau de conhecimento exigido para o ingresso.

**CARGO** - conjunto de atribuições e responsabilidades, com denominação, habilitação necessária e vencimentos próprios;

**NÍVEL** - designação numérica a cada cargo correspondente ao escalonamento na tabela, determinante dos vencimentos;

**GRUPO OCUPACIONAL**: o conjunto de cargos estabelecido segundo área de atuação e a natureza das funções a serem desempenhadas;

**PROGRESSÃO FUNCIONAL**: deslocamento do servidor efetivo nas referências de sua respectiva carreira, através da promoção;

**TABELA DE VENCIMENTOS**: valores expressos em real ou índice organizados de forma lógica e atribuível a cada nível e referência.

**VENCIMENTO**: valor da retribuição atribuída ao cargo, segundo a sua classificação;

## CAPÍTULO II DO INGRESSO NA CARREIRA

Artigo 5º - Os cargos de provimento efetivo no serviço público da Câmara Municipal são acessíveis aos brasileiros, natos ou naturalizados, e o ingresso ocorre no nível inicial do respectivo cargo, atendidos os requisitos de escolaridade e habilitação do concurso público de provas ou de provas e títulos, segundo o regulamento específico e próprio que devem seguir o disposto nesta Lei. Para as profissões regulamentadas é necessário a comprovação da inscrição no órgão de classe.

§ 1º - As provas do concurso deverão ser elaboradas de acordo com cada nível de escolaridade de cada grupo ocupacional.

§ 2º - Constituem prova de requisitos de escolaridade para o ingresso nos casos de:

I - nível superior: diploma de curso superior e habilitação legal, quando se tratar de atividade profissional regulamentada;

II - nível médio: certificado de conclusão de curso a nível de 2º grau ou habilitação legal, quando se tratar de atividade profissional regulamentada;

III - nível básico: comprovante de escolaridade até a 8ª série do 1º grau;

IV - nível auxiliar e geral: ser alfabetizado.

§ 3º - O diploma ou certificado, nos casos dos incisos I e II do parágrafo segundo deste artigo, é dispensado quando o candidato possui habilitação legal equivalente.

Artigo 6º - Após a homologação do resultado do concurso público, serão nomeados os candidatos habilitados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação, estabelecida no Edital.

Artigo 7º - Nomeado, o servidor prestará serviços pessoalmente em órgãos do Poder Legislativo Municipal ou em órgãos conveniados quando designado e cumprirá estágio probatório, de acordo com as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

## CAPÍTULO III DOS VENCIMENTOS E PROGRESSÃO

### SEÇÃO I Dos Vencimentos

Artigo 8º - A Tabela de Vencimento dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, comissionados e funções gratificadas, está prevista no Anexo II a esta Lei em valores expressos em Reais.

Parágrafo único – O reajuste do vencimento estabelecido no Anexo referido no caput será feito através de lei ordinária geral e anual na data prevista a todos os servidores do Município.

Parágrafo Único - Nenhum servidor poderá perceber retribuição pecuniária inferior ao Salário Mínimo nacionalmente estabelecido pelo Governo Federal. (Art. 7º, VII, CF.)

Artigo 9º - Os servidores da Câmara, vinculados a este Plano de Cargos e Salários, farão jus a percepção pelo trabalho extraordinário por hora-extra, limitado ao Administrador autorizar a execução no máximo até 40 (quarenta) horas/mês, que serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal do respectivo servidor nos dias de semana (de segunda a sexta-feira) e 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal do respectivo servidor nos finais de semana e feriados e nos dias declarados como ponto facultativo, (Art. 7º CF); devendo ser organizado e arquivado planilha detalhada por dia e mês dos serviços prestados, os horários e justificativa da necessidade do trabalho extraordinário.

Artigo 10 - Os valores dos vencimentos correspondem a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 20 (vinte) horas e 15 (quinze) horas semanais conforme previsto nos anexos, ao respectivo cargo.

### SEÇÃO II Das Progressões

Artigo 11 – A progressão funcional dos servidores do Poder Legislativo do Município de Salto Veloso, bem como a contagem do tempo para isto, iniciará após o cumprimento do estágio probatório nos níveis e referências contidas no seu cargo, nas seguintes modalidades:

I – progressão por tempo de serviço;

II – progressão por aperfeiçoamento.

#### Subseção I – Progressão Por Tempo de Serviço

Artigo 12 - Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo é assegurado progresso funcional, de 4% a cada 3 anos, segundo as disposições previstas nesta Lei Complementar.

Artigo 13 - A promoção ocorrerá a cada 03 (três) anos, pelo decurso de prazo, no percentual de 4%, sobre o vencimento (valor de ingresso na carreira).

Parágrafo único – As promoções de que trata o caput deste artigo serão levadas a efeito no mês de aniversário de ingresso no serviço público de cada funcionário.

Artigo 14 - Perderá o direito a progressão o servidor que durante o período aquisitivo:

I – negar-se a frequentar os cursos de aperfeiçoamento ou

treinamento para os quais for convocado, ou ao fazê-lo tiver frequência inferior a 70% (setenta por cento);

II – sofrer 2 (duas) penalidades de advertência;

III – completar 5 (cinco) faltas injustificadas ao serviço;

IV – somar 10 (dez) chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata;

Artigo 15 - Na aplicação de qualquer penalidade, ou efeitos previstos no artigo anterior, será observado o devido processo legal e assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

#### Subseção II – Progressão Por Aperfeiçoamento

Artigo 16 – Ao servidor do Legislativo ocupante de cargo efetivo, é assegurado progressão funcional por cursos de aperfeiçoamento de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento base do cargo efetivo, a ser concedido a cada 03 (três) anos, segundo disposições previstas nesta Lei Complementar.

§ 1º - A progressão funcional a que se refere o caput deste artigo fica condicionada a realização de cursos de aperfeiçoamento, na área específica de atuação, de no mínimo 60 (sessenta) horas por ano e de 180 (cento e oitenta) horas a cada três anos, cuja carga horária por curso deverá ser de no mínimo 20 (vinte) horas.

§ 2º - Somente terá direito à promoção funcional o servidor que tenha completado o estágio probatório e satisfaça o interstício mínimo de 03 (três) anos em cada progressão desta categoria.

§ 3º - Para efeitos da progressão por cursos de aperfeiçoamento, somente serão computados os certificados dos cursos realizados nos últimos 03 (três) anos, sendo sempre processado no mês de fevereiro mediante edital publicado pela Mesa Diretora.

§ 4º - A carga horária excedente da primeira progressão não poderá ser utilizada para novas progressões.

§ 5º - Somente serão computados e aceitos os cursos de interesse dos serviços do Poder Legislativo, previamente estabelecidos em rol publicado por edital no início de cada ano.

§ 6º - Os cursos de aperfeiçoamento e capacitação não serão suportados nem oferecidos pelo Poder Legislativo.

#### CAPÍTULO IV DAS GRATIFICAÇÕES POR EXERCÍCIO OU ACÚMULO FUNÇÃO

Artigo 17 – O Poder Legislativo, através de seu Presidente, em vista da falta de demanda de serviço que reclame dedicação integral para o cargo, poderá designar para o exercício de funções inerentes aos cargos administrativos e operacionais efetivos da Câmara de Vereadores, servidores de carreira do Executivo, mediante anuência do Chefe deste Poder, ou determinar o acúmulo de função a servidor do Legislativo quando compatível as atribuições, mediante pagamento de gratificação.

Artigo 18 – Fica vedada a designação para acumulação de função entre as assessorias jurídicas do Legislativo e Executivo.

Artigo 19 - Considera-se Gratificação por Exercício ou Acúmulo de Função o exercício de responsabilidades adicionais.

§ 1º - A Gratificação por Exercício ou Acúmulo de Função será concedida por ato do Presidente da Câmara, com critérios de confiança e destituídas “ad nutum”, devendo no ato de designação estabelecer expressamente as responsabilidades decorrentes da

função acrescida ao servidor, observada de qualquer modo a habilitação exigida para exercício profissional.

§ 2º - O servidor designado para exercer função perceberá a gratificação cumulativamente com o respectivo cargo.

Artigo 20 - Os servidores que desempenharem função gratificada terão adicionado ao seu vencimento até 30% (trinta por cento) sobre o valor do vencimento do cargo cujas funções tomou por acúmulo, sendo esta uma vantagem não incorporável, bem como não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, exceto gratificação natalina e de férias.

#### CAPÍTULO V DOS CARGOS COMISSIONADOS

Artigo 21 – Os cargos comissionados terão ingresso por livre nomeação pelo Presidente da Câmara de Vereadores, são demissíveis ad nutum, e obedecem para sua nomeação critérios de formação profissional compatível com a complexidade das funções a serem exercidas, confiança do Mandatário e ausência de impedimento legal para assumir cargo público.

#### CAPÍTULO VI DAS ATIVIDADES INSALUBRES OU PERIGOSAS

Artigo 22 - São consideradas atividades insalubres ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixada em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Artigo 23 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do Salário Mínimo Nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio ou mínimo,

Artigo 22 - O direito do servidor ao adicional de insalubridade cessará com a eliminação do risco à sua saúde.

Artigo 23 - A caracterização e a classificação da insalubridade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Junta Médica Oficial do Município, ou de equipe externa contratada, devidamente designada por ato do Presidente da Câmara, sendo que o trabalho pericial deverá ser transcrito em laudo.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24 – Em todos os casos verificada a compatibilidade de habilitação profissional, os ocupantes dos atuais cargos da Câmara de Vereadores, os quais são postos em extinção, serão enquadrados nas atribuições e vencimentos do novo cargo, assegurada a irredutibilidade de vencimentos.

Artigo 25 – O enquadramento ocorrerá por ato do Presidente da Câmara Municipal e o servidor que se julgar prejudicado em seu enquadramento, poderá, através de petição fundamentada, solicitar e requerer ao Presidente reconsideração e correção do ato que o enquadrrou.

§ 1º - A petição de reconsideração a que se refere este artigo deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da presente Lei Complementar.

§ 2º - Recebida a petição de reconsideração, o Presidente terá o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar-se sobre o pedido, deferindo ou não o mesmo.

## TÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER LEGISLATIVO

Artigo 26 - A estrutura organizacional do Poder Legislativo do Município de Salto Veloso é simples e de vinculação direta ao Presidente.

Artigo 27 – Os serviços administrativos serão coordenados diretamente pelo Presidente da Câmara, pelo Assessor Executivo Parlamentar, ou por servidor especialmente designado que perceberá gratificação demissível ad nutum o qual atuará como auxiliar direto e imediato do Presidente, exercendo o comando dos trabalhos administrativos da Câmara, fazendo cumprir as metas e programas do orçamento e as decisões políticas especificadas em leis próprias e ordens emanadas da Mesa Diretora ou do Presidente, auxiliado diretamente pelos demais servidores e assessoria.

## TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28 - Ficam aprovados em todo seu teor, todos os Anexos que integram a presente Lei Complementar.

Artigo 29 - As despesas decorrentes com a execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Artigo 30 – A Exposição de Motivos faz parte integrante desta lei como fonte de consulta dos fundamentos e interpretação da presente Lei.

Artigo 31 - Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente as Leis Complementares, Ordinárias e Resoluções que dispõem sobre a mesma matéria no âmbito do Poder Legislativo.

Artigo 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso – Santa Catarina, em de abril de 2.013.

**SILVANO TINELLI**

Presidente Mesa Diretora

**CLAUDEMIR SARTOREL**

Vice-Presidente

**VALDENIR JOSÉ ZAMBONI**

Secretário

**SANTO CIVIERO**

Secretário Adjunto

## ANEXO I

### ESCOLARIDADE – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – ATRIBUIÇÕES

I – Grupo Ocupacional: Serviços Administrativos;

#### SECRETÁRIO EXECUTIVO

Curso Médio – emitir correspondências, relatórios e outros documentos; digitar ou datilografar projetos de lei, de resoluções, de decretos e demais atos administrativos, seguindo modelos específicos; conferir a redação de documentos aprovados, encaminhando-os para assinatura, quando for o caso; executar outras tarefas afins. Na qualidade de agente responsável pelo apoio às atividades de protocolo e informações receber, numerar, distribuir e controlar a movimentação

de papéis e documentos nos órgãos e unidades da Câmara; protocolar todos os projetos de lei, resoluções, decretos, requerimentos, moções, indicações, substitutivos, emendas, subemendas e pareceres das Comissões; organizar as pastas que formam os processos e os documentos recebidos para protocolo; registrar a tramitação de papéis e documentos, o despacho final e a data de arquivamento dos mesmos; digitar ou datilografar os serviços de protocolo da Câmara; atender ao público, prestando informações. Na qualidade de agente responsável pelo apoio às atividades de arquivo e documentação, organizar e dispor em arquivo lógico leis, resoluções, decretos, moções, pareceres e outros, mantendo-os de modo a facilitar sua consulta; registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todas as publicações da Câmara, mantendo atualizado o sistema de fichários. Na qualidade de agente responsável pelo apoio às atividades de administração de pessoal: realizar os assentamentos da vida funcional dos servidores da Câmara; gerar a folha de pagamento dos servidores da Câmara. Na qualidade de agente responsável pelo apoio às atividades de material e patrimônio manter atualizado o cadastro de fornecedores da Câmara; realizar o levantamento dos artigos utilizados nos serviços, verificando os que melhor atendem às necessidades, reduzindo as variedades de materiais usados e uniformizando-lhes a nomenclatura; controlar os prazos de entrega de material; manter atualizada a escrituração referente ao movimento de entrada e saída de materiais; receber as notas de entrega e as faturas dos fornecedores com as declarações de recebimento e aceitação do material; classificar e codificar os bens patrimoniais, segundo critérios preestabelecidos; Desenvolver e executar tarefas relacionadas à emissão de ordens de pagamento e lançamento dos pagamentos efetivados pela Câmara, bem como lançamento das receitas.

#### CARGA HORÁRIA

- 40 horas, que será cumprida junto das instalações da Casa ou excepcionalmente em outro local, quando a atividade prestada e designada (a serviço do Legislativo) assim o exigir.

#### REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Idade: Mínima de 18 anos;
- Grau de Instrução: Curso Médio Completo.

#### RECRUTAMENTO:

- Cargo Efetivo. Concurso público

#### CONTADOR

Curso superior – Contabilidade – Executar e fazer executar as tarefas de registros contábeis da receita e da despesa, elaboração de balanços e balancetes, emissão de relatórios e prestação de contas das atividades administrativas da Câmara Municipal. Planejar e executar todos os serviços de contabilidade requisitados pela Câmara que se incluam no âmbito de sua competência conferida pelo órgão de classe – CRC, mantendo comunicação com os órgão de controle externo, comunicando ocorrência de irregularidades e apresentação de proposta a autoridade administrativa para que sejam feitas as devidas correções. Deve certificar a regularidade dos registros contábeis e da elaboração do Balanço Anual. Acompanhar os limites constitucionais para aplicação de recursos. Verificar a observância dos limites de gastos com pessoal. Encaminhar a cada bimestre os dados e informações por via informatizada ao sistema e-Sfinge. Acompanhar a arrecadação e as despesas, ao fim de cada bimestre, para verificar o cumprimento das metas e a necessidade da limitação de empenho com informação dos atos editados pela autoridade para este fim. Atuar em audiências públicas. Assessorar a Mesa Diretora na elaboração do orçamento da Câmara.

#### CARGA HORÁRIA

- 20 horas, que será cumprida junto das instalações da Casa ou excepcionalmente em outro local, quando a atividade prestada e designada (a serviço do Legislativo) assim o exigir.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Idade: Mínima de 18 anos;
- Grau de Instrução: Curso Superior em Ciências Contábeis, com inscrição regular no Conselho Regional de Contabilidade.

**RECRUTAMENTO:**

- Cargo Efetivo. Concurso público

**ADVOGADO**

Curso superior – Direito – Orientar, com vista ao cumprimento dos Princípios Constitucionais e normas infra constitucionais que regem a administração pública, todos os agentes públicos ou políticos que detenham prerrogativa de comando de pessoal, disposição e uso de bens públicos e gestão de recursos financeiros. Emitir parecer sobre questões de interesse do Poder Legislativo e da sua Administração quando requisitado. Elaborar e supervisionar a elaboração de projetos de lei.

Descrição Analítica: Responder consultas do Presidente e demais Vereadores no âmbito administrativo, jurídico e legislativo, bem como emitir pareceres técnicos e interpretações da legislação municipal, estadual e federal; acompanhar a revisão e alterações da Legislação Municipal e no Regimento Interno da Casa, quando assim for determinado a realizar; sugerir atualização dos textos legais do Município na medida que mudanças nas normas federais ou estaduais tenham implicações na legislação local; estudar e revisar minutas de contratos, termos, projetos legislativos e demais atos que se fizerem necessários; proceder acompanhamento administrativo e judicial de processos em que a Câmara Municipal de Vereadores for ré, autora ou interessada, mediante Procuração com atribuição de poderes de forma especificada e outorgada pelo seu Presidente; acompanhar, quando for requisitado, as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça e também quaisquer outras Comissões que forem constituídas, bem como emitir Pareceres sobre os assuntos debatidos; acompanhar, quando possível, as sessões ordinárias e extraordinárias que se realizarem, podendo emitir parecer escrito ou oral quando assim lhe requerer o Presidente da mesa; representar o Legislativo, como Assessor, quando investido do necessário mandato; exercer outras atividades compatíveis com a função de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designado. Efetuar a prestação de esclarecimentos junto ao Tribunal de Contas referente aos Processos de Tomadas de Contas, bem como, apresentar os recursos cabíveis, se necessário.

**CARGA HORÁRIA**

- 15 horas, que será cumprida junto das instalações da Casa ou excepcionalmente em outro local, quando a atividade prestada e designada (a serviço do Legislativo) assim o exigir.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Idade: Mínima de 18 anos;
- Grau de Instrução: Curso Superior em Ciências Jurídicas, Diploma de Bacharel em Direito, com inscrição regular na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

**RECRUTAMENTO:**

- Cargo Efetivo. Concurso público

**II – Grupo Ocupacional: Serviços Operacionais.****AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

Ensino Fundamental – Executar serviços de limpeza, higienização, carga, descarga e acondicionamento de materiais, conservação e higienização dos espaços da administração da Câmara, executando diretamente os trabalhos, de natureza física sob orientação, na conservação dos espaços mencionados e no preparo de alimentos, jardinagem e paisagismo, devendo cumprir rigorosamente os parâmetros técnicos informados para a execução do serviço, devendo quanto a si próprio observar todas as normas de segurança e

salubridade no trabalho usando adequadamente os equipamentos de proteção individual – EPI.

**CARGA HORÁRIA**

- 20 horas, que será cumprida junto das instalações da Casa ou excepcionalmente em outro local, quando a atividade prestada e designada (a serviço do Legislativo) assim o exigir.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Idade: Mínima de 18 anos;
- Grau de Instrução: Ensino Fundamental Completo.

**RECRUTAMENTO:**

- Cargo Efetivo. Concurso público

**III – Grupo Ocupacional: Cargos Comissionados;****ASSESSOR EXECUTIVO PARLAMENTAR**

Curso Médio – Supervisionar todos os trabalhos administrativos operacionais da Câmara de Vereadores, transmitindo aos executores as diretrizes, cronogramas, metas e demais ordens emanadas da Mesa Diretora e do Presidente da Câmara que devam ser cumpridas pelos servidores desta. Elaborar a agenda do Presidente da Câmara. Supervisionar o cumprimento de prazos administrativos e de processos legislativos, mantendo diariamente informado o presidente. Articular o relacionamento institucional da Câmara de Vereadores com outros poderes, órgãos públicos e instituições. Articular com apoio técnico do Contador, Secretário Executivo e Advogado, toda informação necessária a atuação dos vereadores nos processos legislativos, debates e proposições disponibilizando-a aos mesmos quando requisitado, ou quando considerar necessária a informação segundo os critérios de pertinência, novidade e necessidade para os processos legislativos e proposições. Quando determinado pela presidência organizar reuniões com instituições, outros poderes e com a população do município, supervisionando e coordenando no evento os serviços e atuação dos servidores da Câmara.

**CARGA HORÁRIA**

- 40 horas, que será cumprida junto das instalações da Casa ou excepcionalmente em outro local, quando a atividade prestada e designada (a serviço do Legislativo) assim o exigir.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Idade: Mínima de 18 anos;
- Grau de Instrução: Curso de Ensino Médio Completo.

**RECRUTAMENTO:**

- Cargo Comissionado. Livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara

**ANEXO II****TABELA DE CARGOS EFETIVOS****GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

CATEGORIA/CARGOS	VENCIMENTO	Nº DE CARGOS
Advogado	2.200,00	01
Contador	1.400,00	01
Secretário Executivo	1.800,00	01

**GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS OPERACIONAIS**

CATEGORIA/CARGOS	VENCIMENTO	Nº DE CARGOS
Agente de Serviços Gerais	390,00	01

**GRUPO OCUPACIONAL CARGO COMISSIONADO**



CATEGORIA/CARGOS	VENCIMENTO	Nº DE CARGOS
Assessor Executivo Parlamentar	1.800,00	01

Exposição de Motivos ao Projeto de Lei Complementar nº de 01 de abril de 2013

Que dispõe no âmbito do Poder Legislativo Municipal sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários, fixa suas Diretrizes, Estabelece a Estrutura Organizacional e dá outras Providências.

O presente Projeto de Lei Complementar cumpre o disposto em Termo de Ajuste de Conduta, subscrito entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a Câmara de Vereadores de Salto Veloso.

O referido TAC tem como objetivo melhor normatizar e disciplinar os cargos efetivos e de confiança da Câmara de Vereadores. Basicamente a estrutura administrativa desta será simples, composta dos servidores necessários ao seu pleno funcionamento. Compore-se-á de contador, advogado, secretário executivo, e serviços gerais, cargos estes efetivos, sendo que dois efetivos já existem, serão mantidos os seus vencimentos pelo princípio constitucional da irredutibilidade e serão reenquadrados nos cargos correspondentes a nova lei. Para os cargos de advogado e contador deverá ser aberto concurso público.

O Projeto de Lei trata também da transformação de um cargo anteriormente existente, de confiança de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara. Este cargo se justifica pela necessidade do Presidente dispor de um articulador e supervisor dos trabalhos administrativos da Câmara de suas relações institucionais com outros órgãos governamentais, com outros poderes e instituições. Este cargo deverá coordenar trabalho de todos os efetivos facilitando e harmonizando a comunicação entre os profissionais e servidores afim de que se obtenha os melhores resultados possíveis, evitando também que cada servidor trabalhe isoladamente. Consideramos que embora a estrutura administrativa seja simples é necessário

um coordenador que também assessor o presidente na elaboração da agenda de compromissos da Presidência, da Mesa Diretora e da Câmara.

Consideramos, senhores Vereadores, que as atribuições dispostas para cada respectivo cargo cobre no momento as necessidades da Câmara, não impedindo que seja a qualquer momento ajustada esta Lei a nova realidade ou necessidade da Câmara.

Sendo o que havia resumidamente a expor, colocamos a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto, constando também que a atual assessoria jurídica da Câmara está à disposição de Vossas Excelências para o esclarecimento de quaisquer dúvidas ou para explicação acerca da interpretação dos dispositivos.

Salto Veloso, 01 de abril de 2013

SILVANO TINELLI

Presidente Mesa Diretora

CLAUDEMIR SARTOREL

Vice-Presidente

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Secretário

SANTO CIVIERO

Secretário Adjunto

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 022, de 22 de Abril de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 022, de 22 de abril de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 899, de 20/11/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.01 - SAMAE - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO

6.001 - Manutenção dos Serviços do SAMAE

6 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suplementar as dotações acima, anula-se parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

10.01 - SAMAE - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO

6.001 - Manutenção dos Serviços do SAMAE

5 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

At. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de abril de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria, publicado e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal e no D.O.M., aos vinte e dois dias do mês de abril de 2013.

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Lei Nº 3172/2013

LEI Nº 3172, DE 17 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA DE ANTONIO AUGUSTIN SERVIDÃO DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO.

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:  
Art. 1º. Fica denominada de Antonio Augustin, Servidão de Passagem localizada no Bairro Serra Alta lateral da Rodovia Carlos Zipperer Sobrinho com extensão de 240,00m e 8,00 de largura, conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3173/2013

LEI Nº 3173, DE 17 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA DE LAURINDA SCHLOGL RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Laurinda Schlogl, lateral da Rua Afonso Spitzner, no bairro Lençol, rua com extensão de 384,10 metros, largura de 14 metros, com a Rua Afonso Spitzner, e 08 metros, com a Rodovia Carlos Zipperer Sobrinho, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3174/2013

LEI Nº 3174, DE 17 DE MAIO DE 2013.

DENOMINA DE ROMANO NOVACKI RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada de Romano Novacki, a Rua 3, do Parcelamento denominado de Parque Residencial Alpestre, localizado no bairro Lençol, no município de São Bento do Sul, SC, com extensão de 80 metros, e largura de 12 metros, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### Lei Nº 3175/2013

LEI Nº 3175, DE 20 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da

Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, CNPJ/MF 00.676.599/0001-88 no valor total de até R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de Handebol durante o ano de 2013.

§1º - A entidade referida no "caput" deste artigo fica isenta da contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bento Handebol Clube.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Segunda, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bento Handebol Clube.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO



SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos JOSÉ ERMÍNIO GREIN, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.648.740, CPF nº 548.155.419/49, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bolmann, 147, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO HANDEBOL CLUBE, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.676.599/0001-88, estabelecida à Rua João Wenceslau Pscheidt, 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente Douglas Fernando Gadedke, brasileiro, auxiliar administrativo, portador da Carteira de Identidade nº 978.784, CPF/MF nº 626.728.789-00, residente e domiciliado à Rua João Wenceslau Pscheidt, 650, Bairro Brasília, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da Associação São Bento Handebol Clube com o custeio das despesas de transporte para atletas participarem dos treinamentos, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, pagamento aluguel ginásio para treinamento e outras, constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2691/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), repassados pelo CONCEDENTE, ficando a CONVENENTE isenta da contrapartida mínima prevista no parágrafo único do art. 62 da Lei nº 3.105/2012 - LDO 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal Agência 0628, Conta Corrente nº 001862-6 a favor da Associação São Bento Handebol Clube.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- VIII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

JOSÉ ERMÍNIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

DOUGLAS FERNANDO GAEDKE

Presidente da Associação São Bento Handebol Clube

#### TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

#### Lei Nº 3176/2013

LEI Nº 3176, DE 20 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL

#### O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL, CNPJ/MF 05.441.487/0001-61 no valor total de até R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de Voleibol durante o ano de 2013.

§1º - A entidade referida no "caput" deste artigo fica isenta da contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Voleibol.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Segunda, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Voleibol.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos JOSÉ ERMÍNIO GREIN, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.648.740, CPF nº 548.155.419/49, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bolmann, 147, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05. 441.487/0001-61, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, 723, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Adriane Christoff Machado, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora da Carteira de Identidade nº 2373670, CPF/MF nº 729.860.429-53, residente e domiciliada à Rua Júlia Ruckl, 180, Bairro Progresso, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da Associação São Bentense de Voleibol com o custeio das despesas de transporte para atletas participarem dos treinamentos, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, pagamento aluguel ginásio para treinamento e outras, constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 2850/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais), repassados pelo CONCEDENTE, ficando a CONVENIENTE isenta da contrapartida mínima prevista no parágrafo único do art. 62 da Lei nº 3.105/2012 - LDO 2013.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no HSBC, Agência 1051, Conta Corrente nº 00560-05 a favor da Associação São Bentense de Voleibol.

**CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE**

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

VIII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO**

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

JOSÉ ERMÍNIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ADRIANE CHRISTOFF MACHADO

Presidente da Associação São Bentense de Voleibol

**TESTEMUNHAS**

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

**Lei Nº 3177/2013**

LEI Nº 3177, DE 20 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL, CNPJ/MF 05.412.466/0001-18 no valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de Xadrez



durante o ano de 2013.

§1º - A entidade referida no "caput" deste artigo fica isenta da contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação de Xadrez de São Bento do Sul.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Segunda, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação de Xadrez de São Bento do Sul.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal

de Desportos JOSÉ ERMÍNIO GREIN, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.648.740, CPF nº 548.155.419/49, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bolmann, 147, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE SÃO BENTO DO SUL, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.412.466/0001-18, estabelecida à Rua João Hastreiter, 76, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por sua Presidente Geomara Schoeffel Sperb, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 2.928.558-5, CPF/MF nº 890.098.199-49, residente e domiciliada à Rua Tijucas, 00180 C 01, Bairro Progresso, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da Associação de Xadrez de São Bento do Sul com o custeio de despesas com aluguel/locação sede da Associação e local do Circuito Escolar; taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, passagens e transporte em competições; reposição de materiais; materiais gráficos; uniformes e outras, constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 3704/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), repassados pelo CONCEDENTE, ficando a CONVENIENTE isenta da contrapartida mínima prevista no parágrafo único do art. 62 da Lei nº 3.105/2012 - LDO 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal Agência 0628, Conta Corrente nº 002115-5 a favor da Associação de Xadrez de São Bento Sul.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de

abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

VIII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

JOSÉ ERMÍNIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

GEOMARA SCHOEFFEL SPERB

Presidente da Associação de Xadrez de São Bento do Sul

#### TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

#### Decreto Nº 142/2013

DECRETO Nº 0142, DE 15 DE MAIO DE 2013.

Constitui Comissão Municipal de Incentivo à Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os arts. 7º e 8º da Lei Municipal nº 3152/2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo elencados para comporem a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura:

Presidente

BRÁULIO HANTSCHER

Representantes da Área Cultural:

JEANFRANCO GADOTTI - Música

DIANALICE LODI RIBEIRO - Artes Cênicas

FÁBIO AGUIAR - Literatura

LÍGIA MORRIESEN - Artes Visuais

EDUARDO MENDES - Audiovisual

CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO - Patrimônio Histórico

SALETE ELINGEN - Cultura Popular

VERA ALICE ARNHOLDO - Acervos Culturais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 144/2013

DECRETO Nº 0144, DE 17 DE MAIO DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 1288/2012 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Decretos nº 149/2001 e nº 2070/2004,

RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 1288, de 05 de novembro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“V - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) CRICHIMA PAES DE LIMA SILVA - Titular

b) LUCINDA ISABEL ZOLLNER KROHL - Suplente



VII - Representantes da APAE:

- a) MARIA GORETE CIUPKA EHLKE - Titular
- b) EUNICE CRISTINA BORBA HANSCH - Suplente

X - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- c) Divisão de Atenção Primária à Saúde:
- 1. ERICA MARIA ELISABETH FLOS - Titular

Art. 2º Ficam designados para coordenar o Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil: Heleno Vellozo e Luciane Mary Koch Scatolon, representantes da Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 145/2013**

DECRETO Nº 0145, DE 17 DE MAIO DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 0138/2013 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZE3R-COMESP

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2599/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 0138, de 08 de maio de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"II - Fundação Municipal de Desportos:

Luiz Neri Pereira - Titular  
Valério Nazário - Suplente

Marcos Pollum - Titular  
Mauri Luizinho Pereira - Suplente"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 146/2013**

DECRETO Nº 0146, DE 17 DE MAIO DE 2013

CONSOLIDA DECRETO Nº 6556/2008

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Consolidar o Decreto nº 6556, de 09 de setembro de 2008, que concedeu pensão por morte à GILMAR HUTTL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina-TCE/SC, PPA nº 08/00643968, através da Decisão nº 0052/2013, de 04 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 147/2013**

DECRETO Nº 0147, DE 17 DE MAIO DE 2013

CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 5904, de 22 de abril de 2008, ao segurado ALDO BEJE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 148/2013**

DECRETO Nº 0148, DE 17 DE MAIO DE 2013

CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 4014, de 15 de maio de 2007, à segurada ALZIRA GONÇALVES DE LIMA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 149/2013**

DECRETO Nº 0149, DE 17 DE MAIO DE 2013

CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 2351, de 28 de setembro de 2006, à segurada ANA MARIA ZSCHOERPER WEBER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 150/2013**

DECRETO Nº 0150, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 6150, de 11 de junho de 2008, à segurada ANGELA LINZMEYER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 151/2013**

DECRETO Nº 0151, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 2349, de 28 de setembro de 2006, à segurada BERNADETE PESCHEL.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 152/2013**

DECRETO Nº 0152, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 6539, de 03 de setembro de 2008, ao segurado DIONÍSIO DEREVETZKEI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 153/2013**

DECRETO Nº 0153, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 0923, de 15 de julho de 2005, à segurada EDELTRAUT BAIER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 154/2013**

DECRETO Nº 0154, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 2355, de 28 de setembro de 2006, à segurada EDELTRAUT STAFFEN CASTILHO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 155/2013**

DECRETO Nº 0155, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 1776, de 08 de março de 2004, à segurada ELY NEUMANN FAGUNDES.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 156/2013**

DECRETO Nº 0156, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 3800, de 18 de abril de 2007, ao segurado FIGÊNIO ANSELMO DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 157/2013**

DECRETO Nº 0157, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 3543, de 26 de março de 2007, ao segurado GABRIEL LADER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 158/2013**

DECRETO Nº 0158, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 3683, de 30 de março de 2007, à segurada IVONE FRICK.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 159/2013**

DECRETO Nº 0159, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 2362, de 28 de setembro de 2006, à segurada LOURDES EDITH VALANDRO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 160/2013**

DECRETO Nº 0160, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 2353, de 28 de setembro de 2006, à segurada LOURDES MOREIRA BUSCH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 161/2013**

DECRETO Nº 0161, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 4401, de 09 de outubro de 2007, à segurada MARIA DA LUZ ROSÁRIO RODRIGUES ECKEL.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 162/2013**

DECRETO Nº 0162, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 1179, de 03 de novembro de 2005, ao segurado ANSELMO SYRIACO AYROSO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 163/2013**

DECRETO Nº 0163, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 6538, de 02 de setembro de 2008, à segurada MARIA HELENA DOS SANTOS BURDZINSKI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 164/2013**

DECRETO Nº 0164, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 2364, de 28 de setembro de 2006, ao segurado MARIO STRAPASSONI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 165/2013**

DECRETO Nº 0165, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 2357, de 28 de setembro de 2006, à segurada MARISA LEHNERT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 166/2013**

DECRETO Nº 0166, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 1673, de 10 de abril de 2006, à segurada MORGANA CLEMENT FINGER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 167/2013**

DECRETO Nº 0167, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 2359, de 28 de setembro de 2006, à segurada PAULINA CALIXTO DE LIMA MOREIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 168/2013**

DECRETO Nº 0168, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 0986, de 11 de agosto de 2005, à segurada ROSA MARIA PEREIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 169/2013**

DECRETO Nº 0169, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 1007, de 18 de agosto de 2005, à segurada ROSELI TEREZINHA NEPEL LINZMEYER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 170/2013**

DECRETO Nº 0170, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 0915, de 06 de julho de 2005, à segurada ROSELY SCHNEIDER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 171/2013**

DECRETO Nº 0171, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 6882, de 28 de outubro 2008, à segurada THEREZINHA MARIA HRUSCHKA PINHEIRO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 172/2013**

DECRETO Nº 0172, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez proporcional, concedida através do Decreto nº 0993, de 16 de agosto 2005, ao segurado VALDIR ANTONIO BORTOLI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 173/2013**

DECRETO Nº 0173, DE 17 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE REVISÃO DE CÁLCULO DE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Emenda Constitucional nº 70/2012 e o Art. 68-A da Lei Municipal nº 1718/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Revisar o cálculo de aposentadoria por invalidez integral, concedida através do Decreto nº 6222, de 25 de junho 2008, ao segurado VILSON FIDELIS FERREIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2012.

São Bento do Sul, 17 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal



**Decreto Nº 174/2013**

DECRETO Nº 0174, DE 22 DE MAIO DE 2013  
DECLARA PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2013.

Art. 2º Estende-se o Ponto Facultativo à Central de Medicamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 177/2013**

DECRETO Nº 0177, DE 23 DE MAIO DE 2013.  
DETERMINA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e conforme o que disciplina o Art. 232 da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001

Considerando que os servidores solicitaram o retorno à jornada anterior de trabalho;

Considerando que a proposta foi deliberada e aprovada na Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, realizada no dia 21 de maio de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º A partir de 27 de maio de 2013, o horário de funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, exceto em finais de semana, feriados e dias de ponto facultativo, será das 07h30m às 17h, respeitando a carga horária laboral de cada servidor, bem como o intervalo intrajornada para almoço.

Art. 2º O horário de atendimento ao público será das 08h às 17h.

Art. 3º Revoga-se os Decretos nº 0027/2013, nº 0075/2013 e nº 0084/2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de maio de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Listagem de Portarias**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2302, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Mirian Pires de Moraes. Auxiliar de Serviços. 40hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2303, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Jucélia Aparecida dos Santos. Auxiliar de Serviços. 40hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2304, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Sandra Soeli Ferreira. Auxiliar de Serviços. 40hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2305, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. João Paulo dos Santos. Professor Anos Finais (Língua Portuguesa). 20hrs semanais -SEMED.

Portaria nº 2306, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. João Paulo dos Santos. Professor Anos Finais (Língua Portuguesa)-10hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2307, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Angela Regina Rufino Martins. Auxiliar de Serviços. 40hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2308, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Sheila Kollross. Professor Anos Finais (Oficina de Dança)-30hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2309, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Maria Terezinha de Souza Beker. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2310, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Francisca das Chagas de Souza. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2311, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Cristiane Martins. Atendente Educativo. 30hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2312, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Patricia Narloch Kruger. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2313, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Rosemeri de França. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2314, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Josiele Correa Ribeiro. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2315, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 02.05.2013. Adriana Ribeiro. Atendente Educativo. 30hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2316, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 06.05.2013. Fernanda Larissa Rudnick. Professor Anos Finais (Educação Física). 20hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2317, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 06.05.2013. Aline Mara Junkes. Professor Educação Especial (Intérprete de Libras). 20hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2318, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 07.05.2013. Luciana da Silva. Professor Anos Finais (Educação Física). 20hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2319, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 08.05.2013. Rosangela Grein Kloster Eckstein. Atendente Educativo. 30hrs.semanais-SEMED.

Portaria nº 2320, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 08.05.2013. Adriana Neczypor. Professor Anos Finais (Educação Física). 30hrs semanais-SEMED.

Portaria nº 2321, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor

Temporário, a partir de 09.05.2013. Cristina Simone Bona Janesch. Especialista em Assuntos Educacionais. 40hrs semanais.SEMED.

Portaria nº 2322, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 13.05.2013. Ana Cláudia Honório Barbosa. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais.SEMED.

Portaria nº 2323, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 14.05.2013. Marília Denise Baratto Nunes. Atendente Educativo. 30hrs.semanais.SEMED.

Portaria nº 2324, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 14.05.2013. Patricia Weise. Auxiliar de Serviços. 40hrs.semanais.SEMED.

Portaria nº 2325, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 14.05.2013. Priscilla Peyerl Momoli Varela. Professor Educação Infantil.20hrs semanais.SEMED.

Portaria nº 2326, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 14.05.2013. Priscilla Peyerl Momoli Varela. Professor Educação Infantil.20hrs semanais.SEMED.

Portaria nº 2327, de 15 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 14.05.2013. Graciele Goeten de Lima. Professor Anos Finais (Ciências).20hrs semanais.SEMED.

Portaria nº 2332, de 16 de maio de 2013. Admite Servidor Temporário, a partir de 15.05.2013. Rodrigo Kruchelski Machado. Médico Ortopedista.20hrs semanais.SEMUS.

Portaria nº 2333, de 16 de maio de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 15.05.2013. Rubia Pabst Nehls. Atendente Educativo-Assistência Educacional, Nível I, Classe A, 30hrs.semanais.SEMED.

Portaria nº 2335, de 16 de maio de 2013. Retira Gratificação Função, a partir de 02.05.2013. Mariane Dias Pilz.Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 2336, de 16 de maio de 2013. Retira Gratificação Função, a partir de 02.05.2013. Marlene Vaz. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 2337, de 16 de maio de 2013. Exonera Diretor Escolar, a partir de 06.05.2013. Eliane Maria Cavaleiro Fragoso. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 2338, de 16 de maio de 2013. Exonera Diretor Escolar, a partir de 06.05.2013. Catia Ropelato Wiatek. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 2339, de 16 de maio de 2013. Exonera Coordenadora Pedagógica, a partir de 06.05.2013. Leni Streit Morgenroth. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 2340, de 16 de maio de 2013. Exonera Coordenadora Pedagógica, a partir de 02.05.2013. Sintia de Cassia Pedrozo. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 2341, de 16 de maio de 2013. Exonera Coordenadora Pedagógica, a partir de 02.05.2013. Karina Ivana Keil. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 2342, de 16 de maio de 2013. Nomeia Diretora Escolar, a partir de 06.05.2013. Eliane Maria Cavaleiro Fragoso. Professor Anos Iniciais - CEIM Vera Lucia Dreschler Kitzberger.SEMED.

Portaria nº 2343, de 16 de maio de 2013. Nomeia Diretora Escolar, a partir de 06.05.2013. Ana Claudia da Silva Murara. Professor

Educação Infantil - CEIM Pica Pau.SEMED.

Portaria nº 2344, de 16 de maio de 2013. Nomeia Diretora Escolar, a partir de 06.05.2013. Elaine Morriesen Rodrigues. Professor Anos Iniciais - EBM Alexandre Alfredo Garcia.SEMED.

Portaria nº 2345, de 16 de maio de 2013. Nomeia Coordenadora Pedagógica, a partir de 06.05.2013. Catia Ropelato Wiatek. Professor Educação Infantil. EBM Alexandre Alfredo Garcia. SEMED.

Portaria nº 2346, de 16 de maio de 2013. Nomeia Coordenadora Pedagógica, a partir de 02.05.2013. Aline Crispi de Moraes Miranda. Professor Educação Infantil. CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 2348, de 21 de maio de 2013. Exonera Coordenador de Setor de Recepção Geral, a partir de 20.05.2013. Andreia Milbratz. SEMUS.

Portaria nº 2349, de 21 de maio de 2013. Retira Gratificação de Função de Direção de Enfermagem, a partir de 01.05.2013. Adriana Rejane Beil Herzer. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 2350, de 21 de maio de 2013. Concede Função Gratificada de Direção de Enfermagem, a partir de 01.05.2013. Erica Maria Elisabeth Flos. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 2351, de 21 de maio de 2013. Nomeia Coordenador de Serviços de Drenagem, a partir de 29.04.2013. Marcio Urbainski. SEMOB.

São Bento do Sul, de 24 de maio de 2013.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Portaria Nº 2328/2013**

PORTARIA Nº 2328, DE 15 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 16 de abril de 2013, pensão por morte à MÁRIO ZEIDEMANN, na condição de cônjuge da ex-servidora inativa JUSSARA SILVEIRA ZEIDEMANN.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3438/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de abril de 2013.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2013  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 2334/2013**

PORTARIA Nº 2334, DE 16 DE MAIO DE 2013

**AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o servidor ARI RIBEIRO DA SILVA - Auxiliar de Topógrafo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir quando houver necessidade de substituir motoristas da Administração em férias e/ou viagem, os veículos oficiais: Zafira, placas MFD 0015  
Fiesta, placas MIX 6058

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 2352/2013**

PORTARIA Nº 2352, DE 21 DE MAIO DE 2013

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 1631/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o caput do artigo 163, da Lei no 228, de 28 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por meio da Portaria no 1631, de 01 de abril de 2013, em decorrência da servidora O.C.R.P. ter solicitado prorrogação do prazo para defesa escrita, nos termos do art. 171, § 3º, da Lei nº 228/2001.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão é de mais 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Extrato Termo de Cessão de Uso**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0032013. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de São Bento do Sul-SC, OBJETO: Cessão do veículo marca Chevrolet, modelo Celta, tipo LT 1.0, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2013/2013, cor vermelha, chassi nº9BGRP48FODG232600, placa MKQ 5492. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: 08 Maio de 2013. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Fernando Tureck, pelo Município.

---

**IPRESBS**

---

**Errata Portaria IPRESBS Nº. 155/2013**

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais resolve baixar as seguintes Portarias:

**ERRATA**

Portaria IPRESBS Nº. 155/2013, de 16/05/2013. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/05/2013 a 30/06/2013, a servidora IVETE KOBUS VIESNIEWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/05/2013 a 16/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/05/2013.

São Bento do Sul, 16/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**Portaria IPRESBS Nº 155/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 155/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/05/2013 a 30/06/2013, a servidora IVETE KOBUS VIESNIEWSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/05/2013 a 16/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/05/2013.

São Bento do Sul, 16/05/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

## São João do Sul

---

**PREFEITURA**

---

**Licitação Nº 042/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 042/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 015/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E EQUIPAMENTOS PARA MEDIÇÃO, PARA OS ALUNOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até às 08:45 horas do dia 07/06/2013, as propostas serão abertas às 09:00 horas do dia 07/06/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail: [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 24 de Maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.646, de 23 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.646, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
2 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Junho de 2014
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Junho de 2014
3 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Dezembro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Abril de 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Abril de 2014

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Abril de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Dezembro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Dezembro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Dezembro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Dezembro de 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2016
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2016
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2016
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2015
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro de 2016

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, deste Decreto, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os procedimentos contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.531, de 03 de dezembro de 2012.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 4.647, de 23 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.647, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública bens imóveis de propriedade da Colonizadora Hack Ltda, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,



CONSIDERANDO a necessidade do Município de avaliação dos bens imóveis de matrículas nºs 14.936, 14.937, 14.938, 14.939, 14.940, 14.941, 14.942, 14.945, 14.946, e 14.947, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, descritos no art. 1º deste Decreto, de propriedade da Colonizadora Hack Ltda, cujos imóveis o Município de São Lourenço do Oeste pretende adquirir, para a edificação de uma creche no bairro Progresso;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, os bens imóveis a seguir relacionados, de propriedade da empresa Colonizadora Hack Ltda:

I - parte do lote urbano nº 07 (sete), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 387,15 m² (trezentos e oitenta e sete vírgula quinze metros quadrados), sem benfeitorias, situado na rua Aderbal Ramos da Silva, neste Município de São Lourenço do Oeste, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.936, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

II - parte do lote urbano nº 07 (sete), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 387,15 m² (trezentos e oitenta e sete vírgula quinze metros quadrados), sem benfeitorias, situado neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.937, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

III - parte dos lotes urbanos nº 07 (sete) e 08 (oito), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 192,85 m² (cento e noventa e dois vírgula oitenta e cinco metros quadrados) e 194,30 m² (cento e noventa e quatro vírgula trinta metros quadrados), sucessivamente, totalizando a área de 387,15 m² (trezentos e oitenta e sete vírgula quinze metros quadrados), sem benfeitorias, situados na rua Aderbal Ramos da Silva, neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.938, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

IV - parte dos lotes urbanos nº 07 (sete) e 08 (oito), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 192,85 m² (cento e noventa e dois vírgula oitenta e cinco metros quadrados) e 194,30 m² (cento e noventa e quatro vírgula trinta metros quadrados), sucessivamente, totalizando a área de 387,15 m² (trezentos e oitenta e sete vírgula quinze metros quadrados), sem benfeitorias, situados neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.939, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

V - parte do lote urbano nº 08 (oito), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 385,70 m² (trezentos e oitenta e cinco vírgula setenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na rua Aderbal Ramos da Silva, neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.940, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

VI - parte do lote urbano nº 08 (oito), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 385,70 m² (trezentos e oitenta e cinco vírgula setenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.941, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

VII - parte do lote urbano nº 09 (nove), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na rua Luiza Ebling, neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.942, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

VIII - parte do lote urbano nº 11 (onze), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 400 m² (quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.945, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

IX - parte dos lotes urbanos nº 11 (onze) e nº 12 (doze), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 175 m² (cento e setenta e cinco metros quadrados) e 225 m² (duzentos e vinte e cinco

metros quadrados), sucessivamente, totalizando a área de 400 m² (quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.946, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

X - parte do lote urbano nº 12 (doze), da quadra nº 11 (onze), série "M", com área de 400 m² (quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado neste Município, conforme memorial descritivo e matrícula de nº 14.947, do Cartório de Registro de Imóveis Local, constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promover as medições e levantamentos que se fizerem necessários.

§ 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 066134-5, para expedir Laudo de Avaliação dos imóveis de que trata o art. 1º, deste Decreto.

§ 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 4.648, de 23 de Maio de 2013**

DECRETO Nº 4.648, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre as normas gerais para a quarta eleição do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007 e de acordo com o Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007,

#### DECRETA:

Art. 1º A eleição dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, dar-se-á da forma prevista neste Decreto.

#### CAPÍTULO I

##### DA INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 2º As indicações dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal deverão ser realizadas por segmento, da seguinte forma:

I - os candidatos a membro representante do Governo Municipal deverão ser indicados através de lista única pelo Prefeito Municipal, respeitando-se como limite máximo de candidatos a ser indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que tem direito, conforme previsto na Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007;

II - os candidatos a membro da sociedade civil organizada deverão ser indicados através de lista única, por segmento, respeitando-se como limite máximo de candidatos a ser indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que cada segmento tem direito, conforme previsto na Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007.

Art. 3º A escolha dos candidatos a membro dos segmentos ligados à sociedade civil organizada deverá ser realizada através de



reuniões com as entidades pertencentes a cada segmento, sendo que os nomes dos escolhidos constarão das respectivas atas a serem lavradas por ocasião das reuniões antes referidas.

Art. 4º Os candidatos indicados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - ter idade igual ou superior a 21 anos;

III - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando comprovante da última votação;

IV - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC.

Parágrafo único. Os conselheiros não poderão ter vínculo de qualquer natureza com o Comitê Desportivo Municipal.

Art. 5º As indicações de que trata o art. 2º deste Decreto, deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho Deliberativo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a eleição, juntamente com as atas que legitimaram as escolhas dos candidatos.

## CAPÍTULO II

### DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 6º Será permitida, até o dia das eleições, inclusive, a divulgação paga pelo candidato, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, de um oitavo de página de jornal padrão e de um quarto de página de revista ou tablóide.

§ 1º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra do caput, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 2º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos da legislação Federal vigente.

Art. 7º A propaganda eleitoral no rádio restringe-se ao horário gratuito disponibilizado pelo Município de São Lourenço do Oeste, até a véspera da eleição, sendo vedada a veiculação de propaganda paga pelo candidato.

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente.

Art. 8º As propagandas via rádio serão realizadas pelo Município de São Lourenço do Oeste, nas rádios e horários definidos pelo Município.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO ELETIVO

Art. 9º A escolha dos membros para o Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto, todos os eleitores do Município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral, até dois meses antes da data da eleição.

Art. 10. Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de Eleitor ou, na falta deste, Carteira de Identidade ou outro documento com foto, que o identifique.

#### Seção Única

Da totalização dos votos e da classificação dos candidatos

Art. 11. A votação será feita por sistema de cédulas e a totalização dos votos será feita manualmente.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato de cada segmento.

§ 2º Considerar-se-á voto nulo:

I - a escolha de mais de um candidato por segmento; e

II - a indicação do candidato em local impróprio.

§ 3º Considerar-se-á voto em branco aquele que não apresentar indicação de candidato.

Art. 12. Ao final da eleição, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral lacrará a urna, registrando o horário e a quantidade de votos na mesma, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Art. 13. A classificação dos candidatos será feita por segmento, pela ordem decrescente de votos recebidos, sendo que o classificado em primeiro lugar será o titular e o classificado em segundo lugar será o suplente; em havendo duas ou mais vagas, eleger-se-ão como titulares os mais votados e os subsequentes como respectivos suplentes.

§ 1º Em caso de igualdade de votos, na classificação será utilizado como critério de desempate a idade, tendo preferência, portanto, o candidato que for mais idoso.

§ 2º Em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

## CAPÍTULO IV

### DA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 14. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal a fiscalização de todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos por Edital de Eleição.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## Decreto Nº 4.649, de 23 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 4.649, DE 23 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre as normas gerais para a quarta eleição do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007 e de acordo com o Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007,

## DECRETA:

Art. 1º A eleição dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, dar-se-á da forma prevista neste Decreto.

## CAPÍTULO I

### DA INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 2º As indicações dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço deverão ser realizadas por segmento, da seguinte forma:

I - os candidatos a membro representante do Governo Municipal deverão ser indicados através de lista única pelo Prefeito Municipal, respeitando-se como limite máximo de candidatos a ser indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que tem

direito, conforme previsto na Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007;

II - os candidatos a membro da sociedade civil organizada deverão ser indicados através de lista única, por segmento, respeitando-se como limite máximo de candidatos a ser indicados, o dobro das vagas de titulares e suplentes a que cada segmento tem direito, conforme previsto na Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007.

Art. 3º A escolha dos candidatos a membro dos segmentos ligados à sociedade civil organizada deverá ser realizada através de reuniões com as entidades pertencentes a cada segmento, sendo que os nomes dos escolhidos constarão das respectivas atas a serem lavradas por ocasião das reuniões antes referidas.

Art. 4º Os candidatos indicados deverão preencher os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - ter idade igual ou superior a 21 anos;

III - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando comprovante da última votação;

IV - residir no Município de São Lourenço do Oeste - SC.

Parágrafo único. Os conselheiros não poderão ter vínculo de qualquer natureza com o Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 5º As indicações de que trata o art. 2º deste Decreto, deverão ser encaminhadas ao Presidente do Conselho Deliberativo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a eleição, juntamente com as atas que legitimaram as escolhas dos candidatos.

## CAPÍTULO II

### DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 6º Será permitida, até o dia das eleições, inclusive, a divulgação paga pelo candidato, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, de um oitavo de página de jornal padrão e de um quarto de página de revista ou tablóide.

§ 1º Ao jornal de dimensão diversa do padrão e do tablóide aplica-se a regra do caput, de acordo com o tipo de que mais se aproxime.

§ 2º Não caracterizará propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato pela imprensa escrita, desde que não seja matéria paga, mas os abusos e os excessos serão apurados e punidos nos termos da legislação Federal vigente.

Art. 7º A propaganda eleitoral no rádio restringe-se ao horário gratuito disponibilizado pelo Município de São Lourenço do Oeste até a véspera da eleição, sendo vedada a veiculação de propaganda paga pelo candidato.

Parágrafo único. Será punida, na forma da lei, por veiculação de propaganda eleitoral irregular, a emissora não autorizada a funcionar pelo poder competente.

Art. 8º As propagandas via rádio serão realizadas pelo Município de São Lourenço do Oeste, nas rádios e horários definidos pelo Município.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO ELETIVO

Art. 9º A escolha dos membros para o Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto, todos os eleitores do Município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral até dois meses antes da data da eleição.

Art. 10. Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de Eleitor ou,

na falta deste, Carteira de Identidade ou outro documento com foto, que o identifique.

## Seção Única

Da totalização dos votos e da classificação dos candidatos

Art. 11. A votação será feita por sistema de cédulas e a totalização dos votos será feita manualmente.

§ 1º Cada eleitor poderá votar em um candidato de cada segmento.

§ 2º Considerar-se-á voto nulo:

I - a escolha de mais de um candidato por segmento; e

II - a indicação do candidato em local impróprio.

§ 3º Considerar-se-á voto em branco aquele que não apresentar indicação de candidato.

Art. 12. Ao final da eleição, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral lacrará a urna, registrando o horário e a quantidade de votos na mesma, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

Art. 13. A classificação dos candidatos será feita por segmento, pela ordem decrescente de votos recebidos, sendo que o classificado em primeiro lugar será o titular e o classificado em segundo lugar será o suplente; em havendo duas ou mais vagas, eleger-se-ão como titulares os mais votados e os subsequentes como respectivos suplentes.

§ 1º Em caso de igualdade de votos, na classificação será utilizado como critério de desempate a idade, tendo preferência, portanto, o candidato que for mais idoso.

§ 2º Em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

## CAPÍTULO IV

### DA FISCALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Art. 14. Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, designada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal a fiscalização de todo o processo eleitoral do Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos por Edital de Eleição.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## Extrato do Contrato Nº 168/2013, de 13 de Maio de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2013, DE 13 DE MAIO DE 2013. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 414/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 177/2012, Modalidade Tomada de Preços nº 007/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PANDINI CONSTR. E INCORPORACÕES LTDA, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 414/2012, de 10/12/2012, por 40 (quarenta) dias, em razão de que houve alterações nos projetos durante a execução da obra, deste modo a Contratada necessita de tempo hábil para concluir os serviços que sofreram as alterações.

Data de Assinatura: 13/05/2013.  
Vigência: de 13/05/2013 a 24/06/2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal  
pela contratante

AILTON PANDINI  
pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 170/2013, de 17 de Maio de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 170/2013, DE 17 DE MAIO DE 2013.  
Origem: Processo Licitatório nº 038/2013, Modalidade Concorrência para Obras nº 001/2013.  
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.  
Contratada: Enebras Instalações Elétricas Ltda, CNPJ nº 13.885.262/0001-22.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 58.974,45 (cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 17/05/2013.

Vigência: 17/05/2013 a 19/08/2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal  
pela contratante

SOLANO PAIM  
pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº 172/2013, de 20 de Maio de 2013.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 172/2013, DE 20 DE MAIO DE 2013.  
Origem: Decreto Municipal nº 4.644, de 17 de maio de 2013, de acordo com a Lei 8.666 de 1993, subsidiariamente pelo disposto no Código Civil.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: DIRETÓRIO DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB, CNPJ nº 02.255.017/0001-15.

Objeto: LOCAÇÃO DO RESTAURANTE, COPA E COZINHA DA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, localizado junto ao Centro de Eventos, sito na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização de evento a ser promovido no corrente ano, no dia 15 de junho de 2013, no horário das 11h às 15h, pelo Locatário.

Valor: R\$ 557,76 (quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos), correspondendo a 6,55 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimentos em 14 de junho de 2013.

Data de Assinatura: 20/05/2013.

Vigência: Durante o dia 15 de junho de 2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal  
pela contratante

NAIO ANTONIO GARBIN  
pela contratada.

#### **Extrato do Convênio Nº 007, de 17 de Maio de 2013.**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 007, DE 17 DE MAIO DE 2013.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.078, de 29 de abril de 2013.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER, CNPJ/MF nº 03.883.258/0001-71.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVÊNIA.

Valor: R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), em parcela única, a ser paga na data de 26 de julho de 2013.

Data da assinatura: 17/05/2013.

Vigência: de 17/05/2013 a 31/12/2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal  
pelo Conveniente

JOSÉ ANTONIO DALZOT  
pela Conveniada.

#### **Edital de Eleição Cdm Nº 001/2013.**

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2013, DE 23 DE MAIO DE 2013.  
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

ABRE INSCRIÇÕES PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, ESTABELECE O CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN, Gerente Executivo do Comitê Desportivo Municipal, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 19, inc. XX e XXI, do Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007, TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições para o processo eleitoral do Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, com base na Lei Complementar nº 080, de 16 de março de 2007, combinada com o Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e Decreto nº 4.648, de 23 de maio de 2013, e nas disposições seguintes:

##### **1 - DA ESCOLHA E MANDATO**

1.1 - A data, local, horário da votação, número de vagas e o período do mandato dos Conselheiros serão os seguintes:

I - Data da eleição: 29 de junho de 2013 (sábado);

II - Horário: das 12h às 17h;

III - Local da eleição: Clube dos Idosos, sito na rua Rui Barbosa, nº 665, Centro, São Lourenço do Oeste/SC;

IV - Número de Vagas: 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, distribuídas na seguinte proporção:

a) 04 (quatro) membros do Governo Municipal;

b) 03 (três) membros de Clubes e Associações Desportivas e

Recreativas; e

c) 01 (um) membro das Unidades de Ensino Escolar.

V - Validade do Mandato: dois (02) anos, permitida uma recondução para igual período.

## 2 - DA INDICAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

2.1 - A indicação dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo deverá seguir o previsto no artigo 13 do Estatuto do Comitê Desportivo Municipal; devendo a inscrição ser feita mediante preenchimento da respectiva ficha de inscrição, conforme formulário constante do Anexo I deste Edital, acompanhada de cópia do CPF, RG e Título de Eleitor.

2.2 - A inscrição dos candidatos poderá ser feita de 27 de maio a 03 de junho de 2013, das 08h às 11h:30min e das 13h:30min às 17h, na Sede do Comitê Desportivo Municipal, sito na rua Duque de Caxias, 759, Centro de São Lourenço do Oeste.

2.3- Poderão concorrer candidatos que preencham os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - idade igual ou superior a 21 anos;

III - residir no município de São Lourenço do Oeste - SC;

IV - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando o comprovante da última votação ou a justificativa da ausência (votação em 07/10/2012);

V - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

2.4 - É vedada a participação dos candidatos à reeleição, no sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, apuração dos votos, fiscalização e coordenação do Processo de eleição.

## 3 - DA PUBLICAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1 - Encerrado o prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral analisará as inscrições e publicará lista dos candidatos aptos a participarem da eleição na imprensa oficial, no mural do Comitê Desportivo Municipal e no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, até a data de 07 de junho de 2013.

3.2 - A partir da publicação, qualquer eleitor terá o prazo de 2 (dois) dias, para impugnar a candidatura, com base nos critérios da inscrição dos candidatos, oferecendo prova do alegado.

3.3 - O candidato impugnado terá o prazo de 1 (um) dia para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da intimação.

## 4 - DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS

4.1 - A escolha dos candidatos será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto todos os eleitores do município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral, até 2 (dois) meses antes da data da eleição prevista neste Edital.

4.2 - Em caso de empate, o critério usado será a idade, prevalecendo o mais idoso; em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

4.3 - O eleitor poderá votar em 1 (um) candidato de cada segmento, sendo escolhidos os 8 (oito) mais votados para serem os Titulares, e os 8 (oito) seguintes, como suplentes, respeitando a ordem decrescente de votos recebidos.

4.4 - Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de eleitor e ou Carteira de Identidade ou outro documento com foto que o identifique.

4.5 - Os eleitores que não constarem da lista de votação serão excluídos do processo de eleição.

## 5 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - De acordo com § 3º do artigo 15, da Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007, os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados.

5.2 - Fica estabelecido o Calendário Oficial do presente Processo Eleitoral para o Conselho Deliberativo do Comitê Desportivo Municipal, conforme Anexo II deste Edital.

5.3 - Os candidatos inscritos declaram aceitar as condições do

presente Edital, do Decreto nº 4.648, de 23 de maio de 2013, Decreto nº 3.457, de 30 de abril de 2007 e da Lei Complementar nº 80, de 16 de março de 2007.

5.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, que tem por finalidade fiscalizar a lisura do processo.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2013.

ADIRLEI CARLOS SANTIAN

Gerente Executivo do

Comitê Desportivo Municipal

## ANEXO I

### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

Representante do Segmento:

Nome:

Data de Nascimento: Local:

Nacionalidade: Sexo:

Estado Civil: RG:

CPF: Título de Eleitor:

Endereço: Rua: Nº

Complemento: Bairro: Telefone Fixo: Celular:

E-mail:

Anexar cópia dos seguintes documentos:

( ) Requerimento

( ) RG

( ) CPF

( ) Título de Eleitor

( ) Comprovante da última votação (07/10/2012)

São Lourenço do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do Candidato:

Data do recebimento: / /2013.

Assinatura do Resp. pelo recebimento:

Nome do Resp. pelo recebimento:

## ANEXO II

### CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO ELEITORAL DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

DATA	ATIVIDADE
24/05/2013	Publicação do Edital
27/05 a 03/06/2013	Inscrição dos Candidatos
07/06/2013	Publicação da lista de candidatos inscritos
10 e 11/06/2013	Prazo para impugnações
12/06/2013	Prazo para manifestação sobre eventual impugnação
14/06/2013	Publicação definitiva das candidaturas
17/06/2013	Sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, às 09 horas no Comitê Desportivo Municipal
29/06/2013	Processo de eleição dos Conselheiros





**Edital de Eleição Nº 001/2013 IcsI**

EDITAL DE ELEIÇÃO Nº 001/2013, DE 23 DE MAIO DE 2013.  
INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

ABRE INSCRIÇÕES PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL, ESTABELECE O CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA, Gerente Executivo do Instituto Cultural de São Lourenço, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 19, incisos XX e XXI, do Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007, TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições para o processo eleitoral do Instituto Cultural de São Lourenço, com base na Lei Complementar nº 081, de 16 de março de 2007, combinada com o Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e Decreto nº 4.649, de 23 de maio de 2013, e nas disposições seguintes:

**1 - DA ESCOLHA E MANDATO**

1.1 - A data, local, horário da votação, número de vagas e o período do mandato dos Conselheiros serão os seguintes:

I - Data da eleição: 29 de junho de 2013 (sábado);

II - Horário: das 12h às 17h;

III - Local da eleição: Clube dos Idosos, sito na rua Rui Barbosa, nº 665, Centro, São Lourenço do Oeste/SC;

IV - Número de Vagas: 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, distribuídas na seguinte proporção:

a) 04 (quatro) membros do Governo Municipal;

b) 03 (três) membros de Clubes e Associações Desportivas e Recreativas; e

c) 01 (um) membro das Unidades de Ensino Escolar.

V - Validade do Mandato: dois (02) anos, permitida uma recondução para igual período.

**2 - DA INDICAÇÃO E DA INSCRIÇÃO**

2.1 - A indicação dos candidatos a membro do Conselho Deliberativo deverá seguir o previsto no artigo 13 do Estatuto do Instituto Cultural de São Lourenço; devendo a inscrição ser feita mediante preenchimento da respectiva ficha de inscrição, conforme formulário constante do Anexo I deste Edital, acompanhada de cópia do CPF, RG e Título de Eleitor.

2.2 - A inscrição dos candidatos poderá ser feita de 27 de maio a 03 de junho de 2013, das 08h às 11h:30min e das 13h:30min às 17h, na Sede do Instituto Cultural de São Lourenço, sito na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, São Lourenço do Oeste/SC.

2.3 - Poderão concorrer candidatos que preencham os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - idade igual ou superior a 21 anos;

III - residir no município de São Lourenço do Oeste/SC;

IV - estar em gozo dos direitos políticos, apresentando o comprovante da última votação ou a justificativa da ausência (votação em 07/10/2012);

V - ter sido indicado pelo respectivo segmento.

2.4 - É vedada a participação dos candidatos à reeleição, no sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, apuração dos votos, fiscalização e coordenação do Processo de eleição.

**3 - DA PUBLICAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

3.1 - Encerrado o prazo para inscrição dos candidatos, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral analisará as inscrições e publicará lista dos candidatos aptos a participarem da eleição na imprensa oficial, no mural do Instituto Cultural de São Lourenço e no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC, até a data de 07 de junho de 2013.

3.2 - A partir da publicação, qualquer eleitor terá o prazo de 2 (dois) dias, para impugnar a candidatura, com base nos critérios

da inscrição dos candidatos, oferecendo prova do alegado.

3.3 - O candidato impugnado terá 1 (um) dia para manifestar-se sobre a impugnação, a partir da intimação.

**4 - DO PROCESSO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS**

4.1 - A escolha dos candidatos será feita por votação secreta, na qual terão direito a voto todos os eleitores do município de São Lourenço do Oeste, desde que inscritos como tal perante a Justiça Eleitoral, até 2 (dois) meses antes da data da eleição prevista neste Edital.

4.2 - Em caso de empate, o critério usado será a idade, prevalecendo o mais idoso; em persistindo o empate, será efetuado sorteio.

4.3 - O eleitor poderá votar em 1 (um) candidato de cada segmento, sendo escolhidos os 8 (oito) mais votados para serem os Titulares, e os 8 (oito) seguintes, como suplentes, respeitando a ordem decrescente de votos recebidos.

4.4 - Para votar, o eleitor deverá apresentar Título de eleitor e ou Carteira de Identidade ou outro documento com foto que o identifique.

4.5 - Os eleitores que não constarem da lista de votação serão excluídos do processo de eleição.

**5 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1 - De acordo com o § 4º do artigo 15, da Lei Complementar nº 081, de 16 de março de 2007, os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados.

5.2 Fica estabelecido o Calendário Oficial do presente Processo Eleitoral para o Conselho Deliberativo do Instituto Cultural de São Lourenço, conforme Anexo II deste Edital.

5.3 Os candidatos inscritos declaram aceitar as condições do presente Edital, do Decreto nº 4.649, de 23 de maio de 2013, Decreto nº 3.456, de 30 de abril de 2007 e da Lei Complementar nº 081, de 16 de março de 2007.

5.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Eleitoral, que tem por finalidade fiscalizar a lisura do processo.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de maio de 2013.

ALTAMIR JORGE LEMES DA ROSA

Gerente Executivo do

Instituto Cultural de São Lourenço

**ANEXO I****FICHA DE INSCRIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL**

Representante do Segmento:

Nome:

Data de Nascimento: Local:

Nacionalidade: Sexo:

Estado Civil: RG:

CPF: Título de Eleitor:

Endereço: Rua: Nº

Complemento: Bairro: Telefone Fixo: Celular:

E-mail:

Anexar cópia dos seguintes documentos:

( ) Requerimento

( ) RG

( ) CPF

( ) Título de Eleitor

( ) Comprovante da última votação (07/10/2012)

São Lourenço do Oeste - SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do Candidato:



Data do recebimento:        /        /2013.

Assinatura do Resp. pelo recebimento:  
Nome do Resp. pelo recebimento:

## ANEXO II

### CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO ELEITORAL DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL

DATA	ATIVIDADE
24/05/2013	Publicação do Edital
27/05 a 03/06/2013	Inscrição dos Candidatos
07/06/2013	Publicação da lista de candidatos inscritos
10 e 11/06/2013	Prazo para impugnações
12/06/2013	Prazo para manifestação sobre eventual impugnação
14/06/2013	Publicação definitiva das candidaturas
17/06/2013	Sorteio da ordem dos candidatos na cédula de votação, às 09 horas no Comitê Desportivo Municipal
29/06/2013	Processo de eleição dos Conselheiros

#### Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 017, de 1º de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 017, DE 1º DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 017, de 1º de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TX28, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10561, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.  
Data da assinatura: 20 de maio de 2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste  
pelo cedente.

#### Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 201, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 201, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 201, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VB42, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10360, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.  
Data da assinatura: 16 de Maio de 2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste  
pelo cedente.

#### Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 269, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 269, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº

83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 269, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564331R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10428, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.  
Data da assinatura: 16 de Maio de 2013.

Signatários:  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste  
pelo cedente.

#### Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 395, de 07 de Maio de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 395, DE 07 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 901994707, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sebastião L. Nunes da Rosa, CPF nº 745.731.360-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VQ9G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7788, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 395, de 07 de maio de 2013.

Data da assinatura: 07 de maio de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

SEBASTIÃO L. NUNES DA ROSA  
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 396, de 07 de Maio de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 396, DE 07 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 302273794, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marivete Fernandes, CPF nº 952.872.800-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V35Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7824, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 396, de 07 de maio de 2013.

Data da assinatura: 07 de maio de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

MARIVETE FERNANDES  
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 397, de 07 de Maio de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 397, DE 07 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 500421048, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ronei Alves, CPF nº 043.066.339-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TY56, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7729, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 397, de 07 de maio de 2013.

Data da assinatura: 07 de maio de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste  
RONEI ALVES  
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 398, de 07 de Maio de 2013.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 398, DE 07 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 1300134597014, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jucelia Colla Sviderski, CPF nº 020.689.349-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V001, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7780, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 398, de 07 de maio de 2013.

Data da assinatura: 07 de maio de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste  
JUCELIA COLLA SVIDERSKI  
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 404, de 17 de Maio de 2013.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 404, DE 17 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 1300134606019, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Irene Miotto, CPF nº 899.146.609-59.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5704G8S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10340, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 404, de 17 de maio de 2013.

Data da assinatura: 17 de maio de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

IRENE MIOTTO  
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 405, de 17 de Maio de 2013.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 405, DE 17 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 401480313, da Escola Básica Municipal Irmã Neusa.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clairei Fátima Lara Tatto, CPF nº 092.299.809-43.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564345E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10368, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 405, de 17 de maio de 2013.

Data da assinatura: 17 de maio de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

CLAIREI FÁTIMA LARA TATTO  
responsável legal pelo Usuário-Aluno.

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 2º Bimestre**

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>9.386.606,14</b>	<b>17,56</b>	<b>17.890.680,67</b>	<b>33,48</b>	<b>35.551.641,65</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>47.856.322,32</b>	<b>47.856.322,32</b>	<b>8.986.826,15</b>	<b>18,78</b>	<b>16.595.301,99</b>	<b>34,68</b>	<b>31.261.020,33</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.261.249,79	6.261.249,79	2.075.145,60	33,14	2.810.322,62	44,88	3.450.927,17
IMPOSTOS	4.896.423,00	4.896.423,00	1.894.277,25	38,69	2.455.751,46	50,15	2.440.671,54
TAXAS	1.023.098,79	1.023.098,79	160.646,63	15,70	314.567,76	30,75	708.531,03
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	341.728,00	341.728,00	20.221,72	5,92	40.003,40	11,71	301.724,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	931.835,00	931.835,00	218.668,16	23,47	356.028,17	38,21	575.806,83
Contrib p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	931.835,00	931.835,00	218.668,16	23,47	356.028,17	38,21	575.806,83
RECEITA PATRIMONIAL	590.699,93	590.699,93	48.509,39	8,21	170.257,82	28,82	420.442,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	440.699,93	440.699,93	48.509,39	11,01	170.257,82	38,63	270.442,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	20.000,00	20.000,00	132,00	0,66	629,20	3,15	19.370,80
Outras Rec. Agropecuárias	20.000,00	20.000,00	132,00	0,66	629,20	3,15	19.370,80
RECEITA DE SERVIÇOS	317.165,00	317.165,00	47.104,48	14,85	74.422,20	23,46	242.742,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.922.819,00	38.922.819,00	6.428.055,35	16,51	12.845.358,56	33,00	26.077.460,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.378.119,74	38.378.119,74	6.231.968,23	16,24	12.647.136,76	32,95	25.730.982,98
Transf. de Conv.	544.699,26	544.699,26	196.087,12	36,00	198.221,80	36,39	346.477,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	812.553,60	812.553,60	169.211,17	20,82	338.283,42	41,63	474.270,18
Multas e Juros de Mora	193.091,87	193.091,87	77.322,50	40,04	117.068,53	60,63	76.023,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.131,92	40.131,92	1.634,62	4,07	1.634,62	4,07	38.497,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	419.079,81	419.079,81	64.848,90	15,47	104.179,34	24,86	314.900,47
RECEITAS DIVERSAS	160.250,00	160.250,00	25.405,15	15,85	115.400,93	72,01	44.849,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.586.000,00</b>	<b>5.586.000,00</b>	<b>399.779,99</b>	<b>7,16</b>	<b>1.295.378,68</b>	<b>23,19</b>	<b>4.290.621,32</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	399.779,99	39,98	1.005.845,80	100,58	-5.845,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	399.779,99	39,98	1.005.845,80	100,58	-5.845,80
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.536.000,00	4.536.000,00	0,00	0,00	289.532,88	6,38	4.246.467,12
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.536.000,00	4.536.000,00	0,00	0,00	289.532,88	6,38	4.246.467,12
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>9.386.606,14</b>	<b>17,56</b>	<b>17.890.680,67</b>	<b>33,48</b>	<b>35.551.641,65</b>

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>9.386.606,14</b>	<b>17,56</b>	<b>17.890.680,67</b>	<b>33,48</b>	<b>35.551.641,65</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>9.386.606,14</b>	<b>17,56</b>	<b>17.890.680,67</b>	<b>33,48</b>	<b>35.551.641,65</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.132.354,79	—	—	211.550,70	—	—
Superávit Financeiro	—	1.132.354,79	—	—	211.550,70	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>1.560.333,59</b>	<b>55.002.655,91</b>	<b>12.006.164,32</b>	<b>21.098.207,92</b>	<b>7.774.948,89</b>	<b>12.975.469,16</b>	<b>23,59</b>	<b>42.027.186,75</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>43.212.869,46</b>	<b>530.413,55</b>	<b>43.743.283,01</b>	<b>10.231.327,02</b>	<b>18.472.679,73</b>	<b>6.401.591,71</b>	<b>10.945.105,50</b>	<b>25,02</b>	<b>32.798.177,51</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.968.153,40	-459.000,00	21.509.153,40	2.559.434,81	4.858.471,73	2.556.580,89	4.846.582,23	22,53	16.662.571,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	5.017,75	25.874,42	5.017,75	25.874,42	8,62	274.125,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.944.716,06	989.413,55	21.934.129,61	7.666.874,46	13.588.333,58	3.839.993,07	6.072.648,85	27,69	15.861.480,76
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.224.452,86</b>	<b>1.029.920,04</b>	<b>11.254.372,90</b>	<b>1.774.837,30</b>	<b>2.625.528,19</b>	<b>1.373.357,18</b>	<b>2.030.363,66</b>	<b>18,04</b>	<b>9.224.009,24</b>
INVESTIMENTOS	9.024.452,86	1.029.920,04	10.054.372,90	1.443.418,14	2.026.572,99	1.041.938,02	1.431.408,46	14,24	8.622.964,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	331.419,16	598.955,20	331.419,16	598.955,20	49,91	601.044,80
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>1.560.333,59</b>	<b>55.002.655,91</b>	<b>12.006.164,32</b>	<b>21.098.207,92</b>	<b>7.774.948,89</b>	<b>12.975.469,16</b>	<b>23,59</b>	<b>42.027.186,75</b>

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>1.560.333,59</b>	<b>55.002.655,91</b>	<b>12.006.164,32</b>	<b>21.098.207,92</b>	<b>7.774.948,89</b>	<b>12.975.469,16</b>	<b>23,59</b>	<b>42.027.186,75</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.915.211,51	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>53.442.322,32</b>	<b>1.560.333,59</b>	<b>55.002.655,91</b>	<b>12.006.164,32</b>	<b>21.098.207,92</b>	<b>7.774.948,89</b>	<b>17.890.680,67</b>	<b>23,59</b>	<b>42.027.186,75</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
 ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
 PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
 CONTADORA CRC/SC 030550/O-8



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	53.442.322,32	55.002.655,91	12.006.164,32	21.098.207,92	7.774.948,89	12.975.469,16	100,00	23,59	42.027.186,75
Legislativa	1.520.000,00	1.520.000,00	143.246,07	398.190,25	154.824,86	285.684,87	2,20	18,80	1.234.315,13
Ação Legislativa	1.520.000,00	1.520.000,00	143.246,07	398.190,25	154.824,86	285.684,87	2,20	18,80	1.234.315,13
Judiciária	780.000,00	780.000,00	44.460,07	110.845,49	45.770,39	90.319,05	0,70	11,58	689.680,95
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	280.000,00	280.000,00	44.460,07	85.038,41	41.800,07	82.378,41	0,63	29,42	197.621,59
Defesa Civil	500.000,00	500.000,00	0,00	25.807,08	3.970,32	7.940,64	0,06	1,59	492.059,36
Administração	4.498.000,00	4.998.000,00	979.270,71	2.288.657,33	676.510,65	1.274.483,82	9,82	25,50	3.723.516,18
Administração Geral	3.400.000,00	3.900.000,00	878.872,74	1.893.545,28	542.675,71	1.043.340,58	8,04	26,75	2.856.659,42
Administração Financeira	410.000,00	410.000,00	34.809,50	74.637,61	42.925,18	68.811,14	0,53	16,78	341.188,86
Controle Interno	320.000,00	320.000,00	36.818,47	73.738,44	37.711,76	72.952,10	0,56	22,80	247.047,90
Difusão Cultural	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Outras Transferências	263.000,00	263.000,00	28.770,00	246.736,00	53.198,00	89.380,00	0,69	33,98	173.620,00
Defesa Nacional	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Segurança Pública	290.000,00	387.082,15	134.017,52	182.045,96	28.050,19	49.216,50	0,38	12,71	337.865,65
Defesa da Ordem Jurídica	290.000,00	387.082,15	134.017,52	182.045,96	28.050,19	49.216,50	0,38	12,71	337.865,65
Assistência Social	1.690.477,00	1.690.477,00	451.670,65	612.817,09	164.131,36	264.189,63	2,04	15,63	1.426.287,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	175.000,00	175.000,00	15.697,17	25.146,00	15.697,17	25.146,00	0,19	14,37	149.854,00
Assistência Comunitária	1.515.477,00	1.515.477,00	435.973,48	587.671,09	148.434,19	239.043,63	1,84	15,77	1.276.433,37
Saúde	9.585.292,00	9.763.541,51	2.534.174,65	4.043.307,01	1.586.200,29	2.863.982,08	22,07	29,33	6.899.559,43
Atenção Básica	7.831.880,00	7.634.085,02	2.112.444,61	3.417.218,50	1.409.799,45	2.517.461,60	19,40	32,98	5.116.623,42
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.620.752,00	1.996.796,49	413.311,21	617.223,68	169.609,53	339.618,17	2,62	17,01	1.657.178,32
Vigilância Epidemiológica	132.660,00	132.660,00	8.418,83	8.864,83	6.791,31	6.902,31	0,05	5,20	125.757,69
Educação	16.395.020,60	16.515.893,64	3.405.904,17	5.773.180,17	2.482.124,48	3.740.689,39	28,83	22,65	12.775.204,25
Ensino Fundamental	10.934.561,02	10.963.166,15	2.125.607,73	4.247.429,19	1.761.065,43	2.791.219,45	21,51	25,46	8.171.946,70
Ensino Médio	447.878,00	447.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.878,00
Ensino Superior	212.500,00	212.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.500,00
Educação Infantil	4.800.081,58	4.892.349,49	1.280.296,44	1.525.750,98	721.059,05	949.469,94	7,32	19,41	3.942.879,55
Cultura	1.088.114,00	1.242.185,38	211.754,95	346.544,50	131.397,52	179.807,45	1,39	14,48	1.062.377,93
Ensino Fundamental	481.114,00	635.185,38	154.133,89	238.575,26	77.743,45	102.957,94	0,79	16,21	532.227,44
Difusão Cultural	607.000,00	607.000,00	57.621,06	107.969,24	53.654,07	76.849,51	0,59	12,66	530.150,49

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	53.442.322,32	55.002.655,91	12.006.164,32	21.098.207,92	7.774.948,89	12.975.469,16	100,00	23,59	42.027.186,75
Urbanismo	11.082.335,00	11.792.392,51	2.929.516,60	5.072.348,80	1.576.399,53	2.676.295,21	20,63	22,70	9.116.097,30
Difusão Cultural	510.000,00	510.000,00	105.606,85	222.015,45	30.404,60	48.404,60	0,37	9,49	461.595,40
Infra-Estrutura Urbana	9.062.335,00	9.972.392,51	1.591.335,85	3.616.819,45	1.317.671,88	2.398.627,56	18,49	24,05	7.573.764,95
Serviços Urbanos	1.500.000,00	1.300.000,00	1.232.573,90	1.233.513,90	228.323,05	229.263,05	1,77	17,64	1.070.736,95
Turismo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação	55.530,00	55.530,00	6.250,50	6.308,85	6.308,85	6.308,85	0,05	11,36	49.221,15
Habitação Urbana	55.530,00	55.530,00	6.250,50	6.308,85	6.308,85	6.308,85	0,05	11,36	49.221,15
Saneamento	450.000,00	250.000,00	33.480,00	33.480,00	5.618,82	5.618,82	0,04	2,25	244.381,18
Saneamento Básico Urbano	450.000,00	250.000,00	33.480,00	33.480,00	5.618,82	5.618,82	0,04	2,25	244.381,18
Agricultura	3.102.553,72	3.102.553,72	652.923,79	1.019.019,54	396.816,72	662.408,12	5,11	21,35	2.440.145,60
Promoção da Produção Animal	275.000,00	275.000,00	104.415,00	112.230,00	59.545,00	67.360,00	0,52	24,49	207.640,00
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	100.000,00	12.912,75	28.343,65	15.238,65	22.870,65	0,18	22,87	77.129,35
Extensão Rural	2.727.553,72	2.727.553,72	535.596,04	878.445,89	322.033,07	572.177,47	4,41	20,98	2.155.376,25
Indústria	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
Promoção Industrial	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
Desporto e Lazer	635.000,00	635.000,00	143.057,73	196.633,31	82.431,49	103.579,95	0,80	16,31	531.420,05
Desporto Comunitário	635.000,00	635.000,00	143.057,73	196.633,31	82.431,49	103.579,95	0,80	16,31	531.420,05
Encargos Especiais	1.950.000,00	1.950.000,00	336.436,91	1.014.829,62	438.363,74	772.885,42	5,96	39,64	1.177.114,58
Outros Encargos Especiais	1.950.000,00	1.950.000,00	336.436,91	1.014.829,62	438.363,74	772.885,42	5,96	39,64	1.177.114,58

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	53.442.322,32	55.002.655,91	12.006.164,32	21.098.207,92	7.774.948,89	12.975.469,16	100,00	23,59	42.027.186,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	53.442.322,32	55.002.655,91	12.006.164,32	21.098.207,92	7.774.948,89	12.975.469,16	100,00	23,59	42.027.186,75

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES

GERALDINO CARDOSO

CINARA TISSIANI DOS SANTOS

ANALISTA DE CONTROLE INTER

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA CRC/SC 030550/O-1

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.788.618,21</b>	<b>3.665.008,27</b>	<b>4.943.343,78</b>	<b>4.585.016,51</b>	<b>3.640.474,82</b>	<b>5.123.401,72</b>	<b>4.147.574,96</b>	<b>4.484.010,94</b>	<b>4.101.176,60</b>	<b>4.452.780,23</b>	<b>5.226.611,50</b>	<b>4.613.087,37</b>	<b>53.771.104,91</b>	<b>53.799.224,82</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	330.318,68	394.804,64	447.607,79	364.209,26	382.813,75	369.602,00	293.011,28	405.765,89	330.732,09	405.258,78	1.722.166,37	353.021,84	5.799.312,37	6.271.249,79
I.P.T.U.	61.934,75	53.297,68	50.201,41	49.748,93	51.604,48	50.260,52	58.196,63	48.146,02	5.988,96	133.487,77	1.395.453,25	58.945,37	2.017.265,77	1.867.830,00
I.R.R.F	39.575,80	40.989,14	42.812,72	40.776,49	38.307,91	37.713,25	41.080,78	78.339,00	10.648,97	29.703,57	36.943,23	65.408,17	502.299,03	604.000,00
I.S.S.	109.921,16	122.025,45	165.899,32	131.645,98	148.063,32	134.011,68	120.430,80	128.433,17	182.362,10	114.285,63	114.989,39	120.592,15	1.592.660,15	1.643.701,00
I.T.B.I.	52.398,70	61.908,40	91.846,29	50.125,17	58.515,61	75.501,89	41.942,55	62.232,77	57.037,46	28.773,60	39.708,19	62.280,11	682.270,74	790.892,00
Outras Receitas Tributárias	66.488,27	116.583,97	96.848,05	91.912,69	86.322,43	72.114,66	31.360,52	88.614,93	74.694,60	99.008,21	135.072,31	45.796,04	1.004.816,68	1.364.826,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	66.671,44	68.062,64	66.100,57	65.636,25	67.936,24	63.580,21	72.392,01	64.453,38	64.518,80	72.841,21	149.221,05	69.447,11	890.860,91	931.835,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.705,72	50.945,49	41.404,67	35.339,13	23.394,94	23.862,84	18.682,23	13.154,40	109.357,71	12.390,72	20.830,05	27.594,49	402.662,39	590.699,93
RECEITA AGROPECUÁRIA	514,00	150,00	827,00	202,31	3.710,40	3.508,52	1.099,40	465,00	397,20	100,00	132,00	0,00	11.105,83	20.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	45.301,91	50.692,68	53.970,49	51.454,12	3.189,32	51.067,67	82.485,27	330,00	500,00	26.817,72	47.084,57	19,91	412.913,66	317.165,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.260.302,45	3.040.522,28	4.275.700,28	4.011.805,53	3.106.755,23	4.540.171,41	3.618.900,34	3.902.427,99	3.533.738,85	3.828.231,50	3.225.233,95	4.055.996,36	45.399.786,17	44.855.721,50
Cota-Parte do F.P.M.	998.199,44	851.812,43	636.105,03	701.928,57	614.177,18	651.976,79	881.253,75	1.432.580,59	918.411,51	1.235.624,47	711.627,93	763.560,72	10.397.258,41	10.531.720,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.014.669,03	1.060.696,47	1.025.593,77	1.026.635,28	1.190.602,44	1.122.070,92	1.207.182,73	1.220.269,60	1.189.496,95	1.061.986,30	1.107.201,03	1.208.905,42	13.435.309,94	13.675.638,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	214.029,77	170.351,49	204.844,05	222.279,52	191.463,29	190.950,17	101.402,23	53.946,73	124.535,43	156.274,00	193.233,25	231.056,22	2.054.366,15	2.306.746,00
Cota-Parte do ITR.	22,73	83,62	53,42	98,45	3.023,07	5.005,00	229,32	40,62	0,00	34,19	8,73	45,54	8.644,69	8.454,84
Outras Transferências Correntes	1.520.870,85	456.794,68	1.945.586,84	1.579.020,84	574.527,82	2.059.957,20	891.052,78	687.027,56	347.885,12	437.774,88	388.966,41	872.689,13	11.762.154,11	5.813.202,26
Transferências da LC 61/1989	20.059,44	17.920,28	16.711,35	18.471,30	18.680,09	18.054,55	18.277,97	20.987,75	20.915,28	16.059,40	14.177,01	12.999,50	213.313,92	215.559,00
Transferências da LC 87/1996	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	0,00	11.250,68	5.625,34	5.625,34	0,00	0,00	0,00	21.996,66	66.999,38	64.221,40
Transferências do FUNDEB	486.825,85	477.237,97	441.180,48	457.746,23	514.281,34	480.906,10	513.876,22	481.949,80	932.494,56	920.478,26	810.019,59	944.743,17	7.461.739,57	12.240.180,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.804,01	59.830,54	57.732,98	56.369,91	52.674,94	71.609,07	61.004,43	97.414,28	61.931,95	107.140,30	61.943,51	107.007,66	854.463,58	812.553,60
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>450.460,94</b>	<b>421.357,73</b>	<b>377.786,37</b>	<b>395.007,45</b>	<b>403.589,02</b>	<b>399.861,40</b>	<b>442.958,72</b>	<b>459.391,54</b>	<b>450.671,66</b>	<b>493.995,48</b>	<b>405.462,35</b>	<b>447.712,61</b>	<b>5.148.255,27</b>	<b>5.932.902,50</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	450.460,94	421.357,73	377.786,37	395.007,45	403.589,02	399.861,40	442.958,72	459.391,54	450.671,66	493.995,48	405.462,35	447.712,61	5.148.255,27	5.932.902,50
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>4.338.157,27</b>	<b>3.243.650,54</b>	<b>4.565.557,41</b>	<b>4.190.009,06</b>	<b>3.236.885,80</b>	<b>4.723.540,32</b>	<b>3.704.616,24</b>	<b>4.024.619,40</b>	<b>3.650.504,94</b>	<b>3.958.784,75</b>	<b>4.821.149,15</b>	<b>4.165.374,76</b>	<b>48.622.849,64</b>	<b>47.866.322,32</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.440.748,68	9.781.074,11	9.915.179,97
DEDUÇÕES (II)	1.292.130,38	4.495.413,80	6.032.414,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.466.493,30	6.315.008,90	8.222.410,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.305,57	6.231,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.174.362,92	1.820.900,67	2.196.227,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.148.618,30	5.285.660,31	3.882.765,23
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>8.148.618,30</b>	<b>5.285.660,31</b>	<b>3.882.765,23</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.402.895,08</b>	<b>-4.265.853,07</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-2.369.148,02</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>47.415.622,39</b>	<b>8.938.316,76</b>	<b>16.425.044,17</b>	<b>13.598.201,06</b>
Receita Tributária	6.261.249,79	2.075.145,60	2.810.322,62	2.660.930,51
I.P.T.U.	1.867.830,00	1.454.398,62	1.593.875,35	1.366.583,01
I.S.S.	1.633.701,00	235.538,93	531.372,81	502.937,65
I.T.B.I.	790.892,00	101.988,30	187.799,36	252.517,12
I.R.R.F.	604.000,00	102.351,40	142.703,94	140.348,88
Outras Receitas Tributárias	1.364.826,79	180.868,35	354.571,16	398.543,85
Receita de Contribuição	931.835,00	218.668,16	356.028,17	331.221,84
Outras Contribuições	931.835,00	218.668,16	356.028,17	331.221,84
Receita Patrimonial Líquida	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	590.699,93	48.509,39	170.257,82	144.004,51
(-) Aplicações Financeiras	440.699,93	48.509,39	170.257,82	144.004,51
Transferências Correntes	38.922.819,00	6.428.055,35	12.845.358,56	10.424.972,11
F.P.M.	7.931.720,00	1.180.150,97	2.903.379,80	2.804.246,62
I.C.M.S.	10.835.638,00	1.852.885,33	3.654.072,09	3.472.841,84
Convênios	544.699,26	196.087,12	198.221,80	168.742,88
Outras Transferências Correntes	19.610.761,74	3.198.931,93	6.089.684,87	3.979.140,77
Demais Receitas Correntes	1.149.718,60	216.447,65	413.334,82	181.076,60
Dívida Ativa	419.079,81	64.848,90	104.179,34	69.984,54
Diversas Receitas Correntes	730.638,79	151.598,75	309.155,48	111.092,06
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>5.586.000,00</b>	<b>399.779,99</b>	<b>1.295.378,68</b>	<b>1.002.171,18</b>
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	399.779,99	1.005.845,80	112.167,85
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.536.000,00	0,00	289.532,88	890.003,33
Convênios	4.536.000,00	0,00	289.532,88	890.003,33
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>4.536.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>289.532,88</b>	<b>890.003,33</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>51.951.622,39</b>	<b>8.938.316,76</b>	<b>16.714.577,05</b>	<b>14.488.204,39</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>43.743.283,01</b>	<b>6.401.591,71</b>	<b>10.945.105,50</b>	<b>11.868.994,94</b>
Pessoal e Encargos Sociais	21.509.153,40	2.556.580,89	4.846.582,23	4.914.011,60
Juros e Encargos da Dívida (IX)	300.000,00	5.017,75	25.874,42	85.137,98
Outras Despesas Correntes	21.934.129,61	3.839.993,07	6.072.648,85	6.869.845,36
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>43.443.283,01</b>	<b>6.396.573,96</b>	<b>10.919.231,08</b>	<b>11.783.856,96</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>11.254.372,90</b>	<b>1.373.357,18</b>	<b>2.030.363,66</b>	<b>3.517.515,62</b>
Investimentos	10.054.372,90	1.041.938,02	1.431.408,46	3.032.223,53
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.200.000,00	331.419,16	598.955,20	485.292,09
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>10.054.372,90</b>	<b>1.041.938,02</b>	<b>1.431.408,46</b>	<b>3.032.223,53</b>

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>53.502.655,91</b>	<b>7.438.511,98</b>	<b>12.350.639,54</b>	<b>14.816.080,49</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.551.033,52</b>	<b>1.499.804,78</b>	<b>4.363.937,51</b>	<b>-327.876,10</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	211.550,70	0,00
Superávit Financeiro	-	-	211.550,70	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>9.300,07</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	1.174.362,92	610.408,76	-	563.954,16	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.174.362,92	610.408,76	0,00	563.954,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SD	0,00	610.408,76	610.408,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	0,00	563.954,16	0,00	0,00	563.954,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>1.174.362,92</b>	<b>610.408,76</b>	<b>0,00</b>	<b>563.954,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
 ANALISTA DE CONTROLE INTERNC

GERALDINO CARDOSO  
 PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
 CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	5.155.294,92	5.155.294,92	1.976.406,47	2.572.899,32	49,91
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.022.534,23	2.022.534,23	1.519.740,98	1.686.931,17	83,41
1.1.1- IPTU	1.877.830,00	1.877.830,00	1.456.525,44	1.596.034,45	84,99
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.242,52	4.242,52	879,34	2.226,50	52,48
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	108.929,49	108.929,49	37.014,11	53.063,34	48,71
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	31.532,22	31.532,22	25.322,09	35.606,88	112,92
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	805.892,00	805.892,00	102.287,69	188.098,75	23,34
1.2.1- ITBI	795.892,00	795.892,00	102.287,69	188.098,75	23,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.717.868,69	1.717.868,69	252.026,40	555.165,46	32,32
1.3.1- ISS	1.643.701,00	1.643.701,00	235.581,54	532.229,27	32,38
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.210,55	3.210,55	1.529,38	3.407,59	106,14
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.637,50	60.637,50	8.228,37	11.188,73	18,45
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.319,64	10.319,64	6.687,11	8.339,87	80,82
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	609.000,00	609.000,00	102.351,40	142.703,94	23,43
1.4.1- IRRF	609.000,00	609.000,00	102.351,40	142.703,94	23,43
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	26.802.339,24	26.802.339,24	4.264.812,01	8.988.149,54	33,53
2.1- Cota-Parte FPM	10.531.720,00	10.531.720,00	1.475.188,65	3.629.224,63	34,46
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.531.720,00	10.531.720,00	1.475.188,65	3.629.224,63	34,46
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.675.638,00	13.675.638,00	2.316.106,45	4.567.589,70	33,40
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	64.221,40	64.221,40	21.996,66	21.996,66	34,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	215.559,00	215.559,00	27.176,51	64.151,19	29,76
2.5- Cota-Parte ITR	8.454,84	8.454,84	54,27	88,46	1,05
2.6- Cota-Parte IPVA	2.306.746,00	2.306.746,00	424.289,47	705.098,90	30,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>31.957.634,16</b>	<b>31.957.634,16</b>	<b>6.241.218,48</b>	<b>11.561.048,86</b>	<b>36,18</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	15,29	15,29	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	15,29	15,29	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	383.778,00	383.778,00	192.608,44	192.608,44	50,19
6.1- Transferências de Convênios	383.778,00	383.778,00	192.608,44	192.608,44	50,19
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.312.269,00	1.312.269,00	267.750,49	470.575,91	35,86
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.696.047,00</b>	<b>1.696.047,00</b>	<b>460.374,22</b>	<b>663.199,64</b>	<b>39,10</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>5.932.902,50</b>	<b>5.932.902,50</b>	<b>853.174,96</b>	<b>1.797.842,10</b>	<b>30,30</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.600.000,00	2.600.000,00	295.037,68	725.844,83	27,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.840.000,00	2.840.000,00	463.221,12	913.517,61	32,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.909,68	16.909,68	4.399,33	4.399,33	26,02
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	57.536,85	57.536,85	5.435,32	12.830,27	22,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.690,97	1.690,97	10,84	17,67	1,04
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	416.765,00	416.765,00	85.070,67	141.232,39	33,89
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>12.251.160,32</b>	<b>12.251.160,32</b>	<b>1.761.513,22</b>	<b>3.617.674,11</b>	<b>29,53</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.240.180,00	12.240.180,00	1.754.762,76	3.607.735,58	29,47
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.980,32	10.980,32	6.750,46	9.938,53	90,51
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>6.307.277,50</b>	<b>6.307.277,50</b>	<b>901.587,80</b>	<b>1.809.893,48</b>	<b>28,70</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.323.322,40	8.323.322,40	829.025,60	1.413.234,63	16,98
13.1- Com Educação Infantil	3.323.322,40	3.323.322,40	268.428,55	459.221,58	13,82
13.2- Com Ensino Fundamental	5.000.000,00	5.000.000,00	560.597,05	954.013,05	19,08
14- OUTRAS DESPESAS	3.927.837,92	3.927.837,92	1.065.258,70	1.343.499,76	34,20
14.1- Com Educação Infantil	1.127.837,92	1.127.837,92	292.161,27	294.778,65	26,14
14.2- Com Ensino Fundamental	2.800.000,00	2.800.000,00	773.097,43	1.048.721,11	37,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.251.160,32	12.251.160,32	1.894.284,30	2.756.734,39	22,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					39,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 2				22.947,35	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	7.989.408,54	7.989.408,54	1.560.304,62	2.890.262,22	36,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.756.160,32	4.756.160,32	631.950,45	860.361,34	18,09
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.451.160,32	4.451.160,32	560.589,82	754.000,23	16,94
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	305.000,00	305.000,00	71.360,63	106.361,11	34,87
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.751.506,02	9.751.506,02	1.735.784,35	2.729.491,02	27,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.800.000,00	7.800.000,00	1.333.694,48	2.002.734,16	25,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.951.506,02	1.951.506,02	402.089,87	726.756,86	37,24
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.507.666,34	14.507.666,34	2.367.734,80	3.589.852,36	24,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.809.893,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					9.938,53
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					22.947,35
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.842.779,36
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.747.073,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,11

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	966.833,00	1.059.100,91	108.541,90	108.541,90	10,25
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	966.833,00	1.059.100,91	108.541,90	108.541,90	10,25
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	15.474.499,34	15.566.767,25	2.476.276,70	3.698.394,26	23,76
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22.947,35	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.607.735,58	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.406.106,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.938,53	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.234.515,32	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 22.947,35, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	1.005.845,80		-5.845,80
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.254.372,90	2.030.363,66	0,00	9.224.009,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.254.372,90	2.030.363,66	0,00	9.224.009,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.254.372,90	-1.024.517,86		-9.229.855,04

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	50.000,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	50.000,00	0,00	50.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.513,53	0,00	1.513,53

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.145.294,92	5.145.294,92	2.572.899,32	50,00		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.877.830,00	1.877.830,00	1.596.034,45	84,99		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	795.892,00	795.892,00	188.098,75	23,63		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.643.701,00	1.643.701,00	532.229,27	32,38		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	609.000,00	609.000,00	142.703,94	23,43		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.453,07	7.453,07	5.634,09	75,59		
Dívida Ativa dos Impostos	169.566,99	169.566,99	64.252,07	37,89		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	41.851,86	41.851,86	43.946,75	105,01		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	26.802.339,24	26.802.339,24	8.988.149,54	33,53		
Cota-Parte FPM	10.531.720,00	10.531.720,00	3.629.224,63	34,46		
Cota-Parte ITR	8.454,84	8.454,84	88,46	1,05		
Cota-Parte IPVA	2.306.746,00	2.306.746,00	705.098,90	30,57		
Cota-Parte ICMS	13.675.638,00	13.675.638,00	4.567.589,70	33,40		
Cota-Parte IPI-Exportação	215.559,00	215.559,00	64.151,19	29,76		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	64.221,40	64.221,40	21.996,66	34,25		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	64.221,40	64.221,40	21.996,66	34,25		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	31.947.634,16	31.947.634,16	11.561.048,86	36,19		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.492.292,00	3.492.292,00	1.204.010,68	34,48		
Provenientes da União	3.492.292,00	3.492.292,00	1.204.010,68	34,48		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	65.000,00	65.000,00	1.506,39	2,32		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.557.292,00	3.557.292,00	1.205.517,07	33,89		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	9.329.472,00	9.475.516,49	4.039.904,01	42,64	2.860.579,08	30,19
Pessoal e Encargos Sociais	5.083.301,00	5.029.301,00	1.402.156,86	27,88	1.397.656,86	27,79
Outras Despesas Correntes	4.246.171,00	4.446.215,49	2.637.747,15	59,33	1.462.922,22	32,90
DESPESAS DE CAPITAL	255.820,00	288.025,02	3.403,00	1,18	3.403,00	1,18
Investimentos	255.820,00	288.025,02	3.403,00	1,18	3.403,00	1,18

Continua 1/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	255.820,00	288.025,02	3.403,00	1,18	3.403,00	1,18
Investimentos	255.820,00	288.025,02	3.403,00	1,18	3.403,00	1,18
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>9.585.292,00</b>	<b>9.763.541,51</b>	<b>4.043.307,01</b>	<b>41,41</b>	<b>2.863.982,08</b>	<b>29,33</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.582.292,00	3.760.541,51	1.605.796,74	39,71	921.945,83	32,19
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.582.292,00	3.760.541,51	1.605.796,74	39,71	921.945,83	32,19
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>3.582.292,00</b>	<b>3.760.541,51</b>	<b>1.605.796,74</b>	<b>39,71</b>	<b>921.945,83</b>	<b>32,19</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>6.003.000,00</b>	<b>6.003.000,00</b>	<b>2.437.510,27</b>	<b>1,70</b>	<b>1.942.036,25</b>	<b>-2,86</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						<b>21,08</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]</b>						<b>702.911,77</b>

Continua 2/4



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.831.880,00	7.634.085,02	3.417.218,50	84,52	2.517.461,60	87,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.620.752,00	1.996.796,49	617.223,68	15,27	339.618,17	11,86
Vigilância Epidemiológica	132.660,00	132.660,00	8.864,83	0,22	6.902,31	0,24
<b>TOTAL</b>	<b>9.585.292,00</b>	<b>9.763.541,51</b>	<b>4.043.307,01</b>	<b>100,00</b>	<b>2.863.982,08</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 23/05/2013

\_\_\_\_\_  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	53.442.322,32	
Previsão Atualizada		—	53.442.322,32	
Receitas Realizadas		9.386.606,14	17.890.680,67	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	211.550,70	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	53.442.322,32	
Créditos Adicionais		—	1.560.333,59	
Dotação Atualizada		—	55.002.655,91	
Despesas Empenhadas		12.006.164,32	21.098.207,92	
Despesas Liquidadas		7.774.948,89	12.975.469,16	
Superavit Orçamentário		—	4.915.211,51	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.006.164,32	21.098.207,92	
Despesas Liquidadas		7.774.948,89	12.975.469,16	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			48.622.849,64	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.369.148,02	-4.265.853,07	180,06
Resultado Primário		9.300,07	4.363.937,51	46.923,71
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	1.174.362,92	0,00	610.408,76	563.954,16
	1.174.362,92	0,00	610.408,76	563.954,16
TOTAL:	1.174.362,92	0,00	610.408,76	563.954,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.747.073,00	25%	15,11
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.413.234,63	60%	39,06
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.005.845,80	-5.845,80	
Despesa de Capital Líquida		2.030.363,66	9.224.009,24	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	50.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	50.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.437.510,27	15,00	21,08
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Decreto Nº 39/2013

DECRETO Nº 39/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

#### 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.2.008 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 65.800,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 65.800,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 65.800,00

05.01.12.361.4.2.006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 68.800,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 68.800,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 68.800,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### Decreto Nº041/2013

DECRETO Nº041/2013

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

#### 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4-2008- Func. e Manut. da Educação Infantil R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 38/2013

DECRETO Nº 38/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 6º da Lei 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 105.000,00 ( Cento e cinco mil reais ) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior do SUS/PAB na dotação abaixo identificada:

#### 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.051 - Func. e Manutenção da Coordenadoria Da Saúde R\$ 105.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0163.0 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 42/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 Fone:(048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 42, de 23 de maio de 2013.

REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, usando das atribuições que lhe confere o art. 45, inciso IV e XVI, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, cuja vigência se dará a partir de 26 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de São Pedro de Alcântara, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 e deste Decreto.

Parágrafo único. Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas



e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de São Pedro de Alcântara, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º Este Decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, O conteúdo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 Fone:(048) 3277-0122/3277-0219.

dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

§ 2º Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 Fone:(048) 3277-0122/3277-0219.

Art. 4º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será

coordenado pelo Diretor de Controle Interno, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º Compete à Diretoria de Controle Interno também, divulgar orientação ao cidadão quanto a forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I - O Diário Oficial do Município;

II - A página da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara na "internet".

§ 2º Todos os órgãos da Administração municipal elencados no Parágrafo único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Diretoria de Controle Interno no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pelo Diretor de Controle Interno para designar servidor titular com um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 1º Na página oficial na "internet" cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

§ 2º O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 3º Os servidores designados para este trabalho bem como todos os que o Diretor de Controle Interno entender necessário serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 6º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Gabinete do Prefeito  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 Fone:(048) 3277-0122/3277-0219.

Art. 7º O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

a) O nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;

b) O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;

c) A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo único. A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 8º No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor da Prefeitura.

§ 5º A Diretoria de Controle Interno estabelecerá, por Portaria, tabela de preço por fotocópia, usando como parâmetro o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município. Havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual a do menor custo.

§ 6º A Diretoria de Controle Interno, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, estabelecerá o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 Fone:(048) 3277-0122/3277-0219.

Art. 9º Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet".

Parágrafo único. Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual da Prefeitura, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 10º A informação disponível deverá ser respondida na data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 11º O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido à autoridade máxima do órgão responsável pela resposta (Secretário Municipal), que deverá se manifestar no prazo de 05(cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão ao Procurador da Prefeitura que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 12º O servidor público municipal responsável pelo acesso à

informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 Fone:(048) 3277-0122/3277-0219.

fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo único - Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 13º É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo único. As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela atualização diária desta página, bem como pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 14º A Diretoria de Controle Interno manterá o "Portal da Internet da Prefeitura" como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas; etc

Art. 15º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 26 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

#### Controle da Origem e dos Investimentos com Ensino

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

#### CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM ENSINO

#### 2º BIMESTRE DE 2013

#### 1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS

Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação até o mês
1.1- IPTU	238.577,31
1.2- ITBI	13.276,31
1.3- ISS	110.145,44
1.4- FPM	1.814.612,27
1.5- IRRF	49.340,30
1.6- ITR	448,95
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO	3.884,26
1.8- ICMS	786.823,84
1.9- IPVA	105.658,36
1.10- IPI EXPORTAÇÃO	11.328,04
1.11- Dívida Ativa de Impostos	20.263,39
1.12 - Multas e Juros de Mora	913,11
TOTAL:	3.155.271,58

2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	
Especificação	Acumulado até o mês
2.1- 25 Us Receitas Oriundas de Impostos	788.817,90
2.2- Cota Parte do FUNDEF	434.796,90
2.3- Convênios	76.738,37
2.4 - Superávit Financeiro de Convênios Vinculados à Educação	93.999,26
2.5 - Rendimento de Aplicação Financeira	3.383,18
<b>TOTAL:</b>	<b>1.397.735,61</b>

3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença ( 3)
3.1- Contribuição ao Fundef	544.551,14	544.550,27	(0,87)
3.2- Professor em Efet. Exerc.	260.8978,14	449.139,67	188.261,53
3.3- Ensino Fundamental	418.185,52	302.041,32	(116.144,20)
3.4 - Convênio	174.120,81	8.115,01	(166.005,80)
<b>TOTAL</b>	<b>1.397.735,61</b>	<b>1.303.846,27</b>	<b>(93.889,34)</b>

OBS: 1- Este formulário deverá ser publicado bimestralmente Art. 72 da Lei de diretrizes e Bases.

2- O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art.69 da lei de Diretrizes e Bases.

26,83 % APLICADO São Pedro de Alcântara, 10 de maio de 2013

Prefeito Municipal CONTADOR SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

### Controle da Origem e dos Investimentos com Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM SAÚDE  
2º BIMESTRE DE 2013

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação até o mês (R\$)
1.1- IPTU	238.577,31
1.2- ITBI	13.276,31
1.3- ISS	110.145,44
1.4- FPM	1.814.612,27
1.5- IRRF	49.340,30
1.6- ITR	448,95
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO	3.884,26
1.8- ICMS	786.823,84
1.9- IPVA	105.658,36
1.10- IPI EXPORTAÇÃO	11.328,04
1.11- Dívida Ativa de Impostos	20.263,39
1.12 - Multas e Juros de Mora	913,11
<b>TOTAL:</b>	<b>3.155.271,58</b>

2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o mês
2.1- 15% das Receitas Oriundas de Impostos	473.290,73
2.2-Recursos do PAB, PSF, PACS etc.	319.774,82
2.3- Convênios da Saúde	0,00
2.4 - Superávit Financeiro de Convênios Vinculados a Saúde PAB, PSF, etc.	316.262,28

2.5 - Rendimento de Aplicação Financeira PAB, PSF, PACS etc.	7.340,73
<b>TOTAL:</b>	<b>1.116.668,56</b>

3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença ( 3)
3.1- Ações Básicas de Saúde - Próprios	473.290,73	420.206,95	(53.083,78)
3.2- Ações Básicas de Saúde, PAB, PSF, PACS etc.	643.377,83	218.693,18	(424.684,65)
3.3- Ações Básicas de Saúde - Convênios	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>1.116.668,56</b>	<b>638.900,13</b>	<b>477.768,43</b>

São Pedro de Alcântara , 10 de maio de 2013.

13,32% APLICADO

Prefeito Municipal

CONTADOR

SECR. M. DE SAÚDE

**Schroeder**

**PREFEITURA**

### Portaria Nº 5.133/2013, de 22 de Maio de 2013

PORTARIA Nº 5.133/2013, de 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Juliana Barros do Valle, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.134/2013, de 22 de Maio de 2013**

PORTARIA Nº 5.134/2013, de 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do funcionário Sr. Ricardo Tonial, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.135/2013, de 22 de Maio de 2013**

PORTARIA Nº 5.135/2013, de 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Samanta Patricia Doring Sievers, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**Dispensa Nº 26/2013-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 26/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 40/2013  
Data: 23/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: MARKO ALEXANDRE PERSUHN ME  
Endereço: 28 DE AGOSTO, 201  
Cidade: Guaramirim - SC  
CNPJ: 85.155.927/0001-53

Código: 12459

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de tanque de concreto e mangueira siliconada para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Tanque de concreto azulejado internamente com esfregadeira e acabamento em aço inox, capacidade de 60 litros.	UN	189,00	189,00
2	200,00	Mangueira siliconada e trançada de meia polegada.	M	1,45	290,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Do tanque: A estrutura física que aloca os serviços da Estratégia da Saúde 3 e 4, que possui um tanque de fibra, teve o mesmo perfurado, sendo que segundo Sérgio da manutenção, não é passível de manutenção corretiva. Considerando que a licitação em vigência não prevê o objeto, bem como, este ser o único tanque de lavagem da unidade (de limpeza e lavagem), acrescentando-se o fato de a máquina de lavar roupas da unidade estar estragada, e sem efetiva previsão (data) de concerto para voltar a ativa, faz-se necessário de forma imediata a substituição do tanque. Sérgio avalia que o tanque de concreto possui maior durabilidade que o de fibra, motivo pelo qual optamos por este.

Da mangueira: a unidade que aloca o ESF 1, e estrutura que aloca o NASF, academia e CRAE encontram-se sem mangueira de jardim para manutenção externa dos prédios/estrutura física, especialmente janelas e calçadas, sendo indispensável a aquisição dos mesmos para que possamos otimizar o trabalho das auxiliares de limpeza. Saliento que o contrato número 86/2012, proveniente da licitação 70/2012, que previa a aquisição do item encontra-se sem saldo, para que possamos adquirir o item no momento.

Schroeder, 23 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 26/2013 - DL**

**Processo Nr.:** 40/2013  
**Data:** 23/05/2013

Folha: 2/2

20/5/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Maio de 2013

**Valor da Despesa:** 479,00 (quatrocentos e setenta e nove reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**Dispensa Nº 38/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 38/2013 - DL**

Processo Nr.: 92/2013  
Data: 23/05/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA

Código: 11225

Endereço: RUA CARLOS HRUSCHKA, Nº 161

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 84.433.705/0001-92

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para instalação hidráulica na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, no Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	INSTALAÇÃO HIDRAULICA ( Incluindo 93 metros de tubulação em PVC soldavel AF d=60mm, (inclusive conexoes,recalque e sucção da motobomba ao reservatório e da motobomba à cisterna), 02 unidades de registros de 60mm, 01 unidade de valvula pé 60mm na cisterna e 01 unidade de valvula de retenção em aço inox, bronze ou fofa vertical 60mm instalada após a motobomba.)	UN	3.940,00	3.940,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

**JUSTIFICATIVA**

Recentemente foi concluída a instalação de um reservatório de água elevado na Estação de Tratamento de Água do Município (Processo nº 102/2012, Contrato nº 158/2012), alimentado por um conjunto de motobombas que, conforme previsto no memorial descritivo da obra, faria o abastecimento através de uma tubulação de 32mm de diâmetro, tendo capacidade de vazão de 25m³/h e altura manométrica de 20mca.

De acordo com parecer de medição deste corpo técnico, o conjunto motobomba utilizado diverge do que foi especificado no memorial, pois devido a mudança da locação do reservatório a pedido da municipalidade, que passou a um ponto mais alto onde o solo é mais estável, foi necessário aumento da altura manométrica de 20mca para 35mca, mantida a vazão mínima de 25m³/h e reduzindo-se a potência mínima requerida de 7,5cv para 5,0cv, sem prejuízo ao desempenho do conjunto.

No entanto após estar em funcionamento o conjunto, observou-se que o aumento da extensão da tubulação de recalque gerou uma perda de carga bastante elevada, o que fez diminuir a vazão e consequentemente aumentar o tempo de enchimento total do reservatório, que por questões técnicas e operacionais, deveria ser cheio em até 4 horas, de modo que após as mudanças citadas este requisito deixou de ser cumprido, gerando a necessidade de adequação das instalações.

Fazendo-se um estudo mais apurado, chegou-se a conclusão de que a troca de tubulação de sucção e recalque, passando para 60mm de diâmetro, seria suficiente para solucionar o problema, uma vez que a perda de carga para esse diâmetro é bastante reduzida.

Considerando que o contrato acima citado já foi encerrado, não sendo possível a realização de aditamento, por outro lado, a instalação de nova rede implicaria em alteração no sistema existente, ainda dentro do prazo de garantia, entendemos que seja conveniente a contratação da mesma empresa que executou o referido contrato, qual seja, a Construtora e Incorporadora Jaraguá Ltda. para realização dos serviços propostos.

Declaramos ainda que os preços por ela apresentados conforme orçamento anexo estão de acordo com aqueles praticados no mercado, sendo assim, orientamos pela contratação desta empresa e atestamos a sua qualificação para tal, bem como consideramos justos os valores financeiros praticados.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 38/2013 - DL**

Processo Nr.: 92/2013  
Data: 23/05/2013

Folha: 2/2

Schroeder, 23 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

20/05/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Maio de 2013

**Valor da Despesa:** 3.940,00 (três mil novecentos e quarenta reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Extrato de Contrato Nº. 57/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 57/2013-FMS

Processo de licitação nº. 28/2013 - FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 11/2013- FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.283.065/0001-41, estabelecida na Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.201-095,.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 500 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Conselho Tutelar. Rua Marechal Castelo Branco, 3 668, Centro, Schroeder. Metragem: 90m².</p>	2	Unidade	1.100,00	2.200,00

02	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: CRAS: Imóvel em alvenaria com 259,83m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros, 01 cozinha e uma área aberta para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3554, Centro, na cidade de Schroeder/SC.</p>	1	Unidade	2.740,00	2.740,00
03	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1.000 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: CREAS: Imóvel em alvenaria com 262,80m², subdividido em 6 salas (com recepção), 02 banheiros, 01 cozinha, localizado na Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder.</p>	2	Unidade	813,00	1.626,00
04	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1.000 litros / 1 caixa de amianto de 1.000 litros / 1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: ESF 1 (Rua Guaramirim, 530 – Schroeder I), Metragem: 345,71m².</p>	2	Unidade	1.115,00	2.230,00



05	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (3 caixas de fibra de 1.000 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: ESF 3, Rua Alphons Maria Schmalz, nº 150. Bairro: Sossego. Metragem: 358,93m².</p>	2	Unidade	1.002,00	2.004,00
06	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (25.000 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: UBS - Unidade Básica de Saúde. Rua Paulo Jahn, 147 – Centro. Metragem: 1.096,22m².</p>	2	Unidade	1.322,00	2.644,00
07	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: CAE / NASF e ACADEMIA, Rua Marechal Castelo Branco, 3554 – Centro. Metragem: 190m²</p>	2	Unidade	624,00	1.248,00

08	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água ( 1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</li> <li>2) Lavagem das paredes internas;</li> <li>3) Enxaguar;</li> <li>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</li> <li>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</li> <li>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</li> </ol> <p>Local: ESF 4. Rua 23 de Março, nº1995, Itoupava Acú, Metragem: 80m²</p>	2	Unidade	482,00	964,00
VALOR R\$ TOTAL					15.656,00

Valor do contrato: R\$ 15.656,00 (quinze mil seiscentos e cinquenta e seis reais).

Data da Assinatura: 22/05/2013 - Vigência: 22/05/2014  
OSVALDO JURCK

#### **Prefeito Municipal Extrato do Contrato Nº. 106/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 106/2013 - PMS  
Dispensa de Licitação nº. 38/2013-PMS - Processo nº. 92/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.  
Contratada: COSNTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 84.433.705/0001-92, estabelecida na Rua Carlos Hruschka, nº. 161, Rau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-432.

Objeto: Constitui o presente contrato contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para instalação hidráulica na Estação de Tratamento de Água, localizada na Rua Marechal Castelo Branco, Bracinho, no Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDA-DE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>INSTALAÇÃO HIDRAULICA ( Incluindo 93 metros de tubulação em PVC soldável AF d=60mm, (inclusive conexões, recalque e sucção da motobomba ao reservatório e da motobomba à cisterna), 02 unidades de registros de 60mm, 01 unidade de válvula pé 60mm na cisterna e 01 unidade de válvula de retenção em aço inox, bronze ou fofo vertical 60mm instalada após a motobomba.)</p>	01	Unidade	3.940,00	3.940,00

VALOR R\$ TOTAL 3.940,00

Valor do contrato: R\$ 3.940,00 (Três mil novecentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 23/05/2013 - Vigência: 31/12/2013  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 105/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 105/2013 - PMS  
Processo de licitação nº. 80/2013 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BUSCHLE E LEPPER S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.684.471/0011-28, estabelecida na Rua Aubê, nº. 894, Bairro Boa Vista, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89205-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de acido fluossilícico para utilização no tratamento de água pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL	
01	<b>ÁCIDO FLUOSSILÍCIO</b> - Ácido Fluossilícico produto na forma líquido, de aspecto visual incolor para tratamento de água. - O fornecimento deverá ser feito a granel no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) containers com paletes de plástico ou de metal durante a vigência do contrato dessa licitação. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:	8.000	kg			
	<b>Parâmetros físico-químicos</b>					<b>Especificações</b>
	Concentração (H2SiF6)					Mín. 20 %
	Peso Molecular					144,0917 g/mol
	Acidez livre como HF					Máx 1,0 %
	Densidade					Min 1,18 g/cm
	Solubilidade em 100 mL água					0,762 g
						1,05
				<b>TOTAL R\$</b>	<b>8.400,00</b>	

Valor do contrato: **R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).**

Data da Assinatura: **22/05/2013** – Vigência: **22/05/2014**

**Oswaldo Jurck**  
Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 32/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013****Número do Registro de Preços: 25/2013      Data do Registro: 22/05/2013      Válido até: 22/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de acido fluossilicico para utilização no tratamento de água pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO - Ácido Fluossilicico produto na forma liquido, de aspecto visual incolor para tratamento de água. - O fornecimento deverá ser feito a granel no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) containers com paletes de plástico ou de metal durante a vigência do contrato dessa licitação. Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicos Concentração (H2SiF6) Min. 20 % Peso Molecular 144,0917 g/mol Acidez livre como HF Máx 1,0 % Densidade Min 1,18 g/cm Solubilidade em 100 mL água 0,762 g	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	1,0500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013****Número do Registro de Preços: 25/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de acido fluossilícico para utilização no tratamento de água pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2013****PROCESSO Nº 80/2013**

(10251) - BUSCHLE &amp; LEPPER S.A.

Schroeder, 22 de Maio de 2013.



# Siderópolis

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.037

LEI Nº 2.037, DE 07 DE MAIO DE 2013  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE SÃO MARTINHO

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal, Associação Amigos de São Martinho, CNPJ. 01.149.219/0001-10, com Sede na cidade de Siderópolis - SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 07 de Maio de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SACAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 07 de Maio de 2013.

### Lei Nº 2.038

LEI Nº 2.038, DE 07 DE MAIO DE 2013  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO ESCOTEIRO AGUAI - 57/SC

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal, Grupo Escoteiro Aguai - 57/SC, CNPJ. 18.025.626/0001-18, com Sede na cidade de Siderópolis - SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 07 de Maio de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SACAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 07 de Maio de 2013.

### Lei Nº 2.039

LEI Nº 2.039, DE 14 DE MAIO DE 2013  
Autoriza firmar convênio com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siderópolis

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio de cooperação técnica e financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Siderópolis - CNPJ nº83.706.242/0001-22, no valor de R\$25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais) para o exercício de 2013.

Art. 2º - O referido convênio visa a manutenção da entidade.

Art. 3º - As despesas correrão por conta do orçamento do exercício de 2013.

Art. 4º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 14 de Maio de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SACAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 14 de Maio de 2013.

### Decreto Nº 84

DECRETO Nº 84, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão	15	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	02	Fundo Municipal de Saúde
Programa	10	Saúde para Todos
Função	10	Saúde
Subfunção	305	Vigilância Epidemiológica
Recurso	0.1.006	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
Projeto Atividade	2.054	Manutenção do Programa Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD
Modalidade	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
Código Reduzido	28	
Valor	24.000,00	(vinte e quatro mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o superávit financeiro de recursos vinculados do SUS União, totalizando o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), conforme preceitua o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de

março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 29 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretária de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Abril de 2013.

### Decreto Nº 85

DECRETO Nº 85, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão	15	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	02	Fundo Municipal de Saúde
Programa	10	Saúde para Todos
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Recurso	0.1.006	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
Projeto Atividade	2.058	Manutenção do Centro de Atendimento Psicosocial - CAPS
Modalidade	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
Código Reduzido	49	
Valor	70.000,00	(setenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o superávit financeiro de recursos vinculados do Estado - CAPS, totalizando o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme preceitua o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 29 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretária de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Abril de 2013.

### Decreto Nº 86

DECRETO Nº 86, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão	04	Secretaria de Finanças
Unidade	01	Secretaria de Finanças
Projeto Atividade	2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
Modalidade	4.4.90.00.00	Aplicações Diretas
Código Reduzido	18	
Valor	R\$13.000,00	(treze mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

Órgão	04	Secretaria de Finanças
Unidade	01	Secretaria de Finanças
Projeto Atividade	2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
Modalidade	3.3.90.00.00	Aplicações Diretas
Código Reduzido	16	
Valor	R\$13.000,00	(treze mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 29 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretária de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Abril de 2013.

**Decreto Nº 87**

DECRETO N.º 87, DE 02 DE MAIO DE 2013

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PREPARATÓRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SIDERÓPOLIS - ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Resolução Normativa nº14 de 06 de junho de 2012 do Conselho Nacional das Cidades;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados, sem ônus aos cofres públicos, os membros da Comissão Preparatória da Conferência Municipal da Cidade de Siderópolis, com a participação de representantes dos diversos segmentos:

**I - Representantes do Poder Executivo:**

- Airton Leal Guisi;
- Helena Seika Tanabe do Livramento;
- Domingos Savio Girardi;
- Ronaldo Remor.

**II - Representantes do Poder Legislativo:**

- Valmor Zanelato;
- Simone de Souza.

**III- Representantes de Entidades Cíveis:**

- Conselho Comunitário de Siderópolis;
- Sindicato dos Trab. na Ind. de Extração de Carvão de Siderópolis, Treviso e Cocal do Sul;
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- Camara dos Dirigentes Lojistas - CDL;
- Associação de Moradores do Rio Fiorita.

Parágrafo Único - A coordenação geral da Comissão nomeada no caput deste artigo ficará sob a responsabilidade do Sr. Domingos Savio Girardi.

**Art 2º - Cabe à Comissão Preparatória Municipal:**

I - definir o Regimento Municipal, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitada as definições dos regimentos estadual e nacional, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 17, da Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Ministério das Cidades.

II - definir data, local e pauta da Conferência Municipal.

§ 1º Enviar as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, no máximo, até 10 dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º Enviar as informações dos incisos I e II para a Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades para registro.

§ 3º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional.

§ 4º A Comissão Preparatória Municipal deverá produzir um relatório final, a ser encaminhado para o Governo Municipal, que promoverá sua publicação e divulgação.

Art. 3º - As atividades da Comissão terão duração até o mês de Dezembro de 2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 02 de Maio de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2013.

**Decreto Nº 88**

DECRETO N.º 88, DE 06 DE MAIO DE 2013

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SIDERÓPOLIS - ETAPA PREPARATORIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Resolução Normativa nº14 de 06 de junho de 2012 do Conselho Nacional das Cidades;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica convocada a 2ª Conferência das Cidades de Siderópolis, a realizar-se no dia 29 de Maio de 2013, das 8 às 17 horas, no Centro Social Urbano, localizado na Rua Diomicio Freitas, Centro, neste Município.

Art. 2º - A 2ª Conferência das Cidades de Siderópolis terá por tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já", etapa preparatória para a 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 3º - A 2ª Conferência das Cidades de Siderópolis será presidida pelo Prefeito Municipal, e na sua ausência por servidor/funcionário designado pelo mesmo.

Art. 4º - A Comissão Preparatória da Conferência Municipal da Cidade de Siderópolis, nomeada através do Decreto nº87/2013, será a responsável pela organização da Conferência Municipal, observando o disposto no Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades e no Regimento da etapa estadual.

Art. 5º - O resultado da Conferência Municipal de Siderópolis, deve ser remetido à Comissão Preparatória Estadual da Conferência das Cidades e também à Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades, em até 10 dias após sua realização, em formulários.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 06 de Maio de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Maio de 2013.

**Decreto Nº 89**

DECRETO N.º 89, DE 09 DE MAIO DE 2013

NOMEIA ALTAIR JOÃO NEOTTI PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado(a) ALTAIR JOÃO NEOTTI, brasileiro, CPF/MF sob nº. 518.007.569-68, para ocupar o cargo de Assessor I - C2, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 09 de Maio de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 09 de Maio de 2013.

#### Portaria N°205

PORTARIA Nº 205, DE 10 DE ABRIL DE 2013  
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA VERA LUCIA DONDOSSOLA TROMBIN PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora VERA LUCIA DONDOSSOLA TROMBIN, CPF/MF nº843.223.909-78, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de 03/04/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 10 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Abril de 2013.

#### Portaria N°206

PORTARIA Nº 206, DE 10 DE ABRIL DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº145/2013  
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº145/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora ADRIANA NEVES LOPES CARDOSO, CPF/MF nº036.824.029-00, Técnico de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, que encontrava-se em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a contar de 05/04/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 10 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de Abril de 2013.

#### Portaria N°215

PORTARIA Nº 215, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº203/2013  
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº203/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora NOELI FERREIRA DA SILVA,

CPF/MF nº418.848.760-72, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de 21/04/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 22 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

#### Portaria N°217

PORTARIA Nº 217, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONCEDE FG AO SERVIDOR GREGORIO URBANO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor (a) GREGORIO URBANO, CPF nº609.835.239-91, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00, Responsabilidade pela realização de viagens em feriados e finais de semana da APAE, a contar de 01/04/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 22 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

#### Portaria N°218

PORTARIA Nº 218, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONTRATA SANDRA GRIJO BURIGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011 ,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SANDRA GRIJO BURIGO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 046.662.589-81, para ocupar a função Médico Clínico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/04/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN  
Em, 22 de Abril de 2013.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.



**Portaria N°219**

PORTARIA Nº 219, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONTRATA ANGELO DE FÁVERI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ANGELO DE FÁVERI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 043.087.049-36, para ocupar a função Médico Clínico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/04/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria N°220**

PORTARIA Nº 220, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONTRATA IGOR PAULO DA SILVA ABREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente IGOR PAULO DA SILVA ABREU, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 049.575.416-12, para ocupar a função Médico Clínico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/04/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria N°221**

PORTARIA Nº 221, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONTRATA ANA PAULA AMOROSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ANA PAULA AMOROSO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº058.372.539-20, para ocupar a função de Professor de Ensino Fundamental - 20h, na Escola de Educação Básica Municipal Jorge Bif, em vaga transitoria, a contar de 22/04/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria N°222**

PORTARIA Nº 222, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA MARELI DE OLIVEIRA BORGES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

**RESOLVE**

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária MARELI DE OLIVEIRA BORGES, CPF/MF nº973.283.759-49, Agente Comunitária de Saúde, a partir de 23/04/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria N°223**

PORTARIA Nº 223, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº92/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº92/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora CLAUDETE RAUPP CESA, CPF/MF nº341.456.139-53, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, que encontrava-se em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a contar de 01/04/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria N°224**

PORTARIA Nº 224, DE 22 DE ABRIL DE 2013  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A FUNCIONARIA ERIKA LOPES RUY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária ERIKA LO-PES RUY, CPF/MF nº318.004.778-05, Medica Clinico Geral, no Plantão 24h, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01/04/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria Nº 225**

PORTARIA Nº 225, DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONTRATA CARLOS ALBERTO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente CARLOS ALBERTO NASCIMENTO, brasileiro, CPF/MF sob nº560.243.209-49, para ocupar a função de Técnico de Enfermagem Plantonista, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/04/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria Nº 226**

PORTARIA Nº 226, DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONTRATA ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ROBERTA DA SILVA FEIJÓ FERNANDES, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 692.306.760-04, inscrição nº41 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº03/2012, para ocupar a função de Professor-Mag-LP, 20h, no Centro de Educação Infantil Municipal Olivio Cesa, em vaga transitória, a contar de 10/04/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria Nº 227**

PORTARIA Nº 227, DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONTRATA CRISTINA PEREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente CRISTINA PEREGO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 060.650.449-46, inscrição nº01 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº03/2012, para ocupar a função de Professor-Mag-LP, 20h, no Centro de Educação Infantil Municipal Olivio Cesa, em vaga transitória, a contar de 04/04/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria Nº 228**

PORTARIA Nº 228, DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONTRATA MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente MARIA MADALENA PEDRO INÁCIO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 686.386.479-72, inscrição nº32 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº03/2012, para ocupar a função de Professor-Mag-LP, 20h, no Centro de Educação Infantil Municipal Olivio Cesa, em vaga vinculada da servidora Lucila Magagnin, que encontra-se em Licença para tratar de assuntos particulares, a contar de 08/04/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

**Portaria Nº 229**

PORTARIA Nº 229, DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONTRATA ARETUZA LARROYD WARMLING E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir temporariamente ARETUZA LARROYD WARMLING, brasileiro(a), CPF/MF sob nº777.882.659-34, inscrição nº63 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013, para ocupar a função de Professor-Mag-LP, 20h, na Escola de



Educação Básica Municipal Aurora Peterle, em vaga transitória, a contar de 18/04/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

#### **Portaria Nº 230**

PORTARIA Nº 230, DE 22 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA FERNANDA CRISTINA FRELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de assuntos particulares a servidora FERNANDA CRISTINA FRELLO, CPF/MF nº906.902.229-04, Técnico Auditoria em Saúde Pública, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 6 (seis) meses, a partir de 01/05/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 22 de Abril de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2013.

#### **Portaria Nº 231**

PORTARIA Nº 231, DE 02 DE MAIO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA DALILA GONÇALVES VIEIRA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária DALILA GONÇALVES VIEIRA, CPF/MF nº693.150.869-53, Agente Comunitária de Saúde, a contar de 01/05/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 02 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2013.

#### **Portaria Nº 233**

PORTARIA Nº 233, DE 02 DE MAIO DE 2013

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EDILENE RAQUEL RIZZATTI ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária EDILENE RAQUEL RIZZATTI ALVES, CPF/MF nº906.905.169-91, Professora, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/05/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 02 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2013.

#### **Portaria Nº 234**

PORTARIA Nº 234, DE 08 DE MAIO DE 2013

CONTRATA EMERSON DE ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.784/2008;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente EMERSON DE ARAUJO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 062.157.319-19, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 08/05/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Maio de 2013.

#### **Portaria Nº 235**

PORTARIA Nº 235, DE 08 DE MAIO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À FUNCIONÁRIA VANIO LUIZ GEREMIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio

doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à funcionária VANIO LUIZ GEREMIAS, CPF/MF nº375.617.079-91, Motorista, do Quadro Permanente do Município, a contar de 07/05/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Maio de 2013.

#### Portaria N°236

PORTARIA Nº 236, DE 08 DE MAIO DE 2013

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AOS DETENTORES DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que as Agentes Comunitárias de Saúde no exercício de suas atividades realizam visitas domiciliares a todas as famílias e indivíduos de sua área de atuação, e de comum acordo entre as agentes de saúde e a Secretária de Finanças, as mesmas realizarão a entrega dos carnes de IPTU do exercício de 2013.

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder gratificação aos detentores do cargo de Agentes Comunitárias de Saúde, no valor de R\$0,40 (quarenta centavos) por carne de IPTU entregue, referente ao exercício de 2013.

Art.2º - A gratificação será paga em parcela única, na competência Maio/2013 e em nenhuma hipótese se incorpora ao salário do servidor.

Art. 3º - A comprovação da gratificação será efetuada através de relatório do Departamento de Tributos do Município, que deverá estar acompanhado de cópia do protocolo de entrega de carnes devidamente assinado pelo contribuinte.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Maio de 2013.

#### Portaria N°237

PORTARIA Nº 237, DE 08 DE MAIO DE 2013

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTAGIO PROBATÓRIO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com Lei Complementar nº01 de 30/12/2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Probatório, que passa a ser constituída com os seguintes servidores do Quadro Permanente do Município:

- Titulares :Juarez Thomasi;

Belarmino Lampert;

Renata De Lorenzi Dagostin;

- Suplentes:Cleonir Terezinha Moretto Urbano;

Jose Rossi.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Maio de 2013.

#### Portaria N°238

PORTARIA Nº 238, DE 08 DE MAIO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA NOELI FERREIRA DA SILVA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

#### RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora NOELI FERREIRA DA SILVA, CPF/MF nº418.848.760-72, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de 07/05/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 08 de Maio de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de Maio de 2013.

## Timbé do Sul

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução 11/2013

Resolução 11/2013 de 23 de maio de 2013.

REVOGA O ARTIGO 131 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul faz saber a todos que o Plenário aprovou e eu promulgo a presente Resolução:

Art. 1º - A Resolução nº 02/84 de 12/04/1984, Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbé do Sul, passa a vigorar com as seguintes alterações:

#### TÍTULO V

Das reuniões

#### CAPÍTULO II

Das Reuniões Ordinárias

### SEÇÃO III

Do Grande Expediente

Art. 131 (revogado)

Redação anterior

Art. 131 A Bancada que tiver um único Vereador com assento na Câmara, terá direito ao tempo máximo de 10 (dez) minutos para uso da palavra no Grande Expediente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.  
Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2013.  
VEREADOR FERNANDO PIZZOLO MANENTI  
Presidente

Publicada e Registrada a Presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data Supra

LUIZ JOSÉ WARNIER  
Agente Legislativo

**Timbó**

**PREFEITURA**

#### Portaria Nº SEMFA-D0112, de 22 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0112, de 22 de abril de 2013.  
Concede Prorrogação da Licença Sem Vencimentos à servidora Kelly Cristina Osti Kannenberg.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença sem Vencimentos à servidora KELLY CRISTINA OSTI KANNENBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por 02 (dois) anos, a contar de 31 de maio do corrente (período de 31/05/2013 à 30/05/2015), conforme Processo RH11-0249.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### Portaria Nº SEMFA-D0107 de 15 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0107 de 15 de abril de 2013.

Concede Licença à Gestante para a servidora Fernanda Krieger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante para a servidora FERNANDA KRIEGER, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por cento e vinte (120) dias, a contar de 12 de abril de 2013 (período 12/04 a 09/08/2013), conforme Processo RH13-0035.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração.

#### Portaria Nº SEMFA-D0108 de 15 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0108 de 15 de abril de 2013.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Fernanda Krieger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Fernanda Krieger	SEMFA-D0107 de 15.04.2013	08.10.2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0114, de 23 de Abril de 2013**

PORTARIA Nº SEMFA-D0114, de 23 de abril de 2013

Concede Licença Prêmio à servidora Luciana Butzke Marconcini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora LUCIANA BUTZKE MARCONCINI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 05.03.2002 a 04.03.2007, por trinta dias (11.07 à 09.08.2013), conforme Processo RH13-0036.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de Abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0116 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0116 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor Edio Frankenberger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ao servidor Edio Frankenberger, ocupante do cargo de Aux. de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, por Meio (1/2) dia, a contar de 25 de janeiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH04-0183.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0117 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0117 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Aparecida Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Aparecida Valcanaia, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 15 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-0319.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0118 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0118 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 20 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**Portaria Nº SEMFA-D0119 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0119 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Rosane Konell Latauczeski.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Rosane Konell Latauczeski, ocupante do cargo de Recreatora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por DEZ (10) dias, a contar de 20 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0046.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0120 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0120 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Giseli Adriana Floriani.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Giseli Adriana Floriani, ocupante do cargo de Recreatora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 21 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0047.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0121 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0121 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Celma Souza da Fonseca Pinheiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Celma Souza da Fonseca Pinheiro, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada no Fundo Municipal de Saúde, por TRÊS (03) horas, a contar de 22 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0048.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0122 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0122 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sandra Regina Dallabona Schmitt.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sandra Regina Dallabona Schmitt, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por MEIO (1/2) dia, a contar de 25 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH09-0229.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0123 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0123 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliete Schneider Finger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**



Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliete Schneider Finger, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 26 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-0323.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria Nº SEMFA-D0124 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0124 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliete Schneider Finger.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliete Schneider Finger, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 27 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-0323.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria Nº SEMFA-D0125 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0125 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sílvia Saul Museka.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sílvia Saul Museka, ocupante do cargo de Supervisor Administrativo, lotada na Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, por DEZ (10) dias, a contar de 27 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0049.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria Nº SEMFA-D0126 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0126 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Oliva Peyerl.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Oliva Peyerl, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por UM (01) dia, a contar de 04 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0322.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria Nº SEMFA-D0127 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0127 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Oliva Peyerl.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Oliva Peyerl, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por MEIO (1/2) dia, a contar de 27 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0322.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0128 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0128 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Müller Rozza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 01 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-0979.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0129 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0129 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ivanir Aparecida Popeng.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ivanir Aparecida Popeng, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por DOIS (02) dias, a contar de 07 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0039.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0130 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0130 de 26 de Abril de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maria de Lurdes Ochner Zink.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maria de Lurdes Ochner Zink, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 12 de março de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH07-0334.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0106 de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0106 de 15 de abril de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Claudemir Schule.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor CLAUDEMIR SCHULE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por vinte e oito (28) dias, a contar de 03/04 a 30/04/2013, conforme Processo RH13-0034;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 19/03 à 23/03/2013 (05 dias) / 24/03 à 02/04/2013 (10 dias) totalizando (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 03/04 à 30/04/2013 (28 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0109, de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA NºSEMFA-D0109, de 15 de abril de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 16.04.2013 à 09.05.2013, por vinte e quatro (24) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0110, de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA NºSEMFA-D0110, de 15 de abril de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Aparecida Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora APARECIDA VALCANIAIA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13.04.2013 à 05.05.2013, por vinte e três (23) dias, conforme Processo RH03-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0111, de 17 de Abril de 2013**

PORTARIA NºSEMFA-D0111, de 17 de abril de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço à servidora Ellen Márcia Milbratz Habeck.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço à servidora ELLEN MÁRCIA MILBRATZ HABECK, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por treze (13) dias, a contar de 18/04 a 30/04/2013, conforme Processo RH12-0137;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0113 de 22 de Abril de 2013.**

PORTARIA NºSEMFA-D0113 de 22 de abril de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sirlei Gonçalves de Oliveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SIRLEI GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e oito (48) dias, a contar de 24/04 a 10/06/2013, conforme Processo RH06-0147;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 09/04 à 23/04/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 24/04 à 10/06/2013 (48 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0115 de 26 de Abril de 2013.**

PORTARIA NºSEMFA-D0115 de 26 de abril de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marlise Brehmer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARLISE BREHMER, ocupante do cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e cinco (35) dias, a contar de 30/04 a 03/06/2013, conforme Processo RH01-0037;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 15/04 à 29/04/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 30/04 à 03/06/2013 (35 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 26 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Ata Carta Convite N.º 38/2013**

ATA DA LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº. 38/2013 PMT

Às quinze horas e dez minutos, do vigésimo primeiro dia, do mês de maio de dois mil e treze, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 32, de 02 de janeiro de 2013, alterada pela Portaria 338/2013 sob a presidência da Sra. Deise Adriana Nicholletti Mendes, estando presentes os membros Bárbara Hochheim e Aline Burger. Em atendimento à diligência feita na ata anterior verificaram que somente a empresa OBRATECH CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA atendeu a intimação feita referente à reapresentação do Balanço Patrimonial vigente. Assim sendo, o processo segue para emissão de parecer contábil relativo ao cumprimento dos índices solicitados no edital.

Timbó, 22/05/2013.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM  
Secretária

ALINE BUERGER  
Membro

**Decisão Prefeito Revogação Tomada de Preço N.º 01 2013 SAMAE**

Gabinete do Prefeito  
DECISÃO

Considerando que o Edital de Tomada de Preços n. 001/2013 foi lançado em 11/01/2013, com previsão de abertura dos envelopes de proposta e habilitação em 31/01/2013;

Considerando que a referida licitação tinha por objetivo receber proposta para execução de projeto de recuperação do Aterro Sanitário localizado no Município de Timbó;

Considerando que o Edital de Tomada de Preços n. 001/2013 faz previsão expressa de que a obra de recuperação do Aterro

Sanitário deveria ser finalizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da respectiva Ordem de Serviços;

Considerando que aludido projeto de recuperação visava propiciar a imediata adequação das condições de operação do Aterro Sanitário;

Considerando o declínio da validade das propostas firmadas pelas empresas licitantes;

Considerando que o decurso do prazo de mais de 120 (cento e vinte) dias desde o lançamento do Edital de Tomada de Preços n. 001/2013 deu ensejo a fatos supervenientes no decorrer do certame, ocasionando necessidade iminente de alterações diversas no projeto inicial;

Considerando que a adjudicação do objeto em sua disposição atual julga-se inoportuna e inconveniente à Administração Pública;

Considerando o poder discricionário da Administração Pública, bem como os princípios da legalidade, moralidade, economicidade, impessoalidade e interesse público;

**DECIDO**

Pela REVOGAÇÃO do Edital de Tomada de Preços n. 001/2013, determinando-se que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Timbó proceda a reavaliação do projeto a fim de adequá-lo às necessidades atuais do Aterro Sanitário para que, então, seja lançado novo Edital de licitação no intuito de recuperar as condições de operação do Aterro Sanitário.

Dê-se ciência às partes.

Timbó, 20 de maio de 2013.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó em Exercício

**Retificação Pregão Presencial - Registro de Preço N.º 55.2013 - Combustível**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO N.º 55/2013

OBJETO: aquisição de combustível óleo diesel S10 destinado ao veículo C170/ônibus Iveco de placa MKW 7276 pertencente à SEMED (Secretaria Municipal de Educação).

Através do presente, fica retificada a redação do objeto para a seguinte descrição: Aquisição de combustível óleo diesel S10 destinado aos veículos da frota do Município de Timbó/sc.

Serão mantidas as demais condições do edital

Timbo (SC), 23/05/2013

SERGI FREDERICO MERGARDA  
Secretário Municipal de Educação

**Extrato Contrato 2013/84**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/84

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda.

OBJETO: construção da Unidade de Saúde da Família do Bairro Pomeranos. Data da Assinatura 22/05/13. PRAZO: 240 dias da data da assinatura.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde



**Extrato Terceiro Termo Aditivo Contrato 2010/180**  
**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
N.º 2010/180

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADA: ELISEU KOPP & CIA LTDA.

OBJETO: reajuste sobre o valor contido na Cláusula Quinta do Contrato nº 2010/180, passando a ser, a partir do dia 1º de junho de 2013, por faixa de fiscalização devidamente instalada e em funcionamento, para os equipamentos do tipo "A" e "B" o valor mensal de R\$ 1.630,93 (um mil seiscentos e trinta reais e noventa e três centavos); e para o equipamento do tipo "C" o valor mensal de R\$ 1.630,93 (um mil seiscentos e trinta reais e noventa e três centavos), bem como a abdicação pela CONTRATADA dos valores de locação por 3 (três) meses a partir da efetiva instalação dos equipamentos TM 046, TM 047, TM 048 e TM 049 (localizados às Ruas Fritz Lorenz e Pomeranos).

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2013.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó em Exercício

**Extrato Leilão**  
**PREFEITURA DE TIMBÓ**

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que nos termos da lei 8.666/93 e alterações posteriores, realizará a venda em LEILÃO PÚBLICO de bens inservíveis, sendo 08 veículos, 01 máquina patrolinha, 01 caminhão e sucatas diversas, no dia 14 de junho de 2013 as 14h00min, a se realizar no Auditório do SAMAE na Rua Duque de Caxias, nº 56, no Município de Timbó/SC. Datas para visitação nos dias 13 e 14 de junho de 2013, das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min nos locais indicados para cada lote. Informações das condições do Leilão e o Material Descritivo no Departamento de Patrimônio da Prefeitura, pelo telefone (47) 3382-3655, ramais 2019 e 2029 com a Sra. SILVANA VICENTE ROEPKE e no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br) ou através do Leiloeiro Público Oficial, Sr. JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI, pelos telefones (47) 3337-0445 ou (47) 9609-4767 e/ou site [www.zampierileilao.com.br](http://www.zampierileilao.com.br) com FOTOS e todas as informações.

DARCÍZIO BONA

Prefeito de Timbó em Exercício

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



## Relatório Resumido Orçamentário - Bimestre 2

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Abril 2013/Bimestre Março-Abril**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDA

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Março à Abril (b)	% (b/a)	Até Abril (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	142.088.000,00	142.088.000,00	19.331.208,03	13,60	33.560.879,14	23,61	108.527.120,86
RECEITAS CORRENTES	92.763.000,00	92.763.000,00	18.764.015,23	20,22	32.089.770,00	34,59	60.673.230,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.236.000,00	16.236.000,00	6.755.926,25	41,61	8.355.759,65	51,46	7.880.240,35
Impostos	13.550.000,00	13.550.000,00	5.725.806,34	42,25	7.157.497,80	52,82	6.392.502,20
Taxas	2.556.000,00	2.556.000,00	1.046.119,86	40,92	1.199.793,51	46,94	1.356.206,49
Contribuição de Melhoria	130.000,00	130.000,00	(15.999,95)	12,30	(1.531,66)	1,17	131.531,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.958.000,00	3.958.000,00	884.938,02	22,35	1.646.357,91	41,59	2.311.642,09
Contribuições Sociais	2.358.000,00	2.358.000,00	634.220,98	26,89	1.147.837,80	48,67	1.210.162,20
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	250.717,04	15,66	498.520,11	31,15	1.101.479,89
RECEITA PATRIMONIAL	4.968.600,00	4.968.600,00	273.121,29	5,49	371.408,02	7,47	4.597.191,98
Receitas Imobiliárias	20.000,00	20.000,00	824,60	4,12	1.769,88	8,84	18.230,12
Receitas de Valores Mobiliários	4.906.600,00	4.906.600,00	272.194,07	5,54	368.325,07	7,50	4.538.274,93
Receita de Concessões e Permissões	42.000,00	42.000,00	102,62	0,24	1.313,07	3,12	40.686,93
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DirExpl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	200.000,00	200.000,00	128.326,30	64,16	128.326,30	64,16	71.673,70
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	200.000,00	200.000,00	128.326,30	64,16	128.326,30	64,16	71.673,70
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.520.000,00	5.520.000,00	936.406,56	16,96	1.831.564,63	33,18	3.688.435,37
Receita de Serviços	5.520.000,00	5.520.000,00	936.406,56	16,96	1.831.564,63	33,18	3.688.435,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.444.000,00	56.444.000,00	9.093.000,93	16,10	18.555.889,22	32,87	37.888.110,78
Transferências Intergovernamentais	56.199.000,00	56.199.000,00	9.093.000,93	16,18	18.555.889,22	33,01	37.643.110,78
Transferências de Instituições Privadas	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.436.400,00	5.436.400,00	692.295,88	12,73	1.200.464,27	22,08	4.235.935,73
Multas e Juros de Mora	1.602.000,00	1.602.000,00	347.017,93	21,66	581.962,57	36,32	1.020.037,43
Indenizações e Restituições	517.000,00	517.000,00	110.620,42	21,39	191.996,29	37,13	325.003,71
Receita da Dívida Ativa	1.630.000,00	1.630.000,00	185.150,51	11,35	325.151,04	19,94	1.304.848,96
Rec.Dec>Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.687.400,00	1.687.400,00	49.507,02	2,93	101.354,37	6,00	1.586.045,63
RECEITAS DE CAPITAL	49.325.000,00	49.325.000,00	567.192,80	1,14	1.471.109,14	2,98	47.853.890,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.890.000,00	24.890.000,00	161.556,07	0,64	161.556,07	0,64	24.728.443,93
Operações de Crédito Internas	24.890.000,00	24.890.000,00	161.556,07	0,64	161.556,07	0,64	24.728.443,93
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	271,26	5,42	4.728,74
Amortizações de Empréstimos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	271,26	5,42	4.728,74
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.380.000,00	24.380.000,00	405.636,73	1,66	1.309.281,81	5,37	23.070.718,19
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	24.380.000,00	24.380.000,00	405.636,73	1,66	1.309.281,81	5,37	23.070.718,19
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	4.512.000,00	4.512.000,00	885.330,01	19,62	1.641.205,40	36,37	2.870.794,60
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	146.600.000,00	146.600.000,00	20.216.538,04	13,79	35.202.084,54	24,01	111.397.915,46

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Abril 2013/Bimestre Março-Abril**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Março à Abril (b)	% (b/a)	Até Abril (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>146.600.000,00</b>	<b>146.600.000,00</b>	<b>20.216.538,04</b>	<b>13,79</b>	<b>35.202.084,54</b>	<b>24,01</b>	<b>111.397.915,46</b>
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>146.600.000,00</b>	<b>146.600.000,00</b>	<b>20.216.538,04</b>	<b>13,79</b>	<b>35.202.084,54</b>	<b>24,01</b>	<b>111.397.915,46</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	4.431.635,30	-	-	1.631.318,08	-	-
Superávit Financeiro	-	4.431.635,30	-	-	1.631.318,08	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Março à Abril	Até Abril	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)	
						Março à Abril	Até Abril		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	140.584.100,00	4.440.184,69	145.024.284,69	14.215.581,36	40.912.903,75	13.848.283,13	24.414.555,20	16,83	120.609.729,49
DESPESAS CORRENTES	77.296.528,00	2.780.277,64	80.076.805,64	12.709.652,02	34.532.740,21	12.318.904,30	22.375.692,31	27,94	57.701.113,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.940.894,33	772.975,74	41.713.870,07	6.609.686,47	12.946.890,66	6.647.263,57	12.765.828,47	30,60	28.948.041,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	28.268,84	61.065,32	28.268,84	61.065,32	20,35	238.934,68
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.055.633,67	2.007.301,90	38.062.935,57	6.071.696,71	21.524.784,23	5.643.371,89	9.548.798,52	25,08	28.514.137,05
DESPESAS DE CAPITAL	60.077.072,00	1.659.907,05	61.736.979,05	1.505.929,34	6.380.163,54	1.529.378,83	2.038.862,89	3,30	59.698.116,16
INVESTIMENTOS	59.287.072,00	1.659.907,05	60.946.979,05	1.352.045,44	6.072.395,74	1.375.494,93	1.731.095,09	2,84	59.215.883,96
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	790.000,00	0,00	790.000,00	153.883,90	307.767,80	153.883,90	307.767,80	38,95	482.232,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	410.500,00	0,00	410.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.500,00
RESERVA RPPS	2.800.000,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	6.015.900,00	(8.549,39)	6.007.350,61	862.792,04	2.060.226,43	909.752,58	1.857.251,42	30,91	4.150.099,19
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	146.600.000,00	4.431.635,30	151.031.635,30	15.078.373,40	42.973.130,18	14.758.035,72	26.271.806,62	17,39	124.759.828,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	146.600.000,00	4.431.635,30	151.031.635,30	15.078.373,40	42.973.130,18	14.758.035,72	26.271.806,62	17,39	124.759.828,68
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.930.277,92	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	146.600.000,00	4.431.635,30	151.031.635,30	15.078.373,40	42.973.130,18	14.758.035,72	35.202.084,54	23,30	115.829.550,76

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Março à Abril (b)	% (b/a)	Até Abril (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	4.512.000,00	4.512.000,00	885.330,01	19,62	1.641.205,40	36,37	2.870.794,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.412.000,00	4.412.000,00	861.302,95	19,52	1.595.645,12	36,16	2.816.354,88
Contribuições Sociais	4.412.000,00	4.412.000,00	861.302,95	19,52	1.595.645,12	36,16	2.816.354,88
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	24.027,06	24,02	45.560,28	45,56	54.439,72
Receita de Serviços	100.000,00	100.000,00	24.027,06	24,02	45.560,28	45,56	54.439,72
<b>TOTAL</b>	<b>4.512.000,00</b>	<b>4.512.000,00</b>	<b>885.330,01</b>	<b>19,62</b>	<b>1.641.205,40</b>	<b>36,37</b>	<b>2.870.794,60</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				Março à Abril	Até Abril	Março à Abril	Até Abril (g)		
DESPESAS CORRENTES	6.015.900,00	(8.549,39)	6.007.350,61	862.792,04	2.060.226,43	909.752,58	1.857.251,42	30,91	4.150.099,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.821.900,00	(8.549,39)	5.813.350,61	861.343,20	1.907.187,07	884.353,33	1.812.778,55	31,18	4.000.572,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.000,00	0,00	194.000,00	1.448,84	153.039,36	25.399,25	44.472,87	22,92	149.527,15
<b>TOTAL</b>	<b>6.015.900,00</b>	<b>(8.549,39)</b>	<b>6.007.350,61</b>	<b>862.792,04</b>	<b>2.060.226,43</b>	<b>909.752,58</b>	<b>1.857.251,42</b>	<b>30,91</b>	<b>4.150.099,19</b>

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 14h e 12m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO**  
**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**DOS RECURSOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)  
CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	50.000,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i) = (Ib - (Ile + Ilf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 16h e 02m.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER  
Controle Interno

## MUNICIPIO DE TIMBO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS  
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março a Abril de 2013**

RREO - ANEXO XII(LC 141/2012, art.35)

CONSOLIDADO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Abril 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA(I)	15.036.000,00	15.036.000,00	7.512.045,82	49,96
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.700.000,00	5.700.000,00	4.093.032,32	71,80
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.550.000,00	1.550.000,00	764.681,28	49,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.500.000,00	5.500.000,00	1.693.985,08	30,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	800.000,00	800.000,00	605.799,12	75,72
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	91.000,00	91.000,00	12.423,04	13,65
Dívida Ativa dos Impostos	925.000,00	925.000,00	199.289,07	21,54
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	470.000,00	470.000,00	142.835,91	30,39
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(II)	47.342.000,00	47.342.000,00	14.663.474,86	30,97
Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	5.443.836,91	32,99
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	708,13	35,40
Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	1.019.982,56	26,84
Cota-Parte ICMS	26.500.000,00	26.500.000,00	8.041.686,67	30,34
Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	117.106,26	29,27
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	140.000,00	140.000,00	40.154,33	28,68
Desoneração ICMS(LC 87/96)	140.000,00	140.000,00	40.154,33	28,68
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(III)=I+II</b>	<b>62.378.000,00</b>	<b>62.378.000,00</b>	<b>22.175.520,68</b>	<b>35,55</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Abril 2013 (d)	% (d/c)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.143.000,00	5.143.000,00	2.069.788,16	40,24
Provenientes da União	3.820.000,00	3.820.000,00	1.668.959,84	43,69
Provenientes dos Estados	1.020.000,00	1.020.000,00	371.367,14	36,40
Provenientes de Outros Municípios	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	123.000,00	123.000,00	29.461,18	23,95
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	90.993,33	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>5.143.000,00</b>	<b>5.143.000,00</b>	<b>2.160.781,49</b>	<b>42,01</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Abril 2013 (f)	% (f/e)x100	até Abril 2013 (g)	% (g/e)x100
DESPESAS CORRENTES	18.009.340,00	18.548.140,00	9.060.258,71	48,84	6.439.510,55	34,71
Pessoal e Encargos Sociais	12.461.754,33	12.466.754,33	4.128.275,70	33,11	4.114.438,34	33,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.547.585,67	6.081.385,67	4.931.983,01	81,09	2.325.072,21	38,23
DESPESAS DE CAPITAL	1.867.600,00	1.869.100,00	34.593,15	1,85	22.320,05	1,19
Investimentos	1.867.600,00	1.869.100,00	34.593,15	1,85	22.320,05	1,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>19.876.940,00</b>	<b>20.417.240,00</b>	<b>9.094.851,86</b>	<b>44,54</b>	<b>6.461.830,60</b>	<b>31,64</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Abril 2013 (h)	% (e/desp. saúde) (h/ivf)x100	até Abril 2013 (i)	% (e/desp. saúde) (i/ivg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.COM ASSIST.À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINC.DE ACESSO UNIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.330.000,00	5.855.600,00	2.599.168,53	28,57	2.013.826,86	31,16
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	5.330.000,00	5.855.600,00	2.599.168,53	28,57	2.013.826,86	31,16
Recursos de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR N.PROCES.INSCR.INDEV.EXERC.SEM DISPON.FINANC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.CUST.COM DISP.DE CAIXA VINCUL.AOS RESTOS A PAGAR CANCEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP.CUST.REC.VIN.PERC.MÍN.N.APLIC.EM AÇÕES/SAÚDE EM EX.ANT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>5.330.000,00</b>	<b>5.855.600,00</b>	<b>2.599.168,53</b>	<b>28,57</b>	<b>2.013.826,86</b>	<b>31,16</b>
<b>TOTAL DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	<b>14.546.940,00</b>	<b>14.561.640,00</b>	<b>6.495.683,33</b>	<b>71,42</b>	<b>4.448.003,74</b>	<b>68,83</b>

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(VII%)=(Viih/IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL	29,29
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[(VII - 15)/100 x IIIB]	3.168.881,90
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final(Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00



CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas Custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final(Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Abril 2013 (l)	% (l/total l)x100	até Abril 2013 (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	9.250.940,00	9.376.940,00	3.467.428,83	38,12	2.942.558,55	45,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.206.000,00	8.422.700,00	4.601.262,87	50,59	2.771.562,74	42,89
Suporte Profilático e Terapêutico	415.000,00	584.600,00	401.874,51	4,41	249.142,03	3,85
Vigilância Sanitária	540.000,00	540.000,00	186.830,43	2,05	141.271,05	2,18
Vigilância Epidemiológica	315.000,00	315.000,00	155.717,20	1,71	137.393,82	2,12
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.150.000,00	1.178.000,00	281.738,02	3,09	219.902,41	3,40
<b>TOTAL</b>	<b>19.876.940,00</b>	<b>20.417.240,00</b>	<b>9.094.851,86</b>	<b>100,00</b>	<b>6.461.830,60</b>	<b>100,00</b>

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício  
2 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 14/05/2013, Hora de emissão 14h e 25m.

(2/2)

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

**CONSOLIDADO**

ESPECIFICAÇÃO				SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013				SALDO TOTAL (c) = (a + b)			
					Março à Abril		Até Abril (b)					
TOTAL DE ATIVOS				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos Contabilizados na SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE PASSIVOS (I)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrapartida para Ativos da SPE				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisões de PPP				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GARANTIAS DE PPP (II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PASSIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contraprestações Futuras				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Riscos Não Provisionados				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Passivos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATIVOS CONTINGENTES				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Futuros				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Ativos Contingentes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE PPP		EXERCÍCIO ANTERIOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Do Ente Federado (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estadais Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)-(IV)		89.192.569,01	88.690.820,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)=(V)/(IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 16h e 15m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: MARÇO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

(R\$ 1,00)

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Pag: 174 Saldo (a-b)
			Março a Abril	até Abril	Março a Abril	até Abril (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	140.584.100,00	145.024.284,69	14.215.581,36	40.912.903,75	13.848.283,18	24.414.555,20	92,93	16,83	120.609.729,49
LEGISLATIVA	2.567.088,16	2.567.088,16	194.080,80	672.220,54	233.713,88	452.581,46	1,72	17,63	2.114.506,70
Acao Legislativa	2.567.088,16	2.567.088,16	194.080,80	672.220,54	233.713,88	452.581,46	1,72	17,63	2.114.506,70
ADMINISTRACAO	6.838.000,00	6.838.000,00	697.018,86	2.687.449,09	883.859,87	1.764.635,76	6,72	25,81	5.073.364,24
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	104.000,00	104.000,00	13.877,46	36.822,36	9.286,78	18.542,35	0,07	17,83	85.457,65
Representacao Judicial e Extrajudicial	433.000,00	433.000,00	65.007,19	169.968,63	63.896,50	149.029,02	0,57	34,42	283.970,98
Administracao Geral	4.099.000,00	4.099.000,00	375.755,18	2.009.016,24	584.405,72	1.147.561,79	4,37	28,00	2.951.438,21
Administracao Financeira	880.000,00	880.000,00	109.169,76	232.367,54	109.169,76	232.367,54	0,88	26,41	647.632,46
Normatizacao e Fiscalizacao	150.000,00	150.000,00	6.928,92	13.861,81	6.928,92	13.861,81	0,05	9,24	136.138,19
Formacao de Recursos Humanos	160.000,00	160.000,00	27.468,89	53.533,69	25.247,79	51.312,59	0,20	32,07	108.687,41
Comunicacao Social	1.012.000,00	1.012.000,00	98.810,96	171.878,82	84.924,10	151.960,66	0,58	15,02	860.039,84
SEGURANCA PUBLICA	791.000,00	827.000,00	69.099,81	243.357,84	64.931,63	113.842,84	0,43	13,77	713.157,16
Policiamiento	395.500,00	431.500,00	48.765,73	168.924,48	48.305,68	84.537,85	0,32	19,59	346.962,15
Defesa Civil	395.500,00	395.500,00	20.334,08	74.433,36	16.625,95	29.304,99	0,11	7,41	366.195,01
ASSISTENCIA SOCIAL	1.831.000,00	1.831.000,00	277.665,67	590.149,85	266.134,54	457.050,58	1,74	24,96	1.373.949,42
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	184.000,00	184.000,00	12.465,00	42.669,41	459,09	27.356,53	0,10	14,87	156.643,47
Assistencia Comunitaria	1.647.000,00	1.647.000,00	265.200,67	547.480,44	265.675,45	429.694,05	1,64	26,09	1.217.305,95
PREVIDENCIA SOCIAL	7.593.000,00	7.775.200,00	995.981,41	1.930.194,68	995.906,66	1.928.197,77	7,34	24,80	5.847.002,23
Previdencia Basica	1.093.000,00	1.275.200,00	194.938,89	351.665,83	194.863,64	350.976,56	1,34	27,52	924.223,44
Previdencia do Regime Estatutario	6.500.000,00	6.500.000,00	801.043,02	1.578.529,15	801.043,02	1.577.221,21	6,00	24,26	4.922.778,79
SAUDE	18.369.940,00	18.947.240,00	2.284.399,94	8.577.903,38	3.098.591,17	5.952.741,58	22,66	31,42	12.994.498,42
Administracao Geral	915.000,00	943.000,00	44.043,10	130.834,25	52.150,31	82.841,08	0,32	8,78	860.158,92
Normatizacao e Fiscalizacao	165.000,00	165.000,00	58.437,83	131.963,26	57.538,19	118.120,82	0,45	71,59	46.879,18
Atencao Basica	8.360.940,00	8.506.940,00	1.227.081,53	3.126.572,71	1.303.584,15	2.606.534,51	9,92	30,64	5.900.405,49
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	7.776.000,00	7.992.700,00	812.220,26	4.480.856,71	1.510.368,25	2.654.183,96	10,10	33,21	5.338.516,04
Suporte Profilatico e Terapeutico	415.000,00	584.600,00	(10.902,07)	401.874,51	48.769,22	249.142,03	0,95	42,62	335.457,97
Vigilancia Sanitaria	460.000,00	477.000,00	89.121,36	166.288,80	60.871,51	120.729,42	0,46	25,31	356.270,88
Vigilancia Epidemiologica	278.000,00	278.000,00	64.397,93	139.513,14	65.309,54	121.189,76	0,46	43,59	156.810,24
TRABALHO	59.000,00	59.000,00	300,00	9.127,57	1.881,92	2.652,66	0,01	4,50	56.347,34
Fomento ao Trabalho	59.000,00	59.000,00	300,00	9.127,57	1.881,92	2.652,66	0,01	4,50	56.347,34
EDUCACAO	20.182.571,84	20.606.830,90	3.487.463,10	7.577.198,83	3.702.758,54	6.080.995,90	23,15	29,51	14.525.835,00
Alimentacao e Nutricao	740.131,84	830.283,74	92.480,87	345.716,86	146.738,73	230.348,79	0,88	27,74	599.934,95
Ensino Fundamental	9.485.000,00	9.701.100,00	2.099.583,84	3.855.221,68	2.164.676,39	3.185.539,51	12,13	32,84	6.515.560,49
Educacao Infantil	9.895.440,00	10.013.447,16	1.291.380,91	3.363.567,85	1.386.959,34	2.658.743,06	10,12	26,55	7.354.704,10
Educacao de Jovens e Adultos	62.000,00	62.000,00	4.017,48	12.692,44	4.384,08	6.364,54	0,02	10,27	55.635,46
CULTURA	2.850.000,00	2.855.640,00	706.261,92	1.136.659,42	345.148,10	537.600,82	2,05	18,83	2.318.039,18
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	424.000,00	424.000,00	87.256,60	204.591,73	53.249,94	93.973,56	0,36	22,16	330.026,44
Difusao Cultural	2.426.000,00	2.431.640,00	619.005,82	932.067,69	291.898,16	443.627,26	1,69	18,24	1.988.012,74
URBANISMO	10.972.000,00	11.132.000,00	1.185.823,64	3.558.122,66	1.269.410,52	2.183.146,22	8,31	19,61	8.948.853,78

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: MARÇO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

(R\$ 1,00)

Planejamento e Orcamento	3.826.000,00	3.986.000,00	362.754,79	662.265,84	364.000,24	555.472,24	2,11	13,94	1.359.129,79
Infra-estrutura Urbana	1.670.000,00	1.670.000,00	10.241,30	1.100.171,41	139.362,61	310.870,21	1,18	18,61	1.359.129,79
Servicos Urbanos	5.476.000,00	5.476.000,00	812.827,55	1.795.685,91	766.047,67	1.316.803,77	5,01	24,05	4.159.196,23
HABITACAO	19.000,00	19.000,00	486,05	502,80	486,05	502,80	0,00	2,63	18.497,20
Habitacao Urbana	19.000,00	19.000,00	486,05	502,80	486,05	502,80	0,00	2,63	18.497,20
SANEAMENTO	31.403.500,00	33.467.113,57	2.059.011,11	4.927.940,45	1.048.941,04	1.859.021,73	7,08	5,55	31.608.091,84
Saneamento Basico Urbano	31.403.500,00	33.467.113,57	2.059.011,11	4.927.940,45	1.048.941,04	1.859.021,73	7,08	5,55	31.608.091,84
GESTAO AMBIENTAL	236.000,00	236.000,00	10.597,92	27.562,88	11.019,45	22.084,91	0,08	9,36	213.915,09
Controle Ambiental	236.000,00	236.000,00	10.597,92	27.562,88	11.019,45	22.084,91	0,08	9,36	213.915,09
AGRICULTURA	1.602.000,00	1.602.000,00	138.617,32	394.092,56	151.231,30	258.997,69	0,99	16,17	1.343.002,31
Extensao Rural	1.602.000,00	1.602.000,00	138.617,32	394.092,56	151.231,30	258.997,69	0,99	16,17	1.343.002,31
INDUSTRIA	1.110.000,00	1.110.000,00	185.084,58	477.748,22	197.779,83	368.377,91	1,40	33,19	741.622,09
Promocao Industrial	1.110.000,00	1.110.000,00	185.084,58	477.748,22	197.779,83	368.377,91	1,40	33,19	741.622,09
COMERCIO E SERVICOS	3.034.500,00	3.034.500,00	112.642,79	307.010,02	49.752,31	120.980,46	0,46	3,99	2.913.519,54
Turismo	3.034.500,00	3.034.500,00	112.642,79	307.010,02	49.752,31	120.980,46	0,46	3,99	2.913.519,54
TRANSPORTE	23.194.000,00	23.781.016,29	180.593,97	5.496.198,35	458.121,99	857.210,10	3,26	3,60	22.923.806,19
Infra-estrutura Urbana	20.960.000,00	21.429.276,29	42.565,28	4.537.263,38	211.832,10	436.535,88	1,66	2,04	20.992.740,41
Transporte Rodoviario	2.234.000,00	2.351.740,00	138.028,69	958.934,97	246.289,89	420.674,22	1,60	17,89	1.931.065,78
DESPORTO E LAZER	1.889.000,00	1.962.180,03	957.590,53	1.141.682,97	375.757,17	439.637,91	1,67	22,41	1.522.542,12
Desporto Comunitario	852.000,00	834.000,00	807.000,00	807.000,00	255.600,00	255.600,00	0,97	30,65	578.400,00
Lazer	1.037.000,00	1.128.180,03	150.590,53	334.682,97	120.157,17	184.037,91	0,70	16,31	944.142,12
ENCARGOS ESPECIAIS	2.832.000,00	3.162.975,74	672.862,44	1.157.781,64	692.857,96	1.014.296,10	3,86	32,07	2.148.679,64
Servico da Divida Interna	1.090.000,00	1.090.000,00	182.152,74	368.833,12	182.152,74	368.833,12	1,40	33,84	721.166,88
Transferencias	1.082.000,00	1.082.000,00	164.029,55	449.023,45	181.091,07	313.761,91	1,19	29,00	768.238,09
Outros Encargos Especiais	660.000,00	990.975,74	326.680,15	339.925,07	329.614,15	331.701,07	1,26	33,47	659.274,67
RESERVA DE CONTINGENCIA	410.500,00	410.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.500,00
Reserva de Contingencia	410.500,00	410.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.500,00
RESERVA RPPS	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Março a Abril	até Abril	Março a Abril	até Abril (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.015.900,00	6.007.350,61	862.792,04	2.060.226,43	909.752,59	1.857.251,42	7,07	30,92	4.150.099,19
LEGISLATIVA	70.000,00	70.000,00	8.954,72	17.188,50	8.954,72	17.188,50	0,07	24,56	52.811,50
Acao Legislativa	70.000,00	70.000,00	8.954,72	17.188,50	8.954,72	17.188,50	0,07	24,56	52.811,50
ADMINISTRACAO	624.000,00	624.000,00	59.438,25	269.790,24	82.845,09	172.021,50	0,65	27,57	451.978,50
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	1.000,00	1.000,00	97,09	94,37	97,09	94,37	0,00	94,14	58,63
Representacao Judicial e Extrajudicial	42.000,00	42.000,00	6.437,24	12.280,41	6.437,24	12.280,41	0,05	29,24	29.719,59
Administracao Geral	416.000,00	416.000,00	25.927,07	200.486,77	49.333,91	102.718,03	0,39	24,69	313.281,97
Administracao Financeira	130.000,00	130.000,00	23.889,39	50.377,47	23.889,39	50.377,47	0,19	38,75	79.622,53
Normatizacao e Fiscalizacao	16.000,00	16.000,00	773,46	1.563,98	773,46	1.563,98	0,01	9,77	14.436,02
Formacao de Recursos Humanos	16.000,00	16.000,00	2.314,00	4.140,24	2.314,00	4.140,24	0,02	25,88	11.859,76

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de Referência: MARÇO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

(R\$ 1,00)

Pag: 3/4

Comunicacao Social	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	5.000,00	5.000,00	0,00	2.400,00	491,28	746,16	0,00	14,92	4.253,84
Defesa Civil	5.000,00	5.000,00	0,00	2.400,00	491,28	746,16	0,00	14,92	4.253,84
ASSISTENCIA SOCIAL	101.000,00	101.000,00	18.167,48	34.529,13	18.217,48	34.299,13	0,13	33,96	66.700,87
Assistencia Comunitaria	101.000,00	101.000,00	18.167,48	34.529,13	18.217,48	34.299,13	0,13	33,96	66.700,87
PREVIDENCIA SOCIAL	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Previdencia do Regime Estatutario	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
SAUDE	1.507.000,00	1.470.000,00	251.547,03	516.948,48	253.184,47	509.089,02	1,94	34,63	960.910,98
Administracao Geral	50.000,00	50.000,00	0,00	273,05	0,00	273,05	0,00	0,53	49.726,95
Normatizacao e Fiscalizacao	20.000,00	20.000,00	8.798,30	18.667,46	8.798,30	18.667,46	0,07	93,34	1.332,54
Atencao Basica	890.000,00	870.000,00	158.205,56	340.856,12	158.832,86	336.024,04	1,28	38,62	533.975,96
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	430.000,00	430.000,00	66.417,44	120.406,16	67.427,58	117.378,78	0,45	27,30	312.621,22
Vigilancia Sanitaria	80.000,00	63.000,00	9.715,46	20.541,63	9.715,46	20.541,63	0,08	32,61	42.458,87
Vigilancia Epidemiologica	37.000,00	37.000,00	8.410,27	16.204,06	8.410,27	16.204,06	0,06	43,79	20.795,94
TRABALHO	6.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	486,12	940,72	0,00	15,68	5.059,28
Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	4.000,00	486,12	940,72	0,00	15,68	5.059,28
EDUCACAO	2.273.400,00	2.301.850,61	345.704,39	822.979,53	359.925,24	757.396,06	2,88	32,90	1.544.454,55
Ensino Fundamental	1.090.000,00	1.118.450,61	151.114,95	357.707,88	156.508,43	332.554,84	1,27	29,73	785.895,77
Educacao Infantil	1.180.400,00	1.180.400,00	194.589,44	465.271,65	203.416,81	424.841,22	1,62	35,99	755.558,78
Educacao de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
CULTURA	69.000,00	69.000,00	7.393,41	17.813,00	7.834,83	16.010,90	0,06	23,20	52.989,10
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	25.000,00	25.000,00	2.049,82	5.597,39	2.199,82	4.856,49	0,02	19,43	20.143,51
Difusao Cultural	44.000,00	44.000,00	5.343,59	12.215,61	5.635,01	11.154,41	0,04	25,35	32.845,59
URBANISMO	645.000,00	645.000,00	83.116,89	175.643,84	84.592,23	165.530,54	0,63	25,66	479.469,46
Planejamento e Orcamento	175.000,00	175.000,00	23.799,85	46.112,82	23.799,85	46.112,82	0,18	26,35	128.887,18
Servicos Urbanos	470.000,00	470.000,00	59.317,04	129.531,02	60.792,38	119.417,72	0,45	25,41	350.582,28
HABITACAO	1.000,00	1.000,00	0,00	330,00	75,00	100,00	0,00	10,00	900,00
Habitacao Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	330,00	75,00	100,00	0,00	10,00	900,00
SANEAMENTO	316.500,00	316.500,00	43.775,92	82.305,33	43.775,92	82.305,33	0,31	26,00	234.194,67
Saneamento Basico Urbano	316.500,00	316.500,00	43.775,92	82.305,33	43.775,92	82.305,33	0,31	26,00	234.194,67
GESTAO AMBIENTAL	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Controle Ambiental	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
AGRICULTURA	90.000,00	90.000,00	10.753,98	27.188,42	11.715,62	23.359,54	0,09	25,96	66.640,46
Extensao Rural	90.000,00	90.000,00	10.753,98	27.188,42	11.715,62	23.359,54	0,09	25,96	66.640,46
INDUSTRIA	80.000,00	80.000,00	19.337,53	47.491,00	20.218,87	43.370,22	0,17	54,21	36.629,78
Promocao Industrial	80.000,00	80.000,00	19.337,53	47.491,00	20.218,87	43.370,22	0,17	54,21	36.629,78
COMERCIO E SERVICOS	17.000,00	17.000,00	1.849,35	3.530,15	1.882,23	3.258,03	0,01	19,16	13.741,97
Turismo	17.000,00	17.000,00	1.849,35	3.530,15	1.882,23	3.258,03	0,01	19,16	13.741,97
TRANSPORTE	68.000,00	68.000,00	9.864,78	27.885,06	11.287,40	24.337,82	0,09	35,79	43.662,18
Transporte Rodoviario	68.000,00	68.000,00	9.864,78	27.885,06	11.287,40	24.337,82	0,09	35,79	43.662,18
DESPORTO E LAZER	37.000,00	37.000,00	2.888,31	10.203,75	4.266,09	7.297,95	0,03	19,72	29.702,05
Lazer	37.000,00	37.000,00	2.888,31	10.203,75	4.266,09	7.297,95	0,03	19,72	29.702,05



MUNICIPIO DE TIMBO  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de Referência: MARÇO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

(R\$ 1,00)

TOTAL (III) = (I + II)	146.600.000,00	151.031.635,30	15.078.373,40	42.973.130,18	14.758.035,72	26.271.806,62	100,00	17,39	124.752.298,68
------------------------	----------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------	-------	----------------

Pag: 4/4

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 15h e 02m.

\_\_\_\_\_  
LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

\_\_\_\_\_  
GRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2012 a Abril/2013**

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

CONSOLIDADO ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Maio /2012	Junho /2012	Julho /2012	Agosto /2012	Setembro /2012	Outubro /2012	Novembro /2012	Dezembro /2012	Janeiro /2013	Fevereiro /2013	Março /2013	Abril /2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	9.112.922,56	7.240.116,89	7.513.424,53	7.190.359,46	8.048.489,86	8.250.926,37	7.914.182,58	9.680.317,33	7.380.525,31	7.492.559,02	6.748.961,82	13.399.879,57	99.972.665,30	102.231.400,00
Receita Tributária	2.123.463,58	1.058.149,15	935.924,56	933.999,27	1.126.252,51	966.720,99	876.012,05	1.100.420,45	796.045,68	803.787,72	1.029.341,06	5.726.585,19	17.476.702,21	16.236.000,00
IPTU	265.945,63	183.645,74	156.937,02	138.165,85	126.675,91	21.935,06	37.935,68	48.458,95	18.082,07	663,64	129.553,29	3.944.732,32	5.072.732,06	5.700.000,00
ISS	404.968,12	384.741,34	414.356,12	471.506,14	492.331,55	448.728,24	463.657,47	455.674,04	410.699,35	370.851,74	394.648,59	517.785,40	5.229.948,10	5.500.000,00
ITBI	130.621,73	120.099,80	109.978,00	113.126,63	129.342,68	159.135,78	214.357,53	232.773,59	182.051,07	153.684,73	196.171,89	1.900.662,16	1.550.000,00	1.550.000,00
IRRF	75.602,35	142.029,22	85.695,78	51.216,99	222.539,78	176.890,99	111.998,70	209.707,37	45.128,96	171.441,04	257.227,43	132.001,69	1.681.480,30	800.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.246.325,75	227.633,05	168.957,64	159.983,66	155.362,69	160.030,92	103.101,47	172.222,56	89.361,71	78.780,23	94.227,02	935.892,89	3.591.879,59	2.686.000,00
Receita de Contribuições	498.843,23	328.288,29	302.256,98	184.517,69	286.889,68	381.418,13	324.565,65	502.904,65	302.386,69	459.033,20	433.579,46	451.358,56	4.456.042,21	3.958.000,00
Receita Patrimonial	673.953,35	173.325,95	1.006.147,59	701.244,70	591.594,57	1.229.455,32	352.585,61	901.048,67	233.345,41	(135.058,68)	(518.442,72)	791.564,01	6.000.763,78	4.968.600,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	12.825,90	50.085,20	56.769,10	78.543,25	22.410,00	0,00	0,00	0,00	128.326,30	348.959,75	200.000,00
Receita de Serviços	515.534,01	448.597,10	408.493,93	456.646,92	439.654,31	417.383,61	421.748,18	551.861,68	454.595,85	440.562,22	543.954,76	392.451,80	5.491.484,37	5.520.000,00
Transferências Correntes	5.040.145,46	4.948.272,18	4.548.548,11	4.626.146,46	5.041.962,72	4.887.775,47	5.560.532,99	6.127.673,55	5.361.267,26	5.648.950,59	4.933.250,76	5.544.576,33	62.269.101,88	65.912.400,00
Cota-Parte do FPM	1.330.932,58	1.135.749,90	848.140,06	935.904,73	818.902,91	869.302,39	1.175.004,98	1.910.107,45	1.377.617,26	1.853.436,69	1.067.441,88	1.145.341,08	14.467.881,91	16.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.840.105,30	1.900.778,12	1.859.827,85	1.860.705,57	2.157.590,06	2.033.939,46	2.188.839,50	2.212.724,37	2.135.505,79	1.916.221,62	1.807.786,86	2.182.172,40	24.096.196,90	26.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	359.317,56	315.679,28	342.683,92	375.800,86	356.322,86	347.270,95	221.882,22	135.459,54	152.657,41	233.056,74	303.121,24	331.147,17	3.474.399,75	3.800.000,00
Cota-Parte do ITR	308,00	119,75	47,08	98,62	1.411,40	1.916,37	182,70	12,12	27,10	630,98	12,33	37,72	4.804,17	2.000,00
Transferência da LC 87/1996	10.384,23	10.384,23	10.384,23	10.384,23	0,00	20.768,46	10.384,23	10.384,23	0,00	0,00	0,00	40.154,33	123.228,17	140.000,00
Transferência da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	915.848,81	897.811,40	829.977,65	861.142,32	967.499,86	904.712,16	966.737,71	906.675,44	1.066.112,82	1.034.429,81	910.296,83	1.061.698,58	11.322.943,39	12.068.400,00
Outras Transferências Correntes	583.248,98	687.749,50	657.487,32	582.110,13	740.235,63	709.865,68	997.501,65	952.310,40	629.346,88	611.174,75	844.591,62	784.025,05	8.779.647,59	6.902.000,00
Outras Receitas Correntes	260.982,93	283.484,22	312.053,36	274.978,52	512.050,87	311.403,75	300.194,85	473.998,33	232.884,42	275.283,97	327.278,50	365.017,38	3.929.611,10	5.436.400,00
DEDUÇÕES (II)	1.071.360,32	864.920,50	790.137,65	711.388,97	805.493,42	910.314,72	910.572,74	1.106.011,99	926.518,62	1.150.019,09	959.802,64	1.075.304,52	11.281.845,18	11.926.400,00
Contrib. p/ Plano de Prev. do Servidor	348.183,84	178.201,06	164.190,18	60.450,23	124.068,24	241.448,49	177.004,73	345.801,33	178.159,97	335.456,85	311.462,82	322.758,16	2.787.185,90	2.358.000,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	7.561,32	7.561,32	7.561,32	7.561,32	7.561,32	7.561,32	7.561,32	15.122,64	7.561,32	8.030,01	8.030,01	8.030,01	99.703,23	100.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	715.615,16	679.158,12	618.386,15	643.377,42	673.863,86	661.304,91	726.006,69	745.088,02	740.797,33	806.532,23	640.309,81	744.516,35	8.394.956,05	9.468.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	8.041.562,24	6.375.196,39	6.723.286,88	6.478.970,49	7.242.996,44	7.340.611,65	7.003.609,84	8.574.305,34	6.454.006,69	6.342.539,93	5.789.159,18	12.324.575,05	88.690.820,12	90.305.000,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 15h e 21m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITOMARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADMGRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Abril 2013/ Bimestre Março-Abril**

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)  
CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012 (a)	Em 28/Fev/2013 (b)	Em 30/Abr/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.216.289,80	2.062.405,90	1.763.903,25
DEDUÇÕES (II)	11.560.778,27	16.627.704,33	21.055.991,76
Disponibilidade de Caixa Bruto	13.421.217,64	17.063.019,77	21.265.873,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.860.439,37	435.315,44	209.881,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(9.344.488,47)	(14.565.298,43)	(19.292.088,51)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(9.344.488,47)	(14.565.298,43)	(19.292.088,51)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Março à Abril (c-b)	até Abril (c-a)
VALOR	(4.726.790,08)	(9.947.600,04)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(11.261.494,98)

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 28/Fev/2013	Em 30/Abr/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	85.288.269,94	85.288.269,94	85.288.269,94
Passivo Atuarial	85.288.269,94	85.288.269,94	85.288.269,94
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	51.888.598,84	52.260.066,27	52.967.873,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.013,34	478,19	13.041,81
Investimentos	51.872.585,50	52.259.588,08	52.954.831,74
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	33.399.671,10	33.028.203,67	32.320.396,39
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	33.399.671,10	33.028.203,67	32.320.396,39

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 15h e 11m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		86.548.400,00	18.288.391,25	31.357.199,12	29.344.635,97
Receitas Tributárias		16.236.000,00	6.755.926,25	8.355.759,65	7.055.329,13
IPTU		5.700.000,00	4.074.286,61	4.093.032,32	3.821.453,92
ISS		5.500.000,00	912.433,99	1.693.985,08	1.658.914,20
ITBI		1.550.000,00	349.856,62	764.681,28	423.260,21
IRRF		800.000,00	389.229,12	605.799,12	467.685,29
Outras Receitas Tributárias		2.686.000,00	1.030.119,91	1.198.261,85	684.015,51
Receitas de Contribuições		8.370.000,00	1.746.240,97	3.242.003,03	2.347.665,65
Receitas Previdenciárias		5.840.000,00	1.326.505,73	2.464.149,59	1.635.298,23
Outras Receitas de Contribuições		2.530.000,00	419.735,24	777.853,44	712.367,42
Receita Patrimonial Líquida		62.000,00	927,22	3.082,95	17.466,28
Receita Patrimonial		4.968.600,00	273.121,29	371.408,02	3.942.390,82
(-) Aplicações Financeiras		4.906.600,00	272.194,07	368.325,07	3.924.924,59
Transferências Correntes		56.444.000,00	9.093.000,93	18.555.889,22	16.845.876,57
Cota-Parte do FPM		13.200.000,00	1.770.226,42	4.355.069,62	3.738.995,34
Cota-Parte do ICMS		21.200.000,00	3.191.967,59	6.433.349,70	6.297.657,41
Convênios		180.000,00	0,00	0,00	121.103,20
Outras Transferências Correntes		21.864.000,00	4.130.806,92	7.767.469,90	6.688.120,62
Demais Receitas Correntes		5.436.400,00	692.295,85	1.200.464,27	3.078.298,39
Dívida Ativa		1.630.000,00	185.150,51	325.151,04	312.039,58
Diversas Receitas Correntes		3.806.400,00	507.145,37	875.313,23	2.766.258,86
RECEITAS DE CAPITAL (II)		49.325.000,00	567.192,80	1.471.109,14	996.541,38
Operações de Crédito (III)		24.890.000,00	161.556,07	161.556,07	384.848,77
Amortização de Empréstimos (IV)		5.000,00	0,00	271,26	1.324,72
Alienação de Bens (V)		50.000,00	0,00	0,00	42.900,00
Transferências de Capital		24.380.000,00	405.636,73	1.309.281,81	567.467,89
Convênios		24.380.000,00	405.636,73	1.309.281,81	567.467,89
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		24.380.000,00	405.636,73	1.309.281,81	567.467,89
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		110.928.400,00	18.694.027,98	32.666.480,93	29.912.103,86

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Março à Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	86.084.156,25	13.228.656,89	24.232.943,73	22.766.424,22
Pessoal e Encargos Sociais	47.527.220,68	7.531.616,89	14.578.607,02	13.920.218,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	300.000,00	28.268,84	61.065,32	31.055,30
Outras Despesas Correntes	38.256.935,57	5.668.771,16	9.593.271,39	8.815.150,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	85.784.156,25	13.200.388,05	24.171.878,41	22.735.368,92
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	61.736.979,05	1.529.378,83	2.038.862,89	2.365.534,23
Investimentos	60.946.979,05	1.375.494,93	1.731.095,09	2.228.319,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	790.000,00	153.883,90	307.767,80	137.215,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	60.946.979,05	1.375.494,93	1.731.095,09	2.228.319,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	410.500,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	149.941.635,30	14.575.882,98	25.902.973,50	24.963.687,95
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(39.013.235,30)	4.118.145,00	6.763.507,43	4.948.415,91
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			4.431.635,30	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(28.761.600,00)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 15h e 30m.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)  
CONSOLIDADO

Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2012				Em exercícios anteriores	Em 31/12/2012 <sup>1</sup>				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)	186.798,03	1.265.371,14	1.307.565,23		144.603,94	895.656,87	3.025.111,9	1.954.420,78	1.889.143,30	14.224,68	2.017.400,80
EXECUTIVO	186.798,03	1.243.668,13	1.285.862,22		144.603,94	880.612,95	2.759.912,22	1.948.753,68	1.883.476,20	14.224,68	1.742.824,29
Fumrebompom	1.100,04	66.246,39	67.298,90		47,53	180,13	11.713,43	9.083,39	9.083,39	8,04	2.802,13
Fundacao Cultural de Timbo - Fct	304,00	112.766,13	110.527,03		2.543,10	801,71	58.584,14	41.946,30	32.323,80	397,99	26.664,06
Fundacao Municipal de Esportes - Fme	38.418,83	73.789,12	110.459,75		1.748,20		2.011,99	354,00	354,00	958,00	699,99
Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente						3.400,00		3.400,00	3.400,00		
Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente - F						600,00	896,33	230,33	230,33		1.266,00
Fundo de Habitacao de Timbo - Fht		3.944,66	3.944,66								
Fundo Municipal de Assistencia Social - Fmas	10,00	32.563,23	32.371,22		202,01	419,82	161.654,14	49.891,07	49.891,07	20,00	112.162,89
Fundo Municipal de Emergencia de Defesa Civil		11.829,08	11.829,08				5.133,92	3.013,92	437,02	2.120,00	2.576,90
Fundo Municipal de Saude		297.972,81	296.548,19		1.424,62	34,27	235.130,46	112.155,03	109.255,03	2.005,65	123.904,03
Fundo Municipal de Transito - Fumtran	1.072,88	11.129,55	11.081,10		1.121,33		28.143,43	26.316,34	26.316,34		1.827,11
Fundo Municipal de Turismo - Fumtur		4.324,32	4.324,32				267.084,85	118.590,61	100.036,28	3.176,22	163.872,35
Procuradoria Geral do Municipio		1.075,74	827,20		248,54		10.898,78	2.203,78	2.203,78		8.695,00
Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambient		5.182,03	5.182,03				2.553,80	753,81	753,81		1.799,99
Secretaria da Articulacao Politica e Instituci	326,86	8.088,89	8.415,75				5.180,41	345,95	345,95		4.834,46
Secretaria da Fazenda e Administracao Municipa		90.494,57	90.494,57			3.050,00	66.501,00	46.485,66	46.485,66		23.065,34
Secretaria de Desenvolvimento Economico	,16	29.141,87	29.142,03				9.158,07	7.951,87	7.951,87		1.206,20
Secretaria de Educacao	61.468,69	115.376,06	123.672,71		53.172,04	306.310,54	526.213,29	342.530,99	342.530,99		489.992,84
Secretaria de Obras e Servicos Urbanos	84.096,57	379.743,68	379.743,68		84.096,57	481.866,48	1.341.917,41	1.177.520,63	1.145.896,88	5.538,78	672.348,23
Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto						83.950,00	27.136,73	5.980,00	5.980,00		105.106,73
LEGISLATIVO		21.703,01	21.703,01				15.043,92	5.667,10	5.667,10		274.576,51
Camara de Vereadores		21.703,01	21.703,01				15.043,92	5.667,10	5.667,10		274.576,51
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		21.378,39	21.378,39			25,00	25,00				50,00
TOTAL (III) = (I + II)	186.798,03	1.286.749,53	1.328.943,62		144.603,94	895.681,87	3.025.136,91	1.954.420,78	1.889.143,30	14.224,68	2.017.450,80

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 15h e 57m.

<sup>1</sup> Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER  
Controle Interno



**MUNICIPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

CONSOLIDADO - Poder: Todos

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS ( caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (b)	% (b/a)
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	15.036.000,00	15.036.000,00	5.930.268,56	7.512.045,82	49,96
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Prop. Predial e Territorial Urbana – IPTU	6.505.000,00	6.505.000,00	4.229.796,15	4.327.655,59	66,53
1.1.1- IPTU	5.700.000,00	5.700.000,00	4.075.586,98	4.094.332,69	71,83
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	45.000,00	45.000,00	110,95	1.693,26	3,76
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	91.620,64	137.613,08	27,52
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IPTU	260.000,00	260.000,00	63.777,95	95.316,93	36,66
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	1.300,37	1.300,37	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.586.000,00	1.586.000,00	349.946,62	765.903,37	48,29
1.2.1- ITBI	1.550.000,00	1.550.000,00	349.856,62	764.681,28	49,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	90,00	127,99	12,80
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	25.000,00	25.000,00	0,00	984,49	3,94
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	109,61	1,10
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	6.145.000,00	6.145.000,00	961.296,67	1.812.687,74	29,50
1.3.1- ISS	5.500.000,00	5.500.000,00	914.394,89	1.699.570,78	30,90
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	45.000,00	45.000,00	5.185,55	10.601,79	23,56
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	400.000,00	400.000,00	22.612,52	60.691,50	15,17
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ISS	200.000,00	200.000,00	21.064,61	47.409,37	23,70
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	1.960,90	5.585,70	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	800.000,00	800.000,00	389.229,12	605.799,12	75,72
1.4.1- IRRF	800.000,00	800.000,00	389.229,12	605.799,12	75,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	47.342.000,00	47.342.000,00	6.926.824,99	14.663.474,86	30,97
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	2.212.782,96	5.443.836,91	32,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	2.212.782,96	5.443.836,91	32,99
2.1.2- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	26.500.000,00	26.500.000,00	3.989.959,26	8.041.686,67	30,35
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	140.000,00	140.000,00	40.154,33	40.154,33	28,68
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	49.609,98	117.106,26	29,28
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	50,05	708,13	35,41
2.6- Cota-Parte IPVA	3.800.000,00	3.800.000,00	634.268,41	1.019.982,56	26,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>62.378.000,00</b>	<b>62.378.000,00</b>	<b>12.857.093,55</b>	<b>22.175.520,68</b>	<b>35,55</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (b)	% (b/a)
<b>4- RECEITA DA APLIC. FINAN. DE OUTROS REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.385.000,00	1.385.000,00	287.477,52	569.369,43	41,11
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	194.956,17	447.760,94	44,78
5.2- Outras Transferências do FNDE	385.000,00	385.000,00	85.711,85	106.154,45	27,57
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	6.809,50	15.454,04	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	0,00	0,00	1.320,63	2.716,98	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	1.320,63	2.716,98	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	505.000,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>1.890.000,00</b>	<b>1.890.000,00</b>	<b>288.798,15</b>	<b>572.086,41</b>	<b>30,27</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (b)	% (b/a)
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	9.468.400,00	9.468.400,00	1.384.826,16	2.932.155,72	30,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	442.556,54	1.088.767,29	32,99
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.300.000,00	5.300.000,00	797.991,67	1.608.336,97	30,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	28.000,00	28.000,00	8.030,86	8.030,86	28,68
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	80.000,00	80.000,00	9.921,98	23.421,23	29,28
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5+2.5))	400,00	400,00	9,99	141,60	35,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	760.000,00	760.000,00	126.315,12	203.457,77	26,77
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	12.118.400,00	12.118.400,00	1.976.204,57	4.079.426,78	33,66
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.068.400,00	12.068.400,00	1.971.995,41	4.072.538,04	33,75
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	4.209,16	6.888,74	13,78
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>587.169,25</b>	<b>1.140.382,32</b>	<b>43,86</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua (1/3)

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.118.400,00	12.146.850,61	1.944.808,85	3.638.941,12	29,96
13.1- Com Educação Infantil	7.123.400,00	7.123.400,00	1.091.991,93	2.141.716,86	30,07
13.2- Com Ensino Fundamental	4.995.000,00	5.023.450,61	852.816,92	1.497.224,26	29,80
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.118.400,00	12.146.850,61	1.944.808,85	3.638.941,12	29,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			0,00		
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB			28.450,61		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16 + 17)			28.450,61		
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUC. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL <sup>1</sup> ((13-18) / 11) x 100)%			88,50		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS			28.450,61		
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 <sup>2</sup>			28.450,61		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	15.594.500,00	15.594.500,00	3.214.273,38	5.543.880,17	35,55
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.988.840,00	10.100.147,16	1.538.467,46	3.030.665,59	30,01
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.123.400,00	7.123.400,00	1.091.991,93	2.141.716,86	30,07
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.865.440,00	2.976.747,16	446.475,53	888.948,73	29,86
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.062.000,00	10.130.450,61	2.295.211,09	3.491.572,59	34,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.995.000,00	5.023.450,61	852.816,92	1.497.224,26	29,80
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.067.000,00	5.107.000,00	1.442.394,17	1.994.348,33	39,05
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	515.131,84	515.131,84	4.384,08	12.023,79	2,33
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	20.565.971,84	20.745.729,61	3.838.062,63	6.534.261,97	31,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)			1.140.382,32		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)			6.888,74		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB			28.450,61		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS			0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			0,00		
36- CANCEL., NO EXERC., DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)			0,00		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)			1.175.721,67		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23 + 24) - 37)			5.346.516,51		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%			24,11		

Continua (2/3)

**MUNICÍPIO DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.000.000,00	1.182.800,00	49.491,81	51.049,84	4,32
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	890.000,00	980.151,90	175.129,34	253.080,15	25,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.890.000,00	2.162.951,90	224.621,15	304.129,99	14,06
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.455.971,84	22.908.681,51	4.062.683,78	6.838.391,96	29,85
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	119.460,49		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	28.450,61	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.072.538,04	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.418.964,84	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.888,74	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	688.912,55	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 14/05/2013, Hora de emissão 14h e 04m.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

(3/3)

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****MUNICIPIO DE TIMBO**
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)  
CONSOLIDADO

CONSOLIDADO

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Abril(b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO <sup>1</sup> (I)	24.890.000,00	161.556,07		24.728.443,93

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS <sup>2</sup>		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-(e+f))
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	61.736.979,05	2.038.862,89		59.698.116,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras		0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	61.736.979,05	2.038.862,89		59.698.116,16
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(36.846.979,05)	(1.877.306,82)		(34.969.672,23)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 10/05/2013, Hora de emissão 15h e 58m.

Notas:

<sup>1</sup> < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
SECRET. FAZEN. E ADM

GRACIELA INES UBER  
Controle Interno

**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**  
**DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2012 a 2087**

RREO - ANEXO X (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2012	5.195.799,06	3.358.795,10	1.837.003,96	1.837.003,96
2013	5.387.276,40	3.489.522,43	1.897.753,97	3.734.757,93
2014	5.441.149,16	3.545.033,70	1.896.115,46	5.630.873,39
2015	5.495.560,65	3.628.794,48	1.866.766,17	7.497.639,56
2016	5.550.516,26	3.725.621,72	1.824.894,54	9.322.534,10
2017	5.606.021,42	3.903.984,55	1.702.036,87	11.024.570,97
2018	5.662.081,64	4.077.960,40	1.584.121,24	12.608.692,21
2019	5.718.702,45	4.217.517,57	1.501.184,88	14.109.877,09
2020	5.775.889,48	4.448.162,08	1.327.727,40	15.437.604,49
2021	5.833.648,37	4.599.144,11	1.234.504,26	16.672.108,75
2022	5.891.984,86	5.016.607,20	875.377,66	17.547.486,41
2023	5.950.904,70	5.310.882,78	640.021,92	18.187.508,33
2024	6.010.413,75	5.756.442,46	253.971,29	18.441.479,62
2025	6.070.517,89	6.027.409,40	43.108,49	18.484.588,11
2026	6.131.223,07	6.842.799,10	(711.576,03)	17.773.012,08
2027	6.192.535,30	7.309.788,71	(1.117.253,41)	16.655.758,67
2028	6.254.460,65	8.063.340,34	(1.808.879,69)	14.846.878,98
2029	6.317.005,26	8.656.970,74	(2.339.965,48)	12.506.913,50
2030	6.380.175,31	9.262.889,50	(2.882.714,19)	9.624.199,31
2031	6.443.977,06	9.710.296,93	(3.266.319,87)	6.357.879,44
2032	6.508.416,83	10.256.768,95	(3.748.352,12)	2.609.527,32
2033	6.573.501,00	10.935.638,28	(4.362.137,28)	(1.752.609,96)
2034	6.639.236,01	11.284.780,61	(4.645.544,60)	(6.398.154,56)
2035	6.705.628,37	11.768.211,80	(5.062.583,43)	(11.460.737,99)
2036	6.772.684,66	12.333.536,79	(5.560.852,13)	(17.021.590,12)
2037	6.840.411,50	12.979.900,18	(6.139.488,68)	(23.161.078,80)
2038	4.989.944,44	13.245.892,00	(8.255.947,56)	(31.417.026,36)
2039	5.039.843,88	13.510.355,01	(8.470.511,13)	(39.887.537,49)
2040	5.090.242,32	13.654.885,21	(8.564.642,89)	(48.452.180,38)
2041	5.141.144,74	13.867.324,04	(8.726.179,30)	(57.178.359,68)
2042	5.192.556,19	14.011.014,93	(8.818.458,74)	(65.996.818,42)
2043	5.244.481,75	14.001.294,49	(8.756.812,74)	(74.753.631,16)
2044	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2045	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2046	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2047	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2048	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2049	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2050	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2051	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2052	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2053	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2054	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2055	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2056	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2057	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2058	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2059	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2060	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2061	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2062	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)

1 Projeção atuarial elaborada em 23/05/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Valores

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 23/05/2013, Hora de emissão 10h e 51m.



**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**  
**DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2012 a 2087**

RREO - ANEXO X (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2063	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2064	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2065	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2066	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2067	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2068	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2069	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2070	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2071	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2072	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2073	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2074	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2075	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2076	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2077	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2078	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2079	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2080	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2081	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2082	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2083	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2084	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2085	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2086	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)
2087	0,00	0,00	0,00	(74.753.631,16)

1 Projeção atuarial elaborada em 23/05/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS

2 Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 23/05/2013, Hora de emissão 10h e 51m.

WILMAR RAMOS WOJCIK  
 Contador  
 CPF: 133.837.529-68  
 CRC: 14651/0-1

**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	5.600.000,00	5.600.000,00	755.756,24	1.230.800,77	4.039.048,84
RECEITAS CORRENTES	5.600.000,00	5.600.000,00	1.424.681,39	2.158.388,71	4.060.192,51
Receita de Contribuições dos Segurados	1.920.000,00	1.920.000,00	448.240,97	885.489,45	600.764,74
Pessoal Civil	1.920.000,00	1.920.000,00	448.240,97	885.489,45	600.764,74
Ativo	1.900.000,00	1.900.000,00	445.306,63	879.652,77	594.336,08
Inativo	20.000,00	20.000,00	2.934,34	5.836,68	6.428,66
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.450.000,00	3.450.000,00	829.767,05	1.078.369,09	3.411.375,65
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	3.450.000,00	3.450.000,00	829.767,05	1.078.369,09	3.411.375,65
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	230.000,00	230.000,00	146.673,37	194.530,17	48.052,12
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	16.060,02	31.651,35	29.811,95
Demais Receitas Correntes	130.000,00	130.000,00	130.613,35	162.878,82	18.240,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	668.925,15	927.587,94	21.143,67
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,45	1.420.857,38	1.034.381,01
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	9.400.000,00	9.400.000,00	1.508.441,70	2.651.658,15	5.073.429,85

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.500.000,00	6.500.000,00	801.043,02	1.577.221,21	1.336.625,27
ADMINISTRAÇÃO	6.500.000,00	6.500.000,00	12.568,16	21.836,93	12.876,33
Despesas Correntes	6.500.000,00	6.500.000,00	12.568,16	21.836,93	12.876,33
Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	788.474,86	1.555.384,28	1.323.748,94
Pessoal Civil	0,00	0,00	788.474,86	1.555.384,28	1.323.748,94
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	714.164,52	1.410.175,32	1.237.721,77
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	74.310,34	145.208,96	86.027,17
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	6.600.000,00	6.600.000,00	801.043,02	1.577.221,21	1.336.625,27
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.800.000,00	2.800.000,00	707.398,68	1.074.436,94	3.736.804,58

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

**INSTITUTO DE PREV. DOS SERV. PUBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	2.800.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Março/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	10.664,44	13.041,81	16.013,34
INVESTIMENTOS	51.833.114,63	52.954.831,74	51.872.585,50
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas			
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,46	1.420.857,38	1.034.381,01	
Receita de Contribuições	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,46	1.420.857,38	1.034.381,01	
Patronal	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,46	1.420.857,38	1.034.381,01	
Pessoal Civil	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,46	1.420.857,38	1.034.381,01	
Ativo	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,46	1.420.857,38	1.034.381,01	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	3.800.000,00	3.800.000,00	752.685,46	1.420.857,38	1.034.381,01	
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)						

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas			
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012	
ADMINISTRAÇÃO (XII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 23/05/2013, Hora de emissão 10h e 47m.

OSMAIR DE CASTILHO  
PRESIDENTE  
CPF: 351.053.489-15

WILMAR RAMOS WOJCIK  
Contador  
CPF: 133.837.529-68  
CRC: 14651/0-1

(2/2)

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 1/2013**

Decreto Legislativo nº 1/2013

Dispõe sobre a aprovação das Contas do exercício de 2011 da Prefeitura Municipal de Timbó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Exercício de 2011, da Prefeitura Municipal de Timbó, Processo PCP - 12/00144080, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, em 22 de maio de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

**Tunápolis****PREFEITURA****Lei Nº 1.119/2013 de 24 de Maio de 2013.**

Lei nº 1.119/2013 de 24 de maio de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber, por doação, área de terras destinadas à incorporação da Rua São Lourenço e Passeio Público, e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação a área de terra de 27,50 m<sup>2</sup> (vinte e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), pertencente ao imóvel urbano denominado Chácara n.º 07-A (sete "A"), localizada na Rua São Lourenço, de propriedade do Sr. Airton Sehn, objeto da matrícula nº 10.217 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga

§ 1º A área objeto da doação de que trata este artigo será destinada a incorporação da Rua São Lourenço e ao Passeio Público, na totalidade da testada do referido imóvel.

§ 2º As confrontações e delimitações da área doada estão estabelecidas no Memorial Descritivo e no mapa de localização em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,

Em, 24 de maio de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

**Lei Nº 1.120/2013 de 24 de Maio de 2013.**

Lei nº 1.120/2013 de 24 de maio de 2013.

Cria o programa de incentivos para a Habitação, Pró-Casa, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivos para a Habitação, Pró-Casa, através da concessão de subsídios de juros em Instituições Financeiras e Cooperativas de Crédito, visando diminuir o déficit habitacional do Município e melhorar a qualidade dos Imóveis habitacionais no Município.

Art. 2º A Administração Municipal firmará convênio com as Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, selecionadas através de concorrência pública, subsidiando os juros dos financiamentos, tomados pelos Mutuários para investimentos em habitação, até o percentual mensal de 1,1% (um vírgula um por cento), até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por Mutuário.

Art. 3º Para usufruir dos benefícios previstos no caput deste artigo, os Mutuários deverão protocolar seu pedido, apresentando projetos de engenharia e/ou orçamentos dos investimentos, além de atender os seguintes critérios:

- Estar residindo pelo menos 03 (três) anos no Município de Tunápolis;

- Estar adimplente com o setor tributário municipal;

- Comprovar a titularidade do Imóvel com escritura pública ou contrato de compra e venda devidamente registrado;

- Comprovar que a contratação de mão de obra seja de Profissionais e Empresas legalizadas no Município e preferencialmente que os materiais de construção sejam em comércios estabelecidos no Município.

Art. 4º O Município constituirá uma comissão para análise das solicitações encaminhadas pelos mutuários, sendo que esta comissão será composta de no mínimo cinco elementos, sendo dentre eles um representante do setor da Assistência Social, um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, um representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e dois representantes da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento. Os Mutuários aprovados pela comissão receberão uma Certidão de Aptidão da Municipalidade, que será encaminhada junto a Instituição Financeira ou Cooperativa de Crédito conveniada, para que a mesma também faça a análise do financiamento requerido.

Art. 5º O prazo dos empréstimos realizados pelos mutuários junto às Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito deverá ser de 36 (trinta e seis) meses, sendo somente permitida a concessão do benefício ao Mutuário uma única vez, e preferencialmente aos que não foram contemplados por outros programas sociais desenvolvidos pelo Município ou por outras esferas de governo e poder.

Art. 6º O Município somente subsidiará os juros com taxas pré fixadas, aos mutuários aprovados pelo mesmo e pelas Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito.

Art. 7º Será de total responsabilidade dos Mutuários beneficiados o capital financiado, bem como possíveis juros e multas decorrentes de atrasos de pagamentos das parcelas mensais.

Art. 8º O Município regulamentará o número de beneficiados na área urbana e rural do Município de acordo com as disponibilidades financeiras de cada exercício.

Art. 9º As despesas previstas para a execução do referido programa, correrão por conta dos orçamentos anuais previstas nas Leis Orçamentárias anuais.

Art.10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 24 de maio de 2013.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

## Vargem Bonita

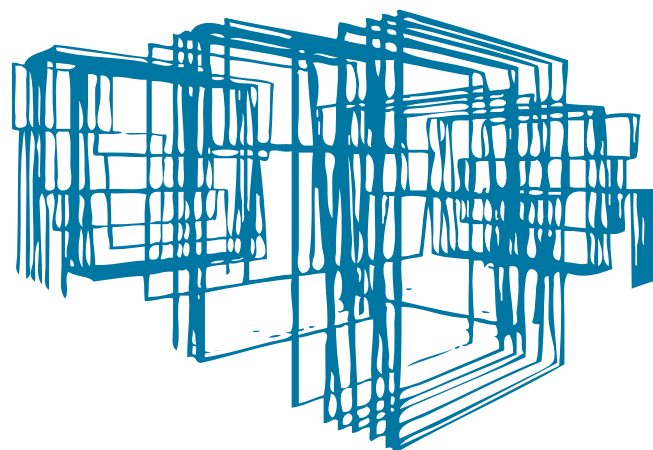
### PREFEITURA

#### **Processo 021/2013 Pregão 011/2013 Aquisição de Cestas Básicas Destinadas Às Pessoas Carentes do Município.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2013  
PREGÃO Nº 011/2013

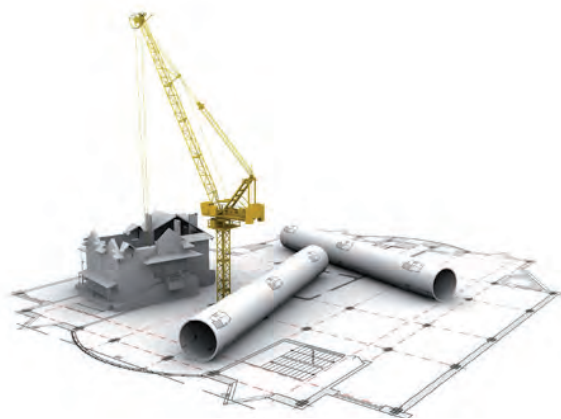
O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, neste Ato representado pela sua Prefeita Municipal MELANIA ROMAN MENEZHINI torna Público, que será realizada LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como OBJETO A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.. Data limite para entrega dos Envelopes de Proposta e Habilitação será às 09:00 horas do dia 06/06/2013, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, à Rua Coronel Vitório Nº. 966. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações ou através do endereço eletrônico: [compras@vargem-bonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargem-bonita.sc.gov.br), ou telefone: 49-35483000.

Vargem Bonita 22 de maio de 2013.  
MELANIA A. ROMAN MENEZHINI  
PREFEITA MUNICIPAL



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>2.653.429,83</b>	<b>16,34</b>	<b>5.634.387,16</b>	<b>34,69</b>	<b>10.605.612,84</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>2.641.930,61</b>	<b>16,27</b>	<b>5.450.862,94</b>	<b>33,56</b>	<b>10.789.137,06</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	971.200,00	971.200,00	151.206,02	15,57	278.366,59	28,66	692.833,41
IMPOSTOS	928.800,00	928.800,00	137.757,87	14,83	245.420,50	26,42	683.379,50
TAXAS	42.400,00	42.400,00	13.448,15	31,72	32.946,09	77,70	9.453,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	19.020,87	17,29	38.456,35	34,96	71.543,65
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	110.000,00	110.000,00	19.020,87	17,29	38.456,35	34,96	71.543,65
RECEITA PATRIMONIAL	87.320,00	87.320,00	36.267,52	41,53	56.382,69	64,57	30.937,31
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.000,00	60.000,00	32.815,20	54,69	50.654,60	84,42	9.345,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	27.320,00	27.320,00	3.452,32	12,64	5.728,09	20,97	21.591,91
RECEITA DE SERVIÇOS	60.360,00	60.360,00	7.013,71	11,62	11.995,09	19,87	48.364,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.962.270,00	14.962.270,00	2.424.820,08	16,21	5.060.198,69	33,82	9.902.071,31
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.816.270,00	14.816.270,00	2.396.114,96	16,17	5.031.493,57	33,96	9.784.776,43
Transf. de Pessoas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transf. de Conv.	144.000,00	144.000,00	28.705,12	19,93	28.705,12	19,93	115.294,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.850,00	48.850,00	3.602,41	7,37	5.463,53	11,18	43.386,47
Multas e Juros de Mora	21.000,00	21.000,00	757,18	3,61	1.141,89	5,44	19.858,11
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.000,00	9.000,00	217,42	2,42	516,41	5,74	8.483,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	2.627,81	21,90	3.805,23	31,71	8.194,77
RECEITAS DIVERSAS	6.850,00	6.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.850,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.499,22</b>	<b>0,00</b>	<b>183.524,22</b>	<b>0,00</b>	<b>-183.524,22</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	11.499,22	0,00	183.524,22	0,00	-183.524,22
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	11.499,22	0,00	183.524,22	0,00	-183.524,22
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>2.653.429,83</b>	<b>16,34</b>	<b>5.634.387,16</b>	<b>34,69</b>	<b>10.605.612,84</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>2.653.429,83</b>	<b>16,34</b>	<b>5.634.387,16</b>	<b>34,69</b>	<b>10.605.612,84</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.240.000,00	16.240.000,00	2.653.429,83	16,34	5.634.387,16	34,69	10.605.612,84
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	15.304,00	—	—	15.304,00	—	—
Superávit Financeiro	—	15.304,00	—	—	15.304,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>359.354,00</b>	<b>16.599.354,00</b>	<b>2.496.306,82</b>	<b>5.732.648,78</b>	<b>2.442.226,08</b>	<b>4.379.104,45</b>	<b>26,38</b>	<b>12.220.249,55</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.435.240,00</b>	<b>-4.696,00</b>	<b>15.430.544,00</b>	<b>2.477.874,31</b>	<b>5.311.965,57</b>	<b>2.419.427,31</b>	<b>4.343.119,42</b>	<b>28,15</b>	<b>11.087.424,58</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.905.199,00	-50.000,00	8.855.199,00	1.292.375,01	2.634.714,86	1.292.375,01	2.634.714,86	29,75	6.220.484,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.000,00	0,00	4.000,00	102,18	217,99	158,39	217,99	5,45	3.782,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.526.041,00	45.304,00	6.571.345,00	1.185.397,12	2.677.032,72	1.126.893,91	1.708.186,57	25,99	4.863.158,43
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>789.760,00</b>	<b>364.050,00</b>	<b>1.153.810,00</b>	<b>18.432,51</b>	<b>420.683,21</b>	<b>22.798,77</b>	<b>35.985,03</b>	<b>3,12</b>	<b>1.117.824,97</b>
INVESTIMENTOS	697.260,00	364.050,00	1.061.310,00	9.700,00	403.218,18	9.700,00	18.520,00	1,75	1.042.790,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	92.500,00	0,00	92.500,00	8.732,51	17.465,03	13.098,77	17.465,03	18,88	75.034,97
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>359.354,00</b>	<b>16.599.354,00</b>	<b>2.496.306,82</b>	<b>5.732.648,78</b>	<b>2.442.226,08</b>	<b>4.379.104,45</b>	<b>26,38</b>	<b>12.220.249,55</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>359.354,00</b>	<b>16.599.354,00</b>	<b>2.496.306,82</b>	<b>5.732.648,78</b>	<b>2.442.226,08</b>	<b>4.379.104,45</b>	<b>26,38</b>	<b>12.220.249,55</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.255.282,71	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>16.240.000,00</b>	<b>359.354,00</b>	<b>16.599.354,00</b>	<b>2.496.306,82</b>	<b>5.732.648,78</b>	<b>2.442.226,08</b>	<b>5.634.387,16</b>	<b>26,38</b>	<b>12.220.249,55</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	16.240.000,00	16.599.354,00	2.496.306,82	5.732.648,78	2.442.226,08	4.379.104,45	100,00	26,38	12.220.249,55
Legislativa	720.000,00	720.000,00	126.621,46	179.124,70	126.621,46	179.124,70	4,09	24,88	540.875,30
Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	126.621,46	179.124,70	126.621,46	179.124,70	4,09	24,88	540.875,30
Administração	2.206.211,00	2.206.211,00	345.612,84	858.585,93	322.864,76	604.294,58	13,80	27,39	1.601.916,42
Administração Geral	2.156.211,00	2.156.211,00	334.819,28	836.998,81	312.071,20	582.707,46	13,31	27,02	1.573.503,54
Controle Interno	50.000,00	50.000,00	10.793,56	21.587,12	10.793,56	21.587,12	0,49	43,17	28.412,88
Segurança Pública	42.600,00	42.600,00	1.768,88	25.457,08	4.768,88	11.957,08	0,27	28,07	30.642,92
Policimento	42.600,00	42.600,00	1.768,88	25.457,08	4.768,88	11.957,08	0,27	28,07	30.642,92
Assistência Social	520.870,00	520.870,00	59.715,28	122.936,74	55.897,37	102.603,11	2,34	19,70	418.266,89
Assistência ao Idoso	35.000,00	35.000,00	7.542,10	8.362,10	7.542,10	8.362,10	0,19	23,89	26.637,90
Assistência ao Portador de Deficiência	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	38.370,00	38.370,00	2.041,80	2.041,80	2.041,80	2.041,80	0,05	5,32	36.328,20
Assistência Comunitária	447.000,00	447.000,00	50.131,38	112.532,84	46.313,47	92.199,21	2,11	20,63	354.800,79
Saúde	3.752.839,00	3.763.480,77	637.930,26	1.314.056,02	625.429,25	1.192.340,13	27,23	31,68	2.571.140,64
Atenção Básica	3.617.199,00	3.627.840,77	606.579,79	1.279.415,15	594.078,78	1.157.699,26	26,44	31,91	2.470.141,51
Vigilância Sanitária	8.520,00	8.520,00	1.850,00	1.902,00	1.850,00	1.902,00	0,04	22,32	6.618,00
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	4.469,30	4.469,30	4.469,30	4.469,30	0,10	37,24	7.530,70
Alimentação e Nutrição	115.120,00	115.120,00	25.031,17	28.269,57	25.031,17	28.269,57	0,65	24,56	86.850,43
Educação	3.916.560,00	3.921.222,23	633.235,27	1.182.002,59	606.496,72	1.007.234,87	23,00	25,69	2.913.987,36
Ensino Fundamental	2.718.560,00	2.723.222,23	471.343,95	868.467,41	440.562,19	707.949,94	16,17	26,00	2.015.272,29
Ensino Médio	160.000,00	160.000,00	14.301,70	17.362,45	14.301,70	17.362,45	0,40	10,85	142.637,55
Ensino Superior	145.000,00	145.000,00	17.261,70	17.261,70	17.261,70	17.261,70	0,39	11,90	127.738,30
Educação Infantil	850.000,00	850.000,00	113.227,92	261.811,03	117.271,13	247.560,78	5,65	29,12	602.439,22
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	17.100,00	17.100,00	17.100,00	17.100,00	0,39	42,75	22.900,00
Cultura	202.000,00	202.000,00	20.179,11	130.441,56	15.629,11	119.391,56	2,73	59,10	82.608,44
Difusão Cultural	202.000,00	202.000,00	20.179,11	130.441,56	15.629,11	119.391,56	2,73	59,10	82.608,44
Urbanismo	665.800,00	1.009.850,00	22.029,42	816.255,57	65.740,92	138.374,96	3,16	13,70	871.475,04
Infra-Estrutura Urbana	114.000,00	458.050,00	0,00	384.698,18	0,00	0,00	0,00	0,00	458.050,00
Serviços Urbanos	551.800,00	551.800,00	22.029,42	431.557,39	65.740,92	138.374,96	3,16	25,08	413.425,04

Continua 1/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	16.240.000,00	16.599.354,00	2.496.306,82	5.732.648,78	2.442.226,08	4.379.104,45	100,00	26,38	12.220.249,55
Habitação	49.000,00	49.000,00	2.765,74	3.965,74	2.948,15	3.106,62	0,07	6,34	45.893,38
Habitação Rural	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Habitação Urbana	37.000,00	37.000,00	2.765,74	3.965,74	2.948,15	3.106,62	0,07	8,40	33.893,38
Saneamento	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Saneamento Básico Rural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Saneamento Básico Urbano	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Agricultura	1.084.000,00	1.084.000,00	231.175,98	351.693,43	210.730,32	322.793,35	7,37	29,78	761.206,65
Extensão Rural	1.084.000,00	1.084.000,00	231.175,98	351.693,43	210.730,32	322.793,35	7,37	29,78	761.206,65
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Promoção Industrial	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Comércio e Serviços	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Promoção Comercial	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Turismo	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Comunicações	23.000,00	23.000,00	8.630,00	8.630,00	2.330,00	2.330,00	0,05	10,13	20.670,00
Telecomunicações	23.000,00	23.000,00	8.630,00	8.630,00	2.330,00	2.330,00	0,05	10,13	20.670,00
Energia	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Energia Elétrica	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transporte	2.173.120,00	2.173.120,00	295.244,75	510.970,90	282.816,23	483.447,38	11,04	22,25	1.689.672,62
Transporte Rodoviário	2.173.120,00	2.173.120,00	295.244,75	510.970,90	282.816,23	483.447,38	11,04	22,25	1.689.672,62
Desporto e Lazer	373.000,00	373.000,00	49.012,09	99.204,55	53.144,70	82.782,14	1,89	22,19	290.217,86
Desporto Comunitário	373.000,00	373.000,00	49.012,09	99.204,55	53.144,70	82.782,14	1,89	22,19	290.217,86
Encargos Especiais	466.500,00	466.500,00	62.385,74	129.323,97	66.808,21	129.323,97	2,95	27,72	337.176,03
Serviço da Dívida Interna	96.500,00	96.500,00	8.834,69	17.683,02	13.257,16	17.683,02	0,40	18,32	78.816,98
Outros Encargos Especiais	370.000,00	370.000,00	53.551,05	111.640,95	53.551,05	111.640,95	2,55	30,17	258.359,05

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	16.240.000,00	16.599.354,00	2.496.306,82	5.732.648,78	2.442.226,08	4.379.104,45	100,00	26,38	12.220.249,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	16.240.000,00	16.599.354,00	2.496.306,82	5.732.648,78	2.442.226,08	4.379.104,45	100,00	26,38	12.220.249,55

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI	SUÉLEN FAVRETTO	DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal	Sec. de Administração e Finanças	CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.542.849,72</b>	<b>1.554.567,77</b>	<b>1.404.954,58</b>	<b>1.375.987,68</b>	<b>1.503.854,96</b>	<b>1.469.773,78</b>	<b>1.709.680,78</b>	<b>1.929.049,34</b>	<b>1.637.438,28</b>	<b>1.731.857,40</b>	<b>1.441.793,04</b>	<b>1.694.523,67</b>	<b>18.996.331,00</b>	<b>19.349.600,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	77.224,31	70.066,94	72.250,29	60.870,64	56.749,27	78.366,30	80.250,69	102.766,24	57.880,26	69.280,31	75.169,89	76.036,13	876.911,27	971.200,00
I.P.T.U.	10.552,06	2.803,36	2.800,97	170,91	323,32	552,05	646,69	1.298,87	0,00	0,00	322,97	16.362,96	35.834,16	32.400,00
I.R.R.F	18.964,02	18.945,12	18.137,04	19.360,87	18.859,02	20.125,15	22.342,29	40.854,59	23.656,89	20.006,50	19.694,45	18.912,18	259.858,12	272.400,00
I.S.S.	44.200,76	46.818,57	48.650,60	37.990,60	36.550,83	52.994,83	56.339,07	58.042,29	32.079,87	31.499,37	42.703,87	37.601,44	525.472,10	600.000,00
I.T.B.I.	740,00	815,36	2.249,20	2.185,88	640,00	2.941,72	241,20	1.681,74	300,00	120,00	0,00	2.160,00	14.075,10	24.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.767,47	684,53	412,48	1.162,38	376,10	1.752,55	681,44	888,75	1.843,50	17.654,44	12.448,60	999,55	41.671,79	42.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.892,39	9.137,27	9.363,20	9.187,14	9.420,09	0,00	18.699,62	9.559,27	9.837,23	9.598,25	9.220,33	9.800,54	112.715,33	110.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.736,08	4.512,80	49.646,93	5.309,37	51.702,58	3.916,60	3.932,59	11.383,11	4.178,41	15.936,76	4.796,41	31.471,11	191.522,75	87.320,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.280,29	5.947,15	3.826,29	1.631,88	825,89	4.797,52	3.669,15	2.543,88	3.862,70	1.118,68	1.093,79	5.919,92	36.517,14	60.360,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.447.126,99	1.462.657,70	1.268.503,00	1.298.390,98	1.383.503,13	1.382.214,44	1.601.997,50	1.800.759,49	1.560.569,83	1.635.179,27	1.350.685,57	1.568.597,66	17.760.185,56	18.071.870,00
Cota-Parte do F.P.M.	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	5.198.629,13	5.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	702.718,71	741.752,19	710.273,11	710.972,15	825.115,06	777.375,83	836.614,89	845.706,56	874.853,83	786.500,75	742.514,55	895.308,17	9.449.705,80	9.400.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	41.783,25	20.709,86	27.290,44	34.481,56	29.366,91	34.377,22	20.701,44	11.302,67	12.269,92	29.251,44	29.640,91	30.799,14	321.974,76	320.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	32,87	35,08	40,37	401,94	10.543,47	6.862,66	263,45	32,20	21,75	342,82	43,10	18.619,71	30.000,00
Outras Transferências Correntes	93.854,71	166.557,41	112.897,01	97.614,73	110.114,63	121.518,08	182.205,42	116.540,77	87.269,41	81.306,20	116.069,20	123.009,84	1.408.957,41	1.263.870,00
Transferências da LC 61/1989	12.105,77	11.978,69	11.170,58	12.347,01	12.486,60	12.068,44	12.217,87	14.029,13	14.870,14	11.417,74	10.499,39	9.627,34	144.818,70	150.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.916,90	3.916,90	3.916,90	3.916,90	0,00	7.833,80	3.916,90	3.916,90	0,00	0,00	0,00	16.290,60	47.625,80	48.000,00
Transferências do FUNDEB	93.647,94	91.803,57	84.867,36	88.053,97	98.929,40	92.509,21	98.851,46	92.709,72	112.068,59	108.869,17	95.804,74	111.739,12	1.169.854,25	1.260.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.589,66	2.245,91	1.364,87	597,67	1.654,00	478,92	1.131,23	2.037,35	1.109,85	744,13	827,05	2.698,31	18.478,95	48.850,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>251.477,68</b>	<b>240.459,86</b>	<b>213.775,22</b>	<b>222.132,69</b>	<b>234.493,23</b>	<b>233.234,94</b>	<b>263.780,69</b>	<b>274.184,59</b>	<b>271.750,50</b>	<b>288.619,99</b>	<b>227.693,60</b>	<b>266.769,55</b>	<b>2.988.372,54</b>	<b>3.109.600,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	251.477,68	240.459,86	213.775,22	222.132,69	234.493,23	233.234,94	263.780,69	274.184,59	271.750,50	288.619,99	227.693,60	266.769,55	2.988.372,54	3.109.600,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>1.291.372,04</b>	<b>1.314.107,91</b>	<b>1.191.179,36</b>	<b>1.153.854,99</b>	<b>1.269.361,73</b>	<b>1.236.538,84</b>	<b>1.445.900,09</b>	<b>1.654.864,75</b>	<b>1.365.687,78</b>	<b>1.443.237,41</b>	<b>1.214.099,44</b>	<b>1.427.754,12</b>	<b>16.007.958,46</b>	<b>16.240.000,00</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-

Continua 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	100.481,47	96.115,21	83.016,44
DEDUÇÕES (II)	24.221,03	1.162.893,89	1.373.288,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	163.209,40	1.397.055,89	1.705.335,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	138.988,37	234.162,00	332.046,36
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	76.260,44	-1.066.778,68	-1.290.272,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>76.260,44</b>	<b>-1.066.778,68</b>	<b>-1.290.272,24</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-223.493,56</b>	<b>-1.366.532,68</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>40.000,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 28 Feb 2013 (B)	Em 30 Abr 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>16.212.680,00</b>	<b>2.638.478,29</b>	<b>5.445.134,85</b>	<b>5.044.000,91</b>
Receita Tributária	971.200,00	151.206,02	278.366,59	319.826,37
I.P.T.U.	32.400,00	16.685,93	16.685,93	16.316,88
I.S.S.	600.000,00	80.305,31	143.884,55	173.287,01
I.T.B.I.	24.000,00	2.160,00	2.580,00	11.031,67
I.R.R.F.	272.400,00	38.606,63	82.270,02	83.820,97
Outras Receitas Tributárias	42.400,00	13.448,15	32.946,09	35.369,84
Receita de Contribuição	110.000,00	19.020,87	38.456,35	35.822,28
Outras Contribuições	110.000,00	19.020,87	38.456,35	35.822,28
Receita Patrimonial Líquida	60.000,00	32.815,20	50.654,60	23.365,00
Receita Patrimonial	87.320,00	36.267,52	56.382,69	30.089,48
(-) Aplicações Financeiras	27.320,00	3.452,32	5.728,09	6.724,48
Transferências Correntes	14.962.270,00	2.424.820,08	5.060.198,69	4.634.267,70
F.P.M.	4.480.000,00	590.075,49	1.451.689,92	1.402.123,39
I.C.M.S.	7.520.000,00	1.310.258,33	2.639.342,17	2.407.261,60
Convênios	144.000,00	28.705,12	28.705,12	30.710,46
Outras Transferências Correntes	2.818.270,00	495.781,14	940.461,48	794.172,25
Demais Receitas Correntes	109.210,00	10.616,12	17.458,62	30.719,56
Dívida Ativa	12.000,00	2.627,81	3.805,23	5.153,11
Diversas Receitas Correntes	97.210,00	7.988,31	13.653,39	25.566,45
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>11.499,22</b>	<b>183.524,22</b>	<b>752.541,48</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	11.499,22	183.524,22	752.541,48
Convênios	0,00	11.499,22	183.524,22	752.541,48
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>11.499,22</b>	<b>183.524,22</b>	<b>752.541,48</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>16.212.680,00</b>	<b>2.649.977,51</b>	<b>5.628.659,07</b>	<b>5.796.542,39</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>15.430.544,00</b>	<b>2.419.427,31</b>	<b>4.343.119,42</b>	<b>4.592.689,18</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.855.199,00	1.292.375,01	2.634.714,86	2.578.179,82
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.000,00	158,39	217,99	968,96
Outras Despesas Correntes	6.571.345,00	1.126.893,91	1.708.186,57	2.013.540,40
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>15.426.544,00</b>	<b>2.419.268,92</b>	<b>4.342.901,43</b>	<b>4.591.720,22</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.153.810,00</b>	<b>22.798,77</b>	<b>35.985,03</b>	<b>694.166,34</b>
Investimentos	1.061.310,00	9.700,00	18.520,00	673.865,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	92.500,00	13.098,77	17.465,03	20.301,02
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.061.310,00</b>	<b>9.700,00</b>	<b>18.520,00</b>	<b>673.865,32</b>

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>15.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>16.502.854,00</b>	<b>2.428.968,92</b>	<b>4.361.421,43</b>	<b>5.265.585,54</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-290.174,00</b>	<b>221.008,59</b>	<b>1.267.237,64</b>	<b>530.956,85</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	15.304,00	15.304,00
Superávit Financeiro	-	-	15.304,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	15.304,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>526.612,18</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
MELANIA AP. ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

## Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de VARGEM BONITA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	4.271,87	134.716,50	138.988,37	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.271,87	134.716,50	138.988,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4.271,87	93.704,38	97.976,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	0,00	41.012,12	41.012,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>4.271,87</b>	<b>134.716,50</b>	<b>138.988,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI	SUÉLEN FAVRETTO	DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal	Sec. de Administração e Finanças	CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	936.660,00	936.660,00	139.517,31	248.178,42	26,50
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	38.040,00	38.040,00	18.359,08	19.296,19	50,73
1.1.1- IPTU	32.400,00	32.400,00	16.685,93	16.685,93	51,50
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.600,00	3.600,00	1.236,68	1.914,63	53,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.800,00	1.800,00	436,47	695,63	38,65
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	24.000,00	24.000,00	2.160,00	2.580,00	10,75
1.2.1- ITBI	24.000,00	24.000,00	2.160,00	2.580,00	10,75
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.220,00	602.220,00	80.391,60	144.032,21	23,92
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	80.305,31	143.884,55	23,98
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	120,00	120,00	11,34	72,71	60,59
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	900,00	900,00	65,60	65,60	7,29
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	9,35	9,35	0,78
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	272.400,00	272.400,00	38.606,63	82.270,02	30,20
1.4.1- IRRF	272.400,00	272.400,00	38.606,63	82.270,02	30,20
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	15.548.000,00	15.548.000,00	2.472.660,33	5.278.896,06	33,95
2.1- Cota-Parte FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	737.594,31	1.814.612,27	32,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.600.000,00	5.600.000,00	737.594,31	1.814.612,27	32,40
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.400.000,00	9.400.000,00	1.637.822,72	3.299.177,30	35,10
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	48.000,00	48.000,00	16.290,60	16.290,60	33,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	20.126,73	46.414,61	30,94
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	385,92	439,87	1,47
2.6- Cota-Parte IPVA	320.000,00	320.000,00	60.440,05	101.961,41	31,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>16.484.660,00</b>	<b>16.484.660,00</b>	<b>2.612.177,64</b>	<b>5.527.074,48</b>	<b>33,53</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	231.560,00	231.560,00	39.559,01	70.217,13	30,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	231.320,00	231.320,00	39.559,01	70.217,13	30,35
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	144.000,00	144.000,00	28.705,12	28.705,12	19,93
6.1- Transferências de Convênios	144.000,00	144.000,00	28.705,12	28.705,12	19,93
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>375.560,00</b>	<b>375.560,00</b>	<b>68.264,13</b>	<b>98.922,25</b>	<b>26,34</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.109.600,00	3.109.600,00	494.463,15	1.054.833,64	33,92
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	147.518,82	362.922,35	32,40
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.880.000,00	1.880.000,00	327.564,39	659.835,13	35,10
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.600,00	9.600,00	3.258,12	3.258,12	33,94
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	4.025,33	8.406,64	28,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	8,61	19,40	0,32
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	64.000,00	64.000,00	12.087,88	20.392,00	31,86
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.260.000,00	1.260.000,00	207.543,86	428.481,62	34,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.260.000,00	1.260.000,00	207.543,86	428.481,62	34,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.849.600,00</b>	<b>-1.849.600,00</b>	<b>-286.919,29</b>	<b>-626.352,02</b>	<b>33,86</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	757.200,00	860.200,00	134.760,91	296.765,95	34,50
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	757.200,00	860.200,00	134.760,91	296.765,95	34,50
14- OUTRAS DESPESAS	504.800,00	406.462,23	72.097,85	76.853,01	18,91
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	504.800,00	406.462,23	72.097,85	76.853,01	18,91
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.262.000,00	1.266.662,23	206.858,76	373.618,96	29,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					4.662,23
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					4.662,23
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					69,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	4.121.165,00	4.121.165,00	653.044,41	1.381.768,62	33,53
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	720.000,00	845.000,00	117.271,13	247.560,78	29,30
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	720.000,00	845.000,00	117.271,13	247.560,78	29,30
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.553.565,00	2.281.662,23	379.660,30	647.048,05	28,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.262.000,00	1.266.662,23	206.858,76	373.618,96	29,50
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	291.565,00	1.015.000,00	172.801,54	273.429,09	26,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.273.565,00	3.126.662,23	496.931,43	894.608,83	28,61
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-626.352,02
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-626.352,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.520.960,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					27,52

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.120,00	120.120,00	42.358,39	42.358,39	35,26
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.174.875,00	326.440,00	18.543,50	18.543,50	5,68
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.294.995,00	446.560,00	60.901,89	60.901,89	13,64
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.568.560,00	3.573.222,23	557.833,32	955.510,72	26,74
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		





MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	428.481,62	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	428.481,62	0,00

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.662,23, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.153.810,00	35.985,03	0,00	1.117.824,97
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.153.810,00</b>	<b>35.985,03</b>	<b>0,00</b>	<b>1.117.824,97</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.153.810,00</b>	<b>-35.985,03</b>		<b>-1.117.824,97</b>

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI  
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO  
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI  
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2012 a 2086**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/12/2012 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
 MELANIA AP. ROMAN MENECHINI  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 SUÉLEN FAVRETTO  
 Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
 DORNELES ANTONIO PELICOLI  
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	120,00	120,00	38,57	32,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	120,00	120,00	38,57	32,14
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>120,00</b>	<b>120,00</b>	<b>38,57</b>	<b>32,14</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.088.719,00	3.088.719,00	1.082.710,37	35,05
Provenientes da União	616.020,00	616.020,00	253.649,18	41,18
Provenientes de Outros Municípios	2.472.699,00	2.472.699,00	829.061,19	33,53
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	16.190.761,00	16.190.761,00	5.585.679,38	34,50
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>19.279.480,00</b>	<b>19.279.480,00</b>	<b>6.668.389,75</b>	<b>34,59</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.572.459,00	3.583.100,77	1.289.215,73	35,98	1.167.499,84	32,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.554.999,00	2.554.999,00	865.727,39	33,88	865.727,39	33,88
Outras Despesas Correntes	1.017.460,00	1.028.101,77	423.488,34	41,19	301.772,45	29,35
DESPESAS DE CAPITAL	70.260,00	70.260,00	1.100,00	1,57	1.100,00	1,57
Investimentos	70.260,00	70.260,00	1.100,00	1,57	1.100,00	1,57

Continua 1/4



Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	70.260,00	70.260,00	1.100,00	1,57	1.100,00	1,57
Investimentos	70.260,00	70.260,00	1.100,00	1,57	1.100,00	1,57
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.642.719,00</b>	<b>3.653.360,77</b>	<b>1.290.315,73</b>	<b>35,32</b>	<b>1.168.599,84</b>	<b>31,99</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	665.500,00	676.141,77	180.180,39	13,96	180.180,39	15,42
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	629.380,00	629.380,00	169.538,62	13,14	169.538,62	14,51
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	36.120,00	46.761,77	10.641,77	0,82	10.641,77	0,91
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>665.500,00</b>	<b>676.141,77</b>	<b>180.180,39</b>	<b>13,96</b>	<b>180.180,39</b>	<b>15,42</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.977.219,00</b>	<b>2.977.219,00</b>	<b>1.110.135,34</b>	<b>21,35</b>	<b>988.419,45</b>	<b>16,57</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						<b>5.329,23</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]</b>						<b>1.107.009,91</b>

Continua 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.617.199,00	3.627.840,77	1.279.415,15	99,16	1.157.699,26	99,07
Vigilância Sanitária	8.520,00	8.520,00	1.902,00	0,15	1.902,00	0,16
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	4.469,30	0,35	4.469,30	0,38
Alimentação e Nutrição	5.000,00	5.000,00	4.529,28	0,35	4.529,28	0,39
<b>TOTAL</b>	<b>3.642.719,00</b>	<b>3.653.360,77</b>	<b>1.290.315,73</b>	<b>100,00</b>	<b>1.168.599,84</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
MELANIA AP. ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
SUÉLEN FAVRETTO  
Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
DORNELES ANTONIO PELICOLI  
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Município de VARGEM BONITA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	120,00	120,00	38,57	32,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	120,00	120,00	38,57	32,14
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>120,00</b>	<b>120,00</b>	<b>38,57</b>	<b>32,14</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.088.719,00	3.088.719,00	1.082.710,37	35,05
Provenientes da União	616.020,00	616.020,00	253.649,18	41,18
Provenientes de Outros Municípios	2.472.699,00	2.472.699,00	829.061,19	33,53
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	16.190.761,00	16.190.761,00	5.585.679,38	34,50
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>19.279.480,00</b>	<b>19.279.480,00</b>	<b>6.668.389,75</b>	<b>34,59</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.572.459,00	3.583.100,77	1.289.215,73	35,98	1.167.499,84	32,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.554.999,00	2.554.999,00	865.727,39	33,88	865.727,39	33,88
Outras Despesas Correntes	1.017.460,00	1.028.101,77	423.488,34	41,19	301.772,45	29,35
DESPESAS DE CAPITAL	70.260,00	70.260,00	1.100,00	1,57	1.100,00	1,57
Investimentos	70.260,00	70.260,00	1.100,00	1,57	1.100,00	1,57

Continua 1/4

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
 MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 SUÉLEN FAVRETTO  
 Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
 DORNELES ANTONIO PELICOLI  
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

**Anexos Ref. ao 2º Bimestre 2013 - Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de VARGEM BONITA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	16.240.000,00	
Previsão Atualizada		—	16.240.000,00	
Receitas Realizadas		2.653.429,83	5.634.387,16	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	15.304,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	16.240.000,00	
Créditos Adicionais		—	359.354,00	
Dotação Atualizada		—	16.599.354,00	
Despesas Empenhadas		2.496.306,82	5.732.648,78	
Despesas Liquidadas		2.442.226,08	4.379.104,45	
Superavit Orçamentário		—	1.255.282,71	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.496.306,82	5.732.648,78	
Despesas Liquidadas		2.442.226,08	4.379.104,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			16.007.958,46	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		40.000,00	-1.366.532,68	-3.416,33
Resultado Primário		526.612,18	1.267.237,64	240,64
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	138.988,37	0,00	138.988,37	0,00
EXECUTIVO	138.988,37	0,00	138.988,37	0,00
TOTAL:	138.988,37	0,00	138.988,37	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.520.960,85	25%	27,52
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		292.103,72	60%	68,17
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		35.985,03	1.117.824,97	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.110.135,34	15,00	5.329,23
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

VARGEM BONITA, 22/05/2013

\_\_\_\_\_  
 MELANIA AP. ROMAN MENEHINI  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 SUÉLEN FAVRETTO  
 Sec. de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
 DORNELES ANTONIO PELICOLI  
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

# Videira

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.920/13

LEI Nº 2.920/13, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, crédito adicional no valor de R\$ 46.260,00 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.073 - Assistência Comunitária

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0189.0 Aplicações Diretas 46.260,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 46.260,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.073 - Assistência Comunitária

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0189.0 Aplicações Diretas 46.260,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 46.260,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de maio de 2013

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

### Decreto Nº 10.427/13

DECRETO Nº 10.427/13, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Homologa as inscrições definitivas referente ao Concurso Público Edital nº 005/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, torna público o que segue:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital 05/2012 republicado de acordo com o Edital de Reabertura das Inscrições, ficam HOMOLOGADAS definitivamente as inscrições dos candidatos abaixo relacionados por cargo e em ordem alfabética:

Cargo: 1098 - Atendente de Consultório Dentário

Inscrição	Candidato	Data de Nascimento
0069	Adriana Ferlin	08/12/1993
0004	Alessandra Martim Batista	17/04/1993
0029	Ana Paula Xavier De Oliveira	07/10/1992
0028	Andréia Da Luz Freitas	23/05/1988
0138	Caroline Viecelli	14/06/1989
0214	Eletéia Zanella	23/03/1978
0045	Fabiana Verza Da Rosa	10/03/1992
0210	Jéssica Moreira	07/05/1994
0053	Joelma Zanon	30/05/1992
0169	Juliane Maria Baldo De Deus	07/10/1987
0212	Juliane Naffin	26/05/1987
0075	Juliane Zanotto	15/05/1992
0088	Katiane Nesi	14/08/1987
0185	Lucia Deontreis	26/08/1980
0019	Marisa Inês Marin	13/08/1974
0213	Marlei Terezinha Rigo Perazzoli	08/09/1970
0186	Thais Fernanda Debastiani	06/12/1988
0137	Willian Guilherme Dos Santos Noll	12/05/1993

Cargo: 1096 - Enfermeiro - ESF

Inscrição	Candidato	Data de Nascimento
0165	Ana Claudia Lanzoni	26/03/1989
0034	Ana Paula Scherer De Brum	31/12/1983
0081	Ana Rita Grassi	03/09/1969
0175	Anderson Gondim Roque	01/12/1982
0091	Andreia Fatima Lanzarin	25/10/1982
0129	Cintia Aparecida Amazonas De Quadros	27/08/1983
0013	Claudia Richter Dos Santos	07/07/1980
0058	Cristiane Beatriz Piva	30/12/1980
0201	Cristiane Maria Chapieski	29/07/1975
0133	Deyse Aparecida Heine	15/12/1974
0152	Dulcilene Maria De Araújo Marinho	03/03/1979
0211	Everton Turke	23/08/1985
0134	Fabiana De Fatima Moraes	25/06/1980
0217	Gilvanei Santos Ortiz	29/08/1981
0018	Gizeli Aparecida Loat Pedroso	21/08/1989
0096	Grazieli Ferreira Da Rosa	30/10/1989
0031	Hemily Raap Do Nascimento	23/08/1989
0079	Ingridi Zotti Mignoni	27/09/1991
0072	Jussara Panceri	12/06/1989
0127	Kalinka Cruz Batista Maccagnan	12/03/1975
0146	Leticia Fumagalli Da Silva	09/06/1988
0187	Lisiani Rennau	02/01/1984
0188	Luciana Mendes Rapozo	11/05/1977
0103	Mariana Figueroa Maffioletti	15/06/1985
0086	Neusa Fatima Da Silva Delazzeri	16/07/1968
0082	Roseli Poli	23/08/1973
0177	Rui Carlos Do Sacramento	19/01/1986
0002	Sandra Urbano Dos Santos	02/12/1980
0207	Solange Freitas	13/01/1980
0195	Sônia Mara Correa Pires Padilha	20/01/1977
0087	Taciana Denise Tomasi	13/08/1984
0064	Tailana Bazzo	12/11/1985

Cargo: 1095 - Médico - ESF

Inscrição	Candidato	Data de Nascimento
0170	Aline Knak	19/08/1983
0073	Daniel Barros Garcia Hernandez	19/06/1987
0172	Gabriela Foresti Fezer	07/08/1989
0218	Paulo Henrique Fachinello	19/02/1989
0227	Vinicius Marques Kingerski	27/07/1984

Cargo: 1097 - Odontólogo - ESF

Inscrição	Candidato	Data de Nascimento
0023	Aliene Natali Fabrin De Carli	01/06/1990
0223	Aline Cristina Iohann	10/06/1991

0121	Ana Carolina Oliveira Peres	24/01/1987
0202	André Luís Paes Juliani	03/11/1963
0044	Camila Perondi Dresch	26/09/1988
0161	Carla Caroline Pualetto Iannuzzi	14/04/1988
0181	Caroline Sílvia Hoff	23/06/1991
0171	Cleber Breves Da Cunha	11/01/1989
0042	Cristiano Galina Bolzan	04/01/1982
0041	Daiane Pelizzari	13/01/1984
0160	Daniela Zatta	10/04/1986
0226	Danielle Cecchin Marques Kingerski	19/04/1984
0040	Dieison Luiz Mioranza	14/04/1989
0027	Dirce Terezinha Correa	29/10/1961
0024	Felipe Da Silva	21/10/1989
0179	Felipe Gregio	21/04/1989
0037	Fernanda Aparecida Franciozi De Souza	11/02/1989
0193	Fernanda Paula De Almeida	06/08/1991
0192	Fernando Dutra Viana	23/07/1973
0104	Flavia Balvedi Medeiros Thibes Pereira	17/07/1987
0085	Franciane Gomes	26/03/1987
0043	Franciele Cristina Tonet	23/11/1988
0154	Francieli Pedrini	08/08/1988
0189	Francielle Cecchin	19/04/1984
0199	Francielle Ficagna	22/06/1981
0125	Gláucia Laís Strassburger	27/03/1991
0095	Graziela Mayra Vieira Medaglia	11/09/1984
0178	Guilherme Oneda	14/04/1990
0148	Jadson Dos Reis Santos	27/12/1988
0108	Jakson Carlos Isoton	22/07/1986
0162	Joao Paulo Parisotto Andriolli	07/05/1985
0198	João Rafael Santos Fortes	27/05/1988
0166	Juliana Royer Heidmann	02/08/1989
0007	Juliane Denise Kumm Koguchi	16/10/1977
0067	Karla Badalotti	22/10/1991
0021	Karoene Cristina Dávila Denardi	30/06/1987
0216	Lislânle Thaelis Trancoso	03/10/1987
0200	Lucielle Cristina Cecchin	12/03/1990
0151	Luís Felipe Erdmann	29/04/1990
0157	Marco Antonio Carvalho	24/08/1973
0145	Maria Alice Ascari Vanin	13/07/1990
0011	Mariana Piovesan Hoffelder	30/07/1990
0119	Marlon Diogo Barbana	17/06/1988
0168	Mauricio Pereira Da Silva	25/03/1970
0190	Max Roberto Manfroi	26/03/1987
0209	Micheli Cristina Serraglio	20/01/1990
0017	Milton Sebastião De Melo Filho	01/07/1989
0156	Odara Íris Petter	31/07/1989
0176	Patricia Carla Breda	12/05/1991
0173	Paulo Ricardo Freitas Garcia	15/12/1957
0163	Paulo Roberto Pereira Da Silva	29/07/1975
0048	Pricylla Hagemann	29/06/1990
0225	Regis Fabiano De Oliveira	29/05/1977
0204	Renata Marques Da Silva	20/11/1990
0194	Robson Luis Soares	08/12/1987
0116	Samuel Wrzesinski	19/06/1985
0205	Sandra Pillon Nogueira	10/06/1982
0026	Sheila Camargo De Souza	20/09/1990
0167	Silvia Regina Brandt Moraes	05/11/1990
0039	Silvia Terra Fontes	29/02/1980
0102	Thadia Carolina Santini	27/08/1979
0144	Tiago Cassol	14/05/1988
0147	Vitor Massoli Guarda	04/08/1989
0149	Willian Jean Varella	12/09/1990

Art. 2º Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição

homologada, para comparecerem no dia 26 de maio de 2013, no seguinte local e horário, para realizarem a prova escrita objetiva:

a)Local:

Escola de Educação Básica Prefeito Paulo Fioravante Penso

R: Saul Brandalise, 1656 - Vila Martelli - Videira - SC

b)Horário:

Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberação do Caderno de Provas
08h15min.	08h30min	11h30min	11 horas

Art. 3º Os candidatos devem comparecer ao local das provas, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos obrigatoriamente de documento de identificação com foto e caneta esferográfica de tubo transparente, de tinta azul ou preta e Comprovante de Inscrição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

### Decreto Nº 10.428/13

DECRETO Nº 10.428/13, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.920/13, de 22 de maio de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, crédito adicional no valor de R\$ 46.260,00 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.073 - Assistência Comunitária

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0189.0 Aplicações Diretas 46.260,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 46.260,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.073 - Assistência Comunitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0189.0 Aplicações Diretas 46.260,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 46.260,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

**Edital de Notificação Nº 012/13**

**DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E  
RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA  
RUA ANTONIO SZYGALSKI, RUA VER. GUALTIERO PICOLLI,  
RUA ETELVINO BASSO e RUA RODOLFO LANG**

**CM= Valorização resultante da obra (individual) X Participação dos proprietários  
Valorização total resultante da obra**

TOTAL GERAL DA OBRA - RUAS	R\$	197.080,45	100,00%
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	137.956,32	70,00%
PARTIC. PODER PÚBLICO	R\$	59.124,13	30,00%

<b>R. ANTONIO SZYGALSKI LADO DIREITO</b>	<b>Área do Terreno</b>	<b>Valor terreno</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
IMÓVEIS VIDEIRA 01.17.025.0231.001.01-01	564,50 m2	50.620,00	55.682,00	5.062,00	<b>2.142,07</b>	1,55%
CRISTIANO MORIGGI 01.17.025.0274.001.01-01	414,50 m2	48.523,00	55.801,45	7.278,45	<b>3.080,00</b>	2,23%
<b>R. ANTONIO SZYGALSKI LADO ESQUERDO</b>						
FERNANDA REGINA BALENA 01.17.024.0062.001.01-01	477,00 m2	50.160,00	55.176,00	5.016,00	<b>2.122,61</b>	1,54%
ASTROGILDO DE SOUZA JACQUES 01.09.024.0035.001.01-01	442,00 m2	32.360,00	37.214,00	4.854,00	<b>2.054,05</b>	1,49%
ALCEU KERBER 01.09.024.0020.001.01-01	505,00 m2	35.400,00	40.710,00	5.310,00	<b>2.247,02</b>	1,63%
<b>R. VER. GUALTIERO R. PICCOLI LADO DIREITO</b>						
NILDA FRANCISCA M. TURMINA 01.17.025.0287.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
VALMIR ANTUNES DE LIMA 01.17.025.0300.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
NIVALDO CARLOS BALDISSARELLI 01.17.025.0313.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
MARIA APARECIDA FENILI 01.17.025.0326.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
WILMAR CARELLI 01.17.025.0339.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
WILMAR CARELLI 01.17.025.0352.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
WILMAR CARELLI 01.17.025.0365.001.01-01	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%
WILMAR CARELLI	364,00 m2	31.120,00	35.788,00	4.668,00	<b>1.975,35</b>	1,43%

01.17.025.0378.001.01-01

ARMELINDO RUBINI 364,00 m2 31.120,00 35.788,00 4.668,00 **1.975,35** 1,43%  
01.17.025.0391.001.01-01

ANTONIO DE OLIVEIRA 364,00 m2 31.120,00 35.788,00 4.668,00 **1.975,35** 1,43%  
01.17.025.0404.001.01-01

EDSON PEREIRA DE SOUZA 364,00 m2 31.120,00 35.788,00 4.668,00 **1.975,35** 1,43%  
01.17.025.0417.001.01-01

VALDECIR CONSTANTINI 364,00 m2 31.120,00 35.788,00 4.668,00 **1.975,35** 1,43%  
01.17.025.0430.001.01-01

CARLOS ALBERTO FINGER 384,50 m2 31.520,00 34.672,00 3.152,00 **1.333,82** 0,97%  
01.17.025.0471.001.01-01

CARLOS ANDRE FRANCHIN 414,50 m2 33.691,00 38.744,65 5.053,65 **2.138,54** 1,55%  
01.17.029.0192.001.01-01

DIONISIO MACHADO DE QUADROS 364,00 m2 31.491,00 36.214,65 4.723,65 **1.998,89** 1,45%  
01.17.029.0218.001.01-01

VITOR CARDOSO DE SOUZA FILHO 364,00 m2 31.491,00 36.214,65 4.723,65 **1.998,89** 1,45%  
01.17.029.0231.001.01-01

GILMAR JOÃO BOLZON 364,00 m2 31.491,00 36.214,65 4.723,65 **1.998,89** 1,45%  
01.17.029.0244.001.01-01

IVALINO RODRIGUES PEDROSO 420,00 m2 31.891,00 36.674,65 4.783,65 **2.024,28** 1,47%  
01.17.029.0259.001.01-01

VIVIANE ALVES DA SILVA 448,00 m2 30.840,00 35.466,00 4.626,00 **1.957,57** 1,42%  
01.17.029.0276.001.01-01

**R. VER. GUALTIERO R. PICCOLI  
LADO ESQUERDO**

GERALDO DE MATTOS/ANTONIO C. 315,00m2 39.500,00 45.425,00 5.925,00 **2.507,27** 1,82%  
01.17.026.0255.001.01-01

PAULO CEZAR HORN LANGER 492,00 m2 39.000,00 44.850,00 5.850,00 **2.475,53** 1,79%  
01.17.026.0210.001.01-01

WILMAR CARELLI 404,00 m2 31.320,00 36.018,00 4.698,00 **1.988,04** 1,44%  
01.17.026.0183.001.01-01

WILMAR CARELLI 390,00 m2 31.200,00 35.880,00 4.680,00 **1.980,42** 1,44%  
01.17.026.0167.001.01-01

ADÃO ALVES MOREIRA 442,00 m2 30.960,00 35.604,00 4.644,00 **1.965,19** 1,42%  
01.17.026.0154.001.01-01

NORMA BORTOLINI PERIN 494,00 m2 30.820,00 35.443,00 4.623,00 **1.956,30** 1,42%  
01.17.026.0141.001.01-01

CEZAR LUIZ PERIN 546,00 m2 31.180,00 35.857,00 4.677,00 **1.979,15** 1,43%  
01.17.026.0128.001.01-01

JOSE CARLOS PADILHA DOS SANTOS 598,00 m2 31.140,00 35.811,00 4.671,00 **1.976,61** 1,43%  
01.17.026.0115.001.01-01

JOSE MACHADO DE QUADROS 658,00 m2 31.140,00 35.811,00 4.671,00 **1.976,61** 1,43%  
01.17.026.0102.001.01-01

ANTONIO AMBROSIO DA SILVA 364,00 m2 31.120,00 35.788,00 4.668,00 **1.975,35** 1,43%

01.17.026.0089.001.01-01

DIVA COELHO FERREIRA 415,00 m2 30.200,00 33.220,00 3.020,00 **1.277,97** 0,93%  
01.17.026.0076.001.01-01

ALTAIR TOLDO 369,00 m2 32.521,00 37.399,15 4.878,15 **2.064,27** 1,50%  
01.17.028.0139.001.01-01

VALDOMIRO PEREIRA DUARTE 350,00 m2 32.000,00 36.800,00 4.800,00 **2.031,20** 1,47%  
01.17.028.0098.001.01-01

LUIZ CARLOS RIBEIRO 350,00 m2 31.800,00 36.570,00 4.770,00 **2.018,51** 1,46%  
01.17.028.0084.001.01-01

VANDERLEI LUIZ COLOMBO 350,00 m2 31.800,00 36.570,00 4.770,00 **2.018,51** 1,46%  
01.17.028.0070.001.01-01

RENATO LAVRATTI 350,00 m2 31.750,00 36.512,50 4.762,50 **2.015,33** 1,46%  
01.17.028.0056.001.01-01

PEDRO DOS SANTOS 350,00 m2 31.700,00 36.455,00 4.755,00 **2.012,16** 1,46%  
01.17.028.0042.001.01-01

NORI SECCO 350,00 m2 31.850,00 36.627,50 4.777,50 **2.021,68** 1,47%  
01.17.028.0028.001.01-01

SILVANA SILVEIRA 315,00 m2 31.900,00 36.685,00 4.785,00 **2.024,86** 1,47%  
01.17.028.0014.001.01-01

**RUA ETELVINO BASSO  
LADO DIREITO**

**Área do Terreno Valor terreno valor terreno após obra valorização resultante da obra valor contribuição melhoria rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.**

SADI PEREIRA DE BRITO 561,00 m2 34.880,00 40.112,00 5.232,00 **2.214,01** 1,60%  
01.17.031.0414.001.01-01

NATALINO LUIZ MANENTI 506,00 m2 33.480,00 38.502,00 5.022,00 **2.125,15** 1,54%  
01.17.031.0401.001.01-01

JURANDIR DE LIMA ZAGO 453,00 m2 34.140,00 39.261,00 5.121,00 **2.167,04** 1,57%  
01.17.031.0388.001.01-01

WILMAR CARELLI 425,00 m2 32.000,00 36.800,00 4.800,00 **2.031,20** 1,47%  
01.17.031.0375.001.01-01

WILMAR CARELLI 357,00 m2 31.560,00 36.294,00 4.734,00 **2.003,27** 1,45%  
01.17.031.0362.001.01-01

NATALINO LUIS MANENTI 383,00 m2 37.640,00 43.286,00 5.646,00 **2.389,20** 1,73%  
01.17.031.0349.001.01-01

AGOSTINHO MANENTI 550,00 m2 39.900,00 45.885,00 5.985,00 **2.532,66** 1,84%  
01.17.031.0331.001.01-01

**RUA ETELVINO BASSO  
LADO ESQUERDO**

WILMAR CARELLI 471,00 m2 39.680,00 45.632,00 5.952,00 **2.518,69** 1,83%  
01.17.030.0229.001.01-01

TERESA NUNES FERREIRA 579,00 m2 49.520,00 56.948,00 7.428,00 **3.143,29** 2,28%  
01.17.032.0617.001.01-01

CREUSA DAS CHAGAS 400,00 m2 35.800,00 41.170,00 5.370,00 **2.272,41** 1,65%  
01.17.032.0556.001.01-01



TERIMAR MARIA ORTIZ NEVES 01.17.032.0536.001.01-01	468,00	m2	38.740,00	44.551,00	5.811,00	<b>2.459,03</b>	1,78%
---	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

<b>RUA MARCULINO BRUNETTA LADO DIREITO</b>	<b>Área do Terreno</b>		<b>Valor terreno</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
--	----------------------------	--	--------------------------	--	---	--	--

DOMINGOS JOACIR DE OLIVEIRA 01.17.032.0636.001.01-01	394,00	m2	29.520,00	33.948,00	4.428,00	<b>1.873,79</b>	1,36%
---	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

**RUA MARCULINO BRUNETTA  
LADO ESQUERDO**

WILMAR CARELLI 01.17.030.0205.001.01-01	471,00	m2	38.680,00	44.482,00	5.802,00	<b>2.455,22</b>	1,78%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

WILMAR CARELLI 01.17.030.0183.001.01-01	364,00	m2	29.520,00	33.948,00	4.428,00	<b>1.873,79</b>	1,36%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

NATALINO LUIZ MANENTI 01.17.030.0170.001.01-01	364,00	m2	29.720,00	34.178,00	4.458,00	<b>1.886,48</b>	1,37%
---	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

SAUL DOMINGOS CARELLI 01.17.030.0157.001.01-01	364,00	m2	29.120,00	33.488,00	4.368,00	<b>1.848,40</b>	1,34%
---	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

<b>RUA RODOLFO LANG LADO DIREITO</b>	<b>Área do Terreno</b>		<b>Valor terreno</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
--	----------------------------	--	--------------------------	--	---	--	--

MAURO LANG 01.14.012.0683.001.01-01	512,00	m2	50.960,00	58.604,00	7.644,00	<b>3.234,69</b>	2,34%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

MAURO LANG 01.14.012.0698.001.01-01	344,00	m2	31.520,00	36.248,00	4.728,00	<b>2.000,74</b>	1,45%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

ANDRE e MARCOS LANG 01.14.012.0712.001.01-01	706,00	m2	35.880,00	41.262,00	5.382,00	<b>2.277,49</b>	1,65%
---	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

**RUA RODOLFO LANG  
LADO ESQUERDO**

LUIZ ANTONIO LANG JUNIOR 01.14.012.0834.001.01-01	512,00	m2	50.960,00	58.604,00	7.644,00	<b>3.234,69</b>	2,34%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

VOLNEI PEREIRA DA SILVA 01.14.012.0787.001.01-01	370,00	m2	32.600,00	37.490,00	4.890,00	<b>2.069,29</b>	1,50%
---	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

EDIMAR ZORTEA ARALDI 01.14.012.0773.001.01-01	434,00	m2	35.920,00	41.308,00	5.388,00	<b>2.280,03</b>	1,65%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

<b>VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA</b>					326.008,85		
---	--	--	--	--	------------	--	--

<b>PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS</b>	<b>R\$</b>	<b>137.956,32</b>
<b>PARTIC. PODER PÚBLICO</b>	<b>R\$</b>	<b>59.124,13</b>
<b>TOTAL GERAL DA OBRA</b>	<b>R\$</b>	<b>197.080,45</b>

# Xavantina

## PREFEITURA

### Lei 1280

LEI Nº 1280, DE 14 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR VACINAS ANTIGRIPE E DISPONIBILIZAR DE FORMA GRATUITA A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a adquirir vacinas antigripe e a disponibilizá-las, de forma gratuita, a todos os servidores públicos municipais deste Município, independente de idade ou setor a que pertencem.

Parágrafo único - A vacina antigripe será disponibilizada a todos os servidores públicos municipais, concursados ou comissionados, da administração pública, estagiários, conselheiros tutelares, bem como a todos os agentes políticos.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social será responsável pelo programa, competindo ao Departamento de Recursos Humanos informar aos servidores sobre o local e data para que a vacinação ocorra.

Art. 3º As despesas correrão pelo Fundo Municipal de Saúde, por verba própria destinada à prevenção de patologias ou, na ausência de recursos da mesma, serão provindos de recursos ordinários do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 14 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

### Lei 1281

LEI Nº 1281, DE 14 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Departamento de Saúde

Projeto Atividade: 2.021 - Manter os Programas de Saúde Básica

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0041 CR (35)

R\$ 8.000,00

TOTAL 8.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Departamento de Saúde

Projeto Atividade: 1.010 - Investimentos na Saúde

Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0041 CR (24)

R\$ 8.000,00

TOTAL 8.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 14 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

### Lei 1282

LEI Nº 1282, DE 21 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 1º O Conselho Tutelar do Município de Xavantina, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pelos eleitores do Município, para mandato de 04(quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 2º O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente previsto na Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), e na Constituição Federal.

Art. 3º A Lei Orçamentária Municipal deverá, estabelecer dotação específica para manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar e custeio de suas atividades.

§ 1º Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas:

a) custeio com mobiliário, veículo, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, manutenção em geral e outros;

b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

c) Custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;

d) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

e) transporte adequado e disponível para o exercício da função, incluindo sua manutenção; e segurança da sede e de todo o seu patrimônio.

§ 2º O Conselho Tutelar será vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

§ 3º Cabe ao Poder Executivo dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, dentre outras, com a devida urgência, de forma a atender ao disposto nos arts. 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea "a", do ECA.

§ 5º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos neste artigo, exceto para a formação e a qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

## CAPÍTULO II

### DA CANDIDATURA E PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 4º Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:

I - ter reconhecida idoneidade moral;

II - ter idade superior a vinte e um anos;

III - ser residente e domiciliado no Município

IV - ter curso de formação específica sobre o ECA, sob a responsabilidade do CMDCA local;

V - ter conhecimento em informática;

VI - comprovar conclusão de ensino médio até a data da posse e;

VII - ser aprovado em prova de conhecimento sobre os direitos da criança e adolescente.

Parágrafo único. O curso de que trata o inciso IV será propiciado pelo Município aos candidatos, antes da eleição e o que não frequentar o mesmo ou não for aprovado terá seu pedido de registro de candidatura indeferido.

Art. 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará, observando as seguintes diretrizes:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e

III - fiscalização pelo Ministério Público.

Parágrafo Único. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, aplicando-se de forma subsidiária as normas do sistema eleitoral brasileiro.

Art. 6º Os cinco (5) candidatos mais votados serão nomeados Conselheiros Tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

§ 1º O mandato será de quatro anos, permitida uma recondução,

mediante novo processo de escolha.

§ 2º O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 7º A eleição dos membros do Conselho Tutelar se dará no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 1º A posse dos conselheiros tutelares eleitos ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 2º Até o final de junho do ano em vai ocorrer a eleição o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas no ECA, nesta Lei e nas diretrizes estabelecidas na Resolução nº 139/2011, do CONANDA e Lei 12.696 de 2012.

§ 3º Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 8º O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no site e mural oficial da prefeitura, ou meio equivalente, com a indicação do dia, hora e local da nomeação e posse dos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes.

Art. 9º São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§ 1º Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual.

§ 2º No caso previsto no caput, de dois candidatos com vínculos de parentesco nas condições especificadas no art. 9º elegerem-se, será empossado o que tiver o maior número de votos, sendo o outro automaticamente eliminado, mesmo que fique entre os 5 primeiros colocados.

Art. 10. Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

§ 1º Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 2º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

§ 3º A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos implicará na perda de mandato por incompatibilidade com o exercício da função.

## CAPÍTULO III

### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 11. O Conselho Tutelar funcionará no perímetro urbano da sede do Município, em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - sala de recepção;

III - sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - sala reservada para os serviços administrativos e conselheiros;

V - cozinha;

VI - banheiro adaptado.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 12. Observados os parâmetros e normas definidas pelo ECA, compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento Interno.

§ 1º A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

§ 2º Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 13. O Conselho Tutelar estará aberto ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:45h às 11:45h e das 13:00h às 17:00h, em horário comercial, e nos outros dias e horários em forma de sobreaviso.

Art. 14. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

Art. 15. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser seu Regimento Interno.

§ 1º As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação

§ 2º É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

Art. 16. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art. 17. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA.

§ 1º O Conselho Tutelar encaminhará relatório quadrimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§ 2º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### CAPÍTULO IV

#### DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 18. A autoridade dos membros do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção decorre da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 19. O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas no artigo 136 do ECA, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Art. 20. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, incisos III, alínea 'b', IV, V, X e XI, do ECA.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Art. 21. As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§ 1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 do ECA.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 do ECA.

Art. 22. O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Parágrafo único. Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

Art. 23. No exercício de suas atribuições o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do



Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 1º Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§ 2º Os Conselhos Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também serão comunicados na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, para acompanhar a apuração dos fatos.

Art. 24. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, conforme previsão legal.

## CAPÍTULO V

### DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DO CONSELHO TUTELAR, PRINCÍPIOS E CAUTELAS A SEREM OBSERVADOS NO ATENDIMENTO PELO CONSELHO TUTELAR

Art. 25. São atribuições do Conselho Tutelar (art. 136 ECA):

I - atender as crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos que lhe são reconhecidos no ECA, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão de sua conduta (art. 98 e 105 do ECA), aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII do ECA.

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis e aplicar medidas cabíveis a estes, previstas no ECA (art. 129, I a VII do ECA);

III - promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e representar junto à justiça, quando suas decisões forem injustificadamente descumpridas;

IV - encaminhar ao Ministério Público casos de infração administrativa ou Penal contra os direitos da criança ou adolescente.

V - encaminhar à justiça os casos de sua competência (art. 146 a 198 do ECA).

VI - providenciar para que sejam cumpridas as medidas de proteção definidas pela justiça para o adolescente que cometer ato infracional;

VII - expedir notificação em casos de sua competência;

VIII - requisitar certidão de nascimento e de óbito da criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar em nome da pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como propagandas de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos a saúde da criança e do adolescente (art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal e art. 136, X, do ECA);

XI - levar ao Ministério Público casos que demandem ações judiciais de perda ou suspensão do poder familiar;

XII - providenciar as medidas estabelecidas pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

XIII - representar ao juiz da infância e da juventude nos casos de irregularidade de entidade de atendimento ou infração administrativa as normas de proteção à criança ou adolescente, para o fim de aplicação de medidas e penalidades administrativas pela autoridade judiciária (arts. 95, 191 e 194 do ECA);

XIV - fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento as crianças e adolescentes que atuam no município, em articulação com o Ministério Público;

XV - desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas no art. 131 do ECA;

XVI - divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), integrando as ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, entidade de atendimento, juizado da infância e juventude, utilizando para tal, dos meios de comunicação, panfletos, e outros.

Parágrafo único. O acolhimento em Serviço Institucional é medida provisória e excepcional, não podendo ter duração superior ao necessário para a reintegração à família natural ou colocação em família substituta.

Art. 26. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, no ECA, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;

II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;

III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;

IV - municipalização da política de atendimento à crianças e adolescentes;

V - respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;

VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;

VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;

VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;

X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos

que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e

XII - oitiva obrigatória e participação da criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 27. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de indígenas, o Conselho Tutelar deverá:

I - submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pelo ECA.

Art. 28. No exercício da atribuição prevista no art. 95 do ECA, constatando a existência de irregularidade na entidade fiscalizada ou no programa de atendimento executado, o Conselho Tutelar enviará relatório ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público, na forma do art. 191 do ECA.

Art. 29. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 30. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§ 2º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3º A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a disposição do Conselho Tutelar.

## CAPÍTULO VI

### DA FUNÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIREITOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação

exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§ 1º É considerada de caráter relevante a função de Membro do Conselho Tutelar e seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos, empregos ou funções públicas de que o conselheiro seja titular.

§ 2º A nomeação para membro do Conselho Tutelar não caracteriza qualquer forma de vínculo de emprego ou de cargo, não adquirindo, ao término de seu mandato direito a efetivação ou estabilidade.

§ 3º O servidor público que vier a exercer o mandato de conselheiro tutelar se licenciará do cargo efetivo, sem remuneração deste.

Art. 32. Os cinco membros do Conselho Tutelar exercerão suas funções com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, jornada de quatro horas diárias, sendo-lhes pago o vencimento equivalente a um salário mínimo (Lei n. 12.382/11), mais o vale alimentação.

Parágrafo único. Os cinco Conselheiros Tutelares se organizarão em sistema de revezamento em plantões, para que o Conselho Tutelar tenha seu funcionamento garantido 24 (vinte e quatro) horas por dia para atendimento dos casos urgentes, em qualquer dia, sem quaisquer acréscimo no seu vencimento.

Art. 33. Os membros do Conselho Tutelar tem assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina;

VI - inclusão em planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal aos servidores do Município.

§ 1º O ressarcimento das despesas com transporte, alimentação e estadia, para viagens necessárias e inerentes a função será nos mesmos termos da atribuída aos servidores do quadro efetivo da Prefeitura, conforme regulamentado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente.

§ 2º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

## CAPÍTULO VII

### DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 34. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter conduta pública e particular ilibada;

II - zelar pelo prestígio da instituição;

III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;



IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;

VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

VIII - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

X - identificar-se em suas manifestações funcionais; e

XI - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 35. É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - exercer outra atividade, concomitante ao horário fixado para o desempenho de suas funções perante o Conselho Tutelar;

III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - proceder de forma negligente ao serviço;

X - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XI - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 do ECA; e

XII - descumprir os deveres funcionais mencionados no art. 34 desta LEI.

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido

de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

Parágrafo único. O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

## CAPÍTULO VIII

### DO PROCESSO DE CASSAÇÃO E VACÂNCIA DO MANDATO

Art. 37. Dentre outras causas, a vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública remunerada ou desenvolver atividade privada em horário incompatível com o de conselheiro;

III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - falecimento;

V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral ou;

VI - deixar de residir no Município.

Parágrafo único. Ocorrendo a vacância da função, será convocado e empossado ao primeiro suplente e, em não havendo, será procedida eleição para o período até o término do mandato.

Art. 38. Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar, dentre outras a serem previstas na legislação local:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função;

III - destituição da função.

Art. 39. Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 40. As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único. De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do Conselheiro Tutelar até a conclusão da investigação.

Art. 41. As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar deverão ser precedidas de sindicância e processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º Na apuração das infrações éticas e disciplinares dos Conselheiros Tutelares se utilizará como parâmetro o disposto na legislação local aplicável aos demais servidores públicos.

§ 2º A apuração das infrações terá a participação de representantes do CMDCA, Conselho Tutelar e de outros órgãos que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 42. Havendo indícios da prática de crime por parte do Conselheiro Tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o órgão responsável pela apuração da infração administrativa, comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá estabelecer, em conjunto com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, voltada à correta identificação e atendimento das demandas inerentes ao órgão.

Parágrafo único. A política referida no caput compreende o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada formação e atualização funcional dos membros dos Conselhos e seus suplentes, o que inclui, dentre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam na área da infância e juventude e patrocínio de cursos e palestras sobre o tema.

Art. 44. Qualquer cidadão, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é parte legítima para requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Tribunal de Contas competente e ao Ministério Público, a apuração do descumprimento das normas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente as contidas no ECA e na Resolução do CONANDA nº 139/2011, bem como requerer a implementação desses atos normativos por meio de medidas administrativas e judiciais.

Art. 45. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 46. Em cada exercício, o Orçamento Municipal contemplará recursos para as finalidades desta LEI.

Art. 47. As normas estabelecidas nesta Lei aplicar-se-ão aos atuais membros do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração, cumprimento da carga horária e outras.

Art. 48. O primeiro processo de eleição dos conselheiros tutelares, de que trata o art. 7º desta Lei, dar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, com posse dos eleitos no dia 10 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. Fica prorrogado o mandato dos atuais conselheiros tutelares até a posse dos que serão eleitos em 2015 (art. 2º,

III, da Resolução n. 152/12 do CONANDA).

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os arts. 9º a 21 da Lei Municipal nº 915 de 14 de julho de 2005.

Xavantina (SC), 21 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Arline Caon

Diretor(a)

## Lei 1283

LEI Nº 1283, DE 21 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS E PROVENTOS DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º Nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, com a redação que lhe deu o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, os vencimentos e proventos dos agentes públicos ativos, inativos e pensionistas do Município de Xavantina, SC serão revisados e reajustados mediante os acréscimos dispostos nesta Lei, calculados sobre o respectivo vencimento, subsídio, salário, pensão ou provento, com efeitos retroativos a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 2º Todos os servidores do Executivo e do Legislativo, aposentados e pensionistas terão uma percentual de acréscimo de 8,00% (oito por cento), sendo: 7,56% (sete vírgula cinquenta e seis por cento), a título de revisão, de acordo com o INPC-IBGE previsto de fevereiro/2012 a março/2013, e 0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento) a título de reajuste.

Parágrafo Primeiro. Aos agentes políticos do Legislativo somente será concedido a título de revisão, 100% da variação INPC-IBGE previsto de janeiro/2013 a abril/2013.

Parágrafo Segundo. Aos agentes políticos do Executivo será concedido a título de revisão, 100% da variação INPC-IBGE previsto de fevereiro/2012 a março/2013.

Art. 3º Os cargos com carga horária de 40hrs/semanais e níveis com valores inferiores ao que dispõe o inciso VII do art. 7º da CF, passam, automaticamente, a serem elevados ao mesmo montante deste, sempre que o salário mínimo nacional for reajustado.

Art. 4º Os novos níveis e valores em função da reposição que trata esta lei constam no Anexo Único.

Art. 5º Para fins de concessão do Vale Alimentação, fica alterado o vencimento base de que trata o art. 2º da Lei Municipal nº 952, de 18 de maio de 2006, o qual passa a ser de R\$ 1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta reais).

Art. 6º Os encargos decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias existentes no Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 21 de maio de 2013.  
**MAURO JUNES POLETTO**  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

**ARLINE CAON**  
 Diretor(a)  
**ANEXO ÚNICO**

**LEI Nº 1283, DE 21 DE MAIO DE 2013**

Código	Cargo	Nível	Salário
1009	Obreiro	8-A	R\$1.111,87
5002	Bibliotecária	06	R\$1.015,18
8092	Agente de Saúde (PSF)	02	R\$650,83
8017	Agente de Atividades Gerais	03	R\$826,65
8018	Auxiliar de Mecânico	11-A	R\$1.425,38
8019	Atendente de Unidade	04	R\$769,56
8090	Jardineiro	07	R\$1.040,37
8098	Merendeira	03	R\$826,65
2009	Mecânico	17-A	R\$2.211,55
2001	Operador de Trator de Esteira	09	R\$1.197,26
8077	Operador de Escavadeira Hidráulica	10	R\$1.301,44
8051	Operador de Máquina	8-B	R\$1.140,10
2008	Motorista	05	R\$997,57
2010	Auxiliar de Operador	4-A	R\$842,85
8020	Fiscal Sanitarista	8-B	R\$1.140,10
8091	Fiscal Municipal	15	R\$2.019,24
1003	Auxiliar Agropecuario	11-A	R\$1.425,38
8021	Auxiliar de Enfermagem	10	R\$1.301,44
8080	Auxiliar de Odontólogo - 40h	08	R\$1.084,43
3006	Tesoureiro	17	R\$2.196,29
3009	Auxiliar Administrativo	10	R\$1.301,44
3010	Auxiliar de Serviços Gerais	10	R\$1.301,44
8023	Atendente Administrativo	06	R\$1.015,18
3012	Telefonista	02	R\$650,83
3001	Contador	19	R\$2.898,07
8024	Médico Especialista - 40h	25	R\$8.834,93
8011	Médico	434	R\$12.165,55
4002	Odontólogo	22	R\$3.380,80
8079	Odontólogo - 42h (PSF)	438	R\$3.931,56
8025	Advogado - 20h	22-A	R\$4.187,38
4003	Médico Veterinário	21	R\$3.220,99
4004	Engenheiro Agrônomo	19	R\$2.898,07
4005	Engenheiro Civil - 30hs	22	R\$3.380,80
4006	Assistente Social	19	R\$2.898,07
4007	Enfermeiro Padrão	19	R\$2.898,07

8078	Enfermeiro Nível Superior	436	R\$3.313,12
8010	Técnico Agropecuario	13	R\$1.682,66
8026	Técnico de Enfermagem	12	R\$1.512,39
8027	Técnico em Administração e Planejamento	14	R\$1.967,14
8081	Fisioterapeuta - 30hs (PSF)	38	R\$2.661,93
8082	Psicólogo - 25hs (PSF)	36	R\$2.216,72
8103	Nutricionista - 25hs	14	R\$1.967,14
8102	Psicólogo - 40hs	22	R\$3.380,80
8083	Nutricionista - 20hs (PSF)	34	R\$1.775,23
8089	Fonoaudiólogo - 20hs (PSF)	34	R\$1.775,23
8084	Farmacêutico (PSF)	436	R\$3.313,12
8088	Técnico em Enfermagem (PSF)	12	R\$1.512,39
8028	Professor Normalista	32-12	R\$756,19
5001	Professor	16	R\$2.166,39
8052	Psicopedagogo	17	R\$2.196,29
8053	Administrador Escolar	16	R\$2.166,39
8073	Professor de Educação Física - 20hs	33	R\$1.083,21
8093	Professor de Educação Física - 10hs	10015	R\$542,27
8074	Professor de Língua Estrangeira - 20hs	33	R\$1.083,21
8094	Professor de Língua Estrangeira - 10hs	10015	R\$542,27
8075	Professor de Educação Especial - 20hs	33	R\$1.083,21
8076	Professor de Artes - 20hs	33	R\$1.083,21
8095	Professor de Artes - 10hs	10015	R\$542,27
8058	Professor de Educação Especial - 40hs	16	R\$2.166,39
8096	Professor de Filosofia - 20hs	33	R\$1.083,21
8097	Professor de Filosofia - 10hs	10015	R\$542,27
8034	Assessor de Direção	CC-3	R\$2.169,57
8100	Assessor de Direção Escolar	CC-4	R\$2.415,03
6003	Diretor	CC-4	R\$2.415,03
8035	Assessor Esportivo	CC-5	R\$2.737,04
8038	Chefe de Gabinete	CC-5	R\$2.737,04
8099	Diretor Escolar	CC-5	R\$2.737,04

8036	Assessor Especial de Gabinete	CC-5	R\$2.737,04
8037	Assessor de Comunicação Social e Imprensa	CC-5	R\$2.737,04
8040	Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa	CC-6	R\$3.313,12
8047	Coordenador de Controle Interno	CC-6	R\$3.313,12
8041	Contador Geral	CC-7	R\$4.406,43
8039	Assessor Jurídico	CC-9	R\$7.870,05
8004	Prefeito	10002	R\$8.630,90
8005	Vice Prefeito	1007	R\$1.344,56
6001	Secretário	CC-8	R\$4.164,15

**Lei 1284**

LEI Nº 1284, DE 21 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para a SOCIEDADE SETE DE SETEMBRO, com sede na Linha Sete de Setembro, no município de Xavantina, SC, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.501.541/0001-90, do valor de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para fins de aquisição de mobiliário para o centro Comunitário da entidade.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2013.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 21 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

**Lei 1285**

LEI Nº 1285, DE 21 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADE, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei

Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

**LEI:**

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios para a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SÃO MIGUEL, com sede na Linha São Miguel, no município de Xavantina, SC, devidamente inscrito no CNPJ nº 00.468.725/0001-09, do valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para fins de reforma da sede esportiva da Comunidade de Linha São Miguel.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2013.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 21 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

**Lei Complementar 056/2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 14 DE MAIO DE 2013

"ACRESCE ARTIGO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL nº 38/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores propôs e aprovou e este sanciona a seguinte:

**LEI**

Art. 1º. A Lei Complementar Municipal nº 38/2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Artigo 1º-E. Fica criado o cargo em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, cuja vaga, horário e remuneração são os previstos no ANEXO I e as funções são as descritas no ANEXO II.

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento próprio da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Segundo - Aplica-se ao cargo as disposições da Lei Complementar nº 038, de 09 de abril de 2009.

Art. 2º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)



# ANEXO I

## CARGO EM COMISSÃO

CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	RJ	Nº DE VAGAS	HORÁRIO
Assessor Administrativo	CC-02	SEC	01	Integral

## CARGO EM COMISSÃO - VENCIMENTO

CÓDIGO	VENCIMENTO
CC - 02	R\$ 1.400,00

## LEGENDAS:

RJ - REGIME JURÍDICO;

SEC - SISTEMA ESTATUTÁRIO COMISSIONADO

## ANEXO II

### ASSESSOR ADMINISTRATIVO

#### II.1. NÍVEL

CC - 02

#### II.2 . REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Sistema Estatutário Comissionado - horário integral.

#### II.3. CONDIÇÃO DE INGRESSO

Nomeação do Presidente.

#### II.4. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Comprovar o ensino fundamental.

#### II.5. DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

Elaborar ofícios, processos, guias, requisições e outros impressos; otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, fax, correio eletrônico, entre outros; realizado de serviços de protocolo, malote e postagem; organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar ofícios, processos, guias, requisições, relatórios, periódicos e outros impressos e publicações; elaborar material informativo da Casa; elaborar e distribuir para a imprensa os informativos sobre as matérias e atividades da Câmara; participar das sessões plenárias; ler as correspondências, atas, ofícios e demais documentos; alimentar do site oficial da Câmara, com notícias correlatas; acompanhar o Presidente da Câmara, quando solicitado; organizar a agenda do Presidente e dos Vereadores e repassá-las; realizar os serviços de copa e limpeza da Câmara; operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativos à sua área de atuação; operar as máquinas de reprografia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras de acordo com as necessidades do trabalho; redigir as atas, textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial; realizar procedimentos de controle de estoque, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetivando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos; auxiliar os processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho; zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; ter iniciativa e contribuir para o bom desempenho das suas tarefas; propor providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos; manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações; tratar o público com zelo e urbanidade; realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

## Ch 01/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2013 - PMXV

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme relação especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Credenciamento: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 17/06/2013.

Abertura: dia 18/06/2013, às 08:30.

O Edital estará à disposição dos interessados no setor de compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, 24 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTO,

Prefeito Municipal.

## Contrato 008/2013 - FMS

Contratado: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL-HOSPITAL SÃO ROQUE

Número do Contrato ou Aditivo: 008/2013 - FMS

Objeto: 350 (trezentos e cinquenta) exames de mamografia a municípios encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município.

Data da Assinatura: 11/04/2013

Vigência: 31/12/2013

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

## Contrato 009/2013 - FMS

Contratado: SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS EIRELI

Número do Contrato ou Aditivo: 009/2013 - FMS

Objeto: entregar os materiais radiográficos constantes no(s) item (ns) nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 de sua Proposta Comercial.

Data da Assinatura: 09/05/2013

Vigência: 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Valor: R\$ 11.714,45 (onze mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

## Contrato 010/2013 - FMS

Contratado: R\$ 11.714,45 (onze mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).

Número do Contrato ou Aditivo: 010/2013 - FMS

Objeto: prestar serviços mensais, sem limite, de exames de ultrasonografia para pessoas residentes no Município de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C", do edital.

Data da Assinatura: 14/05/2013

Vigência: 31/12/2013

Valor: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 011/2013 - FMS**

Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO LUCAS

Número do Contrato ou Aditivo: 011/2013 - FMS

Objeto: serviço de Prestadores de Serviços de Saúde, para procedimentos/cirurgias aos pacientes do município de Xavantina, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2013.

Data da Assinatura: 16/05/2013

Vigência: 31/12/2013

Valor: Item 01: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Item nº 02: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Item nº 03: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Item nº 04: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais). Item nº 05: 3.000,00 (três mil reais). Item nº 06: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Item nº 07: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais). Item nº 08: R\$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais). Item nº 09: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Item nº 10: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais). Item nº 11: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Item nº 12: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Item nº 13: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Item nº 14: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Item nº 15: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), que corresponde ao teto repassado pelo Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 078/2013**

Contratado: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

Número do Contrato ou Aditivo: 078/2013

Objeto: seguro de vida em grupo dos servidores públicos municipais da CONTRATANTE, nas seguintes condições/coberturas: - Morte Natural: R\$ 5.000,00, - Morte Acidental: R\$ 10.000,00, - Invalidez por Acidente: R\$ 5.000,00, - Decessos/despesas funeral: R\$ 3.000,00.

Data da Assinatura: 22/04/2013

Vigência: 08/05/2014

Valor: R\$ 4.240,80 (Quatro mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 079/2013**

Contratado: MAPEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 079/2013

Objeto: fornecer peças e prestação de serviços para conserto da motoniveladora Case 845, da frota de máquinas deste Município.

Data da Assinatura: 22/04/2013

Vigência: 30/05/2013

Valor: R\$ 45.144,96 (quarenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 080/2013**

Contratado: JULVANE ZANCO BIANCHIN,

Número do Contrato ou Aditivo: 080/2013

Objeto: ministrar aulas de dança, conforme sua proposta comercial e planilha de lances.

Data da Assinatura: 02/05/2013

Vigência: 30/12/2013

Valor: R\$ 1.299,00 (um mil, duzentos e noventa e nove reais) mensais. Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 081/2013**

Contratado: SÉRGIO PAULO RIBEIRO

Número do Contrato ou Aditivo: 081/2013

Objeto: ministrar aulas de música e aulas de técnicas vocais, conforme sua proposta comercial e planilha de lances.

Data da Assinatura: 02/05/2013

Vigência: 30/12/2013

Valor: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) mensais para as aulas com instrumentos musicais e R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais para as aulas de regência de coral/canto.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 082/2013**

Contratado: LAIS MODENA RIBEIRO

Número do Contrato ou Aditivo: 082/2013

Objeto: ministrar aulas de teatro, conforme sua proposta comercial e planilha de lances.

Data da Assinatura: 02/05/2013

Vigência: 30/12/2013

Valor: R\$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais) mensais. Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 083/2013**

Contratado: MEGA ESCOLA DE INFORMÁTICA LTDA,

Número do Contrato ou Aditivo: 083/2013

Objeto: MINISTRAR OFICINAS DE MANICURE E PEDICURE QUE TEM COMO OBJETIVO OFERECER CURSO PROFISSIONALIZANTE PARA ADOLESCENTES ENTRE 15 A 17 ANOS E MULHERES INCLuíSAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Data da Assinatura: 02/05/2013

Vigência: 30/12/2013

Valor: R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais) mensais num total de 07 (sete) parcelas.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 084/2013**

Contratado: MEGA ESCOLA DE INFORMÁTICA LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 084/2013

Objeto: MINISTRAR OFICINAS DE MANICURE E PEDICURE QUE TEM COMO OBJETIVO OFERECER CURSO PROFISSIONALIZANTE PARA ADOLESCENTES ENTRE 15 A 17 ANOS E MULHERES INCLuíSAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Data da Assinatura: 02/05/2013

Vigência: 30/12/2013

Valor: R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais) mensais num total de 07 (sete) parcelas. Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 085/2013**

Contratado: SPERANDIO MOTORS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 085/2013

Objeto: fornecer um Veículo Pick-Up, novo, com as seguintes características e componentes mínimos: cabine simples, no chassi, sem carroceria/caçamba, novo, zero Km, ano e modelo 2013, de fabricação nacional ou equiparada (Mercosul), chassi com no máximo 5.000mm de comprimento e 1.800mm de largura, cabine na cor branca, capacidade para 03 (três) passageiros, motor diesel



3.0, com potência mínima de 165 CV e 3400rpm, sistema de injeção direta e eletrônica de combustível, tração 4x4, transmissão manual de 5 velocidades, 02 (duas) portas laterais, retrovisores externos, direção hidráulica, pneus novos 205/70 R16, rodas de aço estampado R16 6J; predisposição para rádio (2 alto-falantes e antena), coluna de direção com regulagem de altura, para-sol, porta luvas com chave, pára-choque, com ar quente, apoios de cabeça dianteiros com regulagem de altura; cintos de segurança laterais dianteiros de 3 pontos e central de 2 pontos.

Data da Assinatura: 09/05/2013

Vigência: 36 (trinta e seis) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Valor: R\$ 84.800,00 (oitenta e quatro mil e oitocentos reais).

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

#### **Contrato 086/2013**

Contratado: S & B AUDITORIA E CONSULTORIA PÚBLICAS LTDA,  
Número do Contrato ou Aditivo: 086/2013

Objeto: coordenação e execução de parte das fases de um concurso público.

Data da Assinatura: 06/05/2013

Vigência: 30/10/2013

Valor: R\$ 8.499,00 (oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

#### **Contrato 087/2013**

Contratado: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 087/2013

Objeto: obriga-se o bem constante no item 03, novo com as seguintes especificações: ITEM 03: 02 COLHEDORAS DE FORRAGENS, NOVA, ACOPLÁVEL A TRATOR AGRÍCOLA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E COMPONENTES MÍNIMOS: PLATAFORMA COLHEDORA COM CAPACIDADE PARA COLHER NO MÍNIMO 1 (UMA) LINHA DE PLANTIO DE FORRAGEIRAS, COM EIXO PASSANTE PARA ACIONAMENTO DE VAGÕES E CARRETAS VASCULANTES, DESVIADORES GIRATÓRIOS COM ROLAMENTOS INTERNOS PARA MELHORAR E EVITAR ACUMULO DE PLANTAS E MAIORES DANOS A MÁQUINA, COM RODA DE APOIO COM BORRACHA MACIÇA, COM TAMBOR SUPERIOR, COM CAIXA DOS ROLOS COM 4 ROLOS PROPORCIONANDO CORTE MAIS UNIFORME E DISCOS DE CORTE DE ALTA LIGA E AUTO AFIANTE, INCLUSÃO NA CARÇA QUEBRADOR DE GRÃOS REMOVÍVEIS, PENTES DOS ROLOS ALIMENTADORES REMOVÍVEIS, PROTETOR DE CORREIAS, CORREIAS COM 5 CANAIS CONJUGADOS E CAPA PROTETORA, BICO ARTICULÁVEL, COM COMANDO HIDRÁULICO, ROTAÇÃO DO ROTOR DE NO MÍNIMO 5 RPM, CAIXA DOS ROLOS COM ENGRENAGENS EM AÇO TRATADO INCLUSIVE AS ENGRENAGENS DE MUDANÇA DE CORTE, PLATAFORMA ARTICULÁVEL, CAIXA DE TROCA DE CORTE COM DIFERENTES TAMANHOS E CORTE VARIANDO DE 2 A 41 MM, EQUIPADOS COM PINOS DE SEGURANÇA, AFIADOR DE FACAS COM PEDRAS GIRATÓRIAS, ROTOR COM 12 FACAS EM FORMATO "C", COM PARAFUSOS EM AÇO, POTENCIA DE ACIONAMENTO ACIMA DE 55 CV NA TOMADA DE FORÇA, CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 25 A 30 TONELADAS POR HORA, COM SELO DE CERTIFICAÇÃO DE PINTURA POLIÉSTER A PÓ.

Data da Assinatura: 10/05/2013

Vigência: 13 (treze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Valor: R\$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

#### **Contrato 088/2013**

Contratado: FORMAGINI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA - ME

Número do Contrato ou Aditivo: 088/2013

Objeto: obriga-se o bem constante nos itens 01 e 02, novo com as seguintes especificações: ITEM 01: 03 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO NOVOS, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 4.000 KG, COM EIXO REFORÇADO, RODADO SIMPLES, DUAS RODAS, DOIS PNEUS NOVOS 22.5, COM CÂMARA DE AR, DISTRIBUIÇÃO COM DOIS PRATOS DE NO MÍNIMO 645 MM, CAIXAS DE TRANSMISSÃO DOS DISCOS EM BANHO DE ÓLEO, MACACO AJUSTÁVEL, ESTEIRA DE DISTRIBUIÇÃO EM AÇO DE NO MÍNIMO 700 MM, COM SELO DE CERTIFICAÇÃO DE PINTURA POLIÉSTER A PÓ, DESCARGA TRASEIRA COM CORRENTE DE TRAVESSAS, REGISTRO DE SAÍDAS COM REGULAGEM COM MOLAS, ACIONAMENTO PELA TOMADA DE FORMA E EIXO CARDAM REFORÇADO COM PROTEÇÃO PLÁSTICA, NOVO, PARA DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SECO E ÚMIDO E ADUBO ORGÂNICO SECO; e ITEM 02: 04 DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO NOVO, REBOCÁVEL POR TRATOR AGRÍCOLA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E COMPONENTES MÍNIMOS: BOMBA LOBULAR DE 5 POLEGADAS, COM VÁLVULA DE ALÍVIO, ACIONÁVEL POR TOMADA DE FORÇA, POTENCIA DE TRATOR AGRÍCOLA A 540 RPM, TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3.000 L, CONSTRUÍDO EM CHAPAS DE AÇO CARBONO DE 5 MM DE ESPESSURA, COM SELO DE CERTIFICAÇÃO DE PINTURA POLIÉSTER A PÓ EXTERNO E PINTURA INTERNA ANTI CORROSIVA EM PÓ EPÓXI, TAMPA TRASEIRA, DIANTEIRA E DE VISTA TRASEIRA ABAULADAS INTEIRIÇAS, SEM RETALHOS OU EMENDAS, AGITADOR INTERNO, AGULHA INDICADORA DE NÍVEL DO TANQUE, BICO ASPERSOR RETO COM LEQUE E CANHÃO LATERAL, MANGOTE DE SUÇÃO FLEXÍVEL COM 5 POLEGADAS DE DIÂMETRO E 5 M DE COMPRIMENTO, COM EIXO REFORÇADO, RODADO SIMPLES, DUAS RODAS, DOIS PNEUS NOVOS DE 22.5, COM CÂMARA DE AR, EIXO CARDAM COM PROTEÇÃO PLÁSTICA, CABEÇALHO COM PÉ DE APOIO REGULÁVEL E ENGATE DO TRATOR COM DESTORCEDOR GIRATÓRIO.

Data da Assinatura: 10/05/2013

Vigência: 13 (treze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Valor: R\$ 119.950,00 (cento e dezenove mil, novecentos e cinquenta reais).

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

#### **Contrato 089/2013**

Contratado: S & B AUDITORIA E CONSULTORIA PÚBLICAS LTDA  
Número do Contrato ou Aditivo: 089/2013 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2013, de 09 de maio de 2013.

Objeto: Fica incluído no quadro de cargos e vagas do concurso público o cargo de Médico Veterinário 40hs (01 vaga).

Data da Assinatura: 10/05/2013

Vigência: 30/10/2013

Valor: R\$ 472,17 (quatrocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), correspondendo a 5,55% do valor total do contrato inicial.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 090/2013**

Contratado: BOTTA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 090/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTOR NOVO, 0 KM (ZERO QUILOMETRO), ANO/MODELO 2013/2013, DE FABRICAÇÃO NACIONAL OU EQUIPARADA (MERCOSUL), PARA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, novo, com as seguintes características e componentes mínimos: tipo compacto ou subcompacto, 2 portas, capacidade do porta malas no mínimo 285 litros, na cor branca, com capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes sentados, bicomustível, quatro cilindros em linha, motor 1.0 de no mínimo 58 cv, protetor de cárter, caixa câmbio manual com 5 marchas a frente e 01 marcha ré, duas portas, direção hidráulica, desembaçador com ar quente, limpador e desembaçador de vidro traseiro, vidros dianteiros elétricos, ar condicionado, trava elétrica nas portas, apoios de cabeça dianteiros e traseiros, barra de proteção nas portas e todos os demais equipamentos de segurança previstos em lei, com garantia mínima de 12 meses, sem limite de quilometragem.

Data da Assinatura: 16/05/2013

Vigência: 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 091/2013**

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 091/2013 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 082/2009, de 13 de julho de 2009.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA. O APLICATIVO e suas respectivas funcionalidades são fornecidos ao CONTRATANTE de forma padrão, na maneira como está atualmente disponibilizada, conforme características descritas no Anexo I. Faz parte ainda do objeto, a prestação de serviço de parametrização, treinamento na operacionalização do APLICATIVO e suporte técnico aos servidores municipais, designados pela CONTRATANTE.

Data da Assinatura: 16/05/2013

Vigência: 31/07/2013

Valor: R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais), conforme Proposta apresentada pela CONTRATADA assim detalhado: Pela disponibilização do APLICATIVO, o valor mensal de R\$ 170,00 (cento e setenta reais); Pela implantação será pago o valor de R\$ 105,00 (cento e cinco reais); Pelo suporte técnico, serão cobrados R\$ 60,00 (sessenta reais) à hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) o KM Rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico. Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 092/2013**

Contratado: ELISEU MARIANI - MEI

Número do Contrato ou Aditivo: 092/2013

Objeto: fornecer peças genuínas e serviços para conserto do Trator Agrícola JOHN DEERE SLC 5700, da frota de máquinas da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio deste Município.

Data da Assinatura: 22/05/2013

Vigência: 30/12/2013

Valor: R\$ 20.259,05 (vinte mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

**Contrato 093/2013**

Contratado: S &amp; B AUDITORIA E CONSULTORIA PÚBLICAS LTDA

Número do Contrato ou Aditivo: 093/2013 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086/2013, de 09 de maio de 2013.

Objeto: Fica incluído no quadro de cargos e vagas do concurso público o cargo de Mecânico.

Data da Assinatura: 22/05/2013

Vigência: 30/10/2013

Valor: R\$ 472,17 (quatrocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), correspondendo a 5,55% do valor total do contrato inicial.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

## Associações

### AMREC

**Editais de Convocação****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), Sr. Vanderlei Alexandre, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Contrato do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina, CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina, para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a re-alizar-se na cidade de Criciúma, no dia 04 de junho de 2013, às 13:30 horas, tendo como local o Plenarinho da AMREC (Av. Santos Dumont, 855, Bairro Milanese), com a seguinte ordem do dia:

- 1) Eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- 2) Alteração no Contrato de Consórcio;
- 3) Assuntos diversos.

Criciúma, 22 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal de Forquilha

Presidente da AMREC

## Consórcios

### CIS/AMURES

**Termo de Renúncia e Transmissão de Cargo****TERMO DE RENÚNCIA E TRANSMISSÃO DE CARGO**

Aos dez dias, do mês de maio, de dois mil e treze, na sede da AMURES, na cidade de Lages, em sessão convocada para essa

finalidade, o presidente do CIS/AMURES, Sr. Carlos Luiz Moraes, brasileiro, casado, prefeito do município de Ponte Alta, RG nº 377.787, CPF nº 182.284.299-91, residente e domiciliado à Rua Frei Rogério, s/nº, centro, Ponte Alta, DECLARA e RATIFICA sua RENÚNCIA ao referido cargo. No mesmo ato, após prestar compromisso legal, assume o cargo de Presidente do CIS/AMURES, o vice-presidente, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Senhor Edelmano Nunes Topanoti, brasileiro, casado, RG nº 1.759.000, CPF nº 507.326.509-25, residente e domiciliado à Rua Paulino Gamba, 179, bairro Divino Espírito Santo, Bom Jardim da Serra, para o período de 10 de maio a 31 de dezembro de 2013. Do que para constar lavrou-se o presente Termo, que vai assinado por mim, Nalú Júlio, Secretária Executiva, pelo Presidente transmitente e pelo empossado.

Lages, 10 de Maio de 2013.

CARLOS LUIZ MORAIS EDELVANIO NUNES TOPANOTI  
Presidente Transmitente Presidente Empossado

NALÚ JÚLIO  
Secretária Executiva

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)